

**Mulheres, política e visibilidade mediática. As lideranças
de Maria de Lourdes Pintasilgo e de Manuela Ferreira Leite**

Carla Isabel Agostinho Martins

**Tese de Doutoramento em Ciências da Comunicação
Área de Especialização em Estudo dos Media e do Jornalismo**

Fevereiro de 2013

Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Ciências da Comunicação, realizada sob a orientação científica de Maria Cristina Mendes da Ponte.

Aos meus pais, Maria Isabel e Armando,

à Maria José e ao Artur,

ao João,

dedico o último ponto final deste trabalho.

Agradecimentos

Estou profundamente grata a muitas pessoas, cujos contributos foram decisivos para o desenvolvimento e conclusão deste trabalho.

Agradeço, em primeiro lugar, à minha Orientadora, Professora Doutora Cristina Ponte, pelo tempo que me disponibilizou e pelos comentários, sugestões e críticas à conceção e concretização do projeto.

Agradeço igualmente a disponibilidade das pessoas entrevistados no âmbito da dissertação, revisitando o desempenho de cargos de coordenação nos bastidores do relacionamento com os jornalistas e da definição de estratégias de comunicação política.

Ao Professor Onésimo T. Almeida agradeço o acolhimento como *visiting scholar* no Departamento de Estudos Portugueses e Brasileiros da Brown University, entre Setembro e Novembro de 2009. Esta deslocação foi possibilitada pelo apoio do Centro de Investigação Media & Jornalismo, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento e Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Agradeço à Entidade Reguladora para a Comunicação Social o incentivo à realização da investigação e a compreensão face às suas exigências.

Estou grata pelo seu apoio inestimável de muitos amigos e amigas. Gostaria de agradecer, em particular, à Adelaide Jesus, Ana Cabrera, Carla Baptista, Estrela Serrano, Fernando Correia, Maria Manuel Bastos, Mário Mesquita, Nelson Coelho, Patrícia Contreiras e Sara Pina.

Estou muito grata à minha família, em especial aos meus pais, Maria Isabel e Armando, e às minhas irmãs, Graça e Teresa, que me encorajaram a prosseguir a investigação, mesmo em sacrifício da proximidade.

Agradeço a generosidade da Maria José e do Artur, por serem um tão maravilhoso porto de abrigo.

Ao João agradeço os comentários críticos, as acesas discussões sobre a problemática e, sobretudo, a paciência pelas muitas horas de que privei a nossa vida em comum.

**Mulheres, Política e Visibilidade Mediática. As Lideranças de
Maria de Lourdes Pintasilgo e de Manuela Ferreira Leite**

Carla Isabel Agostinho Martins

RESUMO

PALAVRAS-CHAVE: Género, Mulheres, Política, Liderança, Estratégias de Comunicação, Media e Jornalismo

A presente investigação propõe uma triangulação entre política, media e género, através da análise de dois estudos de caso, recortados da história política do pós-25 de Abril, em que duas mulheres acederam a cargos políticos de topo e adquiriram elevada notoriedade pública, desafiando a hegemonia masculina nesta esfera. Centramo-nos, não na invisibilidade e suas razões, mas na forma como a visibilidade de duas líderes foi, em contextos precisos, construída pelo discurso jornalístico. O primeiro estudo de caso incide sobre a indigitação de Maria de Lourdes Pintasilgo para chefiar o V Governo, em 1979, conhecido como “o Governo dos 100 dias”. O segundo reporta-se ao início do século XXI e acompanha o percurso da social-democrata Manuela Ferreira Leite como ministra das Finanças (2002), presidente do PSD (2008) e candidata, por este partido, às eleições legislativas de 2009. A atenção mediática que atraíram nessas qualidades constitui uma circunstância ideal de observação dos modos de representação, pelo discurso jornalístico, da subjetividade política feminina. Os resultados da pesquisa permitem recensear estilos particulares de liderança construídos e projetados pelos media, bem como estabelecer uma ligação desses perfis a atributos que se considera caracterizarem o exercício do poder segundo os diferentes géneros. Procurou perceber-se se nas imagens que os media constroem das protagonistas políticas ecoam quadros tradicionais de entendimento dos lugares, atividades e relações entre homens e mulheres, e se refletem a ativação de inferências cognitivas, não desligadas das leis de funcionamento do campo político e de uma noção restritiva de cidadania: que a política é um *topos* masculino e o feminino continua a ser um elemento estranho nesta esfera; que existe uma “natural” identificação entre poder, liderança, autoridade e o masculino, enquanto esse nexos é extraordinário no feminino; que o “homem” e o “político” se fundem, enquanto se separam as identidades de “mulher” e de “política”; que os homens são públicos e produtivos, as mulheres privadas e reprodutivas, logo, continuam a ser reconduzidas de muitas maneiras ao domínio e às funções domésticas. Como questão complementar, analisa-se em que medida a crescente profissionalização das relações entre políticos e jornalistas se repercute no desenho de estratégias de comunicação que antecipam expectativas de desempenho fundadas em pressupostas identidades de género

ou são direcionadas especificamente à população feminina. A pesquisa alicerça-se num cruzamento interdisciplinar que convoca a teoria política feminista, os estudos feministas dos media e os estudos jornalísticos, com contributos relevantes da ciência política, do direito, da história e da sociologia. O interesse em estudar de forma articulada género, política e media assenta na convicção de que, nas sociedades contemporâneas, é profunda a conexão entre a trama de discursos mediáticos e a definição social de identidades, lugares e relações de poder.

**Women, Politics and Media Visibility. The Leadership
of Maria de Lourdes Pintasilgo and Manuela Ferreira Leite**

Carla Isabel Agostinho Martins

ABSTRACT

KEYWORDS: Gender, Women, Politics, Leadership, Communication Strategies, Media and Journalism

This research aims to put into perspective the relations between politics, media and gender, through the analysis of two study cases from the political history of post-25th April Portugal, in which two women rose to top-tier political offices, and gained a high level of notoriety, defying the male dominance within this sphere. We shall focus, rather than on the invisibility and its reasons, on the ways that the visibility of two female leaders was, in particular contexts, built by the journalistic discourse. The first study case consists of the appointment of Maria de Lourdes Pintasilgo to lead the 5th Government, in 1979, known as “the 100-day Government”. The second refers to the early 21st century and consists of the path undertaken by social democrat Manuela Ferreira Leite as minister of finance (2002), leader of PSD (2008) and candidate to the parliamentary elections of 2009. The media attention that they attracted provided an ideal circumstance of observation of the ways of representation, by the journalistic discourse, of the female political subjectivity. The results of the research enable us to pinpoint particular styles of leadership designed and outlined publicly by the media and to establish a relation between those profiles and features that identify the exercise of power in a gender perspective. We attempted to draw conclusions on whether the images put together by the media convey traditional frameworks regarding the places, activities and relations between men and women and reflect the activation certain cognitive deductions connected to the laws of functioning of the political sphere and restrictive notions of citizenship: politics as a male *topos*, and the female element viewed as foreign to this domain; a “natural” identification between power, leadership, authority and the male element, while such connection is out-of-the-ordinary as regards the female element; that “man” and “politics” tend to merge, while the identities of “woman” and “politics” are clearly separated; that men are public and productive, while women are private and reproductive, therefore, are still in many ways associated with the domestic sphere and tasks. In addition to that, we have analysed the extent to which the growing level of professionalization of the relations between politicians and

journalists has influenced the design of communication strategies that anticipate gender-based expectations of performance, and if they have specifically targeted the female public. The research is based on a interdisciplinary crossroads between feminist political theory, feminist media studies, and journalistic studies, with reliant contributions from political science, law, history and sociology. The interest in studying gender, politics and media in a joint approach lies on the belief that, in contemporary societies, the connection between the web of media speeches and the social definition of identities, places and power relations, is rather tight.

Índice

Introdução	1
I Parte	
O Género na Política e nos Media	9
1. Conquista de direitos políticos e emergência da cidadania feminina.....	11
1.1 “Mais alto! Mais alto!”: encontrar voz pública através do sufrágio.....	11
1.2 “O pessoal é político”: desafiar as fronteiras público-privado	20
1.3 Portugal: o voto universal que chega tarde.....	25
1.3.1 Desilusão nos “anos de ouro” do feminismo	25
1.3.2 Reconhecimento do direito de voto feminino no Estado Novo.....	28
2. A política continua a resistir às mulheres	37
2.1 O triunfo do discurso normativo e os seus limites.....	37
2.2 A via jurídica para a igualdade em Portugal: mito e realidade.....	40
2.2.1 Causas principais do gender gap.....	49
3. O género importa na política?	57
3.1 Mulheres representam mulheres sobre assuntos de mulheres?.....	57
3.2 Três exemplos da representação política feminina em Portugal	62
3.2.1 “Umas senhoras” na Assembleia Nacional.....	63
3.2.2 “Os homens concebem as leis e as mulheres concebem os filhos” ...	70
3.2.3 Áreas “masculinas” e “femininas” no Governo.....	75
3.3 Liderança política e double binds	77
4. O poder das representações mediáticas	87
4.1 A invenção do género no jornalismo	89
4.2 As notícias não são um espelho da realidade social	93

4.3	Padrões da cobertura jornalística e assunções de género	98
4.3.1	A hipótese da “mediação «genderizada»”	98
4.3.2	Agendas e traços de personalidade distintos	103
4.3.3	Privadas na esfera pública	106
4.3.4	Beleza e sexualidade	109
4.4	Estratégias “genderizadas” de comunicação	112
II Parte		
Duas mulheres, as suas circunstâncias e as imagens da imprensa.....		117
5.	Orientação metodológica.....	119
6.	A “cidade dos homens” na sociedade portuguesa em mudança.....	127
6.1	Contexto político na década de 70.....	127
6.1.1	Reativação do “mercado eleitoral”	127
6.1.2	A instabilidade política e os governos de iniciativa presidencial	130
6.2	A situação das mulheres na política.....	133
6.3	Contexto jornalístico.....	144
7.	Maria de Lourdes Pintasilgo, “a Senhora Primeiro-Ministro”	151
7.1	Catolicismo, política e a causa das mulheres.....	151
7.2	Timeline da formação do “Quinto”	157
7.2.1	Do rumor à confirmação	157
7.2.2	Tem início a “marcha dos 100 dias”	164
7.2.3	De “Governo de Gestão” a “Governo de Transição”	167
7.2.4	Apoio discreto do PS e PCP, oposição espectacular da AD.....	169
7.3	Factos, interpretações e militâncias da imprensa.....	174
7.4	Quando a política nacional passou a ter dois sexos.....	183
7.4.1	Embaraços linguísticos e “marialvismos”	184
7.4.2	Uma outsider num momento de crise	189
7.4.3	“É mais do que tempo de as mulheres aparecerem”	196
7.4.4	Uma liderança “dialogante” e “de pelo na venta”	201

7.4.5 Incursão tímida na privacidade	204
7.4.6 Estratégia de comunicação e empoderamento	207
7.5 O V Governo e a política “genderizada”	212
8. O masculino um pouco menos hegemónico na política	219
8.1 Contexto político de 1980 a 2009	219
8.2 A situação das mulheres na política.....	222
8.2.1 Cavaquismo: o género ainda não é mainstream	226
8.2.2 “Quotas”, uma causa dos anos 90.....	231
8.2.3 Século XXI: a paridade em construção	241
8.3 Contexto jornalístico.....	248
9. As idades de Manuela Ferreira Leite	255
9.1 Política como dever	255
9.2 De ministra das Finanças a Presidente do PSD	259
9.2.1 Uma “durona” na pasta das Finanças (2002).....	259
9.2.2 Uma mulher para unir o PSD (2008).....	266
9.3 Perfil mediático de uma candidata a primeira-ministra.....	280
9.3.1 A “antipolítica” versus o “modelo marketing”	281
9.3.2 “Uma mulher digna mas não nasceu para ser política”	285
9.3.3 “O eleitorado prefere um líder moderno”	292
9.3.4 “Belém asfixia campanha de Manuela Ferreira Leite”	296
9.3.5 Nos bastidores da estratégia.....	300
9.4 O género na campanha.....	302
Conclusão: o eterno feminino na política	309
Bibliografia	321
Lista de Figuras.....	347
Lista de Ilustrações	349
Anexos	351

Introdução

“Ainda está para vir o tempo”, disse ele profeticamente, “em que as mulheres ganharão o seu próprio pão. Não há razão para que uma mulher não possa aprender um ofício. Olha para ti, por exemplo”, disse ele. “Há de vir o dia, e nem está muito longe, em que uma rapariga como tu receberá o seu ordenado e se estará nas tintas para o primeiro homem que queira casar com ela”.

John Steinbeck, *A Um Deus Desconhecido* [diálogo entre Elizabeth e o pai]

A ideia original que animou esta investigação alimentou-se da problemática da participação das mulheres na vida pública nas sociedades contemporâneas e, em especial, do seu contributo para a designada política ativa. Pretende analisar-se, a partir da categoria de “género”, a articulação do funcionamento do campo político com as representações mediáticas das mulheres em posições de liderança. A dissertação propõe, assim, uma triangulação entre política, media e género. Esta interligação é ainda pouco explorada em termos académicos e, a nível internacional, deu origem a uma jovem subdisciplina, com cerca de duas décadas (Ross e Comrie, 2012: 970), que aprofunda, num ângulo específico, uma linha de trabalhos mais sistemáticos sobre as imagens das mulheres nos meios de comunicação social, que se desenvolve a partir dos anos de 1970, quando os media passam a constituir uma “área de preocupação da agenda feminina” (Silveirinha, 2006: 5). Académicas e ativistas feministas atentaram nas dimensões culturais do poder e no papel dos media na reprodução das desigualdade de género (Gallagher, 2010: iii), tomando consciência “de que muito do poder social e político se jogava na representação” (Silveirinha, 2004: 5).

O presente projeto de pesquisa desafia, por conseguinte, fronteiras disciplinares rígidas, convocando a teoria política feminista, os estudos feministas dos media e os estudos de media e de jornalismo. Nas contextualizações nacionais e internacionais, revelou-se fundamental aduzir contributos múltiplos provenientes, entre outros, da ciência política, do direito, da história e da sociologia. Recorreu-se igualmente a relatórios institucionais e a depoimentos dispersos das próprias protagonistas políticas.

Procurou conjugar-se estas fontes tendo em consideração os seus diferentes códigos, abordagens, temporalidades e metodologias.

O desenho do estudo enriqueceu-se decisivamente com a participação da autora no projeto “Política no Feminino: Políticas de Género e Estratégias de Visibilidade das Deputadas Parlamentares”, financiado pela FCT e desenvolvido pelo Centro de Investigação Media & Jornalismo, entre 2009 e 2012. Alguns resultados do projeto, designadamente, as análises da representatividade feminina na Assembleia da República e do perfil das deputadas e as entrevistas a antigas parlamentares e a jornalistas, foram incorporados na dissertação, surgindo devidamente referenciados.

O referente espaço-temporal da pesquisa corresponde à realidade portuguesa do pós-25 de Abril, coincidindo com a emergência de um sistema político pluralista e democrático, cuja matriz constitucional assentou no princípio da igualdade. Em Portugal, como noutros países, a erupção das mulheres no espaço público-político veio desafiar a hegemonia do “poder público” masculino.

Não se ignora, todavia, que a subjetividade feminina está historicamente associada a fontes de poder mais discretas e subordinadas. À diferença biológica foram atribuídos um significado social e um poder distintos, de que resultou a remissão das mulheres para os espaços privados e a sua exclusão do público. O sexo foi transformado num sistema binário de género, aplicado e naturalizado através da linguagem e de um conjunto de estruturas e de instituições, incluindo a religião, o direito, a educação e os media. Esta codificação, sendo justificada por um determinismo da natureza, foi fruto da pura convenção, detetando-se na sua base a arbitrariedade que subjaz a qualquer construção social (MacKinnon, 1989, *Apud* Camps, 2012: 17). Os géneros são, afinal, categorias socio-discursivas (Beleza, 2000: 38).

O estabelecimento de normas igualitárias nas sociedades ocidentais para enquadrar os direitos políticos, o exercício da cidadania e o acesso aos órgãos democráticos conferirá apenas uma aparência de neutralidade à teoria e às práticas políticas contemporâneas (Squires, 1999: 1). As teóricas políticas feministas discutem em que medida, a coberto do carácter universal e abstrato de conceitos como “cidadania”, “justiça”, “igualdade” e “espaço público”, perduram modelos androcêntricos dominantes, a partir dos quais as mulheres são avaliadas e que condicionam a sua intervenção na coisa pública. Em *La domination masculine*, Pierre

Bourdieu (1998: 86) argumenta criticamente que “ser «feminina» é essencialmente evitar todas as propriedades e práticas que podem funcionar como signos de virilidade, e dizer de uma mulher de poder que é «muito feminina» não é senão uma maneira particularmente subtil de se lhe denegar o direito a esse atributo propriamente masculino que é o poder”.

Na presente investigação, procura perceber-se se as imagens que os media constroem das protagonistas políticas refletem estas contradições, se nelas ainda ecoam quadros tradicionais de entendimento dos lugares, papéis e relações entre homens e mulheres e se nas mesmas é perceptível a ativação de determinadas inferências cognitivas: que a política é um lugar masculino e o feminino continua a ser um elemento estranho nesta esfera; que existe uma “natural” identificação entre poder, liderança, autoridade e o masculino, enquanto esse nexó é extraordinário no feminino; que o “homem” e o “político” se fundem, enquanto se separam as identidades de “mulher” e de “política”; que os homens são públicos e produtivos, as mulheres privadas e reprodutivas, logo, continuam a ser reconduzidas de muitas maneiras ao domínio privado e às funções familiares e domésticas. Trata-se de assunções que prologam e reforçam a tensão gerada pela intervenção política feminina nas instituições formais do poder, questionando-se se os media informativos as adotam, legitimam e reproduzem ou, ao invés, as desafiam.

Desenvolve-se esta problemática através da apresentação de dois estudos de caso, que distam entre si cerca de três décadas, em que duas mulheres ascenderam a lugares políticos de topo e adquiriram elevado perfil mediático em Portugal.

O primeiro estudo de caso reporta-se a 1979, quando Maria de Lourdes Pintasilgo foi convidada pelo Presidente da República, Ramalho Eanes, a formar o V Governo Constitucional, que ficou conhecido como o “Governo dos 100 dias”. Lourdes Pintasilgo tornou-se a primeira Primeira-Ministra – e até agora única – em Portugal e a segunda da Europa, depois da eleição de Margaret Thatcher, em Inglaterra. O segundo estudo de caso situa-se temporalmente na primeira década do século XXI e acompanha três momentos da carreira política da social-democrata Manuela Ferreira Leite: quando aceita integrar o XV Governo como ministra de Estado e das Finanças, em 2002; quando é eleita presidente do PSD, em 2008; e quando se candidata às eleições legislativas de 2009 por este partido, defrontando o Primeiro-Ministro incumbente, José Sócrates.

Maria de Lourdes Pintasilgo e Manuela Ferreira Leite exibem percursos e perfis marcadamente distintos, mas também revelam alguns paralelismos interessantes.

Nascidas com uma década de diferença (Lourdes Pintasilgo em 1930 e Ferreira Leite em 1940), ambas se licenciaram em áreas maioritariamente masculinas, Engenharia Química e Económicas. No início das suas carreiras profissionais, circularam entre homens: Lourdes Pintasilgo é a primeira técnica superior nos quadros da CUF, Ferreira Leite a única mulher da equipa do então Centro de Estudos de Economia e Finanças da Fundação Calouste Gulbenkian e a segunda assistente de Economia no então ISCEF.

As duas mulheres chegam à política aos 39 anos, não por declarada iniciativa própria ou ambição, mas pela mão de homens que admiram e com os quais mantêm relações de amizade. Convergem na noção da política como missão, serviço e dever.

As duas são profundamente católicas, ainda que a vivência religiosa de Lourdes Pintasilgo seja existencialista, aberta à comunidade e orgânica, a de Ferreira Leite íntima e solitária.

Contrastam noutros aspetos. Se ambas são conhecidas pela firmeza e determinação, Lourdes Pintasilgo é expansiva, alegre e comunicativa, Ferreira Leite contida, séria e fechada. A primeira é uma pensadora livre, uma intelectual, cita poetas e filósofos nos seus discursos políticos, invoca teorias e princípios abstratos, acalenta um projeto de transformação estrutural da sociedade. Ferreira Leite ostenta um perfil mais tecnocrático, movimenta-se no universo dos indicadores económicos e das preocupações com o défice, é pragmática e operacional.

Distanciam-se radicalmente no posicionamento quanto às “questões femininas” e à situação das mulheres. O trajeto de Lourdes Pintasilgo está intimamente associado, na teoria e na ação, às lutas das mulheres e ao seu contributo específico para a vida social, política e cultural. Ferreira Leite não revela sensibilidade por esta temática e bateu-se contra a introdução de mecanismos de discriminação positiva na esfera política.

Maria de Lourdes Pintasilgo e Manuela Ferreira Leite foram “primeiras” no exercício de cargos de responsabilidade na alta política. A notoriedade pública e mediática que alcançaram nessa qualidade constitui uma circunstância ideal de observação dos modos de representação, pelo discurso jornalístico, da subjetividade política feminina, nos contextos específicos de cada período. Como salienta Mário

Mesquita¹, “o jornalismo é a componente dos dispositivos mediáticos que mais de perto se relaciona com a visibilidade dos atores políticos, económicos, culturais, artísticos e desportivos”. Por outro lado, o desempenho de cargos cimeiros, pela centralidade desses lugares, o poder de decisão e as responsabilidades inerentes, “assegura uma presença regular nos media e qualifica quase automaticamente os seus ocupantes como interlocutores privilegiados dos jornalistas” (Baptista, 2012: 69-70). Vários estudos no âmbito da sociologia do jornalismo confluem no reconhecimento da “notoriedade do agente principal do acontecimento” como valor-notícia incontornável na seleção informativa (Traquina, 2002: 188).

A pesquisa empírica organiza-se em torno de três questões mais amplas:

- i) Como é que a imprensa representou Maria de Lourdes Pintasilgo, enquanto líder do V Governo, num contexto político e jornalístico dominado por agentes masculinos e em que, à partida, seria pouco provável a nomeação de uma mulher como Primeira-Ministra?
- ii) Como é que a imprensa representou Manuela Ferreira Leite enquanto ministra das Finanças, presidente do PSD e candidata, por este partido, às eleições legislativas, nas quais foi pela primeira vez aplicada a Lei da Paridade?
- iii) Complementarmente, em que medida as duas líderes capitalizaram o género na definição das respetivas estratégias de visibilidade pública, de comunicação política e de relacionamento com os jornalistas?

Os resultados da análise permitirão recensear estilos particulares de liderança construídos e projetados pelos media, bem como, eventualmente, identificar padrões de cobertura jornalística baseados em assunções de género – os *gendered frames*, na terminologia de Pippa Norris (1997) – e detetados num conjunto de estudos realizados em diferentes países. Antecipa-se que serão encontradas diferenças entre 1979 e a primeira década do século XXI, atendendo aos distintos contextos políticos e jornalísticos e à evolução da situação das mulheres, fatores conjunturais que se revelarão decisivos no grau de naturalização da participação política feminina e na ultrapassagem de esquemas dicotómicos e estereotipados de representação.

¹ Mário Mesquita, “Quando o Superman se disfarça de Clark Kent”, *Público*, 26/09/2004.

Constituiu uma opção conceptual a delimitação da esfera política a uma aceção formal – o domínio do poder convencional –, justificada pela necessidade de restringir o enfoque do estudo. Segundo a definição de Henderson e Jeydel (2010: 6), este é “o mundo da política que se desenrola em instituições governamentais formais, como parlamentos/ legislaturas e órgãos executivos, e inclui o comportamento político, regulado pelo Estado, que se dirige à eleição de pessoas para essas instituições”. Pressupõe-se que a amplitude das manifestações políticas da sociedade não se esgota na configuração formal do campo, sendo pertinente sublinhar, no entanto, que historicamente foi destas instituições que as mulheres ficaram arredadas.

Seria de igual modo pertinente, como sugere Victoria Camps (2001: 12), adotar um conceito lato de política, como “metáfora da tomada de decisões”, tendo em mente todos os domínios onde são tomadas “decisões que importam e contam”, o que inclui os órgãos diretivos dos outros poderes económicos e sociais. Pretende-se analisar uma realidade em que as decisões “importam e contam”. Os titulares do poder político têm a prerrogativa de fazer cumprir as suas decisões e detêm posições de autoridade (Paxton e Hughes, 2007: 3). Reconhece-se, não obstante, a vantagem de restringir o foco para compreender a especificidade de um domínio com as suas instituições e leis próprias de funcionamento.

A dissertação está organizada em duas partes. A primeira, de contextualização teórica e histórica da problemática, é composta por quatro capítulos.

O primeiro e segundo capítulos traçam uma narrativa entre “a emergência da cidadania feminina” e “o triunfo do discurso normativo e os seus limites”. O primeiro fornece uma panorâmica histórica, nacional e internacional, da conquista (ou do reconhecimento) de direitos políticos pelas mulheres, paralela ao ativismo dos movimentos femininos e feministas, desde a segunda metade do século XIX até ao movimento de libertação das mulheres dos anos de 1960/70. No segundo capítulo, problematiza-se a contradição entre a igualdade normativa – que, nas sociedades ocidentais, constitui uma espécie de *default setting* – e a desigualdade de facto no acesso das mulheres aos órgãos eleitos.

O terceiro capítulo incide na singularidade do contributo da participação feminina na política, explorada a partir das categorias de representação e de liderança. Discute-se a pertinência da proposta de uma “política da presença”, utilizando uma

fórmula de Anne Philips (1998), apresentando-se três exemplos concretos, extraídos da realidade nacional, através dos quais se problematiza a validade da generalização de uma estrutura dicotômica de género (masculino-feminino) para enquadrar a presença das mulheres neste campo.

No quarto capítulo procede-se a uma revisão da literatura na área dos media e do jornalismo orientada por três eixos principais: as práticas discursivas do jornalismo e os impactos da feminização das redações nas normas profissionais; os padrões noticiosos de tratamento das mulheres na política; a mobilização de estratégias “genderizadas” de comunicação por parte das protagonistas políticas, capitalizando expectativas sociais por parte dos cidadãos quanto às suas atitudes e comportamentos na dupla qualidade de detentoras de cargos de poder e mulheres.

A segunda parte centra-se nos estudos de caso selecionados, que se expõem, respetivamente, numa estrutura bipartida. Para uma mais completa compreensão dos resultados da análise empírica, estes são precedidos por uma contextualização mais restrita dos contextos políticos, jornalísticos e relativos à condição das mulheres. A orientação da análise empírica é explicitada no capítulo cinco. Os capítulos seis e sete são dedicados ao primeiro estudo de caso, relativo às representações, em cinco jornais, da indigitação de Maria de Lourdes Pintasilgo como Primeira-Ministra do V Governo. Os capítulos oito e nove são consagrados ao segundo estudo de caso, relativo às imagens de Manuela Ferreira Leite em três momentos do seu percurso político veiculadas por três jornais.

No capítulo final, conclusivo, comparam-se, nas grandes linhas, as regularidades e distinções das representações jornalísticas das duas líderes nos períodos e publicações selecionados. Abrem-se ainda pistas para o futuro da investigação.

I Parte

O Género na Política e nos Media



**Eurodeputada italiana
Licia Ronzulli no
Parlamento Europeu com a
sua filha recém-nascida,
Setembro de 2010.**

1. Conquista de direitos políticos e emergência da cidadania feminina

Não coloques um poder tão ilimitado nas mãos dos maridos. Lembra-te de que todos os homens seriam tiranos se pudessem. Se não se prestar particular atenção e cuidado às senhoras, estamos determinadas a fomentar uma rebelião e não nos sentiremos obrigadas a obedecer a quaisquer leis nas quais não tenhamos qualquer voz ou representação.

Carta de Abigail Adams a John Adams, 1776

1.1 “MAIS ALTO! MAIS ALTO!”: ENCONTRAR VOZ PÚBLICA ATRAVÉS DO SUFRÁGIO

O universo político constituiu, ao longo de séculos, com poucas exceções, o monopólio de uma elite masculina e de um círculo fechado de alguns *happy few*. Não só as mulheres como outros grupos sociais, destituídos de voz e de representação, estavam dele arredados.

As lutas sociais para garantir uma maior presença no espaço público e mais ampla visibilidade dos problemas do feminino (Esteves, 2010: 29), a partir da segunda metade do século XIX, estão vinculadas a movimentos, precursores dos feminismos, em que as mulheres surgem organizadas. Estes grupos, começando por se empenhar numa via reformista, reivindicam maior acesso à educação, ao mundo profissional e à política e a valorização como virtudes públicas das suas qualidades de mães e de educadoras. A frustração na satisfação destas exigências levará as mulheres a tomarem maior consciência de sua condição social subordinada e dependente, conduzindo algumas a enveredar por uma estrada revolucionária, definindo estratégias mais radicais e de rutura com um modelo de sociedade que as oprimia e impedia a sua existência autónoma.

Estas circunstâncias marcam a génese dos feminismos como movimentos e discursos de contestação, o que coincide no tempo com a consolidação de um modelo de espaço público herdado do Iluminismo em torno da noção de publicidade (Ferry, 1998: 13). O que cria a publicidade e a transmutação do domínio público (a exaltação

do poder) em espaço público é a força exterior da crítica, cuja função é, ao invés, questionar o poder. “Poderia dizer-se que, entre os Modernos, a formação de um espaço público político obedecia em princípio ao motivo moral da *emancipação*. Entendia-se que a sociedade civil se concebe a si mesma como o que sai do estado de minoria para aceder à maioria, no sentido de estado adulto. (...) Apenas no contexto da modernidade o Iluminismo pôde desenvolver uma espécie de «dialética», durante a qual o espaço público se transformou de um modo profundo, estrutural, até ao Estado social de hoje, embora sem romper *radicalmente* com o seu princípio fundador: a argumentação pública e a discussão racional baseadas na liberdade formal e na igualdade de direitos” (*Ibid.*: 16).

Não é fácil encontrar uma definição de feminismo, conceito que surge pela primeira vez na década de 1880, em Inglaterra, para designar o apoio à igualdade de direitos legais e políticos entre homens e mulheres (Bryson, 2003: 1). Poder-se-á inclusivamente perguntar se o feminismo existe ou se, em rigor, não se deverá antes falar de “feminismos”, dada a heterogeneidade das suas manifestações, concepções e objetivos. Nas suas diferentes configurações, como salienta van Zoonen (1994: 2-3), o feminismo, pelo menos na Europa ocidental, é um projeto político, que se assumiu, em determinados momentos da sua história, como uma forma de contra-cultura “altamente visível, vital e por vezes espectacular”, e nunca perdendo, em tempos de normalidade, um capital de controvérsia perante as instituições estabelecidas, como partidos políticos, sindicatos, universidades e administrações nacionais e locais. Bryson (2003: 1) utiliza o conceito em sentido amplo e genérico para se referir a qualquer projeto teórico ou ativista que caracteriza a relação entre os sexos como estando assente na desigualdade, subordinação ou opressão, que vê esta situação mais como um problema de poder político do que um facto de natureza e que avalia esta questão como relevante para a teoria e a prática política.

Não se pode deixar de sublinhar a indissociabilidade dos feminismos com a luta das mulheres visando a garantia de direitos, entre os quais os direitos políticos. Ainda que sem pretender aprofundar o trajeto histórico dos feminismos e dos seus fins, apropriam-se os traços definidores destes movimentos sistematizados por June Hannam (2007: 4):

“um conjunto de ideias que reconhecem de forma explícita que as mulheres são subordinadas aos homens e procuram abordar os desequilíbrios de poder entre os sexos. A visão de que a condição das mulheres é socialmente construída, logo suscetível de mudança, é central para o feminismo. No seu núcleo encontramos a ideia de que as vozes das mulheres devem ser ouvidas – de que elas devem representar-se a si mesmas, expor a sua própria visão do mundo e atingir autonomia nas suas vidas”.

Em 1840, as norte-americanas Lucretia Mott e Elizabeth Cady Stanton tinham consciência do caráter iníquo dos desequilíbrios de poder que impediam que as vozes das mulheres fossem ouvidas e que estas se constituíssem como representantes de si mesmas. No outro lado do Atlântico, a socialista francesa Jeanne Derooin publicava um jornal simbolicamente intitulado *La Voix des Femmes*, uma ideia tão extravagante quanto a intenção de se candidatar a uma posição política.

Até meados de oitocentos, as mulheres foram excluídas pelos pensadores políticos das noções de cidadania² e pelos legisladores da extensão de direitos democráticos (Paxton e Hughes, 2007: 29-30). Ainda no período iluminista, pensadores e filósofos conseguiram conciliar, sem aparente contradição, concepções universais da natureza humana e da razão com a irracionalidade feminina. Demonstrações dessa irracionalidade, com fundamento em características biológicas e “naturais”, advieram da nova ciência e medicina.

As mulheres foram distanciadas da esfera da cidadania e do projeto da nova sociedade na esteira da Revolução Francesa, sendo distinguidas como “cidadãs passivas”, a requererem proteção e sem capacidade de participação. Esta visão foi contestada pela monárquica Olympe de Gouges, na *Déclaration des droits de la femme et de la citoyenne* (1791), reclamando que às mulheres fosse reconhecida a igualdade como cidadãs na esfera pública, com base no seu papel social e qualidades distintivas, que via como uma força, não uma fraqueza (Hannam, 2007: 20). Um ano depois, a britânica Mary Wollstonecraft, em *A Vindication of the Rights of Women*, defendia que idênticas capacidades intelectuais, desenvolvidas através da educação, seriam compatíveis com a diversidade de papéis sociais.

² Diana Coole dedica um estudo a esta temática, sugestivamente intitulado *Women in Political Theory. From Ancient Misogyny to Contemporary Feminism* (1993).

O facto de Lucretia Mott e de Elizabeth Cady Stanton terem sido impedidas de intervir na Convenção Mundial Anti-Escravatura de 1840, em Londres³, em virtude do seu sexo, mudou as suas vidas. Oito anos depois, davam início à célebre Convenção de Seneca Falls, em Nova Iorque, um evento central na história do feminismo organizado, da qual saíram resoluções sobre casamento e divórcio, emprego e educação, e uma controversa petição em defesa do sufrágio. No mesmo ano em que Karl Marx e Friedrich Engels publicaram o *Manifesto Comunista*, as participantes na Convenção de Seneca Falls redigiram um manifesto feminista intitulado *Declaration of Sentiments*. “Nesta declaração de independência feminina são analisadas as relações de poder entre homens e mulheres. Enquanto que Marx e Engels definem a história como uma sequência de lutas entre as várias classes sociais, as autoras da *Declaration of Sentiments* veem-na como uma sequência de lutas entre os dois sexos, com o domínio masculino a estender-se para além da exploração económica, tendo por isso um carácter mais essencial” (Lamas, 1995, *Apud* Nogueira, 2001: 134).

As mulheres não estavam totalmente confinadas ao *ethos* doméstico, dada a experiência de trabalho em rede e a destreza política adquiridas no seu envolvimento em movimentos de reforma social, política e moral ou contra a escravatura. A causa *anti-slavery* terá sido especialmente relevante pela distinção que, por analogia, propiciou da sua própria condição social. Colaboravam também, indiretamente, em atividades políticas, apoiando maridos ou parentes masculinos. Como sublinha Jane Jensen (2008: 6), em finais do século XIX, em Inglaterra, “as mulheres desempenharam um papel ativo no apoio aos partidos políticos. Como impulsionadoras das carreiras dos seus maridos, mobilizaram os novos grupos de eleitores e deram o seu contributo através do lançamento de campanhas, apelos ao voto, organização de vários tipos de atividades comunitárias e elaboração de literatura de campanha”. Porém, não integravam, por mérito próprio, as instituições políticas formais, nem podiam escolher os seus representantes.

As dificuldades inerentes à exposição pública ficam demonstradas na Convenção em Seneca Falls.

³ As duas mulheres poderiam acompanhar a convenção por detrás de uma cortina, o que lhes permitiria ouvir as declarações sem serem vistas ou poderem expressar os seus pontos de vista, constrangimentos que rejeitaram como inaceitáveis (Clift, 2003: 9).

“Em 1848, as mulheres não estavam acostumadas a desempenhar qualquer tipo de função pública. Constituía um tabu as mulheres falarem em público e ainda não existiam organizações de mulheres consolidadas onde estas pudessem adquirir aptidões que lhes permitissem conduzir reuniões de acordo com as regras parlamentares. Intimidadas pela grande multidão que atraíram, Stanton e as suas companheiras rapidamente se retiraram para o altar da igreja, onde tiveram uma rápida reunião e decidiram que deixariam os homens experientes que lá se encontravam assumir a posição de liderança. O marido de Lucretia Motts, James, presidiu (...). Várias mulheres líderes leram discursos, mas a estrela da convenção foi Frederick Douglass, liberto da escravidão havia dez anos e uma figura imponente, tanto física como intelectualmente” (Clift, 2003: 13).

Na convenção feminina de Rochester, Nova Iorque, dois anos depois, as mulheres conduziram a reunião, não deixando, mais uma vez, de ser sintomático o embaraço de erguerem a voz. “Algumas nunca tinham falado em público e tinham dificuldade em reunir o poder vocal necessário para serem ouvidas por toda a gente na igreja. Ouviam-se gritos repetidos de «Mais alto! Mais alto!»” (*Ibid.*: 15).

Historicamente e em diferentes latitudes, a ação conjunta das mulheres radica em distintas genealogias e adota formas organizacionais, designações e finalidades diversas. “Direitos das mulheres, emancipação das mulheres, movimento das mulheres ou da mulher foram expressões usadas pelas feministas, em diferentes momentos e lugares, para descrever os seus movimentos e objetivos. Essas categorias tinham sentidos complexos que podiam mudar ao longo do tempo” (Hannam, 2007: 5). Conceição Nogueira (2001: 134) explica que, “mesmo nos seus primórdios, os objetivos que fizeram surgir o feminismo como movimento social foram de certo modo distintos em função quer das classes sociais, quer dos países e das suas circunstâncias histórico-políticas e económicas; enquanto as mulheres das classes trabalhadoras pretendiam melhorar o nível económico das suas vidas, depauperado pelas consequências da revolução industrial, mulheres das classes altas visavam a igualdade no mundo do trabalho e a liberdade individual”.

Estes movimentos floresceram, não apenas nas suas dinâmicas locais, mas também em contactos e diálogos mútuos, numa internacionalização invulgar que ficou conhecida como *universal sisterhood*. A causa sufragista foi um dos cimentos dessas

organizações, ocupando um lugar central nas histórias do feminismo, sobretudo no Reino Unido e nos Estados Unidos, onde foi objeto de uma campanha intensa e altamente visível (Hannam, 2007: 8). Uma luta que começou por desenvolver-se nas democracias liberais da Europa e América do Norte e na Austrália e Nova Zelândia (*Ibid.*: 50).

O movimento sufragista adquiriu nova amplitude com a fundação da International Woman Suffrage Alliance, em 1904, que preconizava o voto feminino como uma questão de direitos humanos e de justiça, mais do que o reconhecimento de qualidades específicas das mulheres moldadas na esfera doméstica (*Ibid.*: 62). Nas primeiras duas décadas do século XX, esta deixara também de ser uma causa defendida exclusivamente por mulheres, com o crescente apoio masculino. A agenda internacional do feminismo e a atenção dos governos ocidentais em relação ao enquadramento político da condição feminina concentraram-se, neste período, na instrução e na intervenção na esfera política (Gorjão, 2002: 28), os principais objetivos da designada “primeira *vaga* de feminismo”. O termo distingue os primeiros movimentos organizados de mulheres daqueles que viriam a formar-se nas décadas de 1960 e 70, que deram corpo à “segunda *vaga* de feminismo”.

O feminismo emergiu historicamente como uma teoria com um objeto universal (mulheres), movendo-se em duas *vagas* (a primeira de 1860 aos anos 20 do séc. XX; a segunda de 1960 a 1980) e dividida em três categorias principais (liberal, marxista / socialista e radical). Hoje tornou-se mais complexo perceber o que é o feminismo. “O movimento único feminino fraturou-se numa multiplicidade de grupos, com pessoas e prioridades diferentes. Duas ondas transformaram-se em três, mas a terceira, pós-moderna, renunciou ao tipo de histórias que permitiriam ao feminismo ser visto como uma teoria unificada, evoluindo no sentido de uma mais clara verdade sobre o mundo patriarcal e a libertação face ao mesmo. Para isso, apenas podemos encontrar pequenas narrativas: os feminismos, tal como as mulheres, são plurais” (Coole, 1993: 184).

A batalha pela representação política formal seria “longa, difícil e ocasionalmente sangrenta” (Paxton e Hughes, 2007: 8). A exigência do voto não gerava consenso mesmo dentro das organizações de mulheres, conduzindo à formação de grupos dissidentes pro e contra a obtenção deste direito (Clift, 2003: 4).

As versões mais extremistas desta campanha são protagonizadas pelas *suffragettes*. Contrastando com o recurso a métodos “constitucionais” ou legais dos sufragistas (*lobbying*, petições, cartas), as *suffragettes* mobilizam “táticas militantes”: estratégias de propaganda com recurso a imagens fortes e emblemáticas do “poder feminino” e ações heterodoxas, conflituosas e de desobediência civil, que captaram a atenção pública e foram intensamente cobertas pela imprensa da época. O termo “militância” foi primeiro aplicado às atividades da britânica Women’s Social and Political Organization e evoca uma panóplia de táticas, que incluía a interrupção de reuniões, a recusa de pagamento de impostos e de preenchimento de formulários censitários, ataques a edifícios públicos e outras formas de destruição de propriedade, prisões e greves de fome (Paxton e Hughes, 2007: 54).

A Nova Zelândia tornou-se, em 1893, o primeiro país a garantir o direito de voto a todas as mulheres em eleições de âmbito nacional. A Austrália estendeu o sufrágio às mulheres em 1902 e a Finlândia em 1906. Este último tornou-se, por seu turno, o primeiro país a eleger mulheres para o Parlamento, em 1907. Em 1930, 42 países tinham assegurado o direito de voto feminino, incluindo Reino Unido (1918) e Estados Unidos (1920). Nas três décadas seguintes, outros 86 estados contemplaram este direito nas suas legislações. A nível europeu, Portugal foi dos últimos países a consagrar o voto universal, apenas após a Revolução de 1974.

Hoje, na maior parte dos países do mundo é legalmente reconhecido às mulheres o direito de participar na política, seja através do voto, do apoio a candidatos ou da candidatura própria aos órgãos de poder. Qatar, Omã, Kuwait e, de forma limitada, Emirados Árabes Unidos, tornaram-se os mais recentes Estados a expandir o sufrágio às mulheres (Henderson e Jeydel, 2010: 7). O mesmo sucedeu na Arábia Saudita, onde, em Setembro de 2011, o rei Abdullah garantiu o direito feminino ao voto e à disputa de eleições municipais a partir de 2015⁴.

A campanha pelo sufrágio, suportada na *women’s agency* e que, a dado passo, os políticos não puderam ignorar, constitui um momento-chave no desenvolvimento de uma consciência feminina, o que poderia levar a uma perspetiva mais alargada da sujeição de todas as mulheres pelos homens em função do seu sexo. A libertação face à

⁴ “Arábia Saudita. Mulheres ganham direito a votar e a serem candidatas”, *ionline*, 25/09/2011 (<http://www1.ionline.pt/conteudo/151835-arabia-saudita-mulheres-ganham-direito-votar-e-serem-candidatas>).

opressão, ao envolver a condição feminina no seu todo, poderia representar um objetivo acima das lealdades de classe ou partidárias. Em 1913, a líder da campanha britânica de luta pelo sufrágio, Millicent Fawcett, enaltecia os movimentos femininos como “uma das coisas maiores que alguma vez tiveram lugar na história do mundo”, porque “visam nada menos do que elevar o estatuto de todo um sexo – metade da humanidade” (*Apud* Hannam, 2007: 1).

Essa equação, porém, só seria plenamente formulada naqueles termos décadas mais tarde, quando já não estava em causa apenas a participação das mulheres nos órgãos eleitos como, mais profundamente, o questionamento do guião social das subjetividades masculina e feminina e dos “lugares naturais” de homens e de mulheres na sociedade.

Salienta-se, como ponto fundamental, o facto de, ao exigir para as mulheres a cidadania ativa nas instituições políticas formais, as sufragistas terem desafiado a ideologia das “esferas separadas” no coração das teorias políticas liberais (Hannam, 2007: 55). O liberalismo foi construído em torno de uma distinção entre domínios público e privado. Em *Contemporary Political Philosophy*, Will Kymlicka (1990, *Apud* Squires, 1999: 25-26) clarifica que existem no seio do liberalismo dois conceitos diferentes da distinção público-privado, o primeiro originado em Locke e apontando a distinção entre o político e o social, e o segundo, que emerge com os liberais influenciados pelo romantismo, distinguindo entre o social e o pessoal. O conceito de “esferas separadas” opera uma terceira distinção entre público e privado, negligenciada pela teoria política liberal, entre público e doméstico. “Aqui o público inclui tanto o Estado como a sociedade civil e o privado é definido institucionalmente como as relações e atividades da vida doméstica, frequentemente tidas como encarnando a intimidade, valorizada como fator de auto-desenvolvimento” (Squires, 1999: 25-26).

Uma das principais críticas que as feministas irão dirigir aos Estados liberais consiste precisamente em assinalar que estes reforçaram as relações de poder patriarcais dentro da família, ao mesmo tempo que formalmente negavam intervir em disputas familiares, com o argumento de que era essencial limitar a interferência do Estado na sociedade civil e nas relações pessoais. Desta circunscrição resultaram a subordinação da mulher e desigualdades no seio familiar, em contradição com os princípios liberais. Lisa McLaughlin (2004: 98) refere que a luta do movimento feminista pela igualdade

das mulheres foi iniciada em confronto com a herança modernista de atribuir gênero à fronteira entre público e privado.

Entre os pensadores liberais, deverá apontar-se o impacto das teses de John Stuart Mill no ensaio *The Subjection of Women* (1869), onde defende que o desenvolvimento pleno das mulheres ocorre através da educação e do seu acesso a todas as responsabilidades sociais, incluindo funções políticas e legislativas. Porém, em contraste com as feministas, o filósofo britânico advogou que a domesticidade tornava as mulheres inadequadas para papéis públicos. Considerou ainda que uma mulher, ao casar, escolhia dar prioridade ao governo da casa e à educação dos filhos (Mill, 2005 [1869]: 95), outro ponto em que entrava em desacordo com as feministas da época.

O questionamento mais fundamental das “esferas separadas” torna-se, de certo modo, inevitável. Poder-se-á perguntar qual foi o impacto imediato que o voto teve na melhoria do estatuto social, económico e legal das mulheres na primeira metade do século XX. Pese embora as diferenças entre sociedades, deve ter-se em mente que as conquistas que, num determinado momento, aparentaram ser decisivas na aquisição de direitos políticos pelas mulheres, são entrecortadas por contextos menos favoráveis à emancipação em relação a modelos tradicionais de feminilidade ou por crises de fé nos feminismos, ciclicamente catalogados como modos de pensamento e de intervenção anacrónicos. Nesses momentos, o poder patriarcal apenas à superfície foi desafiado, o que explica que, após uma intensa participação das mulheres na vida ativa, durante as duas guerras mundiais, se sucederam políticas conservadoras, que procuraram restaurar a ordem social e os papéis tradicionais de homens e de mulheres como seu sustentáculo.

Acalmada a intensidade do movimento sufragista, no período subsequente à I Guerra Mundial reemergem um discurso e reformas legislativas que enfatizam a domesticidade e a maternidade como essenciais ao bem da família e do Estado. Paralelamente, o feminismo torna-se impopular, sendo associado a sublevações na vida familiar e a conflitos entre os sexos. June Hannam (2007: 110) salienta ainda a visão das mulheres mais novas que, gozando de maior liberdade no período da guerra, tendiam a ver as organizações feministas como ultrapassadas. Ocorreu, em simultâneo,

um esvaziamento das organizações feministas e a sua fragmentação em pequenos grupos centrados em temas específicos (*Ibid.*: 114)⁵.

Os regimes autoritários e fascistas que se consolidam entre guerras eram explicitamente antifeministas (*Ibid.*: 109-110), com políticas e coerções morais direcionadas para persuadir as mulheres de que seriam altamente valorizadas apenas enquanto cumprissem as funções da maternidade e da prestação de cuidados às crianças (Nogueira, 2001: 140-141).

Depois da II Guerra Mundial, registou-se uma continuidade das atitudes e práticas tradicionalistas em relação às mulheres, quer na esfera doméstica quer profissional. Conceição Nogueira (*Ibid.*: 136) salienta que “a ideia de que o casamento, a casa e a dependência eram condições apropriadas às mulheres não só sobreviveram aos desafios da guerra, como foram também determinantes das políticas face às mulheres”. As políticas sociais baseavam-se no pressuposto de que continuava a existir um “chefe de família” e que às mulheres competia o “governo doméstico”. Nos Estados Unidos, os anos 50 ficaram conhecidos como “a década da dona de casa”. “A imagem da esposa e mãe satisfeita, dedicando toda a sua atenção ao trabalho doméstico, aos cuidados às crianças e ao marido, encontrava-se generalizada nas revistas populares e na publicidade” (Hannam, 2007: 134).

Mantinha-se, assim, a força da ideologia das “esferas separadas”. A rutura com uma ordem social estruturada na oposição público-privado, no poder do patriarcado e na relegação das mulheres para o doméstico exigia um confronto mais profundo com as estruturas sociais dominantes.

1.2 “O PESSOAL É POLÍTICO”: DESAFIAR AS FRONTEIRAS PÚBLICO-PRIVADO

Apenas a partir das décadas de 1960 e 1970 se desenvolve a contestação feminista da identificação das mulheres com a esfera doméstica e a domesticação ou

⁵ No final da I Guerra Mundial, formaram-se muitas organizações de mulheres, que apelaram largamente a esposas e a mães, com o objetivo de desafiar as desigualdades. Porém, a relutância destes grupos em se identificarem com o feminismo pode ter contribuído para um fraco sentido de que integravam um movimento coletivo que questionava os papéis tradicionais de género e para a ausência de desenvolvimento de uma consciência de solidariedade entre as mulheres. Por outro lado, tornou patente as multifacetadas manifestações da cidadania ativa feminina (Hannam, 2007: 118-119).

privatização das suas identidades, o que teve como consequência o questionamento da natureza da política e da esfera pública. No final dos anos de 1960, o feminismo vai ressurgir como Movimento de Libertação das Mulheres. Trata-se de um feminismo novo, explosivo e explícito, cujas ondas de influência se disseminaram pela América do Norte e Europa Ocidental. Central a estas manifestações é a denúncia da opressão feminina, que se verificava essencialmente na esfera doméstica. O ressurgir do feminismo – da sua segunda *vaga* – como movimento de libertação tomou a forma de uma crítica fundamental à família (Nogueira, 2001: 138).

A segunda *vaga* do feminismo não surge desligada do desenvolvimento das democracias liberais ocidentais, marcadas, nas décadas de 1970 e 80, pelas questões de identidade e da diferença. Eclodem novos movimentos sociais e a designada *movement politics*, que contribuem para uma redefinição da agenda e dos temas políticos (Benhabib, 1996: 4-5). Os movimentos sociais que emergem no pós-guerra “criaram uma constelação única na história, já que todos (...) foram caracterizados por uma grande dose de ambição: todos pretendiam renegociar o valor das hierarquias de valor e do poder” (Nogueira, 2001: 137). A ação e a experiência destas correntes propiciaram o aparecimento de novos atores políticos, como os grupos de ativistas (mulheres, minorias raciais, étnicas e sexuais), com uma organização relativamente fluida⁶ e estratégias ruidosas para fazerem ouvir as suas exigências a um sistema que resistia a representá-las. João Pissarra Esteves (2010: 28-29) salienta que “as mulheres – a par de outras formas identitárias e movimentos sociais – têm contribuído decisivamente para uma maior abertura do espaço público ao Mundo da Vida, aos contextos de comunicação e aos círculos espontâneos de discussão”.

Obras como *Le Deuxième Sexe* (Simone de Beauvoir), *The Feminine Mystique* (Betty Friedan), *The Female Eunuch* (Germaine Greer), *The Dialectics of Sex* (Shulamith Firestone) e *Sexual Politics* (Kate Millet) influenciaram a reativação de um feminismo que, como durante a campanha pelo sufrágio, volta a envolver a sociedade e se projeta no espaço público como discurso de contestação, mobilizando distintos recursos de comunicação e de protesto.

⁶ Estes desenvolvimentos foram vistos como expressando “valores pós-materialistas” (Ronald Inglehart) e interpretados como assinalando uma mudança das “questões de distribuição” para uma preocupação com “a gramática das formas de vida” (Jurgen Habermas) (Benhabib, 1996: 4).

A obra de Beauvoir, considerada precursora da segunda *vaga* de feminismo (foi publicada em 1949), preconizava que as mulheres ainda não tinham construído a sua identidade própria, uma vez que foram sempre vistas como “o outro” na sua relação com os homens, entendidos como “a norma” e “a essência”. Enfatizava que os papéis e as qualidades atribuídos às mulheres, longe de naturais e sustentados na biologia, eram socialmente construídos. É este o sentido da célebre passagem “on ne naît pas femme, on le devient”. Começa a desenhar-se a distinção entre “sexo”, determinado pela biologia e expresso nos termos “macho” e “fêmea”, e “género”, um conjunto de características cultural e socialmente definidas, desvinculadas de qualquer determinismo biológico, que os termos “masculino” e “feminino” indicam.

Virginia Sapiro (1998: 167) observa que os movimentos de mulheres enfatizaram a “conscientização”, usando motes como “o pessoal é político”, uma asserção clássica feminista que desafia noções de feminilidade e interpela as fronteiras convencionais entre a esfera política e a pessoal. A segunda *vaga* de feminismo envolve uma certa desconstrução da esfera política, não já entendida como estando exclusivamente contida no plano institucional do governo, mas também abarcando as relações de poder dominadoras e desiguais que atravessam os domínios do Estado, da sociedade civil e da família (Squires, 1999: 32).

As representantes da “segunda *vaga* de feminismo” não ignoravam que o aumento da presença de mulheres nos partidos e nos órgãos políticos poderia beneficiar a situação social da população feminina. Paralelamente, formam-se de raiz grupos autónomos, externos aos partidos políticos e que rejeitam hierarquias e líderes nacionais, em cujas reuniões as mulheres eram encorajadas a falar sobre as suas experiências. Os processos de consciencialização visavam ajudá-las a desenvolver a perceção da sua posição, de que esta era socialmente partilhável, e a tomar o controlo sobre as suas vidas e aspirações. O autoconhecimento constituía o trampolim para agir coletivamente e alcançar a mudança (Hannam, 2007: 142).

Além da reclamação da autonomia e da independência económica, politizam-se – tornam-se objeto de debate público e de políticas públicas – temas antes silenciados na esfera privada e mesmo íntima, como o controlo sobre o corpo, a liberdade sexual, a maternidade, a contraceção e as relações entre homens e mulheres. A expressão “o pessoal é político” revela, em última análise, que todas as esferas têm estruturado

significativamente a vida das mulheres (McLaughlin, 2004: 98), sendo esse o seu sentido político mais profundo.

As iniciativas provocadoras desta “força política vibrante” receberam uma intensa cobertura mediática em todo o mundo, como a iconográfica queima de soutiens, cintas e pestanas postiças, em 1968, ou a deposição de uma coroa de flores sob o Arco do Triunfo dedicada à mulher do soldado desconhecido, em 1970. No ano seguinte, em França, 343 francesas subscreveram um manifesto, publicado no *Nouvel Observateur*, no qual declaram ter abortado ilegalmente. As feministas recorrem à “publicidade” como “meio de acesso à sua emancipação e poder” (Fraser, 1991, *Apud* Silveirinha, 2010: 14). Conceição Nogueira (2001: 138) observa que a mesma comunicação social não noticiava outros acontecimentos importantes, como a intervenção feminista na política, promovendo mudanças legislativas e de direitos.

Estas mobilizações definem, em traços largos, os movimentos feministas sobretudo na América do Norte e na Europa ocidental. Na América Latina, os papéis tradicionais das mulheres como mães e esposas foram exibidos publicamente como fonte de força e, em algumas das suas manifestações, fundamentaram o ativismo político, de que constitui um dos exemplos mais conhecidos o grupo argentino Madres de la Plaza de Mayo. Mas também nestes países contradições emergiram atendendo a diferentes *backgrounds* políticos e sociais. Mulheres da classe média, com instrução, participam nos partidos oposicionistas de esquerda e começam a questionar-se sobre a discriminação sexual num contexto mais lato de luta de classes, criando organizações de mulheres. Na sua reflexão sobre a democracia, estabelecem uma ligação entre o autoritarismo do Estado e o autoritarismo da sociedade, em particular, a opressão no seio da família.

Em África, os condicionalismos sociais e económicos tornavam incontornável a articulação do género com a raça e a opressão de classe. Por outro lado, a ausência de homens exigiu às mulheres que assumissem um papel essencial na garantia da sobrevivência da família, trabalhando tanto fora de casa como assegurando a assistência no lar. Por isso, “a dicotomia entre as esferas pública e privada, e entre os domínios masculino e feminino, era menos marcada nas sociedades africanas do que em muitos outros países (...) O papel da mulher na garantia da sobrevivência familiar conduziu à

formação de organizações de base ao nível comunitário e, consequentemente, ao envolvimento na política nacional e internacional” (Hannam, 2007: 150-151)⁷.

Por conseguinte, a situação das mulheres enquanto grupo social dominado e dependente, sem voz e representação, evolui dramaticamente desde as organizações sufragistas do século XIX até à eclosão dos feminismos dos anos de 1960 e 70. À exuberância do Movimento de Libertação das Mulheres seguiram-se a fragmentação dos feminismos, por um lado, e um posicionamento antifeminista ou pós-feminista (conhecido por *backlash do feminismo*), por outro. Como já se verificara no início do século XX, muitas mulheres distanciam-se de uma identidade feminista, tendo em mente os estereótipos e a caricatura do feminismo veiculados pela ideologia tradicional (Nogueira, 2001: 146). Não obstante o seu enfraquecimento (e mesmo ridicularização) a partir dos anos de 1980, o Movimento de Libertação das Mulheres constituiu um marco histórico nas democracias liberais ocidentais, deixando como legado a transposição para o espaço público – e a imposição da sua discussão – de temas tão delicados e fraturantes face aos valores (sociais, morais, religiosos) dominantes como o direito à contraceção e a legalização do aborto, a par do reconhecimento da igualdade formal de homens e de mulheres perante a Constituição e a lei e de outras importantes alterações legislativas para a condição feminina.

É certo que prevaleceram as teses dos “feminismos liberais”, com o seu enfoque nos direitos individuais, na igualdade de oportunidades e na crença nas reformas jurídicas para produzir mudanças no corpo social e político, sobre correntes mais radicais – porventura mais divisionistas e, na prática, de menor aplicabilidade à sociedade no seu todo – do feminismo. Como define Cláudia Álvares (2009: 59), o feminismo liberal “surge como uma aplicação dos princípios da filosofia política liberal (...) às desigualdades políticas e económicas vividas pelo sexo feminino. Pressupondo que o desenvolvimento racional consiste no mais elevado ideal humano, a teoria liberal atribui ao Estado a responsabilidade de assegurar uma igualdade de oportunidades que permite a todos os cidadãos concretizarem o seu potencial”. O feminismo radical, cuja emergência foi propiciada pelo Movimento de Libertação das Mulheres, procura contrapor ao predomínio cultural masculino uma essência feminina, refundando a diferença sexual na biologia e na experiência de vida, desligada agora dos mecanismos

⁷ Como se verá, os traços distintivos das sociedades matriarcais africanas permitem-nos pensar em caminhos alternativos da ascensão das mulheres ao poder político e em novos paradigmas de governação.

de opressão patriarcal. Nas suas formulações mais radicais, o feminismo preconiza que a construção da identidade feminina, do *self*, requer a exclusão do masculino. A celebração de uma essência universal feminina toma a forma simbólica do conceito de reprodução, dando-lhe uma conotação positiva. Num plano institucional, propõe a erradicação completa do sistema ao nível jurídico, político e cultural (*Ibid.*: 60-61). Uma crítica dirigida ao feminismo liberal, sobretudo das adeptas da corrente radical, aponta a via reformista que preconiza, *i.e.*, ao facto de alegadamente se concentrar em manifestações mais superficiais da discriminação sexual, não contestando a legitimidade do sistema, cujas formações ideológicas mais profundas são eventualmente responsáveis pela continuidade da subordinação do feminino ao masculino. Segundo Maynard (1998, *Apud* Hannam, 2007: 145), estes setores críticos atentam, em particular, “no controlo social das mulheres pelos homens através de vários mecanismos patriarcais, especialmente a violência, heterossexualidade e reprodução, onde os homens, enquanto grupo, são vistos como responsáveis pela manutenção da opressão das mulheres”.

Não obstante, como sintetiza Valerie Bryson (2003: 3), os ideais liberais sobre a igualdade de direitos na educação, emprego e participação política passaram a constituir, nas sociedades ocidentais, uma espécie de *default setting*, uma plataforma mínima do debate sobre a condição feminina.

1.3 PORTUGAL: O VOTO UNIVERSAL QUE CHEGA TARDE

1.3.1 Desilusão nos “anos de ouro” do feminismo

Na primeira década do século XX, na antecâmara da Revolução Republicana de 1910, surgem as primeiras agremiações feministas em Portugal, sincronizadas com correntes femininas e feministas internacionais. Uma restrita elite intelectual começava então a distinguir-se em áreas até aí exclusivamente masculinas⁸.

⁸ Surgem as primeiras licenciadas em Medicina (Elisa Augusta da Conceição de Andrade, em 1889) e em Direito (Regina Quintanilha, 1913).

Na viragem para o republicanismo, que abraçam, os incipientes movimentos feministas⁹ encontram um ambiente político favorável ao seu desenvolvimento em estruturas organizadas e à aquisição de dimensão política e capacidade reivindicativa (Esteves, 2008: 23). Alguns simpatizantes masculinos da causa intitulam-se a si próprios de “feministas”. Em 1924, o ex-Presidente da República Bernardino Machado intitulou-se a si mesmo como um “antigo soldado do Feminismo”¹⁰. Trata-se, segundo os historiadores, do período dourado do feminismo em Portugal. Na fase final da I República, em 1924 e 1928, realizam-se os dois primeiros Congressos Feministas e da Educação, promovidos pelo Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (o terceiro apenas teria lugar em 2008).

O pensamento e a ação feministas estavam então alinhados com o leque de reivindicações que caracterizou a primeira *vaga* de feminismo, aí se compreendendo o acesso à educação, ao trabalho, à participação política e ao voto e alterações legislativas sobre o divórcio, o casamento e a filiação¹¹ (Tavares, 2010: 39).

Maria Reynolds de Sousa (1985: 428) salienta que nem todas as feministas eram partidárias do voto feminino sem restrições. Algumas interrogavam-se sobre esta extensão do sufrágio, “sobretudo no que dizia respeito aos critérios definindo o grau suficiente de instrução das cidadãs eleitoras” e, por conseguinte, estabelecendo uma vinculação da capacidade eleitoral das mulheres à tomada de consciência desse direito (Gorjão, 2002: 34). Outras empenharam-se na causa sufragista, “que consideravam pedra fundamental para obtenção da igualdade de estatuto” (Sousa, 1985: 428). Esta exigência – que motivou o largo apoio das associações de mulheres, do movimento

⁹ No dealbar da I República, Ana de Castro Osório foi uma figura de charneira na luta pelos direitos das mulheres. Em 1905, publicou *As Mulheres Portuguesas*, aquele que é considerado o primeiro manifesto feminista editado em Portugal. Em 1907, criou o Grupo Português de Estudos Feministas, a primeira associação feminista do país. Esteve ainda envolvida, juntamente com Carolina Beatriz Ângelo, Virgínia de Castro Almeida, Maria Veleda, Fausta Pinto, Adelaide Cabete e Angélica Porto, na fundação da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas (1909), de génese declaradamente política, e, dois anos mais tarde, da Associação de Propaganda Feminista (1911). Esta última agremiação foi criada em sequência de uma divisão entre o grupo apoiante de Ana de Castro Osório e o de Maria Veleda. Resultou parcialmente daquela cisão a criação do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914), formado por Adelaide Cabete como secção do International Council of Women, e da Associação Feminina de Propaganda Democrática (1915).

¹⁰ *Diário de Notícias*, 05/05/1924.

¹¹ A 3 de Novembro de 1910 é aprovada a Lei do Divórcio, sendo a dissolução dos casamentos admitida pela primeira vez em Portugal. As novas leis do casamento e da filiação baseiam o casamento na igualdade, deixando a mulher de estar vinculada ao dever de obediência ao marido (Comissão para a Igualdade, 1998: 27).

operário e das organizações sindicalistas e anarco-sindicalistas ao Partido Republicano – não foi cumprida. O voto permaneceu censitário e masculino¹².

Aliás, uma única mulher conseguiu exercer o direito de voto durante a I República. O primeiro voto feminino foi protagonizado, em 1911, pela médica e feminista Carolina Beatriz Ângelo. Viúva e mãe, requereu a sua inscrição como eleitora para votar nas eleições para a Assembleia Constituinte de 28 de Maio, invocando a sua qualidade de chefe de família, ao abrigo do Código Administrativo, o que lhe foi inicialmente recusado. Ao recorrer para os tribunais, viu ser-lhe reconhecida a pretensão, sendo felicitada pelo ato por feministas de todo o mundo¹³. O juiz que decidiu a seu favor era pai de outra notável sufragista, Ana de Castro Osório (Ferreira, 1999: 200). Este acontecimento conduziu, porém, a uma alteração da lei, em 1913, visando a proibição explícita do voto feminino, doravante restringido aos chefes de família do sexo masculino, com mais de 21 anos, que soubessem ler e escrever.

Se o Direito constituía um poderoso instrumento social de regulamentação do estrato feminino da população, é significativo o impacto da abertura às mulheres do exercício da advocacia, através do Decreto n.º 4.676, de 1918 (Raposo, 2004: 47). No seio do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, passaria a funcionar uma Comissão de Legislação, onde tinham assento diversas advogadas. Em 1921, a advogada Aurora Castro de Gouveia, outra figura destacada do feminismo português, ainda que se congratulando com a igualdade entre os sexos consagrada nas leis republicanas e com as aquisições cívicas resultantes das Leis da Família e do Divórcio de 1910, duvidava da efetividade da aplicação dos novos diplomas jurídicos. “E, fundamentalmente, exigia a revisão da Constituição com vista à declaração do sufrágio universal” (Gorjão, 2002: 29). A recusa fundamenta-se no argumento de que o reconhecimento do direito de voto implicaria o colapso da República, em virtude da “natureza intrinsecamente conservadora e profundamente católica” das mulheres (*Ibid.*: 37).

¹² Vanda Gorjão observa que, ainda que arredadas do exercício de voto, algumas mulheres intelectuais participavam politicamente, mantendo-se informadas sobre o processo governativo, os partidos e as eleições, que discutiam publicamente. “A sua atividade política e as respetivas repercussões não estiveram, nesse sentido, dependentes do reconhecimento legal da participação política feminina. Muito pelo contrário, atuando nas margens do sistema político, essas mulheres não só se anteciparam a esse reconhecimento como, de alguma maneira, também o forçaram” (Gorjão, 2002: 32).

¹³ Carolina Beatriz Ângelo morreu passados alguns meses. Na ocasião, *O Mundo* elogia-a como “republicana intransigente, livre pensadora modelar, feminista apaixonada”.

Perante a resistência das instituições políticas republicanas ao alargamento da participação eleitoral, os anos 20 do século XX marcam a viragem de um feminismo pacifista e republicano para um mais aguerrido e distante de partidos políticos. A escritora e jurista Elina Guimarães seria acusada de “bolchevizar” as mulheres, tornando-se *persona non grata* na sequência da sua participação no segundo Congresso Feminista e da Educação, em 1928 (Tavares, 2010: 40).

1.3.2 Reconhecimento do direito de voto feminino no Estado Novo

Durante o Estado Novo foi pela primeira vez concedido às mulheres o direito de votar e de serem eleitas. Por tentador que seja olhar este período como um bloco monolítico, será necessário aí considerar ciclos evolutivos no reconhecimento de direitos políticos pelas mulheres, associados a outras alterações legislativas com impacto nos seus quotidianos, que refletem e procuram dar resposta, ainda que de forma insuficiente e contraditória, às mudanças reais nas suas vidas nas quase cinco décadas de duração do regime.

No plano dos direitos políticos, as mulheres adquiriram pela primeira vez capacidade de voto em 1931, ainda que, como interpreta Lúcia Amaral (1998), as leis eleitorais do Estado Novo corporizassem um entendimento restritivo da cidadania feminina. Dois anos antes de vigorar a Constituição de 1933 e de ser empossada a I Assembleia Nacional, o Decreto-Lei n.º 19.694, de 5 de Maio, atribui o direito de voto, para além das “chefes de família”, às mulheres maiores de 20 anos, diplomadas com cursos superiores ou secundários. Sobre as mulheres pendiam exigências mais severas do que as impostas aos homens, uma vez que a estes bastava que soubessem ler e escrever (Vargas, 2000: 43-44).

Numa entrevista de 1932, António Ferro questionou Oliveira Salazar sobre os protestos femininos contra o voto censitário, ao que o Presidente do Conselho respondeu que as portuguesas não tinham razão de queixa, pois o “«estatuto constitucional» reconhecia-lhes, «com as possíveis restrições, igualdade de direitos e, até, em certas condições, o direito ao voto»” (Pimentel, 2011: 37).

Ainda que subalternizadas em relação aos maridos, as mulheres seriam valorizadas como os “sustentáculos da nação”, através da maternidade, e nas suas mãos se depositava a “salvaguarda moral” das famílias e a “renovação da raça”, explicam Maria Belo, Ana Paula Alão e Iolanda Neves, no ensaio “O Estado Novo e as mulheres”, publicado em 1987 (*Apud* Pimentel, 2011: 14-15). A ideologia emergente iria consagrar a família como a unidade básica da sociedade, com responsabilização evidente dos homens pelo sustento e das mulheres pelo governo doméstico (Rodrigues, 1983: 909). Das mulheres esperava-se que assumissem os papéis de domésticas, mães e esposas, idealização que evoca “a mulher dos três K” – *Kinder, Kuche, Kirche* –, de inspiração nazi e fascista (Rodrigues, 1983: 909-910). Como salienta Ruiz Jiménez (2009: 236), tradicionalmente a direita conservadora em Portugal (como em Espanha) opunha-se à participação das mulheres na esfera pública e defendia o reforço do seu papel tradicional na privada. É visível a vinculação desta ideologia aos postulados da Igreja Católica. A matriz ideológica do Estado Novo reflete a aliança entre Estado e Igreja Católica, expressa através da Concordata de 1940, acordo pelo qual os casamentos católicos não podiam ser dissolvidos pelos tribunais civis.

A Constituição de 1933 vem consagrar a igualdade dos cidadãos perante a lei, “salvo, quanto à mulher, as diferenças resultantes da sua natureza e do bem da família”, estipula o artigo 5.º (Vargas, 2000: 45). A Lei Fundamental considera explicitamente a situação das mulheres e, como qualifica Jorge Miranda (1998: 40), a distinção é feita em moldes muito conservadores, que confirmam a sua subordinação.

Sempre com restrições que se vão alterando, em 1933 a lei estende às mulheres solteiras, maiores e emancipadas, com curso secundário e superior, o direito a participar nas eleições para as juntas de freguesia, câmaras municipais e presidenciais. No ano seguinte, uma nova disposição legal possibilita que as mulheres sejam eleitoras e elegíveis para a Assembleia Nacional e para a Câmara Corporativa, dentro de certos condicionalismos – às maiores de 21 anos, solteiras, com rendimento próprio ou trabalhadoras, bem como às chefes de família e às casadas com diploma secundário ou que pagassem determinada contribuição predial (Pimentel, 2011: 37).

O período que se segue ao fim da II Guerra Mundial propicia alguma abertura e descompressão do regime salazarista: a restrição do voto feminino deixa de ser tão apertada através da Lei n.º 2.015, de 28 de Maio, pelo qual passam a poder votar também as mulheres casadas com literacia mínima e que atingissem um certo montante

de capacidade tributária, persistindo as situações de desigualdade perante os homens (Amaral, 1998: 24). Formam-se tímidos grupos oposicionistas, onde se incluem movimentos femininos, como o Núcleo Feminino de Propaganda – que se congregou em torno da candidatura do general Norton de Matos às presidenciais de 1949, contra o candidato do sistema, Óscar Carmona – e a Comissão Feminina do Movimento de Unidade Democrática.

“As mulheres em campanha por Norton de Matos empunharam não só as mesmas bandeiras dos homens, com o objetivo de lutar pela democracia em Portugal, como apresentaram uma «agenda reivindicativa» feminista. Esta incluía «a equiparação jurídica para ambos os sexos, o alargamento do sufrágio feminino, a abolição do regulamento da prostituição, salário igual para trabalho igual, assistência social para todas as mulheres (...), bem como maior acesso à educação e cultura». A presença feminina nessa campanha oposicionista foi responsável por apresentar um diagnóstico impiedoso da situação feminina, que contrariou a imagem ideologizada e idealizada da mesma apresentada pelo Estado Novo” (Pimentel, 2011: 42).

O anacronismo e a natureza discriminatória da legislação tornam-se mais flagrantes nas décadas de 1960 e 70, perante a evolução da situação das mulheres. O sociólogo António Barreto (1995: 843) sublinha a “notável aceleração” da sociedade portuguesa a partir dos anos de 1960. “Quando começaram, as mudanças foram mais rápidas”, afetando a indústria, os serviços, a escolarização e a estrutura demográfica. O crescimento económico entre 1960 e 1973 foi o maior da história do país. A emigração, agora dirigida especialmente para a Europa, atinge valores muito altos. Inicia-se o turismo de massas em Portugal (Barreto, 2005: 138-139).

Em 1968-69, a sucessão de Salazar por Marcello Caetano é acompanhada de uma certa promessa de liberalização do regime, que dá origem à expressão “primavera marcelista”. Porém, a eclosão da Guerra Colonial, em 1961, torna-se o acontecimento central da vida nacional. Condiciona a política, cativa parte significativa dos recursos orçamentais, reforça a severidade do sistema, “liquidando as pressões liberais da sociedade e mesmo as eventuais veleidades, no mesmo sentido, do novo governo” (Barreto, 2005: 140).

Não obstante, o período marcelista representou uma certa rutura com o passado relativamente ao enquadramento legal da condição feminina.

A desigualdade na participação eleitoral termina em 1968, com a Lei n.º 2.137, de 26 de Dezembro, que atribui os mesmos direitos políticos a homens e a mulheres, independentemente do seu estado civil. Apenas nas eleições para as juntas de freguesia se mantinha o monopólio do voto pelos chefes de família (Amaral, 1998: 24). Este alargamento do voto às mulheres assenta na perceção do seu maior conservadorismo e imobilismo políticos. Como se lê num parecer da Câmara Corporativa, “as mulheres são mais conservadoras do que os homens e temem, muito mais que estes, a aventura e a mudança, e segundo parece, em toda a parte, tanto nos países desenvolvidos como nos países subdesenvolvidos, o voto das mulheres tende a acentuar a «personalização do poder»”¹⁴.

Numa sociedade em convulsão silenciosa, com um nível de pobreza que gera novos fluxos migratórios¹⁵, a guerra colonial, o crescimento do descontentamento social e da oposição política, as mulheres eram percebidas – como o tinham sido durante a I República e no início do regime (Pimentel, 2011: 40) – como um pilar de resistência à mudança e de apoio ao sistema. O governo teria uma noção de *gender gap* que procuraria capitalizar politicamente, recolhendo os frutos da promoção, ao longo de décadas, de distintas socializações de homens e de mulheres.

O imobilismo político das mulheres contrasta com a sua crescente presença nas esferas profissional e educativa. Os responsáveis políticos, através de iniciativas legislativas, dão sinais de alguma atenção às mudanças vividas pela população feminina. Em resposta ao aumento da literacia¹⁶ e do trabalho fora de casa, em

¹⁴ Parecer n.º 15/IX sobre a proposta de Lei n.º 3/IX de Alteração à Lei Eleitoral, Diário das Sessões, Câmara Corporativa, IX Legislatura, Suplemento n.º 156, 19 de Dezembro de 1968 (*Apud* Gorjão, 2002: 76).

¹⁵ Entre 1960 e 1969, emigraram cerca de 647 mil portugueses, dos quais 58,4% homens (Comissão para a Igualdade, 1997: 19). Trata-se, segundo Barreto (1995: 844), de uma emigração de proporções inéditas, muito superiores aos saldos fisiológicos anuais.

¹⁶ Em Portugal, o analfabetismo sempre afetou mais as mulheres do que os homens: em 1930, 70% das mulheres eram analfabetas (contra 53% de homens); em 1940, 56%; em 1950, 48%; e em 1960, 37%. Em três décadas, foi diminuindo a diferença das mulheres em relação aos homens neste indicador: em 1960, o analfabetismo masculino era de 25% (Pimentel, 2011: 120). O nível de escolaridade feminina era também muito inferior em relação à masculina mas, já em 1960, a escolaridade primária feminina praticamente igualava a masculina, sendo que tinham mais êxito escolar do que os colegas rapazes. Observou-se ainda o incremento da feminização do ensino liceal e aumentou progressivamente o número de alunas nas universidades, sobretudo em cursos de Letras e de Farmácia, ainda que muitas não concluíssem a habilitação (*Ibid.*: 121-124).

Novembro de 1969, é introduzido na legislação nacional o princípio de “salário igual para trabalho igual”, três anos depois da ratificação da Convenção n.º 100 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), relativa à igualdade de remuneração entre homens e mulheres.

Julietta Rodrigues (1983: 924) estabelece uma diferença entre o primeiro período do Estado Novo, em que as mulheres ficaram mais confinadas à casa – o que era favorecido pelas inúmeras limitações legais ao trabalho feminino –, e a sua fase final¹⁷, em que “as mulheres estavam a passar da esfera privada para a esfera da produção” (Rodrigues, 1983: 910). Com efeito, nos anos finais do Estado Novo, inicia-se uma lenta mudança de paradigma onde a mulher começa a ser encarada, não principalmente num contexto familiar, mas no laboral, ainda que o trabalho feminino fosse, por regra, menos qualificado, mais precário e menos valorizado em termos de perspetivas de carreira e de remuneração.

Apesar da imagem mitificada das mulheres como pilar da família, estas nunca deixaram de trabalhar fora do lar. Na investigação *Mulheres do Meu País*, que resulta de um périplo realizado entre 1947 e 1950 para observar a condição feminina em Portugal, a jornalista e escritora Maria Lamas regista que “no povo não há, praticamente, mulheres domésticas” e que todas “trabalham, mais ou menos fora do lar”. “Quando não são operárias, são trabalhadoras rurais, vendedeiras, criadas de serviço ou «mulheres a dias»”, pelo que “seria quase impossível mencionar todas as suas ocupações que vão do roçar mato aos mais delicados bordados, sem contar com as grandes indústrias em que ela ocupa lugar predominante” (*Apud* Pimentel, 2011: 75).

¹⁷ Ainda que as estatísticas devam ser interpretadas com cautela, devido às variações da categoria de população feminina “no ativo” (Pimentel, 2011: 71), em 1930, as mulheres representavam 27% da população ativa com profissão (*i.e.*, que trabalhavam por conta própria, no Estado ou em empresas particulares), em 1940, 16%, em 1950, 23%, e em 1960, 19% (Pimentel, 2011: 72-73). “Estas taxas de feminização parecem indicar alguma eficácia da propaganda estado-novista de reenvio da mulher para o lar, até à década de sessenta” (*Ibid.*: 73). Contudo, de 1960 a 1970, a força laboral feminina aumentou para 26%, não deixando de evoluir positivamente a partir desta data. Por outro lado, a percentagem de mulheres na agricultura diminuiu. Em 1960, em relação ao total de mulheres a trabalhar, 28,4% e 44,3% estavam empregadas, respetivamente, na indústria e nos serviços (Agria, 1968, *Apud* Rodrigues, 1983: 910). No início da década seguinte, a presença feminina aumenta para 30,8% e 47,2%, respetivamente, nos setores da indústria e dos serviços (Romão, 1976, *Apud* Rodrigues, 1983: 910). O incremento da atividade profissional feminina ocorre sobretudo pela integração no mercado laboral das mulheres solteiras e mais jovens. As estatísticas indicam que, no começo da década de 1970, a percentagem de mulheres casadas que exercia uma atividade profissional era de 36,7%, inferior à de mulheres solteiras, de 53,7% (Rodrigues, 1983: 925).

As exigências do mundo profissional geram, por seu turno, novas necessidades de apoio exógeno – trabalhando fora de casa, as mulheres estavam menos disponíveis para o seu papel assistencial às crianças e aos mais velhos. Não por acaso, Maria Teresa Lobo, a única mulher a integrar um governo durante o Estado Novo, em 1971, como Subsecretária de Estado, será responsável pela Saúde e Assistência Social. Em 1970, é criado um Grupo de Trabalho para a Participação da Mulher na Vida Económica e Social, presidido por Maria de Lourdes Pintasilgo, e que estará na origem da fundação, em 1973, da Comissão para a Política Social relativa à Mulher, tutelada pelo Ministério da Previdência. Após o primeiro levantamento das discriminações no direito público e privado, aquele organismo propôs alterações no âmbito do direito da família e do trabalho.

As medidas legislativas operam de modo ambíguo face à condição real das mulheres, indo frequentemente em sentido contrário e entravando a emancipação profissional e o acesso a direitos económicos. Em 1967 entra em vigor o novo Código Civil, que determina que a família é chefiada pelo marido, ao qual compete decidir em relação à vida conjugal comum e aos filhos. Na revisão constitucional de 1971, as “diferenças de tratamento quanto ao sexo” são mantidas e justificadas pela “natureza” dos géneros, deixando-se cair o “bem da família” – sem que, reflete Jorge Miranda (1998: 40), se tenha sentido a necessidade de modificar ou revogar as normas inigualitárias do então recentíssimo Código Civil e da legislação relativa à cidadania, às carreiras judiciária e diplomática, à função pública e ao trabalho. Além de lhes serem interditas várias carreiras, as mulheres portuguesas permaneciam subordinadas à autoridade do marido na mobilidade e autonomia para celebrar contratos ou iniciar um negócio.

Em síntese, se o primeiro mandato de Marcello Caetano como chefe do Conselho se inicia sob o signo da descompressão de alguns aspetos mais repressivos, “as contradições do sistema e as ambiguidades do projeto marcelista acabam por emergir, ditando a rutura com a linha liberalizante” (Castilho, 2003: 45).

Neste contexto, ferve uma consciência feminista que se manifesta, a título ilustrativo, com a publicação das *Novas Cartas Portuguesas*, de Maria Velho da Costa, Maria Isabel Barreno e Maria Teresa Horta, conhecidas como “as três Marias”. A obra – que se pode inscrever na segunda *vaga* de feminismo, abordando o prazer, o amor e o desejo sexual das mulheres –, foi apreendida e as autoras processadas judicialmente, sob

a acusação de pornografia e ofensas à moral pública. Segundo o testemunho de Maria Teresa Horta a Manuela Tavares (2010: 178), o seu objetivo não era o de escrever uma “Bíblia Feminista” mas uma obra literária: é um “«livro de rutura e só é considerado feminista quando as feministas lhe começaram a dar o seu apoio. Elas leram e identificaram-se»”. Isabel Allegro de Magalhães (1995, *Apud* Tavares: 178-179) elogia, nas *Novas Cartas*, a conjugação de uma denúncia da opressão feminina tanto no domínio privado como no público. Não apenas a condição da mulher é visada, como a situação do país, com a guerra colonial, a emigração e a estratificação social. Deverá ter-se em mente que, se é possível encontrar vários exemplos de mulheres dedicadas à causa feminina, em Portugal “os movimentos pelos direitos das mulheres têm tido, nas últimas décadas, uma expressão bastante mais débil do que tiveram em outros países europeus, nomeadamente, da Europa do Sul” (Ferreira, 1999: 200).

Nas instâncias formais do poder, as mulheres terão uma participação minoritária e controlada. Observa Vanda Gorjão (2002: 74) que as ditaduras europeias da primeira metade do século XX atribuíram certas funções políticas às mulheres, ainda que a “condição de sujeitos políticos que essas mulheres puderam assumir [tenha sido], porém, meramente de fachada. Integradas nos governos e em movimentos e organizações estatais, o poder que tiveram foi pouco mais que insignificante”. Além de, como referido, uma única mulher ter integrado o governo, e já no período marcelista, durante os 39 anos de história da Assembleia Nacional, as mulheres cumpriram um total de 34 mandatos como deputadas. Ainda que presentes em todas as 11 legislaturas do Estado Novo, a sua representatividade não acompanhou o alargamento gradual do número de deputados. Será na última legislatura (1973) que a taxa de feminização da Assembleia Nacional atinge a maior percentagem de sempre, 6%.

Externamente às instituições políticas, destaca-se a participação das mulheres na oposição ao regime. Observa Vanda Gorjão (2002: 38) que, até à Revolução de 1974, a participação política feminina ocorre de modo informal ou noutras esferas que não a reconhecidamente política, o que levou a que essa ação fosse praticamente ignorada:

“Houve diversos tipos de oposição conduzida por mulheres. (...) Camponesas e operárias fizeram protestos, greves, marchas de fome, juntaram-se em concentrações (frequentemente levando os filhos) contra a falta de géneros, o racionamento do pão, ou exigindo aumentos de salários. Nos bastidores da clandestinidade comunista, as

«companheiras» asseguraram a fachada de normalidade da vida familiar, numa partilha de responsabilidades políticas com os «camaradas» que atuavam no exterior” (Gorjão, 2002: 19).

Salienta-se, de igual forma, a intervenção feminina nos círculos elitistas em nome da democratização do sistema. Estas mulheres pertenciam a um alargado espectro ideológico, notabilizaram-se em termos culturais, profissionais ou políticos e descreveram distintas trajetórias de luta. Na sua autobiografia, intitulada *Foi Assim*, Zita Seabra recorda o momento em que, militante do PCP, passou à clandestinidade, em Maio de 1967, então com 17 anos, situação em que permaneceria até 1974:

“Olhando hoje retrospectivamente, é verdade que a única ambição sentida e cultivada era a de servir uma causa, um ideal. Era-o no meu caso e no de todos os que conheci de perto – e foram muitos. Estava-se muito mais próximo do altruísmo, da entrega, como quem vai para uma missão, do que de qualquer sentimento de ambição política. O fim do regime era longínquo e, sobretudo, a noção pessoal de poder político inexistente. Tratava-se de servir um ideal, de contribuir para mudar o mundo, de viver para um amanhã mais justo, de construir um «homem novo»” (Seabra, 2007: 70).

Em suma, as reivindicações visando a emergência da cidadania feminina e a concessão de direitos políticos propiciaram a luta e a organização das mulheres em grupos femininos e feministas, que radicalizam os seus discursos e estratégias na proporção das resistências com que se deparam. Associando os protestos a processos de comunicação, os movimentos femininos e feministas contribuíram para o enriquecimento dos temas e dos intervenientes com visibilidade no espaço público, mas cristalizaram, simultaneamente, uma identidade de contestação e de rutura.

Cedo se tornou patente que o reconhecimento formal de direitos não se repercutiu na alteração substancial da situação social das mulheres, não obstante, obviamente, as alterações legislativas acomodarem ou incentivarem os progressos em diferentes domínios. Se as relações entre os sexos continuaram a ser caracterizadas pela desigualdade nos domínios público e privado, tornou-se necessário questionar, mais radicalmente, as razões dessa subordinação. Na verdade, o capital de controvérsia das

concepções e da ação feministas deslocou-se de uma reclamação pela partilha de poder na esfera pública para a exigência de igualitarismo no espaço doméstico e familiar. Exercício que desafia a separação de esferas e estende as fronteiras do político a todos os lugares onde ocorre a subalternização. A designada “segunda *vaga* de feminismo” contribui para a desconstrução do género como categoria, não determinada pela biologia, mas socialmente construída.

Portugal é influenciado pelas ondas internacionais das lutas da “primeira *vaga* de feminismo”. Na I República (1910-1926), não obstante o ambiente genericamente favorável à causa feminista, o Partido Republicano trava o sufrágio feminino. Será durante o Estado Novo (1933-1974), regime político de matriz anti-feminista – em sintonia com as ideologias conservadoras dos sistemas totalitários e autocráticos que se consolidam entre guerras –, que se concederá pela primeira vez o direito de voto às mulheres e estas serão convidadas a integrar a Assembleia Nacional. Uma discursividade que idealiza e enaltece o papel das mulheres como mães, esposas e domésticas, a par da repressão pelo Estado das liberdades individuais, formam um quadro propício à criação de organizações oficiais femininas, pelas quais se celebram os valores do regime, e ao silenciamento de outras menos alinhadas e que denunciam a real condição da mulher. Fora das instituições tuteladas pelo Estado, a ação política das mulheres ora aproveita os momentos de ténue abertura do regime, ora decorre na clandestinidade. A “segunda *vaga* de feminismo” ressoou nesta surdina, com episódios de escândalo das suas presumidas representantes.

Contrariamente ao que sucede noutros países, a obtenção de “direitos de cidade” pelas mulheres não é consequência de campanhas e de lutas em que se mobilizam, mas de uma concessão, controlada e gradual, do direito de acesso por parte das autoridades políticas. A condição social feminina em Portugal caracterizou-se, até muito tarde, por um grande imobilismo, resume Vanda Gorjão em *Mulheres em Tempos Sombrios* (2002: 28).

A igualdade legal entre homens e mulheres ocorrerá apenas após a Revolução de 25 de Abril de 1974. Portugal é um dos últimos Estados europeus a reconhecer o voto universal, num contexto de aceleradas mudanças, que denunciam o anacronismo das instituições políticas face ao próprio devir da sociedade. Porém, como se verá no capítulo seguinte, o reconhecimento formal da igualdade, por si só, não garantirá a correção das assimetrias entre os géneros.

2. A política continua a resistir às mulheres

2.1 O TRIUNFO DO DISCURSO NORMATIVO E OS SEUS LIMITES

A filósofa catalã Victoria Camps (2001: 15) qualifica o feminismo como “o movimento social do século XX”, porque se alcançou “a *igualdade formal* entre homens e mulheres nas sociedades ocidentais avançadas. Ninguém, com um mínimo de lucidez e senso comum, se atreve a dizer – como disseram notáveis filósofos e pensadores de todos os tempos – que a mulher é inferior ao homem. Juridicamente, a igualdade da mulher deu um importante passo em frente”.

Porém, a consagração da universalidade do princípio da igualdade nas lei e nas constituições, consensual no plano abstrato e teórico, é contraditada pela evidência de uma desigualdade de facto, que persiste na viragem para o século XXI. Paxton e Hughes (2007: 1) assinalam que “a falta de mulheres visíveis na vida política de várias nações sugere que se mantém uma discriminação velada contra elas”. Em 1998, Virginia Sapiro (1998: 183) avaliava: “As mulheres e os homens continuam a pensar a política como um domínio masculino, porque a verdade empírica neste momento é que a política é um domínio masculino. As pessoas de ambos os sexos consideram a liderança feminina como algo estranho, notável, extraordinário e até mesmo inapropriado”.

Coincide com o período da I Guerra Mundial a nomeação das primeiras mulheres para cargos ministeriais, nos governos revolucionários da Ucrânia, Rússia, Hungria e Irlanda. Nina Bang, ministra dinamarquesa da Educação entre 1924 e 1936, foi a primeira mulher ministra em resultado de eleições democráticas. Seis décadas mais tarde, em 1999, a Suécia foi o primeiro país com um governo maioritariamente composto por mulheres.

O acesso de mulheres a posições de topo nos órgãos de poder principiou na Ásia e na América do Sul, externamente a um quadro político democrático e pluralista. A ascensão ocorre em virtude de as titulares serem esposas, mães ou irmãs de importantes líderes masculinos ou com o objetivo de perpetuar dinastias políticas (Henderson e Jeydel, 2010: 1). A primeira mulher no mundo a ocupar o cargo de chefe do Governo

foi Sirimavo Bandaranaike, no Ceilão (atual Sri Lanka), em 1960, sucedendo ao seu marido assassinado. Indira Gandhi, que liderou o Executivo indiano nos períodos entre 1966 e 1977 e 1980-1984, era filha do primeiro Primeiro-Ministro da Índia independente, Jawaharlal Nehru. Isabel Peron tornou-se, em 1974, a primeira mulher Presidente da Argentina, na sequência da morte do marido.

Corazon Aquino, tida como um ícone da democracia, liderou, em 1986, nas Filipinas, a Revolução “Poder para o Povo”, que resultou na destituição do presidente Ferdinand Marcos. Dois anos depois, Benazir Bhutto, cujo pai chefiara o Executivo paquistanês na década de 1970, foi eleita a primeira Primeira-Ministra de um Estado muçulmano.

Seria mais recente a conquista do poder através da militância ativa e continuada nas máquinas partidárias. São os casos de Golda Meir, Primeira-Ministra de Israel, eleita em 1969; Margaret Thatcher, a primeira mulher a chefiar um governo na Europa, eleita em Maio de 1979, depois de décadas ao serviço do Partido Conservador; ou Angela Merkel, eleita, em 2005, Chanceler da Alemanha pelo partido conservador CDU.

A eleição em 2005 de Ellen Johnson Sirleaf e de Michelle Bachelet como chefes de Estado, respetivamente, da Libéria e do Chile, traduz uma viragem, pela escolha de uma presidente através do voto popular e não por vinculação a uma família política ou à expectativa de desempenho de um papel cerimonial. Cristina Kirchner, viúva do ex-Presidente Néstor Kircher, foi eleita Chefe de Estado da Argentina em 2007. Costa Rica e Brasil elegeram as suas primeiras mulheres presidentes em 2010, Laura Chinchilla Miranda e Dilma Rousseff.

Em Abril de 2012, 23 mulheres ocupavam no mundo cargos de chefe de Estado e de governo, incluindo três rainhas (Dinamarca, Holanda e Reino Unido), três governadoras-gerais (Antigua e Barbuda, Austrália, e Santa Lúcia), nove presidentes (Argentina, Brasil, Costa Rica, Kosovo, Libéria, Lituânia, Malawi, São Marino e Suíça) e oito primeiras-ministras (Alemanha, Austrália, Bangladesh, Dinamarca, Islândia, Jamaica, Tailândia e Trinidad e Tobago).

Em Novembro de 2012, segundo a Inter-Parliamentary Union, as mulheres representavam, em média, um quinto dos mandatos nos órgãos deliberativos a nível mundial, com uma distribuição muito desigual por regiões. Os países do Norte da

Europa apresentavam os valores mais elevados de representatividade feminina nos respetivos parlamentos (42%), o dobro em relação aos restantes países da OCDE (21,9%). Na Europa, a mais alta representatividade feminina nas câmaras baixas do parlamento continuava a concentrar-se na Suécia (44,7%), Finlândia (42,5%), Islândia (39,7%), Noruega (39,6%), Dinamarca (39,1%) e Holanda (38,7%)¹⁸. Os países nórdicos foram pioneiros na introdução, nos anos de 1970, de quotas de género na política, quando as mulheres tinham já alcançado uma representatividade de aproximadamente 25% nos órgãos políticos (Pande e Ford, 2011)¹⁹. Nos Estados Unidos, as mulheres ocupavam 17% dos assentos no Senado e na Câmara de Representantes, um valor abaixo da média verificada nas “Américas”. Em finais de 2012, o Ruanda registava a mais elevada percentagem de mulheres no seu parlamento nacional (56,3%), ainda que, no continente africano, este indicador não atingisse uma média de 20%. O Ruanda descreve uma situação particular quanto à ascensão das mulheres ao poder político, explicada por vários fatores: a promoção das mulheres pelas instituições internacionais, a influência das organizações locais femininas e a falta de homens em consequência dos conflitos armados. Na Ásia e Pacífico, a taxa de feminização não alcançou ainda os 20%, sendo que as mulheres estão mais arredadas dos parlamentos nos Estados Árabes (Fig. 1).

FIGURA 1: REPRESENTATIVIDADE PARLAMENTAR FEMININA NO MUNDO (EM %)

Regiões do mundo	Representatividade parlamentar
Países Nórdicos	42,0
Europa (membros da OCDE, exclui países nórdicos)	21,7
Américas	24,0
África Subsaariana	20,4
Ásia	18,0
Pacífico	15,2
Estados Árabes	13,2
Média mundial	20,3

Fonte: Inter-Parliamentary Union, informação atualizada a 27/11/2012 (www.ipu.org).

¹⁸ Entre os países do Sul da Europa Espanha, situava-se, neste *ranking*, no 20.º lugar (36%), Portugal em 32.º (28,7%), França em 38.º (26,9%), Itália em 63.º (21,6%) e Grécia em 67.º (21,0%).

¹⁹ Nos países escandinavos, o Movimento de Libertação das Mulheres passou praticamente despercebido, uma vez que aqui já tinham sido alcançados a igualdade legal no casamento, a despenalização do aborto e legislação social para compatibilizar trabalho e família (Hannam, 2007: 141). A diferença entre democracias liberal e social, articulada em torno de uma relação distinta entre as esferas pública e privada, contribui para explicar os níveis de participação política feminina nos países da Europa do Norte (Phillips, 2003: 360).

Apesar de o número de mulheres em instituições políticas ter vindo a crescer, o que se traduz numa distribuição tendencialmente mais equitativa dos valores políticos na sociedade (poder, participação, decisão), “as manifestações institucionais da política no plano governamental têm sido notoriamente resistentes à inclusão das mulheres, dos seus interesses e perspectivas” (Squires, 1999: 1).

2.2 A VIA JURÍDICA PARA A IGUALDADE EM PORTUGAL: MITO E REALIDADE

Como se processa a evolução da participação política feminina em Portugal? Na sequência do 25 de Abril de 1974, opera-se uma mudança paradigmática no respeitante às bases doutrinárias do ordenamento jurídico, orientada para a igualdade e a garantia das liberdades e direitos fundamentais. O Direito constituirá o principal veículo formal de expressão e corporização de uma nova cultura política democrática. Lúcia Amaral (1998: 26) sublinha a importância deste reordenamento jurídico, escrevendo que, “se mudámos a vida, tal sucedeu porque mudámos intensa e profundamente o sentido do Direito que a rege”. Do ponto de vista da igualdade de género, “somos hoje outra sociedade” (*Ibid.*).

O direito de voto é consagrado sem constrangimentos, através do Decreto-Lei n.º 621/A/74, de 15 de Novembro. Torna-se prioritário eliminar todas as formas de discriminação que afetam as mulheres e assegurar uma estrutura de igualdade de oportunidades para o seu desenvolvimento nos domínios da cidadania, da educação e profissional. São levantadas as restrições à sua entrada na magistratura e nas carreiras diplomáticas, bem como nas instituições políticas locais²⁰. Num depoimento de 1995, Leonor Beleza recorda a indignação que sentia pelo facto de as mulheres não poderem exercer a magistratura. “E a consciência de que essas regras consumavam, multiplicavam, as discriminações em função do sexo produziu em mim um sentimento de revolta” (Bettencourt e Pereira, 1995: 58).

Reforçam-se as políticas sociais, que começaram a ser esboçadas nos anos de 1960. Logo em 1974, nas bases programáticas do I Governo Provisório, liderado por

²⁰ As mulheres passam a poder aceder a todos os cargos da carreira administrativa local (Decreto-Lei n.º 251/74, de 12 de Junho), à carreira diplomática (Decreto-Lei n.º 308/74, de 6 de Julho) e à magistratura (Decreto-Lei n.º 492/74, de 27 de Setembro).

Adelino da Palma Carlos, incluíam-se, entre as medidas mais urgentes, a “definição de uma política de proteção da maternidade e da primeira infância”. A legalização do divórcio constituiu outra exigência premente da sociedade, sendo permitido, a partir 1975, para todas as modalidades de casamento, com a aprovação do Protocolo Adicional à Concordata (Decreto-Lei n.º 187/75, de 4 de Abril). Um ano antes, o Movimento Pró-Divórcio levava 10 mil pessoas ao Pavilhão dos Desportos, em Lisboa, e conseguira reunir 100 mil assinaturas, em todo o país, para reclamar a revogação da lei que impedia a dissolução dos casamentos canónicos (Sousa, 1994: 505) e prolongava a social e moralmente indigna situação dos filhos ilegítimos.

As alterações do quadro jurídico e constitucional, centradas nos direitos individuais, na igualdade de oportunidades e na crença nas reformas legislativas para produzir mudanças no corpo social e político, parecem ser guiadas, fundamentalmente, pelos princípios liberais. O simbolismo da Revolução, o facto de imprimir um antes e um depois no tempo histórico, está mais associado à sua transcendência política e normativa. Segundo António Barreto (1995: 847), as transformações sociais já estavam em curso desde o princípio dos anos de 1960. A revolução “acelerou-as, consolidou-as, deu-lhes visibilidade e tradução formal, mas não as criou”.

A Constituição democrática, que entra em vigor em 25 de Abril de 1976, irá contemplar a igualdade de direitos cívicos e políticos entre os sexos, a proteção da maternidade, a igualdade de direitos e deveres dos cônjuges no seio da família, condição basilar para que a mulher se possa dedicar a outras atividades (Raposo, 2004: 51). A Lei Fundamental instituiu o Estado com múltiplas responsabilidades na efetivação da igualdade de género²¹. Baum e Espírito Santo (2004: 267) avaliam a Constituição de 1976 como “excecionalmente progressista (para o tempo)” e “único legado feminista significativo desse período”, atendendo às garantias legais que continha para o exercício de direitos políticos e económicos das mulheres.

No processo de conformação da legislação aos preceitos constitucionais, o Código Civil de 1977 introduz emendas significativas no ordenamento familiar e na relação entre os cônjuges. A mulher casada passa a deter um estatuto de igualdade face ao marido; desaparece a figura do chefe de família; cessa o poder marital; o governo

²¹ Garantia de acesso à esfera profissional sem discriminação em função do sexo; igualdade de direitos dos trabalhadores e da respetiva retribuição; criação de uma rede nacional de assistência materno-infantil; divulgação de métodos de planeamento familiar; educação universal (Miranda, 1998: 41).

doméstico deixa de pertencer, por direito próprio, à mulher; os cônjuges decidem em comum qual a residência do casal; tanto marido como mulher podem acrescentar apelidos do outro ao seu nome; a mulher deixa de necessitar de autorização do marido para ser comerciante; cada um dos cônjuges pode exercer qualquer profissão ou atividade sem o consentimento do outro (CIG, 2011: 32-33).

Em 1979, disposições legais incidem na garantia da igualdade de oportunidades e de tratamento no trabalho e no emprego. No mesmo ano, é criada a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE), junto do Ministério do Trabalho.

Nas décadas seguintes prossegue o trabalho legislativo e de ação institucional visando a erradicação de desigualdades e discriminações, que se aprofundarão em áreas como a violência doméstica e contra menores.

Em 1987, o serviço militar universaliza-se e, no início dos anos de 1990, acompanhando a tendência europeia, as mulheres passam a ser admitidas nos três ramos das Forças Armadas. A presença feminina nas Forças Armadas Portuguesas remonta ao início da década de 1960, quando foi constituído na Força Aérea um corpo feminino de enfermeiras paraquedistas, que desempenhou tarefas de assistência a feridos, militares e civis durante a guerra colonial. Helena Carreiras (2002: 77) nota que “algo se alterou em 1988, ano em que duas jovens foram aceites para o curso de pilotagem aeronáutica na Academia da Força Aérea. A partir deste momento, os vários ramos foram progressivamente admitindo mulheres”.

O contexto internacional favorece as transformações normativas. A Organização das Nações Unidas declara 1975 como o Ano Internacional da Mulher, em cujas atividades e celebrações o país se envolve. Portugal foi dos primeiros Estados a ratificar, em 1980, a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres. No mesmo ano, no âmbito do Conselho da Europa, institucionaliza-se uma comissão para a igualdade, de que Leonor Beleza foi a primeira presidente eleita. A adesão à então Comunidade Económica Europeia vinculará o país a políticas públicas em torno da categoria de *gender mainstreaming*.

Em suma, nos primeiros anos da democracia, desenvolve-se todo um labor jurídico, o qual, articulado com uma agenda internacional, visou expurgar dos diplomas legislativos quaisquer vestígios de discriminação em função do sexo. Teresa Beleza (2006: 197) assinala outro aspeto relativo às leis portuguesas, a saber, a evolução no

sentido da neutralidade gramatical dos seus destinatários, ainda que o sistema jurídico nacional continuasse a pressupor “que as pessoas se identificam como homens ou como mulheres”.

Rapidamente, torna-se patente que a nova ordem jurídico-constitucional foi imposta “de cima para baixo” (Ferreira, 1999), não provocando uma transformação automática da sociedade. A materialização da nova cultura igualitária encontrou resistências numa realidade onde estavam enraizadas desigualdades nos papéis e nas relações de poder entre homens e mulheres. Num depoimento de 1995, Leonor Beleza (Bettencourt e Pereira, 1995: 60) reconhece que, logo após o 25 de Abril,

“havia muito a convicção, algo ingénua, de que o direito poderia modificar radicalmente as coisas. Como a legislação era muito discriminatória (...), acreditava-se que as modificações a nível jurídico teriam uma repercussão que nós hoje sabemos não podia ser tão ampla. Obviamente, vim a verificar mais tarde que havia um engano em relação à força que o direito poderia ter para provocar modificações”.

No mesmo sentido, Jorge Miranda (1998: 37) sublinha que, se a igualdade é um princípio estruturante das ordens jurídicas desde o constitucionalismo moderno, a experiência histórica mostra a diferença entre a sua proclamação e a respetiva aceitação e aplicação prática, entre a *consagração constitucional* e a *realização legislativa*. A par da construção jurídica, “importa indagar da cultura cívica dominante na comunidade, das ideias preconcebidas e dos valores aí assentes, da «Constituição viva»”.

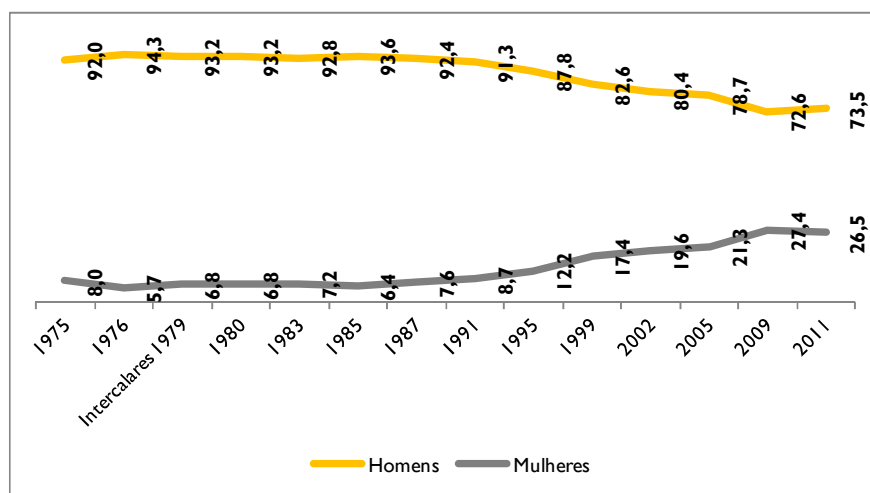
Apesar de o edifício jurídico-constitucional não colocar entraves à participação política feminina, sucedeu em Portugal aquilo que se verificou noutros países: as garantias normativas revelaram-se insuficientes para assegurar a igualdade nesta esfera. Este é um dos “paradoxos da situação das mulheres em Portugal”, como reflete Virgínia Ferreira, em 1999.

A análise longitudinal da representatividade de género dos titulares de mandatos de deputados e governamentais comprova a sub-representação feminina nestes dois órgãos de soberania, não obstante a maior presença feminina na Assembleia da República, sobretudo a partir da década de 1990, e no Governo, já no século XXI.

Nas 14 eleições legislativas realizadas desde a Revolução democrática, entre 1975 e 2011, foram eleitos para mandato parlamentar 2.945 homens e 428 mulheres (12,7%).

Nas primeiras eleições livres, para a Assembleia Constituinte – que tem a missão de redigir a Constituição –, foram eleitos 20 mandatos femininos, em 250, o que correspondeu a 8% do total de mandatos. Este patamar só será superado em 1991. Nas eleições de 1995, a taxa de feminização dos mandatos parlamentares foi pela primeira vez superior a 10% (12,2%), registando uma subida de 5 pontos percentuais no sufrágio seguinte. Nas legislativas de 2005, este indicador ultrapassou os 20% (21,3%), alcançando o valor mais elevado de sempre quatro anos depois, com um crescimento de 6 pontos percentuais (27,4%). Nas eleições de 2011, o total de mandatos femininos recuou um ponto percentual (Fig. 2).

FIGURA 2: REPRESENTATIVIDADE ELEITORAL: MANDATOS PARLAMENTARES, POR SEXO, ENTRE 1975 A 2011 (EM %)



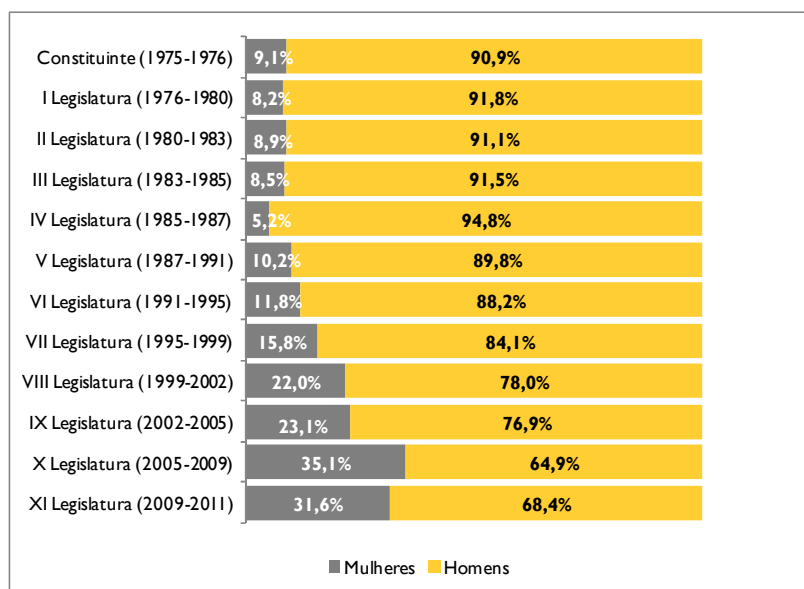
N=3.373 (N.º total de mandatos parlamentares de 1975 a 2011). Homens=2.945; Mulheres=428
Fontes: Assembleia da República e PORDATA.

A expressão eleitoral feminina não correspondeu à real participação das mulheres nas bancadas do hemiciclo, que tenderam a surgir na dinâmica da rotatividade e substituição de deputados. A análise da representatividade efetiva foi calculada tendo em conta o total de deputados que exerceram mandato e o tempo exato em que cada um

permaneceu no cargo, tendo em consideração a duração total das respectivas legislaturas²².

Em termos agregados, de 1975 a 2011, em 11 legislaturas (além da Assembleia Constituinte), foram titulares de mandato de deputado 3.966 homens e 583 mulheres.

FIGURA 3: REPRESENTATIVIDADE EFETIVA DOS TITULARES DE MANDATO PARLAMENTAR, POR SEXO, DE 1975 A 2011



N=4.549 (N.º total de titulares de mandatos parlamentares de 1975 a 2011). Homens=3.966; Mulheres=583.
Fonte: Carla Martins/Projeto “Política no Feminino”.

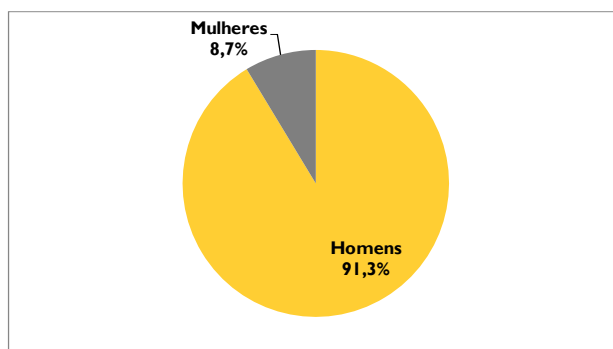
Depois de, na Constituinte, 27 mulheres exercerem funções parlamentares, o que correspondeu a uma representatividade efetiva feminina de 9,1%, esse valor apenas será superado na V Legislatura (1987-1991), a partir da qual a presença feminina no Parlamento regista uma tendência de subida consistente e consolidada. Na VII Legislatura (1995-1999), este indicador evolui para os 16%, ultrapassando os 20% em 1999 e os 30% em 2005. Na IX Legislatura (2005-2009), a representatividade efetiva

²² Esta pesquisa foi efetuada pela autora no âmbito do projeto “Política no Feminino”, através do cruzamento de diversas fontes disponibilizadas pelos serviços de documentação da Assembleia da República, identificadas na bibliografia. Em resultado desta recolha documental, foi criada uma base de dados das titulares de mandato parlamentar, estruturada por variáveis de caracterização sociodemográfica e política, com um total de 583 registos. A autora publicou os resultados desta pesquisa em 2012, na revista *Media & Jornalismo*. O levantamento e cruzamento das fontes de informação, bem como a codificação e o respetivo tratamento estatístico, foram realizados por Patrícia Contreiras, no âmbito do projeto “Política no Feminino”. Este trabalho foi possível graças ao apoio da Divisão de Informação Legislativa e Parlamentar, do Arquivo Histórico e Parlamentar da Assembleia da República e do Apoio ao Plenário.

das mulheres na Assembleia registou o nível mais alto desde 1975, 35,1%, correspondendo a 87 titulares femininas de mandato parlamentar (Fig. 3).

No conjunto dos 19 governos constitucionais, apenas um foi liderado por uma mulher, o V Governo Constitucional, de iniciativa presidencial, conduzido por Maria de Lourdes Pintasilgo. De uma forma geral, a representatividade feminina no Governo foi mais baixa comparativamente à registada na Assembleia da República. Num total de 1.328 de titulares de funções governativas do I ao XIX Governos Constitucionais, 1.212 são homens (91,3%) e apenas 116 mulheres (8,7%)²³ (Fig. 4).

FIGURA 4: TITULARES DE CARGOS GOVERNAMENTAIS, POR SEXO, DE 1976 A 2011



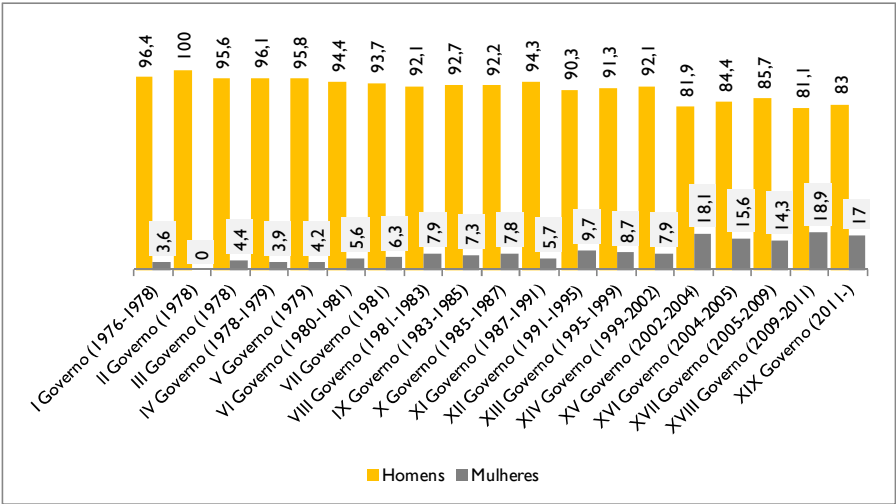
N=1.328 (n.º total de titulares de cargos governamentais de 1976 a 2011, sendo 1.212 do sexo masculino e 116 do sexo feminino).

Fonte: Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna e Portal do Governo.

A presença feminina nos executivos governamentais situou-se abaixo dos 10% até ao XIV Governo (1999-2002). Nos primeiros governos constitucionais é francamente reduzida (ausente no II Governo), com avanços e recuos. É a partir do XV Governo (2002-2004), chefiado pelo social-democrata Durão Barroso, já em pleno século XXI, que a intervenção feminina no Executivo alcança outro patamar, com uma progressão de 10 pontos percentuais em comparação com o Executivo anterior (de 7,9% para 18,1%). A feminização dos elencos governamentais alcançou o nível mais elevado no XVIII Governo (2009-2011), o segundo liderado pelo socialista José Sócrates (18,9%) (Fig. 5). Este indicador nunca ultrapassou, porém, os 20%.

²³ O recenseamento da presença feminina nos 19 governos constitucionais foi realizado pela autora a partir do documento *Governos Constitucionais 1976-2008*, elaborado pela Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna, e do Portal do Governo, para os dois últimos Executivos (<http://www.portugal.gov.pt/pt/GC19/Governo/Composicao/Pages/Composicao.aspx>, consultado a 1 de Agosto de 2011). Os dados reportam-se a Setembro de 2011.

FIGURA 5: TITULARES DE CARGOS GOVERNAMENTAIS, POR SEXO, DE 1976 A 2011 (EM %)



N=1.328 (n.º total de titulares de cargos governamentais de 1976 a 2011, sendo 1.212 do sexo masculino e 116 do sexo feminino).

Fonte: Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna e Portal do Governo.

Tem sido também mais lenta a progressão das mulheres nos lugares hierarquicamente mais elevados do poder executivo. No conjunto dos governos constitucionais ocuparam geralmente posições mais secundárias na hierarquia das funções governativas, como secretárias e subsecretárias de Estado. A proporção de ministras é residual, somando, de 1976 a 2011, apenas 27 mulheres (7,1%) contra 353 homens (92,9%) (Fig. 6).

FIGURA 6: TITULARES DE CARGOS GOVERNAMENTAIS, POR SEXO E FUNÇÕES GOVERNATIVAS, DE 1976 A 2011

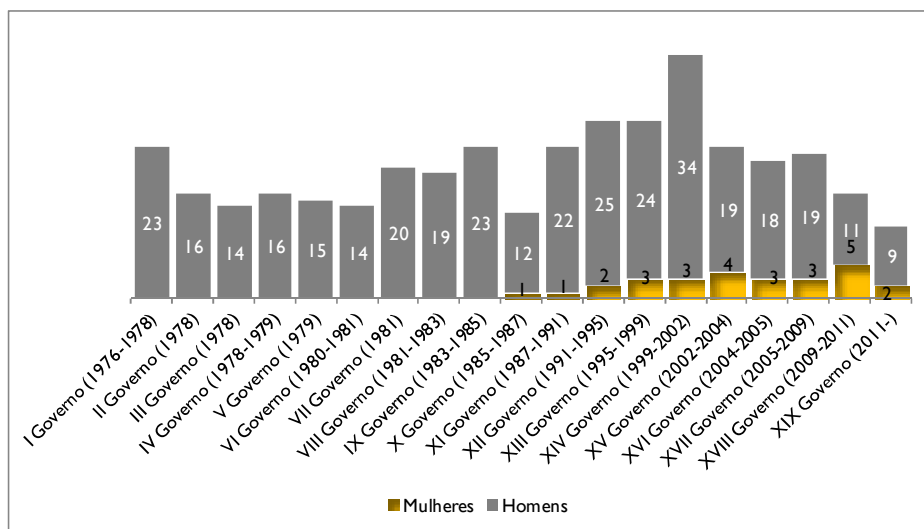
Cargos governativos	Homens		Mulheres		Total	
	N	%	N	%	N	%
Ministro(a)	353	92,9	27	7,1	380	100,0
Secretário(a) de Estado	822	90,9	82	9,1	904	100,0
Subsecretário(a) de Estado	37	84,1	7	15,9	44	100,0
Total	1.212	91,3	116	8,7	1.328	100,0

Fonte: Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna e Portal do Governo.

Além de Maria de Lourdes Pintasilgo – a primeira ministra de um Governo em Portugal, tutelando a Assistência Social –, apenas em 1985 uma mulher, Leonor Beleza, voltou a desempenhar funções como ministra, sendo responsável pela pasta da Saúde. O

XVIII Governo (2009-2011) foi, até à data, o mais paritário na distribuição das pastas ministeriais: 11 ministros e 5 ministras, uma proporção de 31% (Fig. 7).

FIGURA 7: NÚMERO DE MINISTROS E MINISTRAS, POR GOVERNO CONSTITUCIONAL, DE 1976 A 2011



Fonte: Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna e Portal do Governo.

Aliás, nos últimos cerca de 40 anos, raramente as mulheres alcançaram as posições de maior liderança e visibilidade nas instituições políticas. A primeira mulher Presidente da Assembleia da República foi eleita em 2011, e não como primeira escolha. Neste órgão legislativo, desde 1975, apenas quatro mulheres ocuparam o cargo de vice-presidentes e cinco de líderes das respetivas bancadas parlamentares. Apenas em 2008 uma mulher, Manuela Ferreira Leite, foi eleita para a presidência de um partido do designado “arco da governação”, o PSD. Mais recentemente, em 2011, Maria de Belém Roseira assumiu a presidência do PS, um lugar não executivo na orgânica do partido. Em Novembro de 2012, o BE elegeu uma coordenação bicéfala e paritária, composta por uma mulher (Catarina Martins) e um homem (João Semedo)²⁴.

Se as estratégias de carreira profissional entraram no universo feminino e as posições com responsabilidade se tornaram cada vez mais um objetivo das mulheres mediatizado e socialmente legitimado (Lisboa *et al.*, 2004: 173), estas continuam mais

²⁴ Em 2012, na sequência das eleições para os órgãos políticos da Região Autónoma dos Açores, pela primeira vez uma mulher foi eleita para a presidência da Assembleia Legislativa Regional, a socialista Ana Luís.

arredadas dos centros de poder e dos lugares de liderança. Lisboa *et al.* (*Ibid.*: 170) enfatizam que praticamente todos os estudos apontam para as diferenças de oportunidades entre homens e mulheres no acesso aos lugares de decisão da vida pública, cujo controlo pode ser um dos fatores explicativos da manutenção das desigualdades. Quanto mais se galga a escala hierárquica de poder, maior é a probabilidade de ocorrer o fenómeno de *glass ceiling*.

2.2.1 Causas principais do *gender gap*

O corte longitudinal da participação política feminina na Assembleia da República e no Governo mostra a aceleração do ritmo de feminização dos órgãos políticos, mas evidencia também que, volvidas quatro décadas de regime democrático, em Portugal está-se longe de alcançar a paridade de género.

Não se pode deixar de questionar as raízes desta espécie de barreira invisível. Segundo Manuel Meirinho Martins e Conceição Teixeira (2005: 15), a literatura especializada aponta dois conjuntos principais de explicações das assimetrias de género no campo político. Um está relacionado com a “oferta” – “as mulheres, enquanto grupo social, e por contraposição aos homens, carecem de recursos e motivações necessários para obter a igualdade de participação e de acesso aos lugares de responsabilidade política”. Há que atender ainda a fatores relacionados com a “procura” – “as mulheres são discriminadas de forma direta ou imputada nos processos de recrutamento político, sendo preteridas em favor dos homens pelos órgãos partidários responsáveis pela seleção dos candidatos e pela ordenação das listas eleitorais” (*Ibid.*: 15).

A conjugação entre estas duas dimensões repercutiu-se na maior dificuldade para as mulheres de adquirirem uma voz pública, enveredarem por uma carreira política e verem ser-lhes reconhecido poder e autoridade neste domínio.

As mulheres estão, à partida, menos disponíveis para a vida política, porque esta exige aptidões específicas, militância continuada nos partidos e grande disponibilidade de tempo, não sendo *family friendly*. Na análise desta questão, há que atender, em primeiro lugar, às “barreiras culturais”, *i.e.*, às ideias estabelecidas sobre qual o papel e a posição das mulheres na sociedade (Henderson e Jeydel, 2010: 17), um clássico

obstáculo à sua maior intervenção na política institucional. Distintas socializações da cidadania de homens e de mulheres propiciarão vivências políticas distintas. Segundo Viegas e Faria (2001 [1999]: 25), as mulheres, “por efeito de um complexo de socialização e de aculturação, tendem de algum modo a manter-se afastadas do poder”. Bettencourt e Pereira (1995: 8) enfatizam, no mesmo sentido, que as raparigas “não são ainda educadas numa forma verdadeiramente estimuladora da participação política ativa”, notando que esta será uma das razões pelas quais tantas mulheres políticas chegaram ao desempenho de cargos públicos mercê de circunstâncias aleatórias. Países com culturas mais igualitárias, como os escandinavos, tendem a apresentar mais mulheres nos órgãos democráticos. Aalberg e Strömbäck (2010: 168) assinalam que, na Noruega e na Suécia, a igualdade de género constitui, desde há longo tempo, um tópico importante da agenda política, conduzindo a intervenções do Estado para garantir este objetivo. Como enfatiza Ana Vicente (2002: 66), quando foi referendada a adesão à União Europeia na Noruega, o voto feminino decidiu o “não”, com o argumento de que aí “o poder era detido por um conjunto de homens brancos, vestidos de fatos escuros. Elas não lhes reconheciam nem o mérito nem a competência para, em exclusivo, gerir a coisa pública”.

Como consequência de uma distinta socialização política, as mulheres terão uma menor predisposição e capacitação para o jogo político. Segundo Viegas e Faria (2001 [1999]: 22-23), não se deve interpretar a persistência de um *gender gap* no campo político apenas como uma “maquinação masculina”, porque as próprias mulheres “participam no jogo social que tem produzido e reproduzido o efeito de dominação masculina. (...) Elas têm interiorizado ao nível das suas disposições e dos seus roteiros cognitivos e morais um conjunto de atitudes que tende, se não a reforçar, pelo menos a manter uma postura submissa”.

Menos habituadas à exposição e argumentação públicas, estarão menos familiarizadas com as *skills* adequadas à *praxis* política. Segundo Manuel Villaverde Cabral *et al.* (1993, *Apud* Viegas e Faria, 2001 [1999]: 22-23)²⁵, a) é superior nos homens a mobilização cognitiva (capacidade de formular, sustentar e defender opiniões próprias, nomeadamente de ordem política); b) as mulheres são mais afetadas pela sensação de impotência política; e c) estão mais distantes do poder. Baum e Espírito-

²⁵ Este estudo, da autoria de Manuel Villaverde Cabral, Eduardo Freitas e Maria de Lurdes Rodrigues, data de 1993.

Santo (2004: 284) detetam diferenças de “atitude política” entre homens e mulheres, mensuráveis: a) no envolvimento político²⁶; b) no sentimento de eficácia política²⁷; e c) na confiança em relação às instituições do sistema.

Meirinho Martins e Conceição Teixeira concluem, de igual forma, que as mulheres revelaram a tendência para uma maior passividade em atividades relacionadas com o processo eleitoral (exercício de voto e participação em campanhas eleitorais). Mostraram-se também mais arredadas de atividades políticas não convencionais, no caso, manifestações e movimentos ou ações de protesto, e revelaram-se mais ausentes das organizações sociais e políticas²⁸.

Os resultados do inquérito realizado pelos investigadores indiciam ainda uma insuficiente democratização da esfera privada. A partilha de responsabilidades continua a ser um fator de desigualdade, condicionando as mulheres a uma “dupla jornada”, difícil de compatibilizar com a dedicação, muitas vezes fora de horas, à militância política. A este respeito, Victoria Camps (2001: 16) aponta ainda a resistência das mulheres a sacrificar determinados valores, como os relativos à maternidade e aos cuidados à família, por não quererem “pagar pela sua emancipação o preço de deitar fora uma «cultura feminina» que, a ser possível desembaraçá-la da subordinação intrínseca de que padece, é legítima e valiosa para todos”.

Três jornalistas da área política e parlamentar, entrevistados no âmbito do projeto “Política no Feminino”, pronunciam-se sobre a questão dos horários na política e as perturbações que, em seu entender, este fator provoca na gestão da vida privada. A jornalista Judith Menezes e Sousa, da TSF, conta um episódio que envolveu Assunção Cristas, atual ministra da Agricultura, enquanto deputada da XI Legislatura (2009-2011):

²⁶ Interesse por e discussão de assuntos políticos com a família e os amigos, exposição aos media informativos sobre este tema.

²⁷ Desenvolvimento de um sentimento de competência do indivíduo em relação a si mesmo, enquanto ator político, como sejam a perceção da complexidade dos assuntos políticos, um papel mais ou menos ativo num grupo de assuntos políticos, a compreensão e a avaliação de questões políticas.

²⁸ Segundo Martins e Teixeira (2005: 30), “se o associativismo feminino é mais expressivo ao nível das associações de assistência social ou humanitária e das associações culturais ou recreativas, já o associativismo masculino é particularmente relevante ao nível das associações ou clubes desportivos”. Ainda que reduzida, a filiação partidária é mais vincada na população masculina.

“Uma vez houve uma reunião dessas longuíssimas, que chegou ao fim sem conclusões. Eram seis homens e uma mulher, a Assunção Cristas, e eles estavam já preparados para repetir a dose no dia seguinte, no mesmo horário das seis às nove horas da noite. E a Assunção Cristas [disse]: «Meus senhores, nem pensar. Os senhores querem reunir-se, marquem a reunião para as sete e meia da manhã e eu estarei cá. A noite é para estar com as famílias, com os filhos, porque os deputados têm direito a ter vida familiar». Houve ali um momento de embaraço. Os deputados olharam uns para os outros e lá decidiram. Não foi às sete da manhã, foi às duas da tarde, antes do plenário. Mas teve que haver ali alguém que chamasse à razão, porque era uma questão de razão (...). O calendário e o horário políticos são ainda desadequados à agenda da vida familiar” (Entrevista com Judith Menezes e Sousa, 13/01/2012, Projeto “Política no Feminino”).

O jornalista João Pedro Henriques, do *Diário de Notícias*, recorda que Francisco Assis, enquanto líder da bancada do PS, marcava as reuniões do grupo parlamentar para a noite, depois do jantar. “As deputadas fizeram com que isso mudasse. Agora as reuniões são de manhã. Quintas-feiras de manhã. Ele teve que mudar” (Entrevista com João Pedro Henriques, 13/01/2012, Projeto “Política no Feminino”). Na apreciação da jornalista Susana Barros, da Antena 1, “a política ainda é muito masculina, quer a nível de presenças, quer pelos horários. A política começa a trabalhar depois de almoço e arrasta-se pela noite” (Entrevista com Susana Barros, 05/05/2012, Projeto “Política no Feminino”).

Em Junho de 2008, a Conferência de presidentes dos Parlamentos da União Europeia analisou um relatório sobre a participação das mulheres na vida política, onde se defendia que as deputadas pudessem beneficiar da licença de maternidade sem perder direito ao mandato político e a criação de estruturas de acolhimento nos parlamentos. No sentido de conciliar vida política e familiar, apelava-se ainda à reflexão sobre o calendário e os horários das sessões parlamentares. Por exemplo, na Dinamarca não há lugar a votações depois das 17 horas e no Luxemburgo as sessões parlamentares terminam às 18h30 e as comissões às 17 horas²⁹.

Há que contemplar ainda a possibilidade de as mulheres estarem menos motivadas “para arriscarem a sua credibilidade e o seu prestígio numa arena onde o

²⁹ Luísa Meireles, “Antecipar normas do Tratado de Lisboa”, *Expresso*, 21/06/2008 (<http://expresso.sapo.pt/antecipar-normas-do-tratado-de-lisboa=f349953>).

sucesso é profundamente mais aleatório do que noutros domínios profissionais” (Bettencourt e Pereira, 1995: 8). Várias mulheres que exerceram funções de liderança política concluíram os seus mandatos com perspetivas críticas em relação à política e porventura desmobilizadoras. A deputada Cecília Honório (2010: 118) considera que faz falta uma outra “economia do desejo pela vida político-partidária para combater o valor anémico que as mulheres atribuem à sua atividade nos partidos (...) e a auto-reprodução dos partidos como universos masculinos”.

Uma outra ordem de fatores explicativos do afastamento das mulheres da política relaciona-se com as características sistémicas e o funcionamento dos partidos como *gatekeepers*.

Vários estudos concluem que os sistemas de representação proporcional³⁰, como o português, favorecem o recrutamento de mulheres em comparação com os sistemas maioritários, por consubstanciarem um processo mais coletivo, compartilhado e propiciador de diferentes perfis de candidatura. No sistema de representação maioritário, “o tipo de luta política faz apelo às dimensões carismáticas dos candidatos ou às provas dadas nas lutas internas ou externas do partido, bem como à agressividade individual, havendo menor partilha de responsabilidades nas candidaturas e nos seus apoios” (Viegas e Faria, 2001 [1999]: 7).

Por outro lado, na prática, os partidos políticos detêm o monopólio no acesso às instituições democráticas. Ainda que o sistema ofereça aos cidadãos um enorme leque de modalidades constitucionais de participação na vida política sem a mediação das associações partidárias, as possibilidades reais de intervenção despartidarizada afiguram-se limitadas. O ingresso nos diferentes órgãos eleitos opera-se essencialmente através destas organizações, que controlam a seleção dos candidatos à Assembleia da

³⁰ Este critério acentua-se em sistemas que apresentam listas fechadas, em que, mais do que em candidatos individuais, o voto recai sobre os partidos. Pedro Magalhães (2005: 177) assinala que a adoção do sistema de listas fechadas “contribuiu para o aumento do controlo da liderança dos partidos sobre os candidatos individuais”. Também é preponderante a existência de distritos de grande amplitude. Baum e Espírito-Santo (2010: 405) referem que tem vindo a ser demonstrada uma forte correlação entre sistemas eleitorais proporcionais com estas características e a eleição de mulheres para o Parlamento, ainda que os 22 distritos eleitorais para 230 deputados coloquem Portugal num nível baixo em termos de magnitude média distrital. No Continente, apenas dois círculos eleitorais têm uma grande magnitude – Lisboa e Porto com, respetivamente, 53 e 38 mandatos, o que corresponde a cerca de 40% do total de mandatos (Jalali, 2007: 275-276).

República e, por essa via, também a outras instituições do Estado, como o Governo³¹. Numa “democracia de partidos”, a construção das carreiras políticas ocorre no seio destas formações, “sendo a classe política constituída sobretudo por filiados, militantes e dirigentes de partidos” (Martins e Teixeira, 2005: 57).

É a partir da V Legislatura (1987-1991) que a presença de dirigentes partidários se evidencia no Parlamento, com um peso “sempre igual ou superior a 50%”, sendo que “30% a 40% de deputados” não se encontram nesta circunstância (Freire *et al.*, 2002: 110-111). A literatura estabelece uma relação entre a gestão partidária da vida política e a exclusão das mulheres. Estas, mais afastadas das organizações partidárias, acederiam a lugares de destaque, como os parlamentares, sem antes terem realizado um percurso no interior dos partidos exigido aos homens para que alcancem as mesmas posições. Por este motivo, o número de mulheres integradas nas listas eleitorais poderá ser superior à proporção daquelas presentes nos órgãos diretivos dos partidos políticos. A sua inclusão poderá atender mais às capacidades técnicas aliadas à sensibilidade política do que à militância partidária.

Todavia, os dados empíricos não suportam a generalização desta ideia (Pedroso, Silva e Cavaco, 1995; Martins, 2012). Da I à XI Legislaturas, pelo menos 78% de deputadas possuíam experiência política prévia. Até à V Legislatura (1987-1991), a atividade desenvolvida em partidos políticos constituiu a forma mais comum de obtenção de experiência política pelas deputadas. Entre 1976 e 2011, uma percentagem oscilante, próxima dos 50% das deputadas, tinha sido recrutada atendendo ao percurso político realizado dentro dos partidos políticos pelos quais foram eleitas. Na II Legislatura (1983-1985), 64% das deputadas detinham experiência partidária prévia. Estes dados desafiam a ideia de que as mulheres surgem no campo político parlamentar como *outsiders*, sobretudo pela sua especialização e mérito académico e profissional, sem terem atrás de si um lastro de militância e empenhamento partidários (Martins, 2012: 51ss).

Porém, a presença feminina nos órgãos nacionais e entre os militantes dos partidos políticos é ainda relativamente baixa, não ultrapassando, com exceção do Bloco de Esquerda, os 20% (Martins e Teixeira, 2005). As mulheres identificam a existência

³¹ Existe circulação entre o cargo de deputado e o governo nacional (Freire, 2003: 5), sendo que a saída de eleitos para o Executivo leva a que candidatos em posições não elegíveis venham a assumir funções parlamentares.

de mecanismos e de práticas discriminatórias intrapartidárias, bem como atitudes preconceituosas e comportamentos excludentes por parte dos homens (*Ibid.*: 56).

Ainda que nenhuma força política com assento parlamentar em Portugal tenha instituído qualquer entrave formal à participação de mulheres (Viegas e Faria, 2001 [1999]; Martins e Teixeira, 2005), “há muitos «não-ditos» na vida político-partidária”, que explicam a autoexclusão das mulheres ou a sua passagem tendencialmente mais fugaz pelos órgãos políticos (Bettencourt e Pereira, 1995: 9).

A antiga deputada socialista Elisa Damião comenta que a política “é muitas vezes um jogo cruel – ou se elimina ou se é eliminado. Procuraram marginalizar-me um tanto. Então tornei-me competitiva. (...) Não foi fácil adaptar-me à participação política, mais sofisticada do que a sindical e menos preocupada com o concreto – uma arena em que se especula muito e se concretiza pouco” (Bettencourt e Pereira, 1995: 121). Na perspectiva da social-democrata Leonor Coutinho, “os aparelhos partidários têm uma simbólica muito masculina e afastam quase automaticamente as mulheres. É um ambiente de homens, muito agressivo e muito pouco ligado à realidade” (Bettencourt e Pereira, 1995: 112). A socialista Ana Sara Brito declara, a partir da sua experiência pessoal, que “é muito difícil a uma mulher, em qualquer partido – também no PS, portanto – ascender a cargos políticos. A obtenção de lugares, sobretudo no Parlamento, depende em muitos casos de jogos de poder interno e de se pertencer a determinados lobbies. Ora as mulheres geralmente não perdem tempo com esses jogos nem pertencem aos lobbies. Julgo que por isso acabam por ficar para trás” (Bettencourt e Pereira, 1995: 81).

A escassa presença feminina nas posições cimeiras dentro das organizações partidárias reflete-se na composição dos principais órgãos de poder político (Martins e Teixeira, 2005: 57), ainda que os processos de recrutamento, momentos centrais da vida intrapartidária, permaneçam uma área de investigação algo inexplorada, o que se prende, essencialmente, com dificuldades no acesso ao interior dos partidos e às práticas reais de seleção dos candidatos (*Ibid.*: 66-67). Alguns investigadores designam estes processos “como uma espécie de «jardins secretos» ou «espaços interditos» da vida política democrática, dada a falta de transparência quanto aos critérios pelos quais são escolhidos ou excluídos os «eleitos» partidários” (*Ibid.*). Uma das discussões centrais não apenas da feminização da política como, mais genericamente, da atual configuração

do sistema eleitoral, refere-se precisamente à democratização dos mecanismos e dos critérios de recrutamento político dos partidos.

Gallagher e Marsh (1988, *Apud Freire et al.*, 2002: 83) observam que “a forma como os partidos políticos selecionam os seus candidatos pode ser utilizada como um teste crucial à respetiva democraticidade interna”. Certos autores falam de uma verdadeira *ditadura dos partidos políticos*. Estas formações têm um papel dominante como canais de participação política, o que tem suscitado interrogações sobre o seu impacto na crise do funcionamento dos sistemas democráticos, em particular a desmobilização e afastamento dos cidadãos em relação a esta esfera. Nas últimas duas décadas, os níveis de filiação e de ativismo partidários decresceram de modo relevante nas democracias ocidentais (Martins e Teixeira, 2005: 38). Em Portugal, o grau de filiação partidária dos cidadãos é bastante modesto, tendo vários autores vindo a assinalar a “atual crise destas organizações enquanto representantes da sociedade civil” (*Ibid.*: 40).

Como observado noutros países, fatores relacionados tanto com a “oferta” como com “procura” condicionam a participação política feminina, ainda que esta seja uma realidade dinâmica. Pelo menos nos últimos 15 anos, verificou-se a tendência para uma mais acentuada feminização do perfil dos responsáveis políticos e, como se aprofundará na segunda parte da dissertação, os próprios partidos políticos registam variações ao longo do tempo quanto ao recrutamento de mulheres. Porém, as estatísticas indicam que o fenómeno da sub-representação persiste, não obstante o reconhecimento formal da igualdade. No capítulo seguinte, atentamos na natureza da representação política feminina nos órgãos de soberania. Recai sobre estas responsáveis a expectativa de serem porta-vozes de outras mulheres, incidirem sobre uma agenda de “temas femininos” e expressarem diferenças no estilo de liderança? Esta ambivalência remete para uma dicotomia entre “igualdade” e “diferença” que nunca foi totalmente resolvida nos planos teórico e prático e que pode estar a representar uma paralisação da ação política (Nogueira, 2001: 132).

3. O género importa na política?

3.1 MULHERES REPRESENTAM MULHERES SOBRE ASSUNTOS DE MULHERES?

É determinante o sexo de quem toma as decisões políticas? As marcas da presença feminina na política são identificáveis numa associação preferencial das suas propostas, medidas e prioridades a “questões femininas”? E dirigem-se preferencialmente a uma representação das mulheres como grupo social?

A teoria política feminista distingue três níveis da representação. Em primeiro lugar, a “representação formal”, *i.e.*, o reconhecimento, no plano jurídico e constitucional, da igualdade de participação política. Uma segunda aceção corresponde à “representação descritiva”, que preconiza que os *representantes* devem ser uma espécie de espelho sociológico dos *representados*, com o argumento de que, em democracia, os membros de determinados grupos sociais são os únicos adequados para se representar a si mesmos, porque transportam valores, experiências e conhecimentos partilhados e que os identificam. Por fim, a “representação substantiva” envolve uma *efetiva* maior *presença* de mulheres e que estas *e* os seus interesses sejam *efetivamente representados*, de modo relativamente autónomo, por mulheres.

Vários autores sustentam que a sub-representação política feminina se repercute numa inadequada atenção a um leque de questões relacionadas com o “universo feminino”. Henderson e Jeydel (2010: 6-7) assinalam que “muitas das preocupações das mulheres têm sido ignoradas, esquecidas ou abordadas de forma inadequada”. Paxton e Hughes (2007: 4) convergem na ideia de que os representantes políticos masculinos pensam com menor frequência nos interesses das mulheres. Judith Squires (1999: 2) observa que, se o género for interpretado como significando *as mulheres*, a sua ausência “pode ser entendida como implicando que as questões de género não são, pura e simplesmente, politicamente relevantes”. As teóricas políticas feministas entendem ser necessária, ainda que insuficiente, um maior número de mulheres para garantir uma representação igualitária e uma “massa crítica” com peso na determinação das políticas

públicas. Quanto maior esta for no Parlamento e no Governo, mais elevada será a sua capacidade para influenciar a legislação (Ruiz Jiménez, 2009: 239).

A pesquisa tem identificado áreas em que o reforço da presença feminina nas instituições políticas, em especial no Parlamento, surte efeitos positivos na sustentação de pontos de vista mais liberais e progressistas. Contribui igualmente para a “feminização da agenda política”, no sentido da valorização de assuntos relacionados com a promoção da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres e de temas tradicionalmente associados ao género feminino (Martins e Teixeira, 2005: 92).

Esta questão adquire, no plano teórico, contornos normativos. Anne Phillips (2003: 355) defende a articulação entre uma “política da presença” e uma “política de ideias” como solução que contrarie a desigualdade de certos grupos e possibilite a expressão de “pontos de vista especificamente femininos”, corolários de uma história condicionada pela diferença sexual. As mulheres devem estar humanamente implicadas na representação. A mesma autora (*Ibid.*) explica que “por vezes refere-se o argumento de que as mulheres trazem à política um conjunto diferente de valores, experiências e competências; que as mulheres enriqueceriam a nossa vida política, normalmente no sentido de uma sociedade mais empática e caritativa. Uma versão mais radical consiste em ver os homens e as mulheres em conflito, não fazendo sentido aceitar que as mulheres sejam representadas por homens”.

Bettencourt e Pereira (1995: 11) defendem que as mulheres são portadoras de uma mundividência própria e, por essa razão, é bem possível “que, tragam, enquanto agentes políticos, novas aptidões, estilos e atitudes para o exercício da Causa pública. Sobre as questões sociais será muito provavelmente diferente o universo das suas leituras, a hierarquia das suas opções e sê-lo-ão os próprios modos de agir”. No mesmo sentido, Jane Jacquette (2001, *Apud* Baum e Espírito-Santo, 2004: 265) preconiza que o comportamento político das mulheres, o seu grau de representação em todos os níveis de governação e o seu ativismo continuado na sociedade civil afetarão a qualidade da liderança, as suas prioridades, a cultura política democrática e a capacidade de resposta, transparência e sustentabilidade das instituições democráticas.

Para ilustrar a diferença que se pode operar através de uma representação política feminina sensível à condição das mulheres, Paxton e Hughes (2007: 4)

recordam um episódio que envolveu Golda Meir, enquanto ministra e antes de chefiar o governo israelita:

“«Uma vez no governo, tivemos de lidar com um surto de ataques contra mulheres durante a noite. Um ministro (membro de um partido religioso extremista) sugeriu um recolher obrigatório. As mulheres deveriam ficar em casa depois de escurecer. Eu disse: ‘mas são homens quem ataca as mulheres. Se é para haver um recolher obrigatório, que sejam os homens a ficar em casa, não as mulheres’. A presença de Golda Meir no governo permitiu-lhe apontar a injustiça de obrigar as mulheres a ficar em casa, em vez dos homens. Se ela não estivesse lá, quem teria apontado esse facto?”.

A representação descritiva, se não garantida pelos processos habituais de escolha dos atores políticos, poderá requerer mecanismos de discriminação positiva na respetiva concretização, o que vem sendo inscrito nos ordenamentos jurídicos de um crescente número de países – 110 em 2009 (Baum e Espírito-Santo, 2009: 375). Parece haver consenso de que a paridade de género nas instituições políticas se repercute num maior nível de justiça e de proporcionalidade do sistema político e contribui para um mais satisfatório cumprimento das exigências democráticas.

A questão de fundo suscitada pela representação no feminino prende-se com conceções mais essencialistas, tendo em conta que as mulheres não constituem um grupo social coeso e homogéneo. Desde os anos de 1980 que as teóricas políticas feministas não reconhecem a existência de uma natureza e uma cultura femininas universais, mas, sim, que a identidade feminina transcende um quadro de referência masculino-feminino e se constrói também através de diferenças educacionais, socioeconómicas, culturais, étnicas, éticas. Em alternativa, argumentam que as mulheres partilham “interesses”, “perspetivas” e “pontos de vista” fundamentados na sua posição social e num historial de marginalização.

Discute-se, por conseguinte, se as mulheres, na sua heterogeneidade, podem ser representadas politicamente *como mulheres*, como membros de um coletivo, e não apenas como cidadãs individuais (Sapiro, 1998: 162). Problematisa-se, adicionalmente, se as mulheres estão dispostas a agir nos órgãos políticos em nome de “questões femininas”.

Na verdade, esta é uma questão complexa, pela multiplicidade de interpretações e cenários que propicia.

É um facto que várias mulheres encontraram na integração em partidos ou noutras organizações políticas estabelecidas a via para lidarem com matérias que afetam especialmente a população feminina, tendo em mente que, nestas circunstâncias, podem enfrentar lealdades contraditórias. Childs (2002: 151) salienta que a perceção mais comum é a de que as mulheres que procuram atuar a favor de outras atuam apenas nesse sentido. Isto resulta numa tensão com a carreira parlamentar. “Se uma deputada deseja ser promovida, não pode dar-se ao luxo de ser vista como atuando em prol das mulheres com demasiada frequência ou veemência”. Por outro lado, a abordagem de temas considerados femininos poderá obedecer a uma lógica instrumental: por parte de mulheres, ao enveredar por áreas onde, à partida, enfrentam menor concorrência dos agentes instalados; por parte das organizações políticas, quando pretendem projetar uma “agenda de modernidade” ou alargar o seu eleitorado. Os agentes dominantes poderão ainda tender a relegar as mulheres para “assuntos femininos”, que eventualmente secundarizarão.

É também uma evidência que muitas mulheres se envolvem na política sem qualquer intenção de promoverem estas questões. Poucas se candidatarão com a intenção de representar exclusivamente os “interesses femininos”. “As candidatas tendem a não iniciar a discussão de assuntos das mulheres, em parte porque «colocar demasiada ênfase em assuntos femininos numa campanha pode favorecer a ideia de que a candidata é demasiado limitada nas suas preocupações e que não representará adequadamente todo o povo»” (Carroll, 1979, *Apud* Sapiro, 1998: 180).

Outras titulares assumem que o seu objetivo é criar o seu próprio espaço político. Num depoimento de 1995, Zita Seabra declara:

“Ser deputada de 6.^a bancada, calada e silenciosa, não é a minha função. Procurei uma área que eu fosse capaz de gerir, criando o meu próprio espaço político. As mulheres têm, por hábitos ancestrais, uma posição de expectativa, que transportam para a política, esperam que lhes deem uma função. E há que fazer o inverso e exercer as funções alargando o espaço” (Bettencourt e Pereira, 1995: 264).

A representação feminina poderá ainda servir um propósito meramente decorativo e politicamente correto, sem pretender questionar o *status quo*. O presidente escolhido nas eleições iranianas de 2009 anunciou, na altura, que iria designar três ministras para o seu Gabinete, facto inédito desde a revolução islâmica de 1979. A iraniana Massoumeh Torfeh, investigadora na Escola de Estudos Orientais e Africanos da Universidade de Londres, comentou, a este respeito: “Gostaria de me sentir verdadeiramente orgulhosa pelo facto de, no Irão, mulheres serem escolhidas para ministras. Na verdade, trata-se de ultraconservadoras que, nos últimos anos, enquanto deputadas, bloquearam muitas reformas destinadas às mulheres. Se, em vez delas, tivessem sido propostos três homens ultraconservadores, não haveria diferença no que respeita à situação das mulheres”.

O conceito de representação política feminina revela a complexidade de pensar este campo transcendendo a norma dominante, normalmente identificada com um padrão masculino, sem, no polo oposto, redundar na sustentação de um “essencialismo” e na redução dos termos do debate a uma dicotomia entre “igualdade” e “diferença”.

Provavelmente a formulação do problema deverá ser revista. Em lugar de se determinar como a política estrutura o género, será porventura mais produtivo interrogar como o género pode estruturar a política. Judith Squires argumenta que, se a teoria política feminista se focar exclusivamente na questão das mulheres, os homens e a masculinidade são confirmados como a norma não nomeada e o género é silenciado, no seu pleno sentido, como categoria analítica. A autora procura mostrar como as teorizações feministas transformaram os termos do debate em moldes a tornar possível refletir não apenas sobre a subjetividade feminina como também sobre a masculina. Defende, assim, que “a tarefa mais importante é a de considerar as complexidades das questões de género para além dos limites da construção dicotómica da masculinidade e da feminilidade” (Squires, 1999: 2).

À medida que amadurece a relação teórica feminista sobre a política, também se move o respetivo foco de um projeto integracionista para um projeto transformista: “O primeiro concentra-se na maneira como a política tem estruturado as relações de género, este último nas maneiras como o género estrutura a própria política” (*Ibid.*: 17). A inclusão de mulheres na esfera política favorecerá uma reconfiguração do exercício do poder, bem como a ativação de um projeto de alteração substancial das práticas e da política institucionais que impedem a criação de uma sociedade mais justa e igualitária

(Esteves, 2010: 33), através da incorporação de uma diversidade de perspetivas, além das especificamente caracterizadas como “masculinas” ou “femininas”. Sem se anularem as diferenças. Segundo Kymlicka e Norman (2000, *Apud* Esteves, 2010: 28), “a acomodação das diferenças não é uma erosão do estatuto da igualdade da cidadania mas a essência da verdadeira igualdade”.

3.2 TRÊS EXEMPLOS DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA FEMININA EM PORTUGAL

Procurando aproximar estas reflexões sobre a representação política ao contexto nacional, pode-se sustentar que a ação das titulares de cargos políticos visa representar as mulheres enquanto grupo social e defender as suas necessidades e interesses? O inquérito realizado por Martins e Teixeira (2005: 93ss) aponta para uma associação positiva entre o reforço da presença de mulheres no Parlamento e um mais ativo tratamento legislativo de temas relacionados com a interrupção voluntária da gravidez, o apoio à família e, em menor grau, o combate ao desemprego. Algumas dirigentes promoveram explicitamente o *empoderamento* feminino. Manuela Aguiar recorda que, como Secretária de Estado do Trabalho do IV Governo (1978), conseguiu avançar com algumas ideias que lhe eram caras, como a participação das mulheres na vida profissional:

“Pratiquei o sistema de quotas na medida do possível. É sempre preferível praticar do que simplesmente propor ou legislar em abstrato. Nomeei as três primeiras mulheres inspetoras de trabalho (...). Assim como a primeira mulher delegada das Relações Coletivas de Trabalho – em Aveiro. Preparei a legislação que criou a Comissão para a Igualdade no Trabalho e Emprego (CITE)” (Bettencourt e Pereira, 1995: 25).

Como vimos, a pesquisa vem identificando impactos da maior participação feminina nas instituições políticas sobre aquilo que genericamente se pode designar como “feminização da agenda política”. Porém, não deixa de haver algum artificialismo na visão das mulheres enquanto grupo entretecendo solidariedades e cumplicidades em redor de matérias que representariam os seus “interesses”. Por exemplo, a ausência de consenso entre as deputadas é uma regularidade, mesmo na discussão de temas aos

quais se associa o feminino, como a introdução de mecanismos de paridade na política ou a despenalização do aborto.

Ainda que esta questão não tenha uma resposta linear ou possa ser esclarecida no âmbito deste trabalho, damos um contributo para refletir sobre esta problemática através da análise de três situações concretas: a) a ação das deputadas na Assembleia Nacional do Estado Novo; b) a discussão da proposta de lei de despenalização do aborto no início da década de 80; c) a panorâmica da repartição das áreas governamentais de 1976 a 2011.

3.2.1 “Umas senhoras” na Assembleia Nacional

Quando, em 1934, Salazar prepara a lista de candidatos a deputados à I Legislatura da Assembleia Nacional³², declara, em entrevista a *O Século* de 19 de Novembro que, entre os 90 nomes propostos, escolhidos pela “sua integração mental no Estado Novo ou conformidade com a generalidade dos seus princípios”, existia uma novidade – “tanto de uma como de outra Câmara farão parte algumas senhoras o que não significa ter-se o Estado ou elas próprias convertido, agora, ao feminismo” (*Apud* Sousa, 1985: 429). Oliveira Salazar era “elegantemente antifeminista como Mussolini, como quase todos os ditadores”, descreveu António Ferro (Pimentel, 2011: 34).

Amélia Campos (2001: 105) constata que “não foi como resposta às reivindicações sufragistas e feministas que as primeiras Deputadas tiveram direito a assento parlamentar”. O convite dirigido a “algumas senhoras” poderia procurar transmitir um sinal de modernidade do país. Na verdade, pelo menos nas primeiras legislaturas, o grupo de “senhoras” ficaria afeto à responsabilidade de contribuir para a “integração mental” da população feminina nos princípios ideológicos de um sistema que concebia a família como pilar essencial da sociedade e as mulheres como seu

³² No período do Estado Novo, o sistema político institucional compreendia um parlamento com duas câmaras: a Assembleia Nacional, com poderes de iniciativa legislativa, e a Câmara Corporativa, de pendor técnico, que emitia pareceres sobre os projetos de lei. Segundo José-Manuel Tavares Castilho (2003: 52), entre a Assembleia Nacional e a Câmara Corporativa “existe uma considerável diferença no que se refere à naturalidade dos respetivos membros, que reflete, aliás, as lógicas de recrutamento de cada uma das instituições. Assim, enquanto a AN é um órgão eminentemente político, em que o recrutamento se faz sobretudo em termos de fidelidade ao regime e de adesão às suas instituições, a CC assenta essencialmente em funções, com especial relevo para as atividades económicas, organizadas corporativamente”.

garante. Além disso, o restrito grupo de deputadas – e a concessão do voto feminino, mais genericamente – cumpriria o desiderato de servir a luta pela moralização e pela recristianização da sociedade portuguesa (Pimentel, 2011: 39).

As três primeiras deputadas à Assembleia Nacional pelas listas da União Nacional pertenciam à elite feminina estado-novista e em nada correspondiam ao perfil-padrão da mulher portuguesa – tinham formação universitária, possuíam carreiras profissionais e eram solteiras. Basta pensar que, segundo o recenseamento da população de 1930, 70% das mulheres eram analfabetas. Estas representantes não apenas se distinguiam da classe rural e pouco letrada, a condição da maioria da população feminina, como da sua classe social de pertença, uma vez que as raparigas da burguesia urbana, estudando regra geral em ensino doméstico ou particular, raramente concluíam o curso dos liceus e frequentavam o ensino superior (Adão e Remédios, 2005: 89).

Maria Reynolds de Sousa (1985: 429) caracteriza-as como não feministas – do seu currículo não constava a luta pelo sufrágio feminino –, católicas, evidentemente defensoras dos ideais do Estado Novo e que concebiam a mulher como base da vida familiar, adstrita a atividades na esfera privada (Sousa, 1985: 430). Uma das três primeiras deputadas, Maria Guardiola, declarou, em entrevista ao *Diário de Lisboa* de 22 de Novembro de 1934, ser contrária ao feminismo, argumentando que a mulher “nasce para a missão confiada ao sexo e a ela não pode fugir, ainda que seja arrastada para qualquer outra atividade como aquela que eu exerço” (*Apud* Gorjão, 2002: 77).

As primeiras deputadas estavam muito ligadas a instituições do Estado Novo. Por exemplo, Maria Guardiola foi comissária da Mocidade Portuguesa Feminina (1938-1968) e vice-presidente da Obra das Mães pela Educação Nacional (1938-1974), organizações femininas, criadas em 1938 e 1936, com o objetivo de cumprir e enquadrar ideológica e politicamente o projeto integrador do salazarismo relativamente às mulheres (Gorjão, 2002: 78).

Estas dirigentes estavam “localizadas na retaguarda e ocupadas com matérias sobretudo sociais” (Gorjão, 2002: 74-75; cfr. Campos, 2001: 107). Cândida Parreira assume que a ação política feminina deverá incidir em problemáticas segregadas. Num discurso intitulado “A Mulher na Política e a Política da Mulher”, proferido a 9 de Dezembro de 1934, durante a campanha eleitoral (*Apud* Adão e Remédios, 2005: 90-91), afirmou:

“Salazar pressentiu que para tal combate [contra a desmoralização] seria necessária energia superior à do homem. Onde iria encontrá-la? Só uma solução! A Mulher Cristã! (...) A Mulher Portuguesa! Salazar não hesita (...). Escolhe as que podem colaborar, pela sua profissão, quanto à Família, Assistência e Educação. E abre-lhes as portas da Assembleia Nacional (...). A política é só para os homens dizem. Porquê? Só se é por ela ser feminina, já que tantos por ela se apaixonam. A política tem muitas afinidades com a mulher: diplomata, subtil, ora submissa ora voluntariosa (...). O auxílio da mulher tornava-se mais que necessário, tornava-se indispensável. Assim o entendeu o Chefe, assim o decretou”.

Em 1935, numa das sessões da Assembleia, a mesma reitera, numa intervenção para propor a diminuição das causas do divórcio:

“tenho a impressão que não são bem os decretos sobre vinhos, sobre caminhos-de-ferro ou sobre eletricidade aqueles que nos devem conduzir a esta tribuna, mas sim todos aqueles que respeitem à família, à educação e à assistência. Estes, sim, estão bem para serem tratados por nós” (Cândida Parreira, *Apud* Vargas, 2000: 54).

As primeiras deputadas trouxeram claramente uma agenda separada ao plenário, atuando em determinadas áreas entendidas como sendo da competência feminina e favorecendo uma divisão que se transfere do domínio privado para o trabalho político, com destaque para a instrução, higiene e puericultura, saúde física e mental³³, assistência social e a família. Quando passam a existir comissões na Assembleia Nacional, a partir da IV Legislatura (1945), são integradas quase exclusivamente na de Educação Nacional, Cultura Popular e Interesses Espirituais e Morais e na de Trabalho, Previdência e Assistência Social.

³³ A título de curiosidade, professora dos ensinos médio e universitário, Irene Costa é regente, no Instituto de Higiene Mental Infantil António Aurélio da Costa Ferreira, da cadeira de Pedagogia de Anormais e, em 1959, refere-se na Assembleia ao problema da assistência às crianças e adolescentes anormais. Apenas 10 anos depois, tal terminologia já não seria utilizada, sendo substituída pela expressão “crianças física e mentalmente diminuídas”.



Maria Cândida Parreira, Domitília de Carvalho e Maria Guardiola, no Palácio de S. Bento, em 21 de Janeiro de 1934 (reproduzida em Pimentel, 2011)

Logo no início do mandato, Maria Guardiola apresenta um projeto de revisão do texto constitucional para conformar o ensino público à moral cristã. Domitília Carvalho submete um projeto de lei sobre a introdução do ensino de higiene e puericultura nos liceus femininos. Cândida Parreira propõe que as mulheres assalariadas tenham direito a usufruir de uma licença de maternidade remunerada por um mês. Defende ainda a construção de uma prisão-maternidade-creche.

As primeiras deputadas não assumiram funções na esfera pública por apelo ou vocação políticos, mas foram “arrastadas”, por vontade do “chefe”, que assim o entendeu, decretou e lhes abriu as portas da Assembleia; elas próprias tinham um entendimento claro de que se esperava que a sua intervenção se limitasse a um conjunto separado de problemáticas (família, assistência e educação); tinham sido convidadas atendendo ao seu perfil profissional (domínio técnico de uma matéria), não representando a típica mulher portuguesa, que se deveria manter na esfera doméstica e não ambicionar aceder ao espaço público. Existe uma tensão entre a identidade destas mulheres e aquela que preconizam do feminino, de certa forma elas próprias se excluindo do padrão de feminilidade legitimado, apresentando-se como exceções e não se constituindo abertamente como *role models* inspiradores para outras mulheres.

FIGURA 8: DEPUTADAS À ASSEMBLEIA NACIONAL E PROCURADORAS À CÂMARA CORPORATIVA DURANTE AS 11 LEGISLATURAS DO ESTADO NOVO (1933-1974)

ANO	LEGISLATURA	TOTAL DE MANDATOS	HOMENS	MULHERES	% MULHERES	DEPUTADAS	PROCURADORAS À CÂMARA CORPORATIVA
1934	I	90	87	3	3,3	Domitília Hormizinda Miranda de Carvalho (licenciada em Matemática, Filosofia e Medicina, a primeira mulher a estudar na Universidade de Coimbra, médica e professora) Maria Baptista dos Santos Guardiola (com o curso do Magistério Primário e licenciada em Matemática, professora) Maria Cândida Parreira (licenciada em Direito, advogada)	Clemência Dupin de Seabra (representação dos produtos florestais) Maria José de Novais (representação dos interesses espirituais e morais)
1938	II	90	87	3	3,3	Domitília Hormizinda Miranda de Carvalho Maria Baptista dos Santos Guardiola Maria Luiza de Saldanha da Gama Van Zeller (licenciatura em Medicina, médica)	Maria José de Novais (representação dos interesses espirituais e morais)
1942	III	90	88	2	2,2	Maria Baptista dos Santos Guardiola Maria Luiza de Saldanha da Gama Van Zeller	Maria Joana Mendes Leal (representação dos interesses espirituais e morais)
1945	IV	120	118	2	1,7	Maria Luiza de Saldanha da Gama Van Zeller Virginia Faria Gersão (licenciatura em Filologia Românica, professora)	Maria Joana Mendes Leal (representação dos interesses espirituais e morais)
1949	V	120	118	2	1,7	Maria Baptista dos Santos Guardiola Maria Leonor Correia Botelho ³⁴ (curso de Assistente Social, pós-graduada, professora e alta funcionária do Estado)	Maria Joana Mendes Leal (representação dos interesses espirituais e morais)
1953	VI	120	118	2	1,7	Maria Leonor Correia Botelho Maria Margarida Craveiro Lopes dos Reis (licenciada em Ciências Biológicas, doméstica)	Maria Joana Mendes Leal (representação dos interesses espirituais e morais)
1957	VII	120	118	2	1,7	Maria Irene Leite da Costa (licenciada em Ciências Histórico-Naturais, professora) Maria Margarida Craveiro Lopes dos Reis	Maria Luísa Ressano Garcia (representação dos interesses espirituais e morais)
1961	VIII	130	127	3	2,3	Custódia Lopes (licenciada em Filologia Clássica, professora) Maria Irene Leite da Costa Maria Margarida Craveiro Lopes dos Reis	
1965	IX	130	126	4	3,1	Custódia Lopes Maria Ester Guerne Garcia de Lemos (licenciada em Filologia Românica, professora universitária e escritora) ³⁵ Maria de Lourdes Filomena Figueiredo de Albuquerque (primeira mulher não licenciada da Assembleia Nacional, doméstica) Sinclética Soares Santos Torres (licenciada em Farmácia,	

³⁴ Do seu currículo consta o curioso facto de se ter feito operária, sob identidade fictícia, numa fábrica de conservas de peixe em Setúbal.

³⁵ Vencedora do Prémio Eça de Queiroz do Secretariado Nacional de Informação em 1960, Ester Lemos interrompe a docência, em 1963, para preparar o doutoramento, mas incompatibiliza-se com o seu orientador, Jacinto Prado Coelho, Presidente da Sociedade Portuguesa de Escritores, pela atribuição do prémio de novela a Luandino Vieira, e não dá seguimento à tese.

						farmacêutica)	
1969	X	130	126	4	3, I	Custódia Lopes Sinclética Soares Santos Torres Luzia Neves Pernão Pereira Beija (curso do Instituto de Serviço Social, doméstica) Maria Raquel Ribeiro (curso do Instituto de Serviço Social, assistente social, alta funcionária pública; única mulher a integrar a Ala Liberal na Assembleia)	Maria de Lourdes Pintasilgo (representação dos interesses de ordem administrativa)
1973	XI	148	139	9	6, I	Alda da Conceição Dias Carreira de Moura Almeida (Curso do Magistério Primário, Curso Complementar de Histórico-Filosóficas da Universidade de Coimbra, professora) Josefina de Encarnação Pinto Marvão (Curso Superior de Serviço Social, licenciatura em Ciências Sociais e Política Ultramarina, funcionária pública) Lia Maria Mesquita Bernardes Pereira de Lello (curso liceal, administradora de empresas) Maria Ângela Alves de Sousa Craveiro da Gama (licenciatura em Serviço Social, assistente social) ³⁶ Maria Clementina Moreira da Cruz de Almeida de Azevedo e Vasconcelos Maria de Lourdes Cardoso de Menezes Oliveira (licenciada em Ciências Físico-Químicas, professora) Maria Luísa de Almeida Fernandes Alves de Oliveira (licenciada em Filologia Românica, professora) Maria Teresa de Almeida Rosa Cárcamo Lobo (licenciada em Direito, com curso complementar de Ciências Jurídicas, advogada) Sinclética Soares dos Santos Torres	Maria de Lourdes Pintasilgo (representação dos interesses de ordem administrativa)

Fontes: Sousa (1986); Castilho (2007, 2009 e 2010).

³⁶ Na sessão de 25 de Abril de 1974, Maria Ângela Craveiro da Gama tinha agendada uma intervenção sobre os direitos das mulheres e das crianças, a qual não se realizou por falta de *quorum*.

Mais tarde, abordariam assuntos delicados, como a prostituição de menores, cuja proibição constituirá uma reivindicação especificamente feminina. Em 1944, a deputada Maria Luíza Van Zeller, dirigente da Obra das Mães e da Mocidade Portuguesa Feminina, intervém na Assembleia Nacional contra o facto de as autoridades fecharem os olhos ao tráfico sexual de menores (Pimentel, 2011: 51). O aborto, que condenava, foi outro dos temas que trouxe a plenário, elegendo como prioridade a luta contra esta prática e os seus autores (*Ibid.*). Intervém ainda sobre questões como a assistência na gravidez e na amamentação e a mortalidade infantil. É ainda uma voz fundamental para contrariar a proposta de recenseamento eleitoral submetida, em 1946, à Assembleia Nacional, e que, embora alargasse a capacidade eleitoral às chefes de família, retirava à mulher casada o direito de voto. Indigna-se, as disposições do decreto não satisfazem as reivindicações das mulheres no respeitante aos seus direitos políticos. Tem a preocupação de esclarecer que, ainda que se pronuncie como “deputada e até como simples mulher”, se distancia de um “conceito feminista”, encarando o problema apenas “no bom e único sentido de um simpático feminismo colaborante” (Sousa, *in* Castro e Esteves, 2005: 724, 726).

As deputadas eleitas pelos círculos ultramarinos, a partir da década de 1960, incidem, particularmente, sobre matérias de saúde, assistência e educação nas colónias. A partir da VIII Legislatura (1961-1965), a deputada Custódia Lopes, eleita pelo círculo de Moçambique, discute vários pontos relacionados com a política ultramarina do Governo e problemas vividos nas colónias, o mesmo sucedendo, na IX Legislatura, com Maria de Lourdes Albuquerque, eleita pelo círculo da Índia.

No período marcelista, surgem também intervenções que especificam a nova situação das mulheres. Em 1971, Luzia Beija faz considerações sobre a posição da mulher na sociedade moderna e Maria Raquel Ribeiro realça a oportunidade do decreto-lei que introduz alterações ao Estatuto Judiciário, a propósito da possibilidade dada às licenciadas de ingressarem na magistratura. Reproduz-se um excerto desta intervenção, pronunciada na sessão de 24 de Junho de 1971:

“Na passada sessão legislativa, quando há pouco mais de um ano pudemos intervir nesta Câmara a propósito da criação dos tribunais de família, propusemos que, na assessoria de tais tribunais, fosse possível a presença de licenciados em Direito do sexo feminino. Dizíamos então que, baseada no direito da não discriminação que a Constituição

Política reconhece, fosse reconhecida a possibilidade de a mulher portuguesa ascender à magistratura, tal como é de direito e de facto noutros países. Acaba o Governo de reconhecer tal situação, em decreto-lei publicado no Diário do Governo, de hoje, que introduz alterações ao Estatuto Judiciário (...). O caminho está aberto (...). Não podíamos ficar em silêncio perante esta medida de real valor para a mulher portuguesa, vinculando-se, assim, mais um dos fatores da sua promoção. Aqui fica, pois, o nosso obrigado ao Governo de Marcelo Caetano e, particularmente, à pessoa de S. Ex.^a o Ministro da Justiça, por, em tão pouco tempo, nos ter dado ensejo de lhe manifestarmos o nosso reconhecimento” (*Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, 24/06/1971, p. 2.212).

A presença das mulheres na Assembleia Nacional favorecerá o desenvolvimento de *skills* em circunstâncias pouco habituais de exposição pública e de combate discursivo pelas suas ideias e propostas; a formação de uma subjetividade política feminina por contraste com a atuação masculina (a mulher na política é “diplomata”, “subtil”, “ora submissa ora voluntariosa”); o alargamento da agenda política a certas questões antes restringidas ao domínio privado, conduzindo à politização de matérias que afetavam a vida das mulheres e obrigavam a ver a sua condição específica. Amélia Campos (2001: 109) considera que “as primeiras deputadas tinham bem interiorizado o seu raio de ação, nele se movimentando como convinha e como podiam. Porém, subir à tribuna para falar dos problemas da vida privada significaria transpor uma enorme barreira”.

Constituem um exemplo do que poderemos enquadrar numa “representação política substantiva” que, ainda que revelando, na sua diferença, aspetos positivos, apresentou um recorte conservador, delimitado e até reverencial.

3.2.2 “Os homens concebem as leis e as mulheres concebem os filhos”

Entre os temas com incidência nos direitos das mulheres que vieram a adquirir maior visibilidade e a fomentar mais intenso debate público, salienta-se a despenalização do aborto, luta que atravessa três décadas do Portugal democrático. Esta é uma das temáticas que mais dividiu atores políticos, órgãos de soberania, partidos,

cidadãos e grupos sociais. A questão foi colocada logo após a Revolução de 1974 e desde cedo revelou o seu caráter socialmente fraturante, gerando fervorosos combates na Assembleia da República e na esfera social. Marcante ícone, em 1982, é a imagem de mulheres nas bancadas da Assembleia que vestem as camisolas com a expressão “Nós abortámos”. Nas ruas, outros grupos, sobretudo ligados à Igreja Católica, batiam-se contra a legalização do aborto.

ILUSTRAÇÃO 2: MANIFESTAÇÕES A FAVOR E CONTRA A DESPENALIZAÇÃO DO ABORTO



1982: Manifestação pró-aborto de mulheres na Assembleia da República, durante a discussão do projeto de despenalização do PCP (*Expresso*/ António Reis, 1994)



Manifestação contra o aborto em Braga, promovida pela Igreja Católica (*Expresso*/ António Reis, 1994)

Como salienta Ana Prata Pereira (2007: 2), uma das agendas centrais dos movimentos femininos na Península Ibérica foram os “direitos abortivos, *i.e.*, legislação e serviços relativos à contraceção e ao aborto”. Esta luta específica é uma das poucas manifestações do “feminismo de segunda *vaga*” em Portugal (Peça, 2010: 21) e que mobilizou as mulheres na sua defesa (Ferreira, 1999: 220).

Nos anos de 1980, a discussão desta questão na Assembleia República ficará associada à intervenção política feminina. Em 1982, Zita Seabra, então deputada pelo PCP³⁷, apresentou um projeto de exclusão de ilicitude do aborto, juntamente com outros diplomas sobre contraceção, educação sexual e proteção da maternidade e da paternidade. No debate parlamentar sobre a proposta, a 12 de Novembro, intervêm cinco deputadas – a proponente, Odete Santos (PCP), Natália Correia e Helena Roseta

³⁷ Como recorda Irene Pimentel, o aborto e a inaplicabilidade da lei então em vigor constituíram os temas da tese de licenciatura em Direito defendida por Álvaro Cunhal, em 1940, onde concluía que “a lei era «juridicamente ineficaz e socialmente condenável», bem como «um atentado para os direitos das mulheres»” (Pimentel, 2011: 53).

(PSD) e Teresa Ambrósio (PS). As posições das restantes bancadas foram expressas exclusivamente por homens. As mulheres constituem, então, um grupo restrito de 9% do total de parlamentares.

Se esta matéria dividia as forças políticas, também favoreceu a criação de solidariedades transpartidárias. Zita Seabra argumenta que esta questão

“atravessou e dividiu os partidos. Uma parte substancial do PSD esteve comigo e com o PCP neste debate. Também houve mulheres do PSD que estiveram do outro lado. Há duas mulheres particularmente importantes, a Helena Roseta e a Natália Correia, que foram fundamentais para criar este clima que permitiu que este assunto deixasse de ser um tabu e se tornasse num objeto de discussão” (Entrevista com Zita Seabra, 21/11/2011, Projeto “Política no Feminino”).

A jornalista Anabela Neves, que acompanhou os debates de 1982 e de 1984 sobre a proposta de despenalização do aborto, recorda que “havia toda uma imagética que foi pensada, preparada para esse debate”. Zita Seabra estava “vestida toda de branco, com um ar virginal, próprio, adequado. Isto são informações que vieram do PCP dessa altura. Essa imagem foi pensada para tentar afastar ao máximo tudo o que era negativo e dar sinais positivos a quem estava a acompanhar. Uma blusinha com folhinhos...” (Entrevista realizada a 12/01/2012, no âmbito do Projeto “Política no Feminino”).

No entendimento da jornalista Áurea Sampaio, esse primeiro debate foi uma “grande pedrada no charco”. Aprecia que “Zita Seabra brilhou de uma forma que apagou todas as outras”. Nessa discussão em particular, “as mulheres eram muito solidárias umas com as outras, independentemente das suas posições políticas, (...) para encontrarem consensos”. O debate foi “épico”, “aceso”, caracterizado pela “qualidade, a elevação. E depois a graça que aquilo tinha” (Entrevista realizada a 12/01/2012, no âmbito do Projeto “Política no Feminino”).

Numa intervenção histórica, Natália Correia responderá em verso à declaração do deputado centrista João Morgado segundo a qual “a igreja Católica proíbe o aborto porque entende que o ato sexual é para se ver o nascimento de um filho”:

“Já que o coito diz Morgado tem como fim cristalino, preciso e imaculado fazer menino ou menina e cada vez que o varão sexual petisco manduca, temos na procriação prova de que houve «truca-truca», sendo só pai de um rebento, lógica é a conclusão de que o viril instrumento só usou parca razão! Uma vez. E se a função faz o órgão diz o ditado consumado essa exceção, ficou capado o Morgado” (DAR, 12/11/1982, n.º 12).

Os argumentos políticos são contaminados pelas perspetivas morais e religiosas dos deputados. A expressão de fundamentos católicos para rejeitar esta prática é alvo de crítica por parte de diferentes bancadas. A título de exemplo, o deputado da UDP, Mário Tomé, comenta nestes termos a intervenção do deputado do CDS João Pulido: “Protesto, na medida em que estamos numa Câmara política, onde se fazem discursos políticos e nós assistimos, de facto, a uma homilia, ainda por cima mal feita...” (DAR, 12/11/1982, n.º 12, p. 330). O deputado da UEDS Octávio Cunha classifica aquela intervenção como uma “voz vinda da Pré-História”, uma “voz das cavernas”, ao que Zita Seabra acrescenta “De Cro-Magnon!” (DAR, 12/11/1982, n.º 12, p. 331).

Nesta sessão, ainda que esclarecendo não ser feminista, Natália Correia estranha a raridade de mulheres no hemiciclo, considerando que naquele momento se decide sobre um tema que tradicionalmente afeta sobretudo a população feminina. Interpela a este respeito o deputado socialista Almeida Santos: “Não acha o Sr. Deputado que haverá uma espécie de aberração no facto de serem os homens aqui representados em força que terão de legislar sobre um assunto que essencialmente se prende com a mulher?”. Ao que Almeida Santos responde: “queria dizer-lhe muito simplesmente só isto: sinto-me efetivamente muito mal, e creio que a minha intervenção deixou alguns traços desse sentimento, com este facto real de os homens conceberem as leis e as mulheres conceberem os filhos” (DAR, n.º 12, 11/11/1982, p. 355).

A proposta do PCP de despenalização do aborto, que contou com o apoio do PS, não passou na Assembleia mas, na legislatura seguinte, as deputadas, ainda em minoria (8,6%), são particularmente ativas quanto a este tema: seis deputadas, quatro do PS e duas do PCP, subscrevem iniciativas legislativas dos seus partidos sobre esta matéria.

Maria Bello recorda que, nas eleições de 1983, lhe pareceu óbvio, face à vitória eleitoral do PS, que entretanto formara governo, que o Partido Comunista iria voltar a fazer essa proposta, colocando o Partido Socialista numa posição muito delicada, já que

estava coligado com o PSD no Governo do Bloco Central. “Apresentei então no congresso uma proposta de moção para que o PS avançasse com uma proposta a favor da despenalização do aborto mais moderada e mais negociável com o partido da coligação, e que travasse a oposição do PCP. Essa moção acabou por ser aprovada por aclamação com o apoio de Mário Soares” (Bettencourt e Pereira, 1995: 73).

Em Fevereiro de 1984, o Parlamento aprova a lei da exclusão da ilicitude em alguns casos de interrupção voluntária da gravidez – malformação do feto, violação e risco de saúde para a mulher –, bem como leis da educação sexual e planeamento familiar e da proteção da maternidade e paternidade.

Segundo a análise da imprensa de Abranches e Ferreira (1986), nos dois períodos, mas sobretudo no segundo, o debate caracterizou-se pela masculinização. “Tendo o debate sido remetido para o domínio tradicional da política e dos jogos partidários, assistiu-se a um apagamento quase total da participação das mulheres” (*Ibid*: 482). Não obstante, o protagonismo que as deputadas adquiriram neste processo fica patente na sua representação fotográfica na imprensa que, no debate de 1984, foi quantitativamente idêntica à dos deputados (Cabrera *et al.*, 2012: 177), o que, face à desproporção da sua representatividade parlamentar, é significativo.

A título comparativo, esta paridade não se verificaria na segunda metade dos anos de 1990, quando esta matéria volta ao plenário. A cobertura fotográfica privilegiará, desta feita, os deputados, apesar do reforço da presença das deputadas e do seu envolvimento num maior número de iniciativas. Nesta altura, os primeiros subscritores dos projetos de alterações legislativas foram homens, que se encontravam na posição mais destacada de líderes das bancadas parlamentares, com exceção de Maria José Nogueira Pinto, do CDS (*Ibid*: 177-178).

Este é um caso que ilustra uma solidariedade feminina entretecida em torno de um problema específico. O debate da proposta de despenalização do aborto é um tema associado às mulheres e no qual, de facto, as deputadas se empenharam, não obstante as suas diferenças partidárias.

3.2.3 Áreas “masculinas” e “femininas” no Governo

Segundo a literatura, as mulheres no Governo tendem a ser relegadas para posições em que lidam com as “questões das mulheres” (Henderson e Jeydel: 1). Por outras palavras, a concentrar-se em áreas rotuladas como tradicionalmente femininas, como saúde, família, segurança social, educação e cultura, estando menos presentes nas pastas da defesa, finanças ou administração interna (*Ibidem* 2010: 5-6).

Nos 19 governos constitucionais, entre 1976 e 2011, considerando todas as posições da hierarquia governativa³⁸, a presença feminina foi mais pronunciada na *Educação, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia; Cultura; Administração Local, Regional e Modernização Administrativa; Finanças; e Saúde*. Os cargos ministeriais consagrados à *Igualdade* foram ocupados na totalidade por mulheres. Verifica-se uma prevalência masculina em pastas como a *Agricultura; Finanças; Educação; Obras Públicas, Transportes e Comunicações; e Negócios Estrangeiros* (Fig. 9).

FIGURA 9: DEZ PRINCIPAIS ÁREAS GOVERNAMENTAIS, POR SEXO, ENTRE 1976 E 2011

MULHERES		HOMENS	
Áreas	% Universo governantes femininas	% Universo governantes masculinos	Áreas
Educação, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia	13,8	9,2	Agricultura, Pescas, Florestas e Desenvolvimento Rural
Cultura	10,3	8,6	Finanças
Finanças	9,5	8,3	Educação, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia
Administração Local, Regional e Modernização Administrativa	9,5	7,2	Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Saúde	7,8	6,7	Negócios Estrangeiros
Negócios Estrangeiros	6,9	5,5	Comércio e Turismo
Ordenamento do Território, Ambiente e Cidades	6,9	4,5	Administração Interna
Assuntos Sociais	6,0	4,2	Indústria e Energia
Habitação e Urbanismo	4,3	3,9	Trabalho, Emprego e Formação Profissional
Planeamento	3,4	3,8	Defesa

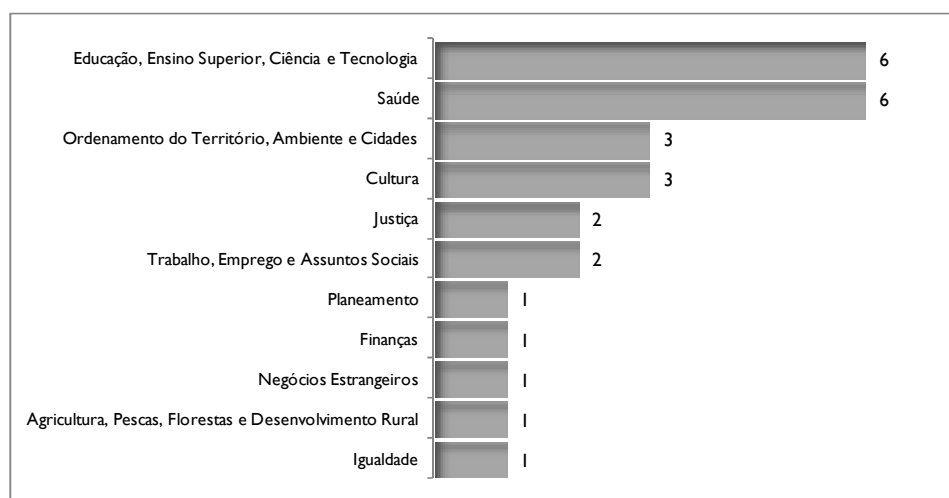
N=1.328 (n.º total de titulares de cargos governamentais de 1976 a 2011). Homens=1.212 Homens; Mulheres=116.
Fontes: Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna e Portal do Governo.

³⁸ A sistematização foi realizada pela autora, com base em informação da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna e do Portal do Governo, definindo, para o efeito, categorias transversais e uniformes. Reconhece-se que o objetivo de fornecer esta visão macro tem como limitação a impossibilidade de traduzir as orgânicas singulares de cada Executivo.

Em sentido contrário, as mulheres estiveram totalmente ausentes da *Defesa* e da *Comunicação Social* e praticamente arredadas de pastas como a *Agricultura* (uma governante em 111); *Obras Públicas, Transportes e Comunicações* (uma governante em 87); *Administração Interna* (uma governante em 54); *Juventude e Desporto* (uma governante em 28); e *Economia* (uma governante em 25) (ver Anexo 2).

Entre as 27 titulares de pastas ministeriais, seis foram nomeadas para a *Educação* e outras seis para *Saúde*. Uma única vez foram escolhidas para as *Finanças* (Manuela Ferreira Leite, no XV Governo, liderado por Durão Barroso), *Negócios Estrangeiros* (Teresa Patrício Gouveia, também no XV Governo) e *Agricultura* (Assunção Cristas, no XIX Governo, conduzido por Pedro Passos Coelho, também responsável pelo *Ambiente, Mar e Ordenamento do Território*). Estas designações quebraram a tendência de indicação de mulheres para áreas tradicionalmente femininas e coincidem com ciclos de poder sociais-democratas (ou de coligação com o CDS-PP) (Fig. 10).

FIGURA 10: ÁREAS GOVERNAMENTAIS TUTELADAS PELAS MINISTRAS (1976 A 2011)



Fontes: Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna e Portal do Governo.

Estes dados demonstram a aplicabilidade do padrão da divisão de pastas governativas segundo o género, com a concentração das mulheres na *Educação* ou na *Saúde* (menos nos *Assuntos Sociais*). Não se deve maximizar esta tendência, atendendo à relevância que adquirem, junto das governantes, domínios como as *Finanças* e os *Negócios Estrangeiros*. Por outro lado, as mulheres continuam em minoria como

ministras e foram atípicas as nomeações para as *Finanças*, *Negócios Estrangeiros* e *Agricultura*.

A apreciação destes três exemplos relativos ao contexto nacional mostra uma diversidade de circunstâncias que não permitem perspetivar, de forma simplista, a ideia de que as mulheres agem em representação das mulheres e em função de interesses tidos como femininos. Será, porventura, artificial fechar as mulheres numa modalidade de representação política, ainda que algumas definam como prioritário agir em nome de outras e abordar problemáticas “femininas”, ou o façam episodicamente, a propósito de temas específicos. Na Assembleia Nacional, as deputadas faziam-no, correspondendo a expectativas e a um guião do qual dificilmente se poderiam desviar. Nos anos 80, o dinamismo das deputadas nas iniciativas legislativas de despenalização do aborto e o protagonismo que granjearam nos debates parlamentares revelam o seu compromisso com uma causa particular relacionada com uma questão habitualmente associada aos “direitos das mulheres”. As decisões em torno da integração de mulheres no governo indiciam algum mecanicismo na divisão de áreas governativas por género, apesar dos sinais de rutura com esta padronização, que não devem ser ignorados.

3.3 LIDERANÇA POLÍTICA E *DOUBLE BINDS*

No prolongamento da reflexão sobre a representação política, questiona-se agora se homens e mulheres apresentam diferenças nos estilos de liderança política. É expectável que revelem comportamentos, atitudes e características distintivas? Ou a liderança está associada a determinadas qualidades transversais, identificadas com uma “norma masculina”? As líderes enfrentam expectativas contraditórias como políticas e como mulheres?

Na literatura académica, desenvolvida sobretudo em investigações ocidentais, não existe uma definição única do conceito de liderança. Esta imbui uma pessoa de uma visão e um conjunto de objetivos, bem como da habilidade para articular e mobilizar os outros na sua realização para benefício tanto do líder como dos seus seguidores. Destacam-se quatro tipos de liderança: 1) *carismática*, baseada em características

extraordinárias que inspiram a lealdade dos seguidores; 2) *transacional*, que envolve um processo de trocas entre líderes e seguidores; 3) *transformativa*, orientada para o futuro, que conduz ao empoderamento dos seguidores na prossecução de uma visão e de objetivos; 4) e *servidora*, que posiciona o líder como estando ao serviço dos seguidores (Steady, 2011: 5).

Steady (2011: 5-6) aponta os enviesamentos das conceções teóricas sobre liderança, influenciadas pela perspectiva das sociedades ocidentais, industrializadas e patriarcais e muito centradas em qualidades e comportamentos pessoais notáveis. Muitas destas teorias inspiraram-se na distinção de Max Weber entre autoridade tradicional, racional/ legal (burocrática) e carismática. A ênfase foi colocada durante longo tempo em líderes carismáticos, inspiradores e vistos como agentes da mudança e forças da história. A mesma autora nota, porém, que as teorizações sobre a liderança registaram grandes transformações antes e depois da I Guerra Mundial, no sentido de se deixar de salientar exclusivamente a capacidade do líder para impor as suas conceções aos seguidores, passando a enaltecer-se uma visão partilhada e uma interação entre líder e seguidor. Essa evolução é creditada à disseminação da democracia e à revolução comportamental.

O aumento no número de mulheres políticas em lugares de liderança acompanha as mudanças registadas no desenvolvimento de teorias e práticas em redor deste conceito. Enquanto no passado os líderes baseavam a sua autoridade sobretudo no acesso ao poder político, económico e militar, nas sociedades pós-industriais impõem-se modelos de partilha de poder e estabelecimento de relações de colaboração (Eagly e Carli, 2003: 809).

Investigações levadas a cabo no âmbito da psicologia procuram determinar a pertinência do nexo entre género e estilos de liderança. A questão faz sentido numa tradição em que se acreditava que as diferenças biológicas e sociais entre os sexos não apenas tornavam homens e mulheres mais ajustados ao desempenho de certas tarefas, como esta circunstância condicionava os atributos psicológicos e comportamentais que deveriam exhibir. Os homens eram vistos como racionais, agressivos e competitivos, mais adequados para o mundo do trabalho e da atividade pública, enquanto se requeria que as mulheres fossem emocionais, cuidadoras e passivas, qualidades mais próprias para tomar conta da família no espaço doméstico (Hannam, 2007: 24).

Paxton e Hughes (2007: 23) observam que as características que expressam a diferença sexual são geralmente definidas em oposição. “Nas culturas ocidentais, encontramos frequentemente pares masculino-feminino, tais como racional-emocional, agressivo-passivo, competitivo-cooperativo ou assertivo-complacente”. Num estudo publicado em 1990, Eagly e Johnson encontraram indícios de que o comportamento das mulheres as aproximava de estilos mais vocacionados para a interação e a relação (mais democráticos), enquanto os homens se revelavam mais autocráticos e focados no desempenho de tarefas. Concluíram, então, que

“acredita-se que os homens são mais assertivos e motivados para dominar o seu ambiente circundante (*e.g.*, mais agressivos, independentes, auto-suficientes, impositivos, dominantes). Em contraste, as mulheres são vistas como mais altruístas e preocupadas com os outros (*e.g.*, mais gentis, prestáveis, compreensivas, afáveis, empáticas, conscientes dos sentimentos dos outros)” (Eagly e Johnson, 1990: 236).

Estas duas orientações foram categorizadas como liderança *masculina/instrumental* / *agêntica* e liderança *feminina / expressiva* / *comunal*.

Eagly e Carli (2003: 218) argumentam que subsiste alguma conflitualidade entre as expectativas sobre o comportamento das mulheres e as características privilegiadas no desempenho de cargos de liderança, num contexto em que ainda se impõem modelos de autoridade tradicionais (weberianos). Desencontro que os autores designam por “teoria da incongruência”:

“as características comunais que as pessoas associam às mulheres, como afabilidade e altruísmo, divergem das qualidades agenciais, como a assertividade e a instrumentalidade, que as pessoas entendem como características dos líderes de sucesso. Em contraste, as características predominantemente agenciais que as pessoas associam aos homens são similares às qualidades entendidas como necessárias para ser bem sucedido em ocupações de estatuto elevado” (Eagly e Carli, 2003: 218-219).

Paxton e Hughes (2007: 91) sintetizam esta vantagem masculina: “a combinação entre estereótipos masculinos e de liderança é mais acentuada do que a combinação

entre estereótipos femininos e de liderança”. Se a ação liderante continua a ser identificada com características masculinas como a agressividade ou a competitividade, as mulheres enfrentam maiores dificuldades em serem reconhecidas em posições de autoridade. Segundo Pande e Ford (2011: 7), os estudos confirmam a discriminação pessoal por parte dos eleitores contra as mulheres, o que está frequentemente enraizado na norma social de que estas não devem liderar e de que a liderança é uma atividade masculina.

A mesma ponderação pode ser feita em relação à liderança política: se esta é cunhada no masculino, se as noções dominantes de poder são masculinas, há uma certa naturalidade no desempenho de posições de liderança por homens e, pelo contrário, as mulheres poderão gerar reações de estranheza e rejeição. Kathleen Jones (1993: 237) considera que a conotação do feminino com o silenciamento e a falta de autoridade existe ao nível do senso comum.

A adoção de métodos e comportamentos masculinos pode ser um mecanismo de aceitação e de sobrevivência política (Paxton e Hughes, 2007: 13; Camps, 2001: 19). As instituições podem mudar as mulheres mais rapidamente do que o inverso. Em entrevista, Corazon Aquino, presidente das Filipinas entre 1986 e 1992, relatou a sua experiência a este propósito:

“Na escola ensinam-te sempre a ser educada e a pedir – não ordenas nem exiges. Assim, recordo que, creio que nos primeiros meses da minha presidência, chamava um membro do governo, ou talvez um general, ou alguém ao meu serviço, e dizia algo do género: «gostaria que fizesse isto». E aí estou certa de que eles ficavam bastante chocados. Mais tarde, um dos meus conselheiros referiu-me esse facto, dizendo: «Repare, talvez isso estivesse bem quando ainda não era presidente, sabe, ser cortês e pedir em vez de ordenar» (...) E então, bem, decerto que aprendi isso depressa” (Liswood, 1995, *Apud* Paxton e Hughes, 2007: 92).

Em contraste, em lugares de poder, as mulheres podem segundo Sapiro (1998: 180-181), sentir-se pressionadas a desempenhar um “papel de mulher” ou, no mínimo, a ser definidas como mulheres políticas, o que a literatura designa por *double bind*. A sobreposição de exigências aparentemente contraditórias de ser “mulher” e “líder”

coloca dificuldades de conciliação e é sintoma da resistência do campo político à incorporação de mulheres. As líderes femininas devem agir de acordo com o estereótipo feminino (serem gentis, relacionais, etc.) ou com o estereótipo do comportamento liderante (serem agressivas e dominantes)?

Os estudos confirmam que, se as mulheres adotarem comportamentos liderantes masculinizados – *i.e.*, mais diretivos e assertivos –, tenderão a ser negativamente avaliadas como “insuficientemente femininas”, “demasiado masculinas”. As pesquisas sobre liderança vêm corroborar a existência de um enviesamento das percepções das mulheres líderes quando estas se aproximam do estereótipo masculino. Por exemplo, Margaret Thatcher, conhecida pela sua assertividade e agressividade políticas, era chamada de “Átila the Hen³⁹” (Paxton e Hughes, 2007: 91).

Um outro aspeto apontado quanto à liderança política feminina refere-se à possibilidade de as mulheres usarem estrategicamente as expectativas culturais sobre a masculinidade e a feminilidade, *i.e.*, capitalizando para objetivos políticos uma espécie de sexualização dos seus atributos de beleza e das suas características de personalidade. Margaret Thatcher constitui, no entender de Paxton e Hughes (2007: 93), o exemplo interessante de uma líder feminina consciente do impacto da sua feminilidade sobre os homens à sua volta, ao vestir-se atrativamente e ao usar técnicas de persuasão e de sedução. Simultaneamente, adotava comportamentos tradicionalmente masculinos, quando era agressiva, dura, implacável e rude, algo de que os homens não estavam à espera.

Na biografia que escreveu sobre Sita Valles, a jornalista Leonor Figueiredo (2010:200) reproduz o depoimento de um ex-militante comunista em que este critica o comportamento da líder da União dos Estudantes Comunistas: “Quem for exuberante e tiver um corpo apelativo pode usá-lo de maneiras diferentes. A Sita usava-os como trunfos”. O jornalista Moutinho Pereira, citado na mesma obra, afirma:

“Tive, em 1975, a primeira e única reunião com a Sita Valles. Não gostei dela. Era encantadora demais. Mas de uma rigidez total. Quando via que os argumentos não chegavam, usava o encanto pessoal, um olhar, uma ternura. Foi assim que ela foi

³⁹ Um dos *nicknames*, neste caso depreciativo, pelo qual Thatcher era conhecida. Consiste num trocadilho em que se substitui “Átila, o Huno”, por “Átila, a Galinha”.

conquistando as estruturas. Ela dominava. Chegava a um sítio e tomava conta. Usava todos os meios, incluindo a beleza, para atingir os seus fins” (Figueiredo, 2010: 203).

Agneta Fischer (*Apud* Steady, 2011: 6) defende que a manipulação, a sedução e o engano constituem lados mais sombrios do carisma e operam diferentemente em homens e mulheres. Questiona-se, porém, se estes argumentos não assentam frequentemente em enviesamentos que pretendem desacreditar a líder feminina, o que é patente, por exemplo, nas críticas dirigidas a Sita Valles quanto ao uso do “corpo apelativo”, da “beleza”, do “encanto pessoal”, da “ternura”.

No quadro de um projeto transformador da política, centrado em compreender como pode o género estruturar esta esfera, admite-se que não só serão legítimos outros modelos de exercício do poder como esse pluralismo se afigura vital ao funcionamento das instituições políticas democráticas.

Várias políticas portuguesas, em depoimentos recolhidos em 1995 por Bettencourt e Pereira, expressam a diferença de estilos no desempenho de cargos políticos. É interessante coligir os termos que traduzem essa distinção. As mulheres são forças de mudança; são gestoras por definição, com grande sentido de organização, aptidão para lidar com situações múltiplas e com problemas específicos e palpáveis; exercem o poder de forma mais humana e sensível, apreciam mais o diálogo do que a guerra, trabalham com e para as pessoas, são mais consensuais e menos autoritárias; são menos frias e calculistas, entregam-se de coração à política, quando acreditam, avançam, defendem intransigentemente aquilo em que acreditam, têm uma enorme perseverança, prosseguem uma ideia até que ela se possa concretizar.

Um modelo em rede e relacional pode perfeitamente coexistir ou suceder-se a uma estrutura de comando-obediência (Jones, 1993: 240). Eagly e Carli (2003: 825) apontam que certos ambientes ou contextos requerem estilos de liderança menos diretivos e autocráticos, em que se valorizam a colaboração, a partilha de poder e a procura de consensos (em contextos organizacionais, é recorrente o uso da expressão *the female advantage*).

Squires (1999: 39) argumenta, a este propósito, que muitas feministas seguiram a ênfase colocada por Hannah Arendt nos benefícios que resultam de uma conceptualização do poder, não como dominação, mas como capacitação e

empoderamento. Henderson e Jeydel (2010: 7) salientam que, comparadas com os homens, as mulheres em lugares de poder são frequentemente mais progressistas e orientadas para o consenso. As autoras aportam ainda a ideia de que, nas assembleias estaduais, é mais provável serem as mulheres a trazer a cidadania ao processo, defendendo maiores níveis de escrutínio público do processo legislativo e mais amplo acesso a segmentos sub-representados da sociedade. Sugerem, inclusivamente, que a liderança política feminina pode repercutir-se sobre o comportamento dos seus colegas homens, no sentido de estes se sentirem influenciados a adotar “tipos femininos de liderança” (mais democráticos e menos dominantes) (*Ibid.*: 23).

Os estudos de liderança em culturas não ocidentais e entre nativos americanos revelam o desenvolvimento de paradigmas alternativos de liderança feminina, não dependentes dos modelos culturais e sociais ocidentais. O exemplo africano é interessante no contraste da liderança feminina (associada por Filomina Chioma às noções de *mothering* e *humanizing*) com os modelos autoritários e belicistas. Steady (2011: 1) recorre a um quadro investigativo “indígena” da liderança feminina para compreender quanto este processo se fundamenta nos valores tradicionais da autoridade feminina. Da sua investigação emerge um paradigma das conceções e práticas de liderança das mulheres centralizado na “maternidade” e no objetivo de “maternalizar a nação” (Steady, 2011: 4). Ellen Johnson-Sirleaf, a primeira mulher a ser eleita presidente em África, em 2005, e Prémio Nobel da Paz em 2011, realçou, no início do seu mandato, que traria uma sensibilidade maternal e emoções à sua presidência como forma de curar as feridas de guerra (Paxton e Hughes, 2007: 93).

Há, no entanto, de evitar uma apressada, esquemática e mesmo arquetípica generalização das características de modelos de liderança masculinos e femininos, sendo expectável que certos traços estejam presentes na liderança, independentemente do género. Por seu turno, biografias de mulheres nos mais altos cargos de liderança política sugerem que, se algumas procuraram envolver terceiros no processo de decisão e obter consensos, outras manifestaram comportamentos autocráticos, limitando o debate e a discussão.

Margaret Thatcher ficou conhecida como “Maggie Thatcher the Milk Snatcher”, em virtude de uma decisão de cortar nos subsídios para a distribuição de leite nas escolas (Paxton e Hughes, 2007: 94). Nas reuniões ministeriais, impunha as suas decisões aos restantes membros do Governo através do medo, intimidação, controlo da

agenda e “pura força da personalidade e convicção” (Genovese, 1993: 199). Indira Ghandi colocou em sério risco a jovem democracia do país ao declarar uma *emergency rule* quando a sua liderança foi desafiada, transformando o país numa ditadura, permitindo a prisão de líderes de opinião e de mais de 100 mil pessoas sem julgamento, impondo a censura à imprensa e proibindo organizações políticas.

Recorrendo a uma expressão de Cecília Honório (2010: 116-117), a “durabilidade quistosa” das “velhas dicotomias” afeta a validade da discussão sobre a substância das lideranças das mulheres. “Nem os homens são «naturalmente» seres de política, (...) tal como as mulheres não são «naturalmente» não competitivas ou não agressivas” (*Ibid.*: 117). A deputada Helena Pinto (2010: 223) questiona se a participação política das mulheres acarreta, de facto, como mais-valia, a “humanização do debate político” ou a “capacidade de gerar consensos”, preconizando que “acantonar as mulheres num determinado «estilo» não deixa de ser a continuação da sua menorização no debate político”.

Em síntese, se parece consensual a garantia de uma representação formal e mesmo descritiva em sociedades democráticas que se querem justas e igualitárias, é complexo perspetivar uma representação substantiva, seja porque as mulheres constituem um grupo heterogéneo, seja porque é incerta a bondade e a possibilidade de uma representação “essencialista”, que pode manter, mais do que ultrapassar, uma tradição que associa homens e mulheres políticos a determinadas áreas de representação. Muitas mulheres envolvem-se na política sem qualquer intenção de promoverem uma “agenda feminina” ou, sendo a ela associadas, correm o risco de uma especialização ou de serem percebidas como menos aptas a lidarem com outros assuntos.

Adicionalmente, parece subsistir uma associação de homens e de mulheres políticos a qualidades polarizadas de liderança, sendo certo que certas características parecem indissociáveis do exercício do poder. Fora de circunstâncias e ambientes em que se requerem modelos específicos de liderança, a equação entre autoridade, liderança e masculinidade (ou características “masculinas”) pode fazer recair sobre as dirigentes expectativas duplas e contraditórias (devem comportar-se como “políticas” e como “mulheres”?). O desequilíbrio na correspondência a tais expectativas pode resultar na

sua percepção ora como líderes fracas, ora como “mulheres de ferro” ou “pouco femininas”. No capítulo seguinte, procuraremos perceber em que medida a persistência, ao nível do senso comum, destas assunções se refletem e influenciam a cobertura jornalística das líderes.

4. O poder das representações mediáticas

A partir da contextualização teórica e histórica enunciada nos capítulos anteriores, incide-se agora na forma como os media noticiosos enquadram a relação das mulheres com o campo político e as imagens que delas constroem.

Maria João Silveirinha *et al.* (2010: 13) assinalam que a linguagem e os meios de comunicação, estes últimos entendidos como a esfera mais visível e central do espaço público, têm constituído um foco importante nos estudos de género. Os media continuam a ser a fonte simbólica primária a partir da qual os cidadãos formam a sua compreensão da realidade social. “Mesmo não sendo a própria esfera pública, (...) os mass media e a comunicação são constitutivos das esferas públicas contemporâneas, estão entranhados no próprio conceito, sendo impossível ignorá-los na teoria e na investigação” (Sreberny e van Zoonen, 2000: 9).

Os media erguem-se como um “campo de batalha” do feminismo contemporâneo, onde se trava um “conflito simbólico” (van Zoonen, 1994: 12). A orientação inicial da pesquisa, segmentada em diferentes correntes feministas – socialista, radical, liberal –, rapidamente se revelou inadequada para albergar a variedade e a interpenetração da teoria feminista (*Ibid.*: 13). Por outro lado, a evidência das diferenças entre as mulheres em termos de classe, idade, sexualidade, religião, raça e nação chamaram à incorporação dos conceitos de identidades e de opressões inter-atuantes.

A partir de abordagens teóricas interdisciplinares e de análises empíricas, importava compreender as construções do feminino oferecidas pelos vários media e em várias situações de comunicação, e compreender também os efeitos dessas representações sobre a vida económica, política e social das mulheres. As identidades e as relações de género projetadas pelos diferentes meios de comunicação passaram a ser investigadas criticamente “como um certo tipo de construção” (Silveirinha, 2004: 5), desconstruindo-se as dimensões ideológicas do discurso mediático e des-naturalizando-se pressuposições sociais que se apresentam como parte integrante do senso comum (Silveirinha e Peixinho, 2008).

O estudo dos discursos mediáticos começou por assentar na análise de conteúdo e na semiótica (van Zoonen, 1994: 67). A primeira, ancorada disciplinarmente na sociologia, identifica os padrões e as regularidades do conteúdo manifesto de um grande volume de *media outputs*. Questiona os papéis e as características físicas e psicológicas de homens e de mulheres em géneros tão diversos como a publicidade, a ficção ou a música. Regra geral, o objetivo é comparar os resultados da análise com as concomitantes dimensões na realidade. No entanto, os resultados obtidos a partir da aplicação desta técnica padecem da limitação de não permitir uma indagação mais aprofundada dos significados subjacentes, dos “não-ditos” do discurso. A abordagem semiótica, por seu turno, ancorada nas humanidades (particularmente a filosofia e a linguística), possibilita a desocultação de significados para além do conteúdo mediático manifesto. Procura perceber as combinações particulares de signos em sistemas de signos, tratados como “textos” e que, ao serem dissecados os seus sentidos denotativos e conotativos, geram significados específicos e reflexos sobre a sociedade, a cultura e uma terceira ordem de significação, ideológica. O carácter particular das análises textuais dificulta a generalização das suas conclusões.

As pesquisas vieram atribuir crescente importância às interpretações e aos usos dos textos mediáticos na vida quotidiana, numa viragem dos estudos feministas dos media para o pós-estruturalismo. Segundo o modelo de “Endoding/ Decoding”, de Stuart Hall, no âmbito dos *cultural studies*:

“um elemento crucial do modo da «codificação/descodificação» reside no facto de o discurso dos media ser supostamente produzido por instituições de media e públicos ao mesmo tempo, não como uma atividade de uma só instituição ou indivíduo, mas como um processo social que tem o seu lugar nas formações discursivas e de poder existentes” (van Zoonen, 1994: 8).

Deverão sublinhar-se igualmente as críticas estruturais que muitas feministas da área da economia política dirigiram às interpretações da relação media-audiência. Byerly e Ross (2006: 2) observam que “uma parte mais pequena da literatura inclui a análise feminista das estruturas mediáticas, onde persiste a norma da propriedade e do controlo criativo masculino e onde as mulheres têm tido dificuldade em aceder à produção, quer como profissionais experientes, quer como cidadãs”. As autoras

propõem-se incidir numa dimensão ainda menos explorada dos media: as empresas detidas por mulheres, as campanhas feministas para reformar as grandes indústrias e as redes feministas. A análise dos contextos socioeconómicos das estruturas e processos dos media dá resposta à limitação do enfoque do feminismo pós-estruturalista nas palavras, símbolos e discursos, sem consideração das estruturas sociais de poder mais vastas e imobilizadoras do ativismo político feminista (Gallagher, 2006: 23). As investigações em torno do género e da economia política das indústrias de media procuram discutir o lugar e a integração das mulheres, como profissionais, nos diferentes segmentos da indústria dos media, num determinado período de tempo (Byerly e Ross, 2006: 75).

Com efeito, as produções simbólicas dos media não poderão ser dissociadas das estruturas em que se inserem e dos valores nelas predominantes. Nas duas últimas décadas, as investigadoras feministas também se orientaram para a representação do género nos discursos jornalísticos e a composição das redações. A partir dos anos de 1980, a investigação centrou-se na composição sociográfica das redações e respetivas hierarquias, bem como nos efeitos da feminização da profissão sobre a hipotética “genderização” das culturas profissionais, das notícias e das práticas inerentes à sua produção.

4.1 A INVENÇÃO DO GÉNERO NO JORNALISMO

Como a atividade política, o jornalismo é historicamente uma ocupação masculina. A oportunidade de as mulheres acederem aos media informativos *mainstream* ocorre por razões comerciais, em meados do século XIX, em pleno fulgor da imprensa industrial suportada financeiramente pela publicidade e que ambicionava alcançar novos segmentos de audiências, incluindo as femininas. Muitos opunham-se à entrada das mulheres no jornalismo. “Os homens reclamavam que o trabalho era demasiado árduo para as mulheres e que estas, expostas ao ambiente pouco polido e caótico da redação, perderiam os seus ideais elevados, os seus modos doces e ternos, de facto, a sua feminilidade” (Chambers *et al.*, 2004: 19).

Das primeiras jornalistas esperava-se um estilo narrativo com características peculiares e que tratassem especificamente “temas femininos” (assuntos domésticos, moda, crónica social, rumores), que se presumia corresponderem melhor aos interesses particulares das audiências femininas. Num paralelo com a ideia de que as mulheres políticas representam as mulheres sobre assuntos de mulheres, também das jornalistas se esperava que escrevessem sobre mulheres para mulheres (Steiner, 2005: 42). O que, aliás, os jornalistas homens recusavam fazer. “O estatuto elevado e o prestígio profissional para os homens dependiam da segregação de tópicos e de audiências. Exigia-se-lhes que monopolizassem o tratamento noticioso dos assuntos públicos, da política e da guerra” (*Ibid.*: 42).

Segundo Patricia Holland (1998: 18), espera-se que as jornalistas desenvolvam “reportagens ligeiras”, sobre “todo o tipo de trivialidades, incluindo as domésticas” e que o seu trabalho corresponda a um tipo de notícias mais leves e *ticklish*, o que foi classificado como “*feminização* da nova imprensa de circulação de massas”. Chambers *et al.* (2004: 7) contextualizam que, “para as mulheres educadas da classe média, o jornalismo era uma carreira glamorosa que lhes permitia libertarem-se da clausura feminina na esfera doméstica. Ainda assim, as mulheres eram associadas (...) a estilos e tópicos jornalísticos largamente vistos como estando excluídos da reportagem «séria». (...) A emergência das «páginas femininas» assegurou às jornalistas um papel central na elaboração de peças ligeiras e nas histórias dirigidas às mulheres. (...) Para além disso, o papel das mulheres no jornalismo *mainstream* consistia na produção de sensacionalismo e de histórias de interesse humano”. No jornalismo, a feminilidade surge ligada a um estatuto de baixa cultura (Holland, 1998: 21), enquanto a cultura “autêntica” e “real”, corporizada na reportagem “séria” e “objetiva”, permanecia uma prerrogativa masculina.

A condição especial das jornalistas contribui para uma compreensão “genderizada” das notícias e das audiências, a distribuição desigual de tarefas dentro das redações para perpetuar uma conceção estereotipada do seu desempenho profissional. Ao longo do século XX, na imprensa, rádio e televisão, com algumas exceções, em especial nos períodos entre guerras, as jornalistas continuariam vinculadas a “temas de mulheres” e a um estilo de reportar mais informal, personalizado e centrado em ângulos e estórias de interesse humano. Por exemplo, só nos anos 70 puderam ser apresentadoras regulares de notícias na BBC, entre outras razões, porque os gestores da

empresa “acreditavam que a voz feminina estava demasiado associada aos mexericos e carecia da autoridade necessária para a leitura de notícias” (Chambers *et al.*, 2004: 29). Poucas mulheres conseguiram ser bem-sucedidas como repórteres profissionais, escrevendo para todas as audiências sobre uma variedade de temas, incluindo política, assuntos internacionais e guerras (Steiner, 2005: 44). Por outro lado, durante muito tempo, continuaram em minoria nas redações, dissociadas dos cargos de responsabilidade e das editoriais mais valorizadas e distanciadas das posições de maior visibilidade.

A partir dos anos 70, a classe jornalística começa a feminizar-se, processo que coincide no tempo com mudanças estruturais do sistema mediático, impulsionadas por “forças de mercado” e por uma reorientação editorial mais centrada em “estórias de interesse humano”, em que se esbate a distinção entre *hard* e *soft news*. Neste âmbito, vários estudos problematizam o nexo entre a presença de uma “massa crítica” de mulheres na profissão e a sua influência nos valores noticiosos. O *ethos* do jornalismo molda-se à feminização da profissão ou, ao invés, são as culturas editoriais estabelecidas que modelam as práticas profissionais?

As pesquisas sobre este tópico são inconclusivas na demonstração de distinções entre os sexos no exercício da profissão, o que se pode explicar, segundo Maria João Silveirinha (2001: 3), pelo modelo iluminista de racionalidade do jornalismo, orientado para um ideal de representação neutral e objetiva que elimina as diferenças dos autores. Além disso, no panorama jornalístico atual, homens e mulheres jornalistas são pressionados de igual forma pelos imperativos das forças do mercado e da competição pelas audiências.

Investigadores como Byerly e Ross (2006: 79) e Minelle Mahtani (2005: 299) preconizam que a aceitação das convenções jornalísticas integradas nas rotinas produtivas permite a prevalência incontestada de perspectivas masculinas, apresentadas como neutras. Os padrões de masculinidade foram documentados por Mahtani em entrevistas a jornalistas de Mumbai, Toronto, Sidney e Melbourne. Várias profissionais não só veem as práticas de contratação e de promoção nas redações como sexistas e os valores-notícia convencionais como masculinos, como consideram que as mulheres atuam de forma diferente enquanto jornalistas (Steiner, 2005: 47).

O domínio masculino, combinado com a reorientação dos media para interesses de mercado, poderá explicar a tendência para uma certa sexualização dos apresentadores dos conteúdos informativos, especialmente na televisão, que afeta sobretudo a imagem das mulheres. Ross (2005: 292) questiona se “a inclusão de jovens mulheres atraentes em frente da câmara é simplesmente um engodo cínico (dos gestores masculinos) com vista a tornar as notícias visualmente mais agradáveis, através da apropriação dos corpos das mulheres para vender notícias”.

Estudos desenvolvidos no Reino Unido e nos Estados Unidos (Weaver e Wilhoit, 1986, 1996; Weaver, 1997; Henningham e Delano, 1998, referidos por Chambers *et al.*, 2004: 103), ainda que sugerindo que as mulheres trouxeram alguma inovação à apresentação de notícias, em termos de ângulos de abordagem, temas, fontes e estilos, concluem que o género constitui um indicador pouco seguro para explicar os valores e as práticas profissionais. Weaver e Wilhoit (1996, *Apud* Chambers *et al.*, 2004: 105) registaram que as mulheres tendem a consultar mais fontes femininas de informação, a mais frequentemente dar “voz” a pessoas comuns, a mostrar maior interesse por questões sociais, a prosseguir um estilo mais humanizado, personalizado e atento à contextualização. Por contraste, várias jornalistas garantem que se limitam a adotar os *standards* dominantes nas redações onde trabalham, o que será particularmente visível nas secções de política ou de negócios, que se convencionou estarem mais associadas à masculinidade e às *hard news* (Chambers *et al.*, 2004: 104), ressentindo-se da ideia de que “o género prevê valores-notícia, deontologias, práticas de entrevista, estilos de escrita” (Steiner, 2005: 47).

A compreensão “genderizada” do jornalismo com base numa oposição entre modelos profissionais representados por homens e por mulheres perdeu significativamente a sua atualidade face ao percurso histórico que as últimas realizaram na profissão, rejeitando muitas delas a ideia, inerente à própria historicidade do seu ingresso na profissão, de que o “feminino” está associado a um estilo e a uma “agenda social”, contrastantes com o estilo e a agenda “masculinos”. Na verdade, um dos aspetos que tem sido apontado pela investigação é que uma maior presença das mulheres nas redações não constitui, *de per se*, um fator de mudança traduzida em mais fontes de informação femininas e no desafio à sub-representação e às formas estereotipadas de representação das mulheres.

Há que atender, porém, ao facto de as mulheres continuarem arredadas das posições de poder no contexto das indústrias de media. Esta desigualdade verifica-se na propriedade e na gestão das empresas informativas, bem como nos cargos de direção e de chefia das redações. Em vários países do mundo, as pesquisas identificaram a existência de um “tecto de vidro” na hierarquia editorial e nas áreas mais prestigiadas dos media, além de assimetrias salariais (van Zoonen, 1998: 33-34; Ross, 2005: 294).

A International Women’s Media Foundation (IWMF), no seu *Global Report on the Status of Women in the News Media* – estudo internacional publicado no final de 2010 sobre a posição das mulheres nas organizações de media de 59 países⁴⁰ –, conclui que as mulheres ocupam 26% das administrações e 27% dos lugares de gestão de topo, constituem um terço dos repórteres e 41% do total de profissionais com mais experiência (2010: 9). O estudo identificou a existência de uma barreira invisível para a progressão das mulheres nos postos mais elevados das hierarquias em 20 dos 59 países inquiridos.

Pode-se discutir, como Byerly e Ross (2006: 91), se recrutar mais mulheres trará uma parte da solução para equilibrar as relações de género na propriedade, controlo e financiamento das organizações de media. Ensaando uma resposta, citam Jane Arthurs: “«mais mulheres na indústria [televisiva] não é suficiente: é preciso que haja mais mulheres com um entendimento politizado das formas através das quais a sua subordinação é atualmente reproduzida, e com vontade de mudar essa situação»”.

4.2 AS NOTÍCIAS NÃO SÃO UM ESPELHO DA REALIDADE SOCIAL

Recorrendo a uma distinção de Giddens, os jornalistas não se apresentam como “consciência discursiva” (que exprime a sua reflexividade), mas preponderantemente como “consciência prática” (Ponte, 2004: 11), identificando quase intuitivamente uma “boa história”, tomando decisões rápidas quanto à seleção das matérias a noticiar e à validade e fiabilidade da informação que diariamente disponibilizam ao público. O

⁴⁰ Este estudo inclui uma amostra de mais de 500 empresas de imprensa, rádio e televisão de 59 países. O inquérito realizado visou traçar um quadro do estatuto das mulheres na propriedade, publicação, administração, reportagem, edição, fotojornalismo, produção audiovisual, etc.

jornalista está ligado à ação. A vertigem do fluxo noticioso “não deixa tempo disponível para a análise epistemológica reflexiva”, que cabe ao cientista social (Tuchman, 1999 [1972]: 76).

O jornalismo constitui, assim, uma forma de conhecimento singular, revestindo-se da particularidade de o seu campo lógico de intervenção discursiva ser construído sobre a realidade da vida quotidiana, “percecionada coletivamente como inquestionável e totalitária” (Ponte, 2004: 58). Segundo Eduardo Meditsch (1997, *Apud* Ponte, 2004: 63), o modo de conhecimento do jornalismo é frágil enquanto método analítico e demonstrativo, mas único na medida em que as noções pré-teóricas em que assenta orientam o princípio da realidade do seu público. “O conhecimento do jornalismo será forçosamente menos rigoroso do que o de qualquer ciência formal mas, em compensação, será também menos artificial e esotérico” (*Ibid.*). Os jornalistas produzem um discurso social e historicamente situado e perspetivam os acontecimentos a partir de um determinado ponto de vista e de uma visão ideológica sobre a história, a sociedade e a humanidade, num contexto histórico concreto que partilham com as suas audiências. Daqui advém a sua importância social.

Esta conceptualização contraria as ideias de que o discurso jornalístico é natural e evidente e se limita a refletir a realidade social como um espelho. As mensagens jornalísticas não são transparentes, simplistas e neutras, mas comunicam codificações sociais. As pesquisas sobre esta vertente discursiva aceitam como premissa *a priori* que a produção jornalística envolve construção, aliando a investigação da linguagem aos estudos críticos e ideológicos. O recenseamento dos padrões de seleção e de apresentação das notícias permite uma aproximação à ideologia dominante sobre os modos de representação do mundo e, correlativamente, ver os jornalistas como agentes da ordem ideológica. A ideologia consiste numa forma de cognição social. Como explica Teun van Dijk (2009: 193), as ideologias não são simples crenças sociais mas “as *crenças axiomáticas* fundamentais subjacentes às representações sociais partilhadas por um grupo, exibindo *normas e valores* fundamentais”.

A obra de Gaye Tuchman *Making News: A Study in the Construction of Reality*, publicada em 1978, integra-se nas investigações sobre as dimensões discursivas e cognitivas das notícias, e não apenas sociais, consolidando o paradigma teórico que atribui às notícias uma natureza construída. A socióloga norte-americana transporta para o estudo das notícias a metáfora da “janela-enquadramento”, o *framing* – conceito

desenvolvido originalmente, no âmbito da sociologia, por Gregory Bateson (1955) e Erving Goffman (1974) –, enfatizando “a atividade dos jornalistas e das organizações jornalísticas, em vez das normas sociais” (Tuchman, 2002 [1978]: 92). Como explica Traquina (2001: 52), os representantes deste modelo veem os textos noticiosos como “resultado de processos complexos de interação social entre agentes sociais: os jornalistas e as fontes de informação; os jornalistas e a sociedade; os membros da comunidade profissional, dentro e fora da sua organização”; propõem uma perspectiva simultaneamente micro e macro-sociológica da prática jornalística ou, por outras palavras, “sublinham a importância da cultura jornalística, nomeadamente a estrutura dos valores-notícia dos jornalistas, a ideologia dos membros da comunidade, as rotinas e procedimentos que os profissionais utilizam para levar a cabo o seu trabalho” (*Ibid.*).

“As notícias produzem um «corte» artificial na realidade que passa, elevando ao estatuto de conhecimentos públicos apenas pequenas partes da multiplicidade de ocorrências do quotidiano social” (Gonçalves, 2004/05: 159). Ao tornarem ocorrências em acontecimentos públicos e modelarem estes últimos, os relatos informativos atribuem-lhes “de forma seletiva pormenores ou «particularidades» específicas” (Tuchman, 2002 [1978]: 92). As notícias, preconiza Tuchman, longe de se limitarem a refletir a sociedade, contribuem para a constituir “como um fenómeno social partilhado, dado que no processo de descrição de um acontecimento, as notícias definem e moldam esse acontecimento” (*Ibid.*). Através das notícias “construímos grande parte da nossa perceção do mundo e da nossa relação com ele” (Gonçalves, 2004/05: 159).

A pesquisa de Tuchman centrou-se na construção noticiosa dos movimentos femininos nos Estados Unidos. A socióloga identificou um conflito entre as exigências da produção jornalística, com os seus constrangimentos organizacionais de espaço e de tempo, e o carácter informal e inorgânico daqueles movimentos, que foram enquadrados como radicais, a pedir uma alternativa moderada. “As histórias noticiosas interpretaram e construíram o período inicial do moderno movimento feminista como uma atividade de ridículas incendiárias de soutiens” (Tuchman, 2002 [1978]: 92).

Inspirando-se em Tuchman e Goffman, em 1980 Todd Gitlin mobilizou o conceito de enquadramento para analisar o relato noticioso do movimento estudantil norte-americano dos anos 60, concluindo que o *framing* funciona como “princípios de seleção, ênfase e apresentação compostos por pequenas teorias tácitas sobre o que existe, o que sucede e o que interessa” (Gitlin, 1980, *Apud* Vliegenthart e van Zoonen,

2011: 103). As investigações de Tuchman e de Gitlin “apontam para os processos de enquadramento como resultando de interações sociais entre atores políticos e mediáticos e dos ambientes que são, na sua maior parte, rotinizados e de senso comum” (Vliegthart e van Zoonen, 2011: 103).

O enquadramento foi adotado como paradigma central dos estudos de media e de comunicação, sobretudo a partir de 1993, com a publicação de um artigo de Robert Entman sobre o *framing* como um paradigma fraturante. Os enquadramentos “fazem parte de uma luta coletiva em torno do significado que ocorre através de uma multiplicidade de media e comunicações interpessoais; resulta de uma série de recursos, entre os quais se encontram os media noticiosos e a experiência pessoal, e funciona de formas diferentes no que toca aos diversos indivíduos, grupos e instituições” (*Ibid.*: 112). No fundo, como sintetiza Silveirinha (2010: 66), por detrás das imagens “lisas” dos textos mediáticos, “residem complexas lutas em torno dos significados, da sua produção, da sua compreensão e das suas implicações normativas”.

Numa das primeiras análises sistemáticas das imagens das mulheres nos meios de comunicação, no final dos anos 70, Gaye Tuchman (2004 [1978]) concluiu que os media operavam o seu “aniquilamento simbólico” e perpetuavam os papéis sexuais e as desigualdades de género, quando pura e simplesmente ignoravam as mulheres, as condenavam por trabalhar, desvalorizavam a sua competência profissional, as trivializavam e apresentavam de forma estereotipada, pelo seu papel de mães, figuras decorativas ou elementos do sexo fraco a precisar de proteção. Vários estudos documentam que os media continuam a produzir imagens desequilibradas e desiguais entre homens e mulheres, contribuindo para o “aniquilamento simbólico”.

Em primeiro lugar, as mulheres são mais invisíveis nas notícias. O Global Media Monitoring Project, projeto de monitorização à escala global, com uma periodicidade de cinco anos⁴¹, comprova esta tendência. O estudo inaugural, que abrangeu 71 países, registou que, globalmente, apenas 19% das pessoas retratadas nas notícias eram mulheres. Década e meia depois, o Global Media Monitoring Project 2010, alargado a 108 países, quantificou a presença das mulheres nas notícias em 24% (Fig. 11). Em Portugal, integrado pela segunda vez no leque de países participantes, a presença total

⁴¹ O Global Media Monitoring Project consiste na monitorização por um dia dos media noticiosos, que inclui imprensa, rádio, televisão e, a partir de 2010, Internet, realizada simultaneamente em vários países do mundo, com o objetivo de proceder a uma observação sistemática das representações das mulheres.

das mulheres nas notícias foi, em 2010, de 23%, um aumento de 3 pontos percentuais face aos resultados de 2005. Na mais recente edição, Margaret Gallagher escreve que, “desde 1995, o Global Monitoring Project tem vindo a documentar a profunda recusa das vozes femininas nos media noticiosos do mundo” (iii).

FIGURA 11: DADOS GERAIS DA PRESENÇA FEMININA NAS NOTÍCIAS ENTRE 1995 E 2010 (EM %)

Presença feminina nas notícias	1995	2000	2005	2010
Televisão	21	22	22	24
Rádio	15	13	17	22
Imprensa	16	17	21	24
Total	17	18	21	24

Fonte: Global Media Monitoring Project 2010.

Em termos de “política da representação” (*Ibid.*), este projeto confirma ainda a persistência de certos padrões na representação das mulheres nas notícias conducentes a uma estereotipização (Fig. 12):

- i) A idade é mais frequentemente mencionada;
- ii) São mais identificadas pelo seu estatuto familiar do que os homens;
- iii) São mais retratadas como vítimas do que os homens;
- iv) São mais representadas fotograficamente nos jornais, as imagens mostram mais frequentemente e surgem tendencialmente mais despidas (em comparação, dos homens são mostrados usualmente planos do rosto).

FIGURA 12: PADRÕES DE REPRESENTAÇÃO DE HOMENS E DE MULHERES NAS NOTÍCIAS ENTRE 1995 E 2010 (EM %)

Indicadores	1995		2000		2005		2010	
Género	F	M	F	M	F	M	F	M
% Retratados como vítimas	29	10	19	7	19	8	18	8
% Identificados pelo estatuto familiar	NA	NA	21	4	17	5	18	5
% Retratados em fotografias de jornais	NA	NA	25	11	23	16	26	17

Fonte: Global Media Monitoring Project 2010.

O estudo conclui ainda que 46% das notícias reforçam os estereótipos de gênero, enquanto apenas 6% os desafiam. Mais de 50% das peças sobre “crime” reproduzem esses estereótipos, seguindo-se as notícias sobre celebridades e política (*Ibid.*, ix).

Juana Gallego problematiza (2009: 45): “Por que se produz a disparidade de tratamento informativo para homens e mulheres? Por que se recorre, repetidamente, a estereótipos caducos e anacrônicos? Porquê essa assimetria na representação?”. Na linha dos paradigmas construtivistas das notícias, Silveirinha (2010: 66) reitera que os media não são meros transmissores de mensagens, mas são “habitados por profissionais, mulheres e homens, que são quem pode operar a mudança de atitudes e contrariar as desigualdades. Se os media não sofrerem essas transformações, não podem ser, eles próprios, agentes de transformação”.

4.3 PADRÕES DA COBERTURA DA POLÍTICA E ASSUNÇÕES DE GÊNERO

Procura-se agora dirigir o enfoque para os padrões de representação das protagonistas políticas nos relatos informativos, em diferentes contextos (eleitoral ou em posições de liderança), à luz de um conjunto de estudos, efetuados em diferentes países, em torno desta problemática. Em concreto, indaga-se se os media ativam pressuposições e estereótipos de gênero nesta cobertura. Esta análise é articulada, complementarmente, com a definição de estratégias de comunicação atendendo ao gênero dos atores políticos, jogando com assunções e expectativas apriorísticas na construção das respetivas imagens públicas.

4.3.1 A hipótese da “mediação «genderizada»”

As pesquisas centradas nos nexos entre política, gênero e media, preconizando uma conceção inclusiva da esfera pública, partilham ansiedades em torno da quantidade e da qualidade da representação. Ross e Sreberny (2000: 80) observam que “uma representação mediática injusta pode ser um fator impeditivo de uma representação política justa”. Na perspetiva de Ross e Comrie (2012: 970), a prática da democracia

deliberativa pode ficar comprometida por práticas discursivas jornalísticas que marginalizam as candidaturas e as vozes das mulheres.

A intensificação destas investigações resulta da maior presença de mulheres nos órgãos eleitos e do seu exercício de cargos de topo neste campo. A *gender politics*, escreve Norris (1997: 1), “outrora vista como marginal, tem vindo a emergir como uma das principais linhas divisórias que definem a identidade de políticos, partidos, agendas e eleitores na América”. O ano de 1992, designado como o *Year of the Women*, constitui um marco histórico nos Estados Unidos, pela eleição de quatro novas mulheres para o Senado e 24 para a Câmara dos Representantes. Como se voltou a verificar nas mais recentes eleições presidenciais de Novembro de 2012, nos EUA as mulheres eleitoras são percebidas como um grupo essencial para o equilíbrio entre democratas e republicanos, porque a sua participação como votantes é superior à masculina e por revelarem preferências distintas. As mulheres foram fundamentais nas vitórias de Bill Clinton, que beneficiou de um considerável *gender gap* em 1992 e 1996.

Em França, a candidatura de Ségolène Royal às presidenciais de 2007 foi enquadrada em diversas ocasiões como “a chegada do tempo das mulheres” (Coulomb-Gully, 2011: 43). Na Alemanha, Luenenborg *et al.* (2011: 37) procuram perceber em que medida a eleição de Angela Merkel como Chanceler, em 2005, marcou uma viragem na representação mediática das mulheres políticas.

No entanto, os meios de comunicação tendem a refletir as contradições geradas pelo acesso das mulheres a um universo tradicionalmente masculino. Gallagher (2006: 21) adverte que “o quadro emergente é extremamente complexo. A entrada das mulheres na arena política constitui um problema para as notícias. Como mulheres, elas dão corpo a um desafio à autoridade masculina. Como mulheres ativas e poderosas, desafiam uma categorização simples”.

Em lugar de uma pretensa neutralidade jornalística, as pesquisas vêm identificando um processo de “mediação «genderizada»” da política contemporânea (Sreberny-Mohammadi e Ross, 1996; Sreberny e van Zoonen, 2000; Ross e Sreberny, 2000). Norris (1997: 7) defende que os jornalistas recorrem a *gendered frames* para simplificar, selecionar e estruturar o fluxo narrativo de eventos. “O género tem vindo a ser visto como uma perspetiva relevante para estruturar a narrativa, quer na cobertura de candidatos em eleições, de eleitores à boca das urnas, de líderes internacionais ou de

debates políticos acerca da reforma do Estado Social, aborto e discriminação positiva” (*Ibid.*:1).

A tese da “mediação «genderizada»”, no coração da qual está o reconhecimento do “poder definitório” dos media, corresponde ao relato da política “significativamente determinado por uma agenda masculinizada que privilegia a prática da política como uma atividade eminentemente masculina” (Ross e Sreberny, 2000: 80, 93). O discurso jornalístico continuará a orientar-se pela noção de que o masculino continua a ser a norma e as mulheres o “outro” na política (Sreberny-Mohammadi e Ross, 1996: 16). Numa investigação sobre a política local em Israel, Hanna Herzog (1999: 241) constatou que, de várias maneiras, a imprensa garante o tratamento jornalístico das atividades femininas, ao mesmo tempo que transmite a ideia de que a política não é para as mulheres.

Karin Wahl-Jorgensen (2000) sustenta que este campo condiciona e é condicionado por uma representação masculinizada. Em “Constructed Masculinities in U.S. Presidential Campaigns: The Case of 1992” inventaria as conclusões da análise empírica do tratamento, pelas revistas *Time* e *Newsweek*, da disputa entre George Bush e Bill Clinton, nas presidenciais de 1992. Aí escreve ilustrativamente:

“Desde as primeiras campanhas eleitorais para a presidência norte-americana, a definição da virilidade do candidato tem-se assumido como uma das mais destacadas facetas da cobertura mediática (...). As figuras políticas americanas, desde Thomas Jefferson (...) e Andrew Jackson (...), têm-se visto forçadas a defender-se de ataques de adversários com fundamento em qualquer vestígio de feminilidade na sua presença pública. (...) Uma progressiva personalização da política, coincidindo com a imposição de um modelo de campanha virado para os media e centrado nos candidatos, tem levado a que a ênfase caia sobre os poderes másculos do candidato, explicados com base na sua história pessoal e ação” (Wahl-Jorgensen, 2000: 55).

As *newsmagazines* não só não refletiram uma alteração da imagem da “virilidade ansiosa”, que caracteriza a cobertura da política nos EUA, como disseminaram a “ideologia do domínio masculino” na política (2000: 70). Em contrapartida, a retórica mediática tende a identificar as mulheres políticas como

“mulheres” antes de as reconhecer como “políticas” (Gallagher, 2001: 81). Nas palavras de Ross e Sreberny (2000:88), “o seu sexo é sempre exposto, constitui sempre um descritor primário”; trata-se, segundo Herzog (1999: 245), de uma técnica comum para manter as mulheres no “lugar certo”.

O valor de novidade (“a primeira mulher a”) pode fazer recair maior atenção mediática sobre as candidatas e líderes femininas e favorecer um alargamento dos temas reportados (Atkeson e Krebs, 2008; Bystrom, 2006). A ascensão das mulheres a lugares de liderança política pode também ser representada como simbolizando um avanço importante e positivo para a população feminina (Norris, 1997a: 164). Por outro lado, em situações de crise política, social ou económica, as mulheres podem capitalizar a vantagem de serem vistas como “moralmente superiores” e *outsiders* – não ter seguido caminhos convencionais para chegar ao poder e revelar interesses e estilos políticos diversos –, em contraste com a “política corrupta” (Sreberny e van Zoonen, 2000; Herzog, 1999; Norris, 1997a). Os media podem, em correspondência, retratar as líderes políticas como agentes de mudança, *i.e.*, como dando corpo a uma renovação de estilos e perspetivas face aos seus colegas masculinos e operando uma diferença substantiva no estabelecimento das prioridades políticas (Carroll e Schreiber, 1997: 140).

Porém, a insistência no enquadramento da novidade “des-normaliza-as no campo político, fazendo com que a proposta de uma mulher candidata e presidente pareça mais arriscada e menos provável” (Falk, 2007: 37). Noutra perspetiva, Francis Lee (2004: 208), na sua análise da remodelação do Governo de Hong Kong de 2000, pela primeira vez composto por um terço de mulheres, verificou que as governantes foram retratadas positivamente pela imprensa como *mulheres perfeitas*, *i.e.*, “que são excelentes em tudo aquilo que fazem, competentes em todos os domínios em que participam e que servem como modelos para outras mulheres na sociedade”. Porém, o discurso noticioso não estava a contribuir para normalizar a entrada das mulheres na esfera política mas, pelo contrário, a consubstanciar o reconhecimento de que estas líderes políticas, de tão excecionais, não eram representativas das mulheres em geral, daí decorrendo a singularidade das suas posições no espaço público.

Tal como observado numa monitorização mais ampla, também na política as mulheres alcançam menor visibilidade mediática; e a sua viabilidade tende a ser mais questionada em competições eleitorais. Esta tendência foi verificada nos Estados Unidos (Norris, 1997; Kahn, 1996), Irlanda (Wilford, 1999), ex-União Soviética

(Lentini, 1993), Coreia (Soh, 1993), Japão (Ogai, 2001), França (Henry, 1995) (cfr. Scharrer, 2002: 395), Espanha (Viladot i Presas, 2008) e Alemanha (Luenenborg *et al.*, 2011). Na sua análise da cobertura das eleições legislativas de 1995 pelo jornal *Público*, Madalena Barbosa (1998: 20) demonstra que os atores representados foram, na sua maioria homens. “As mulheres aparecem marginais, quase sem palavra, (...) e com uma atribuição quase nula de traços específicos. Mesmo em fotografias o número de mulheres é mínimo”.

No Brasil, Flavia Biroli (2010: 46) constatou ainda que a visibilidade das dirigentes se concentra em algumas poucas mulheres, o mesmo sucedendo na Alemanha (Luenenborg *et al.*, 2011: 64-65). Estas autoras consideram que “a estratégia jornalística de direcionamento às elites parece ser mais prevalente nas histórias sobre mulheres do que sobre homens” (*Ibid.*: 65).

No âmbito do Global Media Monitoring Project, a temática de “política e governo”, que dá origem a mais peças no *corpus* recolhido, é aquela em que a presença de mulheres é também mais mitigada, ainda que registando uma evolução crescente (de 7%, em 1995, para 19%, em 2010) (Fig. 13). A contextualização da distribuição dos tópicos que organizam o *corpus* é relevante para compreender estes dados: “A pesquisa detetou escassas evidências de mudança nos últimos 5 anos na hierarquia das prioridades da agenda dos media noticiosos. Histórias sobre política/ governo (29%), crime/violência (19%) e a economia (18%) dominam a agenda noticiosa. Histórias sobre sociedade/ direito, celebridades/artes/desporto e ciência/ saúde ficaram atrás, com uma média de 13%, 11% e 9%, respetivamente, do total de histórias veiculadas” (Global Media Monitoring Project 2010, vii).

FIGURA 13: PRESENÇA FEMININA NAS NOTÍCIAS POR TÓPICOS NOTICIOSOS ENTRE 1995 E 2010 (EM %)

Tópicos noticiosos	1995	2000	2005	2010
Celebridades, Artes e Desporto	24	23	28	26
Social e Legalidade	19	21	28	30
Crime e Violência	21	18	22	24
Ciência e Saúde	27	21	22	32
Economia	10	18	20	20
Política e Governo	7	12	14	19

Fonte: Global Media Monitoring Project 2010.

A amplitude da visibilidade mediática está adicionalmente relacionada com distintas modalidades de interação com os jornalistas e a disponibilidade para alinhar e se adaptar às exigências mediáticas. No seu estudo sobre os deputados noruegueses e suecos, Aalberg e Strömbäck (2010: 173) confirmaram que os deputados estabelecem mais frequentemente contactos pessoais, e por sua iniciativa, com os jornalistas do que as deputadas. As investigadoras (*Ibid.*: 178) constataram ainda que os deputados estão mais dispostos a moldarem-se à lógica mediática do que as suas congéneres femininas (*e.g.*, participar em programas televisivos de entretenimento ou estarem na origem de “fugas” de informação).

O discurso noticioso tende a apresentar os homens como as únicas e apropriadas vozes políticas (Niven, 2005: 267), o que contribui para reforçar a ideia de que as mulheres são a “alteridade” nesta esfera e perpetuar os desequilíbrios na distribuição do poder político. O jornalismo desempenhará um papel ideológico ao naturalizar a persistência da dissociação entre as mulheres e o espaço político, tornando este último um lugar socialmente estranho para elas.

4.3.2 Agendas e traços de personalidade distintos

Enviesamentos nas representações das mulheres candidatas ou no exercício de cargos políticos são atribuídos à mobilização de estereótipos sexuais, “uma estrutura cognitiva de relações inferenciais que liga atributos pessoais, comportamentos e crenças às categorias sociais existentes relativas ao masculino e ao feminino” (Khan, 1996: 7). Esses relatos baseiam-se em inferências de características que se pressupõe identificarem um determinado grupo, que precedem e guiam o olhar sobre os seus membros (Bystrom, 2004: 17; Norris, 1997: 153). Os estereótipos sexuais mais comuns dizem respeito aos traços de personalidade e comportamentais e às áreas de competência. Os homens serão independentes, objetivos, dominadores, ambiciosos ou agressivos, as mulheres emocionais, compreensivas, gentis, calorosas ou compassivas. Os primeiros são percebidos como mais competentes para lidar com assuntos de política e comércio externos, economia, defesa, armamento, agricultura, e as segundas como mais aptas em temas como assistência social, educação, saúde, pobreza, direitos cívicos,

combate ao tráfico e consumo de drogas, ambiente (cfr. Khan, 1996: 8-9; Norris, 1997a: 153-154; Bystrom, 2004: 454).

Nos Estados Unidos, Hillary Clinton foi descrita como uma “marginal de gênero”, tanto como primeira-dama, ao transcender a função privada de esposa e intervir diretamente em questões políticas⁴², como na qualidade de candidata ao Senado, alegadamente por se revelar ambiciosa e sedenta de poder (Gallagher, 2001; Scharrer, 2002). O casal Clinton adequa-se, em certas representações, à imagem do *yin e yang*: “as representações mediáticas apresentaram Bill Clinton mais frequentemente em termos de qualidades tradicionalmente femininas, como «brando, indeciso, rechonchudo, cabelo macio, sotaque sulista, fora de controlo, espontâneo»; o oposto de Hillary, que era «dura, decidida, cuidadosamente arranjada, cabelo controlado, sem sotaque, controlada, calculista, estratega»” (Wahl-Jorgensen, 2000: 69).

Os relatos noticiosos tendem, por outro lado, a envolver as mulheres num *double bind*, fazendo recair sobre elas expectativas comportamentais sobrepostas. Se forem descritas como femininas ou compassivas, podem afigurar-se como pouco assertivas para lidar com a difícil tarefa de tomar decisões políticas. Quando se afastam de um padrão de comportamento “tipicamente feminino”, tendem a receber o qualificativo de mulheres duras, “mulheres de ferro” (Gallagher, 2001: 81), e a ser adjetivadas como não femininas.

Porém, o tratamento conferido pelos jornais às responsáveis políticas revela-se mais complexo do que se entrevê num simples esquematismo dicotómico. Lee (2004: 210-211) sublinha que “um olhar mais atento às descobertas de alguns dos estudos demonstraria que a relação entre o gênero de uma líder, a cobertura mediática que ela recebe e o sucesso da sua carreira é mais complicada do que simplesmente os media conferirem às mulheres políticas um tratamento injusto”.

Ao analisar as coberturas jornalísticas de 20 presidentes e primeiras-ministras de vários países do mundo, Norris (1997a: 164) constata que estas não foram descritas segundo um modelo “feminino”, em que sobressairiam qualidades conciliadoras,

⁴² Há uma vasta literatura sobre primeiras-damas de diferentes países do mundo que transgrediram concepções mais tradicionais no desempenho daquelas funções, sendo atacadas pela imprensa por se revelaram poderosas e politicamente ativas – nos EUA, figuras como Nellie Taft, Florence Harding e Edith Bolling Wilson (Mayo, 1993); no Reino Unido, Cherie Blair (Waugh, 2000; White, 2000); em Israel, Sarah Netanyahu (Halevi, 1999); nas Filipinas, Imelda Marcos (Al-Yu Niu, 1999) (Scharrer, 2002: 393).

compassivas ou sensíveis e a atenção a “questões de mulheres”. “Como políticas, a maior parte das mulheres foram vistas como ambiciosas, eficientes e frequentemente como mais confrontacionais do que os seus rivais” (*Ibid.*: 159). Anteriormente, D'Amico e Beckman (1995, *Apud* Norris, 1997a: 154) sugeriram que dificilmente pode ser generalizada uma diferença de género relativamente à agenda e ao estilo de líderes femininas nacionais.

Erika Falk (2007: 54) salienta que, se a liderança está culturalmente associada ao masculino, “faz sentido para os candidatos destacarem essas qualidades quando concorrem em eleições”. Múltiplas investigações incidem sobre figuras femininas retratadas de modo positivo pela sua força, desafiando convenções. A australiana Pauline Hanson teve sucesso político ao corporizar a figura de uma “mãe militarizada” (Deutchman e Ellison, 1999: 45). Hanna Herzog (1999: 252) recorda que da primeira-ministra Golda Meir se dizia que era “o único verdadeiro homem no Governo”, referência que, no respetivo contexto político, tinha uma leitura positiva. A firmeza de Dilma Rousseff, “Presidenta” do Brasil, surpreendeu a política agressivamente masculina de uma casta de políticos varões. De acordo com um relato do *El País*, “como confiou o ex-presidente Lula da Silva a um amigo político: «É mais homem do que nós os dois juntos»”⁴³.

ILUSTRAÇÃO 3: NOMEAÇÃO DE CARME CHACÓN COMO MINISTRA DA DEFESA DO GOVERNO ESPANHOL



Uma nomeação e uma imagem que quebraram tabus. Em Abril de 2008, a ministra espanhola da Defesa, Carme Chacón, passa revista às tropas em Madrid, grávida de sete meses (Associated Press).

⁴³ Juan Arias, “El machismo acosa a Dilma Rousseff”, *El País*, 29/09/2011 (http://internacional.elpais.com/internacional/2011/09/27/actualidad/1317110467_407744.html).

A nomeação, em 2008, de uma mulher para a pasta da Defesa do Governo espanhol causou espanto nos meios noticiosos de todo o mundo. Segundo a AP, “a designação inesperada de Carme Chacón, de 37 anos e sem qualquer experiência militar, é a mais corajosa afirmação do governo socialista, que fez da igualdade de género uma das suas prioridades principais”⁴⁴. José Luís Zapatero, o novo chefe do Governo espanhol, dava assim um passo em frente no acesso de uma mulher a uma posição reservada tradicionalmente a homens, num Executivo pela primeira vez integrado por um maior número de ministras do que ministros e em que se contemplou a criação de um Ministério da Igualdade. Atendendo à sua inexperiência, as críticas de que a nomeação de Chacón obedeceu, antes, a uma estratégia de *marketing*, não retira o impacto da imagem, que percorreu o mundo, da ministra passando em revista as tropas, grávida, simbolizando que, doravante, a área militar não era um interdito para as mulheres.

4.3.3 Privadas na esfera pública

Algumas investigações mostram que o enfoque dos media em relação às dirigentes políticas é mais orientado para a esfera privada e, em particular, para a vida familiar e as suas funções como mães e esposas, um padrão documentado mesmo em países com forte tradição de mulheres em cargos políticos, como Finlândia, Noruega e Suécia (Gallagher, 2001: 81).

Na pesquisa que realizou sobre os media no Brasil, Biroli (2010: 46) constatou que a visibilidade mediática das mulheres políticas é “produzida por filtros que reafirmam, de múltiplas maneiras, as separações tradicionais que associam as mulheres à esfera doméstica e íntima, à emotividade e ao corpo”. No mesmo sentido, Herzog (1999: 241) advoga como ponto central do seu pensamento que “as mulheres são introduzidas na esfera pública incorporando a diferenciação binária entre as duas esferas [pública e privada] no domínio público”, o que sucede, a título ilustrativo, quando são

⁴⁴ “Pregnant defense minister a first in Spain”, Associated Press, 16/04/2008, (http://www.msnbc.msn.com/id/24162934/ns/world_news-europe/t/pregnant-defense-minister-first-spain/#.UPRbu2fKuM8).

fotografadas na sua cozinha, em poses “femininas” ou quando os jornalistas lhes colocam questões específicas sobre a família.

Num depoimento de 1995, Leonor Belezza sustenta que a exposição mediática “destrói numa medida completamente irrazoável o espaço privado”:

“Eu nunca permiti, por exemplo, que os meus filhos fizessem parte da minha imagem política. Mantive-os em tudo o que pude à margem daquilo que as opções da mãe só a ela deveriam atingir. Por isso recusei sempre as inúmeras reportagens familiares que se pretendeu fazer comigo. À minha família bastou largamente o tempo que a minha intervenção política lhe roubou e a notoriedade que sobre ela lançou (...). A privacidade de que falo (...) tem seguramente tudo a ver com a família, os gostos pessoais, os tempos de lazer, a imagem física fora de ocasiões oficiais” (Bettencourt e Pereira, 1995: 64-65).

Os media tendem a situar as mulheres políticas e a avaliar o seu desempenho no coração das oposições binárias trabalho-família e racionalidade-sentimentalismo. Ademais, homens e mulheres não são necessariamente apresentados da mesma forma na relação com as suas famílias, mesmo se alguns meios mais populares tendam a explorar editorialmente facetas mais privadas das vidas dos políticos de ambos os sexos. Liesbet van Zoonen observou como a imprensa social holandesa tendia a enquadrar a família como uma fonte de apoio para os políticos – a família “sacrifica-se” – e como uma fonte de conflito – a família “sofre” – para as políticas (van Zoonen, 1998, *Apud* Gallagher, 2001: 81).

Na sua investigação sobre a cobertura jornalística das *mulheres perfeitas* do Governo de Hong Kong, Francis Lee (2004: 216) comprovou, em sentido contrário, que as ministras eram retratadas como possuindo racionalidade *e* paixão e como sendo superlativas tanto no trabalho *como* na família. O discurso mediático enaltecia a sua capacidade para compatibilizar diferentes responsabilidades mas, em contrapartida, não problematizava a tensão entre as duas dimensões e as desigualdades entre homens e mulheres no imperativo de equilibrar esferas.

Quando se discute o relevo da dimensão da privacidade, a categoria da maternidade assume especial importância. Na sua análise sobre a cobertura mediática de

homens e de mulheres congressistas nos Estados Unidos, David Niven (2005: 264-265) equaciona as possíveis consequências que advêm da qualificação como mães:

“a associação com a maternidade parece encorajar os repórteres a usar uma linguagem infantil para descrever as senadoras e o seu comportamento. (...) A experiência como mães parece encorajar a creditação das senadoras com maior experiência em assuntos femininos, ao mesmo tempo que limita a sua voz noutros assuntos. (...) Finalmente, a cobertura das senadoras como mães oferece uma imagem muito diferente daquela que resulta da cobertura dos senadores como pais. Por outras palavras, os homens no Senado parecem menos aptos a ter de justificar a sua capacidade de ser simultaneamente senadores e pais e menos suscetíveis de ser sujeitos a interferências do seu papel familiar sobre a sua imagem política”.

No entanto, a maternidade pode também corporizar uma mensagem política forte, como aconteceu quando, em Setembro de 2008, a eurodeputada italiana Licia Ronzulli levou a sua filha de poucas semanas para o Parlamento Europeu. Este gesto veio chamar a atenção e a gerar uma enorme energia política, a nível internacional, para as dificuldades das mulheres em compatibilizar o trabalho com as responsabilidades familiares. Na altura, a deputada europeia afirmou: “Não se tratou de um gesto político. Antes de mais, foi um gesto maternal – que queria ficar com a minha filha o máximo de tempo possível e lembrar as pessoas de que há mulheres que não têm esta possibilidade, que deveríamos fazer alguma coisa para falar sobre isto”⁴⁵. O “gesto maternal” tornou-se “político”: Ronzulli trouxe a privacidade para o palco político, o que favoreceu a discussão da separação de esferas e as contrariedades que essa delimitação traz às mulheres, normalmente mais envolvidas no cuidado dos filhos.

No espectro oposto, o facto notável é a ausência de qualquer referência à família. Segundo van Zoonen (2005: 89), biografias de mulheres em posições cimeiras da hierarquia política “evidenciam uma surpreendente semelhança na ausência de vida familiar: muitas delas eram solteiras ou viúvas, e para muitas a sua imagem de castidade constituía uma das suas grandes virtudes”.

⁴⁵ Andrew Rettman, “It was maternal, not political, says Italian MEP who took her baby to work”, *The Guardian*, 24/09/2010 (<http://www.guardian.co.uk/world/2010/sep/24/licia-rozzulli-baby-parliament>).

4.3.4 Beleza e sexualidade

As mulheres políticas são sistematicamente trivializadas pelos enfoques centrados não só nas suas vidas privadas e domésticas, como também em descrições físicas e no estilo sartorial, detalhando-se aspetos como a idade, os sapatos ou o mais recente corte de cabelo (Byerly e Ross, 2006: 45). A centralidade destes atributos não surge desligada dos padrões de representação das mulheres globalmente identificados nas notícias (cfr. Global Media Monitoring Project).

Numa análise da cobertura fotojornalística do debate parlamentar do projeto de lei da despenalização do aborto de 1997, Cabrera *et al.* (2012: 182) verificaram a forma de representação de Maria José Nogueira Pinto, então líder da bancada do CDS-PP, pode ser interpretada como um certo esvaziamento de poder. Em comparação com os seus homólogos masculinos, “não surge retratada em ação, raramente é sujeito principal da notícia ou da legenda (...), nunca é representada como líder rodeada pelos seus pares, está sempre isolada ou é transformada em objeto de olhar, portadora de atributos”. A este respeito, é pertinente a observação de Juana Gallego (2009: 45) de que, no discurso informativo, os homens são sujeitos que agem, as mulheres o objeto observado e, neste sentido, “adquire muita importância a sua indumentária, os seus gestos, a sua atitude, numa palavra, o seu aspeto físico”.

O corpo feminino parece surgir para deleite do olhar do espectador. No seu influente ensaio de 1975, “Visual Pleasure and Narrative Cinema”, ancorado na psicanálise, Laura Mulvey explora o conceito de “escopofilia” / *scopophilia*, relativo ao prazer resultante do olhar. Ao analisar filmes clássicos de Hollywood dos anos de 1950 e 60, concluiu que os espectadores são colocados na posição masculina, encorajados a identificar-se com o protagonista do filme e a olhar com prazer a heroína, que se posiciona como objeto de desejo, um processo que designa de *to-be-looked-at-ness*.

Um estudo conduzido por Karen Ross e Annabelle Sreberny (2000: 86-87) confirma a maior atenção mediática aos aspetos físicos. As deputadas britânicas que entrevistaram anuíram que a sua aparência exterior era alvo de muito mais atenção mediática do que aquela dedicada aos seus colegas homens. Victoria Camps (2012: 16) alude à pressão que a valorização do corpo exerce sobre as próprias mulheres, o que designa por “auto-objetivação consciente do corpo”, *i.e.*, um processo

“que se opera nas mulheres e que as leva a vigiarem-se constantemente: vigiar o peso, a silhueta, a dieta, com prejuízo, para algumas delas, de vincular a autoestima exclusivamente ao grau de aproximação a um certo ideal corporal. A emancipação da mulher não logrou modificar esta escravatura corporal da maioria das mulheres. Uma escravidão evidentemente derivada da necessidade de agradar aos homens segundo parâmetros de gosto por eles estabelecidos”.

Os investigadores interpretam o nexó entre feminilidade e beleza não apenas como um reforço de concepções objetivadoras das mulheres mas também como outro modo de descrever a oposição entre mulheres e a “política masculina” (Falk, 2007; Herzog, 1999). Destituídas ou neutralizando-se esses atributos, a imagem das mulheres políticas masculiniza-se ou assexua-se, deixando de ser vistas e enquadradas como mulheres, o que as torna alvo de alusões críticas e negativas.

ILUSTRAÇÃO 4: ANGELA MERKEL NA ABERTURA DA OPERAHUSET DE OSLO, NORUEGA



Correu mundo a imagem do surpreendente “décolleté” da Chanceler alemã, em Abril de 2008, um look distinto da sua habitual imagem andrógina (Reuters/Bjorn Sigurdson/Scanpix).

Assinale-se as reações surpreendidas quando, em Abril de 2008, na abertura da Operahuset de Oslo, Angela Merkel utilizou um vestido mais decotado e revelador das suas formas femininas, em contraste com o habitual estilo de fatos convencionais, rompendo com o arquétipo de líder “assexuada”⁴⁶. Segundo Luenenborg *et al.* (2011:

⁴⁶ “Merkel tinha trocado os seus habituais fatos largos e casacos à altura do pescoço por um vistoso vestido de noite quando participou na inauguração da nova ópera nacional da Noruega, em Oslo, no sábado. Fotografias de Merkel e do seu amplo decote, quando esta se sentou junto ao Primeiro-Ministro da Noruega, Jens Stoltenberg, fizeram notícia de primeira página na Alemanha e pela Europa fora. (...)”

70), as fotografias ansiosamente captadas do “décolleté” de Merkel e a sua ampla difusão nos media constituem “atos performativos de «genderização» e sexualização” e continuam a insinuar, agora pela razão oposta, uma tensão entre poder e feminilidade.

A idade é outro atributo mais destacado no tratamento jornalístico das líderes e candidatas. Numa pesquisa sobre a cobertura mediática da candidatura da ex-Primeira-Ministra da Nova Zelândia Helen Clark, durante a campanha às eleições gerais de 2008, Ross e Comrie (2012) concluíram que a trama entre a idade e o género foi preponderante nos enquadramentos mobilizados.

Erika Falk (2007: 89-90) observa que, a partir de 1988, começaram também a tornar-se mais relevantes as referências à aparência física masculina, antes reservadas à idade, à saúde e às expressões faciais, enquanto esses mesmos qualificativos diminuíram em relação às mulheres. Sreberny e van Zoonen (2000: 11) advogam que, num quadro de “intimização” da vida política, “a representação dos homens na política está a aproximar-se dos modos típicos de representação das mulheres (em vez de ocorrer o contrário). Isto pressupõe uma cobertura mediática com grande atenção à personagem pública e ao contexto familiar em que os políticos vivem, bem como com a apresentação de si mesmo”. Na campanha para as eleições legislativas portuguesas de 2009, José Sócrates apresentou-se “num visual cuidado, mas casual (...), e no seu corte de cabelo à George Clooney” (Figueiras, 2012: 187). De acordo com a investigadora, o candidato “posicionou-se como a personificação da masculinidade contemporânea” (*Ibid.*).

Kevin B. Smith (1997: 71) detetou uma evolução nos padrões históricos de cobertura das mulheres políticas nos atos eleitorais nos Estados Unidos posteriores a 1990. Estudos mais recentes confirmam uma cobertura menos estereotipada e mais indistinta de homens e de mulheres candidatos, ainda que estas continuem a ser mais vinculadas à sua qualidade de mães e de esposas e mais descritas pelos seus traços de personalidade e aparência (Brystom, 2004: 444, 446).

Merkel, 53 anos, tem vindo a submeter-se a uma gradual alteração de imagem pública. Com a ajuda do mais célebre estilista da Alemanha, substituiu o seu corte de cabelo à pajem de antes de ganhar as eleições de 2005 por um estilo mais moderno e dinâmico. A sua aparência feminina na Noruega marcou um acentuado contraste como o visual conservador unissexo – calças pretas e casacos largos – pelo qual é conhecida na Alemanha” (Erik Kirschbaum, “Merkel tries to downplay fuss over opera gown”, Reuters, 18/04/2008).

A literatura mostra-nos, em suma, que não há um único modelo de representação das mulheres políticas. Os padrões recorrentes de tratamento destas protagonistas, não obstante as variações, situam-se entre duas imagens-limite:

- i) “MODELO MASCULINO”: as líderes são apresentadas como duras e firmes e com um estilo formal e andrógino, “mulheres de ferro”, “não femininas” ou “assexuadas”, perdendo as suas qualidades femininas. Estas qualidades penalizam-nas na arena política e nas imagens que os media veiculam, mas podem também ser enquadrada positivamente, em determinados contextos em que se exige uma liderança mais musculada;
- ii) “MODELO FEMININO”: acentuam-se qualidades mais condizentes com um ideal de feminilidade. As líderes são mães e cuidadoras e surgem vinculadas à vida privada. Destacam-se atributos de beleza e de elegância física e sartorial. A vinculação a papéis tradicionais e as apreciações estéticas propiciam o enfraquecimento como representantes do poder, mas podem também abrir-se a interpretações positivas, sobretudo perante a necessidade de um modelo de liderança menos diretivos. A exposição pública da privacidade pode, no mesmo sentido, contribuir para a politização de problemas sentidos naquela esfera.

4.4 ESTRATÉGIAS “GENDERIZADAS” DE COMUNICAÇÃO

As notícias resultam sempre de uma interação entre jornalistas e diferentes atores sociais, sendo comum estes últimos mobilizarem estratégias de comunicação com vista a influenciar uma construção favorável da sua imagem pública ou fazerem prevalecer as suas agendas e enquadramentos. Pesquisas focadas nas estratégias de comunicação política e na avaliação da reação dos cidadãos às mesmas vêm mostrando que a “genderização” se manifesta não apenas no discurso mediático enquanto instância produtora de símbolos como também nos discursos e nas estratégias dos próprios atores políticos.

No âmbito de uma campanha, o género pode ser ativado como categoria não apenas performativa mas também relacional. Na sua pesquisa sobre as eleições

presidenciais francesas de 2007, em que se confrontaram Nicolas Sarkozy e Ségolène Royal, Marlène Coulomb-Gully (2009: 211) identificou em ambos os candidatos uma clara estratégia performativa de género. Sarkozy explorou o seu género como “arma política”, exacerbando, mais do que qualquer dos seus antecessores, os traços de masculinidade, sendo a feminilidade da candidata socialista moldada em oposição à “virilidade napoleónica” do seu opositor da Union pour un Mouvement Populaire. Ségolène Royal foi a primeira política francesa ao mais alto nível a tratar o seu género como “ativo político” e a abraçar o seu estatuto como mulher: até certo ponto, durante a campanha, encarnou a qualidade de mãe e transformou a imagem para realçar os atributos de elegância e beleza femininas (*Ibid.*: 213-214).

Vários estudos identificam o recurso a estratégias baseadas no género na planificação da imagem pública, no pressuposto de que os cidadãos acionam esquemas específicos na avaliação da adequação dos comportamentos e na descodificação das mensagens (Scharrer, 2002: 394; Gallagher, 2001: 82).

Sem estabelecer uma relação de causalidade – uma vez que, durante uma campanha, são preponderantes fatores como os recursos financeiros e o calibre dos oponentes –, os estereótipos de género podem constituir um fator de influência sobre os eleitores, e as candidatas podem procurar explorar essa vantagem no seu comportamento e agenda (Iyengar *et al.*, 1997).

Essas estratégias podem ainda incorporar um discurso visando capitalizar o apoio feminino, através da promoção da igualdade. Carme Chacón, enquanto candidata a secretária-geral do PSOE, apelou à sua condição de mulher para, segundo o *El País*, “reclamar que os novos tempos exigem também uma mudança no tipo de liderança de que o partido necessita. (...) «De cada vez que avança uma mulher, avança a igualdade», sublinhou Chacón, entre vivas das presentes. «Avança o nosso género, que é o género humano»”⁴⁷.

Kim Fridkin Khan (1996, 1997) preconiza que os políticos de ambos os sexos integram nas suas estratégias os pressupostos estereótipos de género dos seus potenciais eleitores e dos media, convictos da influência de “crenças estereotipadas”. Por exemplo, o recurso a uma estratégia de ataque e de agressividade pode resultar numa avaliação

⁴⁷ Soledad Alcaide, “Chacón apela a las mujeres: «El paso que he dado nos concierne a todas»”, *El País*, 29/01/2012 (http://politica.elpais.com/politica/2012/01/28/actualidad/1327757013_110384.html).

negativa de uma candidata como “não feminina”. “Dado os preconceitos das pessoas relativamente ao comportamento feminino «apropriado», campanhas negativas são suscetíveis de ser problemáticas para mulheres candidatas e, por conseguinte, estas têm menores probabilidades do que os homens de conduzir campanhas que incluam anúncios de «ataque»” (Khan, 1997: 64).

Diane Bryston suportou-se na investigação de Kaid e Davidson sobre o VideoStyle (1986) para analisar os vídeos de campanha de candidatos e candidatas. Na sua pesquisa, incorporou o conceito de Campbell (1989) de uma “estratégica retórica feminina”, que visaria o *empowerment*, i.e., levar as audiências a acreditar que poderiam agir efetivamente no mundo e ser agentes da mudança. Este estilo retórico ostentaria as seguintes características: “(1) tem um tom mais pessoal, (2) assenta em experiências pessoais, relatos e outros exemplos, (3) é estruturado de forma indutiva, (4) convida à participação do público, (5) aborda a audiência como pares e (6) identifica-se com a experiência do público”. Por contraposição, as estratégias discursivas masculinas “incluem (1) uma lógica e argumentação dedutiva (a estratégia mais comum de discurso político, em que o orador apresenta as suas conclusões antes de dar exemplos), (2) a ostentação de um conhecimento especializado, (3) o uso da autoridade de peritos (estatísticas «imparciais», ou exemplos fornecidos por terceiros (...)) e (4) o uso de exemplos impessoais ou incompletos (exemplos históricos ou hipotéticos, sem ligação com a experiência do orador ou do público)” (Bystrom *et al.*, 2004a: 12-13).

Aplicando esta “grelha” polarizada, a análise de anúncios televisivos de candidatos e candidatas no contexto de eleições entre 1990 e 1998 revelou alguma hibridez, ainda que tenha sobressaído o facto de as mulheres usarem mais frequentemente um tom mais pessoal do que os homens, serem mais propensas a estruturar os seus apelos indutivamente (os homens dedutivamente), a construir a sua credibilidade a partir da aplicação pessoal de papéis familiares, particularmente como esposas e mães (homens enfatizam mais a sua experiência política), ou a usar uma retórica menos negativa (homens atacam mais). Não se verificou, por outro lado, a concentração de homens e de mulheres em, respetivamente, assuntos “masculinos” (impostos, economia, política externa) e “femininos” (educação, saúde, ambiente, crianças) (*Ibid.*: 14-15), sendo a agenda da campanha mais determinada pela conjuntura (*Ibid.*:15).

No quadro de um jogo entre estereótipos e estratégias mediáticas, é paradigmática a análise da candidatura de Sarah Palin a vice-presidente com John McCain, pelo Partido Republicano, nas presidenciais norte-americanas de 2008. A ex-governadora do Alaska recebeu mais atenção mediática do que o seu competidor direto, Joe Biden, nas revistas *Time* e *Newsweek*, ainda que, concluem Wasburn e Warburn (2011: 1.038), tenha sido objetivada como símbolo sexual, em referência ao seu *background* como *beauty queen*, aparência jovial, atratividade física e guarda-roupa. As duas revistas privilegiaram a infância, vida doméstica e personalidade da candidata sobre a sua orientação ideológica ou posições políticas. Porém, os investigadores argumentam que os padrões editoriais identificados poderiam também refletir uma estratégia da campanha com o objetivo de desviar a atenção da limitada experiência e sofisticação políticas de Palin e promover o apelo populista da sua personalidade.

O jogo de estereótipos poderá também funcionar numa lógica de inversão, contando com o maior impacto da saliência de “traços masculinos” nas estratégias de campanha das candidatas. Se estas continuam a vestir-se de modo mais formal e a sorrir mais do que os homens nos seus vídeos de campanha, Bystrom *et al.* (2004a: 15) salientam que “as candidatas incrementaram o recurso a ataques, quando comparadas com os seus adversários masculinos, ao longo da década”. Já anteriormente, Khan (1996) constatou que, frequentemente, as mulheres exibem traços ou acentuam adjetivos considerados “masculinos” nos seus anúncios, para se mostrarem como candidatas fortes e viáveis. Numa pesquisa focada na importância desta dimensão na estruturação das mensagens de campanhas, Gordon *et al.* (2003: 35) concluíram:

“O apoio à candidata feminina não diminuiu em resultado dos ataques contra o seu adversário. As conclusões mostram que, em competições caracterizadas pela escassez de informação, presume-se que as candidatas são mais fracas no que diz respeito a assuntos «masculinos». Todavia, quando a candidata usou um assunto «masculino» como base de um ataque ao seu adversário masculino, foi considerada mais competente no assunto. Isto sugere que a publicidade negativa poderá ser uma ferramenta eficaz para neutralizar as desvantagens causadas pelos estereótipos de género”.

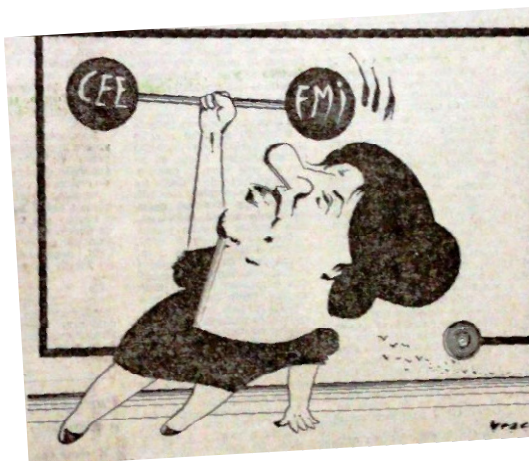
Em suma, a precedente revisão da literatura sobre os padrões mais salientes e regulares das representações jornalísticas das mulheres políticas tornam evidentes algumas tendências de cobertura:

- i) O jornalismo não é neutral mas veicula codificações sociais e uma ordem ideológica nas quais o género é relevante. No imaginário jornalístico, o masculino parece persistir como a norma e as mulheres o “desvio à norma”, o “outro”, no campo político.
- ii) O enquadramento das mulheres como uma novidade na política é positivo se as líderes forem percebidas como *outsiders* e agentes de mudança, distinguindo-se pelo estilo e prioridades, mas pode também contribuir para des-normalizar a sua participação, pela saliência da atipicidade e da excecionalidade da sua presença no espaço público.
- iii) Os media inclinam-se a reproduzir quadros arquetípicos de representação do feminino (nos seus traços de personalidade, comportamentos e áreas de competência).
- iv) As mulheres políticas são representadas numa tensão de expectativas comportamentais (*double bind*) enquanto políticas e mulheres. Se demasiado femininas, podem ser enquadradas como incompetentes, se se afastam de modelos “tipicamente femininos”, tendem a receber qualificativos masculinos ou o epíteto de “damas de ferro”.
- v) A feminilidade favorece a exposição pública da privacidade. A retórica mediática associa as mulheres à esfera doméstica e familiar ou ignora por completo esta dimensão.
- vi) Os media tendem a manifestar especial interesse pela idade e pelas descrições da aparência física das líderes. Os atributos de beleza tendem a favorecer retratos sexualizados – aquelas tornam-se objeto de contemplação e de desejo. Na ausência da manifestação destes traços, as protagonistas são “des-sexualizadas”.

Na análise empírica empreendida na segunda parte deste trabalho, confronta-se este quadro com os padrões jornalísticos mobilizados pela imprensa, em 1979 e na primeira década do século XXI, nos seus relatos sobre duas mulheres que desempenharam posições de topo na hierarquia do poder político.

II Parte

Duas mulheres, as suas circunstâncias e as imagens da imprensa



Maria de Lourdes Pintasilgo

***Diário de Notícias*, 20 de Agosto de 1979**

Manuela Ferreira Leite
***Expresso*, 31 de Maio de 2008**



5. Orientação metodológica

Os estudos de caso apresentados na presente dissertação, um relativo a Maria de Lourdes Pintasilgo e outro a Manuela Ferreira Leite, suportam-se numa análise de imprensa. Como sublinha Mautner (2008: 37), as questões e as hipóteses da investigação orientam as decisões de seleção do *corpus*. “A seleção de dados envolve sempre um elemento de juízo subjetivo e é justamente porque isto não pode ser totalmente evitado que a subjetividade precisa de ser contrabalançada pelo rigor e por escolhas sujeitas ao escrutínio crítico. Os corretivos essenciais são a transparência e a responsabilidade. Estas, por sua vez, podem ser salvaguardadas da melhor forma através de uma fundamentação passo a passo da amostragem e da necessidade de justificar as escolhas feitas ao longo do trajeto” (*Ibid.*).

A escolha da imprensa é justificada não só atendendo às dificuldades materiais de recolha de arquivos televisivos para os diferentes períodos abarcados, mas também às suas características intrínsecas. No prolongamento da cultura livresca, este meio conserva a tradição de uma apresentação mais intelectualizada e contextualizada da realidade, uma característica que consideramos melhor corresponder aos objetivos de perceber as formas de tratamento jornalístico das líderes políticas e as conceções sobre o nexó política-feminino.

Restringimos o *corpus* empírico a jornais nacionais de informação nacional, abarcando títulos com filosofias editoriais distintas. A imprensa de mais elevada circulação, diária ou semanária, é veículo de discursos dominantes, mais do que de vozes dissidentes ou idiossincráticas, e tem um impacto relevante junto dos públicos, fazendo realçar os efeitos do discurso jornalístico (Mautner, 2008: 32).

Procurou espelhar-se a diversidade de publicações em cada período, observando os seguintes critérios principais:

- i) De periodicidade (diária e semanária), que refletem distintos ritmos de apreensão e de representação da realidade;
- ii) De posicionamento editorial, acolhendo jornais “de referência” e “populares”. Esta grelha continua a ser operacional num vasto conjunto

de estudos, apesar da evolução da imprensa para identidades mais híbridas. Os *quality papers* são habitualmente caracterizados pela seleção de temas pretensamente mais “sérios” (política, assuntos internacionais, economia e cultura), com tratamentos mais distanciados, analíticos e aprofundados. A imprensa popular capta a variedade e a irregularidade da vida quotidiana e as pulsões humanas, privilegiando o ângulo de “interesse humano” e os *fait divers*. O estilo de reportar é mais emocional (mesmo “sensacionalista”), dramático e judicativo, apelando às emoções dos leitores (Martins e Jorge, 2009: 99-100).

Para o primeiro estudo de caso, considerou-se um critério adicional: o posicionamento político-ideológico dos jornais. Em 1979, a imprensa revela um grau de politização variável. A inclusão de títulos com um mais óbvio comprometimento político revela-se fundamental para captar a diversidade do setor e apreender, com mais rigor, um acontecimento politicamente polarizado (Mautner, 2008: 37), como foi a constituição do V Governo e a indigitação da Primeira-Ministra. Foram selecionados três diários – *Diário de Notícias*, *O Dia* e *o diário* – e dois semanários – *Expresso* e *O Jornal*, tendo-se considerado pertinente incluir ainda a *Revista* do *Expresso* e os cadernos temáticos do *DN*, pelo relevo da política nestes espaços.

Para o segundo estudo de caso, respeitante a Manuela Ferreira Leite, a seleção incide em três publicações: o *Expresso* e os diários *Público*, qualificado como *quality paper*, e o *Correio da Manhã*, com características populares. Privilegiou-se a escolha de projetos editoriais mais recentes e que, a nosso ver, melhor expressam as mutações na paisagem da imprensa ocorridas posteriormente a 1979. Além dos cadernos principais, foram incluídos outros cadernos onde foram tratados temas políticos com pertinência para o estudo.

Nos dois períodos, o *corpus* abarca as peças informativas e de análise e comentário em que surgem referências a Maria de Lourdes Pintasilgo e a Manuela Ferreira Leite como sujeito ativo (“que fala”) ou passivo (“de quem se fala”). Os textos selecionados são identificados no Anexo 1.

Em termos de temporalidade, o projeto inicial contemplava a duração na íntegra do V Governo Constitucional, que formalmente terminou em Janeiro de 1980. Esta

temporalidade foi revista perante a necessidade de adequação ao objetivo traçado de incidir sobretudo nas representações dos jornais da figura de Lourdes Pintasilgo, do seu perfil, conceções políticas e da novidade de pela primeira vez uma mulher alcançar a chefia do poder executivo. Verificou-se uma concentração nos jornais analisados de textos dedicados à apresentação e descrição da personalidade da Primeira-Ministra nas primeiras semanas que se seguiram à sua indigitação. Posteriormente, passaram a focar-se essencialmente nas questões da governação, que envolvem o coletivo ministerial, e nas eleições legislativas intercalares. Por conseguinte, o período analisado espria-se entre 13 de Julho de 1979, quando o Chefe de Estado anuncia eleições legislativas intercalares, a dissolução da Assembleia da República e a constituição de um governo de gestão, e 18 de Agosto, dia em que o Parlamento vota o Programa do V Governo. No total, foram incluídas 230 peças, 181 informativas e 49 opinativas (Fig. 14).

FIGURA 14: *CORPUS* DE PEÇAS INFORMATIVAS E OPINATIVAS SELECIONADAS PARA O ESTUDO DE CASO DE MARIA DE LOURDES PINTASILGO (1979)

Publicações	Peças informativas		Peças opinativas		Total de peças	
	N	%	N	%	N	%
<i>Diário de Notícias</i>	50	83,3	10	16,7	60	100,0
<i>O Dia</i>	27	87,1	4	12,9	31	100,0
<i>o diário</i>	27	84,4	5	15,6	32	100,0
<i>Expresso</i> (inclui <i>Revista</i>)	36	75,0	12	25,0	48	100,0
<i>O Jornal</i>	41	69,5	18	30,5	59	100,0
Total	181		49		230	

Em relação a Ferreira Leite, a ideia inicial consistia em analisar exclusivamente a campanha para as legislativas de 2009, em que se candidatou pelo PSD e defrontou o Primeiro-Ministro incumbente. No entanto, como lembram Iyengar *et al.* (1997: 78), as campanhas eleitorais são dinâmicas, como que têm vida própria, evoluem constantemente e são interativas em relação aos ambientes informativos. Tendo em mente o objetivo de averiguar a existência de assunções de género na sua representação como mulher política, a análise empírica transcende aquele processo político específico, abarcando dois momentos anteriores significativos no seu percurso político: a nomeação como ministra das Finanças, em 2002, e a eleição como Presidente do PSD, em 2008. A temporalidade do *corpus* corresponde, assim:

i) À designação como ministra das Finanças, entre a confirmação do seu nome, a 27 de Março de 2002, e a tomada de posse do Governo, a 6 de Abril;

ii) Às eleições diretas do PSD de 2008, desde a confirmação da candidatura, a 22 de Abril, até ao dia da votação, 31 de Maio;

iii) À campanha para as eleições legislativas de 2009, entre 28 de Agosto, quando apresenta o seu programa eleitoral, e 25 de Setembro, quando termina a campanha. Este período coincide com a pré-campanha, quando se realizam os 10 debates entre os cinco principais candidatos e líderes políticos (Francisco Louçã, Jerónimo de Sousa, José Sócrates, Manuela Ferreira Leite e Paulo Portas), e o período de campanha eleitoral, que decorreu entre 13 e 25 de Setembro. No total, o corpus integra 631 peças, 419 informativas e 212 opinativas (Fig. 15).

FIGURA 15: *CORPUS* DE PEÇAS INFORMATIVAS E OPINATIVAS SELECIONADAS PARA O ESTUDO DE CASO DE MANUELA FERREIRA LEITE (2002, 2008 E 2009)

Publicações	Peças informativas		Peças opinativas		Total de peças	
	N	%	N	%	N	%
2002						
<i>Público</i>	11	47,8	12	52,2	23	100,0
<i>Correio da Manhã</i>	16	76,2	5	23,8	21	100,0
<i>Expresso</i>	11	55,0	9	45,0	20	100,0
2008						
<i>Público</i>	77	76,2	24	23,8	101	100,0
<i>Correio da Manhã</i>	80	80,0	20	20,0	100	100,0
<i>Expresso</i>	34	64,2	19	35,8	53	100,0
2009						
<i>Público</i>	83	65,4	44	34,6	127	100,0
<i>Correio da Manhã</i>	76	65,0	41	35,0	117	100,0
<i>Expresso</i>	31	44,9	38	55,1	69	100,0
Total	419		212		631	

A análise empírica assenta em pressupostos teóricos sobre a natureza do jornalismo e suas práticas discursivas (cfr. ponto 4.2), designadamente, que constitui uma forma de conhecimento singular e envolve uma construção social da realidade. Os jornalistas, no relato dos acontecimentos, guiam-se por “pequenas teorias tácitas” sobre o que existe, o que acontece e é relevante, preponderantes na seleção, ênfase e apresentação das notícias (Gitlin); o seu trabalho assenta em “noções pré-teóricas” que orientam o princípio da realidade do seu público (Meditsch).

Atenta-se na existência de enquadramentos de género e de marcas “genderizadas” no discurso jornalístico – *gendered frames*, na terminologia de Norris (1997) – na representação das líderes políticas.

O jornal conta e reflete as histórias do quotidiano, numa combinação, por vezes com significados antagónicos, de elementos linguísticos e para-linguísticos, intertextualidades⁴⁸, discursos textuais e visuais, géneros jornalísticos e uma profusão de “vozes”, internas e externas à instância de enunciação. Por exemplo, reconhece-se a importância de uma informação destacada na primeira página; que os títulos e *leads* condensam ideias fortes e ângulos de abordagem; que os artigos noticiosos e de opinião correspondem a diferentes enquadramentos axiológicos e pactos de leitura.

Não obstante, a análise a empreender pretende abarcar as linhas de narrativização e as correntes de pensamento sobre acontecimentos e protagonistas de atualidade, em determinados contextos históricos. A procura de processos de significação da realidade justifica a opção metodológica por uma leitura articulada do jornal enquanto produto composto e complexo, não se atentando numa decomposição e parcelização dos diferentes elementos formais que o configuram. Esta leitura conjugada permite aproximar a análise empírica de um ritmo real de apreensão e descodificação do devir político, em que múltiplas “vozes” interpretam e comentam o jogo e as estratégias e em que informação e opinião coabitam. No segundo período analisado, é notório que a opinião ganha espaço à informação no número de peças publicadas, em qualquer das publicações, independentemente das respetivas linhas editoriais.

Em lugar de uma abordagem mais formalista, a análise empírica é orientada por eixos e enquadramentos temáticos, definidos a partir das problemáticas que emergem do enquadramento teórico. A tabela seguinte sumaria esses enquadramentos, organizados em seis categorias: i) *Relação Política-Género*; ii) *Estilo de Liderança*; iii) *Traços de Personalidade*; iv) *Vida Privada e Conciliação de Esferas*; v) *Atributos Físicos*; vi) *Idade* (Fig. 16). As categorias são explicitadas em pares opostos “masculino-feminino”, apesar de não se efetuar um estudo comparativo. Segundo Paxton e Hughes (2007: 23), “traços de carácter de género são amiúde definidos em oposição, de modo a que um traço

⁴⁸ O conceito de intertextualidade funda-se na noção de que os textos não podem ser estudados isoladamente, uma vez que não são produzidos ou consumidos enquanto tal. Os textos existem e devem ser compreendidos em relação a outros textos. “O discurso relatado é uma questão intertextual para os analistas, pois constitui prova da recolha de informações, opiniões, etc., pelo jornalista a partir de um texto anterior, que são posteriormente inseridas num outro texto” (Richardson, 2007: 106).

em particular, como a agressividade, por exemplo, seja atribuído a um género e determinado como pouco preponderante no outro. (...) Nas culturas ocidentais, encontramos frequentes pares masculino-femininos, tais como racional-emocional, agressivo-passivo, competitivo-cooperante, ou assertivo-submisso”.

FIGURA 16: EIXOS E ENQUADRAMENTOS TEMÁTICOS DA ANÁLISE DE IMPRENSA

EIXOS / ENQUADRAMENTOS	MASCULINO	FEMININO
RELAÇÃO POLÍTICA-GÉNERO	Masculino é a “norma”.	As mulheres são novidade, o “outro”, <i>outsiders</i> e agentes de mudança.
LIDERANÇA	Agêntica / instrumental, mais autocrática e estratégica.	Expressiva/comunal, mais orientada para a partilha de poder e o estabelecimento de relações de cooperação.
TRAÇOS DE PERSONALIDADE	Os líderes são racionais, controlados, independentes, auto-suficientes, agressivos, competitivos, assertivos, duros, decididos. Mais motivados para dominar o seu ambiente	As líderes são emocionais, compreensivas, compassivas, complacentes, cooperativas, conciliadoras, gentis, prestáveis, afetuosas e espontâneas. Mais altruístas e preocupadas com os outros.
VIDA PRIVADA E CONCILIAÇÃO DE ESFERAS	Menor atenção à vida privada e à conciliação de esferas.	Maior atenção à vida privada, aos papéis como mães e esposas e à conciliação de responsabilidades nas esferas familiar e política.
ATRIBUTOS FÍSICOS	Menor atenção aos atributos físicos. Sujeitos que agem.	Maior atenção à aparência física. São alvo de contemplação.
IDADE	Atributo menos valorizado politicamente.	Maior atenção à idade. Constitui um obstáculo ao percurso político.

Para corresponder ao objetivo complementar de perceber se o género influencia o planeamento da comunicação com os media, após à análise empírica foram realizadas entrevistas com a jornalista Maria Elisa Domingues, assessora de imprensa de Maria de Lourdes Pintasilgo, e com um responsável pela definição da estratégia de campanha de Manuela Ferreira Leite em 2009, que solicitou não ser identificado.

A título ilustrativo, com o intuito de enfatizar alguns acontecimentos e ideias avaliados como centrais e que envolvem as protagonistas, reproduz-se uma seleção restrita de *fac símiles* de imagens dos jornais, que inclui páginas, fotografias e cartoons. Estes elementos não são objeto de uma análise visual.

FIGURA 17: QUADRO-SÍNTESE DAS LEGISLATURAS E DOS GOVERNOS CONSTITUCIONAIS APÓS O 25 DE ABRIL DE 1974

Legislaturas

Constituinte	I							II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX		X	XI	XII
1975-1976	1976-1980						(Intercalares 1979) ⁴⁹	1980-1983	1983-1985	1985-1987	1987-1991	1991-1995	1995-1999	1999-2002	2002-2005		2005-2009	2009-2011	2011-
Governos Provisórios	PS 37,9%	PS 35,0%	(Iniciativa Presidencial)				PSD 28%	PSD 29%	PS 40,4%	PSD 29,9%	PSD 50,2%	PSD 50,6%	PS 43,8%	PS 44,1%	PSD 40,2%		PS 45,0%	PS 36,6%	PSD 38,7%
Adelino da Palma Carlos; Vasco Gonçalves; José Pinheiro de Azevedo	Mário Soares	Mário Soares	Alfredo Nobre da Costa	Carlos Mota Pinto	M. ^a de Lourdes Pintasilgo	Francisco Sá Carneiro ⁵⁰	Francisco Pinto Balsemão	Francisco Pinto Balsemão	Mário Soares	Aníbal Cavaco Silva	Aníbal Cavaco Silva	Aníbal Cavaco Silva	António Guterres	António Guterres	José Manuel durão barroso	Pedro Santana Lopes ⁵¹	José Sócrates	José Sócrates	Pedro Passos Coelho
Maio 1974 a Julho 1976	Set. 1976	Jan. 1978	Ago. 1978	Nov. 1978	Ago. 1979	Jan. 1980	Jan. 1981	Set. 1981	Jun. 1983	Nov. 1985	Ago. 1987	Out. 1991	Out. 1995	Out. 1999	Abr. 2002	Jul. 2002	Mar. 2005	Out. 2009	Jun. 2011
	I	II ⁵²	III	IV	V	VI	VII	VIII ⁵³	IX ⁵⁴	X	XI	XII	XIII	XIV	XV	XVI	XVII	XVIII	XIX ⁵⁵

Governos Constitucionais

⁴⁹ A I Legislatura resultou de dois atos eleitorais. As eleições intercalares de 1979 realizaram-se a fim de ser cumprida a 4.^a sessão legislativa.

⁵⁰ O Primeiro-Ministro, Francisco Sá Carneiro, morre em Dezembro de 1980, sucedendo-lhe no cargo Francisco Pinto Balsemão.

⁵¹ O Primeiro-Ministro, José Manuel Durão Barroso, demite-se para se candidatar a presidente da Comissão Europeia, sucedendo-lhe no cargo Pedro Santana Lopes.

⁵² O II Governo Constitucional resulta de um acordo parlamentar entre o PS e o CDS.

⁵³ Os VI, VII e VIII Governos têm como base a coligação eleitoral AD, formada entre PSD, CDS e PPM.

⁵⁴ O IX Governo Constitucional resulta de um acordo de incidência parlamentar entre o PS e o PSD, tendo sido designado o Governo do Bloco Central.

⁵⁵ Os XV, XVI e XIX Governos resultam de um acordo de governo com incidência parlamentar entre PSD e CDS-PP.

6. A “cidade dos homens” na sociedade portuguesa em mudança

6.1 CONTEXTO POLÍTICO NA DÉCADA DE 70

6.1.1 Reativação do “mercado eleitoral”

A Revolução do 25 de Abril de 1974 traduziu politicamente os anseios democráticos que atravessavam uma sociedade em mudança acelerada. A viragem do regime político para a democracia corporizou-se, formalmente, em disposições legais protetoras dos direitos, liberdades e garantias e dos direitos económicos, sociais e culturais dos cidadãos. A esfera política abriu-se à expressão e ao confronto das diferentes correntes ideológicas e de opinião.

Com o fim do Estado Novo, do regime de partido único e das restrições ao voto e da mitigada vivacidade da vida política, assistiu-se à reativação do “mercado eleitoral”. Da pouca importância dos partidos, evoluiu-se para a necessidade de criação de “organizações partidárias mais fortes para as tarefas de mobilização do eleitorado” (Freire *et al.*, 2002: 109). Este dinamismo entrosou-se na própria mobilização política da sociedade. Como observa Freire (2000, *Apud* Freire e Baum, 2001: 11), entre 1975 e 1980, a participação eleitoral nas eleições legislativas nunca foi menor do que 83%, tendo alcançado 91,7% nas eleições para a Assembleia Constituinte de 1975.

Assinala-se a juventude da maior parte dos atuais partidos políticos portugueses com assento parlamentar, fundados na sequência da Revolução de 1974, com exceção do Partido Comunista Português (criado em 1921 e que sobreviveu e atuou na clandestinidade durante todo o período do Estado Novo) e do Partido Socialista (fundado no ano anterior à Revolução, na clandestinidade). O PSD (então PPD) foi fundado em 6 de Maio de 1974 e o CDS em 19 de Julho de 1974.

O espectro de partidos políticos com assento parlamentar tendeu a ser mais diversificado e fragmentado nas primeiras legislaturas do regime democrático, sintoma da abertura, pela primeira vez em mais de meio século, do sistema político à pluralidade partidária.

FIGURA 18: QUADRO-SÍNTESE DOS PARTIDOS POLÍTICOS COM REPRESENTAÇÃO PARLAMENTAR, DE 1975 A 1983

Legislaturas	Esquerda	Direita
Assembleia Constituinte	UDP PCP MDP/CDE PS	CDS PPD ADIM
I Legislatura (1976-1980)	UDP PCP MDP/CDE PS	PPD CDS
Eleições intercalares (1979)	UDP PCP MDP/CDE PS	PSD PPM CDS
II Legislatura (1980-1983)	UDP PCP MDP/CDE PS ASDI UEDS	PSD PPM CDS

Não obstante a sua recente existência, os partidos políticos procuram implantar-se rapidamente na sociedade. Bruneau (*Apud* Jalali, 2007: 25) salienta que os partidos surgiram diretamente do contexto revolucionário, não se verificando as condições para a “«criação e evolução gradual para os chamados ‘partidos de massas’»”. Passam a desempenhar um papel central como organizações nucleares da mobilização política dos cidadãos.

Esta circunstância influencia aspetos estruturais da genealogia dos partidos. Resgatados como agentes principais do sistema político e perante o imperativo de ativar politicamente a sociedade, a maioria destes organismos acabam por se constituir como “estruturas altamente centralizadas e *top-down*” (Jalali, 2007: 26) e ser dirigidos por uma elite social que se mobiliza politicamente. Como observa Jalali (*Ibid.*), os partidos foram “criados essencialmente por (e em redor de) líderes individuais – contribuindo assim para o papel central dos líderes históricos nos partidos. Os partidos começaram assim com as estruturas dirigentes, só depois desenvolvendo o partido no terreno”. Marina Costa Lobo salienta que os estudos têm dado grande relevo aos líderes dos quatro partidos fundadores:

- “na fundação do CDS e na primeira década de existência foi fundamental o papel de Diogo Freitas do Amaral” (Robinson, 1996, *Apud* Lobo, 2003: 251), o primeiro dos oito presidentes do partido desde a sua fundação.

- “o personalismo típico da cultura política portuguesa esteve presente no PS com Mário Soares e os seus associados a governar o partido de cima para baixo”

(Sablosky, 1997, *Apud* Lobo, 2003: 251). Mário Soares foi o secretário-geral com maior longevidade no cargo, de 1973 a 1986.

- Álvaro Cunhal teve essa importância no Partido Comunista Português (Cunha, 1997, *Apud* Lobo, 2003: 251). O PCP teve apenas três secretários-gerais na sua história após o 25 de Abril de 1974, tendo Álvaro Cunhal exercido este cargo de 1961 a 1992.

- o PSD é um caso diferente. A doença e depois morte de Francisco Sá Carneiro deixaram o partido menos estruturado em comparação com os restantes, devido à ausência prematura do líder fundador (Sousa, 2000, *Apud* Lobo, 2003: 251). O que explicará o facto de, desde a sua fundação, em 1974, ter tido 18 presidentes, sendo Aníbal Cavaco Silva aquele que durante mais tempo se manteve no lugar (de 1985 a 1995).

A prioridade foi conferida à legitimação do regime democrático e da instituição parlamentar, permitindo a expressão organizada de diferentes tendências políticas (Jalali, 2007: 272). Durante o período de transição entre 1974 e 1976, foram propostos três modelos de regimes políticos: “a «democracia ocidental», mas também o regime comunista e o modelo de um «pluralismo socialista», apresentado com contornos bem menos precisos” (Heimer *et al.*, 1990: 35). A Assembleia Constituinte desempenhou um papel político importante essencialmente por lançar as bases constitucionais de uma democracia parlamentar representativa (Leston-Bandeira, 2000: 177).

Em 1976, foi eleita a primeira Assembleia da República, confirmando o sistema partidário emergente em 1974 e uma arquitetura institucional baseada na matriz democrático-parlamentar das democracias ocidentais europeias, ainda que na primeira fase com objetivos económicos e sociais socializantes (Reis, 1994: 19), que se traduzem em nacionalizações e numa forte intervenção do Estado na economia. A Constituição de 1976 “seguiu preponderantemente o modelo da «democracia ocidental», mas incluiu um número significativo de elementos derivados de modelos socialistas. Estes últimos elementos foram, porém, progressivamente postos de lado pela prática política e pelas reformas entretanto adotadas” (Heimer *et al.*, 1990: 35).

A legitimidade democrática passou a estar vinculada aos resultados das eleições realizadas periodicamente. A opção recaiu sobre um modelo de representação proporcional baseado no método de Hondt, o que plasmou “uma tentativa de impedir maiorias de um só partido, como uma reação contra o domínio monopartidário do

Estado Novo” (Jalali, 2007: 272-273), mas também de evitar uma excessiva fragmentação e instabilidade do sistema partidário (Magalhães, 2005: 175).

António Reis (1994: 74) argumenta que a Constituição de 1976 firmou um sistema de pesos e contrapesos no exercício do poder central. O modelo semipresidencialista, que prevenia um excesso de parlamentarismo, acautelava a “tentação de um presidencialismo do primeiro-ministro”. O sistema eleitoral proporcional, por seu turno, ao dificultar as maiorias monopartidárias, convidava implicitamente à formação de governos de coligação como forma de garantir maior estabilidade política.

6.1.2 A instabilidade política e os governos de iniciativa presidencial

Apesar destas salvaguardas na definição do sistema político, nos anos que se seguiram à Revolução viveu-se uma “acidentada implantação do Estado democrático” (Reis, 1994: 19). À euforia revolucionária sucedeu-se um agitado ambiente político, caracterizado pelo debate ideológico extremado e por delicados equilíbrios dos jovens órgãos de soberania e os partidos.

A instabilidade política manter-se-á ao longo de toda a primeira década da democracia portuguesa. “Pode dizer-se que de 1976 a 1985 o sistema político estava a experimentar-se a si próprio; nesse processo assistiu-se a uma grande variedade de tipos de governo (com ou sem base no parlamento) e a uma supremacia particular da Assembleia” (Leston-Bandeira, 2000: 177). A desestabilização afetaria a governação de forma endémica (Magalhães, 2005: 173), com nove governos constitucionais até 1985, três dos quais de iniciativa presidencial. Neste período, a prioridade consistiu na própria estabilização do sistema político e na “normalização” democrática.

Simultaneamente, a economia do país estava francamente debilitada, obrigando a duas intervenções do FMI (em 1977 e em 1983). Preparava-se a adesão à CEE, que implicaria a reprivatização e a liberalização da economia, que o Estado controlava em setores estratégicos.

Desde a exoneração, em 1978, do II Governo, liderado por Mário Soares e assente num acordo com incidência parlamentar entre PS e CDS, o Presidente da

República estava a ser pressionado para reforçar a sua intervenção na garantia da governabilidade. Os governos de iniciativa presidencial representaram a manifestação da autonomia institucional e estratégica do Chefe de Estado em relação aos dois principais líderes partidários, Mário Soares e Francisco Sá Carneiro, e sinalizaram a sua vontade de um maior intervencionismo, correspondendo a apelos de setores da opinião pública descontentes com o excessivo poder dos partidos políticos (Reis, 1994: 78). Essa ação mais musculada do Presidente da República é pressentida pelos partidos como uma ameaça ao equilíbrio do sistema político definido em 1976. Como discute António José Telo (2007: 209), receavam que o sucesso de um governo de iniciativa presidencial redundasse no crescente protagonismo do Presidente da República e na consolidação da tese da ineficácia dos partidos.

Nas eleições presidenciais de 1976, PS, PSD e CDS foram favoráveis à candidatura de Ramalho Eanes, contra o PCP e Otelo, apoiado por movimentos de extrema-esquerda. Ainda que não fosse, em rigor, o candidato da direita, o general inspirava simpatia como o militar “não político” a quem era atribuída uma ação decisiva na neutralização das forças de esquerda radical no 25 de Novembro de 1975 (Jalali, 2007: 235).

Porém, desde então que as suas relações com os partidos se agravam, denotando-se, em particular, o seu gradual afastamento das forças da direita. Sá Carneiro acusa Ramalho Eanes de “tentações peruanas” e de ser o “último reduto do MFA” (*Ibid*: 207), denunciando que o Presidente pretendia prolongar o poder militar, reforçar a sua imagem como principal órgão de soberania e provocar cisões nos grandes partidos. O líder social-democrata associa esta convicção a movimentações para a formação de um novo partido ligado a Belém, integrado por dissidentes do PS e do PSD, independentes e figuras sem passado político (Telo, 2007: 212). Em alternativa, o presidente do PSD preconiza a revisão constitucional, que deveria ocorrer no final da I Legislatura, e reformas de fundo para inverter uma direção económica de índole socializante.

Os Executivos de Nobre da Costa (28 de Agosto a 15 de Setembro de 1978) e de Carlos Mota Pinto (21 de Novembro de 1978 a 11 de Junho de 1979) fracassam por insuficiente apoio parlamentar⁵⁶. Os perigos que os partidos pressentem na intervenção

⁵⁶ A rejeição do Plano e Orçamento do Governo Mota Pinto, por falta de apoio de Francisco Sá Carneiro, provoca a dissidência de 37 deputados do PSD, a maior parte dos quais iria formar uma associação

do Chefe de Estado na esfera do poder executivo conduzem a conversações entre PSD, PS e CDS, para estudar possíveis coligações. O PS pondera e recusa a aproximação, avaliando os riscos de se esvaziar como “partido charneira”. No interregno entre o IV e o V Governos, PSD, CDS e PPM formam a Aliança Democrática, anunciada a 5 de Julho de 1979. O PS, por seu turno, antecipando que eleições no imediato lhe serão prejudiciais, propõe uma solução de governo de iniciativa e de base parlamentar, apoiada pelos 37 deputados dissidentes do PSD.

O Chefe de Estado rejeita este cenário e, ouvido previamente o Conselho da Revolução⁵⁷, anuncia, a 13 de Julho, numa comunicação ao país transmitida pela televisão e pela rádio, a decisão de dissolver a Assembleia da República e marcar eleições intercalares. Um governo de gestão será formado para preparar as eleições. O Parlamento terá como última tarefa aprovar o Programa do Executivo, processo que a comunicação social designa por “dissolução *au ralenti*”. Na mesma comunicação, o Presidente reitera que “não interessa quem governa, mas sim como se governa”, salientando que o novo Gabinete a constituir deverá ser “isento, imparcial e não partidário” e “não deverá ser motivo de afrontamentos e conflitos”.

Ramalho Eanes convida Maria de Lourdes Pintasilgo, uma figura apartidária, católica, com *background* político na Câmara Corporativa e nos governos provisórios e uma carreira internacional, para liderar o novo Executivo. A 19 de Julho de 1979, a então embaixadora de Portugal na UNESCO aceita formalmente chefiar o V Governo, o terceiro de iniciativa presidencial. Tinha então 49 anos. O seu “Governo dos 100 Dias” durou, na verdade, 149. As eleições intercalares, que tiveram lugar a 2 de Dezembro, deram a vitória à Aliança Democrática e origem ao VI Governo, empossado a 3 de Janeiro de 1980.

política, a Ação Social-Democrata Independente (ASDI), que se manterá na Assembleia até às eleições intercalares de 1979.

⁵⁷ O Conselho da Revolução era presidido pelo Chefe de Estado, cargo que acumulava por inerência com o de comandante supremo das Forças Armadas. Dadas as suas funções no Conselho da Revolução, o Presidente tinha poderes consideráveis para garantir o funcionamento das instituições democráticas, o cumprimento da Constituição e a fidelidade ao “espírito da Revolução Portuguesa” (Jalali, 2007: 229). Os poderes presidenciais foram modificados no processo de revisão constitucional de 1982, em que se extingue o Conselho da Revolução, resultando, segundo vários autores, num enfraquecimento dos poderes presidenciais e até numa desadequação do termo semipresidencialismo para caracterizar o sistema político português (*Ibid.*: 231).

6.2 A SITUAÇÃO DAS MULHERES NA POLÍTICA

A opção de Eanes é profundamente atípica, num contexto em que as mulheres estão praticamente arredadas dos órgãos de poder. Há que distinguir, a este respeito, o período imediatamente subsequente à Revolução e aquele que se segue às eleições legislativas de 1976, as primeiras enquadradas pelos preceitos da nova Constituição.

No plano da sociedade civil, o 25 de Abril “proporcionou a entrada das mulheres na esfera pública, como até aí não tinha acontecido” (Rodrigues, 1983: 910). Estarão no coração da “explosão do movimento social popular” que eclode pelo país. Como salienta Poulantzas (1976, *Apud* Rodrigues, 1983: 932), os membros das organizações populares de base “estavam ideologicamente empenhados num processo de democratização conduzido pelas massas populares. Viam o 25 de Abril como uma possibilidade real de libertar poderosas forças sociais. O processo em curso era visto como uma oportunidade de inventar uma sociedade nova e construir um novo futuro”.

Enquadrando esta mobilização no pensamento arendtiano, é um momento de quase pura revelação da ação como atividade política *por excelência*, partilhada, coletiva, relacional, que se especifica como *praxis* comunicacional e que entretece a mais íntima relação com a parte pública do mundo comum, no sentido em que a funda, constitui e continuamente atualiza (Martins, 2005: 90-91). O “milagre da liberdade” (Arendt, 1995: 52), que dá sentido à política, corresponde, numa circunstância em que se projeta um novo tempo, ao poder-começar, ao novo início, que cada indivíduo representa.

Neste contexto, as mulheres darão passos significativos para o “controlo da sua vida social, económica, política e cultural” (Campos, 2001: 32-33). Michael Baum e Ana Espírito-Santo (2004: 267) evocam a “revolução social” a que, entre 1974 e 1976, mulheres da classe operária dão corpo pelo país. Nos bairros, organizam-se em associações de moradores, ocupam casas para viver e terras no Alentejo, constroem creches, reivindicam caminhos ou fontanários, participam nas campanhas de alfabetização, integram as comissões de base de saúde, gerem fábricas abandonadas, reivindicam nos sindicatos salário igual para trabalho igual (Tavares, 2010: 243). Manuela Tavares (2000: 122) conceptualiza esta conquista feminina do direito à palavra

e à participação, através da intervenção no processo revolucionário, como uma “nova cidadania feminina”.

Este ativismo nos grupos informais, de cariz popular, decorreu paralelamente a uma intervenção política feminina mais formal, elitista e restrita nas instituições políticas em formação.

Nos seis governos provisórios, entre 1974 e 1975, o desempenho de funções executivas no feminino restringiu-se aos três primeiros. O protagonismo das mulheres nos primeiros gabinetes está muito centrado na figura de Maria de Lourdes Pintasilgo. Foi a única mulher a figurar no I Governo Provisório, como Secretária de Estado da Segurança Social – assim como a única mulher a ocupar uma posição governamental, antes do 25 de Abril, fora nomeada como Secretária de Estado da Assistência. É de certa forma anedótica a sua inclusão naquele elenco governativo. Segundo o testemunho de Maria de Belém Roseira (2005: 31):

“por feliz coincidência, logo aquando da Constituição do I Governo Provisório na sequência da Revolução de Abril, a Senhora Engenheira, como lhe chamávamos, foi nomeada Secretária de Estado da Segurança Social depois de, tendo conhecido a totalidade desse primeiro elenco, não ter encontrado uma única Mulher! Tendo questionado diretamente o poder constituído sobre tão pouco revolucionária constatação, acabou nomeada como membro desse Governo, pois só depois da sua intervenção se tinham dado conta que tanta modernidade se tinha transformado em total e absoluta reprodução do poder no masculino”.

Lourdes Pintasilgo foi também a primeira mulher a integrar a galeria dos elencos governativos como ministra, tutelando os Assuntos Sociais, no II e III Governos Provisórios de Vasco Gonçalves. “Fui assim, durante esse período [pós-revolucionário], a primeira mulher a ser ministra no nosso país. Foi um facto aceite pela sociedade sem polémica, parte que era de um quadro de mudanças drásticas” (Bettencourt e Pereira, 1995: 222).

Segundo o seu próprio depoimento, sai do Governo, após o 11 de Março, “por imposição do Partido Comunista”. Quando questionada por Maria João Avillez (1994: 216) sobre esta posição do PCP, responde: “Em teoria, o PC trabalhava para as classes

mais desfavorecidas. Ora como eu também manifestava preocupações sociais muito fortes nesse domínio – e agia segundo essas preocupações – comecei a granjear a simpatia de muitos militantes de base vindos do PC... Com o passar do tempo, isto foi fazendo com que eu comesse a corporizar uma ameaça para eles... Parece ridículo dizer isto, mas creio corresponder à verdade dos factos com esta explicação...”. Discordâncias em torno do dossier das nacionalizações também terão estado na base da posição do PCP. “As tensões que se haviam acumulado no Conselho de Ministros desembocaram em posições irreduzíveis sobre as nacionalizações. Opus-me frontalmente às nacionalizações maciças – a minha experiência profissional levava-me a considerar a questão mais segundo as condições técnicas de cada setor e menos segundo uma qualquer ortodoxia ideológica (...). O 11 de Março pôs termo ao Programa de Política Social e Económica em que com tanto interesse participara” (Bettencourt e Pereira, 1995: 221).

Na Assembleia Constituinte de 1975, eleita a 25 de Abril, regista-se um ligeiro incremento da feminização do hemiciclo, em comparação com a última legislatura do Estado Novo. Um total de 20 mulheres, em 250 mandatos, foram eleitas para a Constituinte, tendo 27 exercido funções como deputadas. Esta presença configurou uma representatividade eletiva de 8,0% e uma representatividade efetiva de 9,1%. Valores que mereceram reparos por parte da recém-criada Comissão da Condição Feminina, expressos no seu *Boletim*, de Outubro de 1975 (p. 9): “Da análise dos quadros de candidatas a deputadas propostos por cada partido, verificou-se que as mulheres estavam em percentagem diminuta na concorrência com os homens à Assembleia Constituinte. Por outro lado, tal facto é ainda agravado pela posição das mulheres nas listas, que é subalterna, relegando-as para os últimos lugares, o que reduz ainda mais a sua efetiva possibilidade de participação”.

O PS foi o partido político que elegeu o maior número de mandatos femininos, 10, seguindo-se o PSD (5), o PCP (4) e o CDS (1). Observando-se a taxa de feminização do total de candidatos eleitos por cada um destes partidos, o PCP foi, proporcionalmente, aquele que alcançou uma maior representatividade eleitoral feminina (13,3%) – padrão que se manteria nas duas décadas seguintes –, seguindo-se o PS (8,6% do total de mandatos conquistados) (Fig. 19).

FIGURA 19: REPRESENTATIVIDADE ELEITORAL: MANDATOS PARLAMENTARES, POR SEXO E POR PARTIDO POLÍTICO, NAS ELEIÇÕES PARA A ASSEMBLEIA CONSTITUINTE (1975)

Partido Político	Total Mandatos	Mandatos masculinos		Mandatos femininos	
	N	%	%	N	%
PS	116	106	91,4	10	8,6
PPD	81	76	93,8	5	6,2
PCP	30	26	86,7	4	13,3
CDS	16	15	93,7	1	6,3
MDP-CDE	5	5	100	0	0,0
UDP	1	1	100	0	0,0
ADIM	1	1	100	0	0,0
Total	250	230	92,0	20	8,0

Fonte: Assembleia da República.

Mais de 40% das deputadas tinham entre os 30 e os 39 anos e 60% eram licenciadas ou tinham frequência do ensino superior, contra 11% com frequência do 1.º ciclo do ensino básico. Oito eram professoras, quatro operárias, artífices e trabalhadoras similares e três domésticas (Fig. 20). Grande parte das deputadas não detinha experiência política e aquelas que a possuíam tinham-na adquirido nos partidos. Com a própria progressão das mulheres nos vários domínios sociais nos anos seguintes, o perfil das deputadas irá também alterar-se, mas já na Constituinte se prefigura uma elitização das funções, que se irá acentuar (Martins, 2012).

FIGURA 20: PERFIL PROFISSIONAL DAS TITULARES DE MANDATO DE DEPUTADA NA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE (1975-1976)

Profissões	N	%
Professoras de todos os níveis de ensino	8	29,6
Operárias, artífices e trabalhadoras similares	4	14,8
Domésticas	3	11,1
Outras especialistas de profissões intelectuais e científicas (arquitetas, historiadoras, sociólogas)	3	11,1
Pessoal administrativo	3	11,1
Técnicas e profissionais de nível intermédio (agentes de seguros, animadoras sociais, bancárias)	3	11,1
Jornalistas, escritoras, editoras	2	7,4
Estudantes	1	3,7
Total	27	100,0

Fonte: Carla Martins/ Projeto “Política no Feminino”.

Na Constituinte verificou-se, desde logo, a remissão das deputadas para posições secundárias na hierarquia de poder: das 27 deputadas, seis participaram em comissões e apenas Sophia de Mello Breyner preside a uma delas, a Comissão para a Redação do Preâmbulo da Constituição. Alda Nogueira, do PCP, era a única mulher entre 13 deputados a integrar, na qualidade de secretária, a Comissão para a Elaboração da Constituição Política, responsável pelos Princípios Fundamentais.

Não obstante, foram uma voz importante na discussão da situação feminina. Pela primeira vez, durante a elaboração da Constituição, são enunciados autonomamente como um problema político os desequilíbrios de género nas diferentes esferas da vida económica, cultural, política e familiar.

A Comissão da Condição Feminina, então presidida por Maria de Lourdes Pintasilgo, encontrou nas deputadas da Assembleia Constituinte interlocutoras privilegiadas para a angariação de apoios para as causas das mulheres portuguesas. Em 1975, as duas partes mantiveram reuniões para trocar impressões em torno da discriminação da mulher em Portugal, com vista à tradução constitucional do princípio de igualdade entre homens e mulheres. Os apontamentos disponíveis desses encontros revelam um relativo consenso quanto à promoção de um “direito preferencial” e de “mecanismos de compensação” para as mulheres, de modo a alcançar a igualdade de oportunidades (Monteiro, 2010: 58).

Nas propostas enviadas pela Comissão para a redação dos artigos constitucionais em torno da “igualdade entre os géneros humanos”, pressupunha-se que a “revolução da mulher não decorre por simples via de consequência da revolução socialista”, tratando-se de uma causa específica, não redutível à luta de classes. Propunha-se a via da “paridade-na-diferenciação”, na convicção de que “cada grupo social só pode contribuir para a libertação total da sociedade quando tiver consciência da sua própria opressão” (Monteiro, 2010: 60; cfr. ainda Comissão da Condição Feminina, Outubro de 1975: 11-12).

No “Verão Quente” de 1975, esta matéria deu azo a apaixonadas discussões entre os deputados e as deputadas da Constituinte. A consagração constitucional da igualdade entre os sexos “era uma questão cuja discussão, quando levantada, não era seriamente assumida por todos e todas as deputadas, provocando inclusivamente risos naquele fórum” (Monteiro, 2010: 58).

Uma proposta da deputada comunista Fernanda Patrício para incluir na Constituição uma menção explícita às mulheres foi recusada pela socialista Maria Helena Carvalho Santos nos seguintes termos:

“Pedi a palavra porque, sendo o Partido Socialista aquele que aqui tem mais mulheres, nós temos a dizer, de acordo com a doutrina do Partido Socialista, qual é a nossa posição em relação ao aditamento que agora é sugerido pelo Partido Comunista. A igualdade da mulher existirá quando todos os cidadãos tiverem a mesma dignidade social e igual perante a lei. Ao consignarem na Constituição a expressão «todos os cidadãos», é bem claro que querem dizer «todas as cidadãs» e «todos os cidadãos», já que, gramaticalmente, se usa o plural masculino”.

Por conseguinte, não tiveram acolhimento, mesmo entre as deputadas, os três projetos de Constituição que previam a consagração explícita da igualdade das mulheres e que, em tese, possibilitariam a introdução de mecanismos de discriminação positiva, em linha com as mais inovadoras medidas implementadas nessa altura nas democracias avançadas do norte da Europa⁵⁸. Não obstante, como referido, a Constituição irá consignar o direito de todos os cidadãos de “tomar parte na vida política e na direção dos assuntos públicos do país” (artigo 48.º, n.º 1) e de aceder “em condições de igualdade e liberdade aos cargos públicos” (artigo 50.º, n.º 1) (*Apud* CIG, 2009: 133), além de outras disposições com incidência especial na condição feminina.

Baum e Espírito Santo (2004: 267) observam que, não obstante o seu caráter progressista, a Lei Fundamental de 1976 tinha como único senão o facto de ser “produto de uma Assembleia Constituinte dominada por homens” e não consequência “de um forte movimento feminista na sociedade portuguesa”. Virgínia Ferreira (1999: 200-201) regista que, no período entre 1974-79, as mulheres viram alterada a sua condição social em numerosos domínios, sem “movimentações consistentes em defesa destas «conquistas». Tudo se passou como se fosse parte do curso normal e desejável do país em direção à modernização necessária à nossa entrada na galeria dos países avançados e democráticos. As elites políticas assim o determinaram, o país assim o aceitou, sem lho

⁵⁸ Os três projetos de Constituição onde constavam preceitos autónomos relativos aos direitos das mulheres foram propostos pelo Movimento Democrático Português - Comissão Democrática Eleitoral, pelo Partido Comunista e pela União Democrática Popular.

exigir mas também sem lhe opor”. Foram mudanças que ocorreram subitamente e de “cima para baixo” (*Ibid.*: 220).

Os debates da Constituinte recolhem fraca valorização por parte dos jornalistas, mais interessados no “tumulto das ruas, dos partidos e de outros fóruns muito mais vertiginosos na produção de acontecimentos políticos” (Baptista, 2012: 68). A discussão em torno das questões femininas e a igualdade de direitos foi ainda mais subalternizada pelo relato jornalístico. “Para quem, a esta distância, quiser perceber o teor da discussão realmente havida sobre direitos das mulheres, terá de consultar diretamente os Diários da Assembleia Constituinte, e não os jornais da época” (*Ibid.*: 73).

As posições defendidas na Constituinte dão corpo à idealização de que a igualdade de género na política faria o seu caminho, como em qualquer outro domínio, por via da correção de injustiças históricas que afetariam todos os cidadãos. Na prática, como apontam as teóricas políticas feministas, conceitos abstratos como “cidadania” e “cidadão”, apesar da sua aparente neutralidade, continuaram durante longo tempo a significar *o domínio de uma norma masculina* (Paxton e Hughes, 2007: 3-4). Na perspetiva de Teresa Beleza (2006: 196), a Constituição de 1976, “moldada sobre a experiência masculina e a naturalização de uma separação entre o público e o privado como experimentada pelos homens, não parece ser capaz de engendrar uma saudável androginia do poder político. Que é como quem diz, uma desmasculinização”.

Muitos dos “ganhos radicais” ao nível da participação das mulheres na vida pública no período revolucionário revelaram-se efémeros. Ainda que sem precedentes, a sua intervenção pública será mais conjuntural, fruto do momentâneo entusiasmo revolucionário. Desvitalizam-se os grupos e ativismo de inspiração popular e, nesse ocaso, logo em 1976, declinou a participação das mulheres nos movimentos basistas. Depois de uma fugaz vivência política “nas ruas”, as mulheres refluíram à esfera privada, por sentirem que “precisavam de dar assistência à casa” (Rodrigues, 1983: 934).

Na entrevista a Maria João Avillez (1994: 214), Maria de Lourdes Pintasilgo sublinha que já a própria autoria e condução da revolução se projetavam como obra masculina, recordando que, nas primeiras semanas após o 25 de Abril, disse num congresso em Paris que “em Portugal se fazia uma revolução no masculino, apesar de a palavra ser feminina. As notícias visavam apenas os homens, tudo se passava entre eles,

etc.”. Em entrevista a Manuela Tavares (2010: 244), em 1997, a ex-Primeira-Ministra contextualiza que “veio a acontecer como noutras revoluções: as mulheres que são protagonistas num primeiro momento, depois são silenciadas pela calma que se segue à revolução. Rapidamente se tornam invisíveis”. Já em 1975, também numa entrevista, enfatizara que historicamente se comprova que não existe um nexo entre uma transformação social e a alteração do estatuto da mulher. Esta última não é um subproduto da primeira, ainda que dela esteja dependente. “O que eu vejo são dois movimentos, com a sua dinâmica própria, que em certos momentos se confundem e que depois divergem outra vez para virem a confundir-se” (cit. Monteiro, 2010: 62).

Imediatamente nas legislativas de 1976, a taxa de feminização de mandatos femininos recua dos 8% para os 5,7% (de 20 para 15 deputadas). Na totalidade da I Legislatura (1976-1980), um total de 41 mulheres exerceram o cargo de deputadas e alcançaram uma representatividade efetiva de 8,2%, também abaixo dos valores de 1975.

Logo após as legislativas de 1976, a Comissão da Condição Feminina (Junho 1976: 37-38) radicaliza a sua crítica quanto ao reduzido número de mulheres eleitas:

“Os partidos políticos que concorreram às eleições legislativas lembraram-se durante a campanha eleitoral que mais de metade do eleitorado é composta de mulheres. Assim foram feitos numerosos apelos e promessas de dias melhores para as mulheres, a troco do seu voto. Mas na altura em que as listas de candidatos foram elaboradas as mulheres foram esquecidas, alegando os partidos a sua falta de militância. É claro que para tantos homens poderem ter militância nos partidos, ficam as suas respetivas mulheres em casa, a tomar conta dos filhos, a preparar as refeições, a lavar e engomar a roupa para estes levarem às reuniões e comícios”.

Em Abril de 1976, a Comissão convocara as jornalistas dos principais meios de comunicação para uma reunião, com a finalidade de alertar para a presença reduzida de mulheres nas listas eleitorais e denunciar que a Comissão Nacional de Eleições não autorizara, por ser “inconveniente”, uma campanha na rádio e na televisão advertindo as mulheres para a necessidade de participarem na vida política e no ato eleitoral.

Na mesma altura, foi apresentado ao público um manifesto subscrito por cerca de quinhentas mulheres de todas as profissões e classes sociais, apartidárias, socialistas, comunistas e de extrema-esquerda, apelando ao voto na esquerda. O documento declarava que a solução dos problemas da condição das mulheres em Portugal nunca poderia vir da direita, pois esta tinha governado o país durante 48 anos. O manifesto concluía-se com um apelo: “votar à esquerda é garantir a possibilidade da luta organizada pelos nossos direitos. Só uma política de esquerda permitirá a transformação das mentalidades, sem a qual a igualdade perante a lei não será a igualdade perante a vida” (Comissão da Condição Feminina, Junho 1975: 39).

Com efeito, serão os partidos mais à esquerda a eleger, proporcionalmente, uma maior percentagem de mandatos femininos: 15% do total de eleitos pelo PCP são mulheres, 5,6% pelo PS, e apenas 2,7% e 2,4% pelo PSD e pelo CDS. Durante as duas décadas seguintes, o PCP distinguiu-se sempre, em eleições legislativas, pela mais elevada taxa de feminização dos respetivos eleitos. É inquestionável que, quando essa questão estava longe de atingir a visibilidade que detém atualmente, apresentava já a maior representatividade feminina entre os vários partidos, sendo também a primeira força política em Portugal a defender, no seu manifesto partidário, a importância de uma maior participação política das mulheres e a garantir um maior equilíbrio entre as candidatas em lugares não elegíveis e elegíveis (Martins e Teixeira, 2005: 152-153).

Deputada na I (1976-1980) e na III Legislaturas (1983-1985), Maria de Jesus Barroso recorda como era reduzida a participação das mulheres na Assembleia. “Os partidos apenas apresentavam um número muito pequeno de candidatas” (Bettencourt e Pereira, 1995: 53). Zita Seabra, deputada da I à IV Legislaturas (1976-1987) pelo PCP e na X Legislatura (2005-2009) pelo PSD, declara:

No ambiente pós-revolucionário deu-se um salto enorme. As mulheres entraram em força na política. E houve importantes quadros de mulheres deputadas, presidentes de câmara (...). Depois, quando se institucionalizou a democracia e se percebeu que o lugar político era interessante do ponto de vista profissional, elas foram rapidamente remetidas para segundo lugar. E, à frente das listas de deputados, passou rapidamente a haver uma maioria de homens e as mulheres passaram a ter dificuldade em ter cargos de responsabilidade. (...) Há um retrocesso na Assembleia, no número de deputadas, mas

também na sua visibilidade. Elas são remetidas para segundo plano, claramente” (Entrevista com Zita Seabra, 21/11/2011, Projeto “Política no Feminino”).

Na Assembleia da República, terá ainda de ser desafiada uma cultura androcêntrica de exercício do poder, que continuará por muito tempo a tolerar e a paternalizar uma intervenção feminina residual.

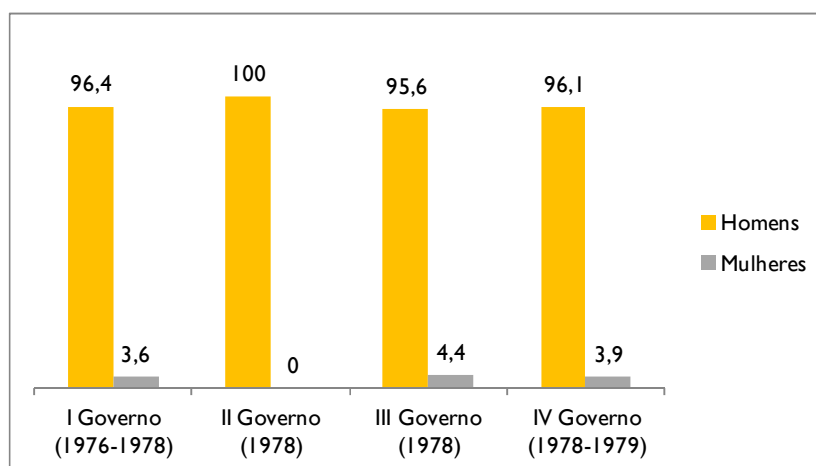
Amélia Campos (1999: 82ss) recorda um episódio, ocorrido a 12 de Maio de 1978, em que as mulheres são explicitamente enquadradas como figuras decorativas. Tendo sido constituída uma comissão de receção de uma missão em que vêm “cinco senhoras espanholas”, o então presidente da Assembleia refere-se a essas senhoras, entre risos, com um “olé”, e pede “às Sr.^{as} Deputadas, independentemente deste ato meramente formal (...), [para] estarem também presentes”. Diz o presidente: “Teria muito gosto em que isso acontecesse, para dar também outro aspeto ao friso português, que não vai fazer concorrência com certeza ao friso espanhol, mas que pode efetivamente dar à receção um ar de mais elegância” (DAR, n.º 72, 12.05.1978, pp. 2.680-2.681). O que muito indigna Helena Roseta, sendo o seu protesto ridicularizado pela bancada do PS. Os DAR descrevem que a deputada comunista Georgete Ferreira é solidária e aplaude a posição de Roseta a partir da sua bancada.

Logo na Constituinte, em Outubro de 1975, Helena Roseta rejeita a atitude paternalista do presidente da Assembleia quando, ao requerer a palavra para um pedido de esclarecimento, este lhe responde: “Custa-me tanto dizer que não a esta senhora”. A deputada retorque: “Sr. Presidente, eu penso que a minha atitude não tem rigorosamente nada que ver com o facto de ser uma deputada ou um deputado, mas sim com o cumprimento do regimento que estabelece as novas regras do funcionamento”. O presidente reage: “Minha senhora, só tenho a pedir desculpa deste gesto de marialva (...) que não tem outra intenção senão prestar a minha homenagem, a mais sentida e respeitosa homenagem, a todas as mulheres portuguesas” (DAC, n.º 60, 09/10/1975, p. 1.841) ⁵⁹.

⁵⁹ Nesta abordagem ressoa ainda a estranheza com que as primeiras deputadas foram acolhidas na Assembleia Nacional, recebendo formas de tratamento diferentes em comparação com os deputados: “Se a habilitação literária não era esquecida na forma como os homens eram tratados (Sr. Engenheiro, Sr. Conselheiro...), contrariamente, às deputadas dirigiam-se apenas precedendo o seu nome do termo «Dona», em uso para designar pessoas que eram tidas como «senhoras» pelo seu estatuto social” (Adão e Remédios, 2005: 90). Os deputados manifestavam abertamente a sua atitude segregacionista e paternalista

No Governo, a participação de mulheres é ainda mais mitigada, sendo a mais elevada registada no III Governo, de Nobre da Costa (4,4%) e estando, pura e simplesmente, ausente no II Governo (Fig. 21). Entre as governantes não consta qualquer ministra.

FIGURA 21: TITULARES DE CARGOS GOVERNAMENTAIS, POR SEXO, DE 1976 A 1979 (EM %)



N=234 (n.º total de titulares de cargos governamentais de 1976 a 1979, sendo 227 do sexo masculino e 7 do sexo feminino).

Fonte: Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna.

As mulheres partilham também mais facilmente a noção de que desempenham cargos públicos mercê de circunstâncias aleatórias. Por exemplo, Manuela Aguiar – que integrou o Gabinete de Mota Pinto (1978), os governos da AD no início dos anos de 1980 e foi deputada em várias legislaturas – escreve, em 1995, nunca ter admitido, nem remotamente, a ideia de desempenhar cargos públicos. Ainda que admirasse Francisco Sá Carneiro e apoiasse o PSD como simpatizante, antes de aderir ao partido, entende que “o fio do nosso destino não está nas nossas mãos. (...) A minha vida iria mudar quando o Prof. Mota Pinto me chamou para o seu governo. Para a Secretaria de Estado do Trabalho” (Bettencourt e Pereira, 1995: 24). Continua: “Quando a possibilidade se me ofereceu sob a forma de convites, ainda por cima insistentes, de primeiros-ministros

em relação às “senhoras”. A uma proposta de Maria Guardiola para alterar o texto constitucional, veio um deputado criticar: “tinha uma intervenção infeliz porque, como era natural, tratando-se de uma senhora, lhe faltava o sentido das oportunidades. E ainda porque há uma repugnância estrutural entre a maneira de ser feminina e as questões que se prendem com a técnica jurídica”. Mais tarde, numa espécie de retractação, viria o orador dizer: “Estou encantado por ver colaborar com espírito disciplinado de homens que sabem ter disciplinado o espírito, o espírito não menos disciplinado de senhoras que o têm disciplinado como homens que melhor disciplina têm” (Sousa, 1986: 429).

por quem tinha admiração profunda, disse sim, mas num estado de espírito de grande pessimismo, cheia de angústias e de dúvidas, todas relativas à minha pessoa” (*Ibid.*: 27).

Também Maria de Lourdes Pintasilgo expressa, num depoimento no mesmo ano, que “a vida política das mulheres não é em geral programada. É o resultado da convergência de factos diversos, aleatórios” (Bettencourt e Pereira, 1995: 215). O seu acesso à política resulta menos de uma “ambição focalizada” do que da “lógica dos traços especiais da sua história” (*Ibid.*).

Em 1979, uma mulher é escolhida para chefiar o governo. Nesta decisão, projeta-se um potencial de ativação do *women power*? E com que sucesso num “país político feito à medida dos homens” (Rebelo de Sousa, 2011: 17)?

6.3 CONTEXTO JORNALÍSTICO

O desenrolar dos acontecimentos políticos é indissociável da sua construção pelos media informativos. Como reflete Carla Baptista (2012: 64), “existe uma relação constante entre história política e história do jornalismo”.

Em 1979, o jornalismo político contrasta de forma evidente com a sua identidade durante as quase quatro décadas estado-novistas, praticamente reduzida à transcrição de discursos e ao relato laudatório dos atos oficiais, guiando-se por uma atitude de neutralidade e evitando as discussões e as interpretações⁶⁰. A política reemerge depois do 25 de Abril na imprensa, nos destaques das primeiras páginas e nas zonas nobres dos jornais, é discutida em colunas de análise e opinião. Mas, além de documentar os acontecimentos políticos, os jornais revelam graus variáveis de politização e assumem, pelo menos em parte, o estatuto de atores políticos, ao posicionar-se no espectro ideológico e ao intervir, a partir dessas posições, no jogo político. Algumas publicações vão mesmo adotar uma característica do discurso ideológico, a sua polarização, que tipicamente se organiza numa “representação positiva do Nós (o grupo de dentro) e representações negativas do Eles (o grupo de fora) – e no seu corolário (mitigação da

⁶⁰ A política adquire alguma relevância a partir das legislativas de 1969, quando um grupo de deputados é eleito nas listas da União Nacional, dando origem à “Ala Liberal”. A Assembleia Nacional torna-se um espaço preferencial de polémicas fraturantes, logo interessantes para os jornalistas (Correia e Baptista, 2007; Baptista, 2012).

representação negativa do Nós e da representação positiva do Eles)” (van Dijk, 2009: 194).

Em regimes caracterizados pelo “paralelismo político” – uma das dimensões do estudo comparativo dos sistemas de media de Daniel Hallin e Paolo Mancini, que traduz a associação dos meios de comunicação social a partidos ou a tendências políticas –, a imprensa “está marcada por um forte enfoque na vida política (...) e uma tradição de jornalismo orientado para o comentário ou para o apoio a causas públicas” (2010 [2004]: 86). Os jornalistas tendem a ver a sua atividade como uma “profissão política”, a desvalorizar o mero relato dos factos e a cultivar géneros mais opinativos (Baptista, 2012: 67).

Como explica Mário Mesquita (1994: 360-361), a génese do sistema mediático português situa-se no período pós-revolucionário e insere-se na luta mais vasta pela definição da natureza do regime político. Como consequência, nos anos imediatamente a seguir à Revolução, “jornalismo e militância andam sempre de mãos dadas, à direita e à esquerda” (Mesquita, 2002) ⁶¹. Na descrição de Eduardo Lourenço (1980: 11), no pós-25 de Abril, a imprensa ressuscita “os piores hábitos dos tempos do imortal Palma Cavaleão”⁶², o que se conjugou bem (ou mal) com uma sociedade em que o índice de tolerância ideológica estava “próxima do grau zero”.

Apesar de prevalecerem concepções democráticas e pluralistas na elaboração dos principais diplomas legislativos relativos aos media (Mesquita, 1994: 361), em 1979 subsistem vestígios da herança do “império doutrinário e propagandístico” que caracterizou a imprensa nos anos imediatamente a seguir à Revolução (*Ibid.*: 362). Em rigor, a relação da imprensa com a esfera política vive um momento de transição, em que “começam a separar-se os campos e o profissionalismo emerge à tona de água”. Nesta fase, entre 1976 e 1987, que Mesquita (2002) faz corresponder a um período de consolidação das instituições democráticas, “muitos jornalistas-partidários (ou «revolucionários») transformam-se em jornalistas profissionais”.

⁶¹ Mário Mesquita, “Os jornalistas na política”, *Público*, 10/02/2002.

⁶² Proprietário e redator do jornal *A Corneta do Diabo*, Palma Cavaleão surge retratado em *Os Maias*, de Eça de Queirós, como um jornalista corrupto, facilmente “agitado com o tinir do dinheiro”. Sem carácter, publica artigos injuriosos ou retira-os desde que para isso lhe paguem. Baixo e gordo, como se depreende das palavras de Alencar que o define como “canalha”, “vil bolinha de matéria pútrida!...” e “chouricinho de pus!”, Palma Cavaleão é o símbolo do jornalismo de escândalo, feito por jornalistas imorais e corruptos (In Infopédia [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2013. [Consult. 2013-01-05]).

Na segunda metade de 1979, em que incide o *corpus* dos cinco jornais analisados, é perceptível a procura dessa separação, numa coabitação, não necessariamente tensional, entre o profissionalismo jornalístico que se procura desenvolver e o compromisso ideológico.

Essa coabitação entre campos ocorre em moldes distintos nas publicações selecionadas. Impõe-se distinguir a imprensa ideologicamente comprometida daquela que é declaradamente partidária⁶³. O caráter *engagé* é explícito, em polos diametralmente opostos, nos matutinos *O Dia* e *o diário*, fundados em 1975 e 1976⁶⁴. *O diário*, dirigido por Miguel Urbano Rodrigues, está próximo do PCP, *O Dia*, sob direção de Brás de Oliveira, movimenta-se numa área ideológica conservadora. Ambos polarizam a vida política em “esquerda” e “direita”, situando-se nos opostos da equação ideológica.

No período pós-25 de Abril, advoga Mário Mesquita (1994: 387), os semanários “responderam melhor às exigências da nova situação política, em termos de opinião pública”.

O Jornal, um projeto inovador e profissional, lançado em 1975 por um grupo de jornalistas⁶⁵ e dirigido em 1979 por José Carlos de Vasconcelos, “navegava em zonas afins do Grupo dos Nove. Praticava um jornalismo analítico e de investigação, semelhante ao do *Expresso*, mas situando-se numa zona política mais à esquerda” (Mesquita, 1994: 379). A publicação reconhece a sua orientação no sentido de uma

⁶³ Segundo Mário Mesquita (1994: 386), a reconstituição de um setor da imprensa privada, a partir do 25 de Novembro de 1975, “começou por operar-se sob o signo da precariedade e da guerrilha política. Por outras palavras, o ressurgimento da imprensa diária privada processou-se através de jornais de combate político, estreitamente vinculados a partidos ou grupos de pressão, que nunca se revelaram capazes de ultrapassar as clientelas restritas a que, preferencialmente, se dirigiam”.

⁶⁴ *O Dia* surge a 11 de Dezembro de 1975, sendo então dirigido por Vitorino Nemésio. A maior parte dos seus jornalistas pertenceram ao grupo dos “saneados” do *Diário de Notícias*, em Agosto de 1975, no âmbito do chamado “caso dos 24”. Os profissionais tinham sido suspensos, por decisão de um plenário de trabalhadores da empresa, em virtude de terem assinado um comunicado que criticava a orientação ideológica do jornal, próxima do PCP, quando era diretor Luís de Barros e diretor-adjunto José Saramago. *O diário*, fundado em Janeiro de 1976, “nasceu da iniciativa de um grupo de jornalistas e de intelectuais de esquerda” (Rocha, 1996: 373).

⁶⁵ Trata-se de um projeto dinamizado por um grupo de 15 jornalistas, que detêm a maioria do capital social da entidade proprietária. Nas palavras de José Carlos Vasconcelos, o título pretendia-se “livre, independente, interventivo e de qualidade, dependente apenas da consciência dos jornalistas e do apoio dos leitores” (“Os 30 anos de O Jornal”, *Visão*, 28 de Abril de 2005, *Apud* Serrano, 2006: 134).

“esquerda democrática, independente (...), inteligente e realista (a que alguns talvez chamem moderada)”⁶⁶.

Por seu turno, o *Expresso* conserva, no pós-25 de Abril, o seu estatuto de *quality paper* e de projeto político-jornalístico, de tendência liberal moderada, filosofia editorial que animou o seu lançamento, em 1973, por Francisco Pinto Balsemão⁶⁷. Num dos seus slogans originais, o *Expresso* dirige-se aos leitores que queiram “um jornal português que demore tempo a ler”, propondo-se “informar explicando” (Cavaco, 2012: 13). Em 1979, o semanário era dirigido pelo próprio pai fundador, assumindo as funções de subdiretor Marcelo Rebelo de Sousa, autor da influente coluna “Análise Política”, ambos próximos do PPD/PSD. Na descrição de Ruben de Carvalho, na fase do seu lançamento, “graças, em grande medida, ao Marcelo Rebelo de Sousa”, o *Expresso* constrói “um universo de informação codificada, cheia de insinuações” (Correia e Baptista, 2007: 330).

O *Diário de Notícias*, o único deste conjunto pertencente ao Estado⁶⁸, é dirigido, em 1979, por Mário Mesquita, tendo como diretor-adjunto Dinis de Abreu, uma equipa que, segundo Nuno Rocha (1996: 370), garante a independência e o equilíbrio político. Mais formal e institucional, mais próximo das características dos *quality papers*, revela um estilo discursivo factual, demarcando a informação dos espaços de opinião e reservando aos colunistas e cartoonistas o comentário sobre a atualidade política.

Em paralelo, os jornalistas adotam uma atitude de observadores e de consciência crítica do sistema, pugnando por uma conceção mais elevada de política num regime democrático, distante da sua versão puramente belicista como conquista do poder a todo o preço e a todo o custo e ataque entre as forças políticas com recurso a ofensas pessoais e sem tocar no “fundo” das questões essenciais que afetavam a sociedade. Ao mesmo tempo que intervém no jogo político, a imprensa denuncia a “superpolitização”, a partidarização excessiva da vida pública, a degradação da política em “politiquice”.

⁶⁶ “A direita perdeu a vergonha?”, *O Jornal*, 27/07/1979.

⁶⁷ Antes da Revolução, o semanário dá voz a deputados da “Ala Liberal”, como Francisco Sá Carneiro ou Magalhães Mota que, com Pinto Balsemão, fundam o PPD, em 1974. Balsemão defendeu no *Expresso* uma terceira via política, “nem imobilista, nem revolucionária”, a “Terceira Força”, exigindo para o efeito a pluralidade de partidos políticos e a liberdade de informação (Cavaco, 2012: 16).

⁶⁸ Fundado em 1864, já antes do 25 de Abril o *Diário de Notícias* passara para as mãos do Estado, através da Caixa Geral de Depósitos.

As práticas do jornalismo político conservam tradições do passado. As peças informativa não são, na sua maioria, assinadas, com exceção de *O Jornal*. Os textos são longos e densos – podem ocupar várias páginas –, transcrevendo extensivamente as ideias e argumentos dos atores políticos (estamos ainda longe da hegemonia do *soundbite*). O discurso jornalístico visual é ainda tímido, sobretudo no *Expresso*, ainda que já bastante desenvolvido em *O Jornal*. O jornalismo político segue ainda um registo racionalista, associado ao privilégio da escrita e da oratória sobre a imagem (Cabrera *et al.*, 2012: 176).

Mas a imprensa revela decisivamente novas dinâmicas. A política é uma realidade menos institucional e mais visceral, viva, polémica, de confronto. Os espaços de opinião e os *opinion makers* ganham peso e influência crescente. A lógica jornalística incorpora já uma tendência para a personalização da narrativa nos principais líderes políticos e partidários, reflexo do aludido personalismo da cultura política portuguesa.

Concentrados no combate político e na ingovernabilidade do país, os jornalistas serão surpreendidos pela indigitação de uma mulher para chefiar o Governo, um facto inédito mesmo à escala europeia, onde apenas em Maio tinha sido eleita a primeira primeira-ministra europeia, Margaret Thatcher.

Não se deve escamotear que, em 1979, se a política é um território masculino, o jornalismo não o é menos, sendo escasso o número de mulheres na profissão. O recrutamento de mulheres jornalistas foi particularmente tardio em Portugal, tendo-se iniciado de forma consistente no início de 1960. Maria Antónia Palla recorda que “«praticamente não havia mulheres nas redações portuguesas até ao final dos anos 60, pelo menos com atividades idênticas às dos homens. Geralmente, davam-lhes as coisas consideradas mais próprias de uma senhora, como a página feminina»” (Correia e Baptista, 2007: 393). A mesma jornalista recorda que, quando, em 1969, surgiu um convite para trabalhar no *Século Ilustrado*, o então diretor da revista a apresentou à administração nos seguintes termos: “«Ela escreve como um homem»” (*Ibid.*: 394).

Exatamente uma década mais tarde, em entrevista a *O Jornal*, a propósito do convite que Maria de Lourdes Pintasilgo lhe dirige para ser sua assessora de imprensa, Maria Elisa Domingues declara que “«(...) é difícil para uma mulher jornalista ser levada a sério pelos homens. Digamos que foi a pulso, passo a passo, que consegui ser

avaliada por aquilo que, hoje, as pessoas sabem ser o meu trabalho»”. Responsável por um programa de grande entrevista política na RTP, o “Em Questão”, Maria Elisa recorda que, nas primeiras edições, as pessoas chegaram a inquiri-la sobre quem é que tinha escrito as perguntas. “«Hoje já ninguém o faz – diz – pois o meu trabalho demonstra uma continuidade»”⁶⁹.

A jornalista Graça Franco lembra que, quando ingressa no *Diário de Notícias*, em 1981, “as redações não tinham nada a ver. Ainda havia a Sr.^a D. Manuela Azevedo, que tinha sido a primeira jornalista mulher do *Diário de Notícias* e que teria sido uma das primeiras jornalistas portuguesas... Havia a Helena Marques, como editorialista, a Maria Guiomar Lima, na Política, a Maria Augusta Silva e a Maria Antónia Sousa, na Informação Geral. Eram assim mulheres numa onda muito diferente da minha, porque eram, maioritariamente, muito feministas, muito ativistas” (entrevista de Graça Franco a Vanda Ferreira, *Apud* Rebelo, 2011: 299).

Em entrevista a 1 de Dezembro de 2011, no âmbito do presente estudo, Maria Elisa enquadra a oportunidade que lhe foi dada na RTP com a dinâmica revolucionária. “O facto de me ter conseguido impor, e tão cedo – não tinha 30 anos sequer, teria 26 quando começou a coluna no *Diário de Notícias*, em 1976 ou 1977 –, foi muito facilitado pela Revolução. A Revolução implicava tudo de novo. Sem a Revolução, e sem a necessidade que os decisores políticos sentiram de tornar as mulheres visíveis em todos os campos de atividade, nomeadamente nos órgãos de comunicação social, estou convencida de que não teria tido a notoriedade que tive tão depressa”.

Neste contexto político e jornalístico, como é que a imprensa reage à indigitação de Maria de Lourdes Pintasilgo? Que espaços abre à reflexão sobre a presença das mulheres nos lugares políticos de topo? Estas são questões às quais se procura responder no capítulo seguinte, através da análise da forma como a imprensa enquadrava a formação do V Governo.

⁶⁹ Edite Soeiro, “«No final dos cem dias voltarei à televisão»”, *O Jornal*, 03/08/1979.

7. Maria de Lourdes Pintasilgo, “a Senhora Primeiro-Ministro”

O meu nome tinha sido ventilado já um ano antes e, enquanto permaneceu apenas como hipótese, não suscitou grande polémica. Quando, porém, as circunstâncias políticas começaram a conjugar-se para que eu exercesse a função de Primeira-Ministra, desencadeou-se na classe política e em vários órgãos de informação uma verdadeira «revolta» cuja análise, feita a frio muitos anos depois, permite perceber que continuam vivos, no fim do século XX, os fantasmas que na idade média conduziam a sociedade a exorcizar e a punir severamente as mulheres que ousavam ter uma palavra própria na cidade dos homens.

Maria de Lourdes Pintasilgo, 1995

7.1 CATOLICISMO, POLÍTICA E A CAUSA DAS MULHERES

Maria de Lourdes Ruivo da Silva de Matos Pintasilgo (doravante, MLP) nasce em Abrantes, a 18 de Janeiro de 1930. Rememorando a infância, recorda o momento em que decidiu estudar engenharia, como um desafio que se coloca a si própria enquanto mulher, de que conseguiria vencer num mundo de homens.

“Desde muito cedo (...) pôs-se-me a interrogação: será que as mulheres podem fazer o mesmo que os homens? Era óbvio, por aquilo que via no liceu, onde a maioria dos professores eram mulheres solteiras, que quando as mulheres exerciam uma atividade profissional, desempenhavam com sacrifício outros papéis importantes da sua vida. Sabia também que havia cursos e profissões em que as mulheres quase não estavam presentes. Comecei então (teria 10, 11 anos) a desejar verificar se seria capaz de tirar o curso de engenharia. Essa interrogação não me levou só ao Técnico, nessa altura um reduto ainda esmagadoramente masculino, mas incorporou-se à minha abordagem de todas as novas situações e de todas as tarefas que me foram propostas: será que a diferença entre os homens e as mulheres impede a igualdade de capacidade entre uns e

outros? E será que a igualdade em todos os domínios permite a expressão de modos bem diversos de ser e de estar no mundo?” (Bettencourt e Pereira, 1995: 216-217).

Também as qualidades de liderança e de mobilização em seu redor cedo se manifestaram⁷⁰. Na sua geração de mulheres, questionou-se como estas acediam a lugares de poder: “Lembro-me que uma das questões mais interessantes foi a resposta à pergunta: «como é que estas mulheres chegaram a uma posição de liderança no seu país?», parte de um inquérito mais completo que fora antecipadamente respondido por todas as presentes. Sem exceção, a resposta encontrada foi: todas estas mulheres treinaram-se na liderança, desde muito jovens, em grupos de mulheres” (*Palavras Dadas*, 2005, *Apud* Beltrão e Hatton, 2007: 57).

A ligação ao catolicismo, não lhe tendo, na leitura de Luísa Beltrão e de Barry Hatton (2007: 46), sido inculcada por influência familiar, advém das suas atividades no seio da Mocidade Portuguesa Feminina. Impressionou-a a metodologia da Ação Católica: “Ver, Julgar e Agir”. “Isto dava a sensação de que a pessoa, para ser responsável, tinha obrigação de olhar à sua volta, para conhecer as coisas tais como eram. E de agir no sentido de ir ao encontro das pessoas que estavam numa situação difícil e a quem o cuidado dos outros podia ajudar” (Bettencourt e Pereira, 1995: 217). Emerge a sua vivência e entendimento da religião como o colocar-se ao serviço dos outros, num ato de generosidade, residindo nesta abertura ao outro a sua forma de servir a Deus.

Quando cursa engenharia químico-industrial, no Instituto Superior Técnico, “o que já era liderança no liceu acentuou-se ainda mais. Para isso contribuiu o meu empenho na Juventude Universitária Católica. (...) Desse tempo vem o meu interesse pela transformação das estruturas e das instituições, a par da mudança dos corações e das mentalidades” (Bettencourt e Pereira, 1995: 219). Licencia-se em 1953, com média de 18. Entre os 250 alunos do seu curso, apenas três eram mulheres.

Entre 1952 e 1956, presidiu à Juventude Universitária Católica Feminina (JUCF). Foi copresidente, com Adérito Sedas Nunes, do Congresso Nacional da JUC. A projeção que, entretanto, adquiriu no interior do movimento católico português

⁷⁰ Maria de Lourdes Pintasilgo, ainda com 13 anos, foi admitida no curso de graduadas da Mocidade Portuguesa Feminina, onde, segundo a regra, só as vanguardistas com mais de 14 anos entravam. MLP correspondia ao perfil para o efeito: excelente aluna, excelente formação moral, qualidade de chefia, interesse pela instituição (Pimentel, 2001, *Apud* Beltrão e Hatton, 2007: 45).

conduziu à sua eleição como presidente internacional da Pax Romana – Movimento Internacional de Estudantes Católicos (1956 e 1958), oferecendo-se-lhe, desde cedo, a oportunidade de viajar e de conhecer diferentes países e realidades, tendo aqui raízes a sua visão globalizante e holística.

Concluído o curso, foi a primeira mulher técnica superior contratada para os quadros da Companhia União Fabril (CUF), no Barreiro, em 1954, integrando a equipa de investigação e desenvolvimento. Aí refere ter-se apercebido

“da situação do operariado: o abandono, a miséria, o pouco que ganhavam, o grau de analfabetismo que era imenso. (...) Via mulheres aparentemente já velhas e, depois de conversar com elas, percebia que tinham a minha idade – já tinham feito cinco, seis abortos, e traziam na cara a marca de uma vida feita de decisões impossíveis. Isso foi criando em mim, cada vez mais, o desejo de desenvolver uma atuação social que respondesse, na raiz, a problemas tão gritantes. Interrogava-me: por que é que quando o Conselho de Administração decidia um aumento de salário éramos todos aumentados da mesma percentagem? (...) Para mim, isso foi o início das interrogações sobre o processo económico (...). Comecei então a questionar-me seriamente se não deveria dedicar-me, de forma mais radical, às questões sociais que me preocupavam” (Bettencourt e Pereira, 1995: 219-220).

Desta visão parecem emergir as primeiras ligações que entretece entre catolicismo e política, bem como a atenção que dedica à situação das mulheres como o grupo mais desfavorecido entre os desfavorecidos.

Abandona, em 1957, o seu percurso profissional na CUF para fundar em Portugal, com Teresa Santa Clara Gomes, o movimento internacional Graal, de que foi vice-presidente internacional entre 1964 e 1969. Esta será uma decisão com grande impacto no seu futuro.

“Pretendíamos, por um lado, contribuir para a consciencialização dos jovens na Universidade e, por outro, começar a realizar alguns projetos diretamente com camadas sociais onde a necessidade de transformação mais se fazia sentir. Tinha também responsabilidades de nível internacional: a coordenação de equipas em vários continentes, sobretudo orientadas para o desenvolvimento social e para a promoção das mulheres enquanto motores da transformação da sociedade. (...) Foi um trabalho fascinante que me pôs em contacto com gente de culturas muito variadas. Através da

diversidade das experiências emergiam valores, interrogações, propostas que, enxertadas na minha própria vida, me deram a perspectiva social e cultural com que abordei as funções políticas” (Bettencourt e Pereira, 1995: 220-221).

É pela mão de Marcello Caetano – em quem deposita esperança de abertura política da sociedade portuguesa – que acede à vida política: enjeita o convite para ser deputada na Assembleia Nacional (entende que o regime de partido único era um “obstáculo intransponível”). Em 1969, com 39 anos, aceita assumir funções como procuradora na Câmara Corporativa. Reconhece que o seu trabalho é influenciado por um “certo catolicismo intelectual e social” (Bettencourt e Pereira, 1995: 221). Este batismo político constituiu a sua tarimba política. “Foi lá que pela primeira vez me apercebi de como é que as coisas funcionam por dentro, das teias, cumplicidades e cedências do poder...” (*Ibid.*).

Após o 25 de Abril, como referido, integra os três primeiros governos provisórios, como secretária de Estado e depois ministra. Declina o convite de Mário Soares para integrar o I Governo. Instala e preside à Comissão da Condição Feminina. Pouco depois, segue para Paris para representar Portugal na UNESCO, na qualidade de embaixadora.

Em 1979, aceita o convite do Presidente Ramalho Eanes para chefiar o V Governo. Sobre as razões do convite, declarou, em entrevista a Maria João Avillez (1994: 210), que, nas suas precedentes funções governativas, tivera, no domínio dos assuntos sociais, uma intervenção que apontara para soluções que lhe pareciam importantes para o país. “Em função disso, houve uma ala dos militares que integravam o Conselho da Revolução que viam com interesse e empenho a minha participação na vida política”.

A sua nomeação para o cargo de Primeira-Ministra, ainda que hoje seja praticamente ignorada pela literatura, gerou grande entusiasmo no seio das representantes do feminismo francês, como recorda a socióloga e política Françoise Gaspard. A indigitação

“suscitou surpresa e embaraço na classe política francesa. Portugal ultrapassava assim o nosso país, onde as mulheres continuavam a ser raras no meio político, e as raras

mulheres ministras que compunham os governos estavam acantonadas a funções tradicionais como os assuntos sociais e a primeira infância. Essa mesma nomeação suscitou o entusiasmo das feministas francesas. Um país que saía da ditadura, um país do Sul da Europa com uma reputação ainda mais patriarcal do que o nosso, dava o exemplo a França, mostrando que, numa situação particularmente difícil, uma mulher podia ser chamada ao comando” (Gaspard, 2005: 39).

Com esta escolha, o Presidente “dará luz verde a uma orientação mais à esquerda, em tudo diversa da do seu anterior governo (...). Serão cerca de quatro meses de intensa atividade que despertarão a hostilidade do PSD e do CDS, que veem o seu projeto de mudança protagonizado por outrem e com diferente orientação, mas também a reserva do PS, receoso de concorrência no seu espaço” (Reis, 1994: 80).

Segundo António José Telo (2007: 214), MLP é “uma personalidade da esquerda independente”, que parece ter sido proposta por Ernesto Melo Antunes, então membro do Conselho da Revolução. Eduardo Lourenço (1980: 11-12) observa que a nomeação de Lourdes Pintasilgo perturbou um consenso tácito na sociedade portuguesa de que um católico se traduz politicamente como pessoa de direita, e um não-católico como pessoa de esquerda – fazendo o perfil de “católica-de-esquerda” estremecer o sistema.

“Em escassos três meses, sem teorização abstrata, foi aparecendo através do comportamento de Maria de Lourdes Pintasilgo o ideal de uma vida coletiva participada (...). Apenas esboçada, esta metamorfose das relações do Poder e dos cidadãos não teria tido, nem a oposição virulenta que conheceu, nem o impacto que atrás de si deixou, se não se tivesse tornado patente que a sua inspiração não provinha de áreas ideológicas consagradas. (...) O segredo desse impacto vem-lhe, sem dúvida alguma, da vivência cristã da política, tal como Maria de Lourdes Pintasilgo teve a coragem de a assumir” (Lourenço, 1980: 16).

Marcelo Rebelo de Sousa (2011: 16) assinala que “esta Maria de Lourdes Pintasilgo – excessiva nos seus predicados, na sua veia profética, na sua ânsia de missão e de missões, no seu arrebatamento rebelde (...) – está longe de concitar a adesão, o aplauso, a compreensão de largos setores da sociedade portuguesa”. Nunca entrará nas

“direitas nacionais”, nem o centro moderado e a esquerda parlamentarista a ela aderirão com facilidade. “Depará sempre com a desconfiança de todos os principais partidos políticos fundadores da nossa democracia. Será ainda vista com reserva constante por uma massa considerável do povo católico, tradicionalmente conservador” (*Ibid.*).

Candidata-se às eleições presidenciais de 1986, tendo como adversários Mário Soares, Diogo Freitas do Amaral, Francisco Salgado Zenha e Ângelo Veloso, que viria a desistir. Obtém a mais baixa votação entre os quatro candidatos (7,4%), não passando à segunda volta. Ainda assim, considera que esse foi “um momento muito importante na consciência, em Portugal, da igualdade entre homens e mulheres” (Bettencourt e Pereira, 1995: 225). Expressa o seu desencantamento por aquilo que designa como implantação do liberalismo no Governo, a partir de 1986: “tornou-se óbvio que a sociedade portuguesa, na sua expressão política institucional, não tinha lugar para uma pessoa como eu” (*Ibid.*). Ainda assim, foi a primeira mulher eleita eurodeputada em Portugal, nas primeiras eleições europeias de 1987, integrando como independente as listas do PS.

Nas múltiplas funções que desempenhou, refletiu, escreveu e discursou sobre a condição das mulheres, preconizando “que o mais importante é que as mulheres introduzam, hoje, na vida política, uma outra forma de olhar e viver as coisas. É isso que é verdadeiramente estimulante, porque estar na política e realizar essa atividade de forma idêntica à dos homens, não me parece um contributo que traga muito de novo para a solução dos problemas e para uma nova perspetiva social” (Bettencourt e Pereira, 1995: 226). Esta conceção do contributo da diferença que, na sua opinião, as mulheres trazem para a política interliga-se com a sua visão mais lata da função social da política. Entende que é a partir de uma prática assumida que “vale a pena incrementar a participação das mulheres conscientes da sua identidade na vida e funções políticas. É que precisamos com urgência de novas instituições democráticas que permitam tornar a democracia qualquer coisa de mais vivo, de mais próximo das pessoas. As mulheres são aí indispensáveis” (*Ibid.*).

7.2 TIMELINE DA FORMAÇÃO DO “QUINTO”

7.2.1 Do rumor à confirmação

A 13 de Julho de 1979, na sua comunicação ao país, o Presidente da República anuncia a convocação de eleições antecipadas e a dissolução da Assembleia da República. No intermezzo, será formado um governo de gestão. Logo no dia seguinte, surgem as primeiras referências a Maria de Lourdes Pintasilgo como uma hipótese primo-ministeriável.

Na sua edição de 14 de Julho, o *Expresso* aponta os nomes de Maria de Lourdes Pintasilgo, Barbosa de Melo e Jacinto Nunes como os “mais insistentemente falados” para chefiar o governo de gestão. Sobretudo a primeira “poderia suscitar uma «ponte» no Conselho da Revolução com o chamado «setor melo-antunista», não suscitando também objeções do PS e do PCP”⁷¹. Esta hipótese ganha consistência nos dias seguintes. A 17 de Julho, *O Dia* questiona jocosamente na primeira página: “Pintassilgo na «gaiola»?”. A “gaiola” é uma metáfora do gabinete governamental mas designa também uma pequena caixa gradeada onde se encerram animais, especialmente aves. Um pintassilgo, talvez. Esta publicação explica que o nome de MLP tem sido o mais apontado ainda que “observadores atentos e bem colocados da nossa vida política” preferissem Jacinto Nunes, ex-ministro das Finanças do Gabinete Mota Pinto.

Em entrevista a 18 de Julho à agência noticiosa ANOP, Lourdes Pintasilgo confirma a disponibilidade para exercer o cargo, caso seja essa a decisão do Chefe de Estado. Uma informação destacada nas manchetes dos diários do dia seguinte: “Lurdes Pintassilgo admite hipótese de chefiar Governo” (*DN*); “Maria de Lurdes Pintassilgo disposta a aceitar” (*o diário*). Mantendo-se num registo pseudo-humorístico, *O Dia* insiste na imagem da “gaiola”, que combina com uma referência bíblica: “Tantos como os pecados mortais para definir o perfil do inquilino da «gaiola»”. Enuncia que “os candidatos à «gaiola» são sete, mas dois apenas estão a ser mais apontados: Jacinto Nunes, a concitar apoios mais democráticos, e Lurdes Pintassilgo, com o peso das teses

⁷¹ “Quem aceita ser 1.º Min. do Governo de Gestão”, *Expresso*, 14/07/1979.

terceiro-mundistas de muitos pensadores da ala marxista”⁷² (na sua edição de 20 de Julho, *O Jornal* não tem dúvidas de que MLP foi, “desde sempre, e até à sua indigitação, o único e verdadeiro candidato ao cargo de Primeiro-Ministro”⁷³).

ILUSTRAÇÃO 5: INDIGITAÇÃO DE MARIA DE LOURDES PINTASILGO N’ *O DIÁRIO*



o *diário*, 20 de Julho de 1979. A manchete salienta “a novidade histórica em Portugal” de ser uma mulher a chefiar o Governo mas o título utiliza o masculino “indigitado” para se referir a Lourdes Pintasilgo.

Nesse mesmo dia, 19 de Julho, confirma-se que a chefiã do Executivo será entregue a Lourdes Pintasilgo. Serão o sétimo primeiro-ministro e o 11.º governo em cinco anos e dois meses.

Entre a data da indigitação e a aprovação do Programa do V Governo, a 18 de Agosto, Maria de Lourdes Pintasilgo será arrancada a um semianonimato (ainda que não fosse uma total desconhecida⁷⁴), adquirindo *high profile* mediático. É, nas palavras de Marcelo Rebelo de Sousa, um “novo fenómeno político”⁷⁵.

⁷² “Tantos como os pecados mortais para definir o perfil do inquilino da «gaiola»”, *O Dia*, 19/07/1979.

⁷³ Carneiro Jacinto, “Um candidato verdadeiro e seis a fingir”, *O Jornal*, 20/07/1979.

⁷⁴ Cerca de um ano antes, o seu nome tinha sido apresentado como uma hipótese para chefiar o Governo, uma possibilidade que é na altura dissecada numa entrevista a Maria Elisa, publicada no *Expresso*.

⁷⁵ Marcelo Rebelo de Sousa, “De um Governo que dá que pensar ao ataque de Mário Soares a Ramalho Eanes”, *Análise Política*, *Expresso*, 28/07/1979.

Os jornais publicam entrevistas com a futura Primeira-Ministra e dão eco de depoimentos que presta a outros meios de comunicação nacionais e internacionais. É conferido especial destaque à entrevista ao programa televisivo “Em Questão” de 20 de Julho, conduzida por Maria Elisa. Os jornalistas darão também ampla cobertura às conferências de imprensa convocadas pela indigitada e aos discursos oficiais que a investem no cargo. A imprensa procura ainda perceber, em perfis mais ou menos aprofundados, *quem é* Maria de Lourdes Pintasilgo, esta mulher de invulgar apelido, que a maioria dos jornais escreve erradamente com dois “ss”⁷⁶.

ILUSTRAÇÃO 6: INDIGITAÇÃO DE MARIA DE LOURDES PINTASILGO NO DIÁRIO DE NOTÍCIAS



Diário de Notícias, 20 de Julho de 1979. Na primeira página, coabitam o tom descritivo do título e o humor da tira cómica “Guarda Ricardo”, de Sam.

Desde a confirmação da sua nomeação, promete a formação do seu governo numa semana. Do repositório de reações imediatas ao nome, é desde logo evidente o desacordo dos partidos da Aliança Democrática, operando uma associação entre a Primeira-Ministra e a esquerda, o marxismo, os socialistas e o membro do Conselho da Revolução Melo Antunes. Na perspetiva das forças políticas mais à direita, Maria de

⁷⁶ O que é notado por José Silva Pinto, num perfil intitulado “Uma mulher sem rótulos”, publicado em *O Jornal* a 27/07/1979.

Lourdes Pintasilgo é “melo-antunista” e o epíteto é, por si só, independentemente do significado concreto, negativo. A amálgama de termos como “socialista”, “marxista”, “terceiro-mundista”, “gonçalvista” ou “melo-antunista” surge como uma evidência para aqueles que se opõem à indigitação e sentenciam que MLP não merece confiança política. A amálgama consiste precisamente “em confundir todos os adversários num só para o combater com mais facilidade” (Sebreli, 1992, *Apud* Suárez e Carro, 2000: 94), utilizando-se, neste caso, diferentes conceitos para designar um mesmo referente, entendível num contexto cultural específico. O CDS, pela voz de Basílio Horta, afirma que, da “lista que tinha sido anteriormente apresentada de primo-ministeriáveis, (...) apenas levantou objecções ao nome agora escolhido”⁷⁷.

ILUSTRAÇÃO 7: INDIGITAÇÃO DE MARIA DE LOURDES PINTASILGO N’ *O DIA*

O Dia, 20 de Julho de 1979. O jornal destaca o “inédito na história de Portugal: Primeiro-Ministro é mulher”. O título da manchete é construído com base em metáforas que exploram o apelido de MLP. A fotografia capta a Primeira-Ministra indigitada com o Presidente da República.



Na sua edição de 20 de Julho, *O Dia* estabelece um nexos visual entre Eanes e Pintasilgo, lendo-se na legenda da fotografia inserida na primeira página: “Eanes despede-se de Pintasilgo: «uma certa alegria na aceitação do convite presidencial»”. O uso de metáforas, explorando o apelido “Pintassilgo”, é evidente: já tinha “cantado”,

⁷⁷ O PS, representado pelo seu secretário-geral, Mário Soares, discorda da solução eanista para resolver a crise mas elogia MLP como uma “«pessoa independente», «capaz de assegurar um Governo neutral»”. Sem se comprometer no imediato com uma posição, o secretário-geral comunista, Álvaro Cunhal, declara que “o novo primeiro-ministro deve ser uma personalidade dialogante” e assegurar “condições de democraticidade nas eleições”. Ainda que se opondo à indigitação, os argumentos da UDP vão em sentido contrário aos da AD: “o simples facto de o novo Governo ser de exclusiva iniciativa de Eanes «constitui sintoma antecipado do prosseguimento de uma política conservadora»” (“Governo estará formado no fim da próxima semana”, *DN*, 20/07/1979).

sob as suas “asas” “oculta-se o dedo do PS e de Melo Antunes”. Destaca-se ainda a seleção de reações negativas na primeira página.

As primeiras páginas do Caderno Principal e da *Revista do Expresso* de 21 de Julho de 1979 são dedicadas, praticamente na totalidade, à formação do novo Governo, que cerca num delicado clima de suspeição.

ILUSTRAÇÃO 8: INDIGITAÇÃO DE MARIA DE LOURDES PINTASILGO NO *EXPRESSO*



Expresso, 21 de Julho de 1979. A primeira página é praticamente dedicada à formação do novo Governo, Os títulos lançam múltiplas interrogações sobre a escolha presidencial.

O semanário coloca o enfoque nas reações dos ministros do gabinete Mota Pinto (o que também *O Dia* destacara no dia anterior): “Muitos membros do Governo cessante põem sérias reticências à aceitação de convites para o V Governo Constitucional”. Com base em “fontes bem informadas”, o *Expresso* antevê a possibilidade de MLP se deparar “com fortes dificuldades na constituição de um novo elenco do Executivo”, parecendo desenhar-se “uma orientação comum” de “negativa total” pelos membros do Executivo cessante perante a eventualidade de serem convidados (na verdade, transitariam quatro ministros). O semanário detalha o modo como o Gabinete cessante de Mota Pinto teve conhecimento desta notícia, através de um telegrama da ANOP:

“Vários membros do Governo presentes manifestaram, desde logo, a sua perplexidade perante a escolha do Presidente da República. Alguns deles, que, até aí, se mostravam dispostos a prosseguir no Governo, não se coibiram mesmo de, em voz alta, afirmarem aos colegas junto dos quais se sentavam que não alinhariam num Governo presidido por Lourdes Pintasilgo”⁷⁸.

Apesar do “clima favorável de Belém”, “todos os acesores [sic] do Presidente (com exceção de Silva Costa, ausente)” expressaram reservas⁷⁹. O semanário enfatiza também a reação dos partidos da Aliança Democrática, que deverão recusar-se a participar na discussão do programa do Governo (ainda não estando, nesta altura, prevista a apresentação de uma moção de rejeição, que depois se veio a concretizar). Paralelamente, noticia-se que poderão ser criados dois novos partidos entre o PS e o PSD.

ILUSTRAÇÃO 9: INDIGITAÇÃO DE MARIA DE LOURDES PINTASILGO NA REVISTA DO EXPRESSO



Revista do Expresso, 21 de Julho de 1979. A Revista publica um extenso perfil de Lourdes Pintasilgo, que surge na fotografia numa pose informal. Também neste conjunto é notório o contraste entre a figura feminina e a sua designação no masculino.

Na *Revista* aprofundam-se as motivações subjacentes à escolha de Eanes: “Porquê? Para quê?”; “Porque terá Eanes escolhido Pintassilgo?”; Dúvidas quanto ao Executivo antes e depois da discussão do Programa na AR”. Um longo perfil é

⁷⁸ “Muitos membros do Governo cessante põem sérias reticências à aceitação de convites para o V Governo constitucional”, *Expresso*, 21/07/1979.

⁷⁹ “Muitos membros do Governo cessante ...”, *Expresso*.

sintetizado no título “História breve de uma inteligência (perigosa?)”. Procurando-se compreender as razões e as finalidades de “uma escolha em princípio inexplicável”, na edição de 21 de Julho interpela-se insistentemente “Porque terá Eanes escolhido Pintassilgo?”, a “primeira mulher portuguesa que ascende à chefia do Executivo”. Segundo o jornal, várias teses correm nos “bastidores políticos da capital”: “Para uns é a decisão mais enigmática de Ramalho Eanes. Para outros, é a confirmação de uma estratégia presidencial de desertificação progressiva da vida política portuguesa. Para outros ainda, é a prova do perigoso isolamento de um Presidente que já se vê obrigado a recorrer aos amigos e só a eles”⁸⁰.

O semanário atende à circunstância de MLP ser, pelo menos desde 1976, “um dos principais conselheiros do general Ramalho Eanes”, sendo chamada frequentemente a Lisboa para “trocas de impressões informais sobre os mais variados assuntos”⁸¹. O Presidente da República “aprecia e admira Maria de Lourdes Pintassilgo. Ouve-a frequentemente e a personalidade imaginativa, culta e algo irreverente do Primeiro-Ministro indigitado exerce algum fascínio sobre o temperamento sério, ascético e curioso do Presidente”⁸². Por outro lado, terá sido apontado por Eanes aos partidos que, “na impossibilidade de escolha de um militar, haveria que optar por uma pessoa que da justiça não tivesse apenas uma interpretação e uma razão jurídica, mas também uma vivência religiosa”. O jornal designa este fenómeno de “possível encontro de dois misticismos de génese e características distintas”⁸³.

O semanário *O Jornal* destaca, como manchete da sua edição de 20 de Julho, “a primeira (grande) entrevista” de Lourdes Pintasilgo, em que esta declara “«Quero dialogar com o povo»”.

As fotografias seleccionadas pelos dois semanários da futura Primeira-Ministra apresentam-na, não em moldes institucionais, mas como uma figura informal e alegre.

⁸⁰ “O Governo dos 100 (ou mais?) dias e o seu primeiro-ministro”, *Expresso/Revista*, 21/07/1979.

⁸¹ “Exclusão de partes não chega para explicar”, *Expresso/Revista*, 21/07/1979.

⁸² “Exclusão de partes...”, *Expresso/Revista*.

⁸³ “Exclusão de partes...”, *Expresso/Revista*.



O Jornal, 20 de Julho de 1979. Uma fotografia de Lourdes Pintasilgo ocupa grande parte da primeira página, ladeada por um título declarativo: “Quero dialogar com o povo”. Trata-se da “primeira (grande) entrevista do “novo chefe do Governo”.

7.2.2 Tem início a “marcha dos 100 dias”

Imediatamente a seguir à confirmação do nome de Maria de Lourdes Pintasilgo, o ritmo será vertiginoso até à constituição do novo elenco governamental (a imprensa acompanha o desfile de personalidades ao Forte de Catalazete para audiências com a Primeira-Ministra indigitada, lançando hipóteses de ministeriáveis). O Gabinete será apresentado publicamente, a 31 de Julho, em conferência de imprensa.

Marcelo Rebelo de Sousa comenta que a rapidez com que MLP formou governo “diz qualquer coisa sobre o grau de determinação desta mulher”⁸⁴. Neste processo, PSD e CDS, numa atitude de boicote, recusam-se a ser recebidos por Lourdes Pintasilgo, assim como estarão ausentes na cerimónia da tomada de posse do V Governo, a 1 de Agosto. Nessa data, os líderes da Aliança Democrática deslocam-se a Madrid para se avistarem com Adolfo Suárez, então presidente do Governo espanhol, à frente da coligação de centro-direita UCD (União de Centro Democrático).

Será no seu discurso de investidura que Lourdes Pintasilgo utiliza a imagem da marcha para descrever o Governo que lidera. A “marcha dos 100 dias”.

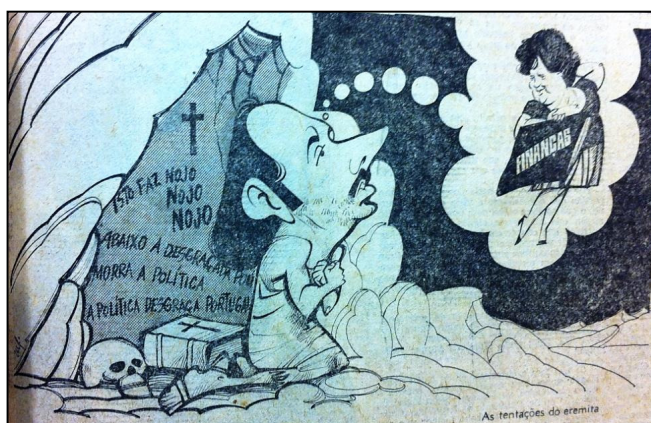
A imprensa especulava que o novo Executivo deveria representar o “retorno” dos católicos ao poder, com predomínio de “católicos “progressistas” e de antigos

⁸⁴ Marcelo Rebelo de Sousa, “De um Governo que dá que pensar ao ataque de Mário Soares a Ramalho Eanes”, *Análise Política, Expresso*, 28/07/1979.

membros da Juventude Universitária Católica, da qual MLP fora dirigente⁸⁵. A imprensa regista que, antes de aceitar o convite do general Eanes, a Primeira-Ministra se avistou com o Cardeal-Patriarca de Lisboa, D. António Ribeiro.

Segundo o *Expresso*, Lourdes Pintasilgo tem a capacidade para “reunir em torno de si uma verdadeira saga de políticos e técnicos idealistas, congregados de acordo com um critério que tem, muitas vezes, menos a ver com a sua situação política presente do que com a camaradagem militante do passado”⁸⁶. Na sua coluna de opinião no *DN*, Guilherme d’Oliveira Martins assinala que o “Quinto” surge “com uma força anímica significativa e com um leque de personalidades de prestígio”⁸⁷.

ILUSTRAÇÃO 11: “AS TENTAÇÕES DO EREMITA” (*DIÁRIO DE NOTÍCIAS*, 10/08/1979)



O cartoon representa António Sousa Franco, ministro das Finanças do V Governo. Acabou por aceitar o convite de MLP, apesar de anteriormente anunciar que se iria afastar da política.

Do Gabinete farão parte personalidades ligadas no passado a organizações católicas: Adérito Sedas Nunes (ministro da Coordenação Cultural e da Cultura e Ciência)⁸⁸, Teresa de Santa Clara Gomes (Secretária de Estado Adjunta), António Sousa Franco (Finanças), Jorge de Carvalho Sá Borges (Trabalho) e Joaquim da Silva Lourenço (Agricultura e Pescas). Os três últimos são simultaneamente dissidentes do

⁸⁵ José Pedro Castanheira analisa que a JUC parece ter fornecido quadros políticos a praticamente todos os quadrantes da vida política, económica, social e cultural portuguesa. “De facto, a JUC moldou quase toda a chamada «intelligentsia» católica portuguesa desde a II Guerra Mundial”. Entre os vários exemplos de figuras políticas, o jornalista refere a primeira dama, Manuela Eanes, presidente nacional da JUCF em 1965, amiga de longa data de Lourdes Pintasilgo, “a quem tem vindo a ser atribuída uma importância decisiva na recente decisão do Presidente da República (José Pedro Castanheira, “JUC está presente em todos os partidos”, *O Jornal*, 27/07/1979).

⁸⁶ “O terceiro «round» de um combate”, *Expresso/Revista*, 28/07/1979.

⁸⁷ Guilherme d’Oliveira Martins, “A euforia e o despropósito”, *O Calcanhar de Aquiles, DN/ 2.º Caderno*, 03/08/1979.

⁸⁸ Sedas Nunes e MLP, presidentes, respetivamente, da JUC e da Juventude Universitária Católica Feminina, organizaram, em 1965, o 1.º e único Congresso Nacional da Juventude Católica.

PSD: Sousa Franco e Silva Lourenço integram a ASDI, Sá Borges é fundador do Movimento Social-Democrata.

Assinala-se também o peso de figuras militares: os ministros Loureiro dos Santos (Defesa), Costa Brás (ministro coordenador da Administração Interna) – um dos militares do 25 de Abril, destacado membro do MFA e um dos animadores do “Grupo dos Nove” – e João Figueiredo (Comunicação Social). Predominam os engenheiros, a área de formação académica da Primeira-Ministra, como regista *O Dia*, a 1 de Agosto: “Oito engenheiros vão construir a «ponte dos 100 dias»”.

O Jornal de 3 de Agosto descreve que à tomada de posse assistiram sobretudo “militares e tecnocratas presidenciais, militares da facção moderada do MFA encabeçados por uma forte representação do Conselho da Revolução, católicos destacados, mormente do Graal, quadros que sobreviveram no aparelho de Estado após a despartidarização dos governos”⁸⁹.

ILUSTRAÇÃO 12: DISCUSSÃO DO PROGRAMA DO V GOVERNO (*DN*, 20/08/1979)

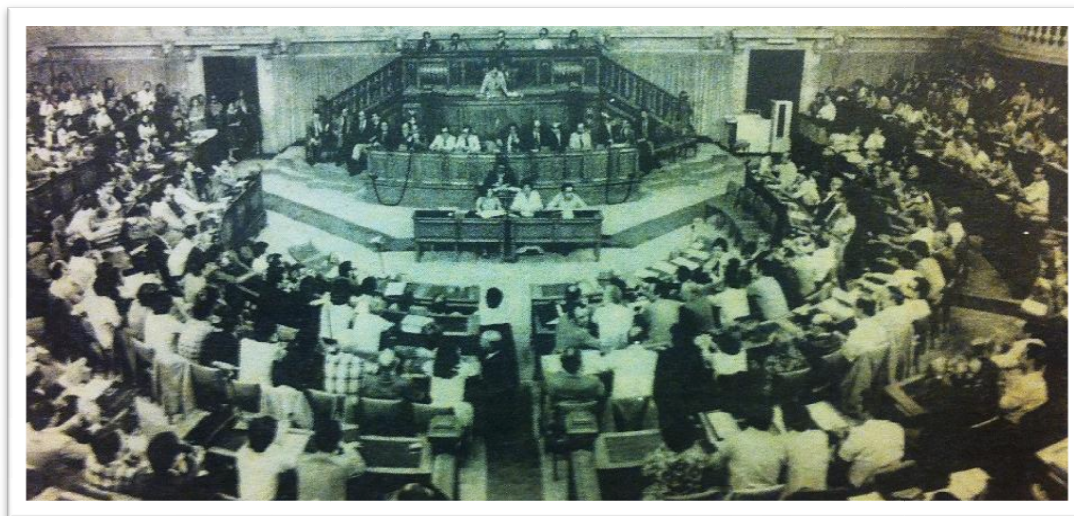


Os porta-vozes das bancadas parlamentares interpelam a Primeira-Ministra (Mário Soares, PS; Sá Carneiro, PSD; Freitas do Amaral, CDS; Carlos Brito, PCP; Manuel Monteiro, UDP; e Magalhães Mota, ASDI).

A 13 de Agosto, o Executivo submete o seu Programa ao Parlamento. Segundo o *DN*, o documento “é, certamente, o mais breve de quantos foram apresentados depois do 25 de Abril de 1974”⁹⁰. A discussão das linhas programáticas ocorrerá entre 16 e 18 daquele mês. PSD e CDS apresentam uma moção de rejeição que, a ser aprovada por uma maioria de dois terços, restringiria a ação do Governo à gestão dos assuntos correntes.

⁸⁹ Cáceres Monteiro, “Começou a «marcha dos 100 dias»”, *O Jornal*, 03/08/1979.

⁹⁰ “Governo considera-se vinculado prioritariamente às eleições”, *DN*, 14/08/1979.



Discurso final de Maria de Lourdes Pintasilgo, na Assembleia da República, antes da votação da moção de rejeição ao Programa do V Governo, submetida pelas bancadas do PSD e do CDS.

O Programa governamental é aprovado na noite de 18 de Agosto, em circunstâncias peculiares. A moção de rejeição submetida pelos partidos da Aliança Democrática obtém 79 votos a favor, das bancadas do PSD e do CDS, mais do que os votos contra, 33, dos independentes “ex-PSD” e “ex-PS”. Apesar de conversações informais com o PS, não terá o apoio deste partido, que opta por se abster. Como realça o *DN*, “ditando, afinal, a sorte do V Governo, acabaram por ser as abstenções: 125 votos vindos das bancadas do PS e do PCP, do deputado da UDP e do independente Galvão de Melo”⁹¹.

7.2.3 De “Governo de Gestão” a “Governo de Transição”

A natureza e a missão do “Quinto” vão sendo substanciadas ao longo das três semanas que se seguem à indigitação de Maria de Lourdes Pintasilgo. Nas suas primeiras declarações, esclarece que o Executivo que chefiará é singular, pois funcionará sem Assembleia da República e estará temporalmente balizado. Por essa razão, “«deve renunciar a certos aspetos importantes para concentrar a sua atenção na

⁹¹ “Governo passou na Assembleia”, *DN*, 20/08/1979.

tarefa que tem pela frente – as eleições intercalares»”. Existe concordância com o general Eanes quanto ao significado do seu Gabinete. É o Presidente quem “«determina as linhas de orientação do Governo, competindo ao primeiro-ministro levá-las à prática, à sua maneira, claro»”⁹². Na entrevista à RTP de 20 de Julho, ressalva que, não obstante o horizonte temporal, “vai tentar que o programa do Governo se apresente «evado do espírito de algumas modificações» que pensa deverem verificar-se na sociedade portuguesa”⁹³.

Dias depois, garante mais assertivamente a independência do seu Executivo face ao Chefe de Estado, salvaguardando que este “«respeita escrupulosamente a independência de cada órgão de soberania»”, ainda que, após à dissolução do Parlamento, o Governo fique sob o seu controlo e do Conselho da Revolução, “pelo que terá «constantemente de exprimir a preocupação de respeitar a vontade dos representantes do povo»”⁹⁴.

Vai-se operando, porém, uma subtil reconfiguração da circunstância especial do “Quinto”. Pouco tempo antes de ser empossada, MLP clarifica que “«todos os Governos são governos de gestão»” e, em virtude de ver o seu Programa sufragado no Parlamento, o V Governo será igualmente um “Governo Constitucional”⁹⁵. Nessa qualidade, além dos limites temporais, não terá “«limites na sua atuação»”. Se o Executivo tem de gerir e tomar decisões, “«as decisões, em matéria governativa, envolvem sempre, pelo menos, o médio prazo»”⁹⁶.

Sob “a orientação enérgica” de Maria de Lourdes Pintasilgo, o novo Executivo “deverá querer assumir em plenitude todos os seus poderes, demonstrando (...) que em 100 dias consegue fazer aquilo que os Governos de base partidária não logram executar em 500”, antecipa Rebelo de Sousa, a 21 de Julho, na sua coluna de Análise Política⁹⁷.

Na tomada de posse, a 1 de Agosto, Lourdes Pintasilgo, num estilo que os seus opositores adjetivarão de “poético” e “abstrato”, afirma que, se uma luta se trava, é a

⁹² “Espero que a Aliança Democrática clarifique a ideia que tem de mim”, *DN*, 20/07/1979.

⁹³ “Lurdes Pintasilgo reconhece os limites do seu Executivo”, *DN*, 21/07/1979.

⁹⁴ “Eanes respeita a independência dos vários órgãos de soberania”, *DN*, 30/07/1979.

⁹⁵ “Eanes respeita a independência...”, *DN*, 30/07/1979.

⁹⁶ “Regimes militares excluídos da atual cena política”, *DN*, 01/08/1979.

⁹⁷ Marcelo Rebelo de Sousa, “Do terceiro Governo presidencial às opções da «Aliança Democrática»”, *Expresso*, 21/07/1979.

luta contra o tempo. “«Empurrá-lo», como diz o poeta, «ao encontro das cidades futuras»”. Chama muitos “companheiros” a esta marcha: “Camponeses, empresários, operários, intelectuais, comerciantes, funcionários, mulheres que vivem a multiplicidade das tarefas do quotidiano, jovens que não iludem um hoje exigente com um futuro adiado”⁹⁸.

Na apresentação do Programa governamental, a 13 de Agosto, reitera que não se irá abster de “tomar iniciativas que se prolonguem para além do seu período de vigência”. O “Governo de Gestão” torna-se mais claramente “Governo de Transição”, porque não se interrompe a democracia e se projeta no futuro, na “firme convicção que lhe compete preparar a muitos níveis as tarefas dos que vierem a seguir”⁹⁹. Na opinião de Guilherme Melo, no *DN*, a Primeira-Ministra “apresentou-se ao veredicto dos partidos com uma nova e inesperada roupagem. «Pois não seremos nem Governo para constitucionalmente governar nem apenas mero Governo de gestão; seremos um Governo de transição». (...) Convenhamos que, na sua extrema humildade, se trata de um papel não pouco ambicioso. E de modo algum fácil”¹⁰⁰.

As linhas programáticas assentam numa distinta correlação entre o económico e o social, sem esmagamento dos direitos sociais. A prioridade é a satisfação das necessidades básicas da população em termos de alimentação, saúde, habitação, educação e segurança social¹⁰¹. Rémy Freire comenta, em *O Jornal* de 17 de Agosto, que a maior dificuldade do projeto de MLP será provavelmente a vontade de “endireitar tudo neste país em apenas 100 dias”¹⁰².

7.2.4 Apoio discreto do PS e PCP, oposição espectacular da AD

Os jornais vão veiculando as reações dos partidos políticos à medida que o “Quinto” ganha forma e substância. Marcelo Rebelo de Sousa analisa que “o PCP está, desde há uma semana, mais «colado» do que nunca ao Presidente Ramalho Eanes, e o

⁹⁸ “«Se formos motivo de afrontamento não partirá de nós a polémica»”, *DN*, 02/08/1979.

⁹⁹ “Transição, e não rotura”, *DN*, 14/08/1979.

¹⁰⁰ Guilherme Melo, “Um Governo «condenado» a governar”, *DN*, 2.º Caderno, 17/08/1979.

¹⁰¹ “Transição, e não rotura”, *DN*.

¹⁰² Rémy Freire, “Os 100 dias”, *O Jornal*, 17/08/1979.

PS pondera, de um lado, as eventuais consequências negativas do ato eleitoral e, do outro, a posição do Governo de Maria de Lourdes Pintasilgo (designadamente no tocante a uma inflexão para a esquerda relativamente ao Governo de Mota Pinto)”¹⁰³.

O PCP e o PS viabilizarão, com reservas e discretamente, o V Governo. Numa entrevista à RTP2, citada pelo *DN* de 1 de Agosto, o secretário-geral comunista explica que as suas dúvidas se baseiam na oposição a algumas linhas gerais da política do Executivo e em “algumas interrogações e pontos negros que encontra na sua composição”¹⁰⁴.

O PS critica a própria génese do novo Governo, bem como a escolha de alguns elementos que o integram¹⁰⁵. Na altura, os governos de iniciativa presidencial suscitam grandes dúvidas quanto à sua legitimidade que, na prática, reforça o poder presidencial e enfraquece o Parlamento, logo, os partidos políticos. Mário Soares avalia esta solução presidencial como um “total fracasso”. Numa crítica velada ao general Eanes, que recusou a formação de um governo PS/ASDI, o secretário-geral socialista argumenta que, “uma vez aceite a demissão do Governo Mota Pinto, esta Assembleia continha virtualidades para se ter voltado a um Governo de base parlamentar”¹⁰⁶.

Os dois dirigentes repudiam, porém, os ataques dirigidos contra a Primeira-Ministra. Álvaro Cunhal qualifica-os de “vergonhosa campanha” da “reação” contra uma “ativista católica acusada de estar no campo do marxismo ateu”¹⁰⁷. Soares sustenta que aquela “merece o respeito do PS por ser uma pessoa de alto nível intelectual, com prestígio internacional”¹⁰⁸, e que demonstrou “o esforço de isenção”¹⁰⁹.

Os ataques são oriundos do PSD e do CDS. Apesar de concordar com a convocação de eleições antecipadas, Sá Carneiro defendia a continuidade do Gabinete Mota Pinto até ao sufrágio. Marcelo Rebelo de Sousa assinala que os partidos da AD alegaram “uma identificação do novo Primeiro-Ministro com algumas das teses de política externa perfilhadas pelo conselheiro da Revolução e presidente da Comissão

¹⁰³ Marcelo Rebelo de Sousa, “Do terceiro Governo presidencial...”, *Expresso*, 21/07/1979.

¹⁰⁴ “Viabilizar uma solução mesmo sob reservas”, *DN*, 01/08/1979.

¹⁰⁵ “Anunciado o elenco do novo Governo”, *DN*, 31/07/1979.

¹⁰⁶ “Governo passou na Assembleia”, *DN*, 20/08/1979.

¹⁰⁷ “Cunhal critica ataque a Lurdes Pintasilgo”, *DN*, 30/07/1979.

¹⁰⁸ “PS mantém «posição reservada» quanto ao V Governo”, *DN*, 23/07/1979.

¹⁰⁹ “Anunciado o elenco do novo Governo”, *DN*, 31/07/1979.

Constitucional, tenente-coronel Melo Antunes”. Esta escolha viria confirmar, na perspetiva dos líderes da AD, “a tese da influência Melo-antunista no general Ramalho Eanes, e sobretudo (...) corroborar o entendimento segundo o qual o Presidente Eanes nunca aceitará patrocinar ou ligar-se, mesmo que indiretamente, ao projeto da «Aliança Democrática»”¹¹⁰. O vice-presidente centrista Adelino Amaro da Costa entende que o Presidente da República move uma “guerra contra a Aliança Democrática”¹¹¹. Ser conotado com “o setor político-militar conhecido como «Grupo dos Nove»” significava ser “socialista-terceiro-mundista, não democrático”¹¹².

Segundo o líder social-democrata, em entrevista à RTP, ao pretender ser “protagonista” e ir além do “papel de apagamento que lhe caberia num Ministério de gestão”, a Primeira-Ministra converte-se em “instrumento do projeto político central do Presidente”¹¹³. O PSD não reconhece legitimidade ao Governo para “tomar novas opções políticas de fundo, ou ensaiar alterações estruturais”, pois vai exercer funções apenas por três meses, sem fiscalização da Assembleia da República¹¹⁴. A moção de rejeição ao Programa do “Quinto” visa essencialmente anular essas “intenções sinistras”¹¹⁵.

Esta visão crítica está na origem de afirmações como a de que o V Governo será “o mais eanista dos Governos de Eanes”¹¹⁶ e baluarte de um plano de poder presidencialista de orientação socialista e militar, apoiado pelos partidos da esquerda ¹¹⁷.

¹¹⁰ Marcelo Rebelo de Sousa, “Do terceiro Governo presidencial...”, *Expresso*, 21/07/1979.

¹¹¹ “Governo pode não garantir imparcialidade de eleições”, *DN*, 30/07/1979.

¹¹² “PSD encara hipótese de rejeitar o Governo”, *DN*, 23/07/1979.

¹¹³ “Presidente quer ser opção única”, *DN*, 25/07/1979.

¹¹⁴ “PSD manifesta «total desconfiança» em Pintasilgo pelas ligações com o «grupo dos nove» e a «maioria de esquerda»”, *O Dia*, 23/07/1979.

¹¹⁵ “Primeiro-ministro e o Governo não dão garantias de isenção”, *DN*, 17/08/1979.

¹¹⁶ “Partidos políticos reagem à posse do Quinto Governo”, *DN*, 02/08/1979.

¹¹⁷ Num artigo publicado no órgão oficial do PSD, o *Povo Livre*, em finais de Julho, Sá Carneiro enuncia o receio de que Eanes, a partir da sua reeleição, tente a destruição ou a subordinação dos partidos e do Parlamento. Nas suas formulações mais extremadas pelos dirigentes da AD, o “presidencialismo eanista” surge como “um projeto de socialismo africano apoiado no poder militar” e também, convocando diferentes geografias, como processo de “allendização”. O Chefe de Estado terá prolongado artificialmente a crise política movido por uma “estratégia pessoal” de criação de um regime de “transição para a democracia socialista”, que equipara ao 11 de Março. “Em 1975, a manobra envolveu Vasco Gonçalves e o PCP; agora ela repete-se, envolvendo Eanes, Lurdes Pintasilgo e o PCP” (“PS, PSD, CDS e UDP criticam Eanes em discursos dos líderes parlamentares”, *DN*, 20/08/1979). Noutras ocasiões, o enfoque é colocado no apoio de Eanes a um Executivo que constitui o disfarce de um “Governo PS/ASDI”.

As críticas do CDS não se distanciam das do PSD. A variação relaciona-se, não com a criatividade na formulação das acusações – que, no âmbito de um debate ideológico extremado, não ostenta o rigor como sua primeira característica –, mas com o estilo e uma aparente disputa pelo espaço católico no campo político. Há que atender à sua génese como partido centrista e humanista de inspiração cristã (Jalali, 2007: 130). Esta força partidária torna evidente não apenas a competição territorial pela representação política dos valores católicos, como manifesta desconforto pelo perfil de MLP como católica e de esquerda, uma “católica marxista”. Para os centristas, o V Governo é aquele que está mais à esquerda desde o V Governo provisório de Vasco Gonçalves¹¹⁸.

Nuno Abecassis acusa Lourdes Pintasilgo de capitalizar a sua influência para obter, indevidamente, o apoio da Igreja Católica: “Ofendendo o espírito da Constituição, usou abusivamente do prestígio e da autoridade moral da hierarquia católica para dar cobertura que sabe não ser legítima, e ser mesmo contrária à autonomia do poder temporal que a Igreja ensina, aos seus atuais e futuros atos políticos”¹¹⁹. Freitas do Amaral, em entrevista a *O Dia*, denuncia a “indecente exploração publicitária” do catolicismo da nova inquilina de S. Bento por “«aquela mesma esquerda» que tem negado ao CDS o direito de se chamar «democrata-cristão»”. Estranha ver “a imprensa marxista e ateia a louvar com tanto entusiasmo o catolicismo do novo primeiro-ministro...”¹²⁰.

A seriedade destas censuras fica, no entanto, ensombrada pelo recurso retórico a imagens bíblicas por parte deste setor político. Por exemplo, numa intervenção, Lucas Pires manifesta “desejar, simbolicamente, que os 100 dias que nos separam das eleições sejam como o tempo que, na Bíblia, os cristãos levaram a passar o Mar Vermelho e chegar à Terra Prometida”¹²¹. Por outro lado, os próprios líderes dos partidos da AD se avistam, a 3 de Agosto, com o Cardeal-Patriarca de Lisboa, sem aparentemente esta iniciativa contradizer a separação entre poderes temporal e espiritual que preconizam.

¹¹⁸ “Diálogo não é incompatível com a autoridade do Estado”, *DN*, 18/08/1979.

¹¹⁹ “Diálogo não é incompatível...”, *DN*.

¹²⁰ “Decisão de Ramalho Eanes foi imoral e contempla toda a esquerda socialista”, *O Dia*, 31/07/1979. Raul Rego aponta, no *DN*, os “grosseiros ataques de certa comunicação social” e “até por jornais que, como ela [MLP], vão à missa” (Raul Rego, “A luta contra o tempo”, *DN*, 17/08/1979).

¹²¹ “Governo pode não garantir imparcialidade de eleições”, *DN*, 30/07/1979.

MLP não ficará indiferente à violência destes ataques, ainda que, numa entrevista à Eurovisão, citada pelo *DN*, saliente que “o problema é deles, não meu”¹²². Num breve depoimento ao *Expresso*, lamenta o “preconceito de hostilidade” por parte de setores “que, conhecendo-me relativamente pouco, parecem não estar dispostos a conceder-me à partida, pelo menos o benefício da dúvida”¹²³. Na entrevista à RTP, confessa-se “bastante perplexa” com as reações dos partidos da AD, notando que o Presidente da República pretendeu “alguém que apresentasse garantias de independência, rigor e honestidade intelectual. Às vezes sou modesta, hoje não. Acho que reúno essas qualidades”¹²⁴.

A ideia de poder converter-se em instrumento de um regime presidencialista-militar é liminarmente rejeitada. A Primeira-Ministra garante que é “objetivo fundamental deste Governo voltar a dar à instituição parlamentar o prestígio que ela deve ter neste regime e que a Constituição lhe dá”. Ajuíza “que os regimes militares estão, neste momento, completamente excluídos da cena portuguesa, uma vez que estão a funcionar em plena normalidade todas as instituições democráticas”¹²⁵.

Na discussão do Programa do Executivo, volta a sacudir o “fantasma” de um “maquiavélico conluio antidemocrático” entre o general Eanes e o “Quinto”, da função deste como “eco ou braço executório da vontade presidencial ou da vontade de qualquer partido”. Assegura, igualmente, que não cederá “à intimidação que o levaria [o Governo] a auto-esvaziar-se do seu mandato” (não é um computador que se limite à “lubrificação da máquina tecnocrática de preparação do voto”)¹²⁶.

As acusações de “marxismo” são “caluniosas”. Em entrevista ao correspondente em Lisboa do *Le Monde*, José Rebelo, citada por vários jornais, entende que as críticas que se lançam sobre ela provêm de setores que “não aceitaram o Vaticano II”, *i.e.*, “que

¹²² “Espero que a Aliança Democrática clarifique a ideia que tem de mim”, *DN*, 20/07/1979.

¹²³ “Diferença de Governo traduzirá diferença de personalidades”, *Expresso*, 21/07/1979.

¹²⁴ “Lurdes Pintasilgo otimista na RTP”, *o diário*, 21/07/1979.

¹²⁵ “Regimes militares excluídos da atual cena política”, *DN*, 01/08/1979.

¹²⁶ “Governo resistiu à moção de rejeição e Parlamento vê prolongado o funcionamento”, *O Dia*, 20/08/1979.

“agitam a bandeira contra o marxismo ateu e em defesa da cristandade”, esquecendo que o cristianismo já não pode ser considerado uma ideologia¹²⁷.

Declara o seu Gabinete como “frontalmente autónomo” e independente, ainda que com a ousadia de “falar linguagem política”. No seu discurso final no Parlamento sobre o Programa do Governo, a Primeira-Ministra assume sem dramatismos o termo do seu poder, numa atitude de desprendimento que a própria qualifica de insólita, insolente e incómoda:

“Num momento em que a ambição do poder põe a nu a desonestidade moral e intelectual de alguns que me tinha habituado a julgar como homens dignos e sérios, mas que fabricam mentiras e afirmam calúnias como se fossem verdades universais, o aparecimento de um Governo que vai ter nas mãos um poder precário e que a ele se não agarra, é uma afronta e uma inesgotável fonte de mal-estar”¹²⁸.

No momento em que profere esta declaração, ouvem-se os protestos dos deputados do PSD e do CDS, que “martelam fortemente com os punhos o tampo das carteiras”, enquanto as restantes bancadas aplaudem¹²⁹.

7.3 FACTOS, INTERPRETAÇÕES E MILITÂNCIAS DA IMPRENSA

Como preconizado, à época, a imprensa revela uma forte inclinação ideológica e intervém no debate político, refletindo, prolongando, agudizando mesmo as tensões deste campo.

¹²⁷ Em entrevista ao *DN*, no final do mandato, MLP reconhecerá que a conotação com o marxismo lhe valeu por parte de algumas comunidades cristãs “uma recusa apriorística” (Dinis de Abreu e Helena Marques, “«Sou adepta do modelo autogestionário»”, *DN*, 03/01/1980).

¹²⁸ “Governo resistiu à moção de rejeição e Parlamento vê prolongado o funcionamento”, *O Dia*, 20/08/1979.

¹²⁹ “Contribuir para a pacificação e acalmia social procurando cooperação e diálogo com partidos”, *DN*, 20/08/1979. Antes desta intervenção, descreve *O Jornal*, a expressão de Lourdes Pintasilgo “é sorridente, mas também preocupada”. “Receio do auditório? «Não, não pense nisso, estou calma!»”. O semanário relata ainda que “Sá Carneiro, desta vez, não entrou pela porta principal do hemiciclo. Atrasou-se de propósito – comenta-se nos bastidores – para não ter que se encontrar com o Primeiro-Ministro” (F.A., “«Estou calma. Não receio o auditório!»”, *O Jornal*, 17/08/1979).

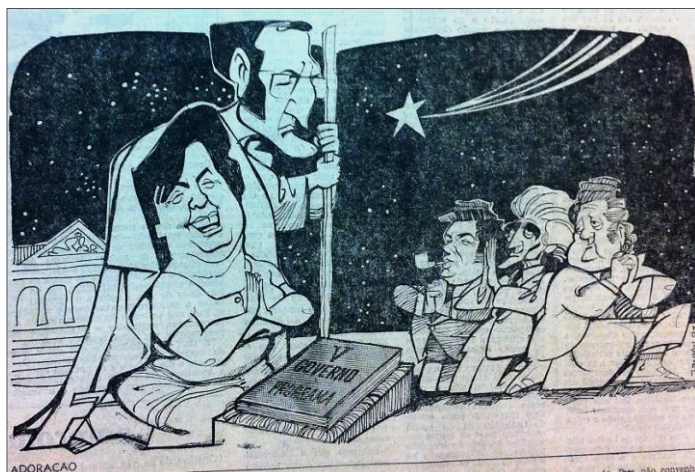
Do ponto de vista formal, o *engagement* manifesta-se não apenas em artigos de opinião mas também nas peças informativas, numa atitude que não se conforma à regra da neutralidade jornalística, preceito deontológico consagrado pela escola anglo-americana de jornalismo, plasmado na abstenção de intervir ou de opinar sobre os assuntos em contexto noticioso.

Certas marcas discursivas são reveladoras desse posicionamento que, em alguns jornais, assume contornos de parcialidade. As leituras proporcionadas pelos agentes externos à instância de enunciação (os protagonistas políticos) convertem-se, num mecanismo de intertextualidade, em enquadramentos dominantes das peças informativas, numa notória sobreposição entre estratégias políticas e valorização editorial. Na fixação de significados, é determinante o jogo entre vários elementos textuais: os títulos; a saliência dos protagonistas e a qualidade em que são referidos (são atores que falam ou de quem se fala?); os ângulos de abordagem; a seleção e modalidades de citação; a escolha de fotografias e as ilustrações; as legendas; os apartes e associações de ideias.

Subsistem, ainda assim, notórias diferenças entre os jornais analisados no que respeita ao grau de *partis pris*.

O *Diário de Notícias* reserva as interpretações e os juízos para os colunistas e os cartoons políticos, garantindo distanciamento no tratamento jornalístico da atualidade política, através de um registo discursivo objetivo e factual, e equilíbrio na expressão das diferentes posições políticas em jogo. Por contraste, *O Dia* e *o diário* ostentam um tom para-propagandístico, comportam-se como vozes oficiosas de quadrantes políticos, que representam em polos ideológicos antagónicos. A cobertura do xadrez político assenta numa dialética esquemática de ataque-aplauso face a certos setores e protagonistas, com os quais estabelecem relações de amor-ódio¹³⁰. Os mesmos acontecimentos podem ser enquadrados de modo diametralmente oposto, cada qual atento às “lágrimas amargas” derramadas pelos seus alvos, quando postos em causa os putativos interesses.

¹³⁰ Também são frequentes os ataques mútuos entre publicações.



O *Diário de Notícias* mantém a separação entre factos e opiniões. Estas últimas são expressas em colunas de análise e através dos cartoons políticos. “Adoração”, um cartoon de Zé Manel, constitui uma representação do Presépio: Pintasilgo, Eanes e os três “reis magos” (Magalhães Mota, Cunhal e Soares) em volta do “Menino”, o Programa do “Quinto”.

Por exemplo, quando a moção de rejeição do PSD/CDS falha os objetivos da maioria de dois terços na Assembleia, *O Dia* declara que “O Governo passou sem o apoio de qualquer partido”, enquanto *o diário* considera que tal consistiu em mais uma derrota do “PPD/CDS” (edições de 20 de Agosto). Comparativamente, o *Diário de Notícias* da mesma data limita-se a documentar que “Governo passou na Assembleia”.

Para *O Dia*, PS e PCP constituem o “Bloco Marxista-Ateu”, ao passo que a Aliança Democrática dá corpo ao “projeto democrático” e é “a única alternativa consistente no atual momento político”¹³¹. Segundo *o diário*, a AD personifica a “direita reacionária e conspiradora”, o “bloco conservador monárquico”, a “direita trifásica” ou a “minoría bicéfala”. Francisco Sá Carneiro é o “presidente pêpêdista”, os membros da Aliança os “aliançários”.

O diário está seguro de que a indigitação de Lourdes Pintasilgo se integra numa “solução de Governo” e valoriza o seu percurso, sugerindo que é esse mérito que está na base da decisão do general Eanes. Em contrapartida, dirige violentos ataques contra o Gabinete Mota Pinto e os dirigentes do PSD e do CDS, retratados amiúde em peças de opinião e em cartoons como gordos, ricos e sedentos capitalistas, que tomaram o país de assalto. Por isso, a publicação celebra o término do IV Governo – “Que não voltem!”, enfatiza-se no Registo da 1.^a página de 23 de Julho. Na sequência da tomada de posse do V Governo, *o diário* exulta, na sua manchete de 2 de Agosto: “Finalmente Mota Pinto foi para a rua!”.

¹³¹ “Bloco marxista-atéu ganha com a escolha de Ramalho Eanes”, *O Dia*, 20/07/1979.

O Dia, por seu turno, não disfarça a antipatia face à escolha de MLP pelo Presidente, associando-a a “teses terceiro-mundistas de muitos pensadores da ala marxista”, que são “companhias marcadamente suspeitas”. O título condena a imprevisibilidade da nova primeira-ministra (é uma “ave livre” mas cujo “mundo ideológico” não “é mais o conflito Leste-Oeste, da nossa inserção na Aliança Atlântica, mas o Diálogo Norte-Sul”¹³²). São comuns os trocadilhos com o seu apelido, com finalidades depreciativas.

ILUSTRAÇÃO 15: “OS SORRISOS DA VITÓRIA CERTA...” (*O DIA*, 14/08/1979)



Lourdes Pintasilgo rodeada por dois ministros do seu Gabinete, Costa Brás e Loureiro dos Santos. As legendas fixam interpretações ideológicas.

Ao “Quinto” e à sua Primeira-Ministra, que o “bloco marxista-ateu” aplaude, a AD responde com um “não rotundo”. A suspeição sobre Lourdes Pintasilgo é acentuada nas legendas das fotografias (a título ilustrativo, numa fotografia publicada a 1 de Agosto, é apresentada como “uma mulher feliz com o apoio da esquerda”)¹³³. Para *O Dia*, este é um “Governo-Skylab” (título de manchete da edição de 14 de Agosto)¹³⁴, lançado sob os “aplausos encomiásticos da «maioria de esquerda»”.

¹³² “Um Governo de 100 dias chefiado por uma mulher «imprevisível»”, *O Dia*, 21/07/1979.

¹³³ “Uma mulher internacionalista divorciada deste «jardim à beira mal plantado»”, *O Dia*, 01/07/1979.

¹³⁴ Skylab designa uma estação espacial norte-americana lançada em 1973 e que ficou destruída prematuramente ao reentrar na atmosfera seis anos depois. O uso da expressão “Governo-Skylab” sugere a ideia de autodestruição.

ILUSTRAÇÃO 16: O “FILME” DA INTERVENÇÃO DE DIOGO FREITAS DO AMARAL NA DISCUSSÃO DO PROGRAMA DO V GOVERNO (*O DIÁRIO*, 20/08/1979)



A tentativa do prof. Freitas...



... para «falar grosso»...



... provocou momentos de boa disposição.

O líder do CDS-PP comparou Lourdes Pintasilgo a um “ayatolah” que vem de França para “incendiar os espíritos”. o *diário* marca o momento numa sequência de fotografias que revelam a reação da Primeira-Ministra. As legendas orientam a leitura das imagens:

1. “A tentativa do prof. Freitas...”
2. — “... para «falar grosso»...”
3. “... provocou momentos de boa-disposição”.

O jornal lança igualmente alertas contra a pretensão do novo Governo de ir “para além de atos da mera gestão, como se impõe neste momento”, para “servir os interesses do «bloco marxista-atéu»”¹³⁵. Cita, a título de exemplo, a devolução pelo Presidente do Estatuto do Médico¹³⁶, elaborado pelo IV Governo, para retificação pelo novo

¹³⁵ “Bloco marxista-atéu ganha com a escolha de Ramalho Eanes”, *O Dia*, 20/08/1979.

¹³⁶ Em finais de Julho de 1979, a Ordem dos Médicos convocou uma paralisação que afetará, durante cerca de quatro semanas, os serviços de saúde do país.

Executivo – o que viria a suceder com outros diplomas –, o que, para *O Dia*, significa que “Belém cede às opções marxistas do «seu Gabinete Lurdes Pintassilgo»”¹³⁷.

A propósito das declarações da Primeira-Ministra ao *Le Monde*, quando atribui as críticas mais virulentas ao seu Governo a círculos que não aceitaram o Concílio Vaticano II, *O Dia* comenta: “Pobre Igreja que se vê assim envolvida na pequena política de um Governo que dá os seus primeiros passos”¹³⁸. Não obstante este aparente cuidado secularista, são frequentes as referências jocosas à religiosidade de MLP, aliadas ao seu pretenso marxismo.

Um outro exemplo claro das diferenças de posicionamento ideológico entre *O Dia* e *o diário* verifica-se a propósito do enquadramento que realizam da intervenção de Freitas do Amaral, durante a discussão parlamentar do Programa do V Governo, em que o presidente do CDS compara Pintasilgo a um “ayatolah” que vem de França para “incendiar os espíritos”¹³⁹. Segundo *O Dia*, a Primeira-Ministra ficou sem argumentos perante este discurso “brilhante”; para *o diário*, o caricato das declarações provocou momentos de boa-disposição no Parlamento (edições de 20 de Agosto).

Os semanários oferecem perspetivas mais amplas e desenvolvidas sobre a figura de MLP e do seu Governo, revelando maior subtileza na expressão dos seus posicionamentos ideológicos e das suas leituras *envolvidas* do jogo político. Mal é conhecida a indigitação, ambos publicam entrevistas com a futura Primeira-Ministra, ainda que *O Jornal* reclame ter a “primeira (grande) entrevista”, enquanto o *Expresso* se restrinja a “3 perguntas a M. Lourdes Pintassilgo”.

O Jornal parece render-se à figura, ao passo que o *Expresso* é reticente e reservado, integrando o leque de publicações que, ainda que interrogativamente ou apoiando-se em “setores bem informados” e “observadores”, associe Lourdes Pintasilgo ao “setor melo-antunista”, ao PS e ao PCP, e discorra abundantemente sobre a influência do Presidente sobre o novo Executivo.

¹³⁷ “Belém cede às opções marxistas do «seu Gabinete Lurdes Pintassilgo»”, *O Dia*, 09/08/1979.

¹³⁸ “Gabinete do Primeiro-Ministro desmente envio de mensagem pessoal a Samora Machel”, *O Dia*, 02/08/1979.

¹³⁹ Freitas do Amaral afirmou no debate parlamentar: “Temos perante nós um Governo que não se conforma com a sua limitação temporal, com um programa demonstrativo de típica megalomania governativa inspirado nalgum «ayatholah» que regresse de França”.

O posicionamento de *O Jornal* é tendencialmente desfavorável aos partidos da AD e à sua oposição a Lourdes Pintasilgo, ainda que sem deixar de acolher o pluralismo político. Cáceres Monteiro aponta a contradição de a “direita” reagir negativamente à nova Primeira-Ministra e a Eanes, quando tinha precisamente defendido a convocação de eleições e a nomeação de um governo de gestão. Esta é uma “birrite” do PSD e do CDS que a “opinião pública poderá aceitar tanto pior” atendendo a que “Maria de Lurdes Pintasilgo tem características pessoais (de que Nobre da Costa também dispunha, mas faltavam a Mota Pinto) para se impor contra o clamor que a Imprensa de direita e alguns órgãos de Informação estatizados (...) vão empreender”¹⁴⁰. O perfil e projeção “além-fronteiras” da Primeira-Ministra tornam-na o “alvo (...) dos nossos pigmeus da política de trazer por casa, mais apetrechados para os «slogans» do que para a ação”, critica José Silva Pinto¹⁴¹. Os “golpes baixos”, “ataques inqualificáveis ou demagogias e mentiras inclassificáveis” e a “falta de honestidade e de vergonha” são revelados por “alguns dos mais desmiolados e demagógicos representantes dessa mesma (certa) direita e extrema-direita”, condena o semanário, no seu Editorial de 20 de Julho¹⁴².

Em comparação com *O Jornal*, a cobertura política efetuada pelo *Expresso* caracteriza-se por um estilo discursivo mais analítico, argumentativo e pretensamente mais sofisticado. Uma espécie de fio invisível fornece consistência narrativa entre as notícias políticas e a coluna de opinião de Marcelo Rebelo de Sousa.

O *Expresso* vai construindo uma teoria em torno de um hipotético projeto político presidencial, não se distanciando, neste ponto, das teses da Aliança Democrática sobre as motivações do general Eanes para escolher Pintasilgo – este é “o mais presidencialista” de todos os Executivos desde Julho de 1976. O semanário revela uma enorme habilidade na construção de cenários. Na edição de 21 de Julho, “observadores” expressam “preocupações” quanto ao estreito acompanhamento da Presidência da República quanto à constituição do novo Governo. Uma semana depois, o destaque principal consiste na interrogação “Última tentativa presidencialista de Eanes? Novo partido político dependerá do êxito do Governo Pintasilgo”.

¹⁴⁰ Cáceres Monteiro, “Governo de gestão levanta novos ventos”, *O Jornal*, 20/07/1979.

¹⁴¹ José Silva Pinto, “Uma mulher sem rótulos”, *O Jornal*, 27/07/1979.

¹⁴² “Golpes baixos”, Editorial, *O Jornal*, 20/07/1979.

O Chefe de Estado afigura-se onnipresente na formação do Executivo. Segundo Marcelo Rebelo de Sousa, o “Quinto” será “provavelmente o mais presidencial de todos os Executivos presidenciais”, com o general Eanes a colocar em lugares chave pessoas da sua confiança e escolha pessoal e a orientar diretamente esses pelouros¹⁴³.

ILUSTRAÇÃO 17: A COLUNA SEMANAL DE MARCELO REBELO DE SOUSA NO *EXPRESSO*



Marcelo Rebelo de Sousa, subdiretor do *Expresso* em 1979, escreve a influente coluna “Análise Política”. Existe uma linha argumentativa entre as posições que assume neste espaço de opinião e as peças informativas sobre o puzzle da política nacional.

O subdiretor do *Expresso* antevê que, nos três meses seguintes, o Presidente terá “larguíssimo campo de manobra”. Se as coisas correrem bem, “é possível que o Presidente Eanes pense ter encontrado o seu Adolfo Suarez, bastante mais à esquerda e mais tecnocrata, e Maria de Lurdes Pintasilgo pensar poder realizar a missão da sua vida servindo um Juan Carlos republicano, beirão, sibilino e distante”¹⁴⁴.

Esta tese é explicitada na *Revista*. “Para Eanes, Maria de Lurdes Pintasilgo seria um possível terceiro passo [depois de Nobre da Costa e de Costa Pinto] no processo de crescente afirmação presidencial, simultâneo com eleições que pouco alterariam o sistema partidário vigente e permitindo o lançamento de um novo partido político. (...) Para muitos observadores, Eanes tem conseguido praticamente tudo o que quer: o apoio silencioso porque confiante das Forças Armadas, a crise no sistema partidário, o reforço

¹⁴³ Marcelo Rebelo de Sousa, “Do terceiro Governo presidencial...”, *Expresso*, 21/07/1979. Eanes terá tido intervenção nos Negócios Estrangeiros, atuando diretamente junto do ministro Freitas Cruz (“Governo Mota Pinto fecha em divergência”, *Expresso*, 28/07/1979); Loureiro dos Santos terá sido persuadido por si a permanecer na Defesa; João Figueiredo personifica “a presença visível do general Ramalho Eanes” (“Lurdes Pintasilgo apresenta hoje em Belém o seu Governo completo”, *Expresso*, 28/07/1979).

¹⁴⁴ Marcelo Rebelo de Sousa, “De um Governo que dá que pensar...”, *Expresso*, 28/07/1979.

do seu poder de liderança, a criação de um espaço político vazio para uma nova realidade partidária”. Só ainda não teria encontrado o “Adolfo Suárez” capaz de mobilizar uma maioria político-partidária¹⁴⁵.

O *Expresso* regressa à tese presidencialista na edição de 4 de Agosto, destacando, na *Revista*, o tema “As cabeças de Mário Soares e Sá Carneiro – um alvo importante para Belém”. Numa semana, o panorama político clarificou-se “por força de dois factos significativos: a própria composição do Governo de Lurdes Pintasilgo, manifestamente «provocadora» relativamente ao PSD e «incómoda» relativamente ao PS; o aparecimento público por parte de fontes consideradas próximas de Belém de uma tese segundo a qual a democracia portuguesa só pode ser duradoura e estavelmente manter-se superando esses dois grandes obstáculos que são Mário Soares e Sá Carneiro”¹⁴⁶. Marcelo Rebelo de Sousa sustenta que, por detrás do Executivo Pintasilgo, reside, não o confronto entre a esquerda e a direita, mas uma opção, muito mais profunda, subtil e de ordem institucional, entre “este Presidente da República como núcleo central liderante da vida política portuguesa, (...) e o sistema partidário e o Parlamento como atores essenciais da nossa cena política”. Sociais-democratas e centristas “não podem deixar de ter «atravessado» (...) o facto de, sendo ambos tendencialmente presidencialistas, tendo ambos oferecido de bandeja a liderança de um bloco político ao Presidente Eanes, este não tenha aceite, e queira construir a sua liderança à revelia das direcções do PSD e do CDS”¹⁴⁷.

Segundo o Editorial de 4 de Agosto do semanário, há razões para o nervosismo de “boa parte” da classe política e para “o tom bastante emocional e de ataque pessoal” contra Eanes e Pintasilgo. Ao escolher MLP, Eanes “sabia que iria ter uma oposição forte de pelo menos dois partidos, o PSD e o CDS (...). Temos, portanto, um V Governo disposto a governar e constituído até por pessoas capazes de o fazer, com plenos poderes (...) mas que governará sem qualquer fiscalização parlamentar e se afirma disposto a apenas o fazer durante 100 dias. Há em tudo isto algo de contraditório

¹⁴⁵ “O terceiro «round» de um combate”, *Expresso/ Revista*, 28/07/1979.

¹⁴⁶ “As cabeças de Mário Soares e Sá Carneiro – um alvo importante para Belém”, *Expresso/ Revista*, 04/08/1979.

¹⁴⁷ Marcelo Rebelo de Sousa, “A opção que não pode ser «mascarada»”, *Análise Política, Expresso*, 04/08/1979.

e confuso que afeta perigosamente a limpidez do início de uma fase importante para o futuro nacional”¹⁴⁸.

7.4 QUANDO A POLÍTICA NACIONAL PASSOU A TER DOIS SEXOS

As publicações analisadas salientam a “novidade histórica” de, pela primeira vez, uma mulher chefiar Governo. O *Diário de Notícias*, ainda mais acentuando o caráter inédito da indigitação, remonta às origens do Estado para sublinhar que “será a terceira mulher com responsabilidades no poder em 800 anos de história de Portugal, sucedendo às duas rainhas Marias”¹⁴⁹. No mesmo sentido, o *Expresso* exulta que MLP “tem batido todos os máximos políticos concebíveis”: “Primeira mulher que chegou a procuradora à Câmara Corporativa, primeira mulher que foi ministro, primeira mulher que atinge o lugar de Primeiro-Ministro”¹⁵⁰. Entre o conjunto de jornais analisados, o *diário* é, comparativamente, mais comedido neste enquadramento de novidade, notando que, se é inédito que uma mulher ocupe tais funções, Lourdes Pintasilgo é uma personalidade reconhecida pelo seu percurso académico, político e profissional. Esta hipótese já tinha sido colocada um ano antes. Maria Elisa Domingues, que nessa altura se propôs entrevistá-la para o *Expresso*, recorda a reação do diretor do semanário, quando lhe disse que Lourdes Pintasilgo iria ser Primeira-Ministra: “o Balsemão riu-se imenso, achou que era maluquinha, mas achou-me graça” (Entrevista a Maria Elisa Domingues, 01/12/2011).

A indigitação não provocou furor apenas em Portugal como teve impacto a nível internacional. A sua assessora de imprensa garante que:

“aquele gabinete tinha uma notoriedade no mundo, no mundo, que nenhum governo voltará a ter em Portugal! Por ter havido uma Revolução e pela novidade de ser uma mulher. Quem é esta mulher? A mulher era interessantíssima, falava várias línguas, tinha estudado em muitos sítios, tinha vivido em não sei quantos países, conhecia o

¹⁴⁸ “Arranque infeliz”, Editorial, *Expresso*, 04/08/1979.

¹⁴⁹ “Terceira mulher no Poder em 800 anos de História”, *DN*, 20/07/1979.

¹⁵⁰ “De Marcello Caetano a Eanes: da esperança frustrada à fé convicta?”, *Expresso/Revista*, 21/07/1979.

mundo inteiro, conhecia gente em todo o lado. (...) Eu recebia pedidos de entrevistas à Eng.^a Pintasilgo, todos os dias, de todas as partes do mundo. (...) Vinham as estrelas do jornalismo entrevistá-la, para jornais, para revistas, para a *Time*, para a *Newsweek*, para as televisões americanas, para a inglesa” (Entrevista a Maria Elisa Domingues, 01/12/2011).

7.4.1 Embarços linguísticos e “marialvismos”

A indigitação de uma mulher quebra a normalidade de um campo político que permanecia inquestionado na sua masculinização. No *Expresso*, o jornalista Daniel Amaral, numa atitude exortativa, julga falar por todos os homens ao verbalizar:

“Vamos dizer a verdade: quando tomámos conhecimento, no Algarve, da indigitação para primeiro-ministro da eng.^a Maria de Lourdes Pintasilgo, esta vizinha machista que o sexo masculino, mesmo discordando, tão bem conhece começou cá dentro a seringear: «caramba, já não há homens nesta terra para um lugar daqueles!» O leitor, se é homem, sabe como é: a gente faz sempre que sim, com a cabeça, diz que a igualdade é uma coisa muito bonita, que as mulheres são muito inteligentes, que viver sem elas era um inferno, enfim... Mas, no fundo, cá mesmo no fundo, embora nestas coisas sejamos capazes de pensar alto, sempre é verdade que receber ordens de uma mulher, ser mandado por uma mulher, ter uma mulher como chefe – bolas, é uma chatice!”¹⁵¹.

A primeira dificuldade que se coloca aos jornalistas é de ordem linguística. O vocabulário não previa, então, a eventualidade do exercício de cargos políticos no feminino e, institucionalmente, Maria de Lourdes Pintasilgo é tratada no masculino – quando a própria se refere a si mesma como “Primeira-Ministra”¹⁵². No imediato, os jornais não se sentem gramaticalmente interpelados pelo facto de designarem uma mulher por “primeiro-ministro”, “ministro”, “embaixador”, “procurador”.

¹⁵¹ Daniel Amaral, “Palmas à sra. Ministra!”, A Temperatura do País, *Expresso*, 04/08/1979. Daniel Amaral assegura que a “zanga” lhe passou e que se tornou “fã desta Mulher”, como, aliás, indica o título do artigo.

¹⁵² Maria Elisa, em entrevista (01/12/2011), recorda a questão formal do tratamento. “A nossa documentação oficial, as cartas, saíam do gabinete com «A Primeira-Ministra». Tínhamos instruções para isso. Isso foi discutido lá dentro e desde o primeiro segundo ela disse: «sou a primeira mulher a exercer este cargo, este cargo tem um feminino, por isso sou a Primeira-Ministra»”. Não obstante, os diplomas legislativos publicados em Diário da República mantiveram a chancela “Gabinete do Primeiro-Ministro”.

Porém, são rapidamente confrontados com este dilema linguístico, ainda que, aparentemente, lhe concedam pouca relevância – é uma questão “de pormenor” (*DN*), “não importante” (*O Jornal*) –, não entrevedo na ausência de concordância gramatical qualquer diminuição da figura. Um certo embaraço linguístico conduz, não obstante, os jornais a realizarem périplos pelos dicionários e prontuários e a consultarem especialistas, procurando garantir a correção do seu discurso. Apesar de os dicionários ainda definirem “ministra” como “esposa do ministro” ou em sentido irónico e depreciativo, e não contemplarem a forma feminina de primeiro-ministro¹⁵³, as conclusões dos inquéritos não detetam qualquer entrave técnico à conversão das funções políticas no feminino. E, todavia, erguem-se obstáculos de outra natureza.

No parecer do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, solicitado pelo *Diário de Notícias*, as dificuldades prendem-se com critérios de “aceitabilidade” e de “adequação”: “o uso – obviamente por falta de oportunidades – ainda não consagrou o feminino para a designação deste cargo, como o fez no entanto para outros”. Aquela entidade explica que “a designação primeiro-ministro constitui um grupo de duas palavras já de tal modo solidificado que cada um dos elementos parece ter perdido autonomia”, pelo que “desencadear o processo de formação do feminino em relação a ela implicaria uma espécie de desintegração da forma. Remotivação de cada um dos elementos, formação do feminino e reintegração no léxico da nova lexia – com a correspondente consagração pelo seu uso – o que é sempre demorado, bastante incerto e linguisticamente pouco económico”. Aquele Centro conclui que “o êxito de uma tal opção, agora, nos parece um tanto duvidoso junto do falante comum”¹⁵⁴. Perante estes argumentos, o jornal indica que, doravante, acolherá a sugestão de designar Lourdes Pintasilgo como “a primeiro-ministro” ou “a senhora primeiro-ministro”.

O Jornal, por seu turno, enfatiza que a introdução do feminino criará uma “distinção de géneros” que considera inoportuna. Reconhece-se a evolução da linguagem no sentido de incluir a feminização de muitas profissões e estatutos que até recentemente apenas admitiam o masculino – “«a mulher, hoje rivala [*sic*] do homem, é médica, engenheira, arquiteta, campeã»”, indica o *Prontuário da Língua Portuguesa*, de F. Xavier Roberto e Luís de Sousa. No entanto, “«a mulher, emancipando-se, torna-se

¹⁵³ O *Vocabulário da Língua Portuguesa*, de Rebelo Gonçalves, regista, “em contrapartida, a partir das formas masculinas, femininos como primeira-bailarina, primeira-conservadora, primeira-escriturária, primeira-secretária, primeira-bibliotecária, etc.” (“«Primeiro» ou «primeira?»”, *O Jornal*, 27/07/1979).

¹⁵⁴ “A primeiro-ministro ou a senhora primeiro-ministro”, *DN*, 30/07/1979.

tão rival do homem que já por vezes o iguala; e a linguagem, reconhecendo então inoportuna a distinção de géneros, diz que a mulher é ministro, deputado, capitão, chefe e campeão como qualquer homem», refere o mesmo *Prontuário*. Portanto, manter o masculino será uma forma de assegurar a igualdade entre os sexos.

Com recurso a uma análise menos elaborada ou apoiada em *experts*, Adelino Alves, numa crónica publicada em *O Dia*, sugere uma solução simples para a “confusão de sexos” suscitada pela entrada de “senhoras” nos elencos ministeriais. Ainda que utilize o termo “senhoras”, mais cortês e diferenciador, numa bonomia paternalista, o cronista defende a adaptação da língua “às necessidades que vão surgindo, pois, nós, sem lhe provocar entorses escusadas, temos de pô-la ao nosso serviço. Assim, deveremos – salvo melhor opinião! – dizer «subsecretária», «secretária» e «ministra» quando aplicadas, estas palavras, a senhoras. (...) Eu ainda me lembro de certa dificuldade no uso da palavra «deputada» que tão mal soava a ouvidos mais exigentes, mas a verdade é que o termo no feminino acabou por vencer”. Também não se lhe afigura “satisfatório procurar-se no dicionário a significação de certas palavras tais como a de ministra que diz ser «a mulher do ministro». (...) Ora, isto era aceite quando as mulheres não exerciam os cargos que eram – repito – inteiramente reservados aos homens”. Entende que “as esposas dos ministros e dos embaixadores têm de desocupar o lugar para o darem a quem dele tem real direito!”. A sua opinião poderá ser discutível mas não ridícula. “Ridículo, na nossa língua, é chamar-se ministro e subsecretário a uma mulher”¹⁵⁵.

Este debate surte fracos efeitos práticos, já que a imprensa (mesmo *O Dia*) continuará a usar predominantemente a forma masculina.

Será ainda objeto de discussão na imprensa o uso de expressões sexistas. Fará correr muita tinta a declaração do vice-presidente do CDS Francisco Lucas Pires, num comício na Maia, a 22 de Julho, em que qualifica Lourdes Pintasilgo como “neo-gonçalvismo rococó de saias e espartilho”¹⁵⁶, e que apenas *O Dia* interpreta como expressão sarcástica.

¹⁵⁵ Adelino Alves, “Ministros e ministras”, *O Dia*, 28/07/1979.

¹⁵⁶ A declaração completa é: “Não estamos dispostos a deixar-nos embalar por um neo-gonçalvismo rococó de saias e espartilho, como esse que agora se apresenta ao povo português”.



Cartoon de António na primeira página desta edição. “Eles” são os líderes da Aliança Democrática, Sá Carneiro e Freitas do Amaral, retratados por António como “predadores” que procuram colocar Lourdes Pintasilgo numa pequena gaiola, na qual não poderia caber.

No *Diário de Notícias*, António Mega Ferreira estranha tamanha “má-criação” por parte de um político “habitualmente tão cuidadoso nos adjetivos”. Em seu entender, a “frase de Lucas Pires é a verbalização de incontidos sentimentos marialvistas (...), um acervo de coisas contraditórias, em que o rococó de circunstância surge como extemporânea qualificação estilística, bem pouco à medida da dimensão funcional, universalizante e pouco redundante da primeira-ministra indigitada”¹⁵⁷.

A jornalista Maria João Avillez, no mesmo jornal, também se debruça criticamente sobre esta “brejeirice”, vinda de um “deputado barroco”. A colunista entende que o uso da expressão não contribuiu para a conquista do eleitorado feminino, antes pelo contrário. Assume esta posição esclarecendo, simultaneamente, ser insuspeita “de arvorar um feminismo demasiado assanhado ou de ter, alguma vez, tomado posições públicas a favor ou contra os mais candentes problemas que dizem respeito à causa de ser mulher”¹⁵⁸.

Outros sexismos perpassarão, cirurgicamente, o discurso dos políticos críticos da Primeira-Ministra. Francisco Lucas Pires garante, num comício, que os partidos da AD

¹⁵⁷ António Mega Ferreira, “Esta indigitação”, *DN*, 25/07/1979.

¹⁵⁸ Maria João Avillez, “Um deputado barroco”, *DN*, 27/07/1979. As “vozes” femininas nos jornais parecem preocupadas em distanciar-se de determinadas correntes do feminismo. O mesmo sucede, com diferenças, na entrevista de Maria Elisa Domingues a *O Jornal*, em que a dado passo afirma: “Não se trata de uma declaração feminista, que não sou no sentido vulgar do termo” (Edite Soeiro, “«No final dos cem dias voltarei à televisão»”, *O Jornal*, 03/08/1979).

“farão com que a passagem do Governo Eanes-Pintasilgo na Assembleia não passe de uma festa entre amigos”. Um outro dirigente centrista, Rui de Oliveira, num comício a 22 de Julho no Funchal – “capital da ilha romântica”, qualifica *O Dia* –, declara que, “ao escolher Lurdes Pintasilgo, «Eanes divorciou-se da maioria que o elegeu para arranjar outro amor»”¹⁵⁹.

Os jornais não serão impermeáveis à tentação da ambiguidade. Como já foi referido, o *Expresso* alude ao “fascínio” que a personalidade de Lourdes Pintasilgo exerce sobre Eanes. Entre 1976-1978, ambos descobrem-se mutuamente. “O Presidente português não esconde a sua admiração pela política sagaz, revela conhecer os dossiers da UNESCO, defende acaloradamente Pintasilgo ponto por ponto, parece sentir nela uma identidade de pontos de vista em vários domínios. (...) Maria de Lourdes Pintasilgo sente em Eanes uma atração pessoal e política enorme”¹⁶⁰.

A esta narrativa da “atração Eanes-Pintasilgo”, com possibilidades interpretativas que transcendem o registo institucional, *O Dia* acrescentará uma outra, quando faz subtis alusões a um reduto feminino em que se terá convertido o Forte de Oeiras. Seis mulheres nele se encerram para “analisarem os eventuais homens do «Quinto»”¹⁶¹. A seguinte legenda faz *racord* com as fotografias de Joaquim Lourenço, Pedro Macedo e Pinto Correia, que ilustram a peça: “Três homens em Santo Amaro (...). Dentro do Forte seis mulheres rodeiam já Maria de Lurdes Pintasilgo e arrancam com um V Governo «imprevisível»”. Esta é a *entourage* de “mulheres da primeira-ministra”¹⁶², ideia contraposta à referência viril de que a maioria dos nomes do próximo elenco governativo estavam já “firmes”, ainda que este seja apenas um “rumor insuscetível de confirmação”¹⁶³.

Termos evocativos do universo feminino são escolhidos para compor notícias sobre a formação do Executivo. O Governo está em “gestação”, escreve *O Dia* a 23 de

¹⁵⁹ “«CDS não se deixará embalar num neo-gonçalvismo de saias»”, *DN*, 23/07/1979; “PSD sem reticências: total desconfiança a Pintasilgo”, *O Dia*, 23/07/1979.

¹⁶⁰ “De Marcello Caetano a Eanes: da esperança frustrada à fé convicta?”, *Expresso/Revista*, 21/07/1979.

¹⁶¹ Referência a Maria Elisa, à secretária particular de Maria de Lourdes Pintasilgo, a Teresa de Santa Clara Gomes, a Maria Velho da Costa, a Manuela Silva e a Maria de Lurdes Belchior, que estaria pensada para a pasta da Cultura (“Um Forte para seis mulheres analisarem os eventuais homens do «Quinto»”, *O Dia*, 26/07/1979).

¹⁶² “Católicos laicos e amigos pessoais na base das opções prioritárias”, *O Dia*, 26/07/1979.

¹⁶³ “Católicos laicos...”, *O Dia*. Maria Elisa Domingues, em entrevista, recorda que uma revista do Parque Mayer quase sugeria uma relação lésbica entre a Primeira-Ministra e a sua assessora. Havia também “cartoons muito ordinários”. “Ela normalmente ria-se. Não ligava nenhuma. Tinha as suas prioridades muito bem definidas” (Entrevista a Maria Elisa Domingues, 01/12/2011).

Julho¹⁶⁴. Também *o diário* sucumbe ao uso da expressão. Na primeira página da edição de 25 de Julho, o título “Novo governo em gestação no Forte de Santo Amaro” é complementado com as fotografias de Maria Elisa e de Maria Velho da Costa, duas “caras conhecidas entre os assessores diretos de Maria de Lurdes Pintasilgo”¹⁶⁵.

Certas expressões colocam o género feminino na rota de convencionais gestos de cortesia e cavalheirismo. No resumo de uma intervenção parlamentar de Salgado Zenha, *o diário* escreve que o PS, pela voz do deputado, “enviou flores de retórica à pessoa do Primeiro-Ministro”¹⁶⁶.

Em sentido contrário, os jornais também recorrem aos substantivos “galos”, “poleiros” e “tenores” para designar os titulares de cargos políticos. Jocosamente, *O Dia* cita uma “assídua leitora”: “«Este País tem um ‘pinto’ e um ‘pintasilgo’, quando o que precisava era de um ‘galo com esporas’»”¹⁶⁷. Marcelo Rebelo de Sousa escreve, referindo-se a Eanes e a Pintasilgo, que “só o tempo dirá como é que em Portugal dois galos podem ocupar o mesmo poleiro”¹⁶⁸. De uma ambiência romântica, a relação entre os dois líderes é aqui enquadrada numa dinâmica de competição.

7.4.2 Uma *outsider* num momento de crise

Perante a “situação caótica da vida portuguesa”, uma mulher será a derradeira solução? Para *O Dia*, assim parece. “Já que nenhum dos homens entronizados em S. Bento conseguiu levar a bom termo a sua missão, talvez que uma mulher possa operar o «milagre» tão desejado”, ironiza aquele jornal, a 20 de Julho. Para o efeito, socorrer-se-á das “qualidades próprias do seu sexo” e de “outras que são fruto da sua experiência em lugares de grande importância política e que certamente lhe proporcionaram uma visão global e privilegiada da situação portuguesa”¹⁶⁹. O autor não concretiza quais as

¹⁶⁴ “Pintasilgo a ultimar os contactos enquanto surgem já novos partidos”, *O Dia*, 23/07/1979.

¹⁶⁵ “Novo governo em gestação no Forte de Santo Amaro”, *o diário*, 25/07/1979.

¹⁶⁶ “Programa apresentado e muito por debater”, *o diário*, 14/08/1979. Descreve o *DN* que as palavras iniciais de Salgado Zenha foram “de homenagem a Maria de Lurdes Pintasilgo – «à generosidade do seu coração», ao seu «profundo espírito democrático», «à fé e determinação que usa em tudo pôr (...)». «Admiração e simpatia», frisou, «perfilhadas por todo o seu partido (...)»” (“As perguntas dos deputados”, *DN*, 14/08/1979).

¹⁶⁷ “Bloco marxista-atéu ganha com a escolha de Ramalho Eanes”, *O Dia*, 20/07/1979.

¹⁶⁸ Marcelo Rebelo de Sousa, “De um Governo que dá que pensar...”, *Expresso*.

¹⁶⁹ “Pintasilgo já tinha «cantado» quando Belém deu a «boa nova»”, *O Dia*, 20/07/1979.

“qualidades próprias” do sexo feminino, que as distinguirá de putativas “qualidades masculinas”. Em períodos de “normalidade”, os homens manter-se-iam em controlo e prescindiriam desta intervenção feminina especial no espaço político, ainda mais de uma mulher que, talvez pelas suas virtudes católicas, seja capaz de um “milagre”.

Em termos mais metafóricos, Maria Velho da Costa discorre quanto à circunstância de ser escolhida uma mulher para aguentar a “democracia trémula”:

“Chama-se uma mulher para que aguente um pouco, um pouquinho, o leme da barça das iras e das cinzas e a faça sulcar, qual donairoza gôndola, o mar crespo de um período pré-eleitoral acaso mais rosnante que qualquer outro dos anteriores. Afastar o cinzento, a poluída bruma nacional, a poder de sorriso e instaurar o cor-de-rosa das meninas de coro como pano de fundo da batalha do voto. Às urnas, às urnas, enquanto a tua mão embalaria o berço”¹⁷⁰.

Neste artigo de opinião, publicado em *O Jornal* a 27 de Julho, com título de prece – “Salve Maria” –, a coautora de *Novas Cartas Portuguesas* contrapõe a batalha do voto (“às urnas, às urnas”, lembrando o “às armas” do hino nacional) ao “poder do sorriso”, ao “cor-de-rosa” das suas acompanhantes e ao “embalar o berço”, usando um estilo literário para desconstruir estereótipos. A mulher (apelando às “qualidades do seu sexo”?) ficaria a tomar conta da “barça” enquanto os homens vão fazer a guerra?

Na verdade, o discurso dos jornais é perpassado por uma responsabilização dos “homens entronizados” pela situação de crise. António de Figueiredo lembra, no *DN*, que Portugal é um “país fundado por guerreiros, cujos feitos de expansão ultramarina se devem a almirantes e marinheiros, e onde o poder se distribui sempre por bispos e militares”. Esta génese tradicional do poder conduziu a “hábitos ancestrais, mais simplistas, de pensar acerca da função das mulheres na vida nacional”. Mas, para o comentador, será oportuno recordar a intervenção feminina noutros momentos “em que a determinação foi necessária”. E verifica que, “tendo os homens, até aqui, guardado tão zelosamente o monopólio do poder político em Portugal, só a eles, exclusivamente, se

¹⁷⁰ Maria Velho da Costa, “Salve Maria”, *O Jornal*, 27/07/1979.

podem atribuir as culpas pelo labirinto que se criou e as voltas infindáveis e mortificantes que estamos a dar nas suas teias, à procura de uma saída”¹⁷¹.

No *Expresso* pulsa algum desapontamento face a políticos que, em bloco, “são apontados como ineficazes e superficiais”, entreendo-se em “jogadas de bastidores”, “assuntos meramente formais ou processuais”, “reviravoltas de 180 graus”, não conseguindo granjear “o apoio entusiástico do povo que [os] elegeu”¹⁷². Uma mulher na chefia do Governo com as qualidades de Lourdes Pintasilgo pode ser um “facto «refrescante»” e obter o “favor da opinião pública” num país “cansado da polémica, tantas vezes estéril, em termos de direita e esquerda”, escreve Cáceres Monteiro, no semanário *O Jornal*¹⁷³.

Maria Velho da Costa lança um apelo à Primeira-Ministra, uma vez mais trabalhando os imaginários sociais de diferença sexual a partir de dentro dos seus códigos:

“Estão nas tuas mãos cem dias portugueses de imprevisível diferença. Não só por ti, imprevisível, mas pelo jogo de ti com este corpo social. Porque és mulher, sim, num país em que governam homens. (...). Coisa de sorrir, pois, esta de nos aconteceres assim tão no intervalo, assim tão, Pega lá na criança ao colo, tão enfezada e birrenta, a democracia parlamentar portuguesa, muda-lhe a fralda, varre a cozinha, enquanto a gente vai lá para dentro aguçar o argumento, reforçar o empréstimo, programar a institucionalização definitiva da crise, do debate ideológico, do desastre quotidiano. (...) Mas acaso foi a canseira do jogo político aqui, acaso foi a seca do crónico maldizer d’Este País (...), acaso foi o lento e crescente desaire do dizer sem fazer, ou fazendo mal, ou fazendo a mal, que o levou (...) a propor-te.”¹⁷⁴.

Como a própria MLP descreve, no discurso final de aprovação do Programa do Governo, a 18 de Agosto, tem a ousadia de “falar linguagem política”, ainda que seja independente e não esteja ligada a qualquer partido político. Acalenta um projeto para a

¹⁷¹ António de Figueiredo, “Portugal é macho”, Crónica de António de Figueiredo, *DN*, 09/08/1979.

¹⁷² “A abertura da caça”, Editorial, *Expresso*, 21/07/1979.

¹⁷³ Cáceres Monteiro, “Governo de gestão levanta novos ventos”, *O Jornal*, 20/07/1979.

¹⁷⁴ Maria Velho da Costa, “Salve Maria”, *O Jornal*, 27/07/1979.

sociedade portuguesa, quer empurrar o tempo ao encontro das “cidades futuras”. Propõe-se, no breve mandato, semear o “espírito de algumas transformações”. Como afirma na apresentação do elenco governamental, a 31 de Julho, “situo-me numa perspetiva de sociedade alternativa”. Traz essa filosofia para a composição do seu Governo, que não situa nas “categorias de esquerda ou de direita”, num desejo de superar a “contradição ideológica”¹⁷⁵.

Aceita chefiar o Governo por haver serviço a prestar ao país: “Sei que há poucas pessoas dispostas a aceitá-lo e, em concordância com a minha própria vida, sinto-me no dever de aceitar”¹⁷⁶. Dias depois, em entrevista a *O Jornal*, declara que aceitou o desafio em resposta ao momento histórico¹⁷⁷. Este não é o tempo cronológico mas aquele que se abre em oportunidade – o tempo *kairológico* – para pôr em marcha o seu projeto de sociedade.

A imprensa tem dificuldades em classificá-la. É, segundo José Silva Pinto, de *O Jornal*, “uma mulher sem rótulos”. O *Expresso* caracteriza-a como “socializante para não dizer de perfil socialista, desenvolvimentista preocupada pelo «social» e defensora da participação comunitária intensa”¹⁷⁸. Viveu uma inflexão à esquerda depois do 25 de Abril, quando integrou os três primeiros governos provisórios? O semanário discorda: “apenas manifestara porventura de forma mais agressiva uma propensão socializante e uma preocupação por mutações socioeconómicas de estrutura que sempre tinham constituído sua motivação prioritária”¹⁷⁹. João Garin, em *O Dia*, compara o V Governo a “um aquário de água benta onde nadam peixinhos vermelhos”¹⁸⁰. A revista madrilena *Cambio16*, a 5 de Agosto, transcrita pel’ *O Jornal*, apresenta Lourdes Pintasilgo como uma “mulher católica de esquerda”, designando-a de “A Thatcher vermelha de Portugal”¹⁸¹.

MLP enjeitará, no entanto, os rótulos e os “ismos” com que a procurarão colar ao setor da esquerda. “Terceiro-mundismo”, “marxismo”, “neo-gonçalvismo”, “melo-

¹⁷⁵ “Um governo quando tem quer gerir tem de tomar decisões a médio prazo”, *DN*, 01/08/1979.

¹⁷⁶ Declarações à ANOP, que vários jornais citam.

¹⁷⁷ Carneiro Jacinto, “«Tentarei criar um Governo com estrutura mais leve»”, *O Jornal*, 20/07/1979.

¹⁷⁸ “De Marcello Caetano a Eanes: da esperança frustrada à fé convicta?”, *Expresso/Revista*, 21/07/1979.

¹⁷⁹ “Do «Gaal» à UNESCO: do micro-social ao macro-social”, *Expresso/Revista*, 21/07/1979.

¹⁸⁰ João Garin, Florete, *O Dia*, 02/08/1979.

¹⁸¹ “A Thatcher roja”, *Periscópio*, *O Jornal*, 10/08/1979.

antunismo”? Sintetiza Maria Velho da Costa que é chamar “nomes que só acham feios”¹⁸². A sua consciência e empenhamento políticos, combinados com a personalidade irreverente, imprevisível e independente, tornam o exercício classificatório um desafio. É uma “ave livre” e uma “inteligência perigosa”. A incompreensão quanto ao seu posicionamento ideológico, num momento de ausência de clarificação política, explica parcialmente as hostilidades e reservas que sobre si recaem.

A sua singularidade política é indissociável do percurso como ativista e intelectual católica. A formação como católica militante participa de todos os aspetos da sua existência, como sublinha na entrevista à RTP de 20 de Julho¹⁸³. A identidade como mulher católica é constitutiva da sua visão política mas este subtexto é também glosado, em moldes depreciativos, na forma como é representada pública e politicamente.

No extenso perfil da Primeira-Ministra que a *Revista do Expresso* publica de 21 de Julho, enaltece-se a participação nos movimentos católicos progressistas das décadas de 1950 e 1960 e no Graal, que “lançaria em Portugal várias experiências de desenvolvimento comunitário, em que veio a lume uma das opções de fundo de Lourdes Pintasilgo: a sua crença na descentralização e numa certa iniciativa popular basista no enfrentar das questões económicas e sociais que se colocam a uma coletividade. A par de uma funda preocupação pelo «social» (subalternizando as questões político-institucionais de superfície), o do desenvolvimento participado e descentralizado marcou até hoje a carreira humana (e política) de Pintassilgo”¹⁸⁴.

Um ano antes, na entrevista a Maria Elisa publicada no *Expresso*, explicara o conceito de descentralização: “Não se trata apenas de fazer chegar a todas as zonas do país as decisões tomadas normalmente no centro mas de multiplicar os centros de decisão. Como dizemos muitas vezes na UNESCO, só quando «a periferia passa a ser o centro» é que a sociedade atinge a maioria política”¹⁸⁵.

As desigualdades sociais representam a sua principal prioridade, como salienta na sua tomada de posse. Em lugar de fações ideológicas, se alguém se deve privilegiar,

¹⁸² Maria Velho da Costa, “Salve Maria”, *O Jornal*, 27/07/1979.

¹⁸³ “Lurdes Pintasilgo reconhece os limites do seu Executivo”, *DN*, 21/07/1979.

¹⁸⁴ “História breve de uma inteligência (perigosa?) chamada Maria de Lourdes Pintassilgo”, *Expresso/Revista*, 21/07/1979.

¹⁸⁵ “História breve de uma inteligência...”, *Expresso/Revista*.

serão “os discriminados, os mais desfavorecidos”. O que a preocupa é o fosso entre ricos e pobres (as “largas franjas que não chegam sequer a aceder aos níveis mínimos de subsistência”).

Segundo Cáceres Monteiro, ao declarar pôr-se “abertamente do lado dos que na sociedade portuguesa são desfavorecidos e permanecem sem voz” e ao apontar “para a busca de «caminhos novos»”, MLP situou-se a si própria “apenas no espírito do Vaticano II”, que “alguns procurarão identificar com o marxismo”¹⁸⁶. A propósito deste discurso, Helena Marques comenta, no *DN*, que “pela primeira vez uma interpretação dinâmica do Evangelho entrou na vida política portuguesa”¹⁸⁷. O jornalista Rui Osório, convidado por *O Jornal* para dissertar sobre a influência da religião na conceção política de Lourdes Pintasilgo, caracteriza o projeto de mudança da Primeira-Ministra como “um imperativo evangélico”. Não o admira que, no seu discurso e ação, “fale constantemente de Revolução, experiência, processo, transformação, futuro...”. A sua “teologia política” não surge ancorada na “ciência política”, “nem orienta os cristãos para uma hiperpreocupação com a organização política, em termos de partidos, correntes de opinião e estruturas rigorosamente políticas”. Não é na teoria política que a chefe do Governo procura “a segurança de um horizonte messiânico próximo. (...) Do itinerário de uma mulher como Maria de Lurdes Pintasilgo, cuja aposta decisiva aponta para um futuro novo, julgo que se poderá dizer que estamos perante uma «guia espiritual» da democracia”¹⁸⁸.

A preocupação com o “social” tem um alcance mais vasto, permitindo entrever um ideal de “empoderamento” dos cidadãos e o desafio a uma sociedade em que o poder se organiza hierarquicamente. Prestes a liderar o Governo, enuncia, na curta entrevista ao *Expresso*, que a classe política deve aliar o exercício do poder à “criatividade e a iniciativa potencial do povo”. Acalenta o projeto de o seu Executivo apontar o caminho, ainda que sem possibilidades de o concretizar, no sentido de “reforçar das estruturas que, a todos os níveis, possibilita a expressão e a participação de todos os portugueses, na tomada das decisões que lhe dizem respeito”¹⁸⁹. É esta a significação mais funda da sua insensibilidade às questões de “superfície política”, da

¹⁸⁶ Cáceres Monteiro, “Começou a «marcha dos 100 dias»”, *O Jornal*, 03/08/1979.

¹⁸⁷ Helena Marques, “A marcha de cem dias”, Síntese, *DN*, 03/08/1979.

¹⁸⁸ Rui Osório, “Guia Espiritual”, *O Jornal*, 10/08/1979.

¹⁸⁹ “Diferença de Governo traduzirá diferença de personalidades”, *Expresso*, 21/07/1979.

desconfiança perante os partidos e da renitência ao parlamentarismo, que lhe apontam o *Expresso*. A representação parlamentar tem de ser completada pela expressão de outras formas de exercício da vontade popular. Sem a garantia de direitos económicos, sociais e culturais, os direitos políticos não passarão de enunciados “mais ou menos formais”¹⁹⁰.

O “contacto muito frequente e direto” que quer empreender com o povo, e não apenas com as forças organizadas – o que é destacada na manchete de *O Jornal* de 20 de Julho –, encaminha para esta prioridade de permitir a expressão e a participação do coletivo nas decisões que lhe dizem respeito¹⁹¹. A democracia é, afinal, a gestão das coisas pelo povo. Os partidos políticos não absorveram a dinâmica do povo a fazer “um certo caminho para a democracia” no pós-25 de Abril, vivido de forma acelerada. O que, por um lado, conduziu a uma “demasiada ideologização dos problemas” e, por outro, prejudicou a identificação dos cidadãos com as formações partidárias. Como discute em entrevista a Carneiro Jacinto, “os nossos partidos seguiram a sua lógica própria, à semelhança do que se passa nas democracias institucionalizadas. Assim, ao atuarem no contexto de um povo em plena efervescência, os partidos portugueses refletiriam de forma mais aguda as dificuldades e a problemática que se levantam hoje em todos os regime parlamentares dos países industrializados”, e que se referem às formas de participação na coisa pública. No fundo, ignoraram a “irrupção enorme, a todos os níveis e em todas as estruturas sociais, da experiência do povo a gerir os seus próprios negócios e os seus próprios interesses” e que, nesse entreato, “deu um salto gigantesco em termos de democracia”¹⁹².

O *Expresso* aponta-lhe a “presença obsessiva de um sentido de missão que a torna «utópica» aos olhos de muitos”¹⁹³. A Primeira-Ministra “ainda tem da política uma visão Quixotesca, cheia de idealismo e também de uma certa ingenuidade pessoal”,

¹⁹⁰ “De Marcello Caetano a Eanes: da esperança frustrada à fé convicta?”, *Expresso/ Revista*, 21/07/1979.

¹⁹¹ Esse contacto foi assegurado numa espécie de “Presidência Aberta”, iniciativa original em que MLP, com a sua equipa, percorreram vários pontos do país, realizando reuniões descentralizadas com a população. Eram visitas a regiões fora de Lisboa, “não com pompa e circunstância, com agenda de cortar fitas, mas com *dossiers* debaixo do braço e uma determinação em ouvir e resolver os problemas dos cidadãos *in loco*. (...) Apesar do frenesim em São Bento, Maria de Lourdes fazia questão de arranjar tempo para sair do gabinete e visitar o Portugal profundo. Arrastava ministros atrás de si, apartando-se das convenções, da maneira tradicional de governar: quebrou tabus, expôs-se, confrontou-se com as exigências das populações” (Beltrão e Hatton, 2007: 254).

¹⁹² Carneiro Jacinto, “«Tentarei criar um Governo com estrutura mais leve»”, *O Jornal*, 20/07/1979.

¹⁹³ “De Marcello Caetano a Eanes...”, *Expresso/ Revista*.

que a leva a “reorganizar substancialmente o Governo” e a definir para os 100 dias do seu mandato “altas tarefas de fundo”, escreve Marcelo Rebelo de Sousa, na sua Análise Política de 4 de Agosto. O que o motiva a interpelá-la diretamente: “Qual a medida do utopismo justo, realista e necessário em Portugal-79, Lurdes Pintasilgo?”¹⁹⁴.

Em entrevista a *O Jornal* de 3 de Agosto, Teresa de Santa Clara Gomes contrapõe a idiossincrasia de Lourdes Pintasilgo (“pessoa de grande visão e grandes perspetivas”) à sua própria forma “mais operacional, preocupada com a viabilização das coisas”. Remata que “isso traz, por vezes, grandes discussões e grandes controvérsias e nem sempre estamos de acordo”¹⁹⁵.

Será Lourdes Pintasilgo demasiado “utópica” e “quixotesca”, sem noção instrumental das reais possibilidades do seu projeto de transformação da sociedade, com uma limitação temporal em seu desfavor? Ou o principal problema será antes, como escreve Maria Velho da Costa, que “a restauração da crença e do entusiasmo das grandes massas no seu próprio fazer de si mesmas” “a uns falece sustentar e a outros ameaça”¹⁹⁶?

Na opinião de Augusto Abelaira, na sua coluna de opinião “Escrever na Água”, em *O Jornal*, “o principal infortúnio do novo Governo resultará das reais virtudes da primeira-ministra”. Esta mulher – “não será Joana d’Arc, a padeira de Aljubarrota, Dona Filipa de Vilhena?” –, simultaneamente “universidade e povo”, sem prometer nada, gera esperança e a “expetativa, algo perigosa, do milagre”. “Quando se espera o milagre e o milagre não vem, a desilusão torna-se inevitável”¹⁹⁷.

7.4.3 “É mais do que tempo de as mulheres aparecerem”

A nomeação de uma mulher para a chefia do Governo ativa, nos jornais, a reflexão sobre a participação política feminina. António Mega Ferreira, no *DN*, acredita “que um Governo eficaz da engenheira Maria de Lurdes Pintasilgo faria mais pela luta das mulheres portuguesas do que cem abaixo-assinados, que contabilizam

¹⁹⁴ Marcelo Rebelo de Sousa, “A opção que não pode ser «mascarada»”, *Expresso*.

¹⁹⁵ Cáceres Monteiro, “«Somos pessoas extremamente diferentes»”, *O Jornal*, 03/08/1979.

¹⁹⁶ Maria Velho da Costa, “Salve Maria”, *O Jornal*.

¹⁹⁷ Augusto Abelaira, “A expetativa”, *Escrever na Água*, *O Jornal*, 03/08/1979.

solidariedades, mas não questionam, porventura, no plano dos comportamentos, uma só das regras imemoriais que definem o estatuto de subserviência da mulher”¹⁹⁸.

De acordo com a política do seu partido quanto à progressão feminina, o secretário-geral comunista enaltece a “afirmação da igualdade de direitos e de capacidades”¹⁹⁹. Na mesma linha política, a deputada comunista Alda Nogueira saúda, “como mulher”, a Primeira-Ministra: “Estando eu ligada de há muito como estou à luta das mulheres democratas e progressistas, não é sem emoção que vejo uma mulher à frente do Governo, em Portugal. E estou convicta de que a grande parte das mulheres portuguesas sentem como eu, veem com agrado e simpatia a sua nomeação e apreciam as suas palavras, que lhes suscitam motivos de esperança”²⁰⁰.

Questionada pelos jornalistas sobre o sentido que atribui ao exercício do cargo, Lourdes Pintasilgo assinala que “houve e há vários exemplos no mundo”, invocando, humoristicamente, o precedente aberto por Thatcher na Europa. “Só foi pena não termos sido nós a começar. Mas, enfim, foram também os ingleses quem primeiro divulgou o vinho do Porto...”²⁰¹.

Surgem, aliás, comparações com Thatcher e Simone Veil, em diferentes direções. *O Dia* critica que MLP “não tem o perfil definido de uma Margaret Thatcher ou duma Simone Veil”. Este jornal parece não ver contradição entre esta declaração e o facto de, dias depois, publicar um artigo em que denuncia que “Lurdes Pintasilgo defende a legalidade do aborto”, por “ser favorável à liberalização e legalização do aborto, pelo menos indiretamente, ao, numa entrevista ao jornal *Povo Livre*, em 1974, quando já era ministra, ter manifestado apoio à legalização conduzida por Simone Veil”²⁰².

Daniel Amaral, no *Expresso*, considera que é “mais Simone Veil que Margaret Thatcher”²⁰³. Quando o DN procura “reações de mulheres” à indigitação, Maria Teresa

¹⁹⁸ António Mega Ferreira, “Esta indigitação”.

¹⁹⁹ “Cunhal critica ataque a Lurdes Pintasilgo”, *DN*, 30/07/1979.

²⁰⁰ Jorge Figueiredo, “Denúncia da grave provocação de Avis dominou sessão da manhã em São Bento”, *o diário*, 17/08/1979.

²⁰¹ “Espero que a Aliança Democrática clarifique a ideia que tem de mim”, *DN*.

²⁰² “Pintasilgo já tinha «cantado»...”, *O Dia*. Simone Veil, ministra francesa da Saúde entre 1974 e 1979, foi responsável pela aprovação da despenalização do aborto no seu país, em finais de 1974, uma proposta de lei que gerou ampla discussão na Assembleia Nacional, nos media e na opinião pública. Este dossier representou, em seu entender, um símbolo forte do início da presidência de Valéry Giscard d’Estaing, um sinal de modernidade sob cuja égide pretendia situar o seu mandato (Veil, 2008: 140).

²⁰³ Daniel Amaral, “Palmas à sra. Ministra!”, *Expresso*.

Hortam citada pelo periódico, distancia-a de Thatcher que, em Inglaterra, “só tem prejudicado a luta das mulheres”²⁰⁴..

ILUSTRAÇÃO 19: “CRAVOS DE ABRIL EM PLENO AGOSTO” (*O DIÁRIO*, 20/08/1979)



Num gesto simbólico, as trabalhadoras da Assembleia da República oferecem um ramo de flores a Lourdes Pintasilgo. *O diário* é o único jornal que precisa que se tratava de um bouquet de cravos.

A circunstância de a líder do Executivo ser mulher propicia momentos simbólicos de celebração feminina, documentados pela imprensa. No final da discussão do Programa governamental na Assembleia, a 18 de Agosto, as trabalhadoras parlamentares homenageiam MLP, oferecendo-lhe um ramo de flores. *O diário* regista o evento, acrescentando-lhe pormenores únicos, correspondentes à sua matriz ideológica: ao ato assistiram as deputadas das bancadas do PS e do PCP, as flores eram cravos vermelhos. Foi um raro momento de ternura e sensibilidade nos Passos Perdidos, comenta na sua crónica parlamentar Adelino Tavares da Silva²⁰⁵.

Outros grupos femininos sentem-se encorajados a abordar a Primeira-Ministra. Como sucede a 17 de Agosto, na Assembleia da República, quando duas jovens se dirigem à líder do Governo. Entre os jornais analisados, *o diário* é o único a reportar este episódio:

²⁰⁴ “Reações de mulheres”, *DN*, 20/07/1979. Lucas Pires comenta que, “quando na Europa são eleitas mulheres como Simone Veil ou Margaret Thatcher, que representam o mais genuíno dos valores europeus, em Portugal é designada uma mulher que se reclama do mais genuíno dos valores do Terceiro Mundo” (“CDS não se deixará embalar num neo-gonçalvismo de saias”, *DN*, 23/07/1979).

²⁰⁵ Adelino Tavares da Silva, “Cravos e Abril em pleno Agosto”, *o diário*, 20/08/1979.

“Uma das jovens falou: em nome das mulheres trabalhadoras da Standard Elétrica queria felicitar o chefe do Governo [*sic*] e agradecer-lhe o ter aceite o difícil cargo. Em voz baixa mas firme – a cena quase passou despercebida – a jovem prosseguiu: queria sensibilizar o novo Governo, através do seu responsável máximo, para os despedimentos que a multinacional ITT pretende fazer na Standard Elétrica. São mais de 250 pessoas em risco de ficar sem trabalho. «A maioria são mulheres», lembrou a jovem à Primeiro-Ministro que é, também, mulher. Em silêncio, Maria de Lourdes Pintasilgo escutou os trabalhadores. No final disse simplesmente: «obrigado [*sic*] por terem vindo»”²⁰⁶.

MLP atribui “importância simbólica” ao facto de ser a primeira mulher a chefiar um governo em Portugal – “daqui para a frente já não será proibido uma mulher chegar a este lugar, será sempre possível” –, mas alerta que não fica resolvida “a discriminação de que são vítimas as mulheres em muitas das funções que ainda exercem”²⁰⁷.

Em entrevista a *O Jornal*, Teresa de Santa Clara Gomes assinala que se ultrapassou uma barreira, defendendo que

“é mais do que tempo de as mulheres começarem a aparecer progressivamente. A nível de governação, isso não deverá acontecer por uma grande «operação de choque», mas deve haver antes uma progressão de entrada das mulheres a nível de todos os escalões. (...) Sem terem exercido já funções de organização, de administração e, até, de governação, é difícil que as mulheres se sintam à vontade para aceitarem ser ministros”²⁰⁸.

No mesmo sentido, num depoimento à ANOP citado pelos jornais, a escritora Agustina Bessa Luís compara a chefia do Governo no feminino a uma vacina, “para habituar o organismo social português à ideia de que outra mulher se poderá seguir, e era bem feito que fosse por 40 anos”²⁰⁹.

²⁰⁶ “Uma cena diferente”, *o diário*, 17/08/1979.

²⁰⁷ Carneiro Jacinto, “«Tentarei criar um Governo com estrutura mais leve»”, *O Jornal*, 20/07/1979.

²⁰⁸ Cáceres Monteiro, “«Somos pessoas extremamente diferentes»”, *O Jornal*, 03/08/1979. O semanário destaca esta ideia na primeira página desta edição: “É tempo de as mulheres aparecerem”.

²⁰⁹ “Reações de mulheres”, *DN*.



O “rosto” masculino da política não se altera significativamente no “Quinto”, apesar das expectativas em sentido contrário. Além de MLP, a primeira da galeria, Teresa de Santa Clara Gomes, a última. Gabriela Salgueiro tomará posse dias depois, como Secretária de Estado da Administração Pública.

Os jornais dedicam-se a inusitados recenseamentos das mulheres que, depois do 25 de Abril, integraram os 10 elencos governamentais anteriores. Até àquela data, um “reduzido grupo”, salienta o *Diário de Notícias*²¹⁰. Saber qual será o seu número no V Governo gera suspense. António Mega Ferreira ironiza, na edição de 25 de Julho do *DN* que, “ainda a procissão de Catalazete vai no adro, e já se agitam, pressurosos, os integérrimos defensores da virilidade da política pátria. É que o primeiro-ministro indigitado – ou a primeira-ministra, honra lhe seja feita – dá já sinais, para alguns inquietantes, (...) de que coloque nos ministérios um número nunca visto de mulheres!”²¹¹.

Muito se especula em torno da “entrada maciça de mulheres para o Governo”, um assunto que provocou “alarido”, relata *O Jornal* de 3 de Agosto. Essa expectativa não se concretizará. Quatro mulheres são convidadas por Maria de Lourdes Pintasilgo para funções ministeriais. “Três disseram que não, Teresa de Santa Clara Gomes disse que sim, mas só aceitou ser secretário de Estado”²¹². A secretária de Estado Adjunta da Primeira-Ministra e Gabriela Salgueiro, Secretária de Estado da Administração Pública, serão as únicas mulheres do Executivo, entre meia centena de governantes²¹³. Numa

²¹⁰ “Terceira mulher no Poder em 800 anos de História”, *DN*.

²¹¹ António Mega Ferreira, “Esta indigitação”, *DN*.

²¹² Cáceres Monteiro, “«Somos pessoas extremamente diferentes»”, *O Jornal*.

²¹³ A primeira, Secretária de Estado da Cultura no Governo de Nobre da Costa, é uma “figura muito ligada ao primeiro-ministro” (“Os ministros do V Governo”, *DN*, 01/08/1979). Gabriela Salgueiro deu

semana, para o *Expresso*, a “grande novidade do elenco governativo” passa a ser o “facto de não se confirmar um número apreciável de mulheres na sua composição, ao contrário do que chegou a ser noticiado”²¹⁴.

7.4.4 Uma liderança “dialogante” e “de pelo na venta”

Indaga-se, neste ponto, que modelo de liderança e quais os traços de personalidade destacados pela imprensa em relação a esta mulher com um extraordinário percurso académico (aluna de 18 no Instituto Superior Técnico), político (iniciado ainda no período marcelista), religioso (“um vulto da «catolaica»”), diplomático e internacional (na ONU e na UNESCO).

Várias qualidades sobressaem. Segundo o *Expresso*, é “inteligente e arguta – alguns dirão «perigosamente inteligente»”²¹⁵. É “rapidíssima a equacionar problemas e a propor-se resolvê-los”²¹⁶. Revela grande cultura²¹⁷. O semanário salienta ainda o carisma e a capacidade persuasiva, o “«élan» criativo (...) capaz de arrastar o espírito mais hesitante e dubitativo do mundo”²¹⁸. Carneiro Jacinto sublinha, em *O Jornal*, que a Primeira-Ministra é “muito comunicativa, sincera e aberta”²¹⁹. No mesmo semanário, Cáceres Monteiro descreve-a como uma “mulher inteligente, enérgica e convincente”, uma “personalidade forte e comunicativa”²²⁰. Segundo Guilherme d’Oliveira Martins,

apoio técnico-jurídico a MLP quando esta foi ministra dos Assuntos Sociais (“O menos numeroso e o mais jovem de cinco Governos constitucionais”, *DN*, 08/08/1979).

²¹⁴ “Lurdes Pintasilgo apresenta hoje em Belém o seu Governo completo”, *Expresso*, 28/07/1979.

²¹⁵ “De Marcello Caetano a Eanes...”, *Expresso/Revista*.

²¹⁶ “Do «Graal» à UNESCO”, *Expresso/Revista*.

²¹⁷ *O Jornal* descreve nestes termos o primeiro “embate” com os jornalistas, mal é conhecida a sua indignação: “Maria de Lurdes Pintasilgo impressionou toda a gente. Até os homens da televisão que a entrevistaram em diversas línguas (Francês, Inglês e Alemão) para a Eurovisão” (Carneiro Jacinto, “Um candidato verdadeiro e seis a fingir”, *O Jornal*). *O Dia* vê nesta fluência linguística autoritarismo e exibicionismo, ao insistir “em responder em inglês e francês a dois jornalistas que insistiam pelo seu lado em que se respondesse em português” (“Uma mulher internacionalista divorciada deste «jardim à beira mal plantado»”, *O Dia*). Atente-se que, na codificação dos jornais, os jornalistas são os “homens da informação” ou os “homens da televisão”.

²¹⁸ “De Marcello Caetano a Eanes...”, *Expresso/Revista*.

²¹⁹ Carneiro Jacinto, “«Tentarei criar um Governo...»”, *O Jornal*.

²²⁰ Cáceres Monteiro, “Governo de gestão levanta novos ventos”, *O Jornal*, 20/07/1979.

no *DN*, o seu Governo surge “com uma força anímica significativa”²²¹. Mesmo o reticente *O Dia* enfatiza a sua “alegria”.

Revela uma enorme facilidade em criar amizades. Um porta-voz da UNESCO citado pelos jornais declara, à agência noticiosa Reuter, que Lourdes Pintasilgo “possui o género de carisma que faz amigos ao ritmo de mil por minuto. Ganhou rapidamente a reputação de ser embaixador de primeira classe”²²². Os que a conhecem “sabem que ela não discute de forma a cortar o diálogo. (...) A sua grande criatividade intelectual faz com que fale de todos os grandes problemas universais como um «gourmet» aprecia um «pâté de lièvre» ou um bom vinho francês”²²³.

A 21 de Julho, o *Expresso* reporta que muitos a consideram uma “força da natureza”, “«de pelo na venta»”. Marcelo Rebelo de Sousa confirma, na edição da semana seguinte, a sua vertente de “«osso duro de roer»”²²⁴. Segundo o mesmo comentador, MLP representa um ensejo único porque “não tem perfil de um Primeiro-Ministro de apagada gestão e vil tristeza”²²⁵.

Em suma, a imprensa começa por definir a *persona* política de MLP como correspondendo, tendencialmente, a um padrão feminino, que a própria cultiva, temperado com a força da sua personalidade. Sublinham-se os seus traços expressivos – é emocional, empática, alegre, calorosa, comunicativa, dialogante. Propõe-se governar numa “atitude de diálogo”, todos os grupos e todas as formas de associação dos portugueses merecerão “a maior recetividade do Governo”²²⁶. Pretende que o Executivo funcione de modo “coeso, colegial, assente no diálogo, na concertação, no consenso”, sem receio de “divergências de opiniões, certos como estamos de que aí encontraremos o aguilhão constante para a imaginação criadora”²²⁷. Adota, em aparência, uma liderança menos diretiva e autocrática, valorizando a colaboração, a partilha de poder e a procura de consensos, o que é salientado por algumas publicações analisadas.

²²¹ Guilherme d’Oliveira Martins, “A euforia e o despropósito”, *DN*.

²²² “De Marcello Caetano a Eanes...”, *Expresso/Revista*.

²²³ José Silva Pinto, “Uma mulher sem rótulos”, *O Jornal*, 27/07/1979.

²²⁴ Marcelo Rebelo de Sousa, “De um Governo que dá que pensar...”, *Expresso*.

²²⁵ Marcelo Rebelo de Sousa, “Do terceiro Governo presidencial...”, *Expresso*.

²²⁶ “Lourdes Pintasilgo promete seguir a via do diálogo”, *o diário*, 01/08/1979.

²²⁷ “Novo Governo partiu ontem para a «marcha dos 100 dias»”, *o diário*, 02/08/1979.

O *Expresso* estabelece a diferença entre o seu estilo e o do seu antecessor em S. Bento:

“logo no primeiro Conselho de Ministros presidido por Maria de Lurdes Pintasilgo foi patente uma diferença de estilo pessoal relativamente ao seu antecessor. (...) Este costumava iniciar os Conselhos com uma longa exposição sobre a situação política nacional (...). Maria de Lurdes Pintasilgo revelou um estilo muito mais dinâmico”²²⁸.

Como referido, a sua agenda centra-se no social sobre o económico e nela avulta a preocupação com os mais desfavorecidos, não apenas na perspetiva da garantia de condições mais condignas de existência, mas de implementação de mecanismos que permitam o seu empoderamento, *i.e.*, que participem nos destinos comuns e adquiram “voz”. Estes são igualmente ingredientes de um ideal de liderança política feminina.

No entanto, em consequência dos ataques de que é alvo pelos seus opositores e por alguma imprensa, assume rapidamente os traços mais firmes e combativos da sua personalidade. De forma controlada. Numa intervenção parlamentar, evita responder a acusações que lhe são dirigidas – “Devo confessar que a minha origem ribatejana me impeliria a fazê-lo já e a descoberto!” –, considerando “que as calúnias e as mentiras caem, de podres, a seu tempo”²²⁹. Evitando uma abordagem mais agressiva, demonstra elegância institucional, contrastando com os seus opositores que dão murros nas bancadas, gritam e a interrompem. Esta agressividade não surpreenderá vinda de um homem; de uma mulher se esperará uma atitude mais gentil.

A vivacidade e a firmeza são, por outro lado, expectáveis na posição de Primeira-Ministra, sobretudo enfrentando grande adversidade. Os padrões de avaliação na política são conservadores. Por exemplo, Helena Roseta, que enfrenta Lourdes Pintasilgo no debate parlamentar do Programa de Governo em nome da bancada social-democrata, “surtiu a defender numa linguagem irrecusavelmente viva e que lhe é sem dúvida muito própria”. Mas “não o fez de forma menos vigorosa que um Ângelo Correia, um Amândio de Azevedo ou o seu marido, Pedro Roseta”²³⁰.

²²⁸ “Posse da primeira «leva» de Secretários de Estado no princípio da semana”, *Expresso*, 04/08/1979.

²²⁹ “Governo resistiu à moção de rejeição...”, *O Dia*, 20/08/1979.

²³⁰ “Tudo isto é uma farsa”, *O Jornal*, 17/08/1979. Na leitura de *O Jornal*, “a uma mulher só se contrapõe outra mulher, terão pensado os estrategos de Sá Carneiro”. Na sua intervenção muito crítica, Helena Roseta utilizará também um argumento baseado no género como estratégia de ataque: “As mulheres

Mas causa estranheza a presença desta firmeza numa mulher e a sua ausência num homem. *O diário* critica o estilo vigoroso da deputada, que qualifica como “as estridências hormonais da dona Roseta”²³¹, assim como questiona o insuficiente tom viril em Freitas do Amaral, rebaixando-o na sua tentativa para “falar grosso”.

7.4.5 Incursão tímida na privacidade

Noutra dimensão analítica, o discurso jornalístico associará mais facilmente a feminilidade à exposição pública da privacidade? Num perfil publicado em *O Jornal*, José Silva Pinto faz a seguinte observação: “Maria de Lurdes Pintasilgo é o que se pode considerar uma pessoa pública por excelência. «Não me lembraria de a convidar para um piquenique com a minha mulher e os meus filhos...» – diz-me S. O «hobby» desta mulher verdadeiramente fascinante (...) é o que se passa no mundo e na Igreja”²³².

A Primeira-Ministra mantém a sua privacidade sob reserva, e os jornais, por seu turno, fazem tímidas incursões nesse terreno. Além dos aspetos públicos e institucionais do seu percurso, sabe-se que é solteira, sem filhos e profundamente católica. “Solteirona”, segundo o *Expresso*²³³, sugerindo que se manteve solteira passada a “idade normal” de casar. Os jornais não têm aparentemente como explorar o ângulo da compatibilização das exigências da política com as eventuais responsabilidades familiares. O que seguramente fariam, se se aplicasse.

A título ilustrativo, na sua entrevista a Maria Elisa Domingues, Edite Soeiro questiona a assessora de imprensa da Primeira-Ministra sobre a conciliação da profissão com a responsabilidade por um filho de cinco anos. A jornalista responde com um argumento de invulgar afirmação de que, como mulher, não se esgota ou realiza apenas na função materna: “Está numa idade em que se não pode dizer se é mais grave

portuguesas esperavam mais!”. Há que ter em conta que, segundo o Diário da Assembleia da República, Helena Roseta começa por congratular MLP em seu nome e do seu partido “com o facto de termos como Primeiro-Ministro do nosso país uma mulher”, esclarecendo que as suas críticas não são pessoais mas refletem “alguma desilusão” com a atuação da chefe do Governo. “Esperávamos que, como mulher, fosse mais concreta, que se dirigisse mais aos problemas das pessoas, (...) é isso que caracteriza a sensibilidade feminina no nosso país” (DAR, n.º 93, I Série, 14/08/1979, p. 3.589).

²³¹ Adelino Tavares da Silva, “Isto de estender a mão da rejeição”, *o diário*, 17/08/1979.

²³² José Silva Pinto, “Uma mulher sem rótulos”, *O Jornal*.

²³³ “Do «Graal» à UNESCO...”, *Expresso/ Revista*.

proceder desta maneira [deixa o filho com os avós] ou dar-lhe uma mãe que fique em casa, contrariada e frustrada por não realizar as coisas que gostaria de ter feito”²³⁴.

ILUSTRAÇÃO 21: “SIMPLESMENTE MARIA...” (O JORNAL, 27/07/1979)



A manchete desta edição é consagrada a desvendar a personalidade de Maria de Lourdes Pintasilgo numa dimensão mais privada e secreta.

As publicações analisadas não mostram particular curiosidade pela privacidade desta “pessoa pública por excelência”. *O Jornal* é a exceção, procurando construir uma imagem mais completa da Primeira-Ministra, nem que, para o efeito, tenha sugestivamente de “espreitar pelo buraco da fechadura”, ou seja, abandonar um espaço de compreensão puramente exterior. É este o desafio a que se propõe o semanário, nas edições de 20 e 27 de Julho. Nesta última, a manchete tem como título “No Graal ela é, Simplesmente Maria” e destaca-se que os seus repórteres “desvendam segredos de Lurdes Pintasilgo”.

“Maria” pode simultaneamente designar um nome comum entre a população feminina portuguesa – é uma mulher entre as mulheres – como também a Virgem Maria, numa evocação da sua religiosidade²³⁵. “Simplesmente Maria” é também o título de uma popular radionovela espanhola do início dos anos 70. Encontram-se nesta edição as únicas referências familiares:

- Do pai terá herdado “o feitio comunicativo, a alegria de viver”; da mãe “ficar-lhe-ia o pendor religioso”.
- O seu irmão é jornalista (foi chefe de redação da *Época* e era então subchefe de redação do semanário *Tempo*).

²³⁴ Edite Soeiro, “«No final dos cem dias voltarei à televisão»”, *O Jornal*, 03/08/1979.

²³⁵ O título é explicitado numa reportagem de Pedro Vieira, onde se explica que as suas companheiras do Graal de outros países do mundo conhecem-na e tratam-na simplesmente por Maria (Pedro Vieira, “Para companheiras de outros países ela é simplesmente Maria”, *O Jornal*, 27/07/1979).

- Quando Lourdes Pintasilgo e o seu irmão vêm para Lisboa com a mãe, a sua educação fica a cargo de um tio materno, major do Exército, de quem recebe “uma educação rígida, almoço à uma, jantar às sete, em ponto”²³⁶.

No plano dos afetos, indica-se que, “na juventude alguns rapazes se interessaram por ela, mas talvez se tenham atemorizado com a sua forte personalidade. Chegou mesmo a gostar de um deles, mas, afinal, o seu destino era outro. E ficou solteira. Nem tia é, pois o irmão, de 46 anos, também não tem filhos”. O jornalista sugere que o estado civil não resulta de uma escolha pessoal, mas, porventura, da sua “forte personalidade”, da insubmissão (qualidade contrária à que se esperaria de uma rapariga casadoira face a um futuro marido?), para depois a colocar na rota de um outro “destino” que lhe estaria reservado. Aprecia que “nem tia é”, tendo como subtexto desta afirmação a formulação popular “ficar para tia”, que indica uma mulher solteira.

O jornalista tem a preocupação de clarificar que esta circunstância “não a impede de ser extremamente feminina”, racionalizando a legitimidade de outros modelos de vida para as mulheres, mesmo que mais alternativos tendo em conta os *standards* da época. “Muitos dos que, há uma semana, a viram na TV, entrevistada por Maria Elisa, colheram, talvez, a ideia de uma mulher maternal, mas decerto não «maternalista»”²³⁷. A diferença é subtil, o exercício de funções políticas não representa um substituto para um outro paradigma de vida não concretizado.

Numa modalidade mais intimista, *O Jornal* terá o exclusivo de fotografias mais intimistas de MLP, no seu “simples mas confortável apartamento da Alameda de Santo António dos Capuchos”, onde vive, desde há alguns anos, com outras companheiras do Graal²³⁸. Esta opção de vida comunitária entre mulheres é apenas aludida, não desenvolvido o seu carácter incomum à época.

Sabe-se ainda que o seu percurso político é pontuado por relações de amizade com homens poderosos, que a admiram. Os jornais documentam as amizades com Marcello Caetano e Baltazar Rebelo de Sousa, ministro das Corporações e da Saúde, ainda no período do Estado Novo²³⁹; e, no pós-25 de Abril, com Ramalho Eanes e Melo Antunes, com quem colaborou, em 1975, no Plano Económico e Social e que, segundo

²³⁶ José Silva Pinto, “Uma mulher sem rótulos”, *O Jornal*.

²³⁷ José Silva Pinto, “Uma mulher sem rótulos”, *O Jornal*.

²³⁸ Carneiro Jacinto, “«Tentarei criar um Governo...”, *O Jornal*.

²³⁹ Ministro que, em Novembro de 1973, nomeia MLP para a presidência da Comissão para a Política Social da Mulher (“História breve de uma inteligência (perigosa?)...”, *Expresso/Revista*.

algumas leituras, terá sido uma figura-chave no acordo do Conselho da Revolução ao seu nome²⁴⁰.

As referências à aparência física, ao vestuário e à idade, vetores que a literatura identifica com mais frequência na representação das mulheres políticas, são minoritárias no discurso dos jornais. Um comentário mais completo ao seu estilo sartorial, conjugado com a idade, surge, indiretamente, numa citação da *Cambio16*: MLP “veste-se «com uma sobriedade moderna, sem a rigidez duma cinquentona, e o seu aspeto recorda o da boa tia cheia de sobrinhos carinhosos»”²⁴¹.

O Jornal fornece detalhes que nenhuma das restantes publicações analisadas valoriza, e que marcam a singularidade das suas práticas discursivas. Assim, sabemos que, na conferência de imprensa a 31 de Julho, no Palácio das Necessidades, “envergava um vestido azul às bolinhas vermelhas e brancas”, ou que, no seu discurso final sobre o Programa do Governo, optou por um “vestido de seda preta”, que lhe caía “direito, sóbrio, com um toque juvenil, rigorosamente dentro dos cânones da moda para este ano. Lurdes Pintasilgo traz uma mala preta e sapatos da mesma cor”²⁴².

O seu porte é glosado no mesmo jornal, numa comparação com o líder socialista inserida numa rubrica mais ligeira e humorística: a “eng.^a Maria de Lurdes Pintasilgo, embora não tenha filiação partidária, e seja de facto independente, tem uma certa semelhança com o secretário-geral do PS, Mário Soares: «as bochechas»...”. São as “bochechas ao poder”²⁴³.

7.4.6 Estratégia de comunicação e empoderamento

Os jornais vão conferir amplo destaque ao convite dirigido por Maria de Lourdes Pintasilgo a Maria Elisa Domingues para as funções de assessora de imprensa do seu

²⁴⁰ Escreve o *Expresso* que “a inteligência de cada qual sensibilizaria o outro e começam para certos observadores a definir-se afinidades de projeto para Portugal” (“Do «Gaal» à UNESCO...”, *Expresso/Revista*).

²⁴¹ “...e o «marialurdismo»”, Periscópio, *O Jornal*, 10/08/1979.

²⁴² Ainda assim, denota-se algum interesse pelo estilo sartorial. Por exemplo, *O Dia* publica, na última página da sua edição de 20 de Agosto, uma notícia com o título: “Margaret Thatcher muda de costureiro?”, com alusões às “críticas” que a sua indumentária tem suscitado no país, declarações de uma amiga que refere que a Primeira-Ministra britânica não está disposta “a perder tempo com a aquisição de novos modelos” e do próprio costureiro, que reconhece que Thatcher “sabe muito bem o que quer e não está disposta a vestir-se como um modelo ou uma atriz”.

²⁴³ “Bochechas ao poder”, Periscópio, *O Jornal*, 20/07/1979.

Gabinete. Esta informação surge nas primeiras páginas dos jornais analisados, acompanhada da fotografia da jornalista, sozinha ou com a Primeira-Ministra.

Maria Elisa conhecia Lourdes Pintasilgo desde os seus 14 anos, quando participou em atividades do Graal, ainda que não pertencesse a esta organização. Tratava-se, segundo a própria, do convívio entre “duas pessoas politizadas e que lutavam pela mesma coisa, que era evidentemente a implantação de uma democracia em Portugal” (Entrevista a Maria Elisa Domingues, 01/12/2011).

A jornalista recorda o momento do convite, a 20 de Julho, no final da entrevista ao programa da RTP “Em Questão”:

“Eu entrevistava todos os primeiros-ministros. Entrevistei-os todos. Eles eram uns a seguir aos outros. No dia em que ela foi ser entrevistada, o Presidente da RTP veio ao estúdio (vinha sempre, como ainda hoje vem, quando um primeiro-ministro é entrevistado). A entrevista foi gravada e, no fim da entrevista, ela diz ao João Soares Louro, que estava lá: «vou ‘roubar-lhe’ a Maria Elisa». Com estas palavras. (...) Foi ali que tomei conhecimento. Ela tinha sido indigitada havia dois ou três dias, foi tudo muito rápido. Eu também não disse que sim, nem que não, parecia-me uma evidência. Nem tive muito tempo para pensar” (entrevista com Maria Elisa Domingues, 01/12/2011).

Com uma pequena equipa (uma adjunta e uma secretária), tinha como função tratar de todos os aspetos relacionados com a comunicação social e, como refere, tentou, dentro do possível, profissionalizar o relacionamento com os jornalistas, aos quais facultava informações sobre tudo o que se passava em S. Bento.



o diário, 25 de Julho de 1979



O Jornal, 3 de Agosto de 1979



DN, 25 de Julho. Maria Elisa acompanha a Primeira-Ministra no Forte de Catalazete enquanto decorriam as audiências para a formação do Governo.

Existirá uma diferença entre a iniciativa de criar este pelouro e a correspondência às suas exigências. Em certas circunstâncias, Maria Elisa encontrou sinais de “amadorismo” e até de “ingenuidade”. Salienta que MLP tinha bastante confiança no seu trabalho. “Eu tenho a noção que tinha. E eu tinha um acesso privilegiado a ela. A minha hierarquia era bater à porta. Nunca tive que dar contas, a mais ninguém, do que lá fazia” (entrevista com Maria Elisa Domingues, 01/12/2011).

Mas, no trabalho quotidiano com a Primeira-Ministra, a jornalista percebe outras facetas da chefe do Executivo, menos evidentes para a opinião pública. Recorda, por exemplo, a falta de paciência para as questões da imagem: “era uma pura intelectual”.

“Eu sugeri-lhe organizarmos uma sessão de fotografias, porque não tínhamos nenhuma boa fotografia dela, e ela reagiu: «que disparate! Para quê uma sessão de fotografias? Vou agora perder tempo». Eu precisava de ter um mínimo de coisas, nomeadamente fotografias. Mas foi o cabo dos trabalhos para marcar a sessão. Depois de se conseguir marcar e de eu estudar com ela o que havia de vestir e a ida ao cabeleireiro – com ela e com a Teresa Santa Clara, porque elas viviam numa casa do Graal e era mais fácil através dela conseguir essas coisas práticas –, ela, depois, entusiasmava-se e acedia facilmente. Sempre com aquela maneira de ser muito afetiva e uma grande empatia com o fotógrafo” (Entrevista com Maria Elisa Domingues, 01/12/2011).

Certos detalhes associados à imagem hoje parecem-lhe “dantescos”, quase impossíveis:

“Não tínhamos cabeleireiro para ir com a Senhora Engenheira nas viagens todas que fizemos. Nós é que dizíamos «Senhora Engenheira, temos de pentear aí um bocadinho melhor». (...) Eu levava o pó de arroz para lhe pôr (não é que ela não tivesse; mas podia-se esquecer). Batom, ela costumava pôr. Não é que não gostasse, mas estava distraída, a pensar noutras coisas” (Entrevista com Maria Elisa Domingues, 01/12/2011).

Realça também uma vertente menos dialogante, mais autoritária, da sua personalidade. Tinha “uma vontade própria muito forte, muito forte. Ia tudo à frente. Havia alturas em que ninguém conseguia convencê-la num sentido diferente daquele que era a decisão dela, mesmo que nós todos estivéssemos a ver que aquilo estava errado. Não havia nada a fazer. Era uma pessoa com uma personalidade muito forte”.

Lembra uma única divergência com a Primeira-Ministra, relacionada com uma reunião com Álvaro Cunhal, em S. Bento, que MLP pretendia manter sob reserva. “Eu disse: «Senhora Engenheira, quando não quiser que eu diga à imprensa, não receba em S. Bento. Não conte comigo para esconder uma reunião sua com o Dr. Cunhal, em S. Bento, porque nunca mais nenhum jornalista acredita em mim. Isso não pode». Mas ela amuou na altura”.

Era também “caótica” a gerir a agenda: “Era pouco disciplinada com a agenda. (...) Dizíamos: «A Engenheira está atrasada». Estava sempre. (...) Marcávamos uma hora para a entrevista, e ela estava uma hora ou duas, consoante gostasse do jornalista. Era muito generosa, muito afetiva, nos dois sentidos. Também podia não gostar das pessoas. Mas quando gostava, o tempo não contava para ela”. Regista também que, “quando eram coisas mais importantes, a Engenheira Pintasilgo queria ver tudo. Tudo. Ao contrário da imagem que passa dela, ela era uma pessoa muito centralizadora. Era extraordinariamente centralizadora. Delegava muito pouco. E era isso que tornava as coisas muito difíceis”.

Em contrapartida, era muito atenta às notícias. “Quando se sentia maltratada, ficava absolutamente furiosa. (...) Ficava muito furiosa se o Telejornal não cobrisse acontecimentos que ela achava importantes ou que envolvessem outros ministros, encontros que tinha tido. (...) Nesse aspeto, não me parece que fosse muito diferente dos outros políticos, era muito *average*. (...) Aí notava-se a costela política... Era profundamente política”. Irritava-se sobretudo com a crítica ou a ausência de cobertura de meios de comunicação com os quais “contava à partida, com cuja conviência e beneplácito contava à partida. (...) E essas é que eram as verdadeiras dores de cabeça do gabinete” (entrevista com Maria Elisa Domingues, 01/12/2011).

Será exagerado defender que Lourdes Pintasilgo pôs em prática uma estratégia de comunicação para controlar a construção da sua imagem pública? Maria Elisa concorda que ela tinha alguma preocupação com esta faceta, e terá sido por isso que a convidou. “Mas a «imagem» não era no sentido das preocupações que hoje em dia os políticos têm. Não tem nada a ver. (...) A conceção de imagem dela era diferente. Sabia que tinha que dar uma entrevista para França para o órgão tal e tal, e para Espanha porque «não sei quê», e para América por outras razões. Ela tinha essa noção”.

Por outro lado, Maria Elisa não tem dúvidas de que Lourdes Pintasilgo idealizava o poder como comunitário e descentralizado, visando uma participação generalizada da população, e por isso valorizava tanto a educação. As reuniões descentralizadas pelo país corresponderam a essa visão e, além disso, garante que tiveram “imenso sucesso por parte dos media”. Salienta que esta iniciativa “era uma coisa completamente nova e mais uma hipótese de contacto com ela. Tínhamos uma enorme adesão. Nós nos comboios, com não sei quantos ministros, e tudo a despachar,

tudo a trabalhar. Era o Gabinete ambulante. Era mais isso do que pensar o que ia dizer. Era uma improvisadora nata”.

Neste alinhamento, a questão das mulheres adquiria maior relevo, “porque eram as mais subalternas dos subalternos”, “estavam incluídas nos mais desfavorecidos. (...) Embora ela fosse sensível à questão do género, era mais sensível aos mais desfavorecidos, à necessidade de se dar instrumentos de valorização e de afirmação aos mais desfavorecidos. Essa era a grande questão para ela”.

7.5 O V GOVERNO E A POLÍTICA “GENDERIZADA”

Na segunda metade de 1979, os jornais projetam um campo político agónico, atravessado pelo conflito e pela disputa, com um horizonte incerto de pacificação. A opção por governos de iniciativa presidencial não é consensual, gerando dúvidas e incertezas quanto à estabilidade da arquitetura político-institucional do regime democrático.

Neste quadro complexo, a nomeação de Maria de Lourdes Pintasilgo traz algo de novo, pela circunstância de pela primeira vez uma mulher chefiar o Governo: o género adquire uma centralidade inusitada no discurso político e no discurso jornalístico sobre a política. Enfatizando o enquadramento da “novidade”, os jornalistas confirmam que a política *é* masculina, desconhecendo-se, até àquele momento, outra realidade histórica e social. O carácter inovador da decisão do Presidente da República transcende fronteiras e provoca o espanto internacional.

Mais do que de ordem simbólica, a manifestação ou a exorcização dos estereótipos tornam-se exercícios explícitos, públicos e partilhados. Os jornais constituem-se como fóruns de discussão de questões linguísticas de tratamento dos responsáveis políticos de acordo com o sexo e do uso de expressões sexistas com finalidades de ataque político²⁴⁴. Este debate, travado no espaço público e abertamente,

²⁴⁴ Como explica van Dijk (2009: 201), a estrutura da ideologia dominante do sexismo polariza-se em torno de um “Nós” e “Elas”, de auto-descrições positivas dos homens como sendo, por exemplo, fortes e independentes, e hetero-descrições das mulheres como fracas e dependentes (MLP não merece confiança política porque atua como instrumento de um projeto político de outrem). Esta estrutura dicotómica

contribui para refletir sobre a ausência de mulheres nas instituições políticas e sobre a continuidade da sua condição subalterna na sociedade, o que contrasta com os apelos de modernidade decorrentes da Revolução de 1974.

Será chegado “o tempo das mulheres”? De estas manifestarem a sua “imprevisível diferença” no “jogo com o corpo social”, usando as palavras de Maria Velho da Costa? De facto, a nomeação de uma mulher para a chefia do Governo desencadeia, nos jornais, a reflexão sobre a participação política feminina. Grupos femininos sentem-se encorajados a abordar a Primeira-Ministra, vê-la como sua porta-voz, com ela criar cumplicidades. Estas mulheres depositam noutra, numa situação de poder, a esperança de melhoria da sua representação.

Lourdes Pintasilgo é, a todos os níveis, uma mulher extraordinária. O seu perfil nada tem a ver com o padrão das mulheres portuguesas da altura. O exacerbar dos seus predicados – a inteligência, a cultura, o cosmopolitismo – contribui ainda mais para marcar essa excecionalidade. Outros aspetos a distanciam de outras mulheres. Moveu-se académica e profissionalmente em universos masculinos e, em sentido contrário, abdicou da carreira na sua área de formação para fundar um grupo católico feminino. Não casou e constituiu família – é, como refere o *Expresso*, “solteirona”; o “destino” levou-a por outros caminhos, relata *O Jornal*.

Por outro lado, é enquadrada como uma *outsider* que emerge num período de crise. Como descreve Eduardo Lourenço (1980:10), pela primeira vez “desenhou entre nós a imagem de uma «outra política»”. Segundo alguns jornais, trouxe “frescura” e a promessa de “novos ventos”, com o seu perfil apartidário, o discurso desafiador de polaridades ideológicas, o projeto quase messiânico de alteração das estruturas e das mentalidades, a sua visão descentralizada do poder. A imprensa tem dificuldades em categorizá-la. Lourdes Pintasilgo é desalinhada e baralha os quadros tidos por adquiridos, reflete, na atualidade, Marcelo Rebelo de Sousa (2011: 17). Distancia-se de uma prática política que se esgota nas lutas pelo poder, deixa um rasto de esperança num espaço político saturado pelos seus traços de estrutura passional, relações de forças, ambições shakespearianas, intrigas e atrozes necessidades (Lourenço, 1980: 14).

define “identidades opostas, atividades características dos homens vs. das mulheres, diferentes normas e valores, e diferentes recursos que definem a posição de poder do homem na sociedade”.

Os jornalistas começam por definir a *persona* política de MLP como correspondendo a um padrão tido como feminino, sublinhando os seus traços expressivos. É inequívoco que procurou agir no sentido do empoderamento dos cidadãos. Acredita que, durante o “Quinto”, inaugurou “uma outra forma de governar. (...) Procurei implementar um princípio de ação decisória próxima das pessoas a quem a decisão dizia respeito”, num modelo de exercício do poder descentralizado e em contacto direto com os problemas (Bettencourt e Pereira, 1995: 224). Segundo António Reis (1994: 80), “com efeito, a primeira mulher portuguesa a exercer o cargo de primeiro-ministro distinguir-se-á pelo estilo participativo e dialogante que imprime à sua ação, bem como pela acentuada preocupação social, aliás facilitada pelo restabelecimento dos equilíbrios financeiros entretanto operado”²⁴⁵.

Não é vista como uma figura masculina, confundida com “um dos rapazes” ou qualificada como “mulher de ferro”. No entanto, também não é, de todo, representada como líder quebrantada, atemorizada na “cidade dos homens”. Como não receara, aos 11 anos, quando toma a decisão de seguir um curso de Ciências, “por ser mais difícil para as mulheres do que para os homens”²⁴⁶.

As características apontadas combinam-se com outros traços mais próximos de um estilo de liderança identificado como masculino: tem um temperamento firme, determinado, forte, enérgico (é mesmo um “osso duro de roer”, tem “pelo na venta”). Na política, os padrões de avaliação são conservadores. A vivacidade e a firmeza são expectáveis na posição que ocupa, sobretudo enfrentando uma implacável hostilidade. O género não é apenas uma categoria socialmente construída mas também relacional e performativa. Mas MLP será penalizada pela extroversão e força da sua personalidade. Na leitura de Teresa de Santa Clara, serão reações de pessoas “que esperavam um governo completamente silencioso e neutro, um governo que não «mexesse» com nada”²⁴⁷. Há uma silenciosa resistência da imprensa – e do campo político filtrado pelos

²⁴⁵ No dia seguinte à tomada de posse, o VI Governo suspende todas as resoluções do seu predecessor com data a partir de 3 de Dezembro de 1979. Não obstante, o V Governo será um dos que mais legislou em Portugal, com diplomas nas áreas da Segurança Social, Saúde e Trabalho, que se mantiveram em vigor durante décadas. Quando termina o seu mandato, Maria de Lourdes Pintasilgo, em entrevista ao *Diário de Notícias*, considera que o ponto mais conseguido foram as medidas sociais para proteção dos mais desfavorecidos: “o aumento das pensões mínimas e, por outro lado, [a] criação do esquema mínimo de cobertura social”, com garantia do direito à saúde e à segurança social, independentemente do vínculo laboral (Dinis de Abreu e Helena Marques, “«Sou adepta do modelo autogestionário»”, *DN*, 03/01/1980).

²⁴⁶ José Silva Pinto, “Uma mulher sem rótulos”, *O Jornal*.

²⁴⁷ Cáceres Monteiro, “«Somos pessoas extremamente diferentes»”, *O Jornal*.

jornalistas – à aceitação desta presença feminina num campo que “naturalmente” se associa a desempenhos masculinos. Disposições profundamente enraizadas manifestam-se nesta subtil oposição entre a política e o feminino.

A exploração jornalística da esfera privada das figuras de maior notoriedade não integrava ainda as rotinas editoriais dos jornais em 1979, com exceção de *O Jornal* (que, por exemplo, acompanha os atores políticos de férias, na praia, vestidos com os calções de banho). Os políticos também não aportam, por regra, essa dimensão para a vida pública. As publicações sugerem aos leitores um espaço privado em que Lourdes Pintasilgo desenvolve redes relacionais de amizade, de colaboração, de trocas intelectuais e de afinidades religiosas com personalidades poderosas, aquelas que se revelaram fundamentais no seu trajeto político. Estas interações ocorrem discretamente, longe dos holofotes da comunicação social, nos “bastidores”, mas a sua influência parece estar presente, como um manto diáfano, nas decisões públicas.

O escrutínio da aparência física, do vestuário e da idade, vetores que a literatura tende a identificar com mais frequência na representação das mulheres políticas, são minoritárias no discurso dos jornais. Apesar da personalização jornalística da política, esta não se concentra nos aspetos visuais. Não é seguramente apresentada por atributos de beleza, não propicia a contemplação e o desejo. Pelo contrário, a imprensa projeta dela uma imagem dominante de castidade, como se fosse uma espécie de “Virgem Maria”, “figura adorada” pelas suas “pupilas” do Graal, como escreve o *Expresso*²⁴⁸.

Aliás, as referências ao catolicismo, à Igreja, ao Graal, perpassam a representação jornalística da Primeira-Ministra. Quer em termos noticiosos restritos, quer numa dimensão mais sugestiva, esta evocação da religiosidade revela-se fundamental na sua caracterização como protagonista política. Num país predominantemente católico, não deixa de interpelar a jocosidade de algumas dessas associações, mesmo da parte de setores políticos e jornalísticos que se orientam por valores católicos.

É revelador o destaque que os jornais vão conferir ao convite dirigido por Maria de Lourdes Pintasilgo a Maria Elisa Domingues para as funções de assessora de imprensa. Esta informação surge nas primeiras páginas dos jornais analisados, acompanhada da fotografia da jornalista. A notoriedade do convite sinaliza que, por um

²⁴⁸ “História breve de uma inteligência...”, *Expresso/ Revista*.

lado, a figura do assessor de imprensa ainda era perspectivada com algum exotismo. Como Maria Elisa declara a *O Jornal* de 3 de Agosto, MLP, pela sua personalidade, tem “grande necessidade de estar em contacto com o mundo que a rodeia”, quer que as relações com a comunicação social sejam “muito especiais”, “abertas e fáceis”. “A atual Primeiro-Ministro nada tem de fechado, misterioso, hermético” ²⁴⁹. Por outro, há que atender aos valores que Maria Elisa transmite do Gabinete da Primeira-Ministra: é uma mulher jovem, elegante, inteligente, dinâmica, profissional, competente, bem-sucedida, uma “cara conhecida” da opinião pública.

Aquando da instalação da Comissão da Condição Feminina, em 1975, MLP mostrara este interesse pelos processos de comunicação, abrindo a Comissão ao exterior, com a finalidade de exercer influência junto da opinião pública sobre as matérias em desenvolvimento. Os contactos com jornalistas (e sobretudo as jornalistas) foram pressentidos como fundamentais, no sentido de abrir canais para os vários Ministérios, para as organizações não-governamentais e da opinião pública para a Comissão (Monteiro, 2010: 55-56).

Em suma, o iluminismo que se identifica nalguns jornais e o papel de charneira de certos comentadores relativamente à participação política feminina devem ser sublinhados, mas também os limites e o carácter episódico desta modernidade, que coabita com alusões de género, em sentidos muito elementares e de gosto duvidoso, usadas como arma de arremesso por setores políticos e por publicações politicamente mais comprometidas, nomeadamente, *O Dia*, mas também o *Expresso*. Se se interpelam algumas insinuações sexistas, outras permanecem inquestionadas.

Os jornais não são impermeáveis à tentação da ambiguidade, da palpitação do romance. A relação Pintasilgo-Eanes é rodeada por uma atmosfera romântica, que transcende o plano institucional. As alusões ao “divórcio” – “Eanes encontrou um novo amor” – chocam com as condutas de figuras que se orientam por valores católicos. A congregação de mulheres favorece sugestões de que o Forte de Catalazete se transformou num gineceu (as “mulheres de Lourdes Pintasilgo”). As expressões de cortesia continuam a distinguir as mulheres como “senhoras” na política.

Lourdes Pintasilgo representa uma promessa que se abre no tempo. Às circunstâncias invulgares que conduziram a que chefiasse o “Quinto” aplica-se a “teoria

²⁴⁹ Edite Soeiro, “«No final dos cem dias voltarei à televisão»”, *O Jornal*.

das brechas”: as fissuras no sistema estabelecido e conhecido podem constituir “brechas” a partir das quais “as mulheres podem fazer passar um outro discurso sobre o político e desenhar concretamente os contornos de uma nova prática política” (Pintasilgo, 2011: 36). Porém, é apenas esperado, pela duração do mandato, que *esta* mulher mantenha a “barcaça” enquanto os homens se reorganizam (façam a “guerra”) e até que reassumam o controlo.

Com efeito, a indigitação será um ponto de partida, não de chegada. Como as próprias titulares antecipam, a presença feminina será progressiva num domínio que se manterá, nos anos seguintes, masculino, e de onde as mulheres, por variadas razões, continuarão afastadas. Parafraseando António Mega Ferreira, uma indigitação singular é um “fator de perturbação”, “um pequeno, e, por enquanto, ainda tímido, argumento com que a proverbial «insignificância» da mulher começará a ser posta em causa – e, o que é mais significativo, pelas próprias interessadas”²⁵⁰. Utópico seria que a paisagem humana da política se transformasse radicalmente no prazo de uma semana, o tempo que Lourdes Pintasilgo demorou a formar o seu Gabinete, no qual os jornais esperavam ver mais mulheres.

Se a nomeação de uma mulher como Primeira-Ministra significou uma rutura com a normalidade e perturbou o mundo conhecido, com as suas leis familiares, se alguns jornais a enquadraram como “agente de mudança”, questiona-se a radicalidade deste fenómeno na transformação dos esquemas cognitivos mais profundos dos jornalistas e dos códigos sociais dominantes. Nas palavras de Georges Balandier (1971, *Apud* Awad, 1994: 168):

“A rutura permite, assim, o acesso, pelos meios de comunicação interpostos, a esse nível profundo da sociedade onde encontramos a verdadeira dinâmica que rege o social. Porque «as sociedades nunca são o que parecem ou o que pretendem ser. Elas exprimem-se pelo menos a dois níveis: um, superficial, apresenta as estruturas 'oficiais', por assim dizer; a outra, profunda, garante acesso aos relatos reais mais fundamentais e às práticas reveladoras da dinâmica do sistema social»”.

²⁵⁰ António Mega Ferreira, “Esta indigitação”, *DN*.

8. O masculino um pouco menos hegemónico na política

8.1 CONTEXTO POLÍTICO DE 1980 A 2009

O processo de “normalização democrática” prolongou-se até meados dos anos 80, ainda marcado pela instabilidade governativa e parlamentar, com alternância no poder de diferentes fórmulas governamentais, com divergentes orientações partidárias e políticas (Reis, 1994: 87). Só em 1987 se inicia um novo ciclo, através da estabilidade política no Parlamento (primeira maioria absoluta da história democrática), no Governo (primeiro ciclo governamental a cumprir um mandato completo de quatro anos) e na Presidência da República (eleição do primeiro presidente da república civil, em 1986). Simultaneamente, no palco internacional, Portugal adere à Comunidade Económica Europeia, de que é membro formal desde 1 de Janeiro de 1986. A economia inicia uma rota de crescimento, contrariando os 10 anos anteriores. É uma “conjuntura de ouro, num cenário europeu de crescimento e com fortes afluxos de fundos comunitários” (*Ibid.*: 88).

O país viveu uma “abrupta «viragem maioritária», por meio da qual o número de partidos políticos relevantes sofreu uma acentuada redução, a estabilidade governamental aumentou substancialmente e o poder de decisão política concentrou-se cada vez mais no executivo” (Magalhães, 2005: 173).

O arco de formações partidárias representadas na Assembleia da República estabilizou-se em torno de cinco: PS e PSD, os dois maiores partidos políticos, alternadamente no poder; CDS-PP, pontualmente com presença governamental em coligação com o PSD; PCP e Partido Ecologista “Os Verdes”, tendo este último surgido, em 1987, e estado sempre coligado com o PCP na CDU-Coligação Democrática Unitária. Até esta data, o PCP apresentou-se em eleições coligado com o MDP/CDE-Movimento Democrático Português. Em 1985, o Partido Renovador Democrático (PRD), ligado a Ramalho Eanes, obteve uma representação parlamentar significativa (18% nas legislativas de 1985), mas teve também uma existência efémera,

baixando o resultado eleitoral para 5% nas eleições de 1987 e eclipsando-se. O mais jovem partido político representado no Parlamento, o Bloco de Esquerda, estreia-se em 1999²⁵¹ (Fig. 22).

FIGURA 22: QUADRO-SÍNTESE DOS PARTIDOS POLÍTICOS COM REPRESENTAÇÃO PARLAMENTAR DE 1985 A 2011

Legislaturas	Esquerda	Direita
IV Legislatura (1985-1987)	PCP MDP/CDE PS PRD	PSD CDS
V Legislatura (1987-1991)	PCP PEV PS PRD	PSD CDS
VI Legislatura (1991-1995)	PCP PEV PS	PSD CDS PSN
VII Legislatura (1995-1999)	PCP PEV PS	PSD CDS-PP
VIII a XI Legislaturas (1999-2011)	PCP PEV PS BE	PSD CDS-PP

O ciclo de poder cavaquista – em particular as duas maiorias absolutas do PSD de 1987 e 1991 – traduz uma “liderança forte”, que “se alia a uma maioria parlamentar sólida e a um projeto de reforma de fundo a médio prazo” (Telo, 2008: 44). A revisão constitucional de 1989, negociada entre o PS e o PSD, levanta os últimos entraves a uma política de privatizações de empresas nacionalizadas (Reis, 1994: 88).

Paralelamente à melhoria do desenvolvimento económico do país e à consolidação do sistema democrático, crescem os níveis de abstenção em eleições legislativas e a insatisfação com o desempenho de instituições-chave da democracia representativa – Parlamento, partidos políticos e sistema judicial (Freire e Baum, 2001: 11).

Em 1995, inicia-se um ciclo de poder socialista, com a liderança de António Guterres. “O novo executivo vai no essencial manter o sistema herdado e as grandes opções estratégicas”, procurando inovar na qualidade dos serviços públicos, em particular a educação e a saúde, e no alargamento do modelo de solidariedade social (Telo, 2008: 86).

A partir de 2002, a vida política nacional volta a ser ensombrada pela instabilidade política, devido à derrapagem das finanças públicas, à dificuldade em cumprir os critérios da convergência europeia decorrentes da entrada de Portugal no

²⁵¹ O Bloco de Esquerda nasceu em 1999 da aproximação da União Democrática Popular, do Partido Socialista Revolucionário e da Política XXI, aos quais se juntaram posteriormente vários outros movimentos.

euro e à desaceleração económica. Numa década, terão lugar quatro eleições legislativas, três das quais antecipadas, e a formação de cinco governos.

A derrota do PS nas eleições autárquicas de 2001, a que se soma o agravamento do défice das contas públicas, precipitam a demissão do Primeiro-Ministro, com o argumento de que queria evitar o “pântano político” com a continuação do seu Gabinete. O Presidente da República, Jorge Sampaio, decide convocar eleições antecipadas, exigidas, aliás, pelo líder social-democrata, Durão Barroso. O PSD, em coligação com o CDS-PP de Paulo Portas, formam, em 2002, o XV Governo que, segundo o respetivo Programa, identifica como principal problema o “grave descontrolo das contas públicas” e a curva descendente da economia.

Apenas dois anos depois de ser definida uma política de “austeridade” e de “apertar o cinto”, Durão Barroso aceita candidatar-se à presidência da Comissão Europeia, sendo eleito como seu sucessor, pela Comissão Nacional do PSD, Pedro Santana Lopes. A coligação no poder quer cumprir o mandato e apresenta este último como sucessor do primeiro-ministro. Durão Barroso condiciona a ida para Bruxelas à não realização de eleições antecipadas, que o PS de Ferro Rodrigues exige. Jorge Sampaio opta por convidar o presidente do PSD a formar um novo governo, decisão que tem como efeito imediato a demissão do secretário-geral socialista, ao qual sucedeu José Sócrates.

O curto mandato de Santana Lopes foi abalado por uma sucessão de polémicas públicas, como o “caso Marcelo/TVI”²⁵², e a oposição proveniente de setores do PSD, assumida publicamente pelos ex-governantes Manuela Ferreira Leite e Luís Marques Mendes (Telo, 2008: 129). Perante este cenário, o Chefe de Estado convoca eleições antecipadas, que dão a vitória, por maioria absoluta, a José Sócrates.

O novo Primeiro-Ministro vai direcionar o seu discurso para um “verdadeiro novo projeto”, o desenvolvimento económico assente na tecnologia (o “plano tecnológico”) e na criação de emprego. Durante o seu consulado, reemerge – como durante o guterrismo, mas com mais sucesso – uma “agenda de modernidade”, centrada na paridade de género na política e na despenalização voluntária da gravidez. Em 2009,

²⁵² No início de Outubro de 2004, o ministro dos Assuntos Parlamentares de Santana Lopes, Rui Gomes da Silva, criticou a ausência de contraditório no espaço de comentário que Marcelo Rebelo de Sousa assegurava semanalmente na TVI. A este comentário crítico sucedeu-se a saída do comentador da estação televisiva, enquadrada como uma putativa ingerência governamental na autonomia editorial do canal.

José Sócrates recandidata-se às eleições legislativas, tendo como principal adversária a social-democrata Manuela Ferreira Leite, eleita no ano anterior, por eleições diretas internas, presidente do PSD. A ex-ministra das Finanças é a primeira mulher, em Portugal, a assumir a liderança de um partido do “arco do poder” e a apresentar-se a eleições legislativas nessa posição.

8.2 A SITUAÇÃO DAS MULHERES NA POLÍTICA

Paralelamente à conjuntura política, a condição feminina regista evoluções dramáticas em várias esferas a partir dos anos de 1980.

No domínio da educação, as mulheres continuam a ser o principal grupo sem nível de ensino, indicador que tem vindo progressivamente a melhorar em resultado das políticas educativas. Em contrapartida, encontram-se, desde 1986, em maioria entre os alunos do ensino superior: entre 396.268 matriculados no ensino superior em 2011, 53,4% eram mulheres; representavam 60% do total de 78.609 diplomados em 2010. A partir de 2006, passaram a ser titulares de mais de metade dos doutoramentos concluídos por ano. De igual forma, as mulheres estão menos associadas ao abandono escolar precoce (PORDATA).

Almeida, Costa e Machado (1994: 316) explicam que a significativa recomposição sexual dos universitários se repercutirá no sistema profissional. Acelerou-se e acentuou-se a entrada das mulheres no mercado de trabalho e a sua importância na totalidade da população ativa e empregada. Segundo aqueles autores (1994: 317-318), Portugal seguiu a tendência estrutural das sociedades contemporâneas de constituição de uma esfera profissional diferenciada do espaço doméstico e da vida familiar. A profissionalização feminina traduziu “um processo de profunda alteração estrutural da sociedade” (1994: 318).

O peso das mulheres no total da população empregada tem vindo a aumentar desde 1974, fixando-se em 47% em 2011, o que corresponde a perto de 2,3 milhões de trabalhadoras (INE, Inquérito ao Emprego, 2011).

Ao longo das últimas décadas, o emprego feminino diminuiu drasticamente no setor da agricultura e das pescas e, em menor medida, no industrial, ao mesmo tempo que se expandiu nos serviços que, em 2011, absorviam mais de 75% das mulheres empregadas. Estes dados devem ler-se no quadro mais geral da terciarização da economia. Se, em 1960, a agricultura ocupava praticamente metade da população ativa, em 1992 a sua importância representava cerca de 11,6%. Em contrapartida, no mesmo intervalo temporal, mais do que duplicou o peso do setor terciário. As mulheres estão atualmente em maioria em vários setores da Administração Pública, especialmente na saúde, no ensino (Barreto, 2005: 145) e na justiça. Constituíam, em 2009, metade dos médicos, 29,2% dos diplomatas, 51,4% dos advogados, 52,7% dos magistrados judiciais e 57,5% dos magistrados do Ministério Público (CIG, 2011: 97).

Em termos médios, as mulheres nunca deixaram de obter rendimentos inferiores aos dos homens em praticamente todas as atividades económicas. Os salários médios dos trabalhadores e das trabalhadoras alcançam praticamente a paridade apenas na Administração Pública.

Tem sido também mais lenta a sua progressão nos lugares hierarquicamente mais elevados. Segundo o INE, em 2011, 21,8% das mulheres exerciam uma profissão ao nível dos “Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos” e dos “Especialistas das atividades intelectuais e científicas”, proporção superior à verificada na população empregada total (20,4%). No quadro da sub-representação das mulheres nas hierarquias empresariais, o Governo aprovou, em 2012, uma resolução, simbolicamente publicada a 8 de Março, com o objetivo de incentivar as empresas – do setor empresarial do Estado, privadas com capital público e cotadas em bolsa – a aumentarem a presença feminina nos seus lugares de decisão ao mais alto nível²⁵³.

Se tradicionalmente o desemprego afeta em maior medida as mulheres, esta proporção ter-se-á alterado em 2011, ano em estas representaram 48% da totalidade dos

²⁵³ Esta medida surgiu num momento em que a Comissão Europeia avaliava a possibilidade de criar mecanismos mais coercivos com vista a impor às empresas o cumprimento de determinados limiares de representação de cada um dos sexos nos seus conselhos de administração. Quando o Executivo aprova a resolução, as mulheres representavam 9,5% do total de membros dos conselhos de administração das empresas cotadas em bolsa, sendo que nenhuma ocupava o lugar de presidente (Cfr. <http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/ministro-adjunto-e-dos-assuntos-parlamentares/mantenha-se-atualizado/20120830-seapi-igualdade.aspx>).

desempregados. Naquele ano, a incidência do desemprego foi ligeiramente superior na população feminina (13,1%) do que na masculina (12,4%).

As alterações ao nível da escolaridade e da inserção profissional estão associadas ao adiamento do casamento e da maternidade, bem como à redução do número de filhos (INE, 2012). A taxa de natalidade em Portugal tornou-se uma das mais baixas da Europa (quando, nos anos 60, era a mais alta) e as mulheres são mães cada vez mais tarde. A dimensão média das famílias diminuiu e aumentou o número de famílias monoparentais e de um só indivíduo (Barreto, 1995: 844; 2005: 143). Crescem de modo muito significativo as uniões de facto, os divórcios, os segundos casamentos, os casamentos não católicos e os filhos nascidos fora do casamento.

Persistem as assimetrias entre homens e mulheres no desempenho de posições de liderança, nos salários e nas responsabilidades no seio da família. Segundo o estudo do INE 2001 – 2011. *Estatísticas no Feminino: Ser Mulher em Portugal* (2012), o esforço de conciliação entre a vida familiar e a profissional é, ainda, uma prática prosseguida sobretudo pela população feminina. Recorrem mais à redução do horário de trabalho e optam por interrupções na carreira e licenças parentais. Os cuidados a menores e a pessoas dependentes são, também, assegurados essencialmente pelas mulheres. A existência de filhos, sobretudo quando pequenos, permanece um dos fatores que condicionam a participação feminina no mercado de trabalho. Não se verifica ainda uma partilha equilibrada das tarefas relativas ao espaço feminino tradicional (Martins e Teixeira, 2005: 44).

Não obstante, a panorâmica traçada com base em indicadores estatísticos permite entrever os progressos das mulheres em vários domínios e a própria transformação estrutural da sociedade ao longo de quase 40 anos.

O acesso das mulheres aos órgãos democráticos não espelha a evolução nos planos educativo e profissional. Os anos que se seguiram ao V Governo foram caracterizados pela desertificação da intervenção política feminina, apesar do carisma e notoriedade de um conjunto restrito de representantes femininas. A imagem do “clubes masculino” manteve-se adequada à caracterização do campo.

Num debate parlamentar comemorativo do Dia Internacional da Mulher, em 1982, Natália Correia proclama: “Internacionalizar comemorativamente a importância e as reivindicações femininas não passará de mais uma flor no calendário das celebrações

se o homem, cujos decretos ainda imperam avassaladoramente na gestão dos destinos do mundo, não adquirir a convicção, subjetiva e objetiva, de que as aportações da mundividência feminina são indispensáveis” (DAR, n.º 62, 10/03/1982, p. 2.613).

Esta questão foi, em diferentes momentos, enunciada e discutida como problema político, o que se refletiu, nesses contextos precisos, no incremento da participação das mulheres. Longe de ser linear, esta evolução está sincronizada com esses momentos-chave, que a seguir se sistematizam:

- i) **A partir de 1987:** A consolidação e a “normalização” da democracia e a integração na União Europeia, com políticas incentivadoras da paridade de género na política, criam um ambiente propício à discussão do tema, que ocorre sobretudo no último governo de Cavaco Silva.
- ii) **De 1995 a 2005:** A persistência do *gender gap* no campo político surge como um tema forte da agenda política durante o primeiro governo socialista de António Guterres. São submetidas ao Parlamento as primeiras propostas de lei para introduzir “quotas” no acesso a cargos políticos, enquadradas pela quarta revisão constitucional, de 1997. O artigo 109.º da Lei Fundamental vem referir explicitamente a participação direta e ativa dos homens e das mulheres na vida política como condição e instrumento fundamental de consolidação da democracia, sendo que, por via legal, deve estabelecer-se a igualdade no exercício dos direitos cívicos e políticos e a não discriminação em função do sexo no acesso a cargos políticos (*Apud* CIG, 2009: 133). Em 2003, durante o governo social-democrata de Durão Barroso, é aprovada a Lei dos Partidos Políticos (Lei Orgânica 2/2003, de 22 de Agosto), com o objetivo de promover uma maior democraticidade intrapartidária. O artigo 29.º define que os estatutos dos partidos políticos devem assegurar uma participação de género direta, ativa e equilibrada na atividade política e garantir a não discriminação em função do sexo no acesso aos órgãos partidários e nas candidaturas apresentadas pelos partidos (*Apud* CIG, 2009: 133).
- iii) **De 2005 a 2009:** Em 2006, durante o primeiro governo de José Sócrates, é aprovada a Lei da Paridade (Lei Orgânica 3/2006, de 21 de Agosto), dispositivo que procura solucionar a desproporção de género no campo político.
- iv) **A partir de 2009:** A Lei da Paridade é aplicada, pela primeira vez, nos três atos eleitorais realizados em 2009.

8.2.1 Cavaquismo: o género ainda não é *mainstream*

Portugal não ficará desligado de um quadro de políticas europeias de valorização da paridade de género. Documentos europeus orientadores das políticas públicas nesta matéria têm impacto na agenda interna, como os programas comunitários sobre a Igualdade de Oportunidades para as Mulheres. Entre 1991 e 1995, a União Europeia põe em marcha o Terceiro Programa de Ação que propõe, pela primeira vez, uma perspetiva de promoção da igualdade de género em todas as políticas e atividades, surgindo o termo *gender mainstreaming*. O Conselho da Europa lançou, em 1989, o conceito de “democracia paritária”.

Por influência das políticas europeias, promovem-se, em 1991, em Portugal, as primeiras ações públicas nas quais se aborda a paridade (Tavares, 2010: 407). No ano seguinte, é elaborada a “Declaração de Atenas”, na Cimeira Europeia “Mulheres e Poder” – que reuniu ministras, antigas ministras e outros responsáveis políticos –, sobre a necessidade de uma repartição equilibrada do poder.

Quase no final do ciclo político cavaquista, o debate em torno da paridade de género na política é suscitado mais explicitamente em sequência da organização do “Parlamento Paritário”, uma iniciativa promovida pelas três deputadas portuguesas no Parlamento Europeu, com financiamento da Comissão Europeia, que teve lugar na Assembleia da República entre 31 de Janeiro e 1 de Fevereiro de 1994. Este evento com forte ressonância mediática constituirá um elo com as políticas europeias de paridade, dando visibilidade a esta problemática, ao arrepio de uma certa tensão que gerava no PSD e no seu líder, então Primeiro-Ministro, como recorda Margarida Salema:

“Cavaco Silva, que detesta esses assuntos, naquela época não era, de todo, uma pessoa aberta a esses assuntos, tinha um pavor! Sempre que havia assuntos de mulheres, ele chamava-me, para eu ir lá discutir, que ele não gostava nada” (Entrevista com Margarida Salema, 23/01/2012, Projeto “Política no Feminino”).

O Parlamento Paritário teve como objetivo despertar o interesse dos media para o tema (Cabrera *et al.*, 2011), num ano em que também a UMAR promovia a campanha “Mais Mulheres na Decisão Política”. Durante dois dias, proporcionou-se uma perfeita

paridade de género na “casa da democracia”, com a particularidade de serem as mulheres, deputadas e ex-deputadas, a convidar os homens. Margarida Salema, no seu testemunho ao projeto “Política no Feminino” (Entrevista a 23/01/2012), entende que foi “uma sacudidela”, porque “imediatamente se começou a discutir o problema das quotas, o problema das listas”. A iniciativa foi objeto de intenso debate pela opinião pública, pelos *opinion makers*, nos media.

Nos órgãos políticos, o número de deputadas situou-se, até 1987, abaixo do alcançado nas eleições para a Assembleia Constituinte. Apenas no sufrágio daquele ano, que o PSD vence com maioria absoluta, a proporção de deputadas eleitas se equívaleu à de 1975, 12 anos depois (19 mandatos, 7,6% do total de eleitos) (Fig. 23).

FIGURA 23: REPRESENTATIVIDADE ELEITORAL: DISTRIBUIÇÃO DE MANDATOS PARLAMENTARES POR SEXO, DE 1985 A 1991

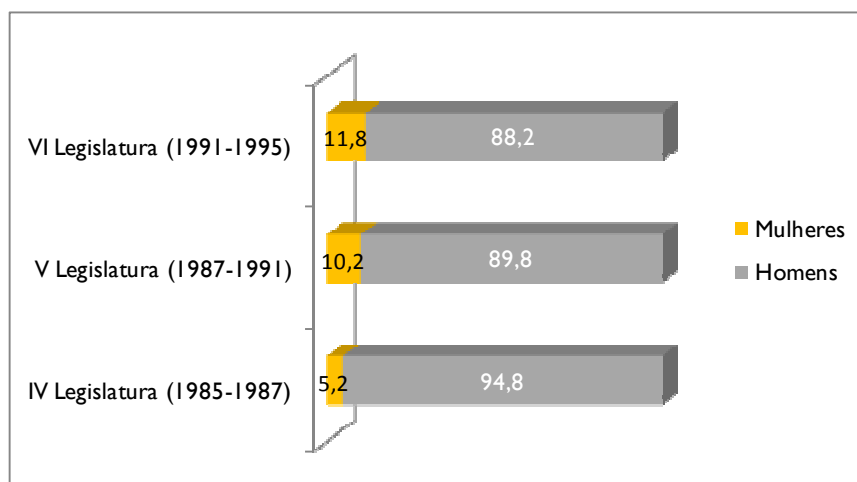
Ano de eleições	Mandatos femininos		Mandatos masculinos		Total mandatos
	N	%	N	%	N
1985	16	6,4	234	93,6	250
1987	19	7,6	231	92,4	250
1991	20	8,7	210	91,3	230

Fontes: Assembleia da República, PORDATA.

Calculando o tempo real de exercício de funções parlamentares, verificou-se que a representatividade efetiva das mulheres no Parlamento foi superior à obtida em resultados eleitorais, com exceção da IV Legislatura (1985-1987), em que aquele indicador registou o valor mais baixo (5,2%) e foi, de facto, inferior à representatividade eletiva (6,4%). A composição parlamentar correspondente à IV Legislatura – que coincide com o primeiro Governo chefiado por Cavaco Silva – foi aquela que contou com a mais baixa presença feminina na Assembleia da República. Na Legislatura seguinte, a representatividade efetiva no Parlamento duplicou, fixando-se em 10,1% (Fig. 24).

Os dados confirmam a análise de Viegas e Faria (2001 [1999]: 29) de que um maior ritmo de crescimento da taxa de feminização das candidaturas e dos eleitos para o Parlamento ocorre na viragem para a V Legislatura (1987-1991).

FIGURA 24: REPRESENTATIVIDADE EFETIVA: TITULARES DE MANDATO PARLAMENTAR, POR SEXO, DE 1985 A 1995 (EM %)



N=1.155 (N.º total de titulares de mandatos parlamentares de 1985 a 1995). Homens=1.056; Mulheres=99.
Fonte: Carla Martins/Projeto “Política no Feminino”.

Os maiores partidos elegem, em termos absolutos, o maior número de mandatos femininos, descrevendo, face ao total de mandatos eleitos, uma tendência de crescimento que nunca ultrapassa os 10% nas legislativas entre 1985 e 1991. O PCP – que a partir de 1987 se apresenta em coligação com o PEV – apresenta neste período a maior proporção de mandatos femininos eleitos; pelo contrário, o CDS-PP não elege qualquer mulher (Fig. 25).

FIGURA 25: REPRESENTATIVIDADE ELEITORAL: MANDATOS PARLAMENTARES FEMININOS, POR PARTIDO POLÍTICO, ENTRE 1985 E 1991 (EM %)

Ano de eleições	CDS-PP	PCP	MDP-CDE	PEV ²⁵⁴	PSD	PSN	PRD	PS
1985	0,0	20,0	0,0	-	5,7	-	6,7	1,8
1987	0,0	10,3	-	50,0	6,8	-	14,3	6,7
1991	0,0	13,3	-	50,0	7,4	0,0	-	9,7

Fontes: Assembleia da República, PORDATA.

Em 1987 e 1991, pela primeira vez, duas mulheres, ambas do PSD, exercem o cargo de vice-presidentes da Assembleia da República: Manuela Aguiar e Leonor

²⁵⁴ No âmbito da coligação CDU, ao PEV-Partido Ecologista “Os Verdes” são assegurados dois mandatos parlamentares. Este é considerado um micropartido e mesmo um “mero satélite” do PCP (Freire, 2001: 26). Ainda assim, optou-se pelo tratamento separado da taxa de feminização dos respetivos eleitos do PEV.

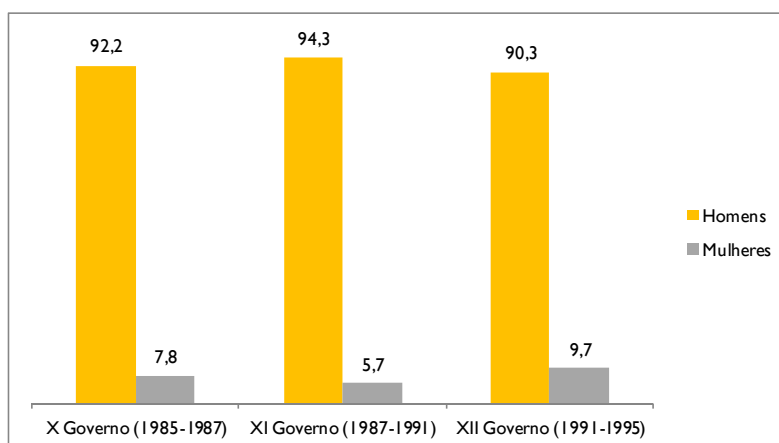
Beleza. Manuela Aguiar recorda a ocasião em que, pela primeira vez, dirigiu os trabalhos:

“Pude assim ter a oportunidade de ser a primeira mulher que dirigiu o Plenário da Assembleia da República. Foi espetacular a primeira vez que isso aconteceu, porque houve um aplauso espontâneo da Câmara. De pé, foram as deputadas que começaram a aplaudir, suponho eu, mas os colegas de todas as bancadas associaram-se a esse momento inédito na vida parlamentar portuguesa. Aquela manifestação era dirigida ao facto de se ter quebrado um tabu” (Bettencourt e Pereira, 1995: 28).

Observa-se uma tendência para a elitização do perfil académico e profissional das deputadas, que não está desligada do quadro geral (Freire, 2002: 107-108). Segundo Martins (2012: 46ss), já a partir da III Legislatura (1983-1985) tinham desaparecido as representantes com frequência do 1.º ciclo e, a partir da IV Legislatura (1985-1987), aquelas que possuíam estudos completos neste escalão. A partir da V Legislatura (1987-1991), são esporádicas as deputadas com frequência do liceu e vai diminuindo o número daquelas com estudos liceais concluídos. Os *backgrounds* profissionais das deputadas revelam diversidade mas também mudança. Há perfis profissionais que surgem ou passam a evidenciar-se – juristas, professoras, dirigentes da Administração Pública – enquanto outros desaparecem. Não há registo de qualquer doméstica a partir da III Legislatura (1983-1985). As operárias, artífices e trabalhadoras similares deixam de ter presença no hemiciclo a partir da VI Legislatura (1991-1995).

A representatividade feminina no poder executivo registou um progresso ainda mais lento em comparação com a Assembleia da República, situando-se abaixo dos 8% até 1991. Até 1995, o valor mais elevado da presença feminina no Governo foi alcançado no último Gabinete cavaquista (1991-1995), ainda que não chegando aos 10% (Fig. 26). Só em 1985 uma mulher voltará a figurar no Executivo na qualidade de ministra, com a nomeação de Leonor Beleza para a pasta da Saúde do X Governo, o primeiro liderado por Aníbal Cavaco Silva.

FIGURA 26: TITULARES DE CARGOS GOVERNAMENTAIS, POR SEXO, DE 1985 A 1995 (EM %)



N=259 (n.º total de titulares de cargos governamentais de 1985 a 1995; sendo 239 do sexo masculino e 20 do sexo feminino).

Fonte: Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna.

Além de em menor número, as mulheres ocupam proporcionalmente posições mais secundárias nos Executivos. Depois de Leonor Beleza, que desempenhou o cargo de ministra da Saúde nos X e XI Governos, apenas outras duas mulheres desempenharam funções ministeriais, ambas no XII Governo (1991-1995): Manuela Ferreira Leite (Educação) e Teresa Patrício Gouveia (Ambiente).

O maior desequilíbrio na nomeação de mulheres para as equipas governamentais, em comparação com a Assembleia da República, poderá explicar-se pela “concentração exponencial do poder no Executivo” a partir de 1987, com o surgimento de um governo maioritário de partido único (Magalhães, 2005: 174), o que mais espelha o fenómeno de *glass ceiling*. Quanto mais seletivos e “poderosos” a posição e o órgão político, menor a probabilidade de as mulheres aí terem assento.

Na leitura de Viegas e Faria (2001 [1999]: 26-27), a evolução da presença feminina no Governo “não traduziu nenhuma mudança significativa na relação entre a política e as mulheres”, o que revela que “os mecanismos de nomeação para os órgãos de poder continuam a operar uma filtragem das pessoas na qual o sexo, mesmo que se não considerado explicitamente, tem influência sobre quem é escolhido para ocupar cargos políticos e / ou governamentais”.

A sub-representação reflete-se igualmente nas eleições para o Parlamento Europeu, que se iniciaram em 1987. Uma única mulher, Maria de Lourdes Pintasilgo, que encabeça como independente a lista do PS, é eleita para aquele órgão deliberativo

européu, entre 24 eleitos (4,2%). Nas europeias de 1989, são eleitas as três candidatas femininas promotoras do “Parlamento Paritário” – Margarida Salema (PSD), Maria Bello (PS) e Maria Santos (CDU). No ato eleitoral de 1994, apenas duas mulheres são eleitas, entre 25 mandatos: Helena Torres Marques (PS) e Helena Vaz da Silva (PSD).

Ainda que não seja aqui objeto de uma análise sistemática e exaustiva, os desníveis na representatividade masculina e feminina na política traduzem-se, igualmente, ao nível da administração autónoma local. Nas primeiras eleições autárquicas, em 1979, as mulheres constituíram 4,2% do total de eleitos. Em 1982, apenas 5,1% da globalidade dos autarcas eram mulheres, sendo que, em 1989, a participação feminina se fixava em cerca de 7%. Nas eleições autárquicas de 1993, este indicador evoluiu apenas 0,7 pontos percentuais. Neste período, poucas mulheres são eleitas como presidentes de câmara (seis em 1982, quatro em 1985 e cinco em 1989 e em 1993).

8.2.2 “Quotas”, uma causa dos anos 90

A organização do Parlamento Paritário antecipa uma agenda política que se vai reforçar a partir da segunda metade da década de 1990. Pela primeira vez, um partido do arco de governação, o PS, discute os desequilíbrios no exercício do poder e a invisibilidade feminina na esfera pública. Até essa altura, o Partido Socialista não revelara especial sensibilidade quanto a esta temática ou, quando a manifestou, estava dependente da vontade de líderes individuais. Com a liderança de Vítor Constâncio (1986-1989), foi aprovada uma proposta de introdução por via estatutária de quotas de 25% para as mulheres em cargos dirigentes do partido e nas listas eleitorais, que apenas entrou em vigor em 1999.

Em entrevista ao projeto “Política no Feminino”, Maria Bello recorda:

“Eu propus, num Congresso do PS, a modificação dos regulamentos internos do partido, para que houvesse alguma paridade nas listas. A única pessoa que era efetivamente sensível à questão de abrir os lugares a mulheres que tivessem valor político foi Vítor Constâncio. (...) Foi no tempo dele que se fez a modificação dos regulamentos

[internos]. Por exemplo, foi Vítor Constâncio o primeiro a querer uma mulher no Secretariado Nacional (...). Depois, foi o primeiro que, quando fez listas para o Parlamento Europeu e para a Assembleia da República, pôs uma mulher na comissão das listas, com a missão de obrigar a haver um certo número de mulheres. (...) Essa mulher fui eu” (Entrevista com Maria Bello, 08/02/2012, Projeto “Política no Feminino”).

Não obstante, quando se pôs pela primeira vez em prática o cumprimento do regulamento, este operou-se através do alargamento do número de membros dos órgãos internos do partido, de modo que pudesse entrar um número de mulheres suficiente para perfazer a quota (Ferreira, 1999: 221).

A finalidade de construção de uma “sociedade mais paritária” é enunciada no Programa do XIII Governo Constitucional (1995-1999). Uma das apostas previstas no documento consistia na promoção da igualdade de oportunidades, *i.e.*, na “reformulação de conceções arreigadas quando à organização da vida familiar e da própria vida político-partidária, à repartição de tarefas entre os homens e as mulheres, à organização do mundo laboral e das instituições de ensino em função deste novo paradigma de paridade. Pilar central da ação do Governo é o princípio internacionalmente conhecido por *mainstreaming*, entendido como diretiva de plena integração da temática da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres em todas as políticas setoriais a prosseguir” (Programa do XIII Governo Constitucional, p. 6).

Há uma declarada adesão à agenda e a objetivos preconizados a nível europeu e internacional, com destaque para a IV Conferência Mundial das Nações Unidas sobre as Mulheres, em 1995, durante a qual foram aprovadas a Declaração e a Plataforma de Ação de Pequim, subscritos por 189 países, incluindo Portugal, que concordaram que “nenhum governo se poderá considerar democrático se não garantir às mulheres uma representação igualitária”.

A concretização do objetivo de um “novo paradigma da paridade” materializa-se numa rede de iniciativas. Em 1999, a orgânica governamental contempla um Ministério para a Igualdade, tutelado por Maria de Belém Roseira e que terá curta duração, pois

será extinto em Setembro do ano seguinte²⁵⁵. Segundo o depoimento da ex-ministra, o Ministério da Igualdade

“foi polémico quando foi criado e depois foi polémica a decisão de o extinguir. (...) Este Ministério surgiu por uma razão muito simples. Quem fez o Programa do PS para as eleições de 1999 foi o então deputado António Vitorino, que tinha sido comissário europeu e, como tal, tinha consciência da importância da agenda da igualdade, e considerava que a melhor maneira de garantir o *mainstreaming* era através da existência de um ministério. Porque o seu titular, ao estar entre iguais, poderia influenciar as políticas intersectoriais. Porque é através desse cruzamento permanente que se vai construindo a igualdade em termos da política. Foi nessa conceção que se criou o Ministério da Igualdade” (Entrevista com Maria de Belém Roseira, 01/06/2012, Projeto “Política no Feminino”).

Maria de Belém Roseira, no mesmo depoimento, considera que essa iniciativa produziu efeitos, “criou um antes e um depois. Precisamente porque a agenda dos direitos das mulheres era muito ridicularizada” e deixou de ser uma agenda fraturante, “passou a ser uma agenda que trouxe à luz do dia, com crueza mas com sensibilidade, as questões da violência doméstica, (...) a importância de considerar que a luta pelos direitos das mulheres não é uma luta das mulheres, é uma luta das mulheres e dos homens, porque é uma questão de direitos humanos” (*Ibid.*).

A 4.^a revisão constitucional, em 1997, abrirá a porta à introdução de mecanismos de discriminação positiva na política, como é o caso dos sistemas de “quotas”, para fomentar a paridade. O artigo 109.º associa “a participação equilibrada dos sexos à própria ideia de democracia” (Beleza, 2000: 38). Até 1997, segundo a doutrina jurídica prevalecente, seria inconstitucional uma lei que prescrevesse discriminações positivas para efeito da entrada de mulheres para os órgãos do Estado, das regiões autónomas e das autarquias locais (Miranda, 1998: 43). Não obstante o seu carácter progressista, a Constituição de 1976 circunscrevia-se à declaração do princípio da igualdade, com proibição de discriminação e de privilégios em razão do sexo ou de quaisquer outros fatores de diferenciação, não se enquadrando no tipo de constituições que se referem

²⁵⁵ Em 2001, Maria do Céu Cunha Rego foi nomeada Secretária de Estado da Igualdade.

expressis verbis à igualdade de direitos entre homens e mulheres, que afirmam a igualdade de participação política de ambos os sexos ou que consentem ou impõem medidas positivas em favor da participação política das mulheres (Miranda, 2003: 137-138).

Com a revisão constitucional, a efetivação dos direitos políticos das mulheres colocava-se a um nível mais substantivo – não se tratava já da reivindicação do voto feminino e mesmo do acesso, em abstrato, ao desempenho de quaisquer cargos públicos. O que no dealbar do século XXI se almeja é “uma repartição equilibrada (ou menos desequilibrada) dos lugares de decisão política”, colmatar o desequilíbrio entre os direitos constitucionais e legais de plena participação “e a realidade de uma presença muito minoritária no Parlamento e em todos os órgãos de poder” (Miranda, 1998: 43).

Em 1998, um conjunto de especialistas de diferentes áreas e quadrantes ideológicos converge, na antologia *Democracia com Mais Cidadania*, na identificação da sub-representação das mulheres na política como problema político, jurídico, sociológico. Lúcia Amaral (1998: 27) considerava que esta constituía uma das mais patentes expressões das desigualdades que afetavam as mulheres. Uma situação “vergonhosa e incompreensível”, qualificava Vitalino Canas (1998: 8), então Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros. Leonor Beleza defendeu que o fenómeno da sub-representação constituía um problema *específico e muito localizado*. Os progressos das mulheres nesta esfera contrastavam com a velocidade das transformações da condição feminina noutros domínios, sugerindo a necessidade de remédios específicos para a correção de assimetrias históricas (Bettencourt e Pereira, 1995; Amaral, 1998; Barros, 1998; Canas, 1998; Miranda, 1998; Viegas e Faria, [1999] 2001).

O próprio Primeiro-Ministro defende que o equilíbrio da presença de mulheres e homens nos órgãos de decisão melhora a qualidade dessas instituições e sugere que há muita coisa a fazer “no plano da ação concreta para que seja possível ultrapassar esta «doença» das sociedades mediterrânicas que é a do predomínio efetivo dos homens na esfera do público”²⁵⁶. António Guterres é favorável à via da discriminação positiva.

Na sequência da revisão constitucional que, segundo os especialistas, permitiria a adoção de estratégias de “paridade acelerada”, o Governo submete à Assembleia da

²⁵⁶ *Notícias da Comissão da Condição Feminina*, n.º 38, Jan/Fev/Mar de 1996, p. 31.

República, em 1998, uma proposta de lei eleitoral que, pela primeira vez, contempla a garantia de uma percentagem mínima de 25% para ambos os sexos nas listas em eleições legislativas e europeias, com reflexo obrigatório nos respetivos resultados.

Ainda em 1998, o PS volta a submeter à Assembleia a criação de um regime de “quotas”, desta vez como proposta de lei autónoma, que compreende ainda disposições relativas à conciliação das atividades políticas com as responsabilidades familiares. O documento, que ficou conhecido como “lei das quotas”, foi discutido e recusado na Assembleia da República a 4 de Março de 1999, com os votos a favor do PS e da deputada social-democrata Manuela Aguiar e os votos contra do PSD, CDS, PCP e PEV.

O PSD opôs-se às duas propostas do Governo socialista, argumentando que a incorporação de mulheres na política deveria ser deixada à evolução social baseada no trabalho e no mérito, sem intervenção especial do Estado. Aquele partido político antecipava efeitos perversos da aplicação de mecanismos de discriminação positiva, colocando as mulheres numa posição subordinada nos lugares para elas reservados (Ruiz Jiménez, 2009: 241). “Todavia, esta oposição do PPD-PSD às quotas ia em sentido contrário às preferências das próprias mulheres sociais-democratas já integradas no partido que, no Conselho Consultivo da Comissão Para a Igualdade de Direitos das Mulheres, haviam manifestado o seu apoio às mulheres socialistas e comunistas no que respeita à necessidade de estabelecer este tipo de mecanismos” (Ruiz Jiménez, 2002, *Apud* Ruiz Jiménez 2009: 241). Na discussão da proposta legislativa, recorda Edna Costa (2010: 91), a posição do PSD foi defendida pela então deputada Manuela Ferreira Leite, que viria a ser eleita presidente do partido dez anos depois.

Em 2000, a ministra da Igualdade, Maria de Belém Roseira, apresentou uma proposta de lei da paridade, replicada por outra do Bloco de Esquerda, em que esta força política incompatibilizava a aplicação do diploma a hipotéticos círculos uninominais (Tavares, 2010: 408). Não sendo votada por falta de acordo com o BE, a proposta de lei é apreciada, no ano seguinte, na Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, em que se tornam patentes diferentes concepções de paridade por parte dos seus membros. A deputada comunista Odete Santos, relatora do parecer da Comissão, expressa o seu desacordo quanto à introdução da paridade na lei, o que revela que, de facto, se havia consenso quanto ao diagnóstico do problema, não o havia quanto

à solução a adotar para o resolver, sendo também claro que a questão dividia as próprias possíveis beneficiárias.

Maria Bello manifesta uma opinião reservada em relação à iniciativa socialista para promover a paridade, que não deixa de ser um contraponto interessante:

“O PS era uma estrutura muito mais sólida, tinha uma liderança muito mais clara, mas o PSD, para além de ser menos organizado (...) e mais conflituoso, tinha mulheres com capacidade para se imporem. No PS as coisas não eram bem assim. Não é por acaso que [foi] o PS que fez a lei da paridade porque, de certa forma, não tem muito a temer. O PS põe as mulheres que lhe interessam. É um paradoxo. De facto, ou as mulheres se batem pelo seu lugar, ao mesmo título que os homens, ou estão lá para fazer número. Não é difícil aceitar que seja obrigatório pôr um terço de mulheres nas listas, se são os líderes, homens, que continuam a escolher as mulheres que entram nesse terço” (Entrevista a Maria Bello, 08/02/2012, Projeto “Política no Feminino”).

É também evidente que não existem garantias *a priori* de que uma qualquer lei produza os efeitos esperados. Neste caso, inversamente, a mera discussão das propostas legislativas redundou numa maior consciencialização para o tema, mesmo com o “chumbo” parlamentar. Segundo Ruiz Jiménez (2009: 241), “este é um exemplo de como os partidos no governo podem marcar a agenda e exercer influência sobre as políticas de género dos partidos na oposição”. Trata-se de uma questão politicamente correta, perante a qual nenhum partido político poderia mostrar-se indiferente, mesmo discordando das “quotas”. Henderson e Jeydel (2010: 21) argumentam que uma opinião pública sensível a este tema constitui um fator de pressão dos partidos políticos e das legislaturas para instituir reformas institucionais. No caso português, Braulio Gómez Fortes (2003: 239) sublinha que este processo mostrou aos partidos uma opinião pública disposta a premiar aqueles que incluíssem mulheres nas suas listas. E, de facto, repercutiu-se na seleção de um maior número de candidatas, mesmo pelas formações que se declararam contra as “quotas”.

Os dados estatísticos relativos aos atos eleitorais subsequentes a 1995 revelam uma correlação entre o *timing* do debate público e a representatividade feminina no Parlamento. O número de mandatos parlamentares femininos aumentou consistentemente, ultrapassando pela primeira vez os 10% em 1995 (12,2%,

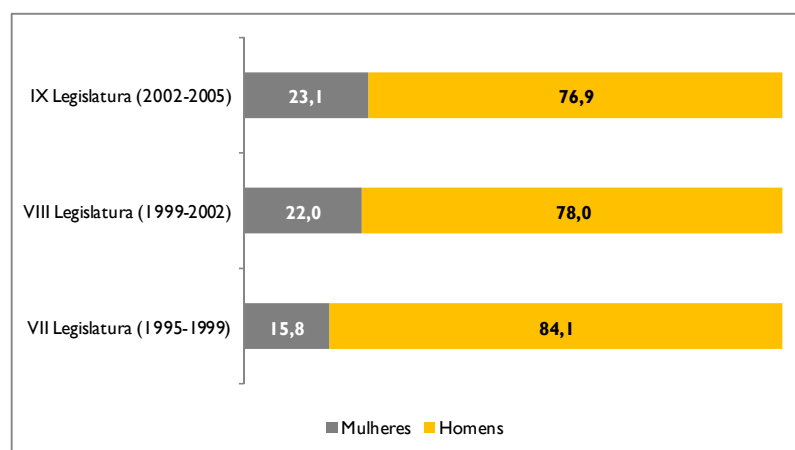
correspondente a 28 mandatos) e crescendo continuamente nos sufrágios seguintes. O maior salto verifica-se em 1999 (Fig. 27).

FIGURA 27: REPRESENTATIVIDADE ELEITORAL: DISTRIBUIÇÃO DE MANDATOS PARLAMENTARES POR SEXO, DE 1995 A 2002

Ano de eleições	Mandatos femininos		Mandatos masculinos		Total mandatos
	N	%	N	%	N
1995	28	12,2	202	87,8	230
1999	40	17,4	190	82,6	230
2002	45	19,6	185	80,4	230

Fontes: Assembleia da República, PORDATA.

FIGURA 28: REPRESENTATIVIDADE EFETIVA DOS TITULARES DE MANDATO PARLAMENTAR, POR SEXO, DE 1995 A 2005 (EM %)



N=1.031 (N.º total de titulares de mandatos parlamentares de 1995 a 2005). Homens=850; Mulheres=181.
Fonte: Carla Martins/Projeto “Política no Feminino”.

Os indicadores da representatividade efetiva feminina na Assembleia da República mostram que, a partir da VII Legislatura (1995-1999), não apenas se registou um incremento do número de titulares femininas, mas também do tempo de exercício de mandato. Observa-se uma tendência de subida consistente e consolidada, com a presença de deputadas no Parlamento a ultrapassar os 20% em 1999 (Fig. 28).

Os resultados eleitorais posteriores a 1995 mostram o incremento da proporção de mandatos femininos, que duplicam nos dois maiores partidos políticos. Ainda que as estatísticas não confirmem a interpretação de Baum e Espírito-Santo (2004: 388) de que

a estratégia socialista em relação à igualdade de género na política “tem vindo a evoluir de forma exponencial desde 1976”, ocorre uma viragem significativa nesta formação a partir de 1995, sendo, em 2002, o partido com a maior proporção de mandatos femininos, ombreando com o PCP.

Apesar da progressão da representatividade feminina nas listas eleitorais do PSD, até 2002 esta força política dedicou pouca atenção nos seus programas eleitorais às questões de género em geral, e à participação política feminina em particular (Ruiz Jiménez, 2009: 239-240). No programa eleitoral de 2002, surgem referências ao tema pela negativa: “Agitou-se com a bandeira das quotas em matéria de participação política, mas nada foi feito para resolver o problema essencial que afeta as mulheres, que é o da conciliação da vida familiar com a vida profissional” (*Apud* Costa, 2010: 90). Em 1995, de modo episódico, o CDS-PP elege um quinto de deputadas nas suas listas. Esta formação política não revela, nesta altura, permeabilidade ao debate da “lei das quotas” (Fig. 29).

FIGURA 29: REPRESENTATIVIDADE ELEITORAL: MANDATOS PARLAMENTARES FEMININOS, POR PARTIDO POLÍTICO, ENTRE 1995 E 2002 (EM %)

Ano de eleições	BE	CDS-PP	PCP	PEV	PSD	PS
1995	-	20,0	15,4	100,0	8,0	12,5
1999	0,0	6,7	20,0	100,0	13,6	20,0
2002	0,0	7,1	20,0	100,0	17,1	22,9

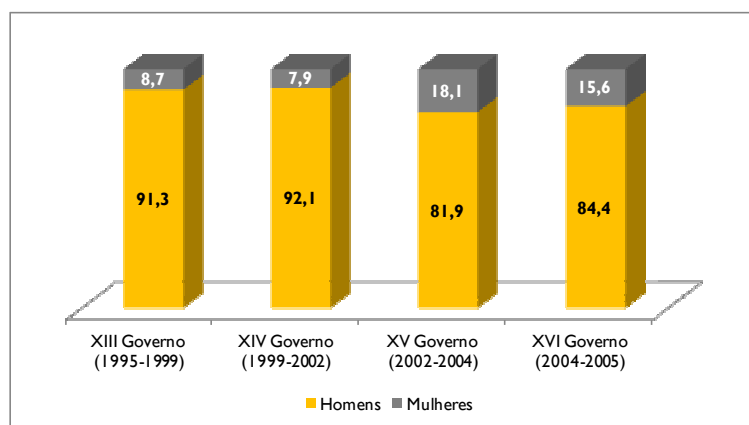
Fontes: Assembleia da República, PORDATA.

As mulheres mantêm-se em minoria nas posições de maior liderança e visibilidade na Assembleia da República. A social-democrata Leonor Beleza assume a vice-presidência de 2002 a 2005. A novidade são as quatro deputadas que surgem a liderar as respetivas bancadas parlamentares: no período de maior presença centrista no Parlamento, Maria José Nogueira Pinto (CDS-PP); Manuela Ferreira Leite (PSD); Isabel de Castro e Heloísa Apolónia (PEV).

No Governo, ainda que em maior número, a evolução das representantes femininas continuará a ocorrer a um ritmo mais lento. O XV Governo, entre 2002 e 2004, liderado por Durão Barroso, exhibe uma presença feminina histórica de 18,1% (Fig. 30). Aliás, neste Executivo de coligação PSD-CDS, o número de mulheres mais do que duplicou em relação ao anterior, o segundo liderado por António Guterres. O PS foi

menos consentâneo com o objetivo de promoção da paridade na constituição dos elencos governamentais.

FIGURA 30: TITULARES DE CARGOS GOVERNAMENTAIS, POR SEXO, DE 1995 A 2005 (EM %)

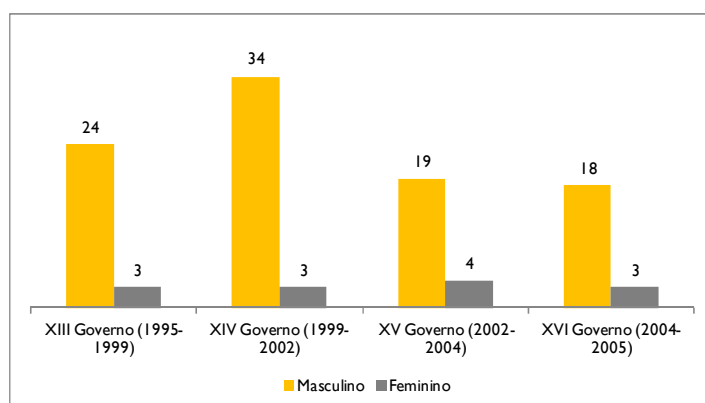


N=342 (n.º total de titulares de cargos governamentais de 1995 a 2005, sendo 302 do sexo masculino e 40 do sexo feminino).

Fonte: Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna.

Da mesma forma, é no Governo chefiado por Durão Barroso que diminui ligeiramente o *gap* de género em funções ministeriais (Fig. 31). Pela primeira vez, duas mulheres assumem as pastas tipicamente “masculinas” das Finanças (Manuela Ferreira Leite) e dos Negócios Estrangeiros (Teresa Patrício Gouveia) (Fig. 32).

FIGURA 31: NÚMERO DE MINISTROS E DE MINISTRAS DE 1995 A 2005



Fonte: Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna.

FIGURA 32: MINISTRAS DOS GOVERNOS CONSTITUCIONAIS DE 1995 A 2005

Governos	Nome da governante	Áreas tuteladas
XIII Governo (1995-1999)	Maria de Belém Roseira	Ministra da Saúde
	Elisa Ferreira	Ministra do Ambiente
	Maria João Rodrigues	Ministra da Qualificação e Emprego
XIV Governo (1999-2002)	Maria de Belém Roseira	Ministra para a Igualdade
	Elisa Ferreira	Ministra do Planeamento
	Manuela Arcanjo	Ministra da Saúde
XV Governo (2002-2004)	Celeste Cardona	Ministra da Justiça
	Maria da Graça Martins da Silva Carvalho	Ministra da Ciência e do Ensino Superior
	Manuela Ferreira Leite	Ministra de Estado e Finanças
	Teresa Patrício Gouveia	Ministra dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas
XVI Governo (2004-2005)	Maria do Carmo Félix da Costa Seabra	Ministra da Educação
	Maria João Bustorff	Ministra da Cultura
	Maria da Graça Martins da Silva Carvalho	Ministra da Ciência, Inovação e Ensino Superior

Fonte: Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna.

Neste período, é também visível um ligeiro incremento da feminização dos eleitos para o Parlamento Europeu, sobretudo pelas listas do PS. Nas eleições de 1999, cinco mulheres contam-se entre 25 deputados portugueses eleitos: três pelo PS (Helena Torres Marques, Maria Carrilho e Elisa Damião), uma pelo PSD (Teresa Lucas Pires) e uma pela CDU (Ilda Figueiredo). No sufrágio de 2004, seis mulheres foram eleitas eurodeputadas, entre 24 mandatos: quatro pelo PS (Ana Gomes, Elisa Ferreira, Edite Estrela e Jamila Madeira), uma pelo PSD (Assunção Esteves) e uma pela CDU (Ilda Figueiredo).

Na administração local, o incremento mais significativo em eleições autárquicas foi observado de 1997 para 2001, na ordem dos 3,9 pontos percentuais. Entre 2001 e 2005, o acréscimo das titulares femininas foi de aproximadamente 5 pontos percentuais. Em 1997, 12 mulheres foram eleitas presidentes de câmara e, em 2001, o seu número progrediu para 16. A análise diacrónica da eleição de mulheres para os órgãos locais, de 1982 a 2005, permite concluir que, nestas mais de duas décadas, o peso relativo das autarcas, no conjunto do número total de eleitos, mais que triplicou (Archer e Tavares, 2009: 114).

8.2.3 Século XXI: a paridade em construção

A sub-representação das mulheres nos órgãos de poder permaneceu uma matéria crítica. Sucessivamente, nos últimos anos, a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, nos seus relatórios sobre *A Igualdade de Género em Portugal*, utiliza a expressão “déficit democrático” para descrever o índice de participação das mulheres na política e nos postos de decisão (CIG, 2007, 2009, 2010).

Num conjunto de 18 entrevistas a deputados e a deputadas de todos os partidos com assento parlamentar, realizadas entre Dezembro de 2006 e Junho de 2007 por Maria Helena Santos (2012: 251), aqueles, em geral, mostraram-se conscientes desta assimetria, que concordaram ser injusta e configurar um problema democrático, que não se deveria manter. Porém, poucos entrevistados atribuíram esta desigualdade a um critério de seleção baseado no sexo, o que foi apontado exclusivamente pelas deputadas, particularmente de esquerda (*Ibid.*: 252).

As novas normas constitucionais resultantes da revisão de 1997 acabariam por ser regulamentadas através da Lei dos Partidos Políticos (Lei Orgânica n.º 2/2003, de 22 de Agosto) e da Lei da Paridade (Lei Orgânica n.º 3/2006, de 21 de Agosto).

O primeiro diploma veio corresponder à exigência constitucional (n.º 5 do artigo 51.º da Constituição) de os partidos, enquanto estruturas nucleares no acesso, direto ou indireto, aos órgãos de poder político, se regerem pelos princípios da organização e da gestão democráticas e da participação de todos os seus membros.

Em Abril de 2006, no novo ciclo socialista liderado por José Sócrates, quatro projetos sobre a paridade, um proposto pela maioritária bancada socialista e os outros três pela bancada do Bloco de Esquerda, foram aprovados com os votos favoráveis dos grupos políticos proponentes. De modo mais intenso, o BE acolhe esta matéria na sua agenda de prioridades. Esta formação inclui nos seus estatutos o princípio da paridade entre sexos na composição das listas de candidatos aos seus órgãos, com uma estrutura de oportunidades formalmente idêntica para homens e mulheres, com reflexos na representatividade efetiva, “o que parece ser inteiramente conforme com a sua natureza de «partido movimento» direcionado sobretudo para «públicos temáticos»” (Martins e Teixeira, 2005: 154). Segundo a deputada Cecília Honório, numa intervenção no Congresso Feminista de 2008, em Portugal o Bloco de Esquerda é o único partido que

“assume a paridade no seu órgão máximo de direção, tal como metade do grupo parlamentar é constituído por mulheres, e o caminho foi feito por dentro, desde a composição dos diferentes órgãos aos quotidianos” (2010: 116). Atualmente, a coordenação do Bloco é assegurada por uma liderança bicéfala e paritária.

O decreto da Assembleia da República que se seguiu à consolidação dos projetos de lei do PS e do BE esbarrou, porém, com um veto presidencial, com o principal argumento de que se exigia a rejeição das listas dos partidos que não seguissem o princípio da paridade, o que o Chefe do Estado considerou excessivo e desproporcionado para cumprir os objetivos da lei. Na perspetiva do Presidente, os mecanismos de punição ameaçariam a liberdade dos partidos e a dignidade das mulheres eleitas. Revisto o decreto pela Assembleia da República – substituindo-se a exclusão de listas por outras punições aos partidos, como multas, e introduzindo-se um ponto de revisão e avaliação do impacto da lei ao fim de cinco anos –, foi de novo aprovado, mas exclusivamente pela bancada parlamentar do PS. Ultrapassadas as objeções, este diploma mereceria a concordância do Presidente da República, sendo promulgado em Agosto de 2006.

A partir de 2009, as listas para a Assembleia da República, o Parlamento Europeu e as autarquias locais passaram a ter de assegurar uma representação mínima de 33% de ambos os sexos, não podendo apresentar mais de dois candidatos do mesmo sexo em ordem consecutiva²⁵⁷. Será interessante analisar o impacto do diploma nos primeiros atos eleitorais em que foi posto em prática.

Se, nas legislativas de 2005, pela primeira vez a taxa de eleição de mandatos femininos superou a barreira dos 20%, quatro anos depois, a aplicação da lei saldou-se num aumento deste indicador de 6,1 pontos percentuais. No entanto, nas legislativas de 2011, ocorreu uma diminuição da percentagem de mulheres eleitas – de 27,4% para 26,5% (Fig. 33).

²⁵⁷ Esta última regra não se aplica à composição das listas para as freguesias com 750 ou menos eleitores ou para municípios com 7.500 ou menos eleitores.

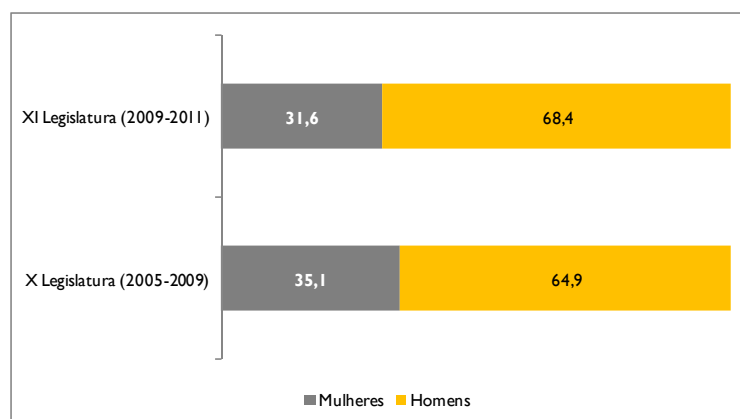
FIGURA 33: REPRESENTATIVIDADE ELEITORAL: DISTRIBUIÇÃO DE MANDATOS PARLAMENTARES POR SEXO, DE 2005 A 2011

Ano de eleições	Mandatos femininos		Mandatos masculinos		Total mandatos
	N	%	N	%	N
2005	49	21,3	181	78,7	230
2009	63	27,4	167	72,6	230
2011	61	26,5	169	73,5	230

Fontes: Assembleia da República, PORDATA.

Na institucionalização parlamentar, a representatividade efetiva feminina alcançou o nível mais alto desde 1975, 35,1%, no decorrer da X Legislatura (2005-2009). Porém, na legislatura seguinte (2009-2011), este indicador recuou para os 31,6% (Fig. 34).

FIGURA 34: REPRESENTATIVIDADE EFETIVA DOS TITULARES DE MANDATO PARLAMENTAR, POR SEXO, DE 2005 A 2011 (EM %)



N=612 (N.º total de titulares de mandatos parlamentares de 2005 a 2011). Homens=449; Mulheres=163.
Fonte: Carla Martins/Projeto “Política no Feminino”.

Coincidindo com a aplicação da Lei da Paridade²⁵⁸, é notório o crescimento de mandatos eleitos pelos partidos mais à direita. Em 2011, o PSD superou o PS neste indicador, enquanto os socialistas elegeram menos deputadas nestas legislativas em comparação com 2009. Se o PCP se manteve, até 1999, como o partido que proporcionalmente elegeu a maior percentagem de mulheres para a Assembleia da

²⁵⁸ Todos os partidos políticos cumpriram os normativos legais na constituição das listas eleitorais nos sufrágios de 2009 e de 2011.

República, nas mais recentes eleições foi-se deslocando para o espectro oposto. Nas últimas três legislativas, o Bloco de Esquerda apresentou as mais elevadas percentagens de eleição de mandatos femininos, sempre acima de um terço (Fig. 35).

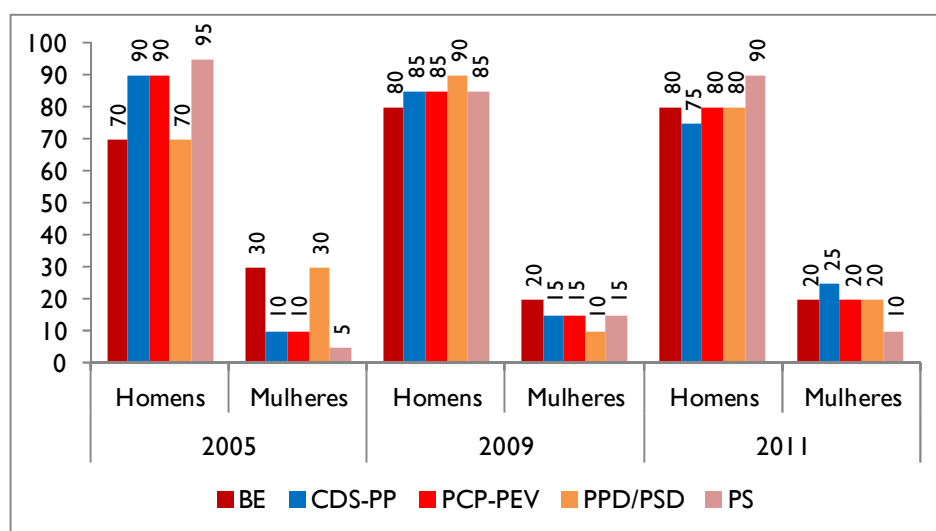
FIGURA 35: REPRESENTATIVIDADE ELEITORAL: MANDATOS PARLAMENTARES FEMININOS, POR PARTIDO POLÍTICO, ENTRE 2005 E 2011 (EM %)

Ano de eleições	BE	CDS-PP	PCP	PEV	PSD	PS
2005	50,0	8,3	16,7	50,0	8,0	28,9
2009	37,5	19,0	15,4	50,0	27,2	28,9
2011	50,0	25,0	14,3	50,0	30,6	25,7

Fontes: Assembleia da República, PORDATA.

Estes valores confirmam uma tendência consolidada de eleição de um maior número de deputadas desde 1995, mas também que o objetivo de alcançar a paridade de género no Parlamento não está, à partida, garantida, mesmo com a aplicação de mecanismos de discriminação positiva.

FIGURA 36: “CABEÇAS DE LISTA” PELOS DIFERENTES CÍRCULOS ELEITORAIS, POR PARTIDO POLÍTICO E POR SEXO, NAS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS DE 2005 A 2011 (EM %)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Direção-Geral da Administração Interna.

Analisando as candidaturas às três últimas eleições legislativas por círculos eleitorais, comprova-se que só exceccionalmente as mulheres figuraram como “cabeças de lista” (Fig. 36), o que mais dificultou a sua eleição em círculos eleitorais mais

pequenos ou naqueles onde os resultados eleitorais obtidos pelas forças políticas foram mais fracos. Além disso, nas listas para as legislativas de 2009 e de 2011, as mulheres tenderam a surgir numa quase ritualizada 3.^a e 6.^a posições, indicando que, na escolha dos candidatos, prevaleceu mais a vinculação a exigências formais do que a convicção no princípio da paridade como projeto de partilha de poder. Reitere-se que os eleitores votam em partidos e não em candidatos, pelo que “a eleição dos deputados depende mais do lugar nas listas partidárias que os partidos lhes atribuem do que dos votos dos eleitores (...). Aliás, o sistema de listas fechadas é de todos o que menor intervenção permite ao eleitor na escolha dos candidatos a deputados” (Freire, 2002: 85).

Nas posições de maior destaque na Assembleia da República, é incontornável registar a eleição, em Junho de 2011, da primeira mulher presidente deste órgão. Depois de duas votações fracassadas em torno do primeiro candidato proposto pelo PSD, Assunção Esteves foi eleita segunda figura do Estado, tornando-se a 14.^a personalidade Presidente do Parlamento desde 1975. Como referido, poucas mulheres a precederam no exercício de cargos de liderança daquele órgão de soberania. Desde 2009, é vice-presidente do Parlamento a democrata-cristã Teresa Caeiro. Maria de Belém Roseira assegurou, por um curto período de tempo e em regime de interinidade, o cargo de presidente da bancada parlamentar do PS. Na atual legislatura, apenas uma, entre 12 comissões parlamentares, é presidida por uma mulher, a da Saúde.

No Governo, a evolução do número de mulheres manteve um ritmo evolutivo mais lento, não alcançando os 20% nos três últimos Executivos (Fig. 37).

FIGURA 37: TITULARES DE CARGOS GOVERNAMENTAIS, POR SEXO, DE 2005 A 2011

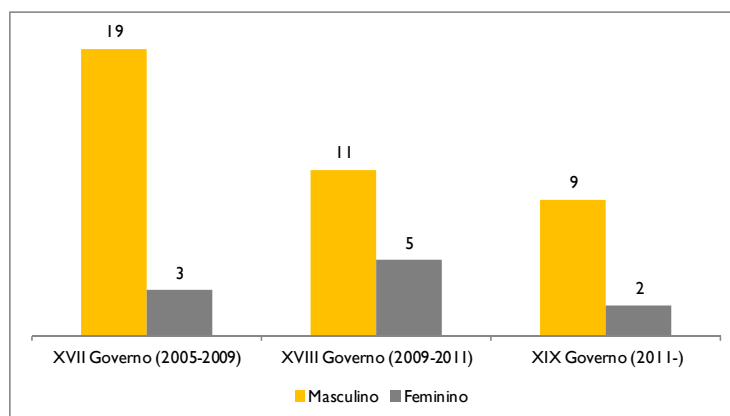
Governos	Primeiros-Ministros	Total	Governantes		% de mulheres
			Homens	Mulheres	
		N	N	N	
XVII Governo (2005-2009)	José Sócrates	70	60	10	14,3
XVIII Governo (2009-2011)		53	43	10	18,9
XIX Governo (2011-)	Pedro Passos Coelho	47	39	8	17,0

Fonte: Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna e Portal do Governo.

Numa atribuição de posições ministeriais, há diferenças a registar. No XVIII Governo, o segundo liderado pelo socialista José Sócrates, as mulheres representaram

31,3% do total de ministros, correspondente a cinco ministras, um valor histórico no conjunto dos governos democráticos. No Executivo de coligação PSD/CDS chefiado por Pedro Passos Coelho, essa proporção baixou para os 18,2%, correspondendo a duas ministras, responsáveis pela Justiça e pelo “super-ministério” da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território (Figs. 38 e 39).

FIGURA 38: NÚMERO DE MINISTROS E DE MINISTRAS, DE 2005 A 2011



Fonte: Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna e Portal do Governo.

FIGURA 39: MINISTRAS DOS GOVERNOS CONSTITUCIONAIS DE 2005 A 2011

Governos	Nome da governante	Área tutelada
XVII Governo (2005-2009)	Ana Jorge	Ministra da Saúde
	Isabel Pires de Lima	Ministra da Cultura
	Maria de Lurdes Rodrigues	Ministra da Educação
XVIII Governo (2009-2011)	Ana Jorge	Ministra da Saúde
	Dulce Pássaro	Ministra do Ambiente e do Ordenamento do Território
	Gabriela Canavilhas	Ministra da Cultura
	Helena André	Ministra do Trabalho e da Solidariedade Social
	Isabel Alçada	Ministra da Educação
XIX Governo (2011-)	Assunção Cristas	Ministra da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território
	Paula Teixeira da Cruz	Ministra da Justiça

Fonte: Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna e Portal do Governo.

Nas eleições europeias de 2009, aumentou de forma significativa a proporção de mulheres eleitas: 8 em 22 mandatos (36,4%). Três foram eleitas pelo PSD (Maria da Graça Carvalho, Maria do Céu Martins e Regina Bastos), três pelo PS (Edite Estrela,

Elisa Ferreira e Ana Gomes), uma pelo BE (Marisa Matias) e uma pela CDU (Ilda Figueiredo).

Também o número de candidatas eleitas para as autarquias locais continua a aumentar (Archer e Tavares, 2009: 113). Graça Miragaia Archer e Sónia Tavares, no estudo *Perfil do Autarca 2005. Caracterização dos eleitos locais*, publicado pela Direcção-Geral da Administração Interna em 2009, concluem que, nas eleições municipais de 2005, para um conjunto de 50.849 eleitos apurados, 9.829 eram mulheres, o que corresponde a uma representatividade de 19,3%. Este valor não é distribuído de forma homogénea pelos quatro órgãos autárquicos, sendo que a Assembleia Municipal é aquele onde a participação feminina é mais acentuada (21,3%), seguido da Assembleia de Freguesia (20,5%) e da Câmara Municipal (18,5%, 19 presidentes). Em contrapartida, a Junta de Freguesia é o órgão onde a participação feminina é menos expressiva (15,5%) (*Ibid.*: 76-77). A presença de mulheres tende ainda a ser mais diminuta na presidência dos órgãos locais, sendo a taxa de feminização das lideranças autárquicas menos pronunciada nas câmaras (7,8%) e juntas de freguesia (7,7%) em comparação com as Assembleias Municipais (13,1%) e as Assembleias de Freguesia (16,8%). Por conseguinte, a nível local, a participação feminina é mais pronunciada nos órgãos deliberativos do que nos executivos (*Ibid.*: 77), uma tendência já observada em sufrágios anteriores (Organização das Mulheres Comunistas, 2002: 16).

Nas eleições autárquicas de 2009, em que também pela primeira vez se aplicaram os mecanismos da Lei da Paridade, estima-se que, ainda que se incrementando o seu número, as mulheres eleitas continuaram a representar menos de um terço da totalidade dos autarcas: dos 50.891 autarcas eleitos para o conjunto dos órgãos autárquicos, 14.031 eram mulheres (27,6%), uma subida superior a 8 pontos percentuais. Nos cargos de liderança executiva, a sua presença é inferior²⁵⁹.

Em síntese, a igualdade de direitos políticos entre homens e mulheres é um tema que fez o seu caminho na opinião pública e no seio dos partidos políticos, *gatekeepers* do acesso aos órgãos formais do poder, adquirindo maior visibilidade em momentos específicos, com reflexos na representatividade nas diversas instituições eletivas. No entanto, como indicam as estatísticas, o caminho poderá ser mais labiríntico do que

²⁵⁹ *Apud Sol/Lusa*, “Mulheres nas autarquias são poucas e pouco poderosas”, 09/05/2011 (2010.sol.pt/inicio/Politica/Interior.aspx?content_id=18679).

linear, o princípio da paridade continua em construção no coração do jogo político, é feito de contradições mas também de patamares que se vão ultrapassando.

Não obstante as medidas entretanto adotadas, poderá indagar-se se a ação política neste domínio é orientada por uma reflexão mais funda sobre a redistribuição mais equitativa do poder no espaço público e por uma consideração da cidadania numa perspetiva de género. As quotas aparentam cumprir mais um objetivo burocrático de integração numérica das mulheres do que abraçar o empoderamento das mulheres. Nas palavras de Pissarra Esteves (2010: 41), “trata-se, em última instância, de um paradoxo: uma integração não inclusiva, que atrai ao interior do sistema (mais) mulheres mas continua a sua exclusão, se é que não acaba mesmo por reforç[á-la] – na medida em que torna mais subtil e impercetível o dispositivo de dominação em que a exclusão se sustenta”.

Victoria Camps (2012: 19) questiona se pensar apenas na presença, e não no objetivo dessa presença, não constituirá um perigo para as reivindicações paritárias. Nas palavras de Maria de Lourdes Pintasilgo, o direito de acesso é apenas uma etapa para trazer as mulheres à sua plena cidadania. “Enquanto permanecermos sobre esse direito, veremos as mulheres *como objeto* de uma discriminação social, em primeiro lugar, *como objeto* de uma legislação de proteção, em seguida” (Pintasilgo, 2011: 25).

8.3 CONTEXTO JORNALÍSTICO

O período de estabilização das instituições democráticas e a implementação de reformas económicas estruturais com orientação liberalizante, refletidas numa política de (re)privatizações e de diminuição do peso do Estado no setor económico, a partir de 1985-1987, vão ter um impacto enorme no sistema mediático português. Esta mudança surge, segundo Fernando Correia (1997: 37-38), ancorada em processos de privatização, concentração da propriedade dos media em grupos económicos e orientação comercial das políticas editoriais, com consequências na reorganização do setor da imprensa, no reordenamento do espaço radiofónico e no fim do monopólio estatal televisivo.

Remonta ainda aos anos de 1970 e início dos anos 80 o surgimento de uma imprensa de “tipo popular-sensacionalista” (Mesquita, 1994: 386), como o *Correio da*

Manhã e o *Tal&Qual*, desenvolvida paralelamente a uma imprensa de qualidade, “orientada no sentido de responder às novas exigências da opinião pública dirigente, no domínio da informação política e cultural” (*Ibid.*).

A partir da segunda metade da década de 80, todo o setor se reconfigura, com a criação de grupos de media aproveitando a dinâmica das privatizações, a consolidação do estilo popular-sensacionalista e o lançamento de novos projetos editoriais inovadores e na esfera da informação de referência (*O Independente* e a TSF, em 1988, o *Público*, em 1990). Simultaneamente, a partir de 1987, desenvolvem-se segmentos especializados, como a imprensa económica, as revistas femininas “de referência” e a imprensa desportiva diária (Correia, 1997: 37), satisfazendo novas necessidades informativas.

O início dos anos de 1990 fica marcado pelo aumento e diversificação da oferta televisiva, com a abertura da televisão à iniciativa privada (as primeiras emissões da SIC e da TVI têm lugar em 1992 e 1993, surgem as plataformas de cabo e de satélite) e o fim do monopólio da RTP. A televisão é adotada como *medium* dominante em Portugal, o que apenas se poderia vislumbrar em finais da década de 70, quando se davam os primeiros passos na direção do “país televisivo”, *i.e.*, da emergência de uma nova sociedade e estilos de vida centrados no consumo e nos *media* (Cunha, 2011: 8).

Desaparecem ou ficam moribundos os jornais que correspondiam a projetos de intervenção política e ideológica bem marcada, à *esquerda* e à *direita*, como *O Tempo* e o *diário*, ainda que *O Independente* se possa situar numa linha de “jornalismo de tendência” (Reis e Nunes, 1994: 396). Este semanário incentivou, até ao final do ciclo cavaquista, o jornalismo investigativo, sem tradição em Portugal e desenvolvido essencialmente pelos semanários (Mesquita, 1994: 388). No período correspondente à segunda maioria de Cavaco Silva, a comunicação social mostra-se aguerrida e mais independente, denunciando casos de incúria ou de corrupção na administração, com forte influência na opinião pública e no acentuar de um clima de crise (Reis, 1994: 89).

Segundo Correia (1997: 38), os projetos editoriais passaram a inserir-se “numa lógica comercial e industrial, na perspetiva da qual as proclamadas neutralidade política e objetividade informativa surgem como parte integrante de estratégias dirigidas para a conquista de uma audiência o mais ampla possível”. A reorientação editorial dos media, impulsionada por “forças de mercado” traduziu-se na generalização de conteúdos

noticiosos em que a distinção entre *hard* e *soft news* se vai esbatendo, conduzindo a uma agenda mais marcada por “estórias de interesse humano” (Carter *et al.*, 1998: 4). O sentido deste desenvolvimento vem convergir com e realçar os traços associados ao estilo jornalístico mais popular, que visa “«fazer cócegas ao público» com valores de entretenimento” (Holland, 1998: 17).

Os meios informativos continuaram a projetar uma realidade social na qual a política é proeminente. Na caracterização genérica do jornalismo político, acolhe-se a tese de Michael Schudson (1999[1982]: 279) de que o poder dos media não está apenas na sua capacidade de declarar as coisas como sendo verdadeiras mas sobretudo “no seu poder de fornecer as formas nas quais as declarações aparecem”, o que o sociólogo norte-americano designa por “política da forma narrativa”.

Certas convenções consolidam-se e naturalizam-se, como a centralidade dos principais atores políticos, o ritual das reações como fazendo parte da dinâmica da discussão democrática (traços já visíveis na década de 70), a procura de uma compreensão mais vasta das consequências dos atos políticos. Com efeito, o jornalismo político torna-se, em Portugal, crescentemente interpretativo – o que em 1979 se identifica essencialmente nos semanários –, avultando uma narração de factos baseada na explicação, contextualização, ilação, análise causal e síntese das consequências. Desta forma, alarga-se “o âmbito da descrição do jornalista” (*Ibid.*), que agora assina as suas peças, a autoria de comentários e opiniões e se posiciona como observador privilegiado e especialista dos assuntos políticos.

Tal constitui um sintoma da profissionalização jornalística, na dimensão de uma maior autoconsciência e autonomia perante os diversos poderes. Na leitura de Mesquita²⁶⁰, a partir de 1987, as práticas jornalísticas desenvolvem-se sob o signo do “profissionalismo jornalístico, enquanto «ideologia corporativa» dominante (...). O acento tónico na ideia da «profissão» ajusta-se a uma maior autonomia (em face do poder político) do «campo mediático»”.

O papel da imprensa na cobertura desta arena terá de ser situado, igualmente, à luz da adaptação da comunicação política às lógicas televisivas, não apenas da televisão comercial mas também de uma televisão pública que se autonomiza progressivamente (Férin, 2006: 105). A profissionalização da comunicação política implicou a influência cada vez mais determinante de especialistas em *marketing* político e de outros

²⁶⁰ Mário Mesquita, “Os jornalistas na política”, *Público*, 10/02/2002.

profissionais na elaboração das respetivas mensagens, tanto nos aspetos formais como substantivos.

José Telo faz coincidir o início da profissionalização dos processos de comunicação com o período cavaquista. A telegenia converte-se numa dimensão política central, personalizada no líder máximo.

“As campanhas passam a ser personalizadas e a gestão da imagem do chefe perde o amorismo anterior e adquire foros de uma técnica elaborada, entregue a profissionais (...). A gestão da imagem do chefe é centralizada e gerida por um discreto núcleo de reduzida dimensão (...), que usa técnicas diferentes para diversos públicos, mas procura passar uma imagem conjunta e coordenada. A maneira de estar na televisão, de vestir, de falar, de se mover, de ficar calado, tudo, em resumo, é estudado por profissionais e passa a ser objeto de um *marketing* político. Não é que antes não se fizesse isso – já no tempo de Sá Carneiro os principais políticos nacionais foram tirar cursos em Londres sobre como falar na televisão. A diferença é que agora assume outra escala” (Telo, 2008: 45-46).

Na sua investigação *Nos Bastidores do Jogo Político. O Poder dos Assessores*, que incide sobre o período guterrista, Vítor Gonçalves debruça-se sobre o “aspeto menos visível do exercício do poder” (2005: 181). Conclui que, durante os governos socialistas de 1995-2002, “existiu uma real preocupação de comunicar com os eleitores. Para que esse processo se efetuasse de uma forma profissional e não fosse deixado ao acaso, procedeu-se ao recrutamento de um conjunto de técnicos da área da comunicação, sobretudo jornalistas, para exercerem as funções de assessoria de imprensa, de modo a promoverem, através dos meios de comunicação social, uma imagem favorável ao governo” (*Ibid.*: 182). Os jornalistas foram recrutados sobretudo entre os que habitualmente acompanhavam a atividade política. “De *quarto poder*, (...) passaram a assessores do poder” (*Ibid.*: 184).

De igual forma, nas últimas três décadas, alterou-se profundamente a natureza das campanhas eleitorais, que acompanham a transformação do relacionamento dos partidos políticos com o eleitorado. Segundo Martins e Teixeira (2005: 25-26), “os modernos partidos de tipo *catch-all*, orientando-se essencialmente para a maximização dos votos através do uso tão eficaz quanto possível dos *mass media*, distinguem-se pelo

desenvolvimento de campanhas eleitorais centradas nos atributos pessoais dos candidatos e altamente profissionalizadas”.

As fontes profissionais monitorizam mais intensivamente as notícias e estabelecem contactos permanentes com as redações, criando uma intermediação de segundo nível no acesso dos jornalistas aos líderes políticos – práticas que se manifestam apenas de modo mitigado em 1979. A relação direta com o político passa mais claramente a representar um capital social de determinados jornalistas e meios de comunicação social, mas também traduz uma seleção instrumental e interessada. O capital disputado são as interpretações, os comentários, os enquadramentos, num quadro em que a “voz” do jornalista se valoriza, como referido, na reportagem política.

A tese Schudson (1999[1982]: 289) segundo a qual “uma realidade política transformada se torna parte da própria estrutura da reportagem noticiosa” aplica-se ao jornalismo político nacional, em que “a «estória» não «reflete» a nova política mas torna-se parte da nova política em si. Não há somente uma narrativa da política nas notícias; as notícias são parte da política da forma narrativa”.

Não é possível ignorar estas mutações na análise da campanha eleitoral de 2009, bem como que a cobertura jornalística da política está mais centrada nos protagonistas e em dimensões mais superficiais da sua comunicação, como a imagem e a “frase rápida”. Como sistematiza Isabel Férrin (2006: 106), os *media* noticiosos tendem a privilegiar as notícias “leves” em detrimento das “sérias”, o conflito sobre o consenso e a personalização sobre as ideias, repercutindo-se, aliás, no aumento do cinismo e do negativismo em torno da comunicação política.

Esta lógica editorial torna ainda mais evidente o fenómeno do *glass ceiling*. Carla Baptista (2012: 70) observa que as mulheres na política têm “menos oportunidades institucionais do que os homens de reunir essa congregação de qualidades valorizadas pelos jornalistas”. Mais ausentes dos lugares de liderança e mais periféricas relativamente às redes de influência e aos centros de decisão e de poder, o seu protagonismo “constrói-se de forma episódica e irregular, mais dependente de capacidades e iniciativas individuais do que da inserção numa malha de relações institucionais organizadas” (*Ibid.*).

É certo que, como comprovam os resultados nacionais no âmbito do Global Media Monitoring Project 2010, que vimos no capítulo 4, o aumento da presença total

das mulheres nos media noticiosos, de 3 pontos percentuais, entre 2005 e 2010, se deveu inteiramente ao tema “política e governo”, onde a visibilidade feminina cresceu 14 pontos percentuais (dos 10 para os 24%) naquele intervalo. Estes valores correspondem, no plano mediático, à sua maior participação no exercício de responsabilidades políticas, que registámos no ponto anterior.

Há que articular este panorama com as conclusões de outros estudos. Tradicionalmente um *métier* masculino²⁶¹, na atualidade, o jornalismo parlamentar é dominado por mulheres. Este facto não parece alterar práticas que conferem maior valor de noticiabilidade às lideranças. A jornalista parlamentar Anabela Neves, da SIC, em entrevista ao projeto “Política no Feminino” (12/01/2012), observa que, “se as deputadas participam mais nos debates em plenário e nas comissões, o desempenho dos cargos de maior responsabilidade e notoriedade à frente das bancadas parlamentares e das comissões ainda são ocupados por homens”.

Entre os convidados dos programas informativos de três canais generalistas (RTP1, SIC e TVI) e de três canais temáticos de informação (SICN, RTPN e TVI 24), emitidos entre Setembro de 2010 a Junho de 2011, 84% eram homens (Baptista, 2011).

Na sua análise do espaço de opinião em quatro publicações de referência portuguesas, *Diário de Notícias*, *Público*, *Expresso* e *Visão*, entre 2000 e 2005, Rita Figueira (2011) concluiu que as mulheres ocuparam uma quota de 13% no universo dos comentadores. Os títulos analisados “revelam ter uma política de fechamento e não de abertura e visibilidade às mulheres com protagonismo nos mais variados campos sociais em Portugal e que este espaço simbólico reproduz a sub-representação das mulheres nos mais variados poderes na sociedade portuguesa” (*Ibid.*: 84).

O maior número de mulheres jornalistas nas redações – segundo o último inquérito aos jornalistas portugueses, em 2009, ultrapassavam os 40%²⁶², quando em 1990 eram 25,4% – não tem correspondência num maior equilíbrio nos cargos de

²⁶¹ A 20 de Agosto de 1979, a circunstância de se encontrar uma jornalista em serviço de reportagem na Assembleia da República leva o cronista parlamentar Adelino Tavares da Silva, de *o diário*, a comentar: “ai que vem aí o matriarcado!” (“Cravos e Abril em pleno Agosto”).

²⁶² Dos 6.917 jornalistas habilitados com a carteira de jornalista em 31 de Dezembro de 2009, 59,3% eram homens e 40,7% mulheres, denotando-se a tendência para o equilíbrio de género desde 1997 (Rebelo, 2011). Nas faixas etárias mais jovens confirma-se já um domínio feminino: nos escalões dos 20 aos 24 anos, dos 25 aos 29 anos e dos 30 aos 34 anos, a percentagem de mulheres fixa-se em, respetivamente, 59,5%, 61,7% e 53,6%. No estudo *Ser Jornalista em Portugal. Perfis sociológicos* assinala-se que, entre 2002 e 2006, mais mulheres do que homens ingressaram na profissão.

chefia. As mulheres são metade em relação aos homens na categoria dos editores e menos de um quarto na categoria de coordenadores / diretores. Se as faixas mais jovens de jornalistas são já maioritariamente femininas, as chefias são preferencialmente escolhidas nas faixas etárias mais velhas. A idade ideal para o desempenho de tarefas de coordenação ou de direção ronda, em Portugal, os 40-44 anos, ao passo que, para os cargos de editoria e de chefia das redações, a escolha alarga-se a jornalistas dos 35 aos 39 anos (Rebelo, 2011: 28).

Em 2009, a política ainda é um domínio masculino, mas menos. O jornalismo – inclusive em áreas políticas – feminizou-se, mas nas chefias continuam a dominar os homens. As notícias sobre “política e governo” com protagonistas femininas aumentaram, mas estas continuam em minoria nos lugares de liderança e de maior notoriedade pública.

A conjugação destes fatores torna a análise da campanha eleitoral das legislativas de 2009 particularmente promissora do prisma da construção do protagonismo político feminino. Pela primeira vez foi aplicada a Lei da Paridade e o Primeiro-Ministro incumbente desafiado pela primeira presidente de um partido do arco da governação, Manuela Ferreira Leite. Uma mulher que, como referido, deu voz, pelo seu partido, à recusa de mecanismos de discriminação positiva para alavancar a presença feminina na esfera política, e sem sensibilidade, antes pelo contrário, a um tratamento específico de “questões femininas”. No capítulo seguinte, analisa-se se essas contradições se refletem no discurso jornalístico, através do estudo empírico da forma como três jornais nacionais de informação geral constroem o seu perfil em três momentos da sua carreira política.

9. As idades de Manuela Ferreira Leite

Se alguma coisa quero dar à democracia, é fazer a experiência de ver o que acontece se falarmos verdade.

Manuela Ferreira Leite, 2008

9.1 POLÍTICA COMO DEVER

Maria Manuela Dias Ferreira Leite (doravante, MFL) nasceu em 1940, numa “família de juristas” (Bettencourt e Pereira, 1995: 157). Estudou em casa, com a irmã mais velha, até ao 3.º ano do liceu, passando depois para o Liceu Maria Amália. Segundo um perfil publicado na *Revista do Expresso*, a 19 de Março de 1994 (“A ministra que não andou na escola”), o seu sentido do dever e a contenção foram traços que se manifestaram ao longo da vida. Foi “uma adolescente de «low profile». (...) A primeira escola que frequentou foi o Liceu Maria Amália, em Lisboa, quando a família a matriculou no 3.º ano. Este estranho atraso não parece ter-lhe deixado grandes marcas, mas fez dela uma mulher contida, doce e afável, apesar do seu ar de «general» das propinas. «Toda a gente diz que eu tenho um ar de bruxa, e não posso fazer nada contra isso. Não sou é pessoa que mostre um grande à-vontade nos primeiros contactos»”.

Estuda Economia no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (atual ISEG), onde o seu avô, José Eugénio Dias Ferreira, fora professor. Segundo o mesmo perfil do *Expresso*, “o seu imbatível sentido de humor granjeou-lhe alguma notoriedade nos tempos da faculdade”. Não chegou a ir à viagem de finalistas porque o pai, um “educador espartano”, não queria ouvir falar dessas coisas. “Tive um desgosto monumental. Fiquei tristíssima, chorei baba e ranho. Mas nunca refilei nem contestei as orientações”.

Três anos depois de se licenciar, com distinção, casa e tem três filhos. Deu prioridade, nas suas escolhas pessoais, à vida familiar. Quando os seus filhos eram pequenos, recusou várias propostas profissionais. “Cheguei mesmo a permanecer em casa durante algum tempo, sem trabalhar” (Bettencourt e Pereira, 1995: 161). Num

perfil publicado no *Público*, em 2008, esta faceta é salientada. Apesar de excelente aluna, acabou por não se doutorar, como muitos dos colegas, porque na altura os doutoramentos eram feitos no estrangeiro e, casada aos 25 anos, decidiu dar prioridade à família²⁶³.

Desenvolveu a sua atividade profissional na área das Finanças Públicas e Economia, primeiro no Centro de Estudos de Economia e Finanças da Fundação Calouste Gulbenkian. Lecionou no Instituto Superior de Economia durante 14 anos. “Terei sido talvez a segunda mulher a entrar para assistente em Económicas, já que havia uma tradição muito forte no sentido de o corpo docente não integrar mulheres. (...) E não foi seguramente pelo facto de ser mulher que senti qualquer tipo de limitação em Económicas. Embora confesse que no princípio os alunos me olhavam com desconfiança. Mas já estava um pouco habituada a isso, visto que na Gulbenkian era a única mulher de uma equipa só de homens” (Bettencourt e Pereira, 1995: 158).

A amizade com Cavaco Silva, e a sua família, remonta a este período. Em 1980, o então ministro das Finanças de Sá Carneiro convida-a para chefe de gabinete. Para o efeito, interrompe durante um ano as suas funções no Banco de Portugal, ao qual permanecerá ligada. O trabalho no Ministério das Finanças é diferente daquele a que estava habituada, em gabinetes de estudos mais técnicos do que políticos e em áreas de pensamento e não operacionais.

Ainda que tenha colaborado anteriormente de modo informal, filiou-se no PSD em 1985, quando Cavaco Silva se torna presidente do partido, no Congresso da Figueira da Foz, com o objetivo de contribuir para reforçar a sua liderança. Cinco anos mais tarde, o então Primeiro-Ministro convida-a para assumir funções governativas, como Secretária de Estado do Orçamento, onde voltou a sentir a diferença entre trabalho técnico e político. A “opção política que sucede à fundamentação técnica tem especificidades” (Bettencourt e Pereira, 1995: 159).

Em 1995, ainda ministra da Educação – enfrentando a violenta contestação dos alunos à Lei das Propinas e vendo-lhe ser colado o epíteto de “Dama de Ferro” –, afirma que foram “certamente as circunstâncias” que a conduziram à política, não “algum apelo de vocação”. “Estou aqui sobretudo porque sinto poder ajudar o Primeiro-

²⁶³ Sérgio Aníbal, “A candidata que não consegue (nem quer) deixar de ser «dama de ferro»”, *Público/P2*, 15/05/2008.

Ministro, de quem sou realmente muito amiga. Talvez eu tenha um conceito bastante romântico da política. (...) E só por apoio a um homem político em quem confio absolutamente e que me pediu para vir para o Ministério da Educação aceitei e vim. Se ele entendeu que eu em determinado momento era útil neste lugar, não penso que tivesse o direito de lhe dizer que não” (Bettencourt e Pereira, 1995: 160).

Os filhos não reagiram positivamente ao desempenho do cargo: “Nunca encararam mal a minha vida profissional, mas encararam muito mal a minha vinda para este Ministério, principalmente os mais novos. São miúdos que ainda estão na escola pública, estão atentos, sempre viveram todos os problemas que se passavam com a Educação e com o Ministério da Educação. Têm uma ligação afetiva muito forte comigo e julgo que não suportaram a ideia de começar a ouvir falar mal de mim” (Bettencourt e Pereira, 1995: 161).

Nesta altura, confessa que gostaria de estar menos exposta politicamente. Relata, a este respeito: “Quando eu percebo que alguém me conhece na rua, especialmente quando eu própria não conheço as pessoas, sinto uma sensação muito desagradável que tento ultrapassar” (Bettencourt e Pereira, 1995: 160).

Nas legislativas de 1995, vencidas pelo PS, Manuela Ferreira Leite é eleita para mandato de deputada, o que voltará a suceder em 1999 e 2002. Neste período, preside à Comissão de Economia e Finanças e é eleita presidente do grupo parlamentar do PSD. Em 2002, é convidada, por Durão Barroso, para integrar o XV Governo, como ministra de Estado e das Finanças. Foi a primeira mulher ministra das Finanças em Portugal (o seu bisavô, José Dias Ferreira, fora, na segunda metade do século XIX, ministro da Fazenda do rei D. Carlos).

A sua saída do Governo, em 2004, coincide com a ida de Durão Barroso para a Comissão Europeia e a constituição do Executivo de Pedro Santana Lopes, entretanto eleito presidente do PSD. A 25 de Junho de 2004, o então Primeiro-Ministro confirma que é candidato à presidência da Comissão Europeia e apresenta oficialmente, a 5 de Julho, a demissão da chefia do Executivo ao Presidente da República. Manuela Ferreira Leite contestará a nomeação do novo presidente dos sociais-democratas pelo Conselho Nacional, sem congresso, o que entendeu ser um “golpe de Estado”. Declarações que irritaram a Direção do PSD e Durão Barroso. Com este último, as relações terão ficado à beira da rutura. Ferreira Leite pede desculpas por ter sido “excessiva” nas críticas e

referir um “golpe de Estado”, ainda que continue a defender a necessidade de um congresso extraordinário. Numa reunião do Conselho Nacional do PSD, na mesma altura, contou que, numa conversa com Durão Barroso, dias antes de se saber que este iria para a Comissão Europeia, o Primeiro-Ministro lhe disse que achava que ela não seria a melhor ministra das Finanças para a segunda fase do Governo, que se queria de retoma, uma vez que as pessoas a associavam a dureza, sacrifícios e antipatia.

MFL não integrará o XVI Governo. Terá como sucessor no cargo Bagão Félix, que transita da Segurança Social. Com Santana Lopes voltará a encontrar-se, em 2008, nas “diretas” para a presidência do PSD. Em resultado desta eleição, torna-se a primeira mulher a liderar um grande partido político, pelo qual concorre, no ano seguinte, às eleições legislativas, contra José Sócrates, obtendo 29,1% dos votos, contra 36,6% do PS. Demite-se, em Abril de 2010, da liderança dos sociais-democratas.

Foi porta-voz do seu partido na discussão da “Lei das Quotas”, em 1999. Os argumentos que esgrimiou revelam o seu pensamento nesta matéria: embora favorável à participação das mulheres na vida política, Ferreira Leite representa a posição da sua bancada como “absolutamente contra as quotas”, criticando que “interessa pouco olhar para as bancadas (do PS na Assembleia da República) e vê-las com mais mulheres”, quando à esmagadora maioria não é concedido sequer o direito de intervir em plenário. Acrescenta: “Por mim, nunca aceitaria nenhum lugar se admitisse que a minha escolha alguma vez se pudesse ter baseado no facto de ser mulher ou para ajudar a preencher um mero critério legal” (Discussão da Proposta de Lei 194/VII, *Apud* Costa, 2010: 96).

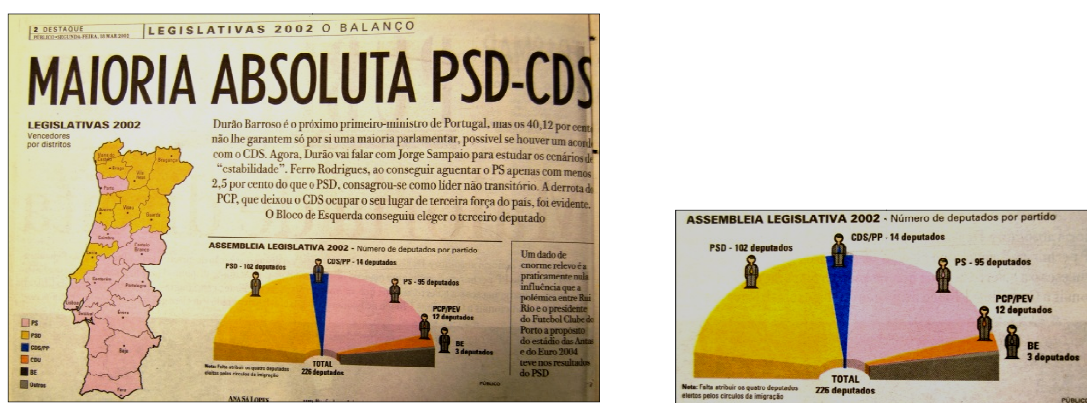
Nela há uma forte contraposição entre a figura pública e a sua personalidade e vida privadas. Voltando ao citado perfil do *Expresso* do início dos anos 90, enquanto Ministra da Educação, “quando deixa cair a máscara, fala, como qualquer outra mulher, das mágoas da vida, das suas alegrias e tristezas; dos três filhos que preferiam que a mãe fosse ministra de outra coisa qualquer e que defendem a privacidade a qualquer preço; do seu pai – um advogado ultraconservador – que lhe deixou uma profunda saudade; do namoro, começado aos 18 anos e que terminou num casamento bruscamente interrompido três décadas mais tarde”. Outro aspeto da sua privacidade é a sua religiosidade. Todas as semanas vai à missa e comunga, “gosta «de ficar no local mais recatado da igreja»”.

9.2 DE MINISTRA DAS FINANÇAS A PRESIDENTE DO PSD

9.2.1 Uma “durona” na pasta das Finanças (2002)

Na sequência da demissão do Primeiro-Ministro, António Guterres, a 17 de Março de 2002 realizam-se eleições legislativas antecipadas, que dão a vitória ao PSD. Nos dias seguintes, os jornais especulam sobre os nomes que integrarão o XV Governo, liderado por Durão Barroso e assente numa coligação com o CDS-PP²⁶⁴.

ILUSTRAÇÃO 23: A POLÍTICA REPRESENTADA COMO UM MUNDO DE “FATO E GRAVATA” (PÚBLICO, 18/03/2002)



No período de formação do Governo, a imprensa enfatiza a importância do futuro titular das Finanças na missão de pôr as contas públicas em ordem, antecipando-se um cenário de crise e a necessidade de adotar medidas como privatizações, suspensão de obras públicas, aumento de impostos, congelamento de admissões no setor público ou o adiamento do “choque fiscal” (diminuição do IRC) para cumprir o programa de convergência com a União Europeia.

Durante vários dias, gera-se um suspense sobre quem ocupará esta pasta, sendo apontadas hipóteses que não se concretizam. O nome de Manuela Ferreira Leite, líder da bancada parlamentar do PSD na legislatura anterior, é confirmado a 27 de Março.

²⁶⁴ PSD e CDS-PP têm um historial de coligações. Depois da Aliança Democrática, entre 1979 e 1983, um novo acordo entre os dois partidos foi estabelecido no final dos anos 90, quando eram presidentes das duas forças partidárias, respetivamente, Marcelo Rebelo de Sousa e Paulo Portas. Após a vitória eleitoral social-democrata, em 2002, PSD e CDS-PP assinam, a 28 de Março, o acordo político “Convergência Democrática”, que enquadra as relações entre os dois partidos no Governo e no Parlamento.

Será, segundo o *Expresso*, uma “super-ministra” e “funcionará como «número dois» do Governo” (29 de Março, manchete). O *Correio da Manhã* usa, em título, a expressão “super-ministra das quatro pastas”²⁶⁵.

É “a primeira mulher em 90 anos a dirigir o Ministério das Finanças”, observa Nicolau Santos, no *Expresso*²⁶⁶. Na mesma linha, num breve perfil, o semanário assinala a novidade histórica: “Foram precisos mais de 90 anos e outros tantos homens à frente das contas públicas portuguesas para, pela primeira vez desde a implantação da República, uma mulher chegar a ministra das Finanças. Havia Manuela Dias Ferreira Leite, divorciada e mãe de três filhos, tem 61 anos. No Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (ISEG) tornou-se em Economia e faz um amigo para a vida. André Luís Silva.”

ILUSTRAÇÃO 24: A NOVA MINISTRA DAS FINANÇAS É “A AMIGA DE CAVACO” (*EXPRESSO*, 29/03/2002; FOTO DE RUI OCHÔA)



Manuela Ferreira Leite – “cavaquista”, “a amiga de Cavaco”, que consultou antes de aceitar o convite – terá sido agora “recompensada” pelo seu apoio a Durão Barroso, com quem chegou à vice-presidência do PSD, à liderança da respetiva bancada parlamentar, venceu a distrital de Lisboa e integrou o “governo sombra” social-democrata²⁶⁸. Num perfil do *Público*, Eunice Lourenço escreve: “Quem esperava que passasse à reserva quando o PSD passou à oposição, enganou-se. Os presidentes do PSD que se seguiram a Cavaco Silva tiveram nela uma combatente, sempre pronta a

²⁶⁵ Sónia Trigueirão, “Medina Carreira apoia superministra das quatro pastas”, *Correio da Manhã*, 29/03/2002.

²⁶⁶ Nicolau Santos, “Os seis trabalhos de Ferreira Leite”, *Expresso/Caderno de Economia*, 29/03/2002.

²⁶⁷ “A amiga de Cavaco”, *Expresso/Caderno de Economia*, 29/03/2002.

²⁶⁸ “O que valem”, *Correio da Manhã*, 30/03/2002.

servir o partido, sempre leal ao líder, porque, acima de tudo, respeita as instituições e é uma servidora pública”²⁶⁹.

Na tomada de posse do novo Executivo, a 6 de Abril, o Primeiro-Ministro garantirá que esta foi a sua primeira escolha: “é a ministra das Finanças que Portugal precisa”²⁷⁰.

ILUSTRAÇÃO 25: TOMADA DE POSSE DO XV GOVERNO (*CORREIO DA MANHÃ*, 07/04/2002)

Ferreira Leite, ladeada, à esq., por Paulo Portas e, à dir., por Durão Barroso, é cumprimentada pelo Presidente da República, Jorge Sampaio (foto de José Barradas).



ILUSTRAÇÃO 26: TOMADA DE POSSE DO XV GOVERNO (*PÚBLICO*, 07/04/2002)



O “núcleo forte” do Executivo na cerimónia de tomada de posse “apareceu feliz na Ajuda”, indica a legenda. Ferreira Leite surge ladeada, à esq., por Martins da Cruz e Paulo Portas e, à dir., por Durão Barroso (foto de Pedro Cunha).

²⁶⁹ Eunice Lourenço, “Leal, cavaquista e irredutível”, *Público*, 28/03/2002.

²⁷⁰ Helena Pereira e Eunice Lourenço, “Durão Barroso diz que tem os ministros que quer”, *Público*, 03/04/2002.

No entanto, os jornais acentuarão – de forma, aliás, redundante – que esta não foi uma primeira opção. O Primeiro-Ministro teve de “recorrer à «prata da casa», inviabilizadas que foram as hipóteses tão faladas de António Borges, Ernâni Lopes ou Miguel Cadilhe”, escreve Sérgio Figueiredo, no *Público*²⁷¹. Outros comentadores seguem este ângulo. Fernando Madrinha, no *Expresso*, menciona os “pesos-pesados”, “notáveis com mérito reconhecido e experiência acumulada”, que não aceitaram a pasta. Com a recusa dos “gurus da salvação” e a apresentação de uma “solução de recurso”, o PSD terá provocado nos eleitores a sensação de terem comprado “gato por lebre”, sublinha²⁷². “Não será certamente o nome de «peso» que se aguardava”, assevera, numa peça informativa, o mesmo semanário²⁷³. No seu editorial de 29 de Março, o diretor do *Público*, José Manuel Fernandes, aprecia que “não é o nome sonante que se esperava”²⁷⁴.

No seu comentário semanal na TVI, Marcelo Rebelo de Sousa usara a expressão popular “quando não tem cão, caça-se com gato” para se referir ao convite a MFL. Segundo o *Expresso*, “a ex-líder parlamentar do PSD terá ficado agastada com a referência”. Quando questionada na SIC Notícias sobre se era candidata ao lugar, respondeu: “Como ser humano, provavelmente sim (...). Ferreira Leite lançava o aviso de que não estaria disponível a ser tratada abaixo de cão”²⁷⁵.

Não obstante, a nomeação será, genericamente, recebida como muito positiva. Surge em alta em todos os “barómetros” dos jornais analisados. Esta é “a hora de Manuela Ferreira Leite”, segundo o editorial do *Público* de 4 de Abril. “Todas as atenções se voltam” para a ministra²⁷⁶. Será, segundo o *Correio da Manhã*, a figura mais importante do Governo, a seguir a Durão Barroso.

É uma celebração que não se dá por boas razões. As pastas de que vai ser titular “são das que prometem maiores desafios ao próximo Governo. O rigoroso controlo das contas públicas – para atingir o défice zero em 2004 – e a gestão das difíceis relações entre poder central e as autarquias ou regiões autónomas são as batalhas que prometem

²⁷¹ Sérgio Figueiredo, “A «Dama de Ferro»”, *Público*, 28/03/2002.

²⁷² Fernando Madrinha, “Manuela e os outros”, Preto no Branco, *Expresso*, 29/03/2002.

²⁷³ Ana Paula Azevedo, com Ângela Silva e Sofia Rainho, “Durão Barroso emagrece Executivo”, *Expresso*, 29/03/2002.

²⁷⁴ José Manuel Fernandes, “O que falta saber”, Editorial, *Público*, 29/03/2002.

²⁷⁵ Manuel Agostinho Magalhães, “Cães, gatos e seres humanos”, *Expresso*, 29/03/2002.

²⁷⁶ Manuel Carvalho, “A hora de Manuela Ferreira Leite”, Editorial, *Público*, 04/04/2002.

dar mais trabalho”²⁷⁷. Questionada na Rádio Renascença sobre se tinha consciência “de que dentro de pouco tempo será o membro mais odiado do Governo”, respondeu que “se quisesse estar numa situação de popularidade «evidentemente» não teria aceite o lugar que aceitou”. Integrou o Governo por acreditar poder “ajudar a resolver uma situação que é altamente complexa”²⁷⁸. Os jornais apontam-lhe o “espírito de serviço público”²⁷⁹; parece certo de que “tudo fará em defesa do país”²⁸⁰.

Com efeito, o seu perfil é apresentado como adequado à missão que terá de desempenhar. Por um lado, há unanimidade quanto à sua competência técnica que, segundo os jornais, “todos lhe reconhecem”²⁸¹. À capacidade técnica alia-se a sua personalidade.

Os jornais analisados banalizam o epíteto de “Dama de Ferro”, que adquiriu devido à “irredutibilidade com que enfrentou a contestação” dos estudantes, enquanto ministra da Educação de Cavaco Silva²⁸². Ainda que reconheçam o cunho sexista da expressão, não deixam de a usar. Mário Mesquita comenta que, se “dama de ferro” é epíteto machista, então os jornais usam a fórmula, que lembra “o fantasma de Margaret Thatcher”, com “macha generosidade”²⁸³.

Esta imagem é prolongada no uso de outras formulações mais claramente masculinas. “Parece ter qualidades para ser o ministro das Finanças que o país precisa neste momento. Uma espécie de Ernâni Lopes «de saias»”, descreve José Manuel Fernandes²⁸⁴. Chegam a chamá-la “por graça uma espécie de «Cavaco de saias»”, refere Fernando Madrinha²⁸⁵. Luís Marques, no *Expresso*, escreve que se criou “a ideia de que só um super-homem, ou um extraterrestre, pode ocupar o lugar, tal a dimensão do que há para fazer”²⁸⁶.

²⁷⁷ António Antunes Carvalho, “Ferreira Leite escolhida para número dois do Governo”, *Correio da Manhã*, 28/03/2002.

²⁷⁸ Eunice Lourenço, “Ferreira Leite defende cortes na saúde e nas autarquias”, *Público*, 02/04/2002.

²⁷⁹ Ana Paula Azevedo, com Ângela Silva e Sofia Rainho, “Durão Barroso emagrece Executivo”, *Expresso*, 29/03/2002.

²⁸⁰ Francisco Ferreira da Silva, “Altos & Baixos”, *Expresso/Caderno de Economia*, 29/03/2002.

²⁸¹ Ana Paula Azevedo, com Ângela Silva e Sofia Rainho, “Durão Barroso emagrece Executivo”, *Expresso*, 29/03/2002; Sérgio Figueiredo, “A «Dama de Ferro»”, *Público*, 28/03/2002.

²⁸² Eunice Lourenço, “Manuela Ferreira Leite. Leal, cavaquista e irredutível”, *Público*, 28/03/2002.

²⁸³ Mário Mesquita, “Só, só, só Manuela Ferreira Leite”, <http://www.mensagens.pt>, *Público*, 31/03/2002.

²⁸⁴ José Manuel Fernandes, “O que falta saber”, Editorial, *Público*, 29/03/ 2002.

²⁸⁵ Fernando Madrinha, “Manuela e os outros”, Preto no Branco, *Expresso*, 29/03/2002.

²⁸⁶ Luís Marques, Caras & Casos, *Expresso/Caderno de Economia*, 29/03/2002.

Manuela Ferreira projeta valores como a seriedade, a firmeza e a credibilidade: é “a imagem viva da credibilidade”²⁸⁷; tem “cara dura”, comparável às de Cavaco Silva e de Ramalho Eanes²⁸⁸; “ostenta o ar antipático que o chefe das contas deve ter”²⁸⁹; “o seu sorriso aparece poucas vezes. Prefere manter o ar sério de quem conhece as dificuldades e está pronto para as combater, cortando a direito”²⁹⁰; “tem fama de rigorosa e firme, qualidades imprescindíveis para quem vai exercer o cargo na situação de desequilíbrio das contas públicas que o novo Governo tem por herança”²⁹¹.

É, em suma, adjetiva Francisco Ferreira da Silva, no *Expresso*, “uma «durona» nas Finanças”²⁹². Para este comentador, “ser mulher também pode fazer com que os seus pares a tratem com maior deferência”, além de ter como aliada “a tão falada intuição feminina”²⁹³.

São minoritárias as referências a outras facetas, mais escondidas, da sua personalidade, que desconstroem a imagem da “dama de ferro”. António Barreto, sem descurar a força de carácter, recorda que é “doce no trato pessoal”²⁹⁴. Foi “emocionada” a despedida do “Falar Claro”, programa de debate semanal com João Cravinho, que manteve durante um ano na Rádio Renascença.

A celebração é pontualmente quebrada. Num editorial no *Público* intitulado “O paradigma perdido”, Luís Miguel Viana escreve que, com Manuela Ferreira Leite, “regressa, assim, um dos paradigmas de governação mais enraizados no imaginário popular, um dos arquétipos mais genuínos da mitologia do poder em Portugal (...): o paradigma do ministro austero, professoral, duro, intransigente com o despesismo e a irresponsabilidade dos concidadãos. É ele que para a vertigem do descalabro, é ele o salvador, é ele que volta a tornar o futuro possível”²⁹⁵.

²⁸⁷ Sérgio Figueiredo, “A «Dama de Ferro»”, *Público*, 28/03/2002.

²⁸⁸ Francisco Ferreira da Silva, “Uma «durona» nas Finanças”, *Entrelinhas, Expresso/Caderno de Economia*, 29/03/2002.

²⁸⁹ Francisco Ferreira da Silva, “Altos & Baixos”, *Expresso/Caderno de Economia*, 29/03/2002.

²⁹⁰ *Público*, 03/04/2002.

²⁹¹ Fernando Madrinha, “Manuela e os outros”, *Expresso*.

²⁹² Francisco Ferreira da Silva, “Uma «durona» nas Finanças”, *Expresso/Caderno de Economia*.

²⁹³ Francisco Ferreira da Silva, “Altos & Baixos”, *Expresso/Caderno de Economia*, 29/03/2002.

²⁹⁴ António Barreto, “Governo em tempos sombrios”, *Retrato da Semana, Público*, 31/03/2002.

²⁹⁵ Luís Miguel Viana, “O paradigma perdido”, Editorial, *Público*, 31/03/2002.

Noutro ângulo, Nicolau Santos comenta que MFL é “vista como uma escolha abaixo das expetativas, que não desperta entusiasmo e que desilude os que pensaram que Durão Barroso tinha um grande nome para o cargo. (...) E, ao não entusiasmar, também tem mais dificuldade em ser aceite, respeitada e impor as suas medidas”²⁹⁶.

Numa crítica que abarca o estilo governamental, ironicamente intitulada “O cinzento é uma bela cor”, Mário Mesquita comenta que, “num período em que só se fala no défice das contas públicas, o cinzento talvez seja, de facto, a mais conveniente de todas as cores”. Os novos governantes, “sob o signo do homem de fato cinzento ou da mulher de vestido cinza”, são “gente firme a determinar onde e como «cortar» na despesa pública” e “de perfil discreto que se dispõe a afrontar (...) todos os potenciais atingidos pela «draconiana» receita anunciada”²⁹⁷.

Se a competência e os traços de personalidade de MFL são predominantemente elogiados, mais dúvidas subsistem quanto à sua veia política, esboçando-se, na perspetiva de alguns comentadores, uma dicotomia entre competências técnica e política, a primeira sobrepondo-se à segunda. Fernando Madrinha enfatiza que “a sua experiência parlamentar nos debates sobre Economia e Finanças trouxe-lhe a projeção pública suficiente e o respeito das diferentes bancadas”²⁹⁸. Tem, segundo Eunice Lourenço, do *Público*, “peso político no partido que lhe permite, por exemplo, mandar calar Alberto João Jardim”. Na sua autobiografia, Cavaco Silva diz que, quando Ferreira Leite foi sua chefe de gabinete, não se apercebeu das suas capacidades políticas. Capacidades que a nova ministra tem vindo a tornar cada vez mais evidentes²⁹⁹. Porém, José António Lima defende que “faltou-lhe, até agora, revelar intuição política, visão estratégica e capacidade de liderança nas funções que desempenhou”³⁰⁰. No mesmo semanário, Nicolau Santos considera que MFL “tem pouca sensibilidade política”³⁰¹.

Na esteira da formação do Governo, apenas o *Expresso* salienta a novidade histórica de uma mulher ser pela primeira vez ministra das Finanças. Pontualmente emergem clichés associados ao sexo feminino (poderá ser tratada com mais deferência,

²⁹⁶ Nicolau Santos, “Apoio e sorte, sr.ª ministra”, *Expresso/Caderno de Economia*.

²⁹⁷ Mário Mesquita, “O cinzento é uma bela cor”, *Público*, 07/04/2002.

²⁹⁸ Fernando Madrinha, “Manuela e os outros”, *Expresso*, 29/03/2002.

²⁹⁹ Eunice Lourenço, “Leal, cavaquista e irredutível”, *Público*, 28/03/2002.

³⁰⁰ José António Lima, “Altos & Baixos”, *Expresso*, 29/08/2002.

³⁰¹ Nicolau Santos, “Apoio e sorte, sr.ª ministra”, *Expresso/Caderno de Economia*, 29/03/2002.

recorrer à intuição feminina). O uso de saias é um detalhe nas comparações com outros políticos que são, em aparência, mais técnicos do que políticos (Ernâni Lopes, Cavaco Silva, Ramalho Eanes). Neste período, os jornais traçam um perfil predominantemente tecnocrata e masculino de MFL.

9.2.2 Uma mulher para unir o PSD (2008)

Em 2008, Ferreira Leite avança com a candidatura à presidência do PSD, defrontada também por Pedro Santana Lopes (“o menino guerreiro”, como então o designa a imprensa), Pedro Passos Coelho e Patinha Antão³⁰². Ferreira Leite e Rui Rio “acabaram por decidir que seria a ex-ministra de Cavaco Silva e Durão Barroso a dar a cara por uma candidatura de históricos”³⁰³. O *Correio da Manhã* é o único a assinalar nesta fase inicial da campanha que, “pela primeira vez na história do PSD, uma mulher quer a liderança do partido e do País”³⁰⁴.

A cobertura do *Expresso* transita do *Caderno de Economia* para as páginas de política. O semanário revela detalhes em torno da candidatura: “O poder adora as madrugadas e foi já na de segunda para terça-feira que Rui Rio abandonou a casa de Manuela Ferreira Leite, no Restelo. No carro, fez os primeiros telefonemas para alguns amigos íntimos: afinal, não era candidato. (...) Tendo Rio desistido e não tendo Marcelo Rebelo de Sousa estado disponível para viver por dentro esta crise (...), Manuela acabou por ser o nome mais consensual para representar esta ala da «família»”³⁰⁵. Como confessa numa entrevista ao semanário, candidata-se, contra os próprios interesses da vida pessoal, pela “consciência de ser útil ao partido”³⁰⁶. Também questionada sobre este ponto, numa entrevista ao *Correio da Manhã*, enfatiza: “Admito que [o PSD] não tenha chegado ao fundo, mas chegou a uma situação muito complexa e preocupante”³⁰⁷.

³⁰² António Neto da Silva não reuniu assinaturas suficientes para avançar com a candidatura.

³⁰³ Leonete Botelho, “Ferreira Leite prepara-se para dar o «sim» com o apoio de Rio”, *Público*, 22/04/2008.

³⁰⁴ Manuela Teixeira, “Manuela Ferreira Leite é candidata”, *Correio da Manhã*, 22/04/2008.

³⁰⁵ A.S., “A casa de Manuela e o hotel de sempre”, *Expresso*, 25/04/2008.

³⁰⁶ Ângela Silva e Nuno Saraiva, “«Ainda vou vê-los mais cansados do que eu»”, *Expresso*, 03/05/2008.

³⁰⁷ António Ribeiro Ferreira, “«Sou dama de ferro nos valores e nos princípios»”, *Correio da Manhã*, 18/05/2008.

As diretas do PSD são acompanhadas com especial atenção, pois delas sairá o *challenger* de José Sócrates nas legislativas do ano seguinte.

A sua candidatura é associada a um momento de crise e de emergência no seio do partido, depois das lideranças, adjetivadas de populistas e divisionistas, de Pedro Santana Lopes e de Luís Filipe Menezes. Espera-se que MFL restaure a unidade e a credibilidade do PSD. Um dos seus apoiantes, Nuno Morais Sarmento, em entrevista ao *Público*/Rádio Renascença, dramatiza que os sociais-democratas vivem “um dos seus encontros com a história nestas eleições diretas. (...) Se Manuela Ferreira Leite não conseguir reunir e relançar o partido, acho que ninguém consegue”³⁰⁸. Segundo o *Expresso*, a “ex-ministra de Cavaco Silva e Durão Barroso, que se demarcou frontalmente de Santana quando este assumiu a liderança do partido, pode ter neste avanço um elemento a favor do que mais lhe interessa realmente realçar: a demarcação clara do estilo populista de Santana e Menezes”³⁰⁹.

A sua condição de candidata, com amplos apoios de “históricos” e de “notáveis”, propicia um novo enquadramento, pela combinação de diferentes vozes, como “mãe”. O partido encontra nela a sua “matriarca”, declara o ex-secretário de Estado José Eduardo Martins³¹⁰; José Miguel Júdice também a perspetiva como “mãe do PSD”³¹¹; é uma mãe “protetora e tolerante”, opina Vasco Pulido Valente³¹²; é uma mãe “austera”, segundo o jornalista Miguel Gaspar. Como em relação às finanças públicas, seis anos antes, espera-se que ponha a “família” na ordem e restabeleça a paz (Pulido Valente). E alcançou um estatuto de intocável. De acordo com a leitura psicanalítica de Miguel Gaspar, ninguém ousa enfrentá-la, nem o “filho” Pedro Santana Lopes, nem o “neto” Pedro Passos Coelho. Na rubrica humorística “Gente”, do *Expresso*, brinca-se com o facto de o próximo Congresso social-democrata ter lugar em Guimarães: “pois em que outro local haveria o «menino guerreiro» de dar uma sova na «mãe» (...)?”³¹³.

³⁰⁸ Leonete Botelho e Paulo Magalhães, “«Sobrevivência do PSD» é o que está em causa nas diretas”, Diga Lá, Excelência, *Público*/Rádio Renascença, 04/05/2008.

³⁰⁹ Ângela Silva, “Não são favas contadas”, *Expresso*, 25/04/2008.

³¹⁰ Tolentino da Nóbrega, “Pacheco Pereira acha que o PSD vive «situação de emergência» e precisa de solução credível para liderar”, *Público*, 26/04/2008.

³¹¹ José Miguel Júdice, “A tábua de salvação”, *Público*, 25/04/2008.

³¹² Vasco Pulido Valente, “Os três candidatos”, *Público*, 04/05/2008.

³¹³ “Gente à espera de vez”, *Expresso*, 03/05/2008.

Para Miguel Gaspar, “a força de Manuela Ferreira Leite é inteiramente política. (...) É impossível atacá-la no jogo da baixa política: qualquer candidato ou dirigente que se atreva a faltar ao respeito à mãe, morre fulminado no ato”³¹⁴. Entre os “barões sociais-democratas”, surge esta “baronesa incontestada”, adjectiva o *Expresso*, segundo o qual, “seja qual for o resultado das eleições (...), Ferreira Leite já vestiu as vestes de salvadora da pátria laranja”³¹⁵. Na verdade, apenas Alberto João Jardim, o “general” e putativo candidato, parece disposto a desafiar a sua autoridade, ao afirmar: “Não deitarei a toalha ao chão, sobretudo se a senhora [sic] for eleita líder do partido e eu verificar que não tem condições para derrotar o engenheiro Sócrates”³¹⁶.

ILUSTRAÇÃO 27: AS “DIRETAS” COMEÇAM POR SER UM “DUELO” ENTRE FERREIRA LEITE E SANTANA LOPES



Expresso, 25 de Abril de 2008. Os dois candidatos, refere a legenda, “cada vez mais representam dois partidos em rota de colisão no PSD” (foto de José Ventura).

As eleições começam por ser enquadradas como um “duelo” entre Ferreira Leite e Santana Lopes. Porém, rapidamente este “vai ficando para trás”³¹⁷ e a “corrida” passa a decidir-se entre MFL e Passos Coelho. Este soma apoios relevantes a um ritmo acelerado e passa de *outsider* a um dos principais *players* na luta pela presidência do

³¹⁴ Miguel Gaspar, “Intriga em família”, *Público*, 26/05/2008.

³¹⁵ João Garcia, Altos & Baixo, *Expresso*, 25/04/2008.

³¹⁶ Tolentino da Nóbrega, “Jardim «general» com medo de avançar em «terreno armadilhado»”, *Público*, 15/05/2008.

³¹⁷ Filomena Fontes e Margarida Gomes, “Corrida à liderança do PSD debaixo da sombra de José Sócrates”, *Público*, 11/05/2008.

PSD³¹⁸. A estratégia enérgica da candidatura de Passos Coelho assenta numa demarcação, em diferentes dimensões, em relação a Ferreira Leite.

Essa distinção estabelece-se, em primeiro lugar, ao nível das linhas estratégicas: MFL ocupa “uma área muito importante para o PSD, o centro-esquerda da sociedade portuguesa”, declara o Presidente da Assembleia da República, Barbosa de Melo. Já Passos Coelho “faz renascer uma linha social liberal há muito esquecida no partido”, declara Assunção Esteves³¹⁹.

Em segundo lugar, a diferenciação opera-se por uma definição temporal. Se Manuela Ferreira é fiel depositária do legado do partido e representa a segurança da experiência política e governativa, Passos Coelho cristaliza a ousadia e o desejo de mudança. As duas candidaturas consubstanciam um conflito geracional: Ferreira Leite, de 67 anos, simboliza o passado, alguém fora do seu tempo, e Passos Coelho, de 43, uma “mentalidade nova”, uma “nova geração”, um “tempo novo”.

Uma “enchente” assiste à apresentação da candidatura de MFL, a 28 de Abril, numa “demonstração de força política” e convergência das “elites” partidárias e dos “militantes”. O *Correio da Manhã* nota que, nesta sessão, nada foi deixado ao acaso e que a candidata “surgiu de cabelo mais claro”³²⁰. Declarou, nessa ocasião: “Não esperem de mim uma campanha com espectáculo que não sei fazer. Não esperem de mim o uso de grandes meios, de que, de resto, não disponho, nem penso serem desejáveis”³²¹. Em contraposição, o jornal regista que, no dia seguinte, no lançamento da candidatura de Pedro Passos Coelho, se encontrava “gente mais jovem”. Segundo o então líder da “jota”, João Montenegro, a eleição de Passos, uma “candidatura geracional”, “atrairá jovens e muita gente que anda alheada da política”³²². O *Correio da Manhã* descreve que a apresentação desta candidatura ocorreu “numa sala cheia de militantes jovens, a maioria abaixo dos 40 anos”³²³.

³¹⁸ Filomena Fontes, “Pedro Passos Coelho força bipolarização com Ferreira Leite e alarga apoios a Norte”, *Público*, 16/05/2008.

³¹⁹ Filomena Fontes e Margarida Gomes, “Corrida à liderança do PSD...”, *Público*.

³²⁰ Cristina Rita, “Contra a «falta de respeito»”, *Correio da Manhã*, 29/04/2008.

³²¹ São José Almeida, “Mar de militantes apoia Manuela Ferreira Leite na apresentação da sua candidatura”, *Público*, 29/04/2008.

³²² Sofia Branco, com Filomena Fontes, “O reformista e liberal que não é de direita nem de esquerda”, *Público*, 30/08/2008.

³²³ Cristina Rita, “Candidato a líder do Governo”, *Correio da Manhã*, 30/04/2008.

ILUSTRAÇÃO 28: UMA “ENCHENTE” NA APRESENTAÇÃO DA CANDIDATURA DE FERREIRA LEITE (*PÚBLICO*, 29/04/2008)



MFL rodeada, à esq., por António Capucho e António Borges e, à dir., por Marques Guedes (foto de Nuno Ferreira Santos).

O “fator idade” começa a ganhar espaço na cobertura jornalística da campanha. Segundo um perfil publicado no *Público*, a candidatura à liderança do PSD arranca Manuela Ferreira Leite de uma “pacata vida de reformada do Banco de Portugal”. Uma amiga diz que, “nos últimos anos, em que esteve fora da política, estava feliz, muito animada com os netos e ainda à espera que mais um nascesse” ³²⁴. Questionada diretamente pelo *Expresso* sobre este ponto, responde que “a idade dá muita experiência que só pode ser útil para estas funções. E quem é mais novo pode ter mais força”. Quando os jornalistas do semanário lhe perguntam se sente energia para o combate, declara que “não há nenhuma diferença entre a força que sinto hoje e a que sentia há dez anos. Cheira-me que ainda vou ver alguns mais cansados do que eu” ³²⁵. Também Morais Sarmiento, na referida entrevista ao “Diga Lá, Excelência”, é interpelado sobre esta matéria, a que responde: “Se o critério fosse o da idade, a candidatura de Passos Coelho seria a melhor, e acho que não é. O tempo em que vivemos no país não é um tempo de experiências, de aventuras, de arriscar novamente soluções que podem ou não podem servir bem o partido e o país. (...) O país pretende segurança, confiança, competência e pretende alguém que saiba interpretar as necessidades do país” ³²⁶.

³²⁴ Sérgio Aníbal, “A candidata que não consegue (nem quer) deixar de ser «dama de ferro»”, *Público/P2*, 15/05/2008.

³²⁵ Ângela Silva e Nuno Saraiva, “«Ainda vou vê-los...”, *Expresso*.

³²⁶ Leonete Botelho e Paulo Magalhães, “«Sobrevivência do PSD»...”, *Público*.

ILUSTRAÇÃO 29: CONTRASTES DE PERFIS DE MANUELA FERREIRA LEITE (*PÚBLICO*, 15 E 29 DE MAIO DE 2008)



O *Público* identifica o “tabu de que todos falam no PSD”, MFL ser “velha de mais para a presidência”, como uma interrogação com valor noticioso – “A idade é um problema em política?”. Numa reportagem publicada na edição do dia 29 de Maio, a três dias das eleições, pressupõe-se que “em política a idade pergunta-se”³²⁷. Parafraseando-se Miguel Relvas, “o problema não é a data de nascimento – é ter-se uma cabeça antiga”, o que dá origem ao subtítulo “Velha não, antiga”. O exercício propicia o cálculo na peça jornalística:

“Dentro de dois anos, Ferreira Leite terá 69 anos. No final de um primeiro mandato como chefe de Governo, teria 73; e, caso se recandidatasse, sairia do Governo com 77. Embora existindo casos de primeiros-ministros com esta idade, eles são raros. Em Portugal, a média desde o 25 de Abril é de 50,4 anos de idade, sendo que três dos cinco últimos primeiros-ministros (Cavaco Silva, Guterres e Durão Barroso) tinham 46 anos”³²⁸.

Entre os exemplos comparativos – Ronald Reagan, a última candidatura de Mário Soares a presidenciais (então com 81 anos) – não consta o de Golda Meir, que exerceu o cargo de Primeira-Ministra de Israel, com 70 anos e doente, numa altura em que pensava retirar-se da vida política. O autor desta peça conclui: “todos querem ser

³²⁷ Ricardo Dias Felner, “O tabu de que todos falam no PSD”, *Público/P2*, 29/05/2008.

³²⁸ Ricardo Dias Felner, “O tabu de que todos falam no PSD”, *Público/P2*.

jovens e simultaneamente experientes. Manuela Ferreira Leite, por seu turno, não quer propriamente ser jovem. Tem enaltecido a sua experiência e diz-se tão forte hoje como há dez anos. É contudo pouco provável que a vejamos galopando a cavalo ou escalando o Pico. O seu estilo, a sua arma, a sua reação à crítica – se suceder – será sempre intelectual, uma coisa irónica e seca”³²⁹.

É com indignação que, num artigo de opinião no *Público*, intitulado “A face”, Pacheco Pereira aponta o “abuso” dos grandes planos do rosto numa entrevista de MFL à RTP. “O mais violento dos olhares que a televisão é capaz, aquele que não permite que nada escape, que desapareça toda a reserva do corpo na sua parte mais exposta, a face. Aquele plano era todo um programa, tinha como objetivo mostrar uma mulher velha e cansada, com rugas, com o tempo na cara”. Entende, porém, que aquele grande plano “excessivo e brutal”, “sem inocência”, revelou uma “beleza especial”, porque “rara”, e que deu uma “força imensa” à entrevistada, a beleza da “verdade”.

“E aquela mulher com «passado», como se diz como se fosse um insulto; com «idade», como se diz como se fosse um anátema; que não «rejuvenesce», como todos nós em cada dia que passa, e em particular como os «jovens» com 40 anos (...); com uma vida vivida, um traço de tristeza, um sorriso vindo do *milk of human kindness* inesperado para a «dama de ferro» que lhe chamam, mostrava diante de nós o mais raro produto da política dos nossos dias – a verdade”³³⁰.

À pergunta “Manuela Ferreira Leite é a melhor candidata?”, o editor de Política do *Correio da Manhã*, José Rodrigues, entende que sim, para restituir credibilidade e respeito ao PSD, enquanto o de Sociedade, Leonardo Ralha, considera que não, porque “não convém aos «marqueteiros» do PSD face a um primeiro-ministro que construiu uma imagem de juventude e dinamismo”³³¹. José Miguel Júdice, na sua coluna no *Público*, não acredita que MFL seja a *challenger* de José Sócrates – “não apenas pela idade, como também (...) pelo seu passado” como governante. O advogado antevê que esta “vai escolher para tal efeito uma figura mais nova, mais «virgem» de erros

³²⁹ Ricardo Dias Felner, “O tabu de que todos falam no PSD”, *Público/P2*.

³³⁰ José Pacheco Pereira, “A face”, *Público*, 10/05/ 2008.

³³¹ “Manuela Ferreira Leite é a melhor candidata?”, *Correio da Manhã*, 29/04/2008.

passados, com notoriedade e experiência de comunicação e mais capaz de abrir para novos públicos”. Neste contexto, Passos Coelho “surge com auréola”³³².

A questão da renovação é enfatizada no *Correio da Manhã* num conjunto de artigos de comentadores externos à instância de enunciação, alguns escritos em tom bastante agressivo ao salientar a ligação de MFL ao passado cavaquista:

“Os, cada vez menos, Cavaquistas, que julgam ter convivido com o profeta, continuam a sonhar com homens providenciais feitos à imagem e semelhança do santo padroeiro do culto. Mal Menezes anunciou o abandono, os guardiões de um templo cada vez menos frequentado desatam à procura, dentro da sua igreja, do tal homem providencial. Mas quem encontraram? (...) Manuela Ferreira Leite, respeitável senhora, a merecer já reforma, ainda mais irascível do que Rio de que não se conhece uma única ideia nova” (João Marques dos Santos, advogado³³³).

“O que se vai decidir é se o PSD quer rejuvenescer ou continuar a ser um parque jurássico da política caseira” (João Marques dos Santos³³⁴).

“Ferreira Leite e Santana Lopes são a repetição de soluções já ensaiadas (...). Passos Coelho é o único que mostra alguma inovação ideológica no discurso e na atitude. Só ele faz pensar que, após as diretas, o seu partido pode virar a triste página em que está. Como Sócrates em 2004” (Carlos Abreu Amorim, jurista³³⁵).

No *Público*, Teresa de Sousa, uma das raras vozes femininas nas colunas de opinião, vê a candidatura de MFL – com a sua “imagem de mulher séria, decidida e respeitável” – como de “controlo de danos” num partido em crise. Não deixa, em seu entender, de ser “uma candidatura do passado, que vale sobretudo por ter a chancela do «cavaquismo»”. Corresponde a um tempo e a uma visão das coisas e não traz nada de novo. Em sequência, a jornalista não compreende a inviabilização da candidatura de Passos Coelho. “Que é muito jovem, que nunca foi membro de nenhum Governo, que não reivindica nenhum «ismo», que andou a trabalhar não sei aonde, que... Por idênticos critérios nem Cameron, nem Blair nem Zapatero teriam chegado onde

³³² José Miguel Júdice, “A tábua de salvação”, *Público*.

³³³ João Marques dos Santos, “PSQuê?”, Calcanhar de Aquiles, *Correio da Manhã*, 25/04/2008.

³³⁴ João Marques dos Santos, “Erro de casting”, O Calcanhar de Aquiles, *Correio da Manhã*, 30/05/2008.

³³⁵ Carlos Abreu Amorim, “Analogias ou imitações”, Heresias, *Correio da Manhã*, 04/05/2008.

chegaram. (...) O que significaram, cada um deles à sua maneira, foi uma rutura com o estado das coisas”³³⁶. Na opinião de Emídio Rangel, no *Correio da Manhã*, “Pedro Passos Coelho é, de facto, um dirigente partidário respeitado mas ainda jovem para uma corrida tão «decisiva» para a vida do PSD. O futuro pertence-lhe”³³⁷.

O próprio candidato antecipa a defesa contra o argumento, de certa forma ligado à sua juventude, de falta de experiência governativa. Na apresentação da sua candidatura, afirma que este pode ser um fator positivo, porque assim não terá de estar sempre a justificar-se perante o passado³³⁸.

Embora seja uma narrativa minoritária, também se desconstrói a juventude de Pedro Passos Coelho, o “jovem veterano”, como algo de ilusório. O *Público* designa o ex-líder da JSD como o “novo velho”:

“Para contrapor à imagem de homem do aparelho, desde o início da campanha que a sua *entourage* procura passar a imagem de frescura política (o Obama português!). Um novo candidato, com novas ideias e um discurso que foge ao convencional. Até um dos seus adversários na corrida, Patinha Antão, fala dele como o homem com o perfil «do político do século XXI: fisicamente jovem e com um projeto». Mas como comentava um deputado socialista, «o Passos Coelho surge com a auréola de pessoa nova. Mas até há pouco tempo estava aqui»”³³⁹.

As candidaturas de Ferreira Leite e de Passos Coelho distinguem-se, por fim, no estilo. No “palco”, MFL continua a ser a “dama de ferro” (“fora do palco, dizem que é doce e bem humorada”³⁴⁰), é dura, inflexível, austera, rígida, não controla “a arte do «politicamente correto»”, dá “respostas que a penalizam politicamente”. Segundo o *Público*, “retiraria vantagens em evitar declarações polémicas e em mostrar uma

³³⁶ Teresa de Sousa, “Brown, Cameron, Passos Coelho, etc.”, Sem fronteiras, *Público*, 07/05/2008.

³³⁷ Emídio Rangel, “Prognósticos no início do jogo”, *Correio da Manhã*, 02/05/2008.

³³⁸ Cristina Rita, “Candidato a líder do Governo”, *Correio da Manhã*, 30/04/2008.

³³⁹ Joana Ferreira da Costa, “Pedro Passos Coelho, o novo velho”, *Público/P2*, 25/05/ 2008.

³⁴⁰ Pessoas mais próximas salientam que no relacionamento pessoal é “extremamente alegre, muito aberta e com um grande sentido de humor” (uma amiga), “confia nas pessoas e cria um espírito de coesão na equipa” (um assessor do Ministério das Finanças), é “mais doce do que se pensa” (Bagão Félix) (Sérgio Aníbal, “A candidata que não consegue...”, *Público/P2*).

imagem mais suave que apele ao otimismo”³⁴¹. Entre as afirmações mais controversas, encontram-se a sugestão de não ter votado em Santana Lopes, nas legislativas de 2005, ou a referência a que o “canudo estilo engenheiro Sócrates, que dá para tudo, já não serve”, num encontro com jovens.

Na opinião de José Medeiros Ferreira, no *Correio da Manhã*, “Manuela Ferreira Leite é demasiado parecida com José Sócrates. Faz lembrar o PS quando escolheu Vítor Constâncio para derrotar Cavaco Silva em 1987 e este alcançou a maioria absoluta. Se é para escolher dois «tesos» o melhor é continuar com aquele que está mais brando pela experiência. Manuela promete dar mais vida aos rigores do Orçamento”³⁴².

É a “dama de ferro” desde os tempos de ministra da Educação de Cavaco Silva, foi a governante “menos popular” de Durão Barroso. Por vezes, o relacionamento é “difícil” com a oposição. O *Público* recorda um debate parlamentar em que tratou o então deputado socialista Eduardo Cabrita por “ignorante” e lhe disse que não merecia o salário que ganhava. Mais do que arrogante, Ferreira Leite é “severa”, comenta o deputado socialista Joel Hasse Ferreira, que também enfatiza a sua resistência, mesmo em relação a pessoas mais jovens. O parlamentar recorda uma reunião da Comissão de Finanças, presidida por Ferreira Leite, em que esta “esteve oito horas seguidas sem se levantar, comer ou beber”³⁴³.

Na entrevista com a líder, o *Correio da Manhã* pergunta-lhe se o epíteto de “dama de ferro” a incomoda. MFL responde: “Não sei muito bem o que é que significa ser dama de ferro. Mas se dama de ferro significa ter colada uma imagem de uma intransigência enorme nos valores e nos princípios, de não abdicar deles e de prosseguir o caminho independentemente da popularidade das ações e dos efeitos na minha imagem, se significa isso não tenha nada que me incomodar”³⁴⁴.

Passos Coelho procura contrapor o entusiasmo à sisudez: “A política é um assunto sério, mas não precisa de ser um assunto de gente sisuda”³⁴⁵. Garante que se candidata com “gosto” e não “com sacrifício”³⁴⁶.

³⁴¹ Sérgio Aníbal, “A candidata que não consegue...”, *Público/P2*.

³⁴² José Medeiros Ferreira, “Votos à solta”, Bilhete Postal, *Correio da Manhã*, 05/05/2008.

³⁴³ Sérgio Aníbal, “A candidata que não consegue...”, *Público/P2*.

³⁴⁴ António Ribeiro Ferreira, “«Sou dama de ferro...”, *Correio da Manhã*.

³⁴⁵ Sofia Branco, com Filomena Fontes, “O reformista e liberal...”, *Público*.

Procurando suavizar a imagem de “«obsessão» pelo défice”, que criara enquanto ministra das Finanças³⁴⁷ – um aspeto assinalado pelos seus principais opositores, que recusam a “excessiva aposta na redução do défice”³⁴⁸ –, distancia-se do rótulo de “tecnocrata” e afirma-se como “humanista”. Acentuará que tecnocrata é o Primeiro-Ministro, José Sócrates³⁴⁹. A candidata começa, assim, a incidir em temas mais sociais e a passar a mensagem de que “o problema prioritário de Portugal é de natureza social e não de contas públicas”, apontando a pobreza, o desemprego, a fragilidade das PME, a desertificação do interior³⁵⁰. Segundo o *Correio da Manhã*, “a antiga ministra das Finanças defendeu que a prioridade do Estado deve ser proteger os mais desfavorecidos e «deixar que a iniciativa privada resolva os restantes problemas»”³⁵¹.

Contrapõe a seriedade ao estilo do Primeiro-Ministro. Garante que se manterá fiel ao princípio de que não fará promessas, com a consciência de que assim é mais difícil ganhar eleições. Ao *Expresso*, afirma: “Tenho uma longa vida política, centenas de horas de negociações, afrontamentos tremendos, pessoas que não gostam de mim, mas não vai encontrar uma única que diga que alguma vez a enganei. Essa é uma diferença entre mim e o eng.º Sócrates. Ninguém me olha a pensar que minto e muitas pessoas olham para Sócrates com a certeza de que mente”³⁵².

Só continua a recusar com veemência as questões especificamente femininas. Na mesma entrevista ao *Expresso*, quando lhe é perguntado se o país está preparado para eleger uma mulher como primeira-ministra, retorque simplesmente: “Já cá faltava a questão da mulher! Sim, não me parece um «handicap»”³⁵³. A coordenadora do grupo de missão de mulheres sociais-democratas, Paula Carloto, declara que Pedro Santana Lopes e Patinha Antão foram os únicos candidatos à liderança do PSD a manifestarem

³⁴⁶ Cristina Rita, “Candidato a líder do Governo”, *Correio da Manhã*.

³⁴⁷ Sérgio Aníbal, “A candidata que não consegue...”, *Público/P2*.

³⁴⁸ Cristina Rita, com Lusa, “Candidatos contra obsessão do défice”, *Correio da Manhã*, 01/05/2008. No *Público*, Sérgio Aníbal escreve que José Sócrates obteve “com os resultados nas finanças públicas os seus maiores sucessos. E, no país, ao fim de cinco anos seguidos de discursos de contenção orçamental, espera-se outro tipo de discurso”.

³⁴⁹ Ana Patrícia Dias/Pedro Galego, com Lusa, “«Proibido fazer promessas»”, *Correio da Manhã*, 10/05/2008.

³⁵⁰ Sandra Ferreira, “Manuela Ferreira Leite afirma que Sócrates foi atrás de ideias que tem defendido”, *Público*, 23/05/2008.

³⁵¹ Ana Patrícia Dias/Pedro Galego, com Lusa, “«Proibido fazer promessas»”, *Correio da Manhã*.

³⁵² Ângela Silva e Nuno Saraiva, “«Ainda vou vê-los...”, *Expresso*.

³⁵³ Ângela Silva e Nuno Saraiva, “«Ainda vou vê-los...”, *Expresso*.

disponibilidade para se pronunciarem ou apoiarem este movimento³⁵⁴. Num inquérito do *Público* aos candidatos sobre a lei da paridade, quando questionados sobre se consideravam necessárias regras paritárias nas listas eleitorais e a sua extensão ao mundo das empresas, Ferreira Leite responde veementemente: “não e não”³⁵⁵.

De modo surpreendente, a sua condição de avó irá irromper no último dia da campanha. Cancela as atividades previstas para ir a Londres ver o quarto neto, primeiro rapaz, que nascera no dia anterior. É, segundo o *Público*, a “candidata-avó”. Os oponentes, comentadores e politólogos ficam baralhados: tratou-se um “genial golpe de *marketing* que «humanizou» a candidata” ou um ato natural de uma avó? A “imagem maternal e protetora” irá render-lhe votos?³⁵⁶

As eleições, que têm lugar a 31 de Maio, dão a vitória a Manuela Ferreira Leite, por 38% dos votos. Atrás de si, com uma diferença de 7 e 9 pontos percentuais, respetivamente, ficam Passos Coelho e Santana Lopes. É a sua consagração no seio do PSD. E, num enquadramento que estivera ausente durante esta campanha, torna-se a primeira mulher líder de um partido político em Portugal. No seu editorial de 1 de Junho, José Manuel Fernandes pergunta se o facto de o PSD ter eleito uma mulher de 67 anos revela que o país está a ficar diferente. Enfatiza que pela primeira vez na história da democracia portuguesa foi escolhida uma mulher, bem como, numa primeira eleição, uma pessoa que já ultrapassou a idade da reforma. “É interessante ainda registar que a escolha de Manuela Ferreira Leite é a escolha de alguém que, como sabem os seus vizinhos, se pede 150 gramas de fiambre não acede ao «podem ser 200?»». (...) Este lado de mulher comum que faz as contas ao dinheiro cria empatia com um eleitorado saturado dos «ricos e famosos» e ciente dos níveis de desigualdade que existem em Portugal”³⁵⁷.

³⁵⁴ Sandra Ferreira, “Manuela Ferreira Leite afirma que Sócrates...”, *Público*.

³⁵⁵ São José Almeida, “A justiça de instituir a paridade por lei”, *Público*, 26/05/2008.

³⁵⁶ Filomena Fontes, “Ferreira Leite: a candidata-avó na véspera das diretas no PSD”, *Público*, 31/05/2008.

³⁵⁷ José Manuel Fernandes, “Notas sobre uma mulher, uma vitória e o seu significado”, Editorial, *Público*, 01/06/2008.

ILUSTRAÇÃO 30: A PRIMEIRA MULHER PRESIDENTE DE UM GRANDE PARTIDO



Público, 1 de Junho de 2008. Pacheco Pereira cumprimenta Ferreira Leite pela vitória. A manchete do diário salienta que “é a primeira mulher à frente de um grande partido em Portugal” (foto de Pedro Cunha).



Correio da Manhã, 1 de Junho de 2008. O ex-ministro Miguel Beza dá um “abraço entusiasta” à nova presidente do PSD, “a primeira mulher a liderar um partido em Portugal” (foto Andre Kusters/Lusa).



Expresso, 7 de Junho de 2008. A legenda refere que “seis minutos chegaram para amaciar posições” com Santana Lopes (foto de Ana Baião).

Em 2002 e em 2008, a intervenção política de Manuela Ferreira Leite surge associada a contextos críticos – o desequilíbrio das finanças públicas, no primeiro, e a crise no interior do PSD, no segundo. Em ambas as circunstâncias, assume o encargo de “ajudar a resolver uma situação que é altamente complexa” ou candidata-se, mesmo em sacrifício pessoal, pela “consciência de ser útil ao partido”, numa situação “muito complexa e preocupante”. Nas duas ocasiões, o seu perfil é apresentado como adequado para “pôr ordem” nas contas e na “família” partidária.

Quando assume o cargo de ministra das Finanças, jornalistas e comentadores enquadram como evidente e inevitável, praticamente sem quebras de consenso, a necessidade de implementar medidas de austeridade. Este contexto confere elevado perfil mediático à responsável por esta pasta, numa espécie de escatologia – “é a hora de...”, “todas as atenções estão viradas para”, é a figura mais importante do Governo a seguir ao Primeiro-Ministro. Ainda que sendo apresentada repetitivamente como uma “segunda escolha”, os atributos de personalidade salientados – a firmeza, a dureza, a inflexibilidade e a determinação – são, segundo os jornais, aparentemente ideais para a tarefa que terá em mãos. A imprensa constrói uma imagem masculina do seu perfil político, a partir da exterioridade das suas características, atitudes e comportamentos, recorrendo a epítetos como “Dama de Ferro”, “durona”, “Cavaco de saias” ou “Ernâni Lopes de saias”. Os jornalistas e comentadores revelam alguma consciência do sexismo dessas expressões, das quais, no entanto, não abdicam ou discutem.

Os perfis, que surgem agora como género jornalístico comum numa revelação mais completa de figuras públicas, esbarram com uma irredutível proteção da privacidade por parte de MFL. Os jornais sugerem apenas alguns aspetos mais escondidos da sua vida e personalidade que, se parecem contrastar com o seu perfil público, mais reificam os traços agressivos que a ela são associados.

A imagem de severidade está ainda viva em 2008, durante as eleições diretas para a presidência do PSD. Continua a ser uma “Dama de Ferro”, decalcando-se o “arquétipo Thatcher”, ainda que abrindo o leque das suas prioridades políticas e procurando distanciar-se de uma exclusiva preocupação com o défice e da imagem de tecnocrata. A sua representação jornalística neste período muda em alguns aspetos relevantes. Por um lado, é qualificada como a “matriarca” do PSD. Por outro, a ausência de um sentido de “politicamente correto” é criticada. O *Público* recomenda-lhe que evite declarações polémicas, suavize a imagem, apele ao otimismo. Também o *Expresso* enfatiza que MFL, conservadora, antipopulista, social-democrata, avessa à lógica aparelhística, “é politicamente incorreta (há quem lhe chame inábil) e chocou meio mundo por insinuar que não votou Santana Lopes em 2005”³⁵⁸. Esta componente parece ganhar relevo num momento em que se posiciona, num futuro próximo, para disputar

³⁵⁸ Ângela Silva, “Três rostos, dois mundos”, *Expresso*, 17/05/2008.

eleições legislativas, o que se distingue da situação de assumir funções governativas delimitadas a uma área de atuação.

Outro atributo emerge com uma força crescente – a sua idade, perspectivada duplamente como um dado da biologia e como *gap* geracional (reformada, avó, representa o passado cavaquista). Regista-se uma coincidência entre esta ideia-forte da estratégia de campanha do seu principal opositor, Pedro Passos Coelho, e os enquadramentos da narrativa jornalística e as “vozes” dos comentadores.

Um último elemento relevante consiste no seu aparente distanciamento em relação às regras do jogo político contemporâneo no espaço público mediático. Assumir a sua qualidade de avó pode muito bem ser interpretado como um desafio às prescrições do *marketing*. Enuncia, durante a campanha, a sua indisponibilidade para a “política espectáculo”, procurando situar a sua retórica numa esfera de autenticidade. Quando o *Expresso* a questiona sobre se trabalha com alguma agência de comunicação, responde que não sabe o que é isso, assegurando que pretende gastar o mínimo possível na campanha. “Não vou ter cartazes, não vou ter almoços, não vou ter jantares”³⁵⁹. A sobriedade, o facto de rejeitar “vender facilidades e ceder nos princípios em nome do que as pessoas mais querem ouvir” e de não deitar “foguetes antes da festa” revelam “um desprendimento desconcertante”, aprecia Ângela Silva, no *Expresso* ³⁶⁰. No momento em que é consagrada presidente de um grande partido político, um feito inédito no feminino em Portugal, o seu perfil como “apolítica” começa a esboçar-se.

Procurará perceber-se, no ponto seguinte, em que medida os enquadramentos de Manuela Ferreira Leite identificados nesta retrospectiva se apagam ou agudizam na sua candidatura às eleições legislativas de 2009.

9.3 PERFIL MEDIÁTICO DE UMA CANDIDATA A PRIMEIRA-MINISTRA

No presente ponto apresenta-se o perfil de liderança política de Manuela Ferreira Leite enquanto candidata às legislativas de 27 de Setembro de 2009 pelo PSD – em que

³⁵⁹ Ângela Silva e Nuno Saraiva, “«Ainda vou vê-los...”, *Expresso*.

³⁶⁰ Ângela Silva, “Três rostos, dois mundos”, *Expresso*.

se defrontou com o Primeiro-Ministro incumbente, José Sócrates –, com base nas coberturas jornalísticas do ato eleitoral realizadas pelo *Correio da Manhã*, *Público* e *Expresso*. Para o efeito, reconstrói-se a narrativa jornalística da campanha da líder social-democrata, entre 27 de Agosto, quando apresenta o seu programa eleitoral, e 25 de Setembro, quando termina oficialmente a campanha.

9.3.1 A “antipolítica” versus o “modelo marketing”

A “verdade” é o conceito fundamental da estratégia de campanha de Manuela Ferreira Leite às eleições de 2009: “Política de Verdade” é a mensagem política essencial; o programa eleitoral intitula-se “Compromisso de Verdade”; a campanha é designada “Uma Volta de Verdade”.

A análise desta estratégia – apresentada à comunicação social no final de Agosto – surge como um tópico relevante da cobertura jornalística. A campanha do PSD, qualifica o *Público*, assenta num “novo paradigma”³⁶¹; segundo o *Expresso*, é uma “campanha low profile”³⁶²; o *Correio da Manhã* alude ao “espectáculo anti-espectáculo”³⁶³. “Não tem comícios, nem brindes, nem autocarros a transportar militantes. Também não terá convites às principais figuras do partido”; não haverá “falsas mobilizações” nem “espectáculo” nem “falar aos gritos”. O objetivo é “esclarecer as pessoas sobre as propostas do PSD”. Ironicamente, a candidata afirmará que “aos casamentos e batizados não se vai sem ser convidado, mas a todas as outras iniciativas, tais como funerais, missas do sétimo dia e campanhas eleitorais, vai quem quer”³⁶⁴.

Verifica-se uma continuidade em relação à estratégia definida, no ano anterior, no âmbito da sua candidatura às eleições diretas do partido, cuja apresentação recusou como “um ato mediático em direto para os telejornais” e em que se apostou na “seriedade e sobriedade”. Assegurava-se que, até ao final da campanha, Ferreira Leite

³⁶¹ Luciano Alvarez, “Campanha do PSD sem comícios, autocarros e brindes e, como nos funerais, só vai quem quer”, *Público*, 01/09/2009.

³⁶² Ângela Silva, “Afinações na arrancada final”, *Expresso*, 12/09/2009.

³⁶³ João Pereira Coutinho, “Manuela sofre mas cumpre”, *Correio da Manhã*, 24/09/2009.

³⁶⁴ Luciano Alvarez, “Campanha do PSD sem comícios...”, *Público*.

não se envolveria “nos tradicionais «almoços e jantares de carne assada»”³⁶⁵. Continuará, também, a furtar-se a promessas eleitoralistas.

ILUSTRAÇÃO 31: APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA ELEITORAL NO *PÚBLICO* E NO *CORREIO DA MANHÃ*



Público, 28 de Agosto de 2009. A manchete destaca o programa eleitoral “contra o «dirigismo asfixiante»” (foto de João Henriques).



Correio da Manhã, 28 de Agosto de 2009. O diário salienta na primeira página uma das medidas económicas previstas no programa eleitoral de MFL.

A própria apresentação do programa eleitoral do PSD, a 27 de Agosto, será espartana. Teresa de Sousa descreve, no *Público*, que MFL “apresentou-se sozinha num palco modesto, contra as cores baças que o PSD escolheu para a campanha. Ela e a sua verdade. No anticlímax que tinha prometido: um programa sem novidades, nem bandeiras, nem slogans, nem *sound bytes*. Simbolicamente contido numa folha A4”³⁶⁶.

As propostas programáticas são vistas, externamente, como pouco surpreendentes e originais, destacando-se as medidas económicas (diminuição da Taxa Social Única, incentivos às pequenas e médias empresas), a suspensão de investimentos públicos (o novo aeroporto e a linha de alta velocidade TGV), a adequação das taxas moderadoras na Saúde aos rendimentos, a cessação da avaliação de professores e o endurecimento da prisão preventiva para crimes de violência doméstica e violação. O curto documento, de 38 páginas, plasma ainda o compromisso de alterar o regime do divórcio, em defesa da família “como célula básica da nossa estrutura social” (a este respeito, o programa do PS, em sentido contrário, promete a remoção de barreiras

³⁶⁵ “Outros candidatos”, *Público*, 25/04/2008.

³⁶⁶ Teresa de Sousa, “Viva a crise? Nem por isso”, *Público*, 28/08/2009.

jurídicas ao casamento entre pessoas do mesmo sexo e mais direitos para as uniões de facto). Os elogios ao programa eleitoral provêm sobretudo de figuras sociais-democratas (Marcelo Rebelo de Sousa e do seu anterior adversário Pedro Santana Lopes), e recolhe a inesperada crítica favorável do ex-ministro socialista Joaquim Pina Moura.

Porém, para os comentadores, nas eleições legislativas de 2009, não são as ideologias ou os programas que mais distinguem os dois principais candidatos mas, antes, está em causa a opção entre dois estilos e dois protagonistas “altamente contrastantes”³⁶⁷.

“Ferreira Leite apresenta-se aos eleitores como a «antipolítica». Sem espectáculo. Sem promessas. Rigorosa e prudente. Verdadeira, na medida em que pode haver uma só verdade. Justifica a sua escolha desta outra forma de fazer política com a necessidade de lhe restituir credibilidade”³⁶⁸ (Teresa de Sousa, *Público*).

“Esta é uma eleição que vai ser disputada essencialmente em torno da credibilidade dos protagonistas, da seriedade transmitida ao eleitorado, da forma de exercício do poder, do estilo de fazer política e de estar na política”³⁶⁹ (Paulo Ferreira, *Público*).

“Ferreira Leite estabeleceu uma diferença entre ela e o eng. Sócrates. Não se confundem. Nem no estilo, nem no carácter, nem na visão da sociedade, nem no que se propõem fazer”³⁷⁰ (Vasco Pulido Valente, *Público*).

“No próximo domingo, a escolha não será apenas entre Sócrates ou Manuela. Será também entre dois estilos: de um lado, a passerelle do «animal feroz»; do outro, a «via dolorosa» de uma mulher que avança por entre a turba como Jesus a caminho do Gólgota”³⁷¹ (João Pereira Coutinho, *Correio da Manhã*).

³⁶⁷ José Manuel Fernandes, “O papel do Estado e do Governo no futuro do país”, Editorial, *Público*, 29/08/2009.

³⁶⁸ Teresa de Sousa, “Viva a crise? Nem por isso”, *Público*, 28/08/2009.

³⁶⁹ Paulo Ferreira, “Não é o PSD contra o PS. É Ferreira Leite contra Sócrates”, Editorial, *Público*, 28/08/2009.

³⁷⁰ Vasco Pulido Valente, “A farsa do «programa»”, *Público*, 29/08/2009.

³⁷¹ João Pereira Coutinho, “Manuela sofre mas cumpre”, *Correio da Manhã*, 24/09/2009.

A escolha será não só entre dois candidatos mas também “entre dois estilos: o homem providencial que fez tudo certo e a antipolítica que arriscou fazer uma campanha pobre e que aguarda, teimosa, pelo milagre”³⁷² (Ângela Silva, *Expresso*).

A estratégia de campanha do PSD é definida em oposição direta à do PS. “É uma imagem de realismo e seriedade, contraposta à propaganda do Governo, que o PSD pretende transmitir. Uma estratégia de marketing, afinal”, escreve Francisco Sarsfield Cabral, no *Público*³⁷³.

A candidata acredita “que a sua grande vantagem reside na genuinidade da sua imagem de mulher austera, respeitável e credível”, analisa Ricardo Jorge Pinto, num artigo publicado no *Expresso* sobre “Como se produz um candidato?”³⁷⁴. Onde, do lado do principal adversário, existe “perfeita encenação”³⁷⁵, do outro há despojamento e discrição.

Vasco Pulido, no *Público*, elogia-lhe a contenção em fazer promessas e assumir compromissos, que destoa “de tanta convicção artificial e cega”; a sua prudência “tranquiliza”. “A discrição e a firmeza de Manuela Ferreira Leite excluem novas fantasias. Conservadora? Evidentemente, se por «conservador» se entende não agir sem uma exata avaliação dos meios, nem o conhecimento aproximado dos resultados”³⁷⁶. Segundo José Manuel Fernandes, a estratégia de não prometer o que não sabe ser capaz de cumprir “só colaria nalgém como ela”³⁷⁷.

No plano da profissionalização da campanha, escreve Pacheco Pereira, no *Público*, “o PS bate todos, com o recurso a toda uma panóplia profissional, com a entrada cada vez mais importante de agências de comunicação, especialistas de marketing, *task forces*, «campanhas negras» nos blogues vindas dos gabinetes governamentais, etc.”³⁷⁸. Segundo o *Expresso*, a “campanha pouco oleada para tanta

³⁷² Ângela Silva, “Dar tudo por tudo... e preparar o pior”, *Expresso*, 25/09/2009.

³⁷³ Francisco Sarsfield Cabral, “Diferente, mas não tanto”, *Público*, 28/08/2009.

³⁷⁴ Ricardo Jorge Pinto, “Como se produz um candidato?”, *Revista Única/Expresso*, 19/09/2009.

³⁷⁵ Teresa de Sousa, “Viva a crise? Nem por isso”, *Público*, 28/08/2009.

³⁷⁶ Vasco Pulido Valente, “Uma pessoa séria”, *Público*, 12/09/2009.

³⁷⁷ José Manuel Fernandes, “Ninguém morreu na arena...”, *Público*.

³⁷⁸ José Pacheco Pereira, “Tudo está a mudar, tudo está na mesma (I)”, *Público*, 12/09/2009.

conspiração em tão pouco tempo” do PSD foi gerida “aos tropeções” e revelou falta de profissionalismo³⁷⁹.

A corrida eleitoral trava-se, em suma, entre o representante do modelo *marketing*, e o seu oposto, a “antipolítica”, que simboliza “uma outra forma de fazer política”, rejeita o espectáculo e “arrisca fazer uma campanha pobre”. Uma “campanha pobre” quebra as expectativas de recursos habitualmente mobilizados por um grande partido num contexto eleitoral. Comparando os orçamentos das campanhas, o PSD previa gastar 3,3 milhões de euros, o PS 5,5 milhões³⁸⁰.

A rejeição dos requisitos que organizam as campanhas políticas contemporâneas significa um posicionamento “antipolítico”. Deixar a candidatura desenrolar-se sob o signo da “autenticidade” é deixá-la ao desígnio da providência, à espera do “milagre”.

9.3.2 “Uma mulher digna mas não nasceu para ser política”

Procura perceber-se mais profundamente os atributos associados às representações mediáticas de Manuela Ferreira Leite no contexto eleitoral. Longe do discurso predominantemente consensual identificado nos dois períodos anteriores em torno da adequação das suas características de personalidade ao lugar e ao tempo, os jornais analisados concentram-se na avaliação do perfil político da candidata. As “vozes” dos comentadores e analistas, na sua maioria masculinas, adquirem maior protuberância na economia da cobertura da campanha. No *Correio da Manhã*, os comentadores chegam mesmo a acompanhar os diferentes candidatos “em reportagem”, permitindo-lhes o exercício acentuar as avaliações dos mesmos.

O epíteto de “antipolítica” não se refere em exclusivo à estratégia anti-*marketing* de MFL, adquirindo outras leituras nos jornais.

É também concatenado com uma pretensa maior inexperiência e impreparação em comparação com os restantes candidatos, apesar de, como referido, quando concorreu às legislativas de 2009, Ferreira Leite apresentar um lastro apreciável de cargos governativos e parlamentares. Será enquadrada como estando em desvantagem

³⁷⁹ Ângela Silva, “Dar tudo por tudo... e preparar o pior”, *Expresso*, 25/09/2009.

³⁸⁰ “A volta a Portugal dos partidos na campanha oficial”, *Público*, 13/09/2009; *Expresso*, 05/09/2009.

face aos adversários no que se refere a determinadas práticas políticas³⁸¹ em que se estabelece um nexo entre ação política e performatividade retórica.

José Pacheco Pereira, então cabeça de lista pelo PSD a Santarém, escreve na sua coluna de opinião no *Público*: “todos eles, menos Manuela Ferreira Leite, beneficiam do treino parlamentar e de muitos anos de política feita pelo verbo”³⁸². Na interpretação de José Manuel Fernandes, no mesmo diário, “Manuela Ferreira Leite parecia destinada a ser o patinho-feio dos debates, pois é a mais inexperiente e não tem a mesma facilidade com as palavras que alguns dos outros líderes”³⁸³. Uma das suas fragilidades, na opinião de Manuel Catarino, no *Correio da Manhã*, é o “vocabulário curto e [a] sintaxe sem ordem”³⁸⁴. Em termos mais caricaturais, no mesmo diário, o crítico de televisão Paulo Nogueira comenta: “Telegenicamente, Ferreira Leite continua a parecer uma das meias-irmãs encalhadas da Gata Borralheira. E Sócrates parece o Pinóquio com uma lipoaspiração no nariz. Na oratória, Ferreira Leite é um gago a pronunciar «otorrinolaringologista». Sócrates parece o boneco e o ventríloquo”³⁸⁵.

Várias referências concorrem para consolidar a ideia de que não tem talento para a política. O que significa, nas interpretações dos jornais, ter “talento político”? Domingos Amaral escreve, no *Correio da Manhã*, que Manuela Ferreira Leite é “uma mulher digna mas não nasceu para ser política, nem possui o *killer instinct* necessário para ganhar eleições a Sócrates”³⁸⁶. Para o mesmo comentador, se o primeiro efeito político contraditório da campanha é o “efeito Irritação Socrática”, o segundo é “o Efeito Valium Ferreira Leite”. MFL “não nos causa trepidação no coração. Pelo

³⁸¹ O comentador Manuel Catarino, no *Correio da Manhã*, desvaloriza mesmo a sua competência técnica na área de Economia: “Não é justo comparar os currículos de Sócrates e de Manuela Ferreira Leite. Ela é economista. É verdade que não terá contribuído muito para o estado da ciência. Mas, ao menos, pode dizer que percebe alguma coisa de economia e é capaz de entender uma conversa entre economistas” (Manuel Catarino, “TGV é a salvação da Pátria”, Campanha na TV, *Correio da Manhã*, 15/09/2009).

³⁸² José Pacheco Pereira, “Tudo está a mudar, tudo está na mesma (I)”, *Público*, 12/09/2009.

³⁸³ José Manuel Fernandes, “Ninguém morreu na arena dos dez debates”, Editorial, *Público*, 13/09/2009. O então diretor do diário avaliou, no mesmo editorial, que MFL “conseguiu ir melhorando de debate em debate”.

³⁸⁴ Manuel Catarino, “Já não diz «piquenhas»”, *Correio da Manhã*, 12/09/2009. A expressão “piquenhas” estabelece uma intertextualidade com um *sketch* do programa “Gato Fedorento Esmiúça os Sufrágios”, da SIC, que explora humoristicamente esta particularidade de pronúncia de MFL, no contexto em que confere prioridade ao apoio às “pequenas e médias empresas”.

³⁸⁵ Paulo Nogueira, “Colunistas do CM comentam o debate”, *Correio da Manhã*, 13/09/2009.

³⁸⁶ Domingos Amaral, “Notas de campanha”, Cozido à Portuguesa, *Correio da Manhã*, 23/09/2009.

contrário, causa-nos até um certo aborrecimento. Até porque, lá bem no fundo, ela também parece um bocado... chata”³⁸⁷.

Num artigo do *Público*, em que se comparam os perfis de Manuela Ferreira Leite e de José Sócrates, dicotomiza-se o perfil técnico e político: ela é “uma «executora de política, não uma empreendedora», que compensa, com dedicação e disciplina, «um talento político que não é grande»”. Sócrates é “o homem que cresce dentro do partido”, MFL “a mulher que faz um percurso institucional até tomar conta do seu. No país do respeitinho, ela cresce ligada a um chefe político (Cavaco Silva) que lhe dá oportunidade, faz uma carreira parecida com a dele, mas não chega logo a primeiro-ministro como ele, é dedicada mas nunca de rasgos”³⁸⁸. Na sua coluna de opinião no *Expresso*, Miguel Sousa Tavares questiona: “E vocês já atentaram bem na doutora Manuela Ferreira Leite? Excelente pessoa, sem dúvida séria e bem intencionada. Ponto final. Não há nada ali que se possa aproveitar politicamente (...). Nada: é uma cabeça oca”³⁸⁹.

A politóloga Marina Costa Lobo é uma das vozes isoladas que contribuem para desconstruir a imagem de Ferreira Leite como tecnocrata, “alheada do partido” e “ingénua”, ainda que notando que a própria “tenderá a desvalorizar o facto em favor da imagem de tecnocrata «porque as pessoas têm uma ideia negativa da política no terreno»”³⁹⁰.

Nos jornais analisados, o carácter de “antipolítica” é igualmente interligado com o desconforto da presidente do PSD nas ações de rua e a percepção de que a política constitui para si, também nesta modalidade, uma obrigação.

“A líder do PSD saiu do carro na praça da Fruta das Caldas da Rainha, sem contactar com os vendedores e clientes no mercado. Ouviu-se o reparo. «Se fosse o Portas, cumprimentava um a um»”³⁹¹ (*Correio da Manhã*).

³⁸⁷ Domingos Amaral, “Chatos e chatas”, Cozido à Portuguesa, *Correio da Manhã*, 16/09/2009.

³⁸⁸ Lurdes Ferreira, “Sócrates e Ferreira Leite. No país do «videirinho» e no país do «respeitinho»”, *Público*, 20/09/2009.

³⁸⁹ Miguel Sousa Tavares, “Que campanha entusiasmante!”, *Expresso*, 05/09/2009.

³⁹⁰ Lurdes Ferreira, “Sócrates e Ferreira Leite. No país do «videirinho»...”, *Público*, 20/09/2009.

³⁹¹ “Passou sem ir ao mercado”, *Correio da Manhã*, 17/09/2009.

“Em Viana do Castelo e Barcelos, a líder do PSD não estava muito predisposta a «arruadas». Em Barcelos, centenas de pessoas esperavam a líder do PSD na rua mas poucos a viram, no percurso de cinco metros entre a porta do hotel e a do carro. «Então não vem até à feira?», perguntaram. «Volto já», respondeu Manuela”³⁹² (*Correio da Manhã*).

“O povo é caloroso com Manuela. Há quem não goste, claro: «Ó escavacada, vai para Lisboa. Já roubaste muito nas Finanças», gritou-lhe um homem em fúria na Feira de S. Mateus. Mas Ferreira Leite não se ofende. Sorri e passa rápida, como quem está desejosa que isto acabe. O seu campeonato não é este”³⁹³ (*Expresso*).

Recorrendo às imagens do comentador João Pereira Coutinho, no *Correio da Manhã*, enquanto o “animal feroz” caminha na passerelle, MFL é uma mulher que avança pela “via dolorosa” por entre a turba, “como Jesus a caminho do Gólgota”. Uma crónica publicada no mesmo diário, da autoria de Carlos Abreu Amorim, que acompanhou a líder durante um dia de campanha, aponta a mesma incomodidade: “A líder que não queria estar ali”. “A mais alheada parecia ser Ferreira Leite – tímida, com ar de quem rezava intimamente para estar noutro lugar, raramente interagindo com as pessoas e ostentando um incómodo pouco disfarçado. (...) Os cumprimentos saíam esforçados, quase coagidos”³⁹⁴. O subtexto da religiosidade da candidata emerge episodicamente³⁹⁵.

É de tal forma notável quando MFL se furta à imagem dominante que dela é construída – a imagem “quase espartana”, de pessoa fria e distante, de “senhora doutora” –, que os media não escondem a sua surpresa pela revelação de outras facetas da personalidade. O que sucede na entrevista a Ricardo Araújo Pereira, no programa humorístico “Gato Fedorento Esmiúça os Sufrágios”, a 15 de Setembro. O próprio humorista, citado pelo *Correio da Manhã*, vem contribuir para a ideia de que MFL não

³⁹² Manuela Teixeira / APD, “Caso dos votos desvalorizado”, *Correio da Manhã*, 18/09/2009.

³⁹³ Ângela Silva, “Dar tudo por tudo... e preparar o pior”, *Expresso*, 25/09/2009.

³⁹⁴ Carlos Abreu Amorim, “A líder que não queria estar ali”, *Correio da Manhã*, 20/09/2009.

³⁹⁵ Na análise da politóloga Marina Costa Lobo, as opções religiosas de José Sócrates e de MFL dividem-nos profundamente, o que determina os seus comportamentos políticos. Sócrates é um cristão não católico e Manuela Ferreira Leite católica convicta (“Privilegiados, mas de forma distinta”, *Público*, 20/09/2009).

se esgota na sua *persona* pública: “Sempre achei que Manuela Ferreira Leite era uma pessoa divertida e isso confirmou-se”³⁹⁶.

Como enquadrar o facto de os espectadores terem percebido que, “afinal, a líder carrancuda tem sentido de humor” e é uma “senhora divertida”, questiona a jornalista Ângela Silva, no *Expresso*³⁹⁷. A mesma reconhece que não é fácil definir a candidata, tal é o mosaico de aspetos contraditórios que revela. Ora divertida, ora desajeitada, ora com poder de encaixe, ora discreta³⁹⁸. No *Expresso*, na coluna humorística “Gente” ironiza: “A ida de Ferreira Leite aos Gato foi uma verdadeira surpresa. Dois milhões de portugueses viram-na rir pela primeira vez. E terá sido a última?”³⁹⁹ Miguel Gaspar, no *Público*, interpreta que Ferreira Leite não apenas mostrou que tem humor – “bastante ácido, por sinal, e interessante, porque pouco óbvio” – como “conseguiu humanizar o seu personagem, *malgré elle*”⁴⁰⁰.

No plano da competência política. é interessante lançar um olhar mais pormenorizado sobre o modo como os jornais avaliam o desempenho de MFL nos debates televisivos, fóruns privilegiados para a discussão das ideias e propostas políticas e de revelação das qualidades pessoais dos candidatos, quando em confronto direto. Os 10 debates serão moderados por mulheres jornalistas, regista, a título de curiosidade, o *Expresso*⁴⁰¹. Vários especialistas são convidados a comentar estes confrontos, com destaque especial para o último, entre Sócrates e Ferreira Leite.

No primeiro frente-a-frente, a 6 de Setembro, com Francisco Louçã, a candidata “superou as expectativas ao sublinhar o problema essencial do país (o endividamento) e ao afastar fantasmas «liberais» (na saúde, na segurança social, etc.) que Louçã, com típica desonestidade, procurou colar-lhe”, comenta João Pereira Coutinho, no *Correio da Manhã*⁴⁰². No balanço do *Público*, o politólogo Manuel Meirinho comenta: “Mais hábil do ponto de vista comunicacional, e até político, Louçã liderou no objetivo de clarificar as clivagens de fundo, (...) não sem muitas vezes a levar, por via do aceno ou

³⁹⁶ Márcia Bajouco, ““Sempre achei que era divertida””, *Correio da Manhã*, 16/09/2009.

³⁹⁷ Ângela Silva, “PSD espera ganhar com coabitação estragada”, *Expresso*, 19/09/2009.

³⁹⁸ Ângela Silva, “Sem nada a perder”, *Expresso*, 19/09/2009.

³⁹⁹ *Expresso*, 19/09/2009.

⁴⁰⁰ Miguel Gaspar, “Uma campanha alegre”, *Público*, 17/09/2009.

⁴⁰¹ “Curiosidades da TV”, *Expresso*, 05/09/2009.

⁴⁰² João Pereira Coutinho, “Fantasias e realidades”, Visto no ecrã, *Correio da Manhã*, 07/09/2009.

do verbo, a concordar com algumas posições. Ferreira Leite, ainda que muito pouco afirmativa e algo insegura, não desiludiu”, não obstante ter-se deixado “interromper com frequência”, perdendo o uso da palavra a favor do seu adversário. Equilibrou uma “imagem dura e assertiva” com a franqueza e a cordialidade⁴⁰³.

Reuniu consenso a reação negativa ao debate com Jerónimo de Sousa, a 9 de Setembro. Por um lado, a líder do PSD cometeu uma gafe ao confundir taxas de IRC e de IRS – o que foi especialmente notório dada a sua área de formação em Economia e a tutela, no passado, da pasta das Finanças, pelo que foi um “erro que não lhe será facilmente perdoado”, salienta o *Correio da Manhã*⁴⁰⁴. Por outro, o frente-a-frente foi caracterizado pela “pouca vivacidade”. João Pereira Coutinho, no mesmo diário, ironiza que “aos cinco minutos adormeci. Estava à espera de uma discussão séria e o que aconteceu foi um simpático casalinho de idosos a tomar chá”⁴⁰⁵. Foi, segundo o *Público*, um “dos debates na TV mais apagados da campanha”⁴⁰⁶.

No debate com Paulo Portas, a 10 de Setembro, ter-se-ão confrontado o “«falar verdade» dos sociais-democratas [e] o «falar claro» dos centristas”⁴⁰⁷. Carlos Abreu Amorim regista, no *Correio da Manhã*, que “a diferença de aptidão política entre os dois líderes aproxima-se do abissal”⁴⁰⁸. O comentador deste debate no *Público*, João Carlos Rosa, apontou, em alternativa, a tranquilidade e a segurança de MFL, considerando que ela “beneficia sobretudo com o discurso social e da preocupação com os que estão em dificuldades”⁴⁰⁹.

Na coluna de “Altos e Baixos” do *Expresso* de 12 de Setembro, Martim Silva avalia que MFL desperdiçou capital político no debate com Jerónimo de Sousa, em que cometeu uma gafe, e no debate com Paulo Portas, “onde foi encostada às cordas. É preciso falar verdade: a presidente do PSD não tem jeitinho nenhum para isto”⁴¹⁰. Na mesma edição, Fernando Madrinha comenta:

⁴⁰³ Manuel Meirinho Martins, “O regresso da política – mesmo sem surpresa”, *Público*, 07/09/2009.

⁴⁰⁴ “Líder do PSD comete gafe”, *Correio da Manhã*, 11/09/2009.

⁴⁰⁵ João Pereira Coutinho, “Quem ganhou?”, *Correio da Manhã*, 10/09/2009.

⁴⁰⁶ São José Almeida, “Os dois mundos paralelos do PSD e do PCP”, *Público*, 10/09/2009.

⁴⁰⁷ Cristina Rito/ Janete Frazão, “Diferença à direita”, *Correio da Manhã*, 11/09/2009.

⁴⁰⁸ Carlos Abreu Amorim, “Verdade ou clareza”, *Visto no Ecrã*, *Correio da Manhã*, 11/09/2009.

⁴⁰⁹ João Cardoso Rosas, “Há direita e direitas”, *Público*, 11/09/2009.

⁴¹⁰ Martim Silva, “Altos e baixos”, *Expresso*, 12/09/2009.

Ferreira Leite tem-se revelado bem mais frágil do que se esperava. Mesmo nas áreas que supostamente domina, faltam-lhe argumentos, ou a habilidade de os utilizar, comete gafes incompreensíveis e evidencia vulnerabilidades que nenhuma voz grossa, como aquela que por vezes ensaia, é suscetível de resolver. Foi cordata com Louçã e mais concordante do que alguém podia imaginar, foi áspera com o putativo aliado Portas e em ambos os casos perdeu⁴¹¹.

A candidata exhibe “dificuldades oratórias” e comete “erros”, comenta Ângela Silva no mesmo semanário. “Há quem a considere ingénua na forma como se dispôs sempre nos debates da TV a responder às perguntas dos adversários que ouvia atentamente, em vez de aproveitar para contra-atacar com os seus temas fortes”⁴¹².

A 12 de Setembro, numa peça de antecipação do frente-a-frente Ferreira Leite-Sócrates, o *Expresso* enuncia que os debates televisivos “ajudaram a perceber o melhor e o pior de Ferreira Leite” e, no grande “dérbi”, requer-se que ela seja “mais afirmativa no discurso, de perder menos tempo a ouvir os adversários, de ser mais clara a explicar as suas propostas e de surgir mais *killer* nos ataques a Sócrates”⁴¹³.

Vários especialistas, entre jornalistas e não jornalistas, apreciam o último debate, considerado o mais importante, no *Público*. No frente-a-frente com Sócrates, segundo São José Almeida, MFL manteve a “acutilância discursiva e a imagem de genuinidade que lhe é característica”⁴¹⁴. Na opinião da mesma jornalista, “assumiu a contenção e a sobriedade que já lhe são conhecidas, bem como uma atitude de frontalidade e de assertividade que dão de si uma imagem quase espartana”⁴¹⁵. De acordo com o historiador Pulido Valente, “para quem não se ilude com a retórica, a «energia» e os lugares-comuns de Sócrates, ficou de tudo aquilo a autoridade intelectual de Manuela Ferreira Leite (...) e a diferença entre um propagandista (aliás, bom) e uma pessoa séria”⁴¹⁶. Para o politólogo Carlos Jalali, o debate serviu sobretudo para “salientar as

⁴¹¹ Fernando Madrinha, “Pingue-pongue na TV”, *Expresso*, 12/09/2009.

⁴¹² Ângela Silva, “Afinações na arrancada final”, *Expresso*, 12/09/2009.

⁴¹³ Ângela Silva, “Afinações na arrancada final”, *Expresso*.

⁴¹⁴ São José Almeida, “Debate final mantém empate entre Sócrates e Ferreira Leite”, *Público*, 13/09/2009.

⁴¹⁵ São José Almeida, “Pontos fortes e pontos fracos dos cinco líderes”, *Público*, 13/09/2009.

⁴¹⁶ Vasco Pulido Valente, “Nenhum mudou a opinião que o país tem deles”, *Público*, 13/09/2009.

diferenças entre os dois líderes (talvez até mais que entre os seus partidos)”⁴¹⁷. O diretor-adjunto Manuel Carvalho entende que Sócrates “ganhou à tangente” e se preparou melhor, conseguindo desestabilizar uma adversária que “vestiu mais vezes a pele do animal feroz”, mostrou como nova faceta da sua personalidade a irritação, foi em certos momentos mais convincente e exibiu “coerência e fibra”⁴¹⁸.

É quase num lamento que Carlos Abreu Amorim reconhece que o frente-a-frente televisivo com MFL foi o que pior correu ao então Primeiro-Ministro. “Sócrates intimidou-se com a questão da credibilidade: sentiu o perigo e fugiu. Talvez por isso, Ferreira Leite cresceu, superou os seus apertados limites, mostrou tanta firmeza (...)”⁴¹⁹.

No rescaldo dos debates, Miguel Gaspar aponta o “simplismo” de dividir os candidatos entre “os mediaticamente «bons» (Sócrates, Louçã e Portas) e os mediaticamente «maus» (Ferreira Leite e Jerónimo de Sousa)”. Na sua opinião, “quem promete pouco pode passar uma imagem de credibilidade”. MFL sobreviverá aos “tiros no pé” enquanto “polarizadora do voto contra Sócrates. Jogando o papel da candidata «paradoxal» – «boa» porque «má» –, Ferreira Leite apostou numa estratégia que noutros tempos serviu muito bem a Cavaco Silva”⁴²⁰.

9.3.3 “O eleitorado prefere um líder moderno”

Outro aspeto também relevante na representação mediática da líder consiste na insistência no atributo idade (69 anos no momento em que se candidata). O *Público* volta a fazer contas. Caso fosse eleita, MFL, “que já é a primeira mulher a presidir a um partido, será também o primeiro-ministro mais velho de sempre que foi a votos no país”⁴²¹. João Pereira Coutinho, recorde-se, utiliza a imagem de um “simpático casalinho de idosos a tomar chá” para descrever o debate Ferreira Leite-Jerónimo de Sousa.

⁴¹⁷ Carlos Jalali, “O último debate”, *Público*, 13/09/2009.

⁴¹⁸ Manuel Carvalho, “Um debate em falso”, *Público*, 13/09/2009.

⁴¹⁹ Carlos Abreu Amorim, “Empates desiguais”, *Heresias, Correio da Manhã*, 14/09/2009.

⁴²⁰ Miguel Gaspar, “Paradoxos de campanha”, *Uma linha a mais, Público*, 15/09/2009.

⁴²¹ “Privilegiados, mas de forma distinta”, *Público*, 20/09/2009.

Numa ação de campanha em Santarém, há pessoas que esperam a “senhora doutora” e que, em comum com ela, têm “a idade acima dos 50 anos”. “A maioria são mulheres. Quando a caravana para na pastelaria Bijou, o entusiasmo é manifesto entre as senhoras que se sentam às mesas”. MFL sorri, é afável⁴²², descreve São José Almeida, num retrato que contrasta com outras representações da sua timidez e evasão do contacto com os cidadãos.

Como em 2008, nas “diretas” do PSD, o atributo da idade não se refere exclusivamente à idade biológica, adquirindo contornos específicos na dinâmica da campanha. José Sócrates procurará criar uma separação com Manuela Ferreira Leite à luz de um *generation gap*, assente numa diferente “mundivisão”: a uma visão “aberta” e “tolerante”, opõe à visão “retrógrada” e “conservadora” da sua principal opositora.

A candidatura do PS insiste em trazer à campanha tópicos como o casamento entre pessoas do mesmo sexo, a interrupção voluntária da gravidez ou o divórcio, enquadrando esses assuntos numa agenda da modernidade, ao mesmo tempo que sublinha o conservadorismo das posições de Ferreira Leite, de que se destaca o nexo entre casamento e procriação. O candidato explorava, assim, as declarações de MFL, numa entrevista à TVI, no início de Julho de 2009, em que se mostrara contrária ao casamento entre pessoas do mesmo sexo⁴²³. Em nome desta dicotomia, a discussão dos designados “temas fraturantes” pelo candidato socialista visou demonstrar que a candidata tem uma “visão que não está à altura do seu tempo” e levá-la insistentemente a reconhecer os seus valores tradicionais em relação à família⁴²⁴. O tema é mesmo glosado em artigos de opinião com pretensa veia humorística. A título ilustrativo, Manuel Catarino, num comentário sobre a campanha do partido Portugal pro Vida, refere jocosamente que os seus militantes “procriam mais do que a dr^a Manuela Ferreira Leite – que só o fez por escassas duas vezes”⁴²⁵ (na verdade, tem três filhos).

⁴²² São José Almeida, “O dia em que a Rua Capelo e Ivens foi a «mãe» de todas as ruas nas muito diferentes campanhas do PS e do PSD”, *Público*, 16/09/2009.

⁴²³ Nessa ocasião, a candidata afirmou: “Admito que esteja a fazer uma discriminação porque é uma situação que não é igual. A sociedade está organizada e tem determinado tipo de privilégios, tem determinado tipo de regalias e de medidas fiscais no sentido de promover a família”. Essas medidas vão “no sentido de que a família tem por objetivo a procriação”.

⁴²⁴ São José Almeida, “José Sócrates promete representar uniões de facto”, *Público*, 30/08/2009.

⁴²⁵ Manuel Catarino, “Martírio a bem de Portugal”, Campanha na TV, *Correio da Manhã*, 18/09/2009.

Outras referências de elementos socialistas procuram situar MFL noutros tempos, como a imagem de “uma «professora primária do antigamente» a passar «raspanetes» aos jovens que dela discordam” (líder da JS)⁴²⁶. A polémica em torno da suspensão do TGV, por alegadamente satisfazer os interesses espanhóis, mais do que os nacionais⁴²⁷, motiva também a colagem da candidata a uma visão “retrógrada” e “passadista”. O ministro Luís Amado salienta, a este respeito, que “nós não queremos ficar orgulhosamente sós, porque sabemos o que isso significa: isolamento, atraso e subdesenvolvimento”. João Soares recorre ao epíteto de “outra senhora”⁴²⁸. Comenta Luciano Alvarez que o TGV constituiu um “jogo perigoso”, vendo aqui o Primeiro-Ministro uma oportunidade “para acentuar as suas diferenças para com a presidente do PSD. Alguém que só quer destruir, como afirma, sem visão de futuro. Uma mulher do passado”⁴²⁹.

O suposto anacronismo estende-se também à avaliação da imagem que a candidata projeta. Segundo um representante de uma agência de comunicação, citado pelo *Público*, MFL é um desastre em termos de comunicação (“tem medo de falar, das pessoas, escusa-se com a ideia de eu as mulheres só podem dedicar oito horas por dia à política”). Em seu entender, valores como os da honestidade com que a líder se apresentou são interessantes mas pertencem ao passado, “o eleitorado prefere um líder moderno”⁴³⁰. Não deixa de ser revelador que esta visão da modernidade se estabeleça por contraste a uma interligação entre política, valores como a honestidade e um tempo passado.

No enquadramento dos jornais analisados, a recusa da candidata em moldar-se aos padrões do *marketing* vai-se distanciando de uma conceção política alternativa e aproximando da ideia de que não tem talento para a política e de que é, também neste sentido, a “antipolítica”. Procurando realizar um balanço dos primeiros debates televisivos, o *Expresso* indica que, se a direção do PSD considera que a candidata

⁴²⁶ *Público*, 02/09/2009.

⁴²⁷ O tema é introduzido por MFL no debate televisivo com Sócrates, a 12 de Setembro. Aí declarou não gostar “dos espanhóis metidos na política portuguesa, estou a defender os interesses de Portugal, que não é uma província de Espanha”. A afirmação é amplificada pela imprensa espanhola no dia seguinte.

⁴²⁸ Margarida Gomes, Leonete Botelho, “«A escolha é entre Sócrates e a outra senhora», diz João Soares”, *Público*, 15/09/2009.

⁴²⁹ Luciano Alvarez, “Jogo perigoso com o TGV”, *Público*, 15/09/2009.

⁴³⁰ Luís Francisco, “Portas *in*, Manuela *out* em imagem pública”, *Público*.

conseguiu passar uma imagem de seriedade, serenidade e aversão a promessas populistas, há uma “linha mais crítica” que lamenta “que ela se recuse a decorar uma frase para dizer nas televisões e que corra o risco de associar a uma certa falta de jeito para a política uma notória falta de treino”⁴³¹. O mesmo jornal, num artigo analítico sobre a estratégia de *marketing* dos principais candidatos, refere que ela “não aceita que lhe façam rascunhos para as intervenções. Manuela Ferreira Leite nem quer ouvir falar em telepontos e sofrem muito aqueles que lhe procuram corrigir a estrutura dos discursos. A candidata é muito ciosa das suas palavras”⁴³². Numa outra peça do semanário, salienta-se que, sobretudo, “Manuela ouve-se a si própria”⁴³³. Os assessores de MFL apenas tentam mudar o que ela aceita mudar. Na perspetiva dos jornais analisados, a líder deveria realizar essa evolução, melhorando alguns aspetos da imagem e da comunicação.

Os cartazes da campanha exibem uma “«certa arrogância anti-marketing» que «resulta numa má qualidade de comunicação, quer ao nível do discurso, quer ao nível da imagem» de Manuela Ferreira Leite, «que em nada a favorece»”, avalia um especialista em *marketing* entrevistado pela agência Lusa e referido pelo *Público*⁴³⁴. Um membro da direção social-democrata, citado pelo *Expresso*, declara que “«já fez uma grande evolução em termos de imagem. Mas não foi fácil convencê-la»”.

Nos debates televisivos “apareceu com novo penteado, e com indumentária cuidada”. Ainda assim, é uma aparência “discreta” que, segundo Ana Salazar, entrevistada como consultora de imagem, tem um “gosto «excessivamente tradicional» e um estilo «demasiado conservador»”⁴³⁵. As suas roupas exibem “cores quaresmais”, comenta José Medeiros Ferreira⁴³⁶. O *Correio da Manhã* surpreende-a num direito de antena sem o colar de pérolas, o que, num comentário do jornalista Leonardo Ralha, significa que, a quatro dias das eleições, MFL “decidiu optar pela nudez”⁴³⁷.

⁴³¹ Ângela Silva, “Afinações na arrancada final”, *Expresso*, 12/09/2009.

⁴³² Ricardo Jorge Pinto, “Como se produz um candidato?”, *Revista Única/Expresso*.

⁴³³ “Um debate muito importante, «mas não decisivo»”, *Expresso*, 12/09/2009.

⁴³⁴ “Qualidade dos cartazes de campanha é globalmente má e o da CDU é o mais eficaz, defende criador de marcas”, *Público/Lusa*, 21/09/2009.

⁴³⁵ Ricardo Jorge Pinto, “Como se produz um candidato?”, *Revista Única/Expresso*.

⁴³⁶ José Medeiros Ferreira, “Missas e funerais”, A Página de José Medeiros Ferreira, *Correio da Manhã*, 05/09/2009.

⁴³⁷ Leonardo Ralha, “Vai-se o colar, fica a angústia”, Campanha na TV, *Correio da Manhã*, 24/09/2012.

“Está mais bem vestida e penteada; continua a não ter a melhor imagem do mundo”, declara ao *Público* um historiador da moda, num artigo em que se avaliam e classificam os candidatos em termos Imagem (visual e estilo), Eficácia (capacidade de comunicação e empatia) e Conteúdo (coerência e consistência). Os quatro “especialistas” convidados pelo diário para dar as suas opiniões concedem a Manuela Ferreira Leite a mais baixa classificação em todos estes critérios. Manuela está *out* em termos de imagem pública, Paulo Portas *in*, sintetiza o autor da peça, em título⁴³⁸.

Segundo Henrique Monteiro, no *Expresso*, a líder do PSD, é demasiado conservadora e convencional, tem uma “imagem de seriedade [que] não esconde a desadaptação ao tempo que vivemos”⁴³⁹. O então diretor do semanário traça, assim, o “retrato de uma morte política”, como intitula o seu artigo.

9.3.4 “Belém asfixia campanha de Manuela Ferreira Leite”

Mesmo o paradigma da verdade – o conceito nuclear da estratégia de campanha do PSD – é esvaziado e desacreditado perante uma articulação especial de epifenómenos e escândalos que se sucedem e colidem com temas tão centrais como a “asfixia democrática” e o “medo”, que marcaram a agenda da campanha. O tópico surgiu na “Grande Entrevista” de 20 de Agosto, da RTP1, onde MFL acusou José Sócrates e o Governo socialista de criarem em Portugal um clima de “asfixia democrática”.

A integração de António Preto, pronunciado na justiça por falsificação e fraude fiscal⁴⁴⁰, nas listas de candidatos, fez tremer, durante a campanha, a visão da política ancorada na verdade – como titula o *Expresso* de 29 de Agosto, é “A ética no sapato da líder”.

As declarações que proferiu numa visita à Madeira de Alberto João Jardim, a 7 de Setembro, constituíram, de uma forma mais assertiva, um rude golpe à credibilidade da tese da “asfixia democrática”. No final desta visita, questionada a esse respeito,

⁴³⁸ Luís Francisco, “Portas *in*, Manuela *out* em imagem pública”, *Público*, 21/09/2009.

⁴³⁹ Henrique Monteiro, “Retrato de uma morte política”, *Expresso*, 19/09/2009.

⁴⁴⁰ A 16 de Setembro, a revista *Sábado* noticiava um outro caso envolvendo António Preto, relacionado com a compra de votos em eleições internas do PSD de Lisboa.

Manuela Ferreira Leite declarou não existir no arquipélago asfixia democrática: “Não vejo que [a Madeira] esteja asfixiada. Aqui quem legitima o poder é o voto do povo e não está ninguém aqui por imposição, é em resultado dos votos”. As reações críticas multiplicaram-se e partiram não apenas dos oponentes políticos mas de comentadores jornalistas e não jornalistas:

“Só vale a pena dizer que se luta contra a «asfixia democrática» caso se seja coerente – essa é uma fragilidade do PSD. (...) Mas o pior desta campanha foi ver Ferreira Leite ao lado de Jardim, acabrunhada, enquanto este expelia impropérios – amadorismo a mais em quem quer ser Governo” (Carlos Abreu Amorim, *Correio da Manhã*)⁴⁴¹.

“Setembro começou para o PSD como um fantástico Euromilhões. Manuela Ferreira Leite, que apostou na «verdade» como palavra-chave e alertava para a asfixia democrática, teve a sorte de a TVI afastar Manuela Moura Guedes. (...) Mas ontem, a líder da Oposição cometeu um erro na Madeira. (...) Manuela mostra que a verdade na política é um conceito relativo e subjetivo” (Armando Esteves Pereira, *Correio da Manhã*)⁴⁴².

“A «verdade» do slogan não resiste a estas coisas. Depois de impor arguidos na lista por Lisboa, Ferreira Leite foi à Madeira elogiar a governação de Jardim. Quando falar da «asfixia democrática» de Sócrates, a líder do PSD tem que ser recordada da da Madeira, bem mais grave” (*Público*)⁴⁴³.

⁴⁴¹ Carlos Abreu Amorim, “Contradição política”, Heresias, *Correio da Manhã*, 09/09/2009.

⁴⁴² Armando Esteves Pereira, “Erro de Manuela”, Dia a Dia, *Correio da Manhã*, 08/09/2009. Nesta formulação, não deixa de ser significativa a naturalização da retirada de um programa informativo da grelha da TVI, o Jornal Nacional de Sexta, e o afastamento da sua apresentadora, Manuela Moura Guedes, alegadamente por razões políticas, como uma espécie de ativo político da campanha social-democrata. Um “fantástico Euromilhões” e a “sorte” de um *timing* que a candidata, aparentemente, não soube aproveitar, quando estavam em discussão temas como a liberdade de imprensa e a autonomia editorial face a um putativo poder de influência.

⁴⁴³ *Público*, “Altos e Baixos”, 08/09/2009.

ILUSTRAÇÃO 32: DISTINTAS VISÕES CRÍTICAS DO EXPRESSO SOBRE A VISITA À MADEIRA



Miguel Sousa Tavares, “Com a verdade me asfixiam”,
Expresso, 12 de Setembro de 2009 (ilustração de Hugo Pinto).



“Desinfectação no regresso ao continente”,
Expresso, 12 de Setembro de 2009 (foto de Nuno Botelho).

ILUSTRAÇÃO 33: PARA O PÚBLICO, O “CASO” DAS “ESCUTAS DE BELÉM” MARCA UM ANTES E UM DEPOIS NA CAMPANHA



Público, 15 de Setembro de 2009. MFL no
segundo dia da campanha oficial (foto de
Nuno Ferreira Santos).



Público, 24 de Setembro de 2009. MFL no antepenúltimo dia da
campanha (foto de Adriano Miranda).

A partir de 13 de Setembro, com o arranque oficial da campanha, o ritmo dos acontecimentos será vertiginoso. A tese da “asfixia democrática” sofre a derradeira machadada, em virtude da associação da candidatura social-democrata à revelação, pelo *Diário de Notícias*, a poucos dias do fim da campanha, de que a fonte de informação das alegadas suspeitas de espionagem a Belém por S. Bento, originalmente denunciadas pelo *Público*, foi um assessor do Presidente da República, afastado, em consequência, do cargo a 21 de Setembro.

Ainda que este caso refletisse essencialmente o “clima de guerra institucional” entre Sócrates e Cavaco Silva, sem relação direta com Ferreira Leite, aviva-se a sua ligação ao ex-Primeiro-Ministro e a sua qualidade de “cavaquista”. O *Correio da Manhã* titula, a 23 de Setembro: “Belém asfixia campanha de Manuela Ferreira Leite”. Segundo o *Expresso*, MFL “teve de fugir de Cavaco Silva e sobreviver a um dilúvio de casos sem máquina de campanha à altura”⁴⁴⁴. Na primeira página da sua edição de 22 de Setembro, o *Público* publica o título “PSD perde espaço para a «asfixia democrática»”. Na edição do dia seguinte, é inserido um artigo com o título “Demissão do principal assessor de Cavaco Silva mudou guião da campanha”.

A estratégia da campanha social-democrata, apoiada na tese do “medo” e da “asfixia democrática”, não resiste aos “casos”. Segundo o diário, a demissão de Fernando Lima representou um marco da campanha, um “a.C./d.C. (Uma campanha antes e depois de Cavaco)”, em que “o PS cresceu e o PSD abanou”⁴⁴⁵. Na opinião de Vasco Pulido Valente, “o dr. Cavaco deixou cair um romance policial no meio da campanha e a campanha, evidentemente, acabou”⁴⁴⁶. Carlos Abreu Amorim, comentando este caso, aprecia que “Ferreira Leite e Cavaco brincaram aos aprendizes de feiticeiros. Tudo indica que lhes correu mal. Se o PSD perder estas eleições – que tinha obrigação de ganhar – tem de encontrar uma liderança capaz”⁴⁴⁷.

Miguel Gaspar comenta que “Manuela Ferreira Leite conseguiu mais do que se esperava há um ano”, mostrando “determinação e resiliência” e, em campanha, à semelhança do seu mentor, Cavaco Silva, apresentou-se “como uma espécie de político antipolítico, desafiando as convenções mediáticas”. Propugna que, como Cavaco, “é um animal político dos pés à cabeça. Só que não podia errar e errou”⁴⁴⁸.

Refletindo sobre o final da campanha, Ângela Silva, do *Expresso*, garante que MFL, “franzina, distante mas determinada, acusou o desgaste mas não vergou”, persistiu no tema do medo contra os seus conselheiros, foi incapaz de mostrar mais

⁴⁴⁴ Ângela Silva, “Dar por tudo... e preparar o pior”, *Expresso*, 25/09/2009.

⁴⁴⁵ Filomena Fontes / Nuno Simas, “O que vai ficar na memória da campanha a.C./d.C. (Uma campanha antes e depois de Cavaco)”, *Público*, 25/09/2009.

⁴⁴⁶ Vasco Pulido Valente, “«O misterioso caso de Belém»”, *Público*, 25/09/2009.

⁴⁴⁷ Carlos Abreu Amorim, “Notas de campanha”, *Heresias*, *Correio da Manhã*, 23/09/2009

⁴⁴⁸ Miguel Gaspar, “As três sombras de Cavaco Silva”, *Público*, 24/09/2009.

alegria⁴⁴⁹. Uma semana antes, a jornalista antecipara: “é a líder mais desarmada desta campanha”⁴⁵⁰.

9.3.5 Nos bastidores da estratégia

O conceito da estratégia da campanha de Manuela Ferreira Leite foi, na realidade, cuidadosamente pensado com o objetivo de realçar os pontos fortes e as qualidades políticas do seu perfil. Segundo um responsável pela coordenação da campanha, entrevistado no âmbito da presente investigação a 7 de Dezembro de 2012, e que solicitou não ser identificado, tratava-se de eleições difíceis, disputadas contra o candidato incumbente, com maioria absoluta. Previamente à planificação, uma empresa de estudos de mercado realizou uma pesquisa, em vários pontos do país, sobre as qualidades apreciadas na líder social-democrata, em contraste com o seu principal opositor.

“Ficou claro que a Dr.^a Manuela Ferreira Leite tinha um conjunto de pontos fortes e fracos junto da opinião pública. Como pontos fortes, foram salientadas a seriedade, a honestidade e a confiança. A uma pergunta aos inquiridos sobre quem deixariam levar os filhos à escola, se a Dr.^a Ferreira Leite ou o Eng.^o Sócrates, 80% responderam a Dr.^a Ferreira Leite. O Eng.^o Sócrates surgia muito ligado à propaganda, ao *marketing*, ao «fala-barato»” (Entrevista realizada a 07/12/2012).

O conceito de “verdade” surge associado ao tema das Jornadas Parlamentares do PSD de 2007, sob o lema “Falar Verdade”, e a uma das principais lutas dos socialistas enquanto Oposição, procurando estabelecer um contraponto em relação ao Governo Sócrates, “que vendia ilusões aos portugueses, manipulava as notícias e os números do défice. O combate político do PSD estava muito focado na verdade e a Dr.^a Manuela Ferreira Leite tinha essa característica muito forte no cidadão comum”.

⁴⁴⁹ Ângela Silva, “Dar tudo por tudo... e preparar o pior”, *Expresso*, 25/09/2009.

⁴⁵⁰ Ângela Silva, “Sem nada a perder”, *Expresso*, 19/09/2009.

A primeira sugestão para slogan da campanha foi “Política sem maquilhagem”, que “não foi aceite, pelo facto de a candidata ser uma mulher. Acabou por se optar por uma linguagem mais simples e mais direta”. “Verdade” foi escolhida como a palavra forte da campanha e “Política” favorecia uma dupla leitura, subjetiva – relativa à pessoa – e objetiva – traduzindo as ideias. “Havia credibilidade entre a imagem da Dr.^a Manuela Ferreira Leite e a mensagem que se procurou transmitir”, a de um contraste entre “verdade” e “marketing”. Não obstante não ter colhido a fórmula “Política sem maquilhagem”, a líder do PSD não procurava “um discurso sedutor para as massas, mas investir num discurso da verdade, não maquilhar as verdades duras e difíceis sobre o país”.

ILUSTRAÇÃO 34: UM DOS CARTAZES DE PROMOÇÃO DA CANDIDATURA DE MANUELA FERREIRA LEITE COM O SLOGAN “POLÍTICA DE VERDADE”



O responsável assinala que MFL “nunca seria uma candidata para apresentar aos portugueses numa perspetiva de espectáculo. Odeia o espectáculo da política, encara a política como serviço, como missão, e apontou isso mesmo ao Eng.^o Sócrates”.

Reconhece que a política se reveste de “um lado de encenação para chegar às pessoas e às suas preocupações”. Por outro lado, aprecia que “os jornalistas têm uma compreensão interiorizada de que uma campanha é festa, espectáculo, alegria”. Recorda que os jornalistas comentavam que “o conteúdo era magnífico, mas prejudicado pelo ar muito sério e pouco risonho” da candidata. A resistência às exigências do *marketing* político “provocou algumas dores de cabeça aos *marketeers*”. “A Dr.^a Manuela Ferreira Leite era irredutível na alteração da imagem e do comportamento. É preciso questionar se o paradigma de um líder político doce, afetuoso, relacional, é o único na política. Mas isso virou-se contra ela. Sim, virou”.

A campanha de Ferreira Leite teria de lidar com uma estratégia do PS de “tentar sistematicamente colar à Dr.^a Manuela Ferreira Leite a imagem de uma dona de casa conservadora, sem jeito para a política, com erros de linguagem. Havia uma estratégia clara, alimentada pela oposição e apoiada por alguns setores da opinião pública, para desacreditar a sua candidatura, qualificá-la como pouco polida, reacionária, pouco moderna”. Salienta ainda, como parte desta estratégia, a propensão para “retirar frases do contexto para construir «casos»”, amplificados na comunicação social “por uma *network* de comentadores e *opinion makers*”. Avalia que “a campanha foi objetivamente muito prejudicada por esses «casos»”.

Questionado sobre se o contexto de pela primeira vez se aplicar a Lei da Paridade em eleições legislativas, combinado com a candidatura de uma mulher, influenciaram de algum modo a conceção da estratégia de campanha de Manuela Ferreira Leite, respondeu que

“ela nunca aceitaria. A Dr.^a Manuela Ferreira Leite é convictamente contra as «quotas», que acha um meio indigno de as mulheres chegarem aos lugares políticos, não por mérito próprio mas por «favor» dos homens. Considera que é uma forma de minorizar as mulheres. Essa possibilidade foi discutida, mais pelos *marketeers* do que pela própria. Concluiu-se que não seria congruente com a imagem da Dr.^a Manuela Ferreira Leite. Seria viável com outra candidata, como a Dr.^a Leonor Beleza. Este nunca foi um combate da Dr.^a Manuela Ferreira Leite, que nunca foi feminista, no sentido de defender que a sociedade deveria aplicar a discriminação positiva em relação às mulheres” (Entrevista realizada a 07/12/2012).

9.4 O GÉNERO NA CAMPANHA

O facto de uma mulher surgir numa paisagem normalmente habitada por protagonistas masculinos traduz, só por si, uma diferença na visualidade do campo político. Porém, nos jornais analisados, o enquadramento de que é a primeira mulher candidata a primeira-ministra está ausente, o que pode denotar uma naturalização, pela imprensa, da intervenção política feminina. Nos anos anteriores, Ferreira Leite ganhou espaço e autoridade no seio do PSD e alcançou posições inéditas no campo político, que

foram apresentadas pela imprensa como conquistas femininas. As publicações já não a designam por “dama de ferro” – apenas numa pequena notícia do *Correio da Manhã* é adjectivada como “uma segunda Thatcher”⁴⁵¹ –, denotando-se igualmente uma evolução neste enquadramento.

Por outro lado, os jornais também não valorizam o contexto de pela primeira vez se aplicarem os mecanismos da Lei da Paridade em eleições legislativas. Apenas numa pequena notícia, na edição de 29 de Agosto, com o título “A difícil ascensão das mulheres aos corredores do poder”, o *Expresso* sublinha que, em virtude da aplicação da Lei da Paridade, “as eleições deste ano em Portugal vão ter uma participação feminina muito mais visível. (...) Por enquanto, os partidos em Portugal ainda se confrontam com muitas dificuldades para atingir a paridade exigida por lei”⁴⁵². Como se viu, esta não é uma temática que a candidata traga à agenda da campanha ou que integre na sua estratégia comunicacional.

É também marginal o enquadramento de determinados eventos como consubstanciando um apoio feminino à candidata, tendo este ângulo de abordagem sido mais evidente na fase final da campanha. Este é tanto um apoio institucional como de cidadãs anónimas, sobretudo mais velhas, nas ações de rua.

“Mulheres em força” é o título de uma notícia do *Correio da Manhã*, em que se refere que as mulheres “entraram ontem em força na campanha de Manuela Ferreira Leite. A ex-dirigente do CDS Maria José Nogueira Pinto, Zita Seabra, Helena Lopes da Costa, Teresa Morais e Leonor Beleza foram algumas das mulheres que ontem acompanharam a líder social-democrata numa visita à região Oeste”⁴⁵³. Leonor Beleza, a “mais carismática ministra de Cavaco Silva”, também “foi ao terreno ajudar Manuela”⁴⁵⁴.

No artigo com o título “PSD espera ganhar com coabitação estragada”, Ângela Silva escreve que “as mulheres são um *must* na campanha de Ferreira Leite”. O apoio

⁴⁵¹ “É a segunda Thatcher”, *Correio da Manhã*, 21/09/2009.

⁴⁵² “A difícil ascensão das mulheres aos corredores do poder”, *Expresso*, 29/08/2009.

⁴⁵³ “Mulheres em força”, *Correio da Manhã*, 17/09/2009.

⁴⁵⁴ A.S., “A inestimável ajuda cavaquista”, *Expresso*, 19/09/2009.

das mulheres à candidata, que lhe elogiam a “fibra”, é apontado: “«Força doutora», gritam-lhe as mulheres, as suas maiores fãs”⁴⁵⁵.

Não é do prisma de um *statement* de *women power* que é noticiada a reunião da presidente social-democrata com Angela Merkel, em Berlim, no início de Setembro, mas apenas como aliança política. Pouco se ficará a saber deste encontro de meia-hora, vedado aos fotógrafos, por imposição do gabinete da Chanceler, o que é o enfoque mais destacado pelas publicações. Uma equiparação pode, aliás, ser estabelecida entre Ferreira Leite e a Chanceler alemã quanto à adequação dos seus comportamentos políticos a um modelo andrógino, de discreta feminilidade.

Precisamente por não expor traços femininos, a análise sugere que sobre Ferreira Leite recai uma sobreposição de expectativas enquanto política e enquanto mulher, um *double bind*.

A saliência de certos traços continua a aproximá-la de um modelo de liderança política mais masculino. Os relatos mediáticos representam-na como mais racional do que emocional; frequentemente mostra-se agressiva (e até “feroz”) no combate político; o seu discurso não é apenas indeciso, é também acutilante. O seu carácter duro e pouco afetuoso precede-a, revela-se independente e auto-suficiente, mais até do que seria desejável (não a conseguem convencer a mudar a imagem, decorar uma frase, alterar os discursos...). É decisivamente mais controlada do que espontânea, como se mostra no incómodo pressentido nas ações de rua. Mostra um carácter afável (sobretudo com as crianças, revelando a sua faceta de avó), mas dificilmente é apresentada como uma figura simpática e afetuosa.

A exibição de comportamentos “masculinos”, tais como a agressividade e o domínio, estimulou uma avaliação negativa (*e.g.*, deveria sorrir mais, ser mais alegre, estar mais predisposta ao contacto e à relação nas ações de campanha). Como observa Holland (1998: 26-27), o sorriso constitui um elemento tradicional no ritual de família e amigos, é uma convenção de boas-vindas que expressa um desejo de felicidade e de reunião. “É uma afirmação de pertença e de inserção no seu lugar, uma aquiescência que tem subjacente o prazer”. A sua ausência marca a distância e a ausência de acolhimento. A imagem dura de Ferreira Leite, o facto de não revelar qualidades expressivas e empáticas, conferem-lhe contornos de uma pessoa pouco humana, o que

⁴⁵⁵ Ângela Silva, “PSD espera ganhar com coabitação estragada”, *Expresso*, 25/09/2009.

torna ainda mais surpreendente quando revela outras facetas, como o sentido de humor, que a “humanizam”.

Por outro lado, alguns sinais de quebra de firmeza são apontados como falta de correspondência a expectativas quanto a uma atitude liderante. Na representação da política – e em particular, no âmago de uma campanha –, o paradigma continua a ser masculino, agressivo e beligerante. A presidente do PSD foi criticada se se mostrou mais doce e suave, quando deveria ser *killer* para defrontar os seus adversários. Nos debates, predispôs-se a ouvir os seus oponentes, deixou-se interromper, mostrou algumas inseguranças, recomendando-lhe os jornais que adquirisse um *killer instinct* no ataque aos seus adversários, evitando ser tão complacente, gentil. Revelou debilidades nas competências de comunicação e retórica, cometeu gafes em matérias que domina, errou ao nível tático-estratégico, manifestou falta de intuição e de habilidade políticas, não evitando dar “tiros no pé”, como a visita à Madeira.

A imprensa constrói um retrato de Ferreira Leite temperado por aspetos subsumíveis nos arquétipos de liderança masculino e feminino, num complexo jogo de expectativas cruzadas que resultam numa representação genericamente negativa.

As referências ao seu estatuto de mãe e, principalmente, de avó, surgem pontualmente. Este é um subtexto mais mencionado do que desenvolvido, no sentido de trazer uma faceta da privacidade da líder. A vida familiar está completamente excluída dos fóruns políticos, das ações de campanha, de entrevistas e discursos. No contexto da candidatura, apenas existe a sua *persona* pública, é pura exterioridade. Não se coloca a questão da conciliação de esferas, uma vez que, nesta altura, os seus filhos já têm vida autónoma, como sublinha o *Público*. Salienta-se que, no quadro dos valores, qualificados como tradicionais, as suas escolhas pessoais foram norteadas pela prioridade conferida à família.

As referências à qualidade de avó acentuam, noutro prisma, a idade da candidata, encontrando-se no *corpus* analisado articulações explícitas e diretas entre idade e género. A título ilustrativo, João Pereira Coutinho escreve, numa pequena nota publicada no *Correio da Manhã*, intitulada “uma dama entre as damas”⁴⁵⁶:

⁴⁵⁶ João Pereira Coutinho, “Uma dama entre as damas”, *Correio da Manhã*, 24/09/2009 (sublinhados nossos).

“Quem disse que as mulheres são as maiores inimigas das mulheres? Manuela desmente o dogma e estabelece empatia imediata com a população feminina *mais sénior*. Avistam-se, aproximam-se, beijam-se. Como se fossem companheiras de chá de uma vida inteira”.

A premência dos atributos de idade de MFL não está exclusivamente relacionada com a idade biológica ou a qualidade de avó, adquirindo contornos específicos no âmbito da dinâmica da campanha. Como nas “diretas” do PSD de 2008, a candidatura do seu principal opositor explora um *generation gap*, ao qual a imprensa não é indiferente, de que resulta a ideia de que Ferreira Leite não é uma “líder moderna”, com sugestões de retirada da vida política ativa. A contraposição temporal e geracional entre os dois principais oponentes fixa um enquadramento poderoso das duas candidaturas, com José Sócrates a representar uma “visão moderna” e Ferreira Leite uma “visão passadista”.

Essa aparente falta de modernidade prolonga-se, mais genericamente, na recusa da lógica e das exigências da comunicação política mediática. A estratégia de campanha assenta num conceito de *marketing* anti-*marketing*, nas ideias de verdade e de política sem maquilhagem. Manuela Ferreira Leite rompe, em aparência, com as técnicas de *marketing* político em voga⁴⁵⁷ e renuncia ao *media training*. Mostrou-se impermeável a alterar tanto o comportamento como a imagem, causando “algumas dores de cabeça” aos *marketeers*. Recusou comícios e falsas mobilizações.

A apresentação que promove de si mesma contraria a aparente inevitabilidade de conformidade dos atores políticos aos dispositivos da comunicação política moderna, adaptados ao funcionamento e à retórica mediáticos. A hiperpersonalização e a valorização das dimensões não-verbais, designadamente, visual e sonora, são dois dos aspetos da lógica dos media que se repercutem na comunicação política contemporânea, explana Mário Mesquita, em “Tendências da Comunicação Política” (2003: 97). Murray Edelman, em *Constructing the Political Spectacle*, pergunta se hoje o líder político fará diferença, na medida em que os interesses organizados e o espectáculo dos media, sobretudo a televisão, exigem uma liderança persuasiva e flexível, com a qual o cidadão se identifica ou distancia. Num contexto de democracia centrada nos media, o líder está

⁴⁵⁷ São José Almeida, “Pontos fortes e pontos fracos dos cinco líderes”, *Público*, 13/09/2009.

rodeado de uma dramatologia cada vez mais forte mas, simultaneamente, cada vez mais banal nos seus padrões de execução. Esta dramatologia tende a concentrar-se na descrição do carácter, na personalidade, temperamento, traços pessoais, características comportamentais e mentais do líder (Edelman, 1988, *Apud* Férin, 2006: 107).

O posicionamento de Ferreira Leite surge em contraciclo a uma evolução que, na síntese do sociólogo Rémy Rieffel (2003: 17), se caracteriza pelo “aumento da personalização das intervenções dos políticos em detrimento das suas ideias, desenvolvimento das estratégias de encenação e de teatralização das suas intervenções, utilização de uma retórica centrada na simplificação e na emoção”.

Se, inicialmente, a estratégia de MFL começou por ser enquadrada com alguma expectativa, pela distinção que estabelece face ao seu principal opositor quanto ao “estilo”, pela prioridade dada aos temas da “verdade” e da “asfixia democrática” e pelo seu posicionamento como política alternativa, a líder do PSD verá a sua campanha ruir.

Os jornais acentuam muito claramente esta dinâmica da campanha.

MFL não consegue conquistar os media para as sua retórica anti-*soundbyte*, anti-imagem, anti-*marketing*, anti-espectáculo, que deixa demasiado expostas, amplifica, as suas fragilidades. Não consegue duplamente persuadir os media para o seu paradigma da verdade, que se descredibiliza numa pouco refletida associação de epifenómenos. Na voragem da campanha, é secundarizado o seu extenso background político, salientado em fases anteriores. Esta qualificação não resiste à pretensa inabilidade para ter uma “imagem moderna”, aspeto que é altamente valorizado nos jornais analisados.

Mais do que pelas ideias e a competência, a menor viabilidade da candidatura de Ferreira Leite fica a dever-se a uma interligação de fatores mais epidérmicos do que substantivos, que colidem com as exigências da política contemporânea na arena mediática.

Realça-se a sua aparência pouco feminina e convencional, que não é associada a atributos de beleza e de elegância e que, combinada com a idade, dela dá uma imagem assexuada. Esta imagem emerge, aliás, por contraste aos candidatos masculinos, em particular Sócrates, eleito como o “Sexy 20 Platina” pelo *Correio da Manhã* nesse ano, e Portas, classificado como *in* neste critério.

É identificada como a “antipolítica”, conceito que os jornais analisados definem em múltiplas direções, mas que significa, em última instância, falta de modernidade e falta de talento para a política. Esta é uma visão dominante nos jornais analisados, quebrada pontualmente por vozes singulares, que discutem a hegemonia desta leitura.

A análise da campanha política proporciona, adicionalmente, a oportunidade para refletir criticamente sobre os critérios de noticiabilidade valorizados na cobertura deste processo político. Observou-se o consenso em torno de enquadramentos que atravessam, como uma corrente, as três publicações, incluindo-se artigos noticiosos e de opinião, não obstante as suas diferentes características e as vozes, mais alternativas, que não seguem as leituras dominantes.

Nas três publicações subsiste uma tensão entre os valores noticiosos que privilegiam e a visão crítica do curso da campanha. Ao mesmo tempo que jornalistas e comentadores criticam a transformação deste processo político numa sucessão de casos e insultos⁴⁵⁸, entregam-se a amplificar e a esmiuçar esses epifenómenos e conflitos. Se lamentam a superficialidade e a espectacularização dos desempenhos políticos, mostram-se impotentes para escapar a uma lógica de mediatização que privilegia a saturação retórica, a violência verbal, o ataque gratuito e a sobrevalorização do conflito em detrimento do talento para gerar consensos (Bettencourt e Pereira, 1995: 11). Comentadores, jornalistas e não jornalistas, fixam enquadramentos poderosos nas suas narrativas, interpretações e comentários – da campanha, das propostas políticas e dos “estilos”, das ações dos seus protagonistas –, ainda que depois se coloquem numa posição exterior ao jogo político, como árbitros não participantes e desinteressados.

⁴⁵⁸ Em diversos textos jornalísticos e de comentário, evidencia-se como particularidade da campanha o carácter inédito da sucessão de episódios – uma “sucessão de manobras feitas” (José Medeiros Ferreira, *Correio da Manhã*), de “insinuações, deturpações e insultos” (João Pereira Coutinho, *Correio da Manhã*), em que “quase tudo foi ruído, «casos» e um «pingue-pongue» orquestrado pelos especialistas em marketing” (José Manuel Fernandes, *Público*). Eduardo Dâmaso, no *Correio da Manhã*, utiliza mesmo a expressão “campanha negra”, considerando que as “«gaffes» e os «casos» estão a substituir o debate político e de ideias”.

Conclusão: o eterno feminino na política

Na presente investigação, procurou compreender-se se as representações da imprensa de duas líderes políticas com elevado perfil mediático, Maria de Lourdes Pintasilgo e Manuela Ferreira Leite, consubstanciaram uma “mediação genderizada” do campo político (Sreberny-Mohammadi e Ross, 1996; Sreberny e van Zoonen, 2000; Ross e Sreberny, 2000), assente numa conceção que afasta as mulheres do poder e as enquadra à luz de estereótipos e assunções de género.

Em 1979, cinco anos após a Revolução de 25 de Abril, gerou espanto, a nível nacional e internacional, a decisão do Presidente da República, Ramalho Eanes, de nomear Maria de Lourdes Pintasilgo para chefiar o V Governo. Apesar das alterações ao quadro jurídico-constitucional, as mulheres continuavam em minoria no exercício de funções políticas. Definiu-se como objetivo da dissertação perceber de que modo a indigitação de uma mulher como Primeira-Ministra foi refletida em cinco jornais com características distintas, tendo presente que as próprias redações permaneciam uma espécie de “templos masculinos” e as jornalistas de política eram uma raridade.

As publicações analisadas realçam, com grande destaque nas primeiras páginas, a “novidade histórica” de uma mulher ocupar a chefia do Governo (o *DN* enfatiza que é a terceira mulher no poder em 800 anos de história). Maria de Lourdes Pintasilgo torna-se um “novo fenómeno político”, nas palavras de Marcelo Rebelo de Sousa, no *Expresso*. A *gender politics* (Norris, 1997) converte-se numa linha divisória do discurso jornalístico. O valor da novidade atrai a atenção mediática e a indigitação ergue-se como símbolo positivo do avanço social das mulheres. Nos jornais perpassa a ideia de que “é chegado o tempo de as mulheres aparecerem”, como declara Teresa de Santa Clara Gomes, numa entrevista a *O Jornal*.

Regista-se, porém, uma notória desconformidade entre a celebração da novidade histórica e o tratamento de Lourdes Pintasilgo através de fórmulas masculinas. Apesar de alguns artigos abordarem especificamente este embaraço linguístico, a chefe do Governo será designada predominantemente como “Primeiro-Ministro”. Ao denunciarem o uso de expressões sexistas – como o “neo-gonçalvismo de saias” –, as

publicações afirmam-se como polos de intelecto, de cultura e de conhecimento, projetando e iluminando os aspetos de modernidade do país. Ao mesmo tempo, e contraditoriamente, são permeáveis ao uso de outras referências que exploram a identidade feminina da líder governamental – o *Expresso* sugere a atração de Ramalho Eanes por Lourdes Pintasilgo, *O Dia* faz alusões às “mulheres da Primeira-Ministra” – e reproduzem as tiradas sexistas e os “marialvismos” dos atores políticos que se opõem à indigitação, e as cortesias daqueles que lhe são favoráveis. Em certos aspetos essenciais, o modo como as publicações enquadraram a nomeação de Lourdes Pintasilgo torna perceptível a adesão a um paradigma ancorado na naturalidade da hegemonia masculina na política, que jornalistas e comentadores resistem a desafiar.

Comparativamente com 1979, na primeira década do século XXI, os três jornais selecionados enquadram em moldes mais discretos a novidade de uma mulher tutelar pela primeira vez a pasta governamental das Finanças, conquistar a presidência de um partido do “arco da governação” e defrontar o Primeiro-Ministro incumbente em eleições legislativas. Nos intervalos temporais analisados, o poder político feminino não constitui uma matéria jornalística suscitada, no imediato, pela circunstância de uma mulher desempenhar cargos de liderança política. Esta temática surge apenas em artigos e comentários esporádicos. A participação política das mulheres, a ascensão a lugares de topo e a maior visibilidade pública aparentam ser enquadradas como evoluções naturais. Pelo menos a partir de 1987, acelera-se o ritmo de feminização dos órgãos políticos e o tópico da sub-representação é enunciado como problema político, desembocando em propostas de iniciativas legislativas para introduzir “quotas”.

Na análise surgem indícios de que o *timing* é uma variável determinante no enquadramento do exercício por uma mulher de cargos na alta política. Estes contextos precisos propiciam o escrutínio das identidades políticas, dos traços de personalidade e dos estilos de liderança.

Em 1979, os jornais convergem no nexo entre a emergência de uma liderança feminina e um contexto de crise e de saturação do campo político. Lourdes Pintasilgo é apresentada como *outsider* em relação aos partidos (Norris, 1997; Sreberny e van Zoonen, 2000; Herzog, 1999), recusando situar-se nos quadros ideológicos dominantes. Se, para *O Jornal*, promete “novos ventos” e é perspectivada como agente de mudança (Carroll e Schreiber, 1997), o *Expresso* e, especialmente, *O Dia* manifestam reservas perante a impossibilidade de a catalogar (será “gonçalvista”, “terceiro-mundista”,

“melo-antunista”, etc.). Estas duas últimas publicações, nos respetivos registos, sugerem que será “uma inteligência (perigosa?)” (*Expresso*) e uma “ave livre” (*O Dia*). A ascensão política da Primeira-Ministra é explicada pela admiração que desperta em figuras influentes, como Ramalho Eanes e Ernesto Melo Antunes, e a vinculação a estas personalidades conduz ao questionamento da sua autonomia (será instrumento de um projeto presidencialista de tomada do poder?).

O projeto de transformação da sociedade que Lourdes Pintasilgo abraça na sua “marcha dos cem dias” orientada para o futuro – e que favorece leituras da influência da sua religiosidade na visão e ação políticas – interliga-se com descrições da personalidade e do estilo de liderança, que as publicações documentam. A Primeira-Ministra assume uma atitude liderante singular: descentralizada, dialogante, cooperativa, não hierárquica ou autoritária, fomentando a participação, o que a literatura designa por liderança transnacional e transformativa (Steady, 2011). Todas as publicações salientam as suas capacidades relacionais e comunicacionais, a alegria e a abertura, além da inteligência, cultura e cosmopolitismo. O estilo e as qualidades destacados pela imprensa aproximam Lourdes Pintasilgo de um arquétipo de liderança feminino (Eagly e Johnson, 1990; Jones, 1993; Eagly e Carli, 2003), menos diretivo, valorizando a colaboração, a partilha de poder e a procura de consensos (Eagly e Carli, 2003; Henderson e Jeydel, 2010).

Em 2002 e 2008, Manuela Ferreira Leite não é apresentada como uma *outsider* – o seu passado “cavaquista” e a ligação de amizade ao ex-Primeiro-Ministro são especialmente realçados – ou como “agente de mudança”, ainda que seja relevante a sua avaliação como “moralmente superior” (Norris, 1997; Herzog, 1999; Sreberny e van Zoonen, 2000). Surge em alta em todos os barómetros dos jornais analisados. Jornalistas e *opinion makers* elogiam-lhe a competência, a seriedade, a impermeabilidade a pressões e o espírito de serviço público.

De modo mais fundamental, é mostrada como uma solução “salvadora” para situações complexas e de crise. A sua personalidade “dura” (é uma “durona”, refere um comentador no *Expresso*) e “antipática” é aplaudida como necessária para “pôr ordem” nas contas públicas e na “família” política (segundo o mesmo semanário, é a “salvadora da pátria laranja”). Os jornais avaliam-na de acordo com a identificação da necessidade de um modelo de liderança autocrático e diretivo, em que se pressupõe uma menor partilha de poder e a imposição de medidas *top-down*. No PSD, ninguém se atreve a

desafiar a “matriarca”. A sua performance é associada a uma norma masculina, surge retratada em termos masculinizados, sem aparente tensão pelo facto de se tratar de uma mulher.

Em 2009, altera-se o sentido dominante da representação de Ferreira Leite nos títulos analisados. Alguns comentadores, sobretudo no *Público*, continuam a elogiar-lhe a seriedade e enaltecem a sua recusa do modelo da política orientada em função do *marketing*, em contraste com o seu principal oponente. Porém, os traços de personalidade angulosos, o carácter fechado, a falta de habilidade retórica, combinados com os “casos da campanha” que descredibilizam a tese da “asfixia democrática” e a colagem a uma imagem demasiado conservadora, levam ao questionamento da viabilidade da sua candidatura. Por conseguinte, a análise revela que, em circunstâncias de “crise”, como as percecionadas em 2002 (as finanças públicas) e em 2008 (a situação interna do PSD), a líder social-democrata foi tendencialmente representada de modo positivo. Já em 2009, em que os jornais não revelam a perceção de um cenário de emergência, no âmbito de um processo democrático regular, a imagem da “antipolítica” sugere que é uma “mulher” que não tem “talento”, “jeitinho nenhum”, para a política, como comentam o *Expresso* e o *Correio da Manhã*, e à qual falta modernidade. Em tempos de “normalidade” política, em que se exige uma liderança mais abrangente e não vinculada a uma área específica, como as Finanças, a representação de uma mulher que defende uma “política sem maquilhagem” é criticada como anacrónica, fora do *hic et nunc* políticos.

A forma como Lourdes Pintasilgo e Ferreira Leite fazem a apresentação de si estabelece uma distinção fundamental entre ambas, fator que terá influenciado os enquadramentos jornalísticos.

No espaço público, Lourdes Pintasilgo assume a identidade como mulher, projeta inclusive uma subjetividade feminina radical, apontando a diferença das mulheres e o seu contributo específico para a comunidade. A discussão do poder no feminino resulta também de uma dinâmica entre a imprensa e as próprias mulheres em posições de liderança. A Primeira-Ministra não se molda a um “estilo masculino” para se afirmar num meio altamente masculinizado. Também não encarna a doçura e a gentileza tidas como qualidades femininas. Mesmo desejando o “apaziguamento” e o evitar do conflito, adequa o seu comportamento ao ambiente adverso que a circunda, responde às hostilidades e é combativa. Quando necessário, exhibe traços de maior

assertividade e firmeza, os quais parecem exigíveis no exercício de cargos de poder, independentemente do sexo do seu titular. Neste sentido, ativou o género como uma categoria performativa e relacional.

Não obstante, a força da sua personalidade, a vivacidade e a energia, provocam desconforto. Se os ataques são “normais” num mundo político *male aggressive*, a sua ostentação por uma mulher gera representações contraditórias. É um “osso duro de roer” e tem “pelo na venta”, descreve o *Expresso*. O referencial de avaliação dos atores políticos continua a ser, objetiva e subjetivamente, masculino. É fundamental articular a análise com o momento político, percecionado como crítico e decisivo para o futuro equilíbrio do sistema entre os órgãos de soberania e os partidos. A imprensa reflete a temperatura do debate ideológico na sociedade, revelando graus variáveis de politização e o favorecimento mais ou menos assumido de sensibilidades e organizações políticas. Lourdes Pintasilgo surge neste complexo xadrez ou, mais rigorosamente, num fogo cruzado em que se recorre a todas as armas. O “sexismo” é uma delas.

Manuela Ferreira Leite, por seu turno, é subsumida, nos três jornais analisados, ao “modelo Thatcher”, sendo salientada a sua dureza, inflexibilidade, assertividade e agressividade. Como discutem Paxton e Hughes (2007) e Camps (2001), a adequação a um ideal andrógino pode constituir um mecanismo de aceitação e de sobrevivência política. A líder do PSD é uma “dama de ferro”, um “Ernâni Lopes de saias”, um “Cavaco de saias”, epítetos sexistas a que as publicações recorrem e que não discutem. A própria aceita a fórmula “dama de ferro”, se por tal se entender a intransigência nos princípios, nos valores e na recusa de promessas e populismos. Na definição da sua estratégia de campanha, Ferreira Leite não explora a novidade de ser a primeira mulher candidata, quando também pela primeira vez se aplicam as regras da paridade. “Ela nunca aceitaria”, “não seria congruente com a sua imagem”, explica o coordenador da campanha entrevistado. Esta foi uma possibilidade “discutida, mais pelos *marketeers* do que pela própria”.

Em 2009, a líder do PSD surge classificada “em baixa” nos barómetros semanais. As representações nos jornais voltam a identificá-la segundo um modelo autocrático e diretivo de liderança (“ouve-se a si mesma” e recusa-se a seguir os seus conselheiros, regista o *Expresso*; está “sozinha em casa” na preparação do debate televisivo com Sócrates, nota o *Correio da Manhã*). Só que agora a adoção deste

comportamento tende a ser negativamente avaliada como “insuficientemente feminino”, “demasiado masculino” (Paxton e Hughes, 2007).

Na perspectiva de jornalistas e comentadores, o registo informal e descontraído de uma entrevista a um programa humorístico de grande audiência “humaniza-a”. Aqueles comunicadores distinguem a “humanização” como característica constitutiva da liderança, que não deve ser distante, mas próxima, empática e emotiva. Os jornais detetam em Ferreira Leite uma falha na exibição destas qualidades. Em 2009, é mais claramente enredada em *double binds* (Sapiro, 1998), entre os constrangimentos de agir como “política” (falta-lhe um *killer instinct*) e “mulher” (deveria sorrir mais). Porém, quando manifesta predisposições supostamente “femininas” (ouve os seus oponentes, não ataca), é enquadrada como líder fraca. No final da campanha, nos cenários pós-eleitorais esboçados, já se problematiza se continuará a presidir ao PSD.

As estratégias de relacionamento com os meios de comunicação social é outra dimensão que diferencia as duas dirigentes, com reflexos nas tendências de cobertura mediática.

Lourdes Pintasilgo mostra reconhecer a centralidade dos media na difusão pública de imagens dos protagonistas políticos e das suas mensagens. Denota a perceção de que muito do poder social e político se joga na representação (Silveirinha, 2004). Em 1979, eram já comuns mecanismos regulares de contacto institucional entre atores políticos e jornalistas (conferências, comunicados de imprensa). Porém, a assessoria especializada dava os primeiros passos. O convite que dirige a Maria Elisa Domingues para ocupar essas funções no seu Gabinete revela pioneirismo na criação de canais de relacionamento direto com os jornalistas visando a gestão da sua imagem pública e do seu Executivo. Este convite é noticiado com destaque em todos os jornais analisados, o que confirma o exotismo com que estas funções eram então perspetivadas e o facto de serem desempenhadas por uma jornalista com notoriedade. No contexto adverso em que se move, detetamos aqui uma estratégia inteligente de Lourdes Pintasilgo para projetar publicamente o poder feminino, tanto na política, como no jornalismo, dois campos de que mostra consciência serem indissociáveis.

Por seu turno, Ferreira Leite “odeia o espectáculo da política”, como enfatiza um responsável pela definição estratégica da sua campanha de 2009. Recusa os rituais de consagração dos líderes típicos dos processos eleitorais e resiste à lógica mediática – a

um registo de personalização, espontaneidade e afetividade –, apostando numa campanha anti-*marketing*. Procurou capitalizar um estilo que contrastava diretamente com o do seu principal opositor, centrado na ideia de “verdade”, que expressa essa oposição ao discurso de José Sócrates, ajuizado como a antítese da verdade. A candidata resistiu à alteração da imagem e do comportamento. Em diferentes planos, revela uma desvalorização das regras da comunicação política contemporânea, adaptadas às exigências do sistema mediático. Como refere o responsável pela campanha, os jornalistas comentavam que “o conteúdo era magnífico mas prejudicado pelo ar muito sério e pouco risonho”. Entende que “é preciso questionar se o paradigma de um líder político doce, afetuoso, relacional, é o único na política. Mas isso virou-se contra ela. Sim, virou”.

Como defendido por Schudson (1999 [1982]), não apenas a comunicação política se adapta à lógica mediática, mas o jornalismo, nas suas estruturas e convenções, se molda “a uma realidade política transformada”. Jornalistas e comentadores denotam a adesão a uma cultura política e democrática permeável aos imperativos de encenação e de dramaturgia profissional. Avança-se a hipótese de a recusa do “modelo *marketing*” da política ter sido decisiva como fator explicativo do tratamento tendencialmente mais negativo de Ferreira Leite, acentuada pelo facto de se tratar de uma mulher.

A idade e a tese do *gap geracional* ganham força na narrativa jornalística da campanha. Os estudos apontam que o atributo de idade é particularmente escrutinado na representação das mulheres pelos media (Ross e Comrie, 2012; Global Media Monitoring Project 2010). Além disso – e este é um aspeto que distingue os padrões editoriais nos dois períodos –, a aparência é meticulosamente apreciada. A opção de Ferreira Leite por um visual conservador e discreto, pelas “cores quaresmais”, usando uma expressão de José Medeiros Ferreira no *Correio da Manhã*, é avaliada negativamente. Em 1979, apenas *O Jornal* descreve, nas suas reportagens, o formato e as cores dos vestidos de Lourdes Pintasilgo, detalhes ignorados pelas restantes publicações. Em 2009, a atenção à indumentária, ao penteado, à aparência, recai sobre Ferreira Leite, mas também sobre os seus opositores (Portas é o mais *in* em termos de imagem pública, segundo o *Público*; José Sócrates é eleito o “sexy platina” pelo *Correio da Manhã*). Em 1979, pressupõe-se que seria impensável ou indesejável para um líder masculino ser retratado considerando a sua aparência ou escolhas de vestuário.

Atualmente, como que se exige que os políticos homens também manifestem preocupações, tidas como femininas, com a beleza, o charme, o estilo sartorial. Com efeito, as pesquisas vêm identificando a tendência para representar os políticos realçando-se aspetos típicos de um modelo mais “feminino” (Sreberny e van Zoonen, 2000), a masculinidade contemporânea (Figueiras, 2012), num quadro de “intimização” da vida política, com uma “cobertura mediática com grande atenção à personagem pública e ao contexto familiar em que os políticos vivem, bem como com a apresentação de si mesmo”.

A privacidade constitui outro elemento relevante na análise. Em 1979, os jornais realizam tímidas incursões na vida privada de Lourdes Pintasilgo (sobretudo *O Jornal*, que a entrevista na sua casa em Lisboa, onde vive em comunidade com outras mulheres). Como mulher solteira (“solteirona”, segundo o *Expresso*), surge desligada de papéis femininos convencionais. Ferreira Leite reserva em absoluto a esfera privada. Quando, em 2008, interrompe as atividades de campanha devido ao nascimento de um neto, esta decisão pessoal “humaniza-a”; os jornais detetam aí uma invulgar “imagem maternal e protetora” (*Público*) da líder. A prioridade conferida à família quebra pontualmente a sua imagem pública dominante de separação das dimensões pública e privada, o que é enquadrado favoravelmente. De um modo geral, as duas líderes são retratadas como não tendo família, característica observada em biografias de protagonistas políticas (van Zoonen, 2005). Porém, o significado político deste fechamento da esfera privada é distinto nos dois períodos. Se esta vertente não se afigura relevante para o jornalismo político em 1979, nas décadas seguintes adquire proeminência nas representações, num quadro de hiperpersonalização dos atores políticos.

Em síntese, a trama de discursos mediáticos através da qual se constrói a visibilidade de Maria de Lourdes Pintasilgo e de Manuela Ferreira Leite está eivada de marcas “genderizadas”, com pressuposições quanto a um ideal de feminilidade. Os resultados da pesquisa permitem comprovar a tese da “mediação genderizada” nas coberturas jornalísticas realizadas pelas publicações selecionadas. O género, mesmo como ângulo invisível, influenciou as imagens das duas líderes, sublinhando a estranheza e a tensão ao moverem-se neste campo.

Contrariam-se leituras esquemáticas e simplistas. A imprensa não se limita a reproduzir ou a desafiar estereótipos de género nas representações das duas mulheres

políticas nos períodos observados. Os media refletem, sim, as contradições geradas pelo acesso das mulheres a um universo tradicionalmente masculino (Lee, 2004; Gallagher, 2006). No entanto, um aspeto liga subterraneamente os jornais: há como que um eterno feminino na política, ou seja, quadros recorrentes e perenes de construção das imagens das líderes.

Comparando os dois períodos, o ângulo de género é mais explicitamente ativado em 1979; a política “genderiza-se”, o que também permite a discussão dos sexismos. O mesmo não sucede trinta anos mais tarde, em que é mais subtil a relação entre os enviesamentos na representação e pressuposições de género por parte de jornalistas e comentadores. Em pleno século XXI, os estereótipos mais facilmente passam indiscutidos e irrefletidos nos enquadramentos dos jornais, nas suas interpretações da figura de Manuela Ferreira Leite, indiciando um recuo na propensão dos jornalistas para, na voragem e aceleração da produção noticiosa e no fluxo de acontecimentos diários, problematizarem as “pequenas teorias tácitas” (Gitlin, 1980), as “noções pré-teóricas” (Meditsch, 1997) sobre a realidade na seleção, ênfase e apresentação das notícias.

A pesquisa fornece também elementos que dão corpo à hipótese de que a feminização da classe jornalística, a partir de meados dos anos de 1990, não se refletiu na alteração substantiva de práticas discursivas e de valores noticiosos que confluem em representações desequilibradas das mulheres. Os desníveis de poder nas redações entre homens e mulheres profissionais, comprovados no último inquérito aos jornalistas portugueses (Rebelo, 2011), podem ser um fator explicativo desta tendência (van Zoonen, 1998; Ross, 2005). Além disso, as páginas de comentário e de opinião políticos, da autoria de jornalistas e de personalidades externas à instância de enunciação, são maioritariamente assinadas por homens, o que vem sendo identificado em estudos específicos sobre o espaço de opinião nos media (Figueiras, 2011). Esta restrição condiciona a visibilidade e o protagonismo das mulheres no espaço político, nas diferentes áreas onde se movem.

A análise não pode isolar os *gendered frames* identificados dos contextos políticos em que as duas lideranças emergem. Não se pode também secundarizar a importância atribuída às estratégias de comunicação e de relacionamento com os jornalistas, que separam os dois períodos, mas em sentido inverso ao que seria de

esperar, uma vez que Lourdes Pintasilgo revela uma aproximação mais inovadora aos processos de comunicação do que Ferreira Leite 30 anos depois.

Os media não surgem desligados de uma realidade política marcada por desníveis na distribuição do poder. Episodicamente essas desigualdades irrompem na agenda política. Todavia, é notório que o género não estrutura este campo, ocorrendo provavelmente o contrário: a política continuará a estruturar o género, mantendo o masculino como a norma não nomeada, à qual as mulheres se devem moldar (Squires 1999). Afigura-se que se é necessário que o próprio campo político sofra a evolução de um processo integracionista para um projeto transformista (*Ibid.*), a partir de dentro, quebrando *glass ceilings* e permitindo a expressão das diferenças, fora de um quadro dicotómico e redutor masculino-feminino.

Promover aproximações aos media, estimular o relacionamento com os jornalistas numa base regular, definir estratégias de visibilidade e de marcação da agenda, questionar representações mediáticas estereotipadas e injustas, interpelar os silêncios e as invisibilidades poderão constituir meios de tornar mais eficazes um projeto de poder em que as mulheres possam afirmar-se, na sua singularidade, no espaço público.

A presente dissertação, mais do que fechar, abre novos fios de investigação, impossíveis de abarcar no âmbito em que foi desenvolvida. A pesquisa conclui-se, deste modo, abrindo-se ao futuro. Será desejável que os resultados alcançados – e os de outros estudos situados na triangulação media, política e género – sejam partilhados e discutidos em diferentes fóruns sociais, com agentes e instituições do campo político e com jornalistas.

Na investigação identificou-se igualmente a necessidade de aprofundar a análise da construção das representações políticas da perspetiva dos jornalistas e das hierarquias editoriais e perceber, no quotidiano, se o género é uma variável que ponderam nas suas práticas e narrativas. Como a outra face da mesma moeda, será pertinente recensear as modalidades de relacionamento das mulheres políticas com os media e perceber em que medida essa interação poderá ser determinante na “negociação” da visibilidade.

Durante a recolha bibliográfica e documental, tornou-se patente que é dispersa, episódica e apagada a memória das mulheres que, em Portugal, foram marcantes nesta esfera. Se a política é um “clube masculino”, tal não se fica a dever apenas a um

fenómeno de sub-representação quantitativa mas, igualmente, ao facto de, na própria reconstrução histórica desse campo, se privilegiarem figuras masculinas e se secundarizarem os contributos democráticos das protagonistas femininas. Será enriquecedor resgatar a ação de muitas mulheres que se notabilizaram pela sua participação na coisa pública, corrigindo as assimetrias de género também no plano da memória histórica.

Bibliografia

AAVV (1998). *Democracia com mais Cidadania. A questão da igualdade de participação política*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.

AAVV (2008). *Mujeres, política y medios de comunicación. Homenaje a Clara Campoamor*. Sevilha: Fundación Audiovisual de Andalucía.

AAVV (Org.) (2011). *Para um Novo Paradigma: Um Mundo Assente no Cuidado. Antologia de Textos de Maria de Lourdes Pintasilgo*. Porto: Edições Afrontamento.

Aalberg, T. & Strömbäck, J. (2010). “Media-driven Men and Media-critical Women? An Empirical Study of Gender and MPs' Relationships with the Media in Norway and Sweden”. *International Political Science Review*, 32(2), 167-187.

Abranches, G. & Ferreira, V. (1986). “O debate sobre o aborto e a ortopedia discursiva da sexualidade”. *Análise Social*, vol. XXII (92-93), 3.º-4.º, 477-492.

Adão, A. & Remédios, M. J. (2005). “A narratividade educativa na 1ª fase da governação de Oliveira Salazar. A voz das mulheres na Assembleia Nacional portuguesa (1935-1945)”. *Revista Lusófona de Educação*, 5, 85-109.

Almeida, J. F., Costa, A. F. da & Machado, F. L.. “Recomposição socioprofissional e novos protagonismos”. *Portugal: 20 Anos de Democracia*. A. Reis (coord.). Lisboa: Círculo de Leitores, 307-330.

Álvares, C. (2009). “Ética feminista e a interrogação do espaço público universalista”. *Media & Jornalismo*, 15, 55-68.

Amaral, L. (1998). “Igualdade entre homens e mulheres e participação política feminina – A identificação de um problema”. *Democracia com mais Cidadania. A questão da igualdade de participação política*, Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros, 23-28.

Archer, G. M. & Tavares, S. (2009). *Perfil do Autarca 2005. Caracterização dos Eleitos Locais*. Lisboa: Direcção-Geral de Administração Interna.

Archer, G. M. (2001). *Caracterização das Mulheres Eleitas: Autarquias Locais 1997*. Lisboa: Ministério da Administração Interna-STAPE.

Arendt, H. (1958). *The Human Condition*. Chicago: The University of Chicago Press

Arendt, H. (1974). *Vies Politiques*. Paris: Éditions Gallimard.

Arendt, H. (1995). *Qu'est-ce que la Politique?*. Paris: Éditions du Seuil.

Atkenson, L. R. & Krebs, T. B. (2008). "Press coverage of mayoral candidates: The role of gender in news reporting and campaign issue speech". *Political Research Quarterly*, 61(2), 239–252.

Avillez, M. J. (1994). *Do Fundo da Revolução*, Lisboa: Público.

Baptista, C. (2012). "Mulheres (quase) não entram nos estúdios da televisão portuguesa", *A TV dos Jornalistas*. F. Lopes (Org.). Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, 79-90 (http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/tv_jornalistas/article/view/558/521).

Baptista, C. (2012). "A Assembleia Constituinte, as mulheres deputadas e o jornalismo – tendências de cobertura jornalística (1975-76)". *Media & Jornalismo*, 21, volume 11, 63-75 (http://www.cimj.org/images/stories/docs_cimj/mj21carlab.pdf)

Barbosa, M. (1998). *Invisibilidade e Tectos de Vidro. Representações do Género na Campanha Eleitoral Legislativa de 1995 no Jornal "Público"*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.

Barreno, M. I. (1976), *A Imagem da Mulher na Imprensa*. Lisboa: Comissão da Condição Feminina.

Barreto, A. (2005). "Mudança social em Portugal: 1960-2000". *Portugal Contemporâneo*. A. C. Pinto (Coord.). Lisboa: Publicações D. Quixote, 137-162.

Barreto, A. (1995). "Portugal na periferia do centro: mudança social, 1960 a 1995". *Análise Social*, vol. XXX(134), (5.º), 841-855.

Barros, J. de (1998). "A caminho da paridade". *Democracia com mais Cidadania. A questão da igualdade de participação política*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros, 17-19.

Baum, M. & Espírito-Santo, A. (2009). "As causas para a adopção da lei da paridade em Portugal". *Representação Política. O Caso Português em Perspectiva Comparada*. A. Freire & J. M. L. Viegas (Orgs.). Lisboa: Sextante Editora, 375-414.

Baum, M. & Espírito-Santo, A. (2004). “Desigualdades de género em Portugal: a participação política das mulheres”. *Comportamento Eleitoral e Atitudes Políticas dos Portugueses. Portugal a Votos. As eleições legislativas de 2002*. A Freire, M. C. Lobo & P. Magalhães (Orgs.). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 261-299.

Beleza, L. (1998). “Medidas para a promoção da igualdade na vida política”. *Democracia com mais Cidadania. A questão da igualdade de participação política*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros, 65-81.

Beleza, T. P. (2000). “Género e Direito: Da Igualdade ao «Direito das Mulheres»”. *Themis – Revista de Direito*, n.º 2, 35-66.

Beleza, T. P. (2006). “Constituição e Androginia: Matrix Reloaded?”. *Themis - Revista de Direito*, Edição Especial “30 Anos da Constituição Portuguesa 1976-2006”, 195-200.

Beltrão, L. & Hatton, B. (2007). *Uma História para o Futuro. Maria de Lourdes Pintasilgo*. Lisboa: Tribuna.

Benhabib, S. (Edt.) (1996). *Democracy and Difference. Contesting the boundaries of the political*. Princeton, NJ: Princeton University Press.

Bettencourt, A. M. & Pereira, M. M. S. (Coord.) (1995). *Mulheres Políticas – As Suas Causas*. Lisboa: Quetzal Editores.

Biroli, F. (2010). “Mulheres e política nas notícias: Estereótipos de género e competência política”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 90, 45-69.

Bourdieu, P. (1998). *La domination masculine*. Paris: Éditions du Seuil.

Braden, M. (1996). *Women, Politicians and the Media*. Lexington: University of Kentucky Press.

Byerly, C. M. & Ross, Karen (2006). *Women & Media. A Critical Introduction*. Malden, Oxford, Victoria: Blackwell Publishing.

Bystrom, D. (2006), “Advertising, web sites and media coverage: Gender and communication along the campaign trail”. *Gender and Elections: Shaping the Future of American Politics*. S. Carroll & R. Fox (Edts). New York: Cambridge University Press.

Bystrom, D. G. (2004). "Women as Political Communication Sources and Audiences". *Handbook of Political Communication Research*. L. L. Kaid (Edt.). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, Inc., 435-459.

Bystrom, D. G., Banwart, M. C., Kaid, L. L. & Robertson, T. A. (2004a). *Gender and Candidate Communication. VideoStyle, WebStyle, NewsStyle*. New York: Routledge.

Cabral, M. V. (1991). "Alguns aspectos da condição feminina em Portugal". *Revista Organizações e Trabalho*, n.º 5/6, 17-36.

Cabrera, A., Flores, T. M. & Martins, C. (2011). "Representações mediáticas das deputadas portuguesas: o «caso» do Parlamento Paritário". *Brazilian Journalism Research*, Volume 7 - Número 11, 75-93 (<http://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/339/313>).

Cabrera, A., Flores, T. M., Martins, C. & Mata, M. J. (2012). "Do Parlamento para os jornais: reflexos mediáticos dos debates da IVG em 20 anos de democracia portuguesa". *Pesquisa em Media e Jornalismo. Homenagem a Nelson Traquina*. Cunha, I. F., Cabrera, A. & Sousa, J. P. (Orgs.). Covilhã: LabCom, 159-201 (http://www.livroslabcom.ubi.pt/pdfs/20121127-jorgepedrosousa_homenagem_traquina.pdf).

Campos, M. A. C. (2001). *As Mulheres Deputadas e o exercício do poder político representativo em Portugal. Do pós-25 de Abril aos anos 90*. Lisboa: Edições Afrontamento.

Camps, V. (2001). *O Século das Mulheres*, Lisboa: Editorial Presença.

Camps, V. (2012). "La visibilidad de la mujer en el siglo XXI". *Media & Jornalismo*, n.º 21, volume 11, 13-23 (http://www.cimj.org/images/stories/docs_cimj/mj21vitoria.pdf).

Canas, V. (Org.) (1998). *Democracia com mais Cidadania. A questão da igualdade de participação política*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.

Canas, V. (1998a). "Um passo mais na qualidade da democracia". *Democracia com mais Cidadania. A questão da igualdade de participação política*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros, 7-15.

Carreiras, H. (2002). *Mulheres em Armas. A Participação Militar Feminina na Europa do Sul*. Lisboa: Edições Cosmos / Instituto da Defesa Nacional.

Carroll, S. J. & Schreiber, R. (1997). “Media Coverage of Women in the 103rd Congress”. *Women, Media, and Politics*. P. Norris (Edt.). New York: Oxford University Press, 131-148.

Carter, C., Branstion, G. & Allan, S. (Edts.) (1998). *News, Gender and Power*. London and New York: Routledge.

Castilho, J.-M. T. (2010). *Os Procuradores da Câmara Corporativa (1935-1974)*. Lisboa: Assembleia da República.

Castilho, J.-M. T. (2009). *Os Deputados à Assembleia Nacional 1935-1974. Biografia e carreira parlamentar*. Lisboa: Assembleia da República.

Castilho, J.-M. T. (2007). *A Assembleia Nacional (1934-1974)*. Dissertação de Doutoramento submetida ao Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – Departamento de História.

Castilho, J.-M. T. (2003). “A elite parlamentar do marcelismo (1965-1974)”. *Elites, Sociedade e Mudança Política*. A. C. Pinto & A. Freire (Orgs.). Oeiras: Celta Editora, 43-66.

Cavaco, S. (2012). “Jornalismo no fim do Estado Novo: o caso Expresso”. *Revista de Estudos de Jornalismo*, n.º 1, 9-23 (http://revistaej.sopcom.pt/ficheiros/20130103-revista_final.pdf).

Castro, Z. O. de & Esteves, J. (Dir.) (2005). *Dicionário no Feminino (séculos XIX-XX)*. Lisboa: Livros Horizonte.

Chambers, D., Steiner, L. & Fleming, C. (2004). *Women and Journalism*. London and New York: Routledge.

Childs, S. (2002). “Hitting the Target: Are Labour Women MPs «Acting for’ Women»?”. *Parliamentary Affairs*, 55, 143-153.

Clift, E. (2003). *Founding Sisters and the Nineteenth Amendment*. New Jersey: John Wiley & Sons, Inc..

Contreiras, P. (2012). “Deputadas parlamentares e redes sociais – o mito das redes como facilitadoras de proximidade entre os políticos e os cidadãos”. *Media &*

Coole, D. (1993). *Women in Political Theory. From Ancient Misogyny to Contemporary Feminism*. Hemel Hempstead: Harvester-Wheatsheaf

Correia, F. (1997). *Os Jornalistas e as Notícias. A Autonomia Jornalística em Questão*. Lisboa: Editorial Caminho.

Correia, F. & Baptista, C. (2007). *Jornalistas. Do ofício à profissão. Mudanças no jornalismo português (1956-1968)*. Lisboa: Editorial Caminho.

Costa, E. F. (2010). *Os caminhos do poder no feminino*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais, FCSH-UNL.

Coulomb-Gully, M. (2009). “Beauty and the Beast: Bodies Politic and Political Representation in the 2007 French Presidential Election Campaign”. *European Journal of Communication*, 24, 203-218.

Coulomb-Gully, M. (2011), “Women’s Time has Come: An Archaeology of French Female Presidential Candidates – From Arlette Laguiller (1974) to Ségolène Royal (2007)”. *Gendered Transformations. Theory and Practices on Gender and Media*. Krijnen, T., Álvares, C. & Bauwel, S. van (Edts.). Bristol, Chicago: Intellect, 43-55.

Cunha, I. F. (2011). *Memórias da Telenovela. Programas e recepção*. Lisboa: Livros Horizonte.

Curran, J. & Seaton, J. (2001). *Imprensa, Rádio e Televisão. Poder sem Responsabilidade*. Lisboa: Instituto Piaget. Obra originalmente publicada em 1997.

Deutchman, I. E. & Ellison, A. (1999), “A star is born: the roller coaster ride of Pauline Hanson in the News”. *Media, Culture & Society*, vol. 21, 33-50.

Devitt, J. (1999), *Framing gender on the campaign trail: women’s executive leadership and the press*. Washington DC: Women’s Leadership Fund.

Duarte, L. (1998), “Acções positivas de promoção do acesso das mulheres aos cargos políticos – Direito comparado e prática política”. *Democracia com mais Cidadania. A questão da igualdade de participação política*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros, 29-36.

Eagly, A. H. & Carli, L. L. (2003). “The female leadership advantage: An evaluation of the evidence”. *The Leadership Quarterly*, 14, 807–834.

Eagly, A. H. & Johnson, B. T. (1990). “Gender and leadership style: A meta-analysis”. *Psychological Bulletin*, 108, 233–256.

Espada, I. (Coord.) (2002). *Género e Comportamento Eleitoral*. Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.

Espírito-Santo, A. (2006). “Para além das cerejas.... As mulheres nos principais partidos políticos portugueses”, Dissertação de Mestrado em Ciência Política, ISCTE.

Esteves, J. (2008). *Mulheres e Republicanismo (1908-1928)*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género – Presidência do Conselho de Ministros.

Esteves, J. P. (2010). “Duas perspectivas sobre a comunicação no espaço público: integração ou inclusão?”. *Género e Culturas Mediáticas*. Silveirinha, M. J., Peixinho, A. T. & Santos, C. A. (Orgs.). Lisboa: Mariposa Azul, 27-52 (http://www.cimj.org/images/stories/docs_cimj/ebook-gcm.pdf).

Falk, E. (2010). *Women for president: media bias in nine campaigns*. Urbana and Chicago: University of Illinois Press.

Falk, E. (2008). *Women for president: media bias in eight campaigns*. Urbana and Chicago: University of Illinois Press.

Férin, I. (2006). “Tendências de cobertura do final de um ciclo político: Cavaco Silva (1994-1995)”. *Comunicação & Cultura*, n.º 2, 103-126.

Ferreira, V. (1999). “Os paradoxos da situação das mulheres em Portugal”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 52/53, 199-227.

Ferry, J.-M. (1998). “Las Transformaciones de la Publicidad Política”. *El Nuevo Espacio Público*. Barcelona: Editorial Gedisa, 13-27.

Figueiras, R. (2012). “O Género em Campanha. As Eleições Legislativas”. *Os Media e as Eleições Europeias, Legislativas e Autárquicas de 2009*. R. Figueiras (Org.). Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 163-190.

Figueiras, R. (2011). “As mulheres comentadoras na imprensa de referência portuguesa”. *Alceu – Revista de Comunicação, Cultura e Política*, n.º 22, 74-89

(<http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/Artigo5%20Rita%20Figueiras%20-%20pp74-89.pdf>).

Figueiredo, L. (2010). *Sita Valles (1951-1977). Revolucionária, Comunista até à Morte*. Lisboa: Alêtheia Editores.

Fortes, B. G. (2003). “Elites parlamentares de Espanha e Portugal. Estrutura de oportunidades, formas e efeitos de recrutamento”. *Elites, Sociedade e Mudança Política*. A. C. Pinto & A. Freire (Org.). Oeiras: Celta Editora, 217-248.

Freire, A. (2003). “Recrutamento parlamentar e reforma das instituições”, *Elites, Sociedade e Mudança Política*. A. C. Pinto & A. Freire (Org.). Oeiras: Celta Editora, 181-216.

Freire, A., Araújo, A. de, Leston-Bandeira, C., Lobo, M. C. & Magalhães, P. (2002). *O Parlamento Português: uma reforma necessária*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Freire, A. (Coord.) (2001). *Recrutamento Parlamentar. Os Deputados Portugueses da Constituinte à VIII Legislatura*. Lisboa: STAPE.

Freire, A. & Baum, M. (2001). “Partidos políticos, movimentos de cidadãos e referendos em Portugal: os casos do aborto e da regionalização”, *Análise Social*, vol. XXXVI (158-159), 9-41.

Freire, J. T. (2008). *O Princípio Democrático na Organização e Funcionamento Internos dos Partidos Políticos*. Relatório submetido à disciplina de Direito Constitucional. Faculdade de Direito de Lisboa.

Gallagher, M. (2010). “Forward”. *Who makes the news? Global Media Monitoring Project 2010*. London: World Association for Christian Communication, iii.

Gallagher, M. (2006). “Perspetivas feministas sobre os media”, *ex aequo – Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres*. Silveirinha, M. J. (Org.). N.º 14, Porto: Edições Afrontamento, 35-43.

Gallagher, M. (2001). *Gender Setting. New Agendas for Media Monitoring and Advocacy*. London, New York: Zed Books/WACC.

Gallego, Juana (2009). “Género e representação pública: Realidades e Desejos”. *Media & Jornalismo*, n.º 15, vol. 8., n.º 2, 43-53.

Gaspard, F. (2005). “Uma mulher”. *ex-aequo – Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres*, n.º 12, 39-41.

Genovese, M. A. (Edt.) (1993). *Women as National Leaders*. Newbury Park, California: Sage.

Gonçalves, T. (2004/05). “A abordagem do enquadramento nos estudos do jornalismo”. *Caleidoscópio*, n.ºs 5/6, 157-167.

Gonçalves, V. (2005). *Nos Bastidores do Jogo Político. O Poder dos Assessores*. Coimbra: MinervaCoimbra.

Gordon, A., Shafie, D. M. & Crigler, A. N. (2003). “Is Negative Advertising Effective for Female Candidates? An Experiment in Voters’ Uses of Gender Stereotypes”. *Press/Politics*, 8(3), 35-53.

Gorjão, V. (2002). *Mulheres em Tempos Sombrios. Oposição feminina ao Estado Novo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Guimarães, E. (1986). “A mulher portuguesa na legislação civil”. *Análise Social*, vol. XXII (92-93), 1986-3.º-4.º, 557-577.

Hallin, D. & Mancini, P. (2010). *Sistemas de Media: Estudo Comparativo. Três Modelos de Comunicação Política*. Lisboa: Livros Horizonte. Obra originalmente publicada em 2004.

Hannam, J. (2007). *Feminism*. Harlow: Pearson Longman.

Heimer, F.-W., Vala, J. & Viegas, J. M. L. (1990). “Padrões de cultura política em Portugal: atitudes em relação à democracia”. *Análise Social*, vol. XXV (105-106), (1.º, 2.º), 31-56.

Henderson, S. L. & Jeydel, A. S. (2010). *Women and Politics in a Global World*, Oxford and New York: Oxford University Press (2.ª edição).

Herzog, H. (1999), *Gendering Politics. Women in Israel*. The University of Michigan Press.

Holland, P. (1998). “The politics of the smile: «Soft news» and the sexualisation of popular press”. *News, Gender and Power*. Carter, C., Branston, G. & Allan, S. (Edts.). London and New York: Routledge, 17-32.

Honório, C. (2010). “Mulheres e lideranças partidárias”. *Quem tem medo dos feminismos? Congresso Feminista 2008 – Actas, Vol. I*. M. J. Magalhães et al. (Coord.). Lisboa: Nova Delphi, 115-119.

Hoogensen, G. & Solheim, B. O. (2006). *Women in Power. World Leaders since 1960*. Westport, Connecticut, London: Praeger.

Iyengar, S., Valentino, N. A., Ansolabehere, S. & Simon, A. F. (1997), “Running as a Woman: Gender Stereotyping in Political Campaigns”. *Women, Media and Politics*. P. Norris (Ed.), New York: Oxford University Press, 77-98.

Jensen, J. S. (2008). *Women Political Leaders. Breaking the Highest Glass Ceiling*. New York: Palgrave Macmillan.

Jones, K. (1993). *Compassionate authority: Democracy and the Representation of Women*. New York: Routledge.

Kahn, K. F. (1996). *The Political Consequences of Being a Woman. How Stereotypes Influence the Conduct and Consequences of Political Campaigns*. New York: Columbia University Press.

Kahn, K. F. & Gordon, A. (1997). “How Women Campaign for the U.S. Senate: Substance and Strategy”. *Women, Media, and Politics*. P. Norris (Edt.). New York: Oxford University Press, 59-76.

Lawless, J. & Fox, R. L. (2005). *It Takes a Candidate. Why Women Don't Run for Office*. Cambridge University Press.

Lee, F. L.F. (2004). “Constructing perfect women: the portrayal of female officials in Hong Kong newspapers”. *Media, Culture & Society*, Vol. 26(2), 207–225.

Leston-Bandeira, C. (2000). “A Assembleia da República de 1976 a 1999: da legislação à legitimação”. *Análise Social*, vol. XXXV (154-155), 175-205

Lourenço, E. (1980), “Uma cristã na política e a política cristã”. *Sulcos do nosso querer comum. Recortes de entrevistas concedidas durante o V Governo Constitucional* (Prefácio). Porto: Afrontamento, 7-18.

Luenenborg, M., Roeser, J., Maier, T. & Mueller, K. F. (2011). “Gender Analysis of Mediated Politics in Germany”. *Gendered Transformations. Theory and*

Practices on Gender and Media. , T. Krijnen, C. Álvares & S. van Bauwel (Edts.). Bristol, Chicago: Intellect, 57-75

Magalhães, M. J., Tavares, M., Coelho, S., Góis, M. & Seixas, E. (Coord.) (2010). *Quem tem medo dos feminismos? Congresso Feminista 2008 – Actas, Vols. I e II*. Lisboa: Nova Delphi.

Mahtani, M. (2005). “Gendered news practices. Examining experiences of women journalists in different national contexts”. *Journalism: critical issues*. S. Allan (Edt.). Maidenhead: Open University Press, 299-310.

Martins, C. (2005). *Espaço Público em Hannah Arendt. O político como relação e acção comunicativa*. Coimbra: MinervaCoimbra.

Martins, C. (2012). “O género na Assembleia da República em 36 anos de democracia: Parlamento mais paritário mas ainda um «clube masculino»”, *Media & Jornalismo*, n.º 21, volume 11, 25-62 (<http://www.youblisher.com/p/422079-O-genero-na-assembleia-da-republica-em-36-anos-de-democracia-parlamento-mais-paritario-mas-ainda-um-clube-masculino-Carla-Martins/>).

Martins, C. (2012a). “Manuela Ferreira Leite: perfil mediático de uma candidata a primeira-ministra”. *Os Media e as Eleições Europeias, Legislativas e Autárquicas de 2009*. R. Figueiras (Org.). Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 191-222.

Martins, C. (2008). “Arendt: uma perspetiva feminina do espaço público?”. *Faces de Eva*, n.º 19, 27-37.

Martins, C. & Jorge, A. (2009). “Representation of the «Feminine» in the Portuguese Popular Newspapers *Correio da Manhã* and *24 Horas*”. *Media Agoras: Democracy, Diversity, and Communication*. Garcia-Blanco, I., Bawel, S. & Cammaerts, B. (Edts.). Newcastle: Cambridge Scholars Publishing.

Martins, C., Peça, M. & Azevedo, L. (2009). “The f-word in Congress: News media and a Portuguese feminist event”. *Media & Jornalismo*, nº 14, Volume 8, nº 1, 55-68.

Martins, M. M. & Teixeira, C. P. (2005). *O Funcionamento dos partidos e a participação das mulheres na vida política e partidária em Portugal*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres – Presidência do Conselho de Ministros.

Maurício, M. J. (2005). *Mulheres e Cidadania: Alguns Perfis e Acção Política (1949-1973)*. Lisboa: Caminho.

Mautner, G. (2008). “Analysing Newspapers, Magazines and Other Print Media”. *Qualitative Discourse Analysis in The Social Sciences*. R. Wodak & M. Krzyzanowski (Edts.). Basingstoke: Palgrave Macmillan, 30-53.

McLaughlin, L. (2004). “Para além das «esferas separadas»: o feminismo e o debate dos estudos culturais / economia política”. *As Mulheres e os Media*. M. J. Silveirinha (Coord.). Lisboa: Livros Horizonte, 97-122.

Mesquita, M. (2005). “Teorias e práticas do jornalismo do telégrafo ao hipertexto”. *Trajectos – Revista de Comunicação, Cultura e Educação*, n.º 6, 9-24.

Mesquita, M. (2003). *O Quarto Equívoco. O poder dos media na sociedade contemporânea*. Coimbra: MinervaCoimbra.

Mesquita, M. (1994). “O Universo dos Media entre 1974-1986”. *Portugal, 20 Anos de Democracia*. A. Reis (Coord.). Lisboa: Círculo de Leitores, 360-396.

Mill, John Stuart (2005). *L’asservissement des femmes*. Paris: Éditions Payot & Rivages. Obra originalmente publicada em 1869.

Miranda, J. (2003). *Direito Constitucional III – Direito Eleitoral – Direito Parlamentar*. Lisboa: Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa.

Miranda, J. (1998). “Igualdade e participação política da mulher”. *Democracia com mais Cidadania. A questão da igualdade de participação política*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros, 37-46.

Monteiro, Rosa (2010), A emergência do feminismo de Estado em Portugal: uma história da criação da Comissão da Condição Feminina, CIG, Lisboa

Moreira, V. (1998). “O artigo 109.º da CRP e a igualdade de homens e mulheres no exercício de direitos cívicos e políticos”. *Democracia com mais Cidadania. A questão da igualdade de participação política*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros, 47-64.

Mulvey, L. (1975), “Visual Pleasure and Narrative Cinema”, *Screen*, n.º 16, 3, 6-18.

Niven, D. (2005). "Gender Bias? Media Coverage of Women and Men in Congress". *Gender and American Politics. Women, Men, and the Political Process* (2nd edition). S. Tolleson-Rinehart & J. J. Josephson (Edts.). Armonk, London: M.E. Sharpe, 264-283.

Nogueira, C. (2001). *Um novo olhar sobre as relações sociais de género. Feminismo e perspectivas críticas na psicologia social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Norris, P. (Edt.) (1997). *Women, Media, and Politics*. New York: Oxford University Press.

Norris, P. (1997a). "Women Leaders Worldwide: A Splash of Color in the Photo Op". *Women, Media and Politics*. P. Norris (Edt.). New York: Oxford University Press, 149-165.

Organização das Mulheres Comunistas (2002). *As Mulheres e o Poder Local: Contribuições para a Reflexão e Acção*. Lisboa: Edições Avante.

Pande, R. & Ford, D. (2011). *Gender Quotas and Female Leadership: A Review*. Background Paper for the World Development Report on Gender, Harvard University (<http://www.hks.harvard.edu/fs/rpande/papers/Gender%20Quotas%20-%20April%202011.pdf>).

Pateman, C. (1992). "Equality, difference and subordination: the politics of motherhood and women's citizenship". *Beyond Equality and Difference: Citizenship, Feminist Politics and Female Subjectivity*. G. Bock & S. James (Edts.). London: Routledge, 17-31.

Paxton, P. & Hughes, M. M. (2007). *Women, Politics and Power. A Global Perspective*. Los Angeles, London, New Delhi, Singapore: Pine Forge Press/ Sage.

Peça, M. P. M. C. (2010). *Os movimentos de mulheres em Portugal. Uma análise da noticiabilidade na imprensa portuguesa*. Dissertação de Mestrado em Sociologia, apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Pedroso, P., Silva, C. G. da & Cavaco, V. (1995). "Mulheres Parlamentares e ex-Parlamentares: Trajectórias Pessoais e Carreiras Políticas". *Mulheres Políticas – As Suas Causas*. A. M. Bettencourt & M. M. S. Pereira (Coord.). Lisboa: Quetzal Editores, 287-323.

Pereira, A. P. (2007). *Women's Movements, the State, and the Struggle for Abortion Rights: Comparing Spain and Portugal in Times of Democratic Expansion (1974-1988)*. PhD Dissertation submitted to the Faculty of the Graduate School of the University of Minnesota.

Perista, H. & Silva, A. (2009). *Igualdade de Género na Vida Local O papel dos Municípios na sua promoção*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género - Presidência do Conselho de Ministros.

Philips, A. (1998). *The Politics of Presence*. Oxford University Press

Phillips, A. (1999). *Which Equalities Matter?*. Cambridge/UK: Polity Press.

Phillips, A. (2003). "The Representation of Women". *The Democracy Sourcebook*. R. Dahl, I. Shapiro & J. A. Cheibub. Cambridge, Massachusetts, London: MIT Press, 354-362.

Pimentel, I. F. (2011). *A cada um o seu lugar. A política feminina do Estado Novo*. Lisboa: Temas e Debates / Círculo de Leitores.

Pintasilgo, M. L. (1980). *Sulcos do nosso querer comum. Recortes de entrevistas concedidas durante o V Governo Constitucional*. Porto: Afrontamento.

Pinto, H. (2010). "Feminismo e poder político". *Quem tem medo dos feminismos? Congresso Feminista 2008 – Actas, Vol. I*. M. Magalhães et al. (Coord.). Lisboa: Nova Delphi, 222-224.

Ponte, C. (2004). *Leituras das Notícias. Contributos para uma análise do discurso jornalístico*. Lisboa: Livros Horizonte.

Raposo, V. L. C. (2004). *O Poder de Eva. O princípio da igualdade no âmbito dos direitos políticos. Problemas suscitados pela discriminação positiva*. Coimbra: Livraria Almedina.

Rebelo, J. (Coord.) (2011). *Ser Jornalista em Portugal: perfis sociológicos*. Lisboa: Gradiva.

Rebelo de Sousa, M. (2011). "Maria de Lourdes Pintasilgo. A palavra como arma" (Prefácio). *Para um Novo Paradigma: Um Mundo Assente no Cuidado. Antologia de Textos de Maria de Lourdes Pintasilgo*. Porto: Edições Afrontamento, 11-21.

Reis, A. (1994). “O poder central”. *Portugal: 20 Anos de Democracia*. A. Reis (Coord.). Lisboa: Círculo de Leitores, 74-89.

Reis, A. & Nunes, J. M. (1994). “Breve síntese sobre a evolução dos media no período 87-94”. *Portugal: 20 Anos de Democracia*. A. Reis (Coord.). Lisboa: Círculo de Leitores, 396-402.

Richardson, J. E. (2007). *Analysing Newspapers. An Approach from Critical Discourse Analysis*. London: Palgrave Macmillan.

Rieffel, R. (2003). *Sociologia dos Media*. Porto: Porto Editora.

Rocha, N. (1996). “Os meios de comunicação após a Revolução dos Cravos (1974-1996)”. *História da Imprensa*. A. P. Quintero (Coord.). Lisboa: Planeta Editora, 369-396.

Rodrigues, J. A. (1983). “Continuidade e mudança nos papéis das mulheres urbanas portuguesas: emergência de novas estruturas sociais”. *Análise Social*, n.^{os} 77, 78, 79, 909-938.

Roseira, M. B. (2005). *ex-aequo – Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres*, n.º 12, 31-32.

Roseta, H. (2001). “O feminino na política e na Administração Pública”. *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher*, n.º 5, 9-24.

Roseta, H. (1987). “A Mulher e o Poder”. *As Mulheres e o Poder. Comunicações de um Seminário (13 a 15 de Novembro de 1985)*. Lisboa: Comissão da Condição Feminina, 11-30.

Ross, K. & Comrie, M. (2012). “The rules of the (leadership) game: Gender, politics and news. *Journalism*, 13 (8), 969-984.

Ross, K. & Sreberny, A. (2000). “Women in the House: Media Representations of British Politicians”. *Gender, Politics and Communication*. A. Sreberny & van Zoonen, L. (Edts). Cresskill, New Jersey: Hampton Press, Inc., 79-100.

Ross, K. & Sreberny-Mohammadi, A. (1996). “Women MPs and the Media: Representing the Body Politic”. *Gender and Party Politics*. J. Lovenduski & P. Norris (Edts.). London: Sage, 103-115.

Ross, K. (2005). "Women in the boyzone. Gender, news and herstory". *Journalism: critical issues*. S. Allan (Edt.). Maidenhead: Open University Press, 287-298.

Ross, K. (2002). *Women, Politics, Media: Uneasy Relations in Comparative Perspectives*. Cresskill, NJ: Hampton Press.

Ruiz Jiménez, A. M. (2009). "Women and decision-making participation within rightist parties in Portugal and Spain". *Análise Social*, vol. XLIV (191), 235-263.

Saint-Maurice, A., Batista, J. & Pinho, A. F. (1997). *Caracterização Sociográfica das Mulheres Eleitas para as Autarquias Locais 1993*. Lisboa: STAPE.

Santos, M. H. (2011). *Do défice de cidadania à paridade política. Testemunhos de deputadas e deputados*. Porto: Edições Afrontamento.

Santos, M. H. (2008). "Trajectórias políticas das mulheres, em Portugal: Alguns dados preliminares". VII Congresso Português de Sociologia, FCSH-UNL (<http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/209.pdf>).

Santos, M. J. S. (Coord.) (2002). *O Parlamento de Portugal*, Lisboa: Assembleia da República.

Sapiro, V. (1998). "When are Interests Interesting? The Problem of Political Representation of Women". *Feminism & Politics*. A. Phillips (Edt.). Oxford, New York: Oxford University Press.

Scharrer, E. (2002). "An «Improbable Leap»: a content analysis of newspaper coverage of Hillary Clinton's transition from first lady to Senate candidate". *Journalism Studies*, Volume 3, Number 3, 393-406.

Schudson, M. (1999). "A política de forma narrativa: a emergência das convenções noticiosas na imprensa e na televisão". *Jornalismo: Questões, Teorias e "Estórias"*. N. Traquina (Org.). Lisboa: Vega Editoria, 278-293.

Schweitzer, S. (2005). "Préface à La Deuxième Édition française". Mill, John Stuart. *L'asservissement des femmes*. Paris: Éditions Payot & Rivages.

Seabra, Z. (2007). *Foi Assim*. Lisboa: Aletheia Editores.

Silveirinha, M. J. (2009). "De como tanto mudou e como tanto ficou na mesma". *Media & Jornalismo*, n.º 15, volume 8, n.º 2, 7-11.

Silveirinha, M. J. (2009). “Esferas públicas, media e acção feminista”. *Media & Jornalismo*, n.º 15, volume 8, n.º 2, 55-73.

Silveirinha, M. J. (2006). “Representações Mediáticas de Mulheres”. *ex aequo – Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres*. n.º 14.

Silveirinha, M. J. (Coord.) (2004). *Os Media e as Mulheres*. Lisboa: Livros Horizonte.

Silveirinha, M. J. (2001). “O Discurso Feminista e o Discurso dos Media: em busca da ligação necessária” (<http://www.bocc.ubi.pt/pag/silveirinha-maria-joao-discurso.pdf>).

Silveirinha, M. J., Peixinho, A. T. & Santos, C. A. (2010) (Orgs.). *Género e Culturas Mediáticas*. Lisboa: Mariposa Azual.

Silveirinha, M. J. & Peixinho, A. T. (2008). “The Law of Life and The Law of Quotas”. *Communication Policies and Culture in Europe*, European Communication Research and Education Association, Barcelona.

Smith, K. B. (1997). “When All’s Fair: Signs of Parity in Media Coverage of Female Candidates”. *Political Communication*, 14, 71–82.

Sousa, A. (1994). “A família e a condição feminina”. *Portugal: 20 Anos de Democracia*. A. Reis (Coord.). Lisboa: Círculo de Leitores, 503-508.

Sousa, M. R. (1986). “As primeiras deputadas portuguesas”. *A Mulher na Sociedade Portuguesa. Visão Histórica e Perspectivas Actuais (Actas do colóquio 20-22 de Março 1985)*. Instituto de História Económica e Social. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 427-444.

Squires, J. (1999). *Gender in Political Theory*. Polity Press: Cambridge.

Sreberny, A. & van Zoonen, L. (Edts.) (2000). *Gender, Politics and Communication*. Cresskill, New Jersey: Hampton Press, Inc.

Steady, F. C. (2011). *Women and Leadership in West Africa. Mothering the Nation and Humanizing the State*. New York: Palgrave Macmillan.

Steiner, L. (2005). “The «gender matters» debate in journalism. Lessons from the front”. *Journalism: critical issues*. S. Allan (Edt.). Maidenhead: Open University Press, 42-53.

Stevens, A. (2007). *Women, Power and Politics*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.

Suárez, L. S. & Carro, M. J. C. (2000). *La opinión periodística. Argumentos y géneros para la persuasión*. Madrid: Editorial Fragua.

Tavares, A. (2010). “Maria de Lourdes Pintasilgo Primeira-Ministra do V Governo Constitucional. Em busca das reações na imprensa”. *ex aequo – Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres*, n.º 21, 77-106.

Tavares, M. (2011). *Feminismos. Percursos e Desafios (1947-2007)*. Alfragide: Texto Editores.

Tavares, M. (2000). *Movimentos de Mulheres em Portugal – Décadas de 70 e 80*. Lisboa: Livros Horizonte.

Telo, A. J. (2007). *História Contemporânea de Portugal. Do 25 de Abril à Actualidade*. Volume I, Lisboa: Editorial Presença.

Telo, A. J. (2008). *História Contemporânea de Portugal. Do 25 de Abril à Actualidade*. Volume II, Lisboa: Editorial Presença.

Tolleson-Rinehart, S. & Josephson, J. J. (Edts.) (2005). *Gender and American Politics. Women, Men, and the Political Process* (2nd edition). Armonk, London: M.E. Sharpe.

Traquina, N. (2001). “Teorias das notícias: o estudo do jornalismo no século XX”, *O Jornalismo Português em Análise de Casos*. Lisboa: Caminho, 19-91.

Traquina, N. (2002). *Jornalismo*. Lisboa: Quimera Editores.

Tuchman, G. (2004), “A aniquilação simbólica das mulheres pelos meios de comunicação de massas”. *As Mulheres e os Media*. M. J. Silveirinha (Coord.). Lisboa: Livros Horizonte, 139-153.

Tuchman, G. (2002). “As notícias como uma realidade construída”. *Comunicação e Sociedade. Os efeitos sociais dos meios de comunicação de massas*. , In J. P. Esteves (Org.). Lisboa: Livros Horizonte, 91-104.

Tuchman, G. (1999). “A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas”. *Jornalismo: Questões, Teorias e «Estórias»*. in N. Traquina (Org.). Lisboa: Vega Editora, 74-90.

Vargas, Ana (2000), “Mulheres na Assembleia Nacional (1933/1974)”, in *Eleições*, n.º 6, Novembro, 43-62

Veil, S. (2008). *Uma vida*, Lisboa: Livros de Seda.

Viegas, J. M. L. & Faria, S. (2001). *As Mulheres na Política*. Lisboa, Celta. Obra originalmente publicada em 1999.

Viladot i Presas, M. Á. (2008). “La imagen de las mujeres políticas en los medios de comunicación”, *Mujeres, política y medios de comunicación. Homenaje a Clara Campoamor*. Sevilla: Fundación Audiovisual de Andalucía, 141-172.

Vliegenthart, R. & van Zoonen, L. (2011). “Power to the frame: Bringing sociology back to frame analysis”. *European Journal of Communication*, vol. 26, no. 2, 101-115.

Wahl-Jorgensen, K. (2000). “Constructed Masculinities in U.S. Presidential Campaigns: The Case of 1992”. *Gender, Politics and Communication*. A. Sreberny & van Zoonen, L. (Edts.). Cresskill, New Jersey: Hampton Press, Inc., 53-75.

Wasburn, P. C. & Wasburn, M. H. (2011). “Media coverage of women in politics: The curious case of Sarah Palin”. *Media, Culture and Society*, 33 (7), Oct., 1027-1041.

Young, R. (2001). *Power Dressing. First Ladies, Women Politicians & Fashion*. London, New York: Merrell.

Van Dijk, T. (2009). “News, Discourse, and Ideology”. *The Handbook of Journalism Studies*. K. Wahl-Jorgensen & Hanitzsch, T. (Edts.). New York and London: Routledge, 191-204.

van Zoonen, L. (2005). *Entertaining the Citizen: When Politics and Popular Culture Converge*. Lanham, MD: Rowman & Littlefield Publishers.

van Zoonen, L. (1994). *Feminist Media Studies*. London, Thousand Oaks, New Delhi: Sage Publications.

van Zoonen, L. (1998). “One of the girls?: The changing genre of journalism”. *News, Gender and Power*. C. Carter, G. Branston & S. Allan (Edts.). London and New York: Routledge, 33-46

van Zoonen, L. (1991). “Feminist Perspectives on the Media”. *Mass Media & Society*. J. Curran & M. Gurevitch (Edts.). London: Edward Arnold, 33-54.

Vicente, A. (2002). *Os Poderes das Mulheres, Os Poderes dos Homens*. Lisboa: Gótica.

Fontes utilizadas no cálculo da representatividade

Governos Constitucionais 1976-2008, Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna. Divisão de Documentação e Arquivo (2008)

Base PLC – Projeto Legislativo Comum [Intranet da Assembleia da República]

Base GODE

Site da Assembleia da República, campo “Deputados e Grupos Parlamentares” (a partir da VI Legislatura)

Registos Biográficos dos Deputados

Fichas de presença dos deputados nas comissões parlamentares

Biografias dos Deputados, VII Legislatura, 1.º Volume, Assembleia da República, 1997, Lisboa

Biografias dos Deputados, VII Legislatura, 2.º Volume, Assembleia da República, 2000, Lisboa

Diários da Assembleia Constituinte (2 de Junho de 1975-2 de Abril de 1976), 4 Volumes, Lisboa, Assembleia da República, 1995

Diários da Assembleia da República (várias legislaturas)

Relatório da Atividade da Assembleia da República: IX Legislatura/1.ª Sessão Legislativa (2002-2003), Lisboa, Novembro de 2004

Relatório da Atividade da Assembleia da República: IX Legislatura/2.ª Sessão Legislativa (2003-2004), Lisboa, Março de 2005

Relatório da Atividade da Assembleia da República: IX Legislatura/3.ª Sessão Legislativa (2004-2005), Lisboa, Maio de 2005

Regimentos da Assembleia da República, Assembleia da República – Divisão de Edições, Lisboa, 1978, 1985, 1993, 1995, 2002, 2003, 2007

Colectânea Parlamentar – Estatutos dos Deputados e Diplomas Complementares: Legislação e textos complementares ao regimento da Assembleia da República, Assembleia da República – Divisão de Edições, Lisboa, 2006

Gravito, L., Leitão, M. (2006). *Leis Aprovadas e Publicadas na IX Legislatura: Diplomas de Aplicação e Regulamentação, Abril de 2002 a Março de 2005*. Assembleia da República – Divisão de Edições, Lisboa

Relatórios e outras fontes documentais

Comissão da Condição Feminina, *Boletim*, n.º 2, Outubro 1975, Lisboa: Ministério dos Assuntos Sociais

_, *Boletim*, n.º 4, Junho 1976, Lisboa: Ministério dos Assuntos Sociais

_, *Boletim*, n.º 7, Março 1977, Lisboa: Ministério dos Assuntos Sociais

_, *Boletim*, n.º 2/3, Abril-Setembro 1983, Presidência do Conselho de Ministros
Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, *Portugal Situação das Mulheres* 1992, Lisboa: Ministério do Emprego e da Segurança Social

_, *Portugal Situação das Mulheres* 1993, Lisboa: Ministério do Emprego e da Segurança Social

_, *Portugal Situação das Mulheres* 1994, Lisboa: Ministério do Emprego e da Segurança Social

_, *Portugal Situação das Mulheres* 1995, Lisboa: Ministério do Emprego e da Segurança Social

_, *Portugal Situação das Mulheres* 1997, Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros

_, *Portugal Situação das Mulheres* 1999, Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros

_, *A Igualdade de Género em Portugal* 2002, Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros

_, *A Igualdade de Género em Portugal 2003*, Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros

Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, *A Igualdade de Género Portugal 2007*, Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros

_, *A Igualdade de Género Portugal 2009*, Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros

_, *A Igualdade de Género Portugal 2010*, Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros

INE-Instituto Nacional de Estatística, “2001 - 2011 Estatísticas no Feminino: Ser Mulher em Portugal”, 7 de março de 2012 (http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=135739962&DESTAQUESmodo=2&xlang=pt)

International Women’s Media Foundation (2011), *Global Report on the Status of Women in the News Media*, Washington D.C. (<http://iwmf.org/pdfs/IWMF-Global-Report.pdf>).

Notícias da Comissão da Condição Feminina, n.º 38, Jan/Fev/Mar de 1996.

Programa do XIII Governo Constitucional (<http://www.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-constitucionais/gc13/programa-do-governo/programa-do-xiii-governo-constitucional.aspx>)

Programa do XVI Governo Constitucional (<http://www.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-constitucionais/gc14/programa-do-governo/programa-do-xiv-governo-constitucional.aspx>)

Plataforma de Acção da Quarta Conferência Mundial das Nações Unidas sobre as Mulheres, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres. Presidência do Conselho de Ministros, Lisboa, Porto, 1997

Sousa, M. R., Canço, D.. *Portugal Situação das Mulheres 1987*, Lisboa: Comissão da Condição Feminina – Presidência do Conselho de Ministros

_, *Portugal Situação das Mulheres 1988*, Lisboa: Comissão da Condição Feminina – Presidência do Conselho de Ministros

_, *Portugal Situação das Mulheres 1989*, Lisboa: Comissão da Condição Feminina – Presidência do Conselho de Ministros

_, *Portugal Situação das Mulheres 1990*, Lisboa: Comissão da Condição Feminina – Presidência do Conselho de Ministros

_, *Portugal Situação das Mulheres 1991*, Lisboa: Comissão da Condição Feminina — Ministério do Emprego e Segurança Social

MediaWatch (1995), *Global Media Monitoring: Women's Participation in the News*, Santa Cruz, California
(http://www.whomakesthenews.org/images/stories/website/gmmp_reports/1995/gmmp_1995.pdf)

Spears, George, Seydegart, Kasia (2000), *Who makes the news? Global Media Monitoring Project 2000*, London: World Association for Christian Communication
(http://www.whomakesthenews.org/images/stories/website/gmmp_reports/2000/gmmp_2000.pdf)

Gallagher, Margaret (2005), *Who makes the news? Global Media Monitoring Project 2005*, London: World Association for Christian Communication
(http://www.whomakesthenews.org/images/stories/website/gmmp_reports/2005/gmmp-report-en-2005.pdf)

Gallagher, Margaret (2010), *Who makes the news? Global Media Monitoring Project 2010*, London: World Association for Christian Communication
(http://www.whomakesthenews.org/images/stories/website/gmmp_reports/2010/global/gmmp_global_report_en.pdf)

Projeto de Monitorização Global dos Media 2010 – Relatório Nacional
(<http://www.whomakesthenews.org/images/stories/restricted/national/Portugues.pdf>).

Entrevistas

Concedidas no âmbito do projeto “Política no Feminino”

Margarida Salema (23/01/2012)

Maria Bello (08/02/2012)

Maria de Belém Roseira (01/06/2012)

Zita Seabra (21/11/2011)

Anabela Neves (12/01/2012)
Áurea Sampaio (12/01/2012)
João Pedro Henriques (13/01/2012)
Judith Menezes e Sousa (13/01/2012)
Susana Barros (05/05/2012)

Solicitadas no âmbito específico da dissertação

Maria Elisa Domingues (01/12/2011)
Responsável pela campanha eleitoral do PSD de 2009 (07/12/2012)

Seleção de jornais

Expresso e Revista Expresso, 14 de Julho a 25 de Agosto de 1979

O Jornal, 20 de Julho a 24 de Agosto de 1979

Diário de Notícias, 19 de Julho a 20 de Agosto de 1979

O Dia, 18 de Julho a 20 de Agosto de 1979

o diário, 20 de Julho a 20 de Agosto de 1979

Expresso, 29 de Março a 6 de Abril de 2002

Correio da Manhã, 28 de Março a 7 de Abril de 2002

Público, 20 de Março a 6 de Abril de 2002

Expresso, 25 de Abril a 7 de Junho de 2008

Correio da Manhã, 22 de Abril a 1 de Junho de 2008

Público, 22 de Abril a 1 de Junho de 2008

Expresso e Única, 29 Agosto de 2009 a 25 de Setembro de 2009

Correio da Manhã, 28 de Agosto a 25 de Setembro de 2009

Público, 28 de Agosto a 25 de Setembro de 2009

Lista de Figuras

FIGURA 1: REPRESENTATIVIDADE PARLAMENTAR FEMININA NO MUNDO (EM %)	39
FIGURA 2: REPRESENTATIVIDADE ELEITORAL: MANDATOS PARLAMENTARES, POR SEXO, ENTRE 1975 A 2011 (EM %)	44
FIGURA 3: REPRESENTATIVIDADE EFETIVA DOS TITULARES DE MANDATO PARLAMENTAR, POR SEXO, DE 1975 A 2011	45
FIGURA 4: TITULARES DE CARGOS GOVERNAMENTAIS, POR SEXO, DE 1976 A 2011	46
FIGURA 5: TITULARES DE CARGOS GOVERNAMENTAIS, POR SEXO, DE 1976 A 2011 (EM %)	47
FIGURA 6: TITULARES DE CARGOS GOVERNAMENTAIS, POR SEXO E FUNÇÕES GOVERNATIVAS, DE 1976 A 2011	47
FIGURA 7: NÚMERO DE MINISTROS, POR SEXO E POR GOVERNO CONSTITUCIONAL, DE 1976 A 2011	48
FIGURA 8: DEPUTADAS À ASSEMBLEIA NACIONAL E PROCURADORAS À CÂMARA CORPORATIVA DURANTE AS 11 LEGISLATURAS DO ESTADO NOVO (1933-1974)	67
FIGURA 9: DEZ PRINCIPAIS ÁREAS GOVERNAMENTAIS, POR SEXO, ENTRE 1976 E 2011	75
FIGURA 10: ÁREAS GOVERNAMENTAIS TUTELADAS PELAS MINISTRAS (1976 A 2011)	76
FIGURA 11: DADOS GERAIS DA PRESENÇA FEMININA NAS NOTÍCIAS ENTRE 1995 E 2010 (EM %)	97
FIGURA 12: PADRÕES DE REPRESENTAÇÃO DE HOMENS E MULHERES NAS NOTÍCIAS ENTRE 1995 E 2010 (EM %)	97
FIGURA 13: PRESENÇA FEMININA NAS NOTÍCIAS POR TÓPICOS NOTICIOSOS ENTRE 1995 E 2010 (EM %)	102
FIGURA 14: <i>CORPUS</i> DE PEÇAS INFORMATIVAS E OPINATIVAS SELECIONADAS PARA O ESTUDO DE CASO DE MARIA DE LOURDES PINTASILGO (1979)	121
FIGURA 15: <i>CORPUS</i> DE PEÇAS INFORMATIVAS E OPINATIVAS SELECIONADAS PARA O ESTUDO DE CASO DE MANUELA FERREIRA LEITE (2002, 2008 E 2009)	122
FIGURA 16: EIXOS E ENQUADRAMENTOS TEMÁTICOS DA ANÁLISE DE IMPRENSA	124
FIGURA 17: QUADRO-SÍNTESE DAS LEGISLATURAS E DOS GOVERNOS CONSTITUCIONAIS APÓS O 25 DE ABRIL DE 1974	125
FIGURA 18: QUADRO-SÍNTESE DOS PARTIDOS POLÍTICOS COM REPRESENTAÇÃO PARLAMENTAR, DE 1975 A 1983	128
FIGURA 19: REPRESENTATIVIDADE ELEITORAL: MANDATOS PARLAMENTARES, POR SEXO E POR PARTIDO POLÍTICO, NAS ELEIÇÕES PARA A ASSEMBLEIA CONSTITUINTE (1975)	136
FIGURA 20: PERFIL PROFISSIONAL DAS TITULARES DE MANDATO DE DEPUTADA NA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE (1975-1976)	136
FIGURA 21: TITULARES DE CARGOS GOVERNAMENTAIS, POR SEXO, DE 1976 A 1979 (EM %)	143
FIGURA 22: QUADRO-SÍNTESE DOS PARTIDOS POLÍTICOS COM REPRESENTAÇÃO PARLAMENTAR DE 1985 A 2011	220
FIGURA 23: REPRESENTATIVIDADE ELEITORAL: DISTRIBUIÇÃO DE MANDATOS PARLAMENTARES POR SEXO, DE 1987 A 1991	227

FIGURA 24: REPRESENTATIVIDADE EFETIVA: TITULARES DE MANDATO PARLAMENTAR, POR SEXO, DE 1985 A 1995 (EM %)	228
FIGURA 25: REPRESENTATIVIDADE ELEITORAL: MANDATOS PARLAMENTARES FEMININOS, POR PARTIDO POLÍTICO, ENTRE 1987 E 1991 (EM %)	228
FIGURA 26: TITULARES DE CARGOS GOVERNAMENTAIS, POR SEXO, DE 1985 A 1995 (EM %)	230
FIGURA 27: REPRESENTATIVIDADE ELEITORAL: DISTRIBUIÇÃO DE MANDATOS PARLAMENTARES POR SEXO, DE 1995 A 2002	237
FIGURA 28: REPRESENTATIVIDADE EFETIVA DOS TITULARES DE MANDATO PARLAMENTAR, POR SEXO, DE 1995 A 2005 (EM %)	237
FIGURA 29: REPRESENTATIVIDADE ELEITORAL: MANDATOS PARLAMENTARES FEMININOS, POR PARTIDO POLÍTICO, ENTRE 1995 E 2002 (EM %)	238
FIGURA 30: TITULARES DE CARGOS GOVERNAMENTAIS, POR SEXO, DE 1995 A 2005 (EM %)	239
FIGURA 31: NÚMERO DE MINISTROS, POR SEXO, DE 1995 A 2005	239
FIGURA 32: MINISTRAS DOS GOVERNOS CONSTITUCIONAIS DE 1995 A 2005	240
FIGURA 33: REPRESENTATIVIDADE ELEITORAL: DISTRIBUIÇÃO DE MANDATOS PARLAMENTARES POR SEXO, DE 2005 A 2011	243
FIGURA 34: REPRESENTATIVIDADE EFETIVA DOS TITULARES DE MANDATO PARLAMENTAR, POR SEXO, DE 2005 A 2011 (EM %)	243
FIGURA 35: REPRESENTATIVIDADE ELEITORAL: MANDATOS PARLAMENTARES FEMININOS, POR PARTIDO POLÍTICO, ENTRE 2005 E 2011 (EM %)	244
FIGURA 36: “CABEÇAS DE LISTA” PELOS DIFERENTES CÍRCULOS ELEITORAIS, POR PARTIDO POLÍTICO E POR SEXO, NAS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS DE 2005 A 2011 (EM %)	244
FIGURA 37: TITULARES DE CARGOS GOVERNAMENTAIS, POR SEXO, DE 2005 A 2011	245
FIGURA 38: NÚMERO DE MINISTROS, POR SEXO, DE 2005 A 2011	246
FIGURA 39: MINISTRAS DOS GOVERNOS CONSTITUCIONAIS DE 2005 A 2011	246

Lista de Ilustrações

ILUSTRAÇÃO 1: AS PRIMEIRAS TRÊS DEPUTADAS DA ASSEMBLEIA NACIONAL.....	66
ILUSTRAÇÃO 2: MANIFESTAÇÕES A FAVOR E CONTRA A DESPENALIZAÇÃO DO ABORTO	71
ILUSTRAÇÃO 3: NOMEAÇÃO DE CARME CHACÓN COMO MINISTRA DA DEFESA DO GOVERNO ESPANHOL...	105
ILUSTRAÇÃO 4: ANGELA MERKEL NA ABERTURA DA OPERAHUSET DE OSLO, NORUEGA	110
ILUSTRAÇÃO 5: INDIGITAÇÃO DE MARIA DE LOURDES PINTASILGO N’ <i>O DIÁRIO</i>	158
ILUSTRAÇÃO 6: INDIGITAÇÃO DE MARIA DE LOURDES PINTASILGO NO <i>DIÁRIO DE NOTÍCIAS</i>	159
ILUSTRAÇÃO 7: INDIGITAÇÃO DE MARIA DE LOURDES PINTASILGO N’ <i>O DIA</i>	160
ILUSTRAÇÃO 8: INDIGITAÇÃO DE MARIA DE LOURDES PINTASILGO NO <i>EXPRESSO</i>	161
ILUSTRAÇÃO 9: INDIGITAÇÃO DE MARIA DE LOURDES PINTASILGO NA <i>REVISTA DO EXPRESSO</i>	162
ILUSTRAÇÃO 10: INDIGITAÇÃO DE MARIA DE LOURDES PINTASILGO N’ <i>O JORNAL</i>	164
ILUSTRAÇÃO 11: “AS TENTAÇÕES DO EREMITA” (<i>DIÁRIO DE NOTÍCIAS</i> , 10/08/1979)	165
ILUSTRAÇÃO 12: DISCUSSÃO DO PROGRAMA DO V GOVERNO (<i>DN</i> , 20/08/1979).....	166
ILUSTRAÇÃO 13: DISCUSSÃO DO PROGRAMA DO V GOVERNO (<i>O DIÁRIO</i> , 20/08/1979)	167
ILUSTRAÇÃO 14: “ADORAÇÃO” (<i>DN</i> , 17/08/1979).....	176
ILUSTRAÇÃO 15: “OS SORRISOS DA VITÓRIA CERTA...” (<i>O DIA</i> , 14/08/1979)	177
ILUSTRAÇÃO 16: O “FILME” DA INTERVENÇÃO DE DIOGO FREITAS DO AMARAL NA DISCUSSÃO DO PROGRAMA DO V GOVERNO (<i>O DIÁRIO</i> , 20/08/1979).....	178
ILUSTRAÇÃO 17: A COLUNA SEMANAL DE MARCELO REBELO DE SOUSA NO <i>EXPRESSO</i>	181
ILUSTRAÇÃO 18: “ELES CHAMA-LHE «VASCO GONÇALVES DE SAIAS». PORQUÊ?” (<i>O JORNAL</i> , 10/08/1979)	187
ILUSTRAÇÃO 19: “CRAVOS DE ABRIL EM PLENO AGOSTO” (<i>O DIÁRIO</i> , 20/08/1979)	198
ILUSTRAÇÃO 20: COMPOSIÇÃO DO V GOVERNO (<i>DN</i> , 31/08/1979)	200
ILUSTRAÇÃO 21: “SIMPLEMENTE MARIA...” (<i>O JORNAL</i> , 27/07/1979).....	205
ILUSTRAÇÃO 22: A JORNALISTA MARIA ELISA DOMINGUES É CONVIDADA PARA ASSESSORA DE IMPRENSA DE LOURDES PINTASILGO	209
ILUSTRAÇÃO 23: A POLÍTICA REPRESENTADA COMO UM MUNDO DE “FATO E GRAVATA” (<i>PÚBLICO</i> , 18/03/2002).....	259
ILUSTRAÇÃO 24: A NOVA MINISTRA DAS FINANÇAS É “A AMIGA DE CAVACO” (<i>EXPRESSO</i> , 29/03/2002; FOTO DE RUI OCHÔA)	260
ILUSTRAÇÃO 25: TOMADA DE POSSE DO XV GOVERNO (<i>CORREIO DA MANHÃ</i> , 07/04/2002).....	261
ILUSTRAÇÃO 26: TOMADA DE POSSE DO XV GOVERNO (<i>PÚBLICO</i> , 07/04/2002)	261
ILUSTRAÇÃO 27: AS “DIRETAS” COMEÇAM POR SER UM “DUELO” ENTRE FERREIRA LEITE E SANTANA LOPES	268
ILUSTRAÇÃO 28: UMA “ENCHENTE” NA APRESENTAÇÃO DA CANDIDATURA DE FERREIRA LEITE (<i>PÚBLICO</i> , 29/04/2008).....	270

ILUSTRAÇÃO 29: CONTRASTES DE PERFIS DE MANUELA FERREIRA LEITE (<i>PÚBLICO</i> , 15 E 29 DE MAIO DE 2008)	271
ILUSTRAÇÃO 30: A PRIMEIRA MULHER PRESIDENTE DE UM GRANDE PARTIDO	278
ILUSTRAÇÃO 31: APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA ELEITORAL NO <i>PÚBLICO</i> E NO <i>CORREIO DA MANHÃ</i>	282
ILUSTRAÇÃO 32: DISTINTAS VISÕES CRÍTICAS DO <i>EXPRESSO</i> SOBRE A VISITA À MADEIRA	298
ILUSTRAÇÃO 33: PARA O <i>PÚBLICO</i> , O “CASO” DAS “ESCUTAS DE BELÉM” MARCA UM ANTES E UM DEPOIS NA CAMPANHA	298
ILUSTRAÇÃO 34: UM DOS CARTAZES DE PROMOÇÃO DA CANDIDATURA DE MANUELA FERREIRA LEITE COM O SLOGAN “POLÍTICA DE VERDADE”	301

Anexos

Anexo 1

Descrição do *corpus* de análise (peças informativas e de opinião)

Expresso e Revista do Expresso (1979)

Peças informativas

- 1) “Quem aceita ser 1.º Min. do Governo de Gestão”, *Expresso*, 14/07/1979.
- 2) “Muitos membros do Governo cessante põem sérias reticências à aceitação de convites para o V Governo Constitucional”, *Expresso*, 21/07/1979.
- 3) “PSD e CDS deverão recusar-se a participar no debate do «Programa do Governo»”, *Expresso*, 21/07/1979.
- 4) “3 Perguntas a M. Lourdes Pintasilgo”, *Expresso*, 21/07/1979.
- 5) “O Governo dos 100 (ou mais?) dias e o seu primeiro-ministro”, *Expresso/ Revista*, 21/07/1979.
- 6) “Porque terá EANES escolhido PINTASSILGO?”, *Expresso/ Revista*, 21/07/1979.
- 7) “História breve de uma inteligência (perigosa?) chamada Maria de Lourdes Pintassilgo”, *Expresso/ Revista*, 21/07/1979.
- 8) “Do «Graal» à UNESCO: do micro-social ao macro-social”, *Expresso/ Revista*, 21/07/1979.
- 9) “De Marcello Caetano a Eanes: da esperança frustrada à fé convicta?”, *Expresso/ Revista*, 21/07/1979.
- 10) “Exclusão de partes não chega para explicar”, *Expresso/ Revista*, 21/07/1979.
- 11) “Surtem dúvidas quanto ao Executivo antes e depois da discussão do Programa na AR”, *Expresso/ Revista*, 21/07/1979.
- 12) “Governo Mota Pinto fecha em divergência”, *Expresso*, 28/07/1979.
- 13) “Lurdes Pintasilgo apresenta hoje em Belém o seu Governo completo”, *Expresso*, 28/07/1979.
- 14) “Novo partido político dependerá do êxito do Governo Pintasilgo”, *Expresso/ Revista*, 28/07/1979.
- 15) “O terceiro «round» de um combate”, *Expresso/ Revista*, 28/07/1979.
- 16) “Posse da primeira «leva» de Secretários de Estado no princípio da semana”, *Expresso*, 04/08/1979.
- 17) “Se o programa for rejeitado Eanes pode demitir-se para se recandidatar”, *Expresso*, 04/08/1979.
- 18) “Novo discurso do PR na forja”, *Expresso*, 04/08/1979.
- 19) “Cardeal-Patriarca recebe Aliança”, *Expresso*, 04/08/1979.
- 20) “Primeiro-Ministro não pretende legislar sobre o aborto”, *Expresso*, 04/08/1979.
- 21) “As cabeças de Mário Soares e Sá Carneiro – um alvo importante para Belém”, *Expresso/ Revista*, 04/08/1979.
- 22) “Eleições de Novembro não dão maioria parlamentar?”, *Expresso/ Revista*, 04/08/1979.
- 23) “Quatro histórias de quatro novos ministros”, *Expresso/ Revista*, 04/08/1979.
- 24) “Três projetos que se defrontam”, *Expresso/ Revista*, 04/08/1979.
- 25) “Partidos reagem ao Governo”, *Expresso/ Revista*, 04/08/1979.
- 26) “Agricultura tem prioridade na parte económica”, *Expresso*, 11/08/1979.
- 27) “Programa de Governo na Assembleia segunda-feira próxima”, *Expresso*, 11/08/1979.
- 28) “Eanes com Neto (e talvez Machel) e Pintasilgo na ONU (e talvez o Papa)”, *Expresso*, 11/08/1979.
- 29) “Pedidos de autorização legislativa do Governo poderão atirar eleições para Dezembro (ou Janeiro)”, *Expresso*, 18/08/1979.
- 30) “Governo passará hoje o teste parlamentar”, *Expresso*, 18/08/1979.
- 31) “Que vai fazer o Governo Pintasilgo?”, *Expresso/ Revista*, 18/08/1979.
- 32) “18 propostas de lei do Governo atiram mesmo eleições para Dezembro ou Janeiro”, *Expresso*, 25/08/1979.

- 33) “Governo dos 100 dias vira Governo dos 150”, *Expresso*, 25/08/1979.
- 34) “Qual será a data exata das próximas eleições intercalares?”, *Expresso/ Revista*, 25/08/1979.
- 35) “Pelo menos 52 dias entre o anúncio de dissolução e a sua concretização”, *Expresso/ Revista*, 25/08/1979.
- 36) “Do elogio inicial do V Governo à sua posterior crítica”, *Expresso/ Revista*, 25/08/1979.

Peças de opinião

- 1) Marcelo Rebelo de Sousa, “Do terceiro Governo presidencial às opções da «Aliança Democrática»”, *Análise Política, Expresso*, 21/07/1979.
- 2) M.R.S., “Joaquim Agostinho”, *A Figura da Semana, Expresso*, 21/07/1979.
- 3) “A abertura da caça”, *Editorial, Expresso*, 21/07/1979.
- 4) Marcelo Rebelo de Sousa, “De um Governo que dá que pensar ao ataque de Mário Soares a Ramalho Eanes”, *Análise Política, Expresso*, 28/07/1979.
- 5) “Radicalização indesejável”, *Editorial, Expresso*, 28/07/1979.
- 6) Marcelo Rebelo de Sousa, “A opção que não pode ser ‘mascarada’”, *Análise Política, Expresso*, 04/08/1979.
- 7) “Arranque infeliz”, *Editorial, Expresso*, 04/08/1979.
- 8) Daniel Amaral, “Palmas à sra. Ministra!”, *A Temperatura do País, Expresso*, 04/08/1979.
- 9) “Terceiro mundismo Portugal e a Europa”, *Editorial, Expresso*, 11/08/1979.
- 10) Marcelo Rebelo de Sousa, “Carta a Maria de Lurdes Pintasilgo sobre as razões das reações ao seu Governo”, *Expresso*, 18/08/1979.
- 11) M.R.S., “O PCP”, *Figura da Semana, Expresso*, 18/08/1979.
- 12) Vasco Pulido Valente, “Chegámos ao fim?”, *Expresso*, 25/08/1979.

O Jornal (1979)

Peças informativas

- 1) Carneiro Jacinto, “«Tentarei criar um Governo com estrutura mais leve»”, *O Jornal*, 20/07/1979.
- 2) Carneiro Jacinto, “Um candidato verdadeiro e seis a fingir”, *O Jornal*, 20/07/1979.
- 3) José Silva Pinto, “Uma mulher sem rótulos”, *O Jornal*, 27/07/1979.
- 4) “Hierarquia católica surpreendida com ataques”, *O Jornal*, 27/07/1979.
- 5) José Pedro Castanheira, “JUC está presente em todos os partidos”, *O Jornal*, 27/07/1979.
- 6) “Presidente do I Congresso da JUC (1953)”, *O Jornal*, 27/07/1979.
- 7) Pedro Vieira, “Para companheiras de outros países ela é simplesmente Maria”, *O Jornal*, 27/07/1979.
- 8) “«Primeiro» ou «primeira»?”, *O Jornal*, 27/07/1979.
- 9) “A «semana mais longa» de Lurdes Pintasilgo”, *O Jornal*, 27/07/1979.
- 10) “Governo terá «executivo» central com cinco membros”, *O Jornal*, 27/07/1979.
- 11) “Quem são os «ministeriáveis»”, *O Jornal*, 27/07/1979.
- 12) Cáceres Monteiro, “Começou a «marcha dos 100 dias»”, *O Jornal*, 03/08/1979.
- 13) F.A., “Mário Soares governou mais tempo e ao centésimo dia nem todos chegaram”, *O Jornal*, 03/08/1979.
- 14) Cáceres Monteiro, “«Somos pessoas extremamente diferentes»”, *O Jornal*, 03/08/1979.
- 15) “«Guerrilha partidária preocupa-me»”, *O Jornal*, 03/08/1979.
- 16) Fernando Antunes, “«Quero dar voz aos que não têm voz»”, *O Jornal*, 03/08/1979.
- 17) “Os ministros para a «marcha dos 100 dias»”, *O Jornal*, 03/08/1979.
- 18) Edite Soeiro, “«No final dos cem dias voltarei à televisão»”, *O Jornal*, 03/08/1979.
- 19) “Sousa Franco no Governo reforça posição junto da Igreja”, *O Jornal*, 03/08/1979.
- 20) “M. L. Pintasilgo não terá tempo para a questão do aborto”, *O Jornal*, 03/08/1979.
- 21) ““Só colagem de Soares derrubará Lurdes Pintasilgo””, *O Jornal*, 10/08/1979.
- 22) “Como caíram os governos constitucionais”, *O Jornal*, 10/08/1979.
- 23) F.V., “Se em vez de três meses fossem três anos...”, *O Jornal*, 10/08/1979.
- 24) L.P.A., “Sensibilidade da questão africana”, *O Jornal*, 10/08/1979.

- 25) F.A., “Estar preocupado não chega”, *O Jornal*, 10/08/1979.
- 26) A.A., “Mota Pinto deixou uma herança pesada”, *O Jornal*, 10/08/1979.
- 27) M.B.M., “Uma política sem reservas”, *O Jornal*, 10/08/1979.
- 28) Fernando Antunes, “Que tem a Aliança contra Lurdes Pintasilgo”, *O Jornal*, 10/08/1979.
- 29) Manuel Lopes, “UCD e Aliança Democrática: do «quente» ao «morno»”, *O Jornal*, 10/08/1979.
- 30) Luís Pinheiro de Almeida, “Programa do Governo: Um texto curto para defender na «oral»”, *O Jornal*, 10/08/1979.
- 31) Fernando Antunes, “Partidos fundamentam as suas posições”, *O Jornal*, 17/08/1979.
- 32) “Os socialistas não serão obstáculo”, *O Jornal*, 17/08/1979.
- 33) “Tudo isto é uma farsa”, *O Jornal*, 17/08/1979.
- 34) “Lurdes Pintasilgo não é o verdadeiro inimigo”, *O Jornal*, 17/08/1979.
- 35) “Expetativa positiva”, *O Jornal*, 17/08/1979.
- 36) “Com Acácio ou sem ele”, *O Jornal*, 17/08/1979.
- 37) “Nem «temores» nem «fantasmas»”, *O Jornal*, 17/08/1979.
- 38) “Lufada de ar fresco”, *O Jornal*, 17/08/1979.
- 39) F.A., “«Estou calma. Não receio o auditório!»”, *O Jornal*, 17/08/1979.
- 40) “«Dicionário» do Programa”, *O Jornal*, 17/08/1979.
- 41) F.A., “Aliança propõe rejeição e Sá Carneiro «namora» o PS”, *O Jornal*, 17/08/1979.

Peças de opinião

- 1) “Golpes baixos”, *O Jornal*, 20/07/1979.
- 2) “A figura da semana – Maria de Lurdes Pintasilgo”, *O Jornal*, 20/07/1979.
- 3) Cáceres Monteiro, “Governo de gestão levanta novos ventos”, *O Jornal*, 20/07/1979.
- 4) “Bochechas ao poder”, *Periscópio*, *O Jornal*, 20/07/1979.
- 5) “A direita perdeu a vergonha?”, *O Jornal*, 27/07/1979.
- 6) Maria Velho da Costa, “Salve Maria”, *O Jornal*, 27/07/1979.
- 7) “O Governo e a responsabilidade dos partidos”, *O Jornal*, 03/08/1979.
- 8) Augusto Abelaira, “A expetativa”, *Escrever na Água*, *O Jornal*, 03/08/1979.
- 9) Rémy Freire, “O Santo Graal e a economia portuguesa”, *O Jornal*, 03/08/1979.
- 10) “A Thatcher roja”, *Periscópio*, *O Jornal*, 03/08/1979.
- 11) “...e o «marialurdismo»”, *Periscópio*, *O Jornal*, 03/08/1979.
- 12) “A quem interessa «chumbar» este Governo”, *O Jornal*, 10/08/1979.
- 13) Rui Osório, “Guia Espiritual”, *O Jornal*, 10/08/1979.
- 14) Augusto Abelaira, “A conspiração”, *Escrever na Água*, *O Jornal*, 10/08/1979.
- 15) *Periscópio*, *O Jornal*, 10/08/1979.
- 16) “O «exame» de S. Bento”, *O Jornal*, 17/08/1979.
- 17) Rémy Freire, “Os 100 dias”, *O Jornal*, 17/08/1979.
- 18) “Respeito humano”, *O Jornal*, 24/08/1979.

Diário de Notícias (1979)

Peças informativas

- 1) “Lurdes Pintasilgo admite hipótese de chefiar Governo”, *DN*, 19/07/1979.
- 2) “Lurdes Pintasilgo indigitada para primeiro-ministro. Governo estará formado no fim da próxima semana”, *DN*, 20/07/1979.
- 3) “Espero que a Aliança Democrática clarifique a ideia que tem de mim”, *DN*, 20/07/1979.
- 4) “Terceira mulher no Poder em 800 anos de História”, *DN*, 20/07/1979.
- 5) “Figura de carisma – diz o porta-voz da UNESCO”, *DN*, 20/07/1979.
- 6) “Lurdes Pintasilgo reconhece os limites do seu Executivo”, *DN*, 21/07/1979.
- 7) “O país através dos jornais”, *DN*, 21/07/1979.
- 8) “Provável para 11 de Novembro a realização do ato eleitoral”, *DN*, 23/07/1979.
- 9) “PSD encara hipótese de rejeitar o Governo”, *DN*, 23/07/1979.

- 10) “«CDS não se deixará embalar num neo-gonçalvismo de saias»”, *DN*, 23/07/1979.
- 11) “Eanes pretende criar um regime «vagamente terceiro-mundista»”, *DN*, 23/07/1979.
- 12) “No regresso da cimeira da IS. Mário Soares condenou auxílio de Portugal ao regime de Somoza”, *DN*, 23/07/1979.
- 13) “PS espera do Governo política de apaziguamento”, *DN*, 23/07/1979.
- 14) “Primeiros contactos em Oeiras para formar novo Governo”, *DN*, 24/07/1979.
- 15) “Personalidades ministeriais recebidas por Lurdes Pintasilgo”, *DN*, 25/07/1979.
- 16) “Presidente quer ser opção única”, *DN*, 25/07/1979.
- 17) “Ramalho Eanes deixa perceber estratégia para presidencialismo”, *DN*, 25/07/1979.
- 18) “O País através dos jornais”, *DN*, 25/07/1979.
- 19) “Governo tomará posse amanhã ou quarta-feira”, *DN*, 30/07/1979.
- 20) “Eanes respeita a independência dos vários órgãos de soberania”, *DN*, 30/07/1979.
- 21) “Cunhal critica ataque a Lurdes Pintasilgo”, *DN*, 30/07/1979.
- 22) “Governo pode não garantir imparcialidade de eleições”, *DN*, 30/07/1979.
- 23) “Portugal vai sofrer com o próximo Governo”, *DN*, 30/07/1979.
- 24) “A primeiro-ministro ou a senhora primeiro-ministro”, *DN*, 30/07/1979.
- 25) “Anunciado o elenco do novo Governo”, *DN*, 31/07/1979.
- 26) “Os ministros do V Governo”, *DN*, 31/07/1979.
- 27) “Regimes militares excluídos da atual cena política”, *DN*, 01/08/1979.
- 28) “Um governo quando tem que gerir tem de tomar decisões a médio prazo”, *DN*, 01/08/1979.
- 29) “Viabilizar uma solução mesmo sob reservas”, *DN*, 01/08/1979.
- 30) “Eleições intercalares serão integralmente democráticas”, *DN*, 02/08/1979.
- 31) “Partidos políticos reagem à posse do Quinto Governo”, *DN*, 02/08/1979.
- 32) “«Se formos motivo de afrontamento não partirá de nós a polémica»”, *DN*, 02/08/1979.
- 33) “Lurdes Pintasilgo rejeita as acusações de «marxismo»”, *DN*, 03/08/1979.
- 34) “Composição do V Governo reforça críticas do CDS”, *DN*, 03/08/1979.
- 35) “Governo ocupa fim-de-semana na elaboração do programa”, *DN*, 04/08/1979.
- 36) “Secretários de Estado são hoje empossados”, *DN*, 07/08/1979.
- 37) “O menos numeroso e o mais jovem de cinco Governos constitucionais”, *DN*, 08/08/1979.
- 38) “Qual foi o seu sonho (político) mais interessante?”, *DN/ Caderno Inquérito*, 11/08/1979.
- 39) “Governo considera-se vinculado prioritariamente às eleições”, *DN*, 14/08/1979.
- 40) “Transição, e não rotura”, *DN*, 14/08/1979.
- 41) “As perguntas dos deputados”, *DN*, 14/08/1979.
- 42) “PSD e CDS rejeitam programa do V Governo Constitucional”, *DN*, 17/08/1979.
- 43) “Primeiro-ministro e o Governo não dão garantias de isenção”, *DN*, 17/08/1979.
- 44) “Assembleia iniciou debate do programa do Governo”, *DN*, 17/08/1979.
- 45) “Programa do V Governo é votado esta noite”, *DN*, 18/08/1979.
- 46) “Diálogo não é incompatível com a autoridade do Estado”, *DN*, 18/08/1979.
- 47) “Governo passou na Assembleia”, *DN*, 20/08/1979.
- 48) “Abstenções «derrotaram» moção de rejeição”, *DN*, 20/08/1979.
- 49) “Contribuir para a pacificação e acalmia social procurando cooperação e diálogo com partidos”, *DN*, 20/08/1979.
- 50) “PS, PSD, CDS e UDP criticam Eanes em discursos dos líderes parlamentares”, *DN*, 20/08/1979.

Peças de opinião

- 1) António Mega Ferreira, “Esta indigitação”, *DN*, 25/07/1979.
- 2) Maria João Avelaz, “Um deputado barroco”, *DN*, 27/07/1979.
- 3) Helena Marques, “A marcha de cem dias”, *Síntese*, *DN*, 02/08/1979.
- 4) Diogo Pires Aurélio, “Um Governo condenado à «esquerda»”, *DN/ 2.º Caderno*, 03/08/1979.
- 5) Guilherme d’ Oliveira Martins, “A euforia e o despropósito”, *O Calcanhar de Aquiles*, *DN*, 2.º Caderno, 03/08/1979.
- 6) António Mega Ferreira, “O pai tirano”, *DN*, 08/08/1979.
- 7) António de Figueiredo, “Portugal é macho”, *Crónica de António de Figueiredo*, *DN*, 09/08/1979.
- 8) Raul Rêgo, “A luta contra o tempo”, *DN*, 17/08/1979.
- 9) Guilherme de Melo, “Um Governo «condenado» a governar”, *DN/ 2.º Caderno Análise*

Política, 17/08/1979.

10) José Amaral, “O FMI revisitado”, *DN/ 2.º Caderno Economia e Finanças*, 20/08/1979.

O Dia (1979)

Peças informativas

- 1) “Soares confirmou indicação de Pintassilgo para chefiar Gabinete de Gestão”, *O Dia*, 18/07/1979.
- 2) “Pintassilgo já tinha «cantado» quando Belém deu a «boa nova»”, *O Dia*, 20/07/1979.
- 3) “Antes de o ser já o era: Pintassilgo «cantou» antes do tempo”, *O Dia*, 20/07/1979.
- 4) “Bloco marxista-ateu ganha com a escolha de Ramalho Eanes”, *O Dia*, 20/07/1979.
- 5) “Uma primeira-ministra distante da efetiva realidade nacional”, *O Dia*, 21/07/1979.
- 6) “Mais comedimento nas declarações e ajuda a Eanes na elaboração do Programa”, *O Dia*, 21/07/1979.
- 7) “PSD sem reticências: total desconfiança a Pintassilgo”, *O Dia*, 23/07/1979.^a
- 8) “Pintassilgo a ultimar os contactos enquanto surgem já novos partidos”, *O Dia*, 23/07/1979.
- 9) “PSD manifesta ‘total desconfiança’ em Pintassilgo pelas ligações com o «grupo dos nove» e a «maioria de esquerda»”, *O Dia*, 23/07/1979.
- 10) “Um Forte para seis mulheres analisarem os eventuais homens do «Quinto»”, *O Dia*, 25/07/1979.
- 11) “Católicos laicos e amigos pessoais na base das opções prioritárias”, *O Dia*, 26/07/1979.
- 12) “Quatro membros do atual Executivo no Gabinete de Pintassilgo”, *O Dia*, 30/07/1979.
- 13) “Decisão de Ramalho Eanes foi imoral e contempla toda a esquerda socialista”, *O Dia*, 31/07/1979.
- 14) “Uma mulher internacionalista divorciada deste «jardim à beira mal plantado»”, *O Dia*, 01/08/1979.
- 15) “Maria de Lurdes Pintassilgo inicia em ímpeto marcial a «marcha dos cem dias»”, *O Dia*, 02/08/1978).
- 16) “Gabinete do Primeiro-Ministro desmente envio de mensagem pessoal a Samora Machel”, *O Dia*, 02/08/1979.
- 17) “Governo apresenta no Parlamento programa «surpresa» de Pintassilgo”, *O Dia*, 05/08/1979.
- 18) “Belém cede às opções marxistas do «seu» Gabinete Lurdes Pintassilgo”, *O Dia*, 09/08/1979.
- 19) “Governo Pintassilgo tem assegurado o apoio da «maioria de esquerda»”, *O Dia*, 14/08/1979.
- 20) “As «traves mestras» de Pintassilgo enunciadas no discurso de apresentação”, *O Dia*, 14/08/1979.
- 21) “Conjunto de iniciativas que transcendem a transição”, *O Dia*, 14/08/1979.
- 22) “Governo Pintassilgo não é concorrente do CDS pois não se vai apresentar ao sufrágio eleitoral”, *O Dia*, 15/08/1979.
- 23) “Moção conjunta PSD-CDS para rejeitar Governo Pintassilgo”, *O Dia*, 17/08/1979.
- 24) “Moção de rejeição PSD-CDS coloca Governo nos braços da «maioria de esquerda»”, *O Dia*, 17/08/1979.
- 25) “O Governo passou sem o apoio de qualquer partido”, *O Dia*, 20/08/1979.
- 26) “Os votos e as flores”, *O Dia*, 20/08/1979.
- 27) “Governo resistiu à moção de rejeição e Parlamento vê prolongado o funcionamento”, *O Dia*, 20/08/1979.

Peças de opinião

- 1) Adelino Alves, “Lurdes Pintassilgo defende a legalidade do aborto”, *O Dia*, 20/07/1979.
- 2) Adelino Alves, “Ministros e ministras...”, à bolina, *O Dia*, 28/07/1979.
- 3) João Garin, Florete, *O Dia*, 02/08/1979.
- 4) Henrique Barrilaro Ruas, “A conversão de «O Jornal»”, *O Dia*, 03/08/1979.

o diário (1979)

Peças informativas

- 1) “Maria de Lurdes Pintasilgo PM indigitado”, *o diário*, 20/07/1979.
- 2) “PS pretende lançar sobre o PR a responsabilidade pela crise”, *o diário*, 20/07/1979.
- 3) “Maria de Lurdes Pintasilgo dispõe de uma semana para formar Governo”, *o diário*, 20/07/1979.
- 4) “Trabalhadores reclamam acalmia social”, *o diário*, 21/07/1979.
- 5) “Maria de Lurdes Pintasilgo estuda estrutura do Governo”, *o diário*, 21/07/1979.
- 6) “Lurdes Pintasilgo otimista na RTP”, *o diário*, 21/07/1979.
- 7) “«Total desconfiança» do PPD/PSD para Primeiro-Ministro indigitado”, *o diário*, 23/07/1979.
- 8) “Dirigentes do CDS criticam ação do PR”, *o diário*, 23/07/1979.
- 9) “Lurdes Pintasilgo merece o nosso respeito”, *o diário*, 23/07/1979.
- 10) “Novo Governo em gestação no Forte de Santo Amaro”, *o diário*, 25/07/1979.
- 11) “Lourdes Pintasilgo revela Governo”, *o diário*, 31/07/1979.
- 12) “A posse, hoje”, *o diário*, 01/08/1979.
- 13) “Lourdes Pintasilgo escreve a Samora Machel”, *o diário*, 01/08/1979.
- 14) “Lourdes Pintasilgo promete seguir a via do diálogo”, *o diário*, 01/08/1979.
- 15) “PR: «Eleições serão democráticas»”, *o diário*, 02/08/1979.
- 16) “Novo Governo partiu ontem para a «marcha dos 100 dias»”, *o diário*, 02/08/1979.
- 17) “Aliança reacionária prefere falar em Madrid...”, *o diário*, 02/08/1979.
- 18) “Discurso do primeiro-ministro deixou PPD/PSD «perplexo»”, *o diário*, 04/08/1979.
- 19) “ASDI comenta discurso de Pintasilgo e Eanes”, *o diário*, 04/08/1979.
- 20) “Programa apresentado e muito por debater”, *o diário*, 14/08/1979.
- 21) “«Clima de serenidade» para «o exercício da governação»”, *o diário*, 14/08/1979.
- 22) “Minoria bicéfala reúne cabeças. PPD-CDS preparam moção”, *o diário*, 16/08/1979.
- 23) “Uma cena diferente”, *o diário*, 17/08/1979.
- 24) Jorge Figueiredo, “Denúncia da grave provocação de Avis dominou sessão da manhã em São Bento”, *o diário*, 17/08/1979.
- 25) “PPD/CDS somam derrotas”, *o diário*, 20/08/1979.
- 26) “Das «perspetivas globais» à «reserva de hostilidade»”, *o diário*, 20/08/1979.
- 27) “Prof. Freitas teme os ayatoláhs...”, *o diário*, 20/08/1979.

Peças de opinião

- 1) A desorientação da direita”, Editorial, *o diário*, 21/07/1979.
- 2) “Que não voltem!”, Registo, *o diário*, 21/07/1979
- 3) Adelino Tavares da Silva, “Isto de estender a mão da rejeição”, *o diário*, 17/08/1979.
- 4) José Goulão, “Direita soma derrotas”, Assembleia da República, *o diário*, 20/08/1979.
- 5) Adelino Tavares da Silva, “Cravos e Abril em pleno Agosto”, *o diário*, 20/08/1979.

Expresso (2002)

Peças informativas

- 1) “Ferreira Leite com 4 pastas”, *Expresso*, 29/03/2002.
- 2) Manuel Agostinho Magalhães, “Cães, gatos e seres humanos”, *Expresso*, 29/03/2002.
- 3) Ana Paula Azevedo, com Ângela Silva e Sofia Rainho, “Durão Barroso emagrece Executivo”, *Expresso*, 29/03/2002.
- 4) Ana Paula Azevedo, “Convites recusados mas programa aceite”, *Expresso*, 29/03/2002.
- 5) Eker Sommer, “Os avisos de Jardim”, *Expresso*, 29/03/2002.
- 6) Nicolau Santos, “Os seis trabalhos de Ferreira Leite”, *Expresso/Caderno Economia*, 29/03/2002.
- 7) “História dos nomes falhados”, *Expresso/Caderno Economia*, 29/03/2002.
- 8) J.N.M., “A amiga de Cavaco”, *Expresso/Caderno Economia*, 29/03/2002.

- 9) J.N.M./M.D.C., “Solução bem recebida”, *Expresso/Caderno Economia*, 29/03/2002.
- 10) N.S., “O teste Campos e Cunha...”, *Expresso/Caderno Economia*, 29/03/2002.
- 11) Nicolau Santos, “...e o problema com Jardim”, *Expresso/Caderno Economia*, 29/03/2002.

Peças de opinião

- 1) Fernando Madrinha, “Manuela e os outros”, Preto no Branco, *Expresso*, 29/03/2002.
- 2) José António Lima, “Manuela Ferreira Leite”, Altos..., *Expresso*, 29/03/2002.
- 3) Nicolau Santos, “Apoio e sorte, sr.^a ministra”, Cem Por Cento, *Expresso/Caderno Economia*, 29/03/2002
- 4) Francisco Ferreira da Silva, “Manuela Ferreira Leite, “Em Alta”, *Expresso/Caderno Economia*, 29/03/2002.
- 5) Francisco Ferreira da Silva, “Uma «durona» nas Finanças”, Entre Linhas, *Expresso/Caderno Economia*, 29/03/2002.
- 6) Fernando Madrinha, “As segundas escolhas”, Preto no Branco, *Expresso*, 06/04/2002.
- 7) Edite Estrela, “A terceira mulher”, Rosa dos Ventos, *Expresso*, 06/04/2002.
- 8) Francisco Ferreira da Silva, “Manuela Ferreira Leite”, Em Alta, *Expresso*, 06/04/2002.
- 9) Luís Marques, “O enigma das Finanças”, Caras & Casos, *Expresso/Caderno Economia*, 29/03/2002.

Correio da Manhã (2002)

Peças informativas

- 1) António Antunes Carvalho, “Ferreira Leite escolhida para número dois do Governo”, *Correio da Manhã*, 28/03/2002.
- 2) A.C., “Mulher dura”, *Correio da Manhã*, 28/03/2002.
- 3) A.M., “Ausência de Ferreira Leite compensada por Loureiro”, *Correio da Manhã*, 29/03/2002.
- 4) “Durão Barroso tem já seis nomes na lista de ministros a apresentar a Sampaio”, *Correio da Manhã*, 29/03/2002.
- 5) Sónia Trigueirão, “Medina Carreira apoia superministra das quatro pastas”, *Correio da Manhã*, 30/03/2002.
- 6) Lurdes Sousa, “Durão emagrece Governo mas tem novos ministérios”, *Correio da Manhã*, 30/03/2002.
- 7) L.S., “Mulheres procuram-se”, *Correio da Manhã*, 30/03/2002.
- 8) “O que valem”, *Correio da Manhã*, 30/03/2002.
- 9) “Finalmente o Governo”, *Correio da Manhã*, 01/04/2002.
- 10) Sónia Trigueirão, “Ferreira Leite garante que cortes «vão doer»”, *Correio da Manhã*, 02/04/2002.
- 11) Natércia Simões, “Novos ministros recolhem informações e Durão marca reunião logo para sábado”, *Correio da Manhã*, 04/04/2002.
- 12) “Cavaco esperava melhor resultado”, *Correio da Manhã*, 04/04/2002.
- 13) Cristina Rita, “Executivo fechado com 51 membros”, *Correio da Manhã*, 06/04/2002.
- 14) Natércia Simões, “Governo estreia cortes nos institutos públicos”, *Correio da Manhã*, 07/04/2002.
- 15) António Antunes Carvalho, “Durão critica socialistas e pede pactos de regime”, *Correio da Manhã*, 07/04/2002.
- 16) A.A.C., “«Não há tempo a perder ou margem para falhar»”, *Correio da Manhã*, 07/04/2002.

Peças de opinião

- 1) “Manuela Ferreira Leite – Acima”, *Correio da Manhã*, 28/03/2002.
- 2) João Marcelino, “Ser do contra”, *Correio Direto, Correio da Manhã*, 30/03/2002.

- 3) Alberto Gonçalves, “Um Governo assim”, Sala de Estar, *Correio da Manhã*, 05/04/2002.
- 4) João Marcelino, “Sombras do Governo”, Correio Direto, *Correio da Manhã*, 06/04/2002.
- 5) “Manuela Ferreira Leite – Acima”, *Correio da Manhã*, 07/04/2002.

Público (2002)

Peças informativas

- 1) Helena Pereira, Eduardo Dâmaso e Eunice Lourcenço, “Ferreira Leite nas Finanças, Portas na Defesa”, *Público*, 28/03/2002.
- 2) Eunice Lourenço, “Manuela Ferreira Leite. Leal, cavaquista e irredutível”, *Público*, 28/03/2002.
- 3) “CCP aplaude escolha”, *Público*, 28/03/2002.
- 4) “Perfil adequado, diz a ANJE”, *Público*, 28/03/2002.
- 5) Helena Pereira e Eunice Lourenço, “Celeste Cardona na Justiça David Justino na Educação”, *Público*, 02/04/2002.
- 6) Eunice Lourenço, “Ferreira Leite defende cortes na saúde e nas autarquias”, *Público*, 02/04/2002.
- 7) E.L., “Despedida emocionada”, *Público*, 02/04/2002.
- 8) Helena Pereira e Eunice Lourenço, “Durão Barroso diz que tem os ministros que quer”, *Público*, 03/04/2002.
- 9) E.L., “Manuela Ferreira Leite, Os dezassete ministros de Durão Barroso”, *Público*, 03/04/2002.
- 10) Teresa de Sousa e Ana Sá Lopes, “A continuidade, seis anos depois?”, *Público*, 03/04/2002.
- 11) Helena Pereira e Eunice Lourenço, “Sampaio quer que terminem dúvidas sobre contas públicas”, *Público*, 07/04/2002.

Peças de opinião

- 1) José Manuel Fernandes, “Anticlímax”, Editorial, *Público*, 28/03/2002.
- 2) Sérgio Figueiredo, “A «Dama de Ferro»”, *Público*, 28/03/2002.
- 3) José Manuel Fernandes, “O que falta saber”, Editorial, *Público*, 29/03/2002.
- 4) E.D., “Sobe e desce”, *Público*, 30/03/2002.
- 5) Luís Miguel Viana, “O paradigma perdido”, Editorial, *Público*, 31/03/2002.
- 6) António Barreto, “Governo em tempos sombrios”, Retrato da Semana, *Público*, 31/03/2002.
- 7) Mário Mesquita, “Só, só, só Manuela Ferreira Leite”, <http://www.mensagens.pt>, *Público*, 31/03/2002.
- 8) Francisco Sarsfield Cabral, “O problema político”, *Público*, 03/04/2002.
- 9) Sérgio Figueiredo, “Um Governo frouxo”, *Público*, 04/04/2002.
- 10) Manuel Carvalho, “A hora de Manuela Ferreira Leite”, Editorial, *Público*, 04/04/2002.
- 11) António Barreto, “Pequena cábula para uso de novos ministros”, Retrato da Semana, *Público*, 07/04/2002.
- 12) Mário Mesquita, “O cinzento é uma bela cor”, <http://www.mensagens.pt>, *Público*, 07/04/2002.

Expresso (2008)

Peças informativas

- 1) Ângela Silva, “Não são favas contadas”, *Expresso*, 25/04/2008.
- 2) Cristina Figueiredo, “O candidato que não tem nada a perder”, *Expresso*, 25/04/2008.
- 3) A.S., “A casa de Manuela e o hotel de sempre”, *Expresso*, 25/04/2008.
- 4) Filipe Santos Costa e A.S., “CDS temia avanço de Rui Rio”, *Expresso*, 25/04/2008.
- 5) Cristina Figueiredo, “A política de Manuela, por ela própria”, *Expresso*, 25/04/2008.
- 6) Ângela Silva, “Cravinho diz que Ferreira Leite «é um bem inestimável»”, *Expresso*, 25/04/2008.
- 7) Ângela Silva, “Desistir, eu? Sorry?!!”, *Expresso*, 03/05/2008.

- 8) Cristina Figueiredo, “Passos Coelho eleva a fasquia”, *Expresso*, 03/05/2008.
- 9) Ângela Silva e Nuno Saraiva, “«Ainda vou vê-los mais cansados do que eu»”, *Expresso*, 03/05/2008.
- 10) H.C., “Manuela fica mais perto de Sócrates”, *Expresso*, 03/05/2008.
- 11) “Assunção Esteves com Passos Coelho”, *Expresso*, 03/05/2008.
- 12) Ângela Silva e Nuno Saraiva, “«Não sei se será pior Ferreira Leite ou Santana»”, *Expresso*, 10/05/2008.
- 13) A.S., “Toque a rebate contra a marcha dos Pedros”, *Expresso*, 10/05/2008.
- 14) Ricardo Jorge Pinto, “O menezismo «está triste» e disperso”, *Expresso*, 10/05/2008.
- 15) Ricardo Jorge Pinto, “«Cavaquistão» dividido entre Passos e Manuela”, *Expresso*, 10/05/2008.
- 16) “Ferreira Leite admite baixar IMI”, *Expresso*, 10/05/2008.
- 17) “Ferreira Leite apela”, *Expresso*, 17/05/2008.
- 18) Ângela Silva e Nuno Saraiva, “«Ferreira Leite castiga, desmoraliza e deprime», *Expresso*, 17/05/2008.
- 19) Nuno Saraiva, “«É o Pedro Passos, gaita!»”, *Expresso*, 17/05/2008.
- 20) Ângela Silva, “Três rostos, dois mundos”, *Expresso*, 17/05/2008.
- 21) A.S. e Ricardo Jorge Pinto, “A semana decisiva para «comprar» votos”, *Expresso*, 17/05/2008.
- 1) “«Manuela deprime o país», diz Santana”, *Expresso*, 17/05/2008.
- 22) “Futuro neto de Manuela atrapalha campanha”, *Expresso*, 24/05/2008.
- 23) “Manuela fala em emergência social”, *Expresso*, 24/05/2008.
- 24) Ângela Silva, “História de uma sucessão combinada”, *Expresso*, 24/05/2008.
- 25) Ricardo Jorge Pinto, “Promessas de lugares e quotas pagas em massa no PSD”, *Expresso*, 24/05/2008.
- 26) Ângela Silva, “Santana joga tudo nos debates televisivos”, *Expresso*, 24/05/2008.
- 27) Cristina Figueiredo, “Sócrates «prefere» Ferreira Leite”, *Expresso*, 24/05/2008.
- 28) “Seara com Manuela”, *Expresso*, 31/05/2008.
- 29) “Ferreira Leite já tem discurso de vitória”, *Expresso*, 31/05/2008.
- 30) Ângela Silva, “Condenados a entenderem-se”, *Expresso*, 31/05/2008.
- 31) Ângela Silva e Ricardo Jorge Pinto, “Tudo em aberto até ao fim”, *Expresso*, 31/05/2008.
- 32) Luísa Meireles, “O partido onde só manda quem pode”, *Expresso*, 31/05/2008.
- 33) A.S. e Filipe Santos Costa, “Portas obriga novo PSD a definir-se”, *Expresso*, 31/05/2008.
- 34) Ângela Silva, “Manuela Ferreira Leite vira a página no PSD”, *Expresso*, 07/06/2008.

Peças de opinião

- 2) A semana que passa, *Expresso*, 25/04/2008.
- 3) Fernando Madrinha, “Um PSD às arrecuas?”, *Expresso*, 25/04/2008.
- 4) Henrique Monteiro, “Manuela, as forças, as fraquezas e a crise”, *Expresso*, 25/08/2008.
- 5) Henrique Raposo, “10 Mandamentos para o PSD”, *Expresso*, 25/08/2008.
- 6) Nicolau Santos, “O avanço de Manuela”, Cem por Cento, *Expresso/Caderno Economia*, 25/08/2008.
- 7) “Gente à espera de vez”, *Expresso*, 03/05/2008.
- 8) “Gente a olhar pró palhaço”, *Expresso*, 10/05/2008.
- 9) Fernando Madrinha, “Todos contra Manuela”, *Expresso*, 17/05/2008.
- 10) Fernando Madrinha, “Poupar na demagogia”, *Expresso*, 24/05/2008.
- 11) Henrique Monteiro, “As «diretas» e o triunfo da demagogia”, *Expresso*, 24/05/2008.
- 12) António Pinto Leite, “O dia seguinte”, *Expresso*, 24/05/2008.
- 13) “Gente a ver o metro a crescer”, *Expresso*, 31/05/2008.
- 14) “PSQuê?”, Editorial, *Expresso*, 31/05/2008.
- 15) Luís Marques, “O PSD e a palavra maldita”, Massa Crítica, *Expresso/ Caderno de Economia*, 31/05/2008.
- 16) João Garcia, “Altos... e baixos”, *Expresso*, 07/06/2008.
- 17) Fernando Madrinha, “O regresso do PSD”, *Expresso*, 07/06/2008.
- 18) “Gente a ver o baile dos bombeiros”, *Expresso*, 07/06/2008.
- 19) Henrique Monteiro, “Manuela, os inimigos e os adversários”, *Expresso*, 07/06/2008.

Pecas informativas

- 1) Manuela Teixeira, “Manuela Ferreira Leite é candidata”, *Correio da Manhã*, 22/04/2008.
- 2) António Sérgio Azenha/Cristina Rita, “Santana mantém tabu”, *Correio da Manhã*, 23/04/2008.
- 3) António Sérgio Azenha/Cristina Rita, “Menezes empurra Jardim contra Ferreira Leite”, *Correio da Manhã*, 24/04/2008.
- 4) C.R. com Lusa, “Data-chave das diretas em causa”, *Correio da Manhã*, 24/04/2008.
- 5) Ana Patrícia Dias/José Rodrigues, com C.R., “Santana enfrenta Ferreira Leite”, *Correio da Manhã*, 25/04/2008.
- 6) “«Serei aquilo que ela quiser ou precisar»”, *Correio da Manhã*, 25/04/2008.
- 7) José Rodrigues, com Lusa, “Jardim pode avançar”, *Correio da Manhã*, 26/04/2008.
- 8) “«Situação de emergência»”, *Correio da Manhã/Lusa*, 26/04/2008.
- 9) “Filho de Menezes com Coelho”, *Correio da Manhã*, 26/04/2008.
- 10) Ana Patrícia Dias, com Lusa, “Jardim quer todos contra Manuela”, *Correio da Manhã*, 28/04/2008.
- 11) Cristina Rita, “Contra a «falta de respeito»”, *Correio da Manhã*, 29/04/2008.
- 12) “Jardim espera até 15 de Maio”, *Correio da Manhã/Lusa*, 29/04/2008.
- 13) P.M., “Patinha Antão vai até ao fim”, *Correio da Manhã*, 29/04/2008.
- 14) “PSD. Manuela Ferreira Leite é a melhor candidata”, *Correio da Manhã*, 29/04/2008.
- 15) Cristina Rita, “Candidato a líder do Governo”, *Correio da Manhã*, 30/04/2008.
- 16) C.R./J.F., “Nome apagado na lista de Jardim”, *Correio da Manhã*, 30/04/2008.
- 17) C.R. com Lusa, “Ferreira Leite não receia”, *Correio da Manhã*, 01/05/2008.
- 18) Cristina Rita, com Lusa, “Candidatos contra obsessão do défice”, *Correio da Manhã*, 02/05/2008.
- 19) C.R., “Mota Pinto com Manuela”, *Correio da Manhã*, 02/05/2008.
- 20) Cristina Rita, “Contra o divisionismo”, *Correio da Manhã*, 03/05/2008.
- 21) “Jardim pode vir a apoiar Santana”, *Correio da Manhã*, 03/05/2008.
- 22) “Coelho diz que é alternativa”, *Correio da Manhã*, 03/05/2008.
- 23) “Ferreira Leite é a preferida”, *Correio da Manhã*, 03/05/2008.
- 24) Luís Lopes, “Blair ou Aznar são inspiração”, *Correio da Manhã*, 04/05/2008.
- 25) Pedro H. Gonçalves, “Finanças do partido fora das prioridades”, *Correio da Manhã*, 05/05/2008.
- 26) Cátia Vicente/Cristina Rita, “Ferreira Leite admite alterações ao ISP”, *Correio da Manhã*, 06/05/2008.
- 27) C.R., “Arlindo Carvalho, o mandatário”, *Correio da Manhã*, 06/05/2008.
- 28) “Neto da Silva «cibernético»”, *Correio da Manhã*, 06/05/2008.
- 29) Cristina Rita, “Santana Lopes tem nova ambição”, *Correio da Manhã*, 07/05/2008.
- 30) A.P.D., “Balsemão vota em Manuela”, *Correio da Manhã*, 07/05/2008.
- 31) Cristina Rita, “Congresso pode ser a 20 de Junho”, *Correio da Manhã*, 08/05/2008.
- 32) “Ruas, mandatário de Coelho”, *Correio da Manhã*, 08/05/2008.
- 33) Janete Frazão, com Lusa, “Impostos dominam confronto no PSD”, *Correio da Manhã*, 09/05/2008.
- 34) “Adversários indicados para AR”, *Correio da Manhã*, 09/05/2008.
- 35) Ana Patrícia Dias/Pedro Galego, com Lusa, “«Proibido fazer promessas»”, *Correio da Manhã*, 10/05/2008.
- 36) “Mandatário da juventude”, *Correio da Manhã*, 10/05/2008.
- 37) “Jardim desvenda tabu dia 15”, *Correio da Manhã*, 10/05/2008.
- 38) Cristina Rita com C.R., “Manuela critica «curso à Sócrates»”, *Correio da Manhã*, 11/05/2008.
- 39) Cristina Rita, “Passos Coelho demarca-se”, *Correio da Manhã*, 12/05/2008.
- 40) Cristina Rita, “«Toda a minha vida votei PSD», *Correio da Manhã*, 13/05/2008.
- 41) “Contra competições idiotas”, *Correio da Manhã*, 13/05/2008.
- 42) Cristina Rita, “Líder da «Jota» vai apoiar Passos Coelho”, *Correio da Manhã*, 14/05/2008.
- 43) “Jardim põe fim a tabu e não deve entrar na corrida”, *Correio da Manhã*, 14/05/2008.
- 44) “Falar de igual para igual com Sócrates”, *Correio da Manhã*, 14/05/2008.
- 45) Cristina Rita, com Lusa, “Jardim fora da corrida”, *Correio da Manhã*, 15/05/2008.
- 46) José Rodrigues, “Sócrates é o preferido”, *Correio da Manhã*, 16/05/2008.
- 47) Cristina Rita, “Apoio a Passos”, *Correio da Manhã*, 16/05/2008.

- 48) Jorge de Sá, “O prémio de entrada de Ferreira Leite”, *Correio da Manhã*, 16/05/2008.
- 49) Cristina Rita/José Rodrigues, “Ferreira Leite arrasa”, *Correio da Manhã*, 17/05/2008.
- 50) António Ribeiro Ferreira, “«Sou dama de ferro nos valores e nos princípios»”, *Correio da Manhã*, 18/05/2008.
- 51) Madalena Palma/Rui Pando Gomes, “Contra as regiões”, *Correio da Manhã*, 19/05/2008.
- 52) “Coelho quer mudança”, *Correio da Manhã*, 19/05/2008.
- 53) “Santana volta atrás”, *Correio da Manhã*, 19/05/2008.
- 54) Cristina Rita, “Diretas já contam 53 mil aptos a votar”, *Correio da Manhã*, 20/05/2008.
- 55) Cristina Rita, “Candidatos a líder rumam à Madeira”, *Correio da Manhã*, 21/05/2008.
- 56) Cristina Rita, “«Passos Coelho não está comprometido»”, *Correio da Manhã*, 23/05/2008.
- 57) “759 militantes votam”, *Correio da Manhã*, 23/05/2008.
- 58) “Santana quer rever Finanças Regionais”, *Correio da Manhã*, 23/05/2008.
- 59) Ana Patrícia Dias, “Fim da saúde grátis”, *Correio da Manhã*, 24/05/2008.
- 60) “«Ferreira Leite ganhou o debate»”, *Correio da Manhã*, 24/05/2008.
- 61) António Ribeiro Ferreira, “«Tenho mais que fazer do que perder com Sócrates»”, *Correio da Manhã*, 25/05/2008.
- 62) Cristina Rita, com Lusa, “Santana ataca Passos Coelho”, *Correio da Manhã*, 26/05/2008.
- 63) Cristina Rita, “Mais de 76 mil aptos a votar”, *Correio da Manhã*, 27/05/2008.
- 64) “Teixeira Pinto admite ajudar”, *Correio da Manhã*, 27/05/2008.
- 65) Eduardo Dâmaso, “O grande duelo”, dia-a-dia, *Correio da Manhã*, 23/04/2008.
- 66) Paula Teixeira da Cruz, “A Revoadá”, *Da Vida Real*, *Correio da Manhã*, 24/04/2008.
- 67) João Marques dos Santos, “PSQuê?”, *Calcanhar de Aquiles*, *Correio da Manhã*, 25/04/2008.
- 68) Cristina Rita, “Ribau Esteves critica Menezes”, *Correio da Manhã*, 28/05/2008.
- 69) A.P.D., “Mais liberdade para escolas”, *Correio da Manhã*, 28/05/2008.
- 70) Ana Patrícia Dias/Cristina Rita, “Santana ataca”, *Correio da Manhã*, 29/05/2008.
- 71) “Moradas geram polémica”, *Correio da Manhã*, 29/05/2008.
- 72) Cristina Rita, com Lusa, “Santana indignado”, *Correio da Manhã*, 30/05/2008.
- 73) “Os apoiantes notáveis às candidaturas”, *Correio da Manhã*, 30/05/2008.
- 74) Cristina Rita, “João nos braços da avó Manuela”, *Correio da Manhã*, 31/05/2008.
- 75) “Passos com Teixeira Pinto”, *Correio da Manhã*, 31/05/2008.
- 76) “Santana Lopes promete baixar a taxa de IVA”, *Correio da Manhã/Lusa*, 31/05/2008.
- 77) C.R., “Novo líder não terá maioria absoluta”, *Correio da Manhã*, 31/05/2008.
- 78) “Patinha encerra”, *Correio da Manhã*, 31/05/2008.
- 79) Cristina Rita, “«Já estamos a virar a página»”, *Correio da Manhã*, 01/06/2008.
- 80) “Eleições. Rui Rio”, *Correio da Manhã*, 01/06/2008.

Peças de opinião

- 1) Eduardo Dâmaso, “Aí está o menino...”, dia-a-dia, *Correio da Manhã*, 25/04/2008.
- 2) António Ribeiro Ferreira, “Assalto à S. Caetano”, *Estado do Sítio*, *Correio da Manhã*, 28/04/2008.
- 3) José Luís Ramos Pinheiro, “Os candidatos”, *Impressões*, *Correio da Manhã*, 29/04/2008.
- 4) Emídio Rangel, “Prognósticos no início do jogo”, *Correio da Manhã*, 03/05/2008.
- 5) Cristina Rita, Senhora Política com Marta Rebelo e Paula Teixeira da Cruz, *Correio da Manhã*, 03/05/2008.
- 6) António Ribeiro Ferreira, “«Não me repugna nada os casamentos homossexuais»”, *Correio da Manhã*, 04/05/2008.
- 7) Carlos Abreu Amorim, “Analogias ou imitações”, *Heresias*, *Correio da Manhã*, 04/05/2008.
- 8) José Medeiros Ferreira, “Votos à solta”, *Bilhete Postal*, *Correio da Manhã*, 04/05/2008.
- 9) Armando Esteves Pereira, “Os dois partidos”, dia a dia, *Correio da Manhã*, 13/05/2008.
- 10) Paula Teixeira da Cruz, “Responsabilidade”, *Da Vida Real*, *Correio da Manhã*, 15/05/2008.
- 11) Octávio Ribeiro, “Manuela e a política Cerruti”, *Sinais do Futuro*, *Correio da Manhã*, 17/05/2008.
- 12) Paula Teixeira da Cruz, “Até na despedida”, *Da Vida Real*, *Correio da Manhã*, 22/05/2008.
- 13) Paulo Mota Pinto, “O PSD e os eleitores”, *Diretas*, *Correio da Manhã*, 26/05/2008.
- 14) Arlindo de Carvalho, “Um ganhador para a mudança”, *Debate*, *Correio da Manhã*, 27/05/2008.
- 15) Miguel Relvas, “Um novo ciclo no PSD e no País”, *Debate*, *Correio da Manhã*, 28/05/2008.
- 16) Paula Teixeira da Cruz, “Voltemos às causas”, *Da Vida Real*, *Correio da Manhã*, 29/05/2008.

- 17) Diogo Leite Campos, “Honestidade e sentido de serviço”, Debate, *Correio da Manhã*, 29/05/2008.
- 18) João Marques dos Santos, “Erro de casting”, O Calcanhar de Aquiles, *Correio da Manhã*, 30/05/2008.
- 19) José Medeiros Ferreira, “Diretas repetidas”, Bilhete Postal, *Correio da Manhã*, 31/05/2008.
- 20) António Esteves Pereira, “Oposição mais credível”, Dia-a-Dia, *Correio da Manhã*, 01/06/2008.

Público (2008)

Peças informativas

- 1) Leonete Botelho, “Ferreira Leite prepara-se para dar o «sim» com o apoio de Rio”, *Público*, 22/04/2008.
- 2) Leonete Botelho, “Manuela Ferreira Leite e Pedro Passos Coelho somam apoios para a liderança”, *Público*, 23/04/2008.
- 3) “Quem apoia quem e os que estão à espera”, *Público*, 23/04/2008.
- 4) Leonete Botelho, “O «menino guerreiro» quer voltar a ser líder do PSD”, *Público*, 24/04/2008.
- 5) Tolentino da Nóbrega, “Distritais de Lisboa e Porto animam Jardim”, *Público*, 24/04/2008.
- 6) Leonete Botelho, Filomena Fontes e Margarida Gomes, “Santana Lopes avança mesmo com apoios a fugirem-lhe”, *Público*, 25/04/2008.
- 7) Filomena Fontes e Margarida Gomes, “Líder do PSD-Lisboa alerta para «risco de desagregação»”, *Público*, 25/04/2008.
- 8) T.deN., “«Traído»por Santana”, *Público*, 25/04/2008.
- 9) “Outros candidatos”, *Público*, 25/04/2008.
- 10) Tolentino da Nóbrega, “Pacheco Pereira acha que o PSD vive «situação de emergência» e precisa de solução credível para liderar”, *Público*, 26/04/2008.
- 11) Clara Viana, “Santana Lopes é «muito amigo» de Jardim, mas diz que não desiste da sua candidatura”, *Público*, 28/04/2008.
- 12) São José Almeida, “Mar de militantes apoia Manuela Ferreira Leite na apresentação da sua candidatura”, *Público*, 29/04/2008.
- 13) “«A Thatcher»”, *Público*, 29/04/2008.
- 14) Filomena Fontes e Margarida Gomes, “Líderes das distritais de Lisboa e Faro ainda à espera da decisão de Alberto João Jardim”, *Público*, 29/04/2008.
- 15) Sofia Branco, “O reformista e o liberal que não é de direita nem de esquerda”, *Público*, 30/04/2008.
- 16) S.J.A., “Manuela Ferreira Leite em campanha sem comissão de honra nem comissão política”, *Público*, 30/04/2008.
- 17) Filomena Fontes e Leonete Botelho, “«Não vou enganar, nem amedrontar os militantes», avisa Manuela Ferreira Leite”, *Público*, 01/05/2008.
- 18) “Matos Correia coordena moção de Ferreira Leite”, *Público*, 02/05/2008.
- 19) Joana Ferreira da Costa, “«Sou hoje menos impulsivo e mais previsível», diz Santana”, *Público*, 02/05/2008.
- 20) São José Almeida, “Manuela Ferreira Leite não devirtuará «matriz ideológica» do PSD, diz Paulo Mota Pinto”, *Público*, 03/05/2008.
- 21) Filomena Fontes, “Pedro Passos Coelho assume-se como candidato a primeiro-ministro”, *Público*, 04/05/2008.
- 22) F.F., “Manuela Ferreira Leite critica governo”, *Público*, 04/05/2008.
- 23) Leonete Botelho e Paulo Magalhães, “«Sobrevivência do PSD» é o que está em causa nas diretas”, *Público/ Rádio Renascença*, 04/05/2008.
- 24) Graça Barbosa Ribeiro, “Ferreira Leite afirma que o PSD não tem «um problema de caras, mas de credibilidade»”, *Público*, 06/05/2008.
- 25) Leonete Botelho, “Santana Lopes apresenta candidatura com bolo e um pré-programa de governo”, *Público*, 07/05/2008.
- 26) “Balsemão ao lado de Ferreira Leite no aniversário do PSD”, *Público*, 07/05/2008.
- 27) Filomena Fontes e Maria José Santana, “Manuela Ferreira Leite fala de «desvio populista no PSD» e repudia divisionismos”, *Público*, 10/05/2008.
- 28) Filomena Fontes e Margarida Gomes, “Corrida à liderança do PSD debaixo da sombra de José Sócrates”, *Público*, 11/05/2008.

- 29) Victor Ferreira, “Ferreira Leite afirma que «canudo ao estilo Sócrates» não serve para ter êxito no mercado de trabalho”, *Público*, 11/05/2008.
- 30) Joana Ferreira da Costa, “Irregularidade nos prazos obriga a adiar Congresso do PSD para 20, 21 e 22 de Junho”, *Público*, 13/05/2008.
- 31) Lusa, “Passos Coelho pde que revelem programas”, *Público*, 13/05/2008.
- 32) Tolentino da Nóbrega, “Jardim, «general» com medo de avançar em «terreno armadilhado»”, *Público*, 15/05/2008.
- 33) Sérgio Aníbal, “A candidata que não consegue (nem quer) deixar de ser «dama de ferro»”, *Público/P2*, 15/05/2008.
- 34) Filomena Fontes, “Pedro Passos Coelho força bipolarização com Ferreira Leite e alarga apoios a Norte”, *Público*, 16/05/2008.
- 35) “Reduzir impostos e flexibilidade laboral «protegida»”, *Público*, 16/05/2008.
- 36) Filomena Fontes, “Luís Filipe Menezes «não está interessado» em receber Manuela Ferreira Leite em Gaia”, *Público*, 17/05/2008.
- 37) “Arlindo Cunha apoia Ferreira Leite”, *Público*, 17/05/2008.
- 38) São José Almeida, “Crise no PSD é normal e não há perigo de extinção”, *Público*, 18/05/2008.
- 39) S.J.A., “Mudança ideológica não vai acontecer”, *Público*, 18/05/2008.
- 40) Tito Couto e Andrea Cruz, “Felgueiras recusa ouvir só Santana e candidato não aparece”, *Público*, 18/05/2008.
- 41) L.B., “Manuela não vai”, *Público*, 18/05/2008.
- 42) Leonete Botelho, “Indícios de irregularidades nas eleições do PSD”, *Público*, 19/05/2008.
- 43) L.B., “Call-center e sms personalizados”, *Público*, 19/05/2008.
- 44) “Ferreira Leite frisa caráter reformista do PSD e Passos Coelho acredita em surpresas”, *Público*, 19/05/2008.
- 45) Filomena Fontes, “Mais de 53 mil militantes com as quotas em dia para votar nas «diretas» do PSD”, *Público*, 20/05/2008.
- 46) São José Almeida, “Financiamentos a candidatos sem fiscalização nem limites”, *Público*, 21/05/2008.
- 47) São José Almeida, “O que fazer para a economia crescer”, *Público*, 21/05/2008.
- 48) Tolentino da Nóbrega, “Candidatos recebidos na Madeira com «honras de Estado»”, *Público*, 22/05/2008.
- 49) São José Almeida, “Os direitos que devem ser reconhecidos aos homossexuais”, *Público*, 22/05/2008.
- 50) Sandra Ferreira, “Manuela Ferreira Leite afirma que Sócrates foi atrás das ideias que tem defendido”, *Público*, 23/05/2008.
- 51) São José Almeida, “Os serviços públicos que ainda podem ser privatizados”, *Público*, 23/05/2008.
- 52) Filomena Fontes, “Ferreira Leite e Santana Lopes rejeitam alianças nas legislativas e nas europeias”, *Público*, 24/05/2008.
- 53) “Debate na TVI marcado pelo SNS”, *Público*, 24/05/2008.
- 54) São José Almeida, “Como lidar com a integração dos imigrantes na sociedade”, *Público*, 24/05/2008.
- 55) Ricardo Dias Felner, “Ângelo Correia assume apoio a Passos Coelho e entra na campanha esta semana”, *Público*, 25/05/2008.
- 56) São José Almeida, “Como controlar a despesa do Estado”, *Público*, 25/05/2008.
- 57) Joana Ferreira da Costa, “O novo velho”, *Público/ P2*, 25/05/2008.
- 58) Maria José Santana, “Ferreira Leite quer Saúde «de qualidade» mas sem ser gratuita para todos”, *Público*, 26/05/2008.
- 59) São José Almeida, “A justiça de instituir a paridade por lei”, *Público*, 26/05/2008.
- 60) Leonete Botelho, “Santos Silva passa ao ataque a Ferreira Leite, Santana Lopes e Pedro Passos Coelho”, *Público*, 27/05/2008.
- 61) Filomena Fontes e Margarida Gomes, “Disputa entre Manuela Ferreira Leite e Pedro Passos Coelho vai endurecer”, *Público*, 27/05/2008.
- 62) São José Almeida, “Qual o tipo de esquadras para Portugal e o número de agentes para melhor garantir a segurança”, *Público*, 27/05/2008.
- 63) F.F., “Ferreira Leite anuncia apoios no Porto”, *Público*, 27/05/2008.
- 64) Filomena Fontes e Margarida Gomes, “Patinha Antão incluiu militante falecido na lista de candidatura à liderança do PSD”, *Público*, 28/05/2008.
- 65) São José Almeida, “Qual deve ser o grau de empenhamento do Estado no combate ao problema da violência doméstica”, *Público*, 28/05/2008.

- 66) Leonete Botelho e Joana Ferreira da Costa, “Suspeitas de irregularidades nos cadernos eleitorais obrigaram a reunião no PSD”, *Público*, 29/05/2008.
- 67) S.J.A., “Manuela Ferreira Leite foi o alvo dos outros candidatos”, *Público*, 29/05/2008.
- 68) São José Almeida, “A responsabilidade criminal dos jovens e a idade em que devem cumprir penas de cadeia”, *Público*, 29/05/2008.
- 69) Ricardo Dias Felner, “O tabu de que todos falam no PSD”, *Público/P2*, 29/05/2008.
- 70) Joana Ferreira da Costa e Margarida Gomes, “Santana Lopes volta a atacar Ferreira Leite e pede maioria expressiva”, *Público*, 30/05/2008.
- 71) São José Almeida, “Privatizar: sim ou não?”, *Público*, 30/05/2008.
- 72) Filomena Fontes, “Ferreira Leite: a candidata-avó na véspera das diretas no PSD”, *Público*, 31/05/2008.
- 73) Joana Ferreira da Costa e Leonete Botelho, “Uma «tripla» para o desfecho das eleições”, *Público*, 31/05/2008.
- 74) Sofia Rodrigues, “Uma campanha de contrastes: da política antimídia aos jantares-comício onde se depenicam batatas fritas”, *Público*, 31/05/2008.
- 75) Luciano Alvarez, Leonete Botelho e Joana Ferreira da Costa, “Vitória pouco folgada de Ferreira Leite num PSD que continua dividido”, *Público*, 01/06/2008
- 76) “O que eles dizem”, *Público*, 01/06/2008
- 77) Leonete Botelho, “Os 10 trabalhos do novo líder social-democrata”, *Público*, 01/06/2008.

Peças de opinião

- 1) Luciano Alvarez, “Corrida às diretas fica mais clara, mas ainda há incertezas”, *Público*, 22/04/2008.
- 2) Miguel Gaspar, “O partido sem qualidades”, Uma linha a mais, *Público*, 22/04/2008.
- 3) “Sobe e desce”, *Público*, 22/04/2008.
- 4) Rui Ramos, “Haverá sangue?”, *Público*, 23/04/2008.
- 5) Vasco Pulido Valente, “Quem manda”, *Público*, 25/04/2008.
- 6) José Miguel Júdice, “A tábua de salvação”, *Público*, 25/04/2008.
- 7) “Sobe e desce”, *Público*, 29/04/2008.
- 8) Manuel Carvalho, “O PSD, o passado e o presente”, Editorial, *Público*, 29/04/2008.
- 9) Rui Ramos, “Vendendo ilusões”, *Público*, 30/04/2008.
- 10) Miguel Gaspar, “As bases e os «barões» assinalados”, Uma linha a mais, *Público*, 01/05/2008.
- 11) José Miguel Júdice, “O espectáculo vai começar”, *Público*, 02/05/2008.
- 12) Vasco Pulido Valente, “Os três candidatos”, *Público*, 04/05/2008.
- 13) Rui Tavares, “Só faz falta quem cá está”, Crónica sem dor, *Público*, 05/05/2008.
- 14) Teresa de Sousa, “Brown, Cameron, Passos Coelho, etc.”, Sem fronteiras, *Público*, 07/05/2008.
- 15) José Pacheco Pereira, “A face”, *Público*, 10/05/2008.
- 16) Rui Ramos, “O último líder do PSD”, *Público*, 21/05/2008.
- 17) Constança Cunha e Sá, “A «morte» do PSD”, *Público*, 22/05/2008.
- 18) Vasco Pulido Valente, “Três retratos”, *Público*, 25/05/2008.
- 19) Miguel Gaspar, “Intriga em família”, Uma linha a mais, *Público*, 27/05/2008.
- 20) Vasco Pulido Valente, “O que falta”, *Público*, 30/05/2008.
- 21) Pedro Mexia, “Mais cavaquismo”, *Público*, 01/06/2008
- 22) Rui Tavares, “A coligação PPD-PSD”, *Público*, 01/06/2008
- 23) “Sobe e desce”, *Público*, 01/06/2008
- 24) José Manuel Fernandes, “Notas sobre uma mulher, uma vitória e o seu significado”, Editorial, *Público*, 01/06/2008.

Expresso (2009)

Peças informativas

- 1) “Pina Moura diz que PSD é mais «focado»”, *Expresso*, 29/08/2009.
- 2) “Líderes partidários vão ao Gato Fedorento”, *Expresso*, 29/08/2009.

- 3) Ângela Silva, “Pina Moura elogia Manuela”, *Expresso*, 29/08/2009.
- 4) “Rangel e Marcelo na campanha”, *Expresso*, 29/08/2009.
- 5) “Descubra as diferenças”, *Expresso*, 29/08/2009.
- 6) A.S., “A ética no sapato da líder”, *Expresso*, 29/08/2009.
- 7) “A difícil ascensão das mulheres aos corredores do poder”, *Expresso*, 29/08/2009.
- 8) “Manuela quer afastar passado dos debates”, *Expresso*, 05/09/2009.
- 9) “Merkel não quis ser filmada com Ferreira Leite”, *Expresso*, 05/09/2009.
- 10) Ângela Silva e Filipe Santos Costa, “Saiu-lhes a taluda ou só a terminação?”, *Expresso*, 05/09/2009.
- 11) “Curiosidades da TV”, *Expresso*, 05/09/2009.
- 12) “Jardim inaugura com MFL ao lado”, *Expresso*, 05/09/2009.
- 13) “A aposta de Sócrates: confiança em vez de pessimismo”, *Expresso*, 12/09/2009.
- 14) A.S., “Um debate muito importante, «mas não decisivo»”, *Expresso*, 12/09/2009.
- 15) Luísa Meireles, “O que vai definir o vencedor destas eleições”, *Expresso*, 12/09/2009.
- 16) Ângela Silva, “Afinações na arrancada final”, *Expresso*, 12/09/2009.
- 17) A.S., “Uma casca de banana”, *Expresso*, 12/09/2009.
- 18) A.S., “Notáveis preparam entrada em cena”, *Expresso*, 12/09/2009.
- 19) Cristina Figueiredo, “Manuela e Louçã dão oxigénio a Sócrates”, *Expresso*, 12/09/2009.
- 20) “Guerra das escutas rebenta na campanha”, *Expresso*, 19/09/2009.
- 21) Helder C. Martins, “Espanha constrói na fronteira”, *Expresso*, 19/09/2009.
- 22) C.F., “Sócrates só olha para Ferreira Leite”, *Expresso*, 19/09/2009.
- 23) Martim Silva, “PS sobe, mas diferença é curta”, *Expresso*, 19/09/2009.
- 24) Ângela Silva, “PSD espera ganhar com coabitação estragada”, *Expresso*, 19/09/2009.
- 25) A.S., “A inestimável ajuda cavaquista”, *Expresso*, 19/09/2009.
- 26) A.S., “Durão não expressa apoio a MFL”, *Expresso*, 19/09/2009.
- 27) João Vieira Pereira, “TGV e o complexo antiespanhol”, *Expresso*, 19/09/2009.
- 28) Ricardo Jorge Pinto, “Como se produz um candidato?”, *Revista Única/Expresso*, 19/09/2009.
- 29) A.S., “Dar tudo por tudo... e preparar o pior”, *Expresso*, 25/09/2009.
- 30) A.S., “Se perder Manuela não sai...já”, *Expresso*, 25/09/2009.
- 31) Micael Pereira, “A primeira divisão contra a liga de honra”, *Expresso*, 25/09/2009.

Peças de opinião

- 1) Martim Silva, “A semana a ler 38 páginas”, *Expresso*, 29/08/2009.
- 2) Fernando Madrinha, “Só boas notícias”, *Expresso*, 29/08/2009.
- 3) “Gente a condecorar todos. Todos?”, *Expresso*, 29/08/2009.
- 4) Ricardo Costa, “Para lá dos programas”, *Expresso*, 29/08/2009.
- 5) Sofia Galvão, “Não deixar tudo como está”, *Expresso*, 29/08/2009.
- 6) “Um repto aos partidos”, Editorial, *Expresso*, 29/08/2009.
- 7) Henrique Raposo, “PSD: clone ou gente?”, *Expresso*, 29/08/2009.
- 8) Henrique Monteiro, “E, agora, quem paga a festa?”, *Expresso*, 05/09/2009.
- 9) Miguel Sousa Tavares, “Que campanha entusiasmante!”, *Expresso*, 05/09/2009.
- 10) Fernando Madrinha, “O insulto e a hipérbole”, *Expresso*, 05/09/2009.
- 11) “Gente descobre o plano de fuga”, *Expresso*, 05/09/2009.
- 12) Ricardo Costa, “A estratégia do pára-raio”, *Expresso*, 05/09/2009.
- 13) Marques Perestrello, “Memória curta”, *Expresso*, 05/09/2009.
- 14) Daniel Oliveira, “Está preto”, *Expresso*, 05/09/2009.
- 15) Ricardo Costa, “Governar com um Parlamento esmiuçado”, *Expresso*, 12/09/2009.
- 16) Henrique Monteiro, “A «célebre» asfixia democrática”, *Expresso*, 12/09/2009.
- 17) João Veiga Pereira, “Ferreira Leite e a Madeira”, *A Semana*, *Expresso*, 12/09/2009.
- 18) Martim Silva, “Altos e baixos”, *Expresso*, 12/09/2009.
- 19) Miguel Sousa Tavares, “Com a verdade me asfixiam”, *Expresso*, 12/09/2009.
- 20) Fernando Madrinha, “Pingue-pongue na TV”, *Expresso*, 12/09/2009.
- 21) Ângela Silva, “No arame”, Candidato à lupa, *Expresso*, 12/09/2009.
- 22) “Gente vai partir naquela estrada”, *Expresso*, 12/09/2009.
- 23) António Pires de Lima, “A falsa questão da governabilidade”, *Expresso*, 12/09/2009.
- 24) “Freira Tomás”, Editorial, *Expresso*, 12/09/2009.
- 25) Daniel Oliveira, “Chegará?”, *Expresso*, 12/09/2009.
- 26) Henrique Monteiro, “Retrato de uma morte política”, *Expresso*, 19/09/2009.

- 27) João Garcia, “Alto e baixos”, Expresso, 19/09/2009.
- 28) Fernando Madrinha, “Comércio de votos”, Expresso, 19/09/2009.
- 29) A.S., “Sem nada a perder”, Candidato à lupa, Expresso, 19/09/2009.
- 30) “Gente e os conhecidos humoristas”, Expresso, 19/09/2009.
- 31) “Agora vai ser a sério?”, Editorial, Expresso, 19/09/2009.
- 32) Daniel Oliveira, “Política de verdade?”, Expresso, 19/09/2009.
- 33) Henrique Raposo, “Carta à princesa”, Expresso, 19/09/2009.
- 34) Marcos Perestrello, “Debates eleitorais”, Expresso, 19/09/2009.
- 35) A.S., “Entregue ao destino”, Candidato à lupa, Expresso, 25/09/2009.
- 36) “Gente vigia os candidatos”, Expresso, 25/09/2009.
- 37) Ricardo Costa, “Um presidente em ponto morto”, Expresso, 25/09/2009.
- 38) Sofia Galvão, “Domingo”, Expresso, 25/09/2009.

Correio da Manhã (2009)

Peças informativas

- 1) Cristina Rita, “Alívio para custos das empresas”, *Correio da Manhã*, 28/08/2009.
- 2) Cristina Rita, “Teixeira da Cruz quer ética”, *Correio da Manhã*, 29/08/2009.
- 3) Diana Ramos, “Apoio inesperado a Ferreira Leite”, *Correio da Manhã*, 30/08/2009.
- 4) José Rodrigues, “«Próximo governo só durará dois anos»”, *Correio da Manhã*, 30/08/2009.
- 5) Cristina Rita, “«Não há equiparação»”, *Correio da Manhã*, 31/08/2009.
- 6) Pedro Galego, “«Diluíram-se os pilares da família»”, *Correio da Manhã*, 31/08/2009.
- 7) “Santana admite governo minoritário”, *Correio da Manhã*, 31/08/2009.
- 8) Cristina Rita, “«Reunião foi muito interessante»”, *Correio da Manhã*, 01/09/2009.
- 9) “PSD não faz comícios”, *Correio da Manhã*, 01/09/2009.
- 10) António Ribeiro Ferreira /Cristina Rita, “O susto de Sócrates”, *Correio da Manhã*, 02/09/2009.
- 11) Cristina Rita com Lusa, “Manuela acusa PS de apoiar grandes”, *Correio da Manhã*, 02/09/2009.
- 12) “Ferreira Leite. Acusação a Sócrates”, *Correio da Manhã*, 02/09/2009.
- 13) Janete Frazão com Lusa, “«Foi número de representação»”, *Correio da Manhã*, 03/09/2009.
- 14) Janete Frazão com Lusa, “Bloco Central «fora de causa»”, *Correio da Manhã*, 05/09/2009.
- 15) “Alemanha proíbe imagens”, *Correio da Manhã*, 05/09/2009.
- 16) Cristina Rita com J.N.P., “«Quem não está de acordo sofre retaliações»”, *Correio da Manhã*, 06/09/2009.
- 17) José Rodrigues, “«Duas eleições para vencer»”, *Correio da Manhã*, 06/09/2009.
- 18) António Sérgio Azenha, “Vitória nas eleições vai ser determinada por indecisos”, *Correio da Manhã*, 07/09/2009.
- 19) Cristina Rita, “«Nunca propus a privatização»”, *Correio da Manhã*, 07/09/2009.
- 20) P.H.G., “Louça cedo, Manuela com pressa”, *Correio da Manhã*, 07/09/2009.
- 21) António Ribeiro Ferreira/ Nuno Domingues, “«Há muita gente com medo em Portugal»”, *Correio da Manhã*, 07/09/2009.
- 22) “Quem ganhou”, *Correio da Manhã*, 07/09/2009.
- 23) C.R. com Lusa, “PSD nega asfixia na Madeira”, *Correio da Manhã*, 08/09/2009.
- 24) Cristina Rita com Lusa, “«Disse mais elogios do que eu»”, *Correio da Manhã*, 09/09/2009.
- 25) Cristina Rita, “Faltou o ânimo”, *Correio da Manhã*, 10/09/2009.
- 26) “Quem ganhou”, *Correio da Manhã*, 10/09/2009.
- 27) Pedro H. Gonçalves, “«Impostos foram aumentados»”, *Correio da Manhã*, 11/09/2009.
- 28) Cristina Rita/Janete Frazão, “Diferença à direita”, *Correio da Manhã*, 11/09/2009.
- 29) “Líder do PSD comete gafe”, *Correio da Manhã*, 11/09/2009.
- 30) “Quem ganhou”, *Correio da Manhã*, 11/09/2009.
- 31) António Ribeiro Ferreira, “Manuela sozinha em casa”, *Correio da Manhã*, 12/09/2009.
- 32) “Manuela supersónica”, *Correio da Manhã*, 12/09/2009.
- 33) Eduardo Dâmaso, “Sócrates despede ministros”, *Correio da Manhã*, 13/09/2009.
- 34) “Família ficou fora do confronto”, *Correio da Manhã*, 13/09/2009.
- 35) “Candidatos «satisfeitos» no final”, *Correio da Manhã*, 13/09/2009.
- 36) Paulo João Santos, “Sócrates vence debate”, *Correio da Manhã*, 13/09/2009.
- 37) Miguel Alexandre Ganhão/Alexandre M. Silva, “Espanhóis fazem «saldos» no TGV”, *Correio*

da Manhã, 15/09/2009.

- 38) “«Crise salvou eng.º Sócrates»”, *Correio da Manhã*, 15/09/2009.
- 39) João Nuno Pepino, “«O problema é a dívida»”, *Correio da Manhã*, 16/09/2009.
- 40) Ana Patrícia Dias, “«Não vou esquecer que ele é do PSD»”, *Correio da Manhã*, 17/09/2009.
- 41) Cristina Rita, “Esquema de votos no PSD”, *Correio da Manhã*, 17/09/2009.
- 42) “Mulheres em força”, *Correio da Manhã*, 17/09/2009.
- 43) António Sérgio Azenha, “Socialistas mais à frente”, *Correio da Manhã*, 18/09/2009.
- 44) “CNE: Boleia legal”, *Correio da Manhã*, 18/09/2009.
- 45) Manuela Teixeira com A.P.D., “Caso dos votos desvalorizado”, *Correio da Manhã*, 18/09/2009.
- 46) “Sócrates acusa Ferreira Leite de ter um «problema de credibilidade»”, *Correio da Manhã*, 18/09/2009.
- 47) Ana Patrícia Dias, “Campanha contra Ferreira Leite”, *Correio da Manhã*, 19/09/2009.
- 48) “PSD: Rebelo de Sousa”, *Correio da Manhã*, 19/09/2009.
- 49) “Líder do PSD confiante”, *Correio da Manhã*, 19/09/2009.
- 50) “Líder sem superstições”, *Correio da Manhã*, 19/09/2009.
- 51) “«Manuela está assustada»”, *Correio da Manhã*, 19/09/2009.
- 52) “«PS trouxe medo»”, *Correio da Manhã*, 19/09/2009.
- 53) J.R., “Rangel compara Sócrates a Chávez”, *Correio da Manhã*, 20/09/2009.
- 54) “Rangel não vai a votos”, *Correio da Manhã*, 20/09/2009.
- 55) “Professor Marcelo esteve lá”, *Correio da Manhã*, 20/09/2009.
- 56) “Barreira quase intransponível”, *Correio da Manhã*, 20/09/2009.
- 57) António Ribeiro Ferreira e Nuno Domingues, “«Basta mudar Sócrates e o medo acaba»”, *Correio da Manhã*, 21/09/2009.
- 58) “Banho de multidão”, *Correio da Manhã*, 21/09/2009.
- 59) “É a segunda Thatcher”, *Correio da Manhã*, 21/09/2009.
- 60) “Jardim; Apelo ao voto”, *Correio da Manhã*, 21/09/2009.
- 61) Manuela Teixeira, “«Fanática ou irresponsável»”, *Correio da Manhã*, 21/09/2009.
- 62) “Manuela incomodada”, *Correio da Manhã*, 22/09/2009.
- 63) Cristina Rita, “Ajuda de Mendes e Passos Coelho”, *Correio da Manhã*, 22/09/2009.
- 64) Manuela Teixeira, “Arruadas em «terra laranja»”, *Correio da Manhã*, 22/09/2009.
- 65) “Bailinho da Madeira em Chaves”, *Correio da Manhã*, 22/09/2009.
- 66) Cristina Rita com Lusa, “Belém «asfixia» estratégia do PSD”, *Correio da Manhã*, 23/09/2009.
- 67) Manuela Teixeira, “«Há medo e crispação»”, *Correio da Manhã*, 23/09/2009.
- 68) “À espera do discurso de Manuela”, *Correio da Manhã*, 23/09/2009.
- 69) Miguel Alexandre Ganhão, “Ferreira Leite é campeã do IRS”, *Correio da Manhã*, 24/09/2009.
- 70) “Uma dama entre as damas”, *Correio da Manhã*, 24/09/2009.
- 71) “Comadres convencidas”, *Correio da Manhã*, 24/09/2009.
- 72) Lusa, “«PS está desesperado»”, *Correio da Manhã*, 24/09/2009.
- 73) “A média das arruadas”, *Correio da Manhã*, 24/09/2009.
- 74) “Sócrates ri-se de Manuela”, *Correio da Manhã*, 24/09/2009.
- 75) António Sérgio Azenha, “PS à frente sem maioria absoluta”, *Correio da Manhã*, 25/09/2009.
- 76) Manuela Teixeira, “«Não consigo ver a senhora»”, *Correio da Manhã*, 25/09/2009.

Peças de opinião

- 1) João Pereira Coutinho, “O país básico”, *Correio da Manhã*, 28/08/2009.
- 2) Emídio Rangel, “Tudo com dantes”, *Coisas do Circo, Correio da Manhã*, 29/08/2009.
- 3) Joana Amaral Dias, “Política do suspensório”, *Pensar Alto, Correio da Manhã*, 29/08/2009.
- 4) João Pereira Coutinho, “O vencedor leva a taça”, *A Voz da Razão, Correio da Manhã*, 29/08/2009.
- 5) Emídio Rangel, “O Sr. Feliz e o Sr. Contento”, *Coisas do Circo, Correio da Manhã*, 05/09/2009.
- 6) José Medeiros Ferreira, “Missas e funerais”, *A Página de José Medeiros Ferreira, Correio da Manhã*, 05/09/2009.
- 7) António Ribeiro Ferreira, “Verdades e mentiras”, *Dia a Dia, Correio da Manhã*, 06/09/2009.
- 8) João Pereira Coutinho, “Fantasias e realidades”, *Visto no Ecrã, Correio da Manhã*, 07/09/2009.
- 9) Armando Esteves Pereira, “Erro de Manuela”, *Dia a Dia, Correio da Manhã*, 08/09/2009.
- 10) Carlos Abreu Amorim, “Contradição política”, *Heresias, Correio da Manhã*, 09/09/2009.

- 11) Eduardo Dâmaso, “Cumprir calendário”, Visto no Ecrã, *Correio da Manhã*, 10/09/2009.
- 12) Carlos Abreu Amorim, “Verdade ou claridade?”, Visto no Ecrã, *Correio da Manhã*, 11/09/2009.
- 13) João Pereira Coutinho, “Bater na Madeira”, A Voz da Razão, *Correio da Manhã*, 11/09/2009.
- 14) Leonardo Ralha, “Vila histórica acalma candidata à sucessão”, Por outro lado, *Correio da Manhã*, 12/09/2009.
- 15) Manuel Catarino, “Já não diz «piquenhas»”, *Correio da Manhã*, 12/09/2009.
- 16) José Medeiros Ferreira, “Os infortúnios de Manuela Ferreira Leite”, A Página de José Medeiros Ferreira, *Correio da Manhã*, 12/09/2009.
- 17) João Pereira Coutinho, “O animal renascido”, A Voz da Razão, *Correio da Manhã*, 12/09/2009.
- 18) “Colunistas do CM comentam o debate”, *Correio da Manhã*, 13/09/2009.
- 19) António Ribeiro Ferreira, “Manuela acha normal o «susto» de Madrid”, *Correio da Manhã*, 14/09/2009.
- 20) António Ribeiro Ferreira, “Adeus, animal feroz”, Estado do Sítio, *Correio da Manhã*, 14/09/2009.
- 21) Carlos Abreu Amorim, “Empates desiguais”, Heresias, *Correio da Manhã*, 14/09/2009.
- 22) Manuel Catarino, “TGV é a salvação da Pátria”, Campanha na TV, *Correio da Manhã*, 15/09/2009.
- 23) Domingos Amaral, “Chatos e chatas”, Cozido à Portuguesa, *Correio da Manhã*, 16/09/2009.
- 24) Eduardo Dâmaso, “Campanha negra”, Dia a Dia, *Correio da Manhã*, 18/09/2009.
- 25) Rui Ramos, “Esclarecidos”, Direito ao Assunto, *Correio da Manhã*, 18/09/2009.
- 26) Manuel Catarino, “Martírio a bem de Portugal”, Campanha na TV, *Correio da Manhã*, 18/09/2009.
- 27) Emídio Rangel, “A conspiração”, Coisas do Circo, *Correio da Manhã*, 19/09/2009.
- 28) Leonardo Ralha, “Uma líder de cabeça erguida e destapada”, Por Outro Lado, *Correio da Manhã*, 19/09/2009.
- 29) João Pereira Coutinho, “O resto é ruído”, A Voz da Razão, *Correio da Manhã*, 19/09/2009.
- 30) Francisco Moita Flores, “Fartos”, Impressão Digital, *Correio da Manhã*, 20/09/2009.
- 31) António Ribeiro Ferreira, “Sempre as sondagens”, Dia A Dia, *Correio da Manhã*, 20/09/2009.
- 32) Carlos Abreu Amorim, “A líder que não queria estar ali”, O Olhar De..., *Correio da Manhã*, 20/09/2009.
- 33) Manuel Catarino, “O PSD tem que ganhar por muitos”, Campanha na TV, *Correio da Manhã*, 22/09/2009.
- 34) Domingos Amaral, “Notas de campanha”, Cozido à Portuguesa, *Correio da Manhã*, 23/09/2009.
- 35) Manuel Catarino, “Espécie de gato pingado”, Campanha na TV, *Correio da Manhã*, 23/09/2009.
- 36) Carlos Abreu Amorim, “Notas de campanha”, Heresias”, *Correio da Manhã*, 23/09/2009.
- 37) Paula Teixeira da Cruz, “O voto”, Da Vida Real, *Correio da Manhã*, 24/09/2009.
- 38) João Pereira Coutinho, “Manuela sofre mas cumpre”, O Olhar De..., *Correio da Manhã*, 24/09/2009.
- 39) Leonardo Ralha, “Vai-se o colar, fica a angústia”, Campanha na TV, *Correio da Manhã*, 24/09/2009.
- 40) Carlos Abreu Amorim, “Votar em quem?”, Heresias, *Correio da Manhã*, 24/09/2009.
- 41) “E Ferreira Leite lá conseguiu passar”, Por Outro Lado, *Correio da Manhã*, 25/09/2009.

Público (2009)

Peças informativas

1. São José Almeida, “PSD quer pôr fim ao «dirigismo asfixiante» do Estado”, *Público*, 28/08/2009.
2. Sofia Rodrigues, “Santos Silva critica programa por «prometer tudo aos descontentes»”, *Público*, 28/08/2009.
3. “Setor da justiça reage a propostas do PSD”, *Público*, 28/08/2009.
4. São José Almeida, “As propostas do PSD e do PS”, *Público*, 28/08/2009.
5. Romana Borja-Santos, “Ministro diz que acenar com baixa de impostos é não falar verdade”, *Público*, 29/08/2009.
6. Andreia Sanches, “Sindicatos dos professores simpatizam com programa do PSD”, *Público*,

- 29/08/2009.
7. São José Almeida, “José Sócrates promove reapresentar uniões de facto”, *Público*, 30/08/2009.
 8. “Pina Moura diz que o programa do PSD é mais focado”, *Público*, 30/08/2009.
 9. “Marcelo Rebelo de Sousa elogia programa do PSD e prevê eleições dentro de dois anos”, *Público*, 30/08/2009.
 10. Romana Borja-Santos, “Ferreira Leite critica Estado «ao serviço do poder» do PS”, *Público*, 31/08/2009.
 11. R. B.S., “Uma líder «plural» a ouvir e «firme» a decidir”, *Público*, 31/08/2009.
 12. Luciano Alvarez, “Campanha do PSD sem comícios, autocarros e brindes e, como nos funerais, só vai quem quer”, *Público*, 01/09/2009.
 13. São José Almeida, “José Sócrates pede aos eleitores um governo para quatro anos”, *Público*, 02/09/2009.
 14. “JS apelida líder do PSD de «professora do antigamente”, *Público*, 02/09/2009.
 15. Idílio Revez, “Manuela Ferreira Leite diz que líder do PS tenta assustar o país e nega privatização da Segurança Social”, *Público*, 02/09/2009.
 16. Nuno Simas, “Sócrates fez «número de representação» na RTP”, *Público*, 03/09/2009.
 17. “A asfixia que começou numa entrevista à RTP”, *Público*, 04/09/2009.
 18. “Ferreira Leite afirma que bloco central está «fora de causa»”, *Público*, 05/09/2009.
 19. Nuno Simas, “PSD acusa PS de tentar «assustar as pessoas»”, *Público*, 05/09/2009.
 20. “O programa eleitoral do PSD visto por especialistas setoriais”, *Público*, 05/09/2009.
 21. Graça Barbosa Ribeiro, “«Silenciamento» do Jornal Nacional da TVI marcou convenção autárquica do PSD”, *Público*, 06/09/2009.
 22. Leonete Botelho e Nuno Simas, “Sócrates diz que verdade «não é grace divina ou patente registada”, *Público*, 07/09/2009.
 23. São José Almeida, “Divergências sobre como resolver situação do SNS”, *Público*, 07/09/2009.
 24. Tolentino da Nóbrega, “Jardim insulta os que criticam o facto de a líder do PSD usar carro do Estado em campanha”, *Público*, 08/09/2009.
 25. Leonete Botelho, “PS acusa Ferreira Leite de não ter «honestidade política»”, *Público*, 08/09/2009.
 26. “Ferreira Leite pode «morrer de ridículo», avisa Alberto Martins”, *Público/Lusa*, 08/09/2009.
 27. Filomena Fontes, “PSD lembra ao PS elogios de Jaime Gama a Jardim”, *Público*, 09/09/2009.
 28. São José Almeida, “Os dois mundos paralelos do PSD e do PCP”, *Público*, 10/09/2009.
 29. São José Almeida, “Líderes do PSD e do CDS não excluem coligação”, *Público*, 11/09/2009.
 30. Nuno Simas, “Sócrates-Ferreira Leite: debate de «dois irmãos inimigos»”, *Público*, 12/09/2009.
 31. Maria José Oliveira, “Vai hoje para a rua uma das corridas eleitorais mais quentes de sempre”, *Público*, 13/09/2009.
 32. “A volta a Portugal dos partidos na campanha oficial”, *Público*, 13/09/2009.
 33. São José Almeida, “Pontos fortes e pontos fracos dos cinco líderes”, *Público*, 13/09/2009.
 34. Filomena Fontes e Margarida Gomes, “A caminho das eleições mais renhidas de sempre?”, *Público*, 14/09/2009.
 35. “Alta velocidade motiva entrada de Espanha na campanha”, *Público*, 14/09/2009.
 36. Leonete Botelho e Margarida Gomes, “José Sócrates acusa líder do PSD de «ataque antidemocrático» por causa do TGV”, *Público*, 14/09/2009.
 37. “Manuela Ferreira Leite faz entrada dura na campanha contra projeto «pessoal» de poder de José Sócrates”, *Público/Lusa*, 14/09/2009.
 38. “Líderes partidários respondem às perguntas do Público”, *Público*, 14/09/2009.
 39. Luísa Pinto, “Portugal perde mais fundos do que Espanha se cancelar o TGV”, *Público*, 15/09/2009.
 40. Nuno Ribeiro, “Partido Popular espanhol considera que as ligações com Portugal são «irrenunciáveis»”, *Público*, 15/09/2009.
 41. Nuno Simas, “Manuela Ferreira Leite avisa que ninguém a intimida com o TGV e chama novo-rico ao líder socialista”, *Público*, 15/09/2009.
 42. Margarida Gomes e Leonete Botelho, “«A escolha é entre José Sócrates e a outra senhora»”, *Público*, 15/09/2009.
 43. Maria José Oliveira, “Louçã acusa Ferreira Leite de repetir a rotina jardim”, *Público*, 15/09/2009.
 44. “Partidos respondem às perguntas do Público”, *Público*, 15/09/2009.
 45. São José Almeida, “O dia em que a Rua Capelo e Ivens foi a «mãe» de todas as ruas nas muito diferentes campanhas do PS e do PSD”, *Público*, 16/09/2009.
 46. Leonete Botelho e Margarida Gomes, “Luís Amado atira Ibéria contra o preconceito

- antiespanhol”, *Público*, 16/09/2009.
47. Filomena Fontes e Nuno Simas, “Sociais-democratas querem furar «cerco» dos socialistas sobre TGV e mudar de agulha para «emergência social»”, *Público*, 16/09/2009.
 48. Joana Amaral Cardoso, “Líder do PSD confrontada com suspensão da democracia e obsessão das PME”, *Público*, 16/09/2009.
 49. “Partidos respondem às perguntas do Público”, *Público*, 16/09/2009.
 50. Filomena Fontes e Nuno Simas, “Líder da JSD ressuscita polémica da licenciatura de Sócrates”, *Público*, 17/09/2009.
 51. “El País afirma que Espanha é usada como bode expiatório”, *Público*, 17/09/2009.
 52. “Ferreira Leite ganha a José Sócrates”, *Público*, 17/09/2009.
 53. “CNE arquivou queixa contra João Jardim”, *Público*, 17/09/2009.
 54. “Partidos respondem às perguntas do Público”, *Público*, 17/09/2009.
 55. Filomena Fontes e Nuno Simas, “Sondagens e caso Preto desorientam PSD”, *Público*, 18/09/2009.
 56. “Sócrates critica Manuela Ferreira Leite e faz o elogio do TGV”, *Público*, 18/09/2009.
 57. “Partidos respondem às perguntas do Público”, *Público*, 18/09/2009.
 58. São José Almeida, “PS ligeiramente à frente do PSD, BE em terceiro”, *Público*, 19/09/2009.
 59. Filomena Fontes e Nuno Simas, “Ferreira Leite acusa Sócrates de bloquear o país pelo medo”, *Público*, 19/09/2009.
 60. Leonete Botelho e Margarida Gomes, “Líder do PS não responde aos adversaries e insiste no discurso pela positive”, *Público*, 19/09/2009.
 61. “Partidos respondem às perguntas do Público”, *Público*, 19/09/2009.
 62. Lurdes Ferreira, “No país do «videirinho» e no país do «respeitinho»”, *Público*, 20/09/2009.
 63. “Privilegiados, mas de forma distinta”, *Público*, 20/09/2009.
 64. L.B. e M.G., “Líder do PS encosta PSD à extrema-direita”, *Público*, 20/09/2009.
 65. Filomena Fontes e Nuno Simas, “Bipolarização ganha corpo na campanha do PSD e voto no CDS é «música celestial», avisa Marcelo Rebelo de Sousa”, *Público*, 20/09/2009.
 66. F.F./N.S., “Campanha a dois tempos, entre a asfixia democrática e a crise”, *Público*, 20/09/2009.
 67. “Partidos respondem às perguntas do Público”, *Público*, 20/09/2009.
 68. Luís Francisco, “Portas in, Manuela out em imagem pública”, *Público*, 21/09/2009.
 69. Filomena Fontes e Nuno Simas, “PSD acusa Soares e Alegre de cumplicidade no clima do medo”, *Público*, 21/09/2009.
 70. Sofia Rodrigues, “Portas propõe aos indecisos o CDS contra a «música monocórdica» do PSD”, *Público*, 21/09/2009.
 71. “Qualidade dos cartazes de campanha é globalmente má e o da CDU é o mais eficaz, defende criador de marcas”, *Público/Lusa*, 21/09/2009.
 72. São José Almeida, “Cavaco afasta Fernando Lima da assessoria de imprensa de Belém”, *Público*, 22/09/2009.
 73. Filomena Fontes e Nuno Simas, “Demissão em Belém atropela campanha da asfixia democrática”, *Público*, 22/09/2009.
 74. N.S., “PSD: Manuela Ferreira Leite sacudiu a pressão de Belém”, *Público*, 23/09/2009.
 75. Filomena Fontes e Nuno Simas, “Marques Mendes ignorou a asfixia democrática e «manda» PS para cura de oposição”, *Público*, 23/09/2009.
 76. Nuno Simas e Filomena Fontes, “Estratégia laranja abalada por casos”, *Público*, 23/09/2009.
 77. Leonete Botelho e Margarida Gomes, “PS afirma que PSD fracassou e pede vitória estrondosa”, *Público*, 24/09/2009.
 78. L.B./M.G., “«Asfixia democrática» no tempo do PSD”, *Público*, 24/09/2009.
 79. Filomena Fontes e Nuno Simas, “Salazar e ataques dos socialistas abrem espaço a vitimização”, *Público*, 24/09/2009.
 80. Filomena Fontes e Nuno Simas, “Uma campanha antes e depois de Cavaco”, *Público*, 25/09/2009.
 81. São José Almeida, “PS dispara na reta final e deixa PSD a oito pontos de distância”, *Público*, 25/09/2009.
 82. Filomena Fontes e Nuno Simas, “«Não se iludam, Sócrates é o mesmo», avisa Ferreira Leite”, *Público*, 25/09/2009.
 83. Leonete Botelho e Margarida Gomes, “PS afirma que PSD já começou a perder as eleições”, *Público*, 25/09/2009.

Peças de opinião

- 1) Teresa de Sousa, “Viva a crise? Nem por isso”, *Público*, 28/08/2009.
- 2) Francisco Sarsfield Cabral, “Diferente, mas não tanto”, *Público*, 28/08/2009.
- 3) Paulo Ferreira, “Não é o PSD contra o PS. É Ferreira Leite contra Sócrates”, Editorial, *Público*, 28/08/2009.
- 4) José Manuel Fernandes, “O papel do Estado e do Governo no futuro do país”, *Público*, 29/08/2009.
- 5) Vasco Pulido Valente, “A farsa do «programa»”, *Público*, 29/08/2009.
- 6) Manuel Carvalho, “A política do deita-fora”, Editorial, *Público*, 31/08/2009.
- 7) Vital Moreira, “Gato escondido...”, *Público*, 01/09/2009.
- 8) António Correia de Campos, “A saúde para o PSD”, *Público*, 03/09/2009.
- 9) Manuel Meirinho, “O regresso da política – mesmo sem surpresa”, *Público*, 07/09/2009.
- 10) José Manuel Fernandes, “Linhas de fratura entre os programas eleitorais”, Editorial, *Público*, 07/09/2009.
- 11) Carlos Jalali, “Falar para os seus”, *Público*, 10/09/2009.
- 12) João Cardoso Rosas, “Há direitas e direitas”, *Público*, 11/09/2009.
- 13) José Pacheco Pereira, “Tudo está a mudar, tudo está na mesma (1)”, *Público*, 12/09/2009.
- 14) Vasco Pulido Valente, “Uma pessoa séria”, *Público*, 12/09/2009.
- 15) Vasco Pulido Valente, “Nenhum mudou a opinião que o país tem deles”, *Público*, 13/09/2009.
- 16) São José Almeida, “Debate final mantém empate entre Sócrates e Ferreira Leite”, *Público*, 13/09/2009.
- 17) António Costa Pinto, “Na mesma”, *Público*, 13/09/2009.
- 18) André Freire, “«Impor o interesse geral»”, *Público*, 13/09/2009.
- 19) Carlos Jalali, “O ultimo debate”, *Público*, 13/09/2009.
- 20) Manuel Carvalho, “Um debate em falso”, *Público*, 13/09/2009.
- 21) José Manuel Fernandes, “Ninguém morreu na arena dos dez debates”, Editorial, *Público*, 13/09/2009.
- 22) Luciano Alvarez, “De corar de vergonha”, *Público*, 14/09/2009.
- 23) Rui Moreira, “A tentação do «evangelista»”, *Público*, 14/09/2009.
- 24) Rui Tavares, “Quero lá saber das expectativas”, Crónica sem dor, *Público*, 14/09/2009.
- 25) Carlos Cipriano, “A vingança de Manuela Ferreira Leite”, *Público*, 15/09/2009.
- 26) Luciano Alvarez, “Jogo perigoso com o TGV”, *Público*, 15/09/2009.
- 27) Vital Moreira, “A desconstrução de uma encenação”, *Público*, 15/09/2009.
- 28) Miguel Gaspar, “Paradoxos de campanha”, Uma linha a mais, *Público*, 15/09/2009.
- 29) Manuel Carvalho, “Um programa chamado TGV”, Editorial, *Público*, 16/09/2009.
- 30) Santana Castilho, “Dez debates e um discurso”, *Público*, 16/09/2009.
- 31) Raposo Antunes, “Problema na focagem do PS”, *Público*, 17/09/2009.
- 32) Miguel Gaspar, “Uma campanha alegre”, Uma linha mais, *Público*, 17/09/2009.
- 33) Raposo Antunes, “SL Benfica-Bate o quê”, *Público*, 18/09/2009.
- 34) José Miguel Júdice, “Com receio, mas com esperança”, *Público*, 18/09/2009.
- 35) Manuel Carvalho, “O fim da campanha cordial”, Editorial, *Público*, 19/09/2009.
- 36) José Manuel Fernandes, “Porque é que não deve haver «bloco central»”, Editorial, *Público*, 20/09/2009.
- 37) Vasco Pulido Valente, “Invenções”, *Público*, 20/09/2009.
- 38) São José Almeida, “Quando os casos invadem as campanhas”, *Público*, 23/09/2009.
- 39) José Manuel Fernandes, “Podem fazer o favor de falar do que interessa aos eleitores?”, Editorial, *Público*, 23/09/2009.
- 40) Miguel Gaspar, “As três sombras de Cavaco Silva”, Uma linha mais, *Público*, 24/09/2009.
- 41) “Campanha à lupa”, *Público*, 25/09/2009.
- 42) António Barreto, “Desastre iminente”, *Público*, 25/09/2009.
- 43) José Manuel Fernandes, “As eleições que se transformaram num referendo ao socratismo”, Editorial, *Público*, 25/09/2009.
- 44) Vasco Pulido Valente, “«O Misterioso Caso de Belém»”, *Público*, 25/09/2009.

Anexo 2

Titulares de cargos governamentais, por sexo e áreas tuteladas, de 1976 a 2011

Áreas tuteladas	Masculino	Feminino	% Mulheres	Total
Educação, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia	101	16	13,7%	117
Cultura	27	12	30,8%	39
Administração Local, Regional e Modernização Administrativa	46	11	19,3%	57
Finanças	104	11	9,6%	115
Saúde	41	9	18,0%	50
Ordenamento do Território, Ambiente e Cidades	37	8	17,8%	45
Negócios Estrangeiros	81	8	9,0%	89
Assuntos Sociais	37	7	15,9%	44
Habituação e Urbanismo	27	5	15,6%	32
Planeamento	14	4	22,2%	18
Comércio e Turismo	67	3	4,3%	70
Justiça	37	3	7,5%	40
Presidência Conselho Ministros	32	3	8,6%	35
Igualdade	0	3	100,0%	3
Indústria e Energia	51	2	3,8%	53
Trabalho, Emprego e Formação Profissional	47	2	4,1%	49
Assuntos Parlamentares	24	2	7,7%	26
Agricultura, Pescas, Florestas e Desenvolvimento Rural	111	1	0,9%	112
Obras Públicas, Transportes e Comunicações	87	1	1,1%	88
Administração Interna	54	1	1,8%	55
Juventude e Desporto	28	1	3,4%	29
Trabalho, Emprego e Assuntos Sociais	10	1	9,1%	11
Adjunto do Primeiro-ministro	36	1	2,7%	37
Economia	25	1	3,8%	26
Defesa	46	0	0,0%	46
Comunicação Social	13	0	0,0%	13
Qualidade de vida	5	0	0,0%	5
Alimentação	4	0	0,0%	4
Educação e Cultura	4	0	0,0%	4
Estado*	4	0	0,0%	4
Administração Marítima e Portuária	3	0	0,0%	3
Defesa do Consumidor	1	0	0,0%	1
Outro	8	0	0,0%	8
Total	1.212	116	8,7%	1.328

*Em exclusividade, sem acumulação com outras pastas.

Anexo 3

Secretárias e subsecretárias de Estado entre 1976 e 2011

Governos Constitucionais	Nome da governante	Cargo desempenhado
I Governo (1976-1978)	Manuela Silva	Secretária de Estado do Planeamento
	Maria Manuela Morgado Santiago Baptista	Secretária de Estado do Tesouro
		Secretária de Estado das Finanças
II Governo (1978)	Sem mulheres	
III Governo (1978)	Maria Manuela Morgado Santiago Baptista	Secretária de Estado do Tesouro
	Maria Teresa Santa Clara Gomes	Secretária de Estado da Cultura
IV Governo (1978-1979)	Maria Alice Nobre Gouveia	Secretária de Estado do Ensino Básico e Secundário
	Maria Manuela Aguiar Dias Moreira	Secretária de Estado do Trabalho
V Governo (1979)	Gabriela Guedes Salgueiro	Secretária de Estado da Administração Pública
	Teresa Santa Clara Gomes	Secretária de Estado Adjunta da Primeira-Ministra
VI Governo (1980-1981)	Aurora Margarida Borges de Carvalho	Secretária de Estado do Ordenamento e Ambiente
	Manuela Aguiar Dias Moreira	Secretária de Estado da Emigração e das Comunidades Portuguesas
	Teresa da Costa Macedo	Secretária de Estado da Família
VII Governo (1981)	Aurora Margarida Santos Borges de Carvalho	Secretária de Estado do Ordenamento e Ambiente
	Maria Manuela Aguiar Dias Moreira	Secretária de Estado da Emigração e das Comunidades Portuguesas
	Teresa da Costa Macedo	Secretária de Estado da Família (reconduzida)
	Maria de Lourdes Órfão de Matos Correia e Vale	Subsecretária de Estado do Orçamento
VIII Governo (1981-1983)	Aurora Margarida Santos Borges de Carvalho	Secretária de Estado do Ordenamento e Ambiente
	Maria Leonor Beleza Tavares	Secretária de Estado da Presidência do Conselho de Ministros
	Teresa da Costa Macedo	Secretária de Estado da Família
	Luísa Falcão Monteiro Antas	Subsecretária de Estado da Presidência do Conselho de Ministros
		Subsecretária de Estado Adjunta do Ministro para os Assuntos Parlamentares
	Maria de Lourdes Órfão de Matos Correia e Vale	Subsecretária de Estado do Orçamento
IX Governo (1983-1985)	Helena de Melo Torres Marques	Secretária de Estado da Administração Autárquica
	Maria Helena Santos Valente Rosa	Secretária de Estado Adjunta do Ministro da Educação
		Secretária de Estado do Ensino Básico e Secundário
	Maria Leonor Beleza Tavares	Secretária de Estado da Segurança Social
	Maria Manuela Aguiar Dias Moreira	Secretária de Estado da Emigração
X Governo (1985-1987)	Maria Raquel Lopes Ferreira	Secretária de Estado do Comércio Externo
	Maria Manuela Aguiar Dias Moreira	Secretária de Estado das Comunidades Portuguesas
	Maria Teresa Pinto Basto Patrício Gouveia	Secretária de Estado da Cultura
XI Governo (1987-1991)	Marília Dulce Coelho Pires Morgado Raimundo	Secretária de Estado do Ensino Básico e Secundário
	Isabel Lucena Vasconcelos Cruz Almeida Mota	Secretária de Estado do Planeamento e Desenvolvimento Regional
	Maria Manuela Dias Ferreira Leite	Secretária de Estado do Orçamento
	Isabel Maria dos Santos Corte Real	Secretária de Estado da Modernização Administrativa
	Maria Teresa Pinto Basto Patrício Gouveia	Secretária de Estado da Cultura

	Maria Natália Brito Arriaga Correia Guedes	Subsecretária de Estado da Cultura
XII Governo (1991-1995)	Isabel Lucena Vasconcelos Cruz de Almeida Mota	Secretária de Estado do Planeamento e Desenvolvimento Regional
	Isabel Maria dos Santos Corte Real	Secretária de Estado da Modernização Administrativa
	Maria do Céu Ramos	Secretária de Estado da Juventude
	Maria Eduarda de Almeida Azevedo	Secretária de Estado da Justiça
	Maria José Avillez Nogueira Pinto	Subsecretária de Estado da Cultura
	Maria Manuela Dias Ferreira Leite	Secretária de Estado Adjunta e do Orçamento
	Maria Teresa Pinto Basto Patrício Gouveia	Secretária de Estado Adjunta do Ministro do Ambiente e Recursos Naturais
	Teresa Paula de Oliveira Ricou	Secretária de Estado do Comércio Interno
	XIII Governo (1995-1999)	Ana Maria Benavente da Silva Nuno
Catarina Marques de Almeida Vaz Pinto		Secretária de Estado da Cultura
Leonor Coutinho Pereira dos Santos		Secretária de Estado da Habitação e Comunicações
		Secretária de Estado da Habitação e Comunicações
Maria José Marrafinha Pardana Constâncio		Secretária de Estado do Desenvolvimento Regional
Maria Manuela de Brito Arcaño Marques da Costa		Secretária de Estado do Orçamento
XIV Governo (1999-2002)	Ana Maria Benavente da Silva Nuno	Secretária de Estado da Educação (reconduzida 2 vez no cargo)
	Carmen Madalena da Costa Gomes e Cunha Pignatelli	Secretária de Estado Adjunta do Ministro da Saúde
	Catarina Marques de Almeida Vaz Pinto	Secretária de Estado da Cultura
	Leonor Coutinho Pereira dos Santos	Secretária de Estado da Habitação (reconduzida 2 vezes no cargo)
	Maria do Céu Farrajota Castanho Lombo da Cunha Rego	Secretária de Estado para a Igualdade
	Maria José Rodrigues Rau Pinto da Silva	Secretária de Estado da Administração Educativa
XV Governo (2002-2004)	Hermínia Cabral	Secretária de Estado Adjunta e Desenvolvimento Regional
	Maria Dulce Farinha Franco Vilhena de Carvalho	Secretária de Estado Adjunta do Ministro da Economia
	Maria Manuela Ferreira Macedo Franco	Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação
	Maria Margarida Correia de Aguiar	Secretária de Estado da Segurança Social
	Maria do Rosário Mayoral Robles Machado Simões Ventura	Secretária de Estado da Indústria, Comércio e Serviços
	Maria do Rosário Silva Cardoso Águas	Secretária de Estado da Habitação
	Mariana Jesus Torres Vaz Freire Cascais	Secretária de Estado da Educação
	Suzana Maria de Moura Alves da Silva Toscano	Secretária de Estado da Administração Pública
XVI Governo (2004-2005)	Teresa Margarida Figueiredo de Vasconcelos Caeiro	Secretária de Estado da Segurança Social
	Maria da Graça Ferreira Proença de Carvalho	Secretária de Estado da Indústria, Comércio e Serviços
	Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas	Secretária Est Adjunta do Ministro da Segurança Social, Família e Criança
		Secretária de Estado da Administração Pública
	Regina Maria Pinto da Fonseca Ramos Bastos	Secretária de Estado da Saúde
	Sofia de Sequeira Galvão	Secretária de Estado da Administração Pública
Secretária de Estado da Presidência do Conselho de Ministros		
XVII Governo (2005-2009)	Teresa Margarida Figueiredo de Vasconcelos Caeiro	Secretária de Estado das Artes e Espectáculos
	Ana Paula Mendes Vitorino	Secretária de Estado dos Transportes

	Carmen Madalena da Costa Gomes e Cunha Pignatelli	Secretária de Estado Adjunta e da Saúde
	Idália Maria Marques Salvador Serrão de Menezes Moniz	Secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação
	Maria dos Anjos Melo Machado Nunes Capote	Secretária de Estado do Tesouro e Finanças (reconduzida 1 vez no cargo)
	Maria Manuel Leitão Marques	Secretária de Estado da Modernização Administrativa
	Maria Paula Fernandes dos Santos	Secretária de Estado da Cultura
	Maria Teresa Ribeiro	Secretária de Estado dos Assuntos Europeus
XVIII Governo (2009-2011)	Dalila Araújo	Secretária de Estado da Administração Interna
	Fernanda Carmo	Secretária de Estado do Ordenamento do Território e Cidades
	Elza Pais	Secretária de Estado da Igualdade
	Idália Salvador Serrão	Secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação
	Maria Manuel Leitão Marques	Secretária de Estado da Modernização Administrativa
XIX Governo (2011-)	Cecília Meireles	Secretária de Estado do Turismo
	Isabel Leite	Secretária de Estado do Ensino Básico e Secundário
	Leonor Parreira	Secretária de Estado da Ciência
	Maria Luís Albuquerque	Secretária de Estado do Tesouro e das Finanças
	Teresa Morais	Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e Igualdade
	Vânia Barros	Subsecretária de Estado Adjunta do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros

Fonte: Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna e Portal do Governo.

